Marília Dalva Klaumann Cánovas

mariliacanovas@uol.com.br

**A EMIGRAÇÃO ESPANHOLA
E A TRAJETÓRIA DO IMIGRANTE NA CAFEICULTURA
PAULISTA: O CASO DE VILLA NOVAES, 1880-1930**

Dissertação de mestrado apresentada ao

Departamento de História da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas da Universidade de São Paulo.

Área: História Social

Orientadora: Profª Drª Maria Luiza Marcílio

Universidade de São Paulo
São Paulo
2001

Para
José Pedro,
Heloisa, Maria
Fernanda e Isabella,
meus quatro pontos cardeais.

A poesia da História repousa no fato quase
milagroso de que, por esta mesma terra, por este
mesmo chão familiar, já caminharam outros homens e
mulheres, tão reais quanto nós,
com pensamentos próprios, levados pelas próprias
paixões,
todos mortos agora, gerações e gerações,
completamente desaparecidas, da mesma forma que
nós
muito em breve desapareceremos
como fantasmas ao raiar do dia.

G.M.Trevelyan

Deixa o velho em paz
Com as suas histórias de um tempo bom
Quanto bem lhe faz
Murmurar memórias, no mesmo tom ...

Vão nascendo as rugas, morrendo as
fugas e as ilusões
Tateando as pregas
Se deixa entregue às recordações...

Ele sabe o mundo, o saber profundo
De quem se vai
O que não faria, pudesse um dia
Voltar atrás

Range o velho barco
Um lamento amargo
Do que não fez
E o futuro espelha
Esse mesmo velho
Que são vocês.

Taiguara.

Agradecimentos

Essa monografia resulta de um trabalho de vários anos, interrompido e depois retomado. Foram várias as pessoas que compartilharam dessa trajetória, contribuindo, de diversas maneiras, para a sua consecução, e a elas desejo externar minha profunda gratidão e meu reconhecimento.

Ao Prof. Dr. Augustin Wernet. Mestre querido, que acolheu e orientou com entusiasmo a primeira jornada dessa Monografia e soube compreender com sabedoria e generosidade os motivos de sua interrupção.

À Prof^a Dr^a Maria Luiza Marcílio, de cuja orientação segura e competente tive a felicidade de usufruir nesta fase do trabalho, o que fez renovar minha admiração por seu rigor e sua capacidade intelectual. A ela, por seu desprendimento e pela confiança que depositou em mim, acolhendo-me, após alguns anos de afastamento, minha eterna gratidão.

À Prof^a Dr^a Maria Aparecida de Aquino, sempre ponderada e firme em suas interlocuções, de quem recebi e acatei valiosas sugestões na banca de qualificação e a quem dedico o maior carinho e admiração especial.

Ao Prof. Dr. Wilson Barbosa, pela generosidade desinteressada em ofertar-me indicações e material de pesquisa sobre emigração espanhola, que haviam pertencido a Marco Antonio da Costa Ferreira, seu orientando recém falecido. Seu uso, após resgatá-lo parcialmente no Rio de Janeiro, foi fundamental em algumas etapas do trabalho. Espero ter podido com ele honrar a concessão e a confiança depositadas.

Ao Prof. José Cláudio Barriguelli, do Arquivo de História Contemporânea da UFSC, que não mediu esforços para enviar-me os exemplares (esgotados) de sua pesquisa, que concentra rico material do qual faço larga referência nessa Monografia.

Ao Dr. Célio Debes e ao Sr. Hernâni Donato, do Instituto Histórico e Geográfico, pela generosa acolhida e oferta de exemplares de suas obras.

Ao Sr. Mário Garcia-Guillén, do Departamento Cultural do Consulado da Espanha em São Paulo, pela atenção e prestimosidade com que sempre atendeu minhas solicitações.

Ao Sr. Onésimo Carlos Arránz García, da Dirección General de Ordenación de las Migraciones, que sempre procurou dar encaminhamento as nossas solicitações de informações e envio de material, de cujo intercâmbio muito nos beneficiamos.

Ao Sr. Alfredo Crescente, exemplo de dedicação a ser seguido, do Setor de Documentação, hoje CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História, por sua diligente colaboração na fase inicial, quando pessoalmente orientou e conferiu a microfilmagem dos livros cartoriais que então produzimos.

À Sra. Midori, do Memorial do Imigrante, sempre disponível e interessada; à Sonia de Freitas e ao Plínio Carnier Júnior, pelo empenho demonstrado na obtenção das imagens, cuja busca, em se tratando de imigração espanhola, é sempre desgastante.

Da fase anterior, nossos agradecimentos ao pessoal do Instituto Agrônomo, do CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, do Arquivo Edgard Leuenroth e do IBC - Instituto Brasileiro do Café, ambos em Campinas.

Em São Paulo, nossas longas incursões encontraram sempre muita receptividade junto ao pessoal do Instituto Histórico e Geográfico, do Arquivo do Estado de São Paulo, da Secretaria da Promoção Social, Museu Paulista, dentre outros, a quem muito devemos.

Aos amigos Cidinha e Adilson Birolli González, amizade que o tempo fortalece, pela indicação de Vila Novais como uma possibilidade que ora se concretiza.

Em Vila Novais, a todos aqueles que demonstraram entusiasmo pela nossa pesquisa, especialmente as famílias de Seu Ildefonso Blasque Sanchez, Seu Tercifon Cabrera, D.Teodora Dias, D.Ana Garcia, D. Ana Crespo Moreno e D. Carmen Dueñas, sem cuja colaboração e estímulo esse trabalho não seria possível. Espero ter sido merecedora da confiança de todos, em cujos depoimentos depositaram não apenas relatos, mas sentimentos.

À D. Olga (*in memoriam*) por seu carinho e generosidade, de quem jamais esquecerei as longas conversas, quando gentilmente me hospedava em sua casa, em Catanduva, e por seu entusiasmo pela pesquisa; de onde estiver, sinta-se agraciada e torça para que tudo dê certo.

Também a Seu Manoel Martinez (*in memoriam*), de Catanduva, pelo seu interêsse e empenho em contribuir com dados e informações na fase inicial.

Aos amigos Sérgio Adorno, Jaime de Almeida, Esther Kandas, William Astolfi, Helga Reidler, Maria Eta Vieira, que, sempre por perto e de uma maneira ou outra, trataram de dar a sua contribuição, compreensão e solidariedade.

Agradecimento especial a Maria Silvia Betti, Patrícia Garmêndia, Roberta Palhares, Rafael Kiessling e Leila Rochert de Magalhães, pelo apoio estratégico.

A essa Universidade, que sempre me acolheu, e onde, a par da formação intelectual, tem contribuído no processo de minha auto-descoberta.

Esse trabalho contou com o apoio do CNPQ.

R E S U M O

Essa Monografia busca reconstruir o processo de formação e evolução de uma comunidade, cujas origens se vinculam às grandes transformações introduzidas pelo avanço da agricultura cafeeira na região, depois denominada Araraquarense e à presença progressiva de contingentes imigratórios de origem espanhola.

Com efeito, a reconstituição analítica do processo de fixação dos imigrantes espanhóis naquela localidade – Villa Novaes -, ofereceu campo para outra série de formulações mais amplas, cujas variáveis fundamentais remontam a seu país de origem, onde buscamos apreender as múltiplas dimensões do fenômeno emigratório espanhol de massa em suas raízes, articulando-o, assim, com os aspectos ensejados no país de destino e, mais particularmente, com o universo revelado pela localidade objeto dessa investigação, na tentativa da montagem de um quadro referencial integrado e orgânico.

Nesse intento, e considerando seu caráter de movimento de dupla dimensão – coletivo e individual -, privilegiamos duas fontes empíricas de suporte à investigação: ao lado das fontes documentais escritas, buscamos abrir espaço àqueles que, como protagonistas, haviam vivenciado a cadeia de episódios pretéritos que buscávamos investigar, integrando-os ao cenário da História como personagens principais.

De resto, o alinhavo conduzido por entre as duas matizes de fontes, buscou recuperar aspectos do caráter singular do imigrante espanhol no Brasil no período em pauta (1880-1930), e reconstruir seu significado no quadro geral das imigrações na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Imigração, imigração espanhola e cafeicultura, emigração espanhola em massa, Município de Novais, estudo de caso.

A B S T R A C T

This dissertation aims at recovering and investigating the formation and development of a community whose origins are linked to two factors, namely, the considerable changes introduced by the upgrading of the coffee planting techniques in the region later on designated as Araraquarense, and the progressive presence of immigrant contingents of Spanish origin.

As a matter of fact, the analytical reconstruction of the Spanish settlement in that region, Villa Novaes, provided elements for another series of wider formulations, whose fundamental variants derive from these immigrants' native land. We tried to apprehend the multiple dimensions of the phenomenon of mass emigration of Spaniards in its roots, and to investigate the expectations of these immigrants concerning the country they were bound to as a whole, and, more specifically, the aspects revealed by the community in which they settled down, and which is the object of this thesis. Our aim was the one of setting up a referentially integrated and organic view.

With this aim, and considering the double nature of our study - the collective and the individual one - we privileged two types of empirical sources to support our investigation: besides consulting written documents, we tried to open space for the investigation of the experiences of those who had actually lived all that series of past episodes, casting them as protagonists rather than as minor characters within the scenery of History.

The combination of the two aforementioned types of sources aimed at recovering and discussing the particular characteristics of Spanish immigrants in Brazil in the focused period (1880-1930), and at understanding their role within the general context of immigration in Brazilian society.

Key words: immigration, Spanish immigration and coffee planting, mass Spanish emigration, City of Novais, case study.

RESUMEN

En esta monografía buscamos reconstruir el proceso de formación y evolución de una comunidad cuyos orígenes se vinculan a las grandes transformaciones introducidas por el desarrollo de la agricultura cafetera en la región – posteriormente denominada Araraquarense – y a la presencia, siempre progresiva, de flujos inmigratorios de origen español.

En efecto, la reconstitución analítica del proceso de fijación (inclusión y mantenimiento) de los inmigrantes españoles en aquella localidad – Villa Novaes – ofreció oportunidad para otra serie de consideraciones más amplias, cuyas variables fundamentales apuntan hacia su país de origen. Nos planteamos la tarea de comprender las múltiples dimensiones del fenómeno emigratorio español masivo desde sus raíces, así como establecer sus relaciones con los aspectos del país de destino y, de modo más específico, con el conjunto de características presentado por la localidad objeto de esta investigación. La intención es la de ofrecer un cuadro de referencia integral y orgánico.

Para ello, y teniendo en cuenta su carácter de movimiento de doble dimensión – colectiva e individual -, nos detuvimos especialmente en dos fuentes empíricas de soporte a la investigación: paralelamente a las fuentes documentales escritas, buscamos ceder espacio a aquellos que, como protagonistas, habían vivido los episodios pasados que queríamos investigar, y los integramos al escenario de la Historia como personajes principales.

Por medio del análisis conducido entre las dos fuentes mencionadas, intentamos recuperar aspectos del carácter singular del inmigrante español en Brasil entre los años 1880 y 1930 y, así, reconstruir su significado en el marco general de las inmigraciones en la sociedad brasileña.

Palabras clave: inmigración, inmigración española y cafecultura, emigración española masiva, Municipio de Novais, estudio de caso.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	01
-------------------------	-----------

PARTE I

O PROCESSO EMIGRATÓRIO ESPANHOL EM MASSA (1880-1930): SEUS DESDOBRAMENTOS MAIS GERAIS E O CASO DO BRASIL	35
...	

CAPÍTULO I : O movimento emigratório espanhol contemporâneo: fenômeno autóctone ou estrutural?	39
.....	
1. Mecanismos oficiais de controle	43
.....	

2. As diversas correntes oriundas da Península	58
.	
3. A corrente que demandou o Estado de São Paulo	68
.	
CAPÍTULO II : A Espanha invertebrada, seus descompassos regionais	77
e os movimentos populacionais: Andaluzia, Extremadura, região do Levante	
1. A evolução política espanhola, a restauração e o caciquismo .	91
.	
2. As questões demográficas e agrárias: o latifúndio, o pequeno proprietário e o <i>jornalero</i>	97
.	
PARTE II	
OS EMIGRANTES, OS PAÍSES DE DESTINO E O BRASIL:	
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	11
.	7
CAPÍTULO I : O imigrante que se destinou a São Paulo: condições, expectativas e a realidade	13
.	2
CAPÍTULO II : <i>Marchando</i> para o desconhecido: a travessia e a chegada. .	17
	3

1. A fazenda, as relações no colonato e as modalidades contratuais	17 9
2. A itinerância do imigrante, a formação do pecúlio e a pequena propriedade	21
.	8

PARTE I I I

PRIMÓRDIOS DE VILLA NOVAES: O DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO DO TURVO, OS NÚCLEOS POPULACIONAIS E OS IMIGRANTES ESPANHÓIS	23
.	3

CAPÍTULO I : As propriedades fundiárias, origem e retalhamento: os registros de compra e venda.	26
.	0

1. Casos ilustrativos e papéis desempenhados	26
.	8
2. A passagem da condição de colono à de pequeno proprietário: condições e dificuldades iniciais	28
.	7
3. O custo e a valorização das propriedades agrárias	30
.	2
 CAPÍTULO II : Villa Novaes: a recriação do espaço comum	31
.	6
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
.	7
 ANEXOS	34
.	0
 FONTES UTILIZADAS	37
.	1
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
.	7

Nome do arquivo: resumo
Pasta: A:
Modelo: C:\Documents and Settings\cliente\Dados de aplicativos\Microsoft\Modelos\Normal.dot
Título: Texto II en español
Assunto:
Autor: Jose Pedro Canovas
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 19/7/2001 09:54
Número de alterações: 79
Última gravação: 2/2/2001 10:17
Gravado por: CCE - USP
Tempo total de edição: 565 Minutos
Última impressão: 4/2/2001 08:45
Como a última impressão
Número de páginas: 18
Número de palavras: 2.174 (aprox.)
Número de caracteres: 12.392 (aprox.)

INTRODUÇÃO

1. O tema:

Esta monografia, de longa gestação, começou a se delinear nos finais da década de setenta, por sugestão da professora Maria Thereza Schörrer Petrone, no ensejo do curso de pós-graduação em História Social que então ministrava¹, ocasião em que aludia à lacuna historiográfica com respeito a imigração espanhola de contornos maciços, orientada para o Brasil, especificamente para o Oeste cafeeiro que teria caracterizado o período em pauta.

Aceita a sugestão, insuspeitadamente abalizada, no passo imediatamente seguinte, buscamos mapear o território a nível institucional, na tentativa de rastrear a presença de vestígios da passagem desse contingente no período em foco, requisito primeiro na definição da viabilidade da investigação².

¹ - “O café e a aceleração das transformações sociais do fim do século XIX até 1930 em São Paulo”, ministrado no 2º semestre de 1978.

² - Os principais locais consultados e a respectiva documentação examinada, nesse levantamento inicial foram:

- Em S.Paulo, Capital:
 - Hospedaria dos Imigrantes, hoje Memorial do Imigrante (para o inventário dos livros de Registro de Entradas e das Listas de Bordo);
 - Arquivo do Estado (com inúmeras latas de assuntos correlatos, como os Requerimentos Diversos da Secretaria da Agricultura, nossa análise primeira recaiu sobre os Ofícios Diversos, classificados por períodos e por local, mas ainda sobre Terras e Colonização, Colonização, Imigração e Despesas, Estrangeiros (vindos), Movimento de Imigrantes, Sociedade Promotora de Imigração, Discriminação de Terras e Colonização, Inspetoria Geral de Imigração, Livro de Débitos de Colonos, dentre outros).
 - Secretaria da Promoção Social (com vasta documentação sobre imigração, donde destacamos os Boletins de Agricultura, os Boletins do Departamento de Imigração e Colonização, Revista Brasileira de Estatística, Revista Brasileira de Geografia, Revista do Instituto do Café e Revista Rural Brasileira);
 - Museu Paulista (em cuja biblioteca, encontramos à época, inúmeras publicações oficiais, como Anuários Estatísticos, Boletins de Agricultura, Revista Agrícola, Almanaque Agrícola, Anuários do Ministério da Agricultura, Recenseamentos Agrícolas e Demográficos, os quais, em sua maioria completavam as séries localizadas no Instituto Agrônomo de Campinas, além de inúmeras obras raras, especialmente os Almanques (Garnier, Laemmert) e publicações do Departamento de Estatística do Estado de S.Paulo);
 - IBGE (para a consulta ao Recenseamento de 1920);
 - Instituto Histórico e Geográfico (onde consultamos especialmente a Hemeroteca);

Consultamos ainda as bibliotecas das seguintes instituições, para efeito de levantamento de documentação de interesse:

Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos (de cujo acervo, não catalogado e de difícil localização, quase nada pudemos dispor), Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca Kennedy, Biblioteca da Faculdade Ibero Americana e da Cúria Metropolitana.

- Em Campinas, SP:

Nossa peregrinação se estendeu por alguns meses, resultando daí um volume expressivo de dados coligidos, com o qual, entretanto, não logramos estabelecer a tão necessária “liga”, o fio condutor que nos encorajasse a esboçar a elaboração de um projeto. As alusões a este grupo, quando apareciam, eram esporádicas, geralmente dispersas em maços de documentos ou publicações oficiais, não tinham caráter serial, e não apresentavam relação ou analogia.

Estávamos quase finalmente nos convencendo de que a única alternativa seria a desistência, quando fomos alertados por um amigo da existência de uma colônia espanhola no interior do Estado de São Paulo, em Vila Novais, localidade próxima a Catanduva, sua cidade natal. Esta se constituiria, conforme ele, de pessoas de idade avançada e alguns de seus descendentes, cujas histórias lhe eram familiares e próximas, pois sua mãe ³ fora parteira no local durante várias décadas.

Esta informação forneceu-nos ânimo renovado. Na primeira oportunidade, seguimos, então, para Vila Novais, onde chegamos depois de algumas escalas, e esta seria a primeira de muitas vezes que lá estivemos.

A primeira impressão não nos animou. Por onde começar? Lá não havia sequer um museu, um arquivo e as informações eram díspares sobre a possibilidade da existência de qualquer documentação que pudesse subsidiar uma investigação.

No entanto, haviam as pessoas remanescentes da “colônia”, de quem nos aproximamos, e, quando nos demos conta, ouvíamos animados seus relatos e com tristeza compartilhada suas queixas e decepções; alguns deles falavam em português com sotaque, outros, curiosamente, ainda em espanhol e aquelas

- Instituto Agrônômico (cujo acervo, riquíssimo, que avaliamos e fotocopiamos, se constituía, basicamente, de publicações oficiais, como: Recenseamentos e Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas; Revista Agrícola de S.Paulo, Revista de Imigração e Colonização, Relatórios dos Secretários da Agricultura, Ind. e Comércio, Revista dos Fazendeiros, Revista do Instituto do Café do Estado de S.Paulo, antes denominado Boletim do Instituto do Café, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Revista da Sociedade Rural Brasileira, Revistas “O Fazendeiro” e “Notas Agrícolas”, Revista Brasil Agrícola; Coleção de Leis e Decretos do Estado de S.Paulo; Boletim do Ministério da Agricultura; Almanaque Agrícola Brasileiro (chácaras e quintais), Almanaque da Secretaria dos Negócios da Agricultura Com. e Obras Públicas do Estado de S.Paulo, de 1917, Almanaque do Estado de S.Paulo de 1916, Almanaque da Província de S.Paulo; Anuário Demográfico de S.Paulo; Anuário Estatístico do Brasil - Min. da Agricultura; Anuário Estatístico do Estado de S.Paulo; Anuário do Min. Agricultura, Ind. e Comércio; Café: Estatísticas de Produção e Exportação; Anais do Museu Paulista ;

- CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (onde coletamos toda a série dos Relatórios da Secretaria da Agricultura, anos 1894 a 1928);

- Arquivo Edgard Leuenroth (onde realizamos um levantamento de periódicos de língua espanhola do período);

- IBC - Instituto Brasileiro do Café (onde coletamos os Anuários Estatísticos do Café e os estabelecimentos recenseados em 1920).

³ - D. Olga Birolli González, já falecida, mãe de Adilson B. González, nosso amigo.

narrativas, mergulhadas na trajetória singular de que tinham sido protagonistas, começaram a ganhar corpo e nexos, emoldurando um quadro referencial que incitava nosso interesse pela investigação, mesmo que essa ainda não se revelasse exequível.

Simultaneamente, íamos checando suas indicações de locais onde poderiam estar conservados alguns documentos da época que remontava à sua chegada no local: museus, arquivos, casas de cultura, prefeituras, câmaras municipais, foram rastreados todos aqueles ainda existentes, nos municípios a quem Novais pertencera como distrito⁴.

Dentre os documentos localizados nestes vários locais, muitos fragmentos de História, de vários matizes e épocas e que podiam, quando muito, contribuir aqui e alí como um dado, uma informação a mais. Nada com sustância suficiente para evocar e ilustrar o processo que pretendíamos examinar.

Neste ínterim, entretanto, continuávamos a nos reunir com a colônia e, cada vez mais, a nos interessar por montar o xadrez de seus relatos; percebíamos, também, crescer seu interesse, revelando-nos informações, possibilidades, pistas, estratégias e indicações de toda ordem.

Foi quando, finalmente, nossa atenção foi despertada para os volumes dispostos no pequeno cartório de Vila Novais, referentes aos registros civis de seus cidadãos. Acontece, porém, que eles, justificadamente, apenas abrangiam o período a partir do qual Vila Novais havia se transformado em distrito, ou seja, de 1925 para diante.

Depois de investigar, chegamos, finalmente, à série anterior destes mesmos registros, então conservados no Cartório do Município de Paraíso, remontando ao ano de 1900, data esta que contempla a criação do Cartório do Distrito de São Sebastião do Turvo - até seu desaparecimento por volta do ano de 1915, extinto por uma suposta epidemia -, e a criação do Distrito de Irupyt, nos arredores, que passou a concentrar o registro das ocorrências civis dos habitantes daquela boca do sertão.

Convictos de sua importância, por se constituírem séries completas e bem conservadas, fomos, no entanto, impedidos de promover uma avaliação prévia

⁴ - Villa Novaes aparecerá oficialmente como distrito apenas em 1925, pertencendo ao Município de Jaboticabal, até 1935; depois, passará a se reportar a Catanduva, de 1935 a 1938 e, finalmente, a Tabapuã, de 1938 a 1997. O processo que redundou em seu aparecimento será objeto de apreciação no decorrer dessa Monografia.

Nesta ocasião, concentramos sobretudo em Jaboticabal, SP (Centro de Cultura, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal) o foco da pesquisa.

do material por ambos os tabeliões, que exigiam, para tanto, autorização judicial.

Buscamos, neste ínterim, a intermediação de alguns setores da Universidade - dentre os quais o “Setor de Documentação”, hoje CAPH - Centro de Apoio a Pesquisa Histórica -, mais capacitados que nós a procederem a uma adequada coleta do material dentro da observância de normas técnicas, que endossaram a nossa solicitação para a retirada do material e sua completa microfilmagem, sob sua supervisão e custódia, porém, nem assim logramos obter as concessões necessárias.

Finalmente e depois de algumas declarações e muito empenho por parte de nosso orientador à época, o Prof. Dr. Augustin Wernet, foi-nos concedida a autorização pelo juiz (Comarca de Olímpia), facultando-nos o manuseio e a avaliação da massa documental inédita existente nos dois Cartórios, a qual, logo em seguida, pessoalmente microfilmamos, em várias etapas ⁵.

Numa feliz coincidência, o Cartório de Vila Novais pertencia à época ao Sr. Paschoal Blasque Sanchez, filho do imigrante espanhol Sr. Ildefonso Blasque Sanchez - então com 85 anos e que já se revelava um entusiasta pela investigação ainda em seu embrião - , o qual teve um papel fundamental na

⁵ - Desnecessário nos estendermos nas dificuldades em que isto se revestiu. Não apenas pelo fato de tais documentos estarem a 400 quilômetros da Capital, o que, pelo volume, nos obrigou a várias viagens, mas, e sobretudo, pelas condições desfavoráveis em que foi realizada a sua microfilmagem; sem poder deslocar o material para algum local com alguma condição operacional mínima, esta tarefa foi realizada nos próprios Cartórios, em condições inadequadas e de pouca luminosidade.

Junto ao Cartório do Ofício de Notas do Município de Paraíso, microfilmamos um total de 53 livros (12 de Registros de Nascimento, 07 de Registros de Casamento, 06 de Registros de Óbitos e 28 livros de Escrituras e Testamentos), referentes ao período de 1900-1915 (Distrito de S. Sebastião do Turvo) e de 1915-1925 (Distrito de Irupy), consituindo-se em 13 rolos de microfilmes.

No Cartório do Distrito de Vila Novais levamos a efeito a microfilmagem de 17 livros (06 de Registros de Nascimento, 03 de Casamentos, 03 de Óbitos e 05 de Escrituras e Testamentos), correspondendo ao período de 1925 a 1935 e que geraram 05 rolos de microfilmes.

Tal documentação será, no entanto, utilizada parcialmente, conforme se depreenderá no decorrer da Monografia, em virtude de ter tido toda uma série - casamentos e óbitos -, extraviada no Setor de Documentação do Departamento de História (hoje, Centro de Apoio à Pesquisa em História, CAPH), onde estava conservada.

Os microfilmes que foram descartados, sem comunicação prévia e sob a alegação posterior de que apresentavam defeitos, curiosamente foram acondicionados como os demais numa caixa própria, identificada com o conteúdo e com nosso nome completo, depois de serem examinados pelo Sr. Alfredo Crescente, funcionário que à época nos assessorou, não apenas cedendo o equipamento para a microfilmagem, mas orientando seu manuseio e conferindo todos os filmes que produzimos. Exigente, Seu Crescente nos obrigou a refazer alguns livros que tecnicamente não considerava aceitáveis e de leitura comprometida.

Os registros descartados continham um manancial expressivo de informações, na identificação daquele elemento, apenas para citar, os Registros de Óbito continham referências da causa mortis, do número de filhos e dos bens deixados, informações potencialmente reveladoras na conjunção com outros dados.

divulgação da pesquisa junto aos demais membros da comunidade⁶, e cuja ação catalizadora, incansavelmente promovia a ampliação dos nossos contatos com eles.

A esta altura, nosso objeto, inicialmente obscuro, ia adquirindo contornos menos difusos e se insinuava mais claramente, revelando-nos a possibilidade de esboçar um projeto que buscasse promover a reconstituição analítica do processo de formação e evolução da comunidade espanhola de Villa Novaes, configurando-se, portanto, numa abordagem típica de um *estudo de caso*.

⁶ - O termo é aqui empregado num sentido intermediário entre o do senso comum - qualquer coletividade humana - e o conceito forjado pela teoria sociológica clássica para dar conta das formas de associação e sociabilidade dissolvidas com a crise da tradição e a emergência e consolidação da sociedade moderna. O tipo de associação comunitária predominante no mundo da tradição (durante a vigência do feudalismo e do pré-capitalismo) envolve uma constelação de interesses materiais e morais, percebidos como unidades interrelacionadas entre si. O trabalho não está divorciado ou autonomizado em relação as outras esferas da vida social, como o casamento, as festas, as hierarquias, o controle político do poder. O tipo de associação societária é completamente distinto. Além de revelar tantas outras importantes características, promove a autonomização relativa de múltiplas esferas sociais como o trabalho, a propriedade, etc... Daí, porque o mundo moderno revela uma complexidade distinta do mundo tradicional. Assim, comunidade e sociedade correspondem a tipos ideais - no sentido weberiano - de relações e formas de associações sociais. Segundo os sociólogos, à medida em que a sociedade moderna se consolidou, o tipo de associação societário tendeu a prevalecer sobre o comunitário. No entanto, como mostram muitos estudos, inclusive recentes, a comunidade não desaparece completamente. Em algumas circunstâncias, ocorre uma espécie de melange entre ambos tipos; em outras, traços comunitários sobrevivem debaixo de relações societárias; em outros ainda, a comunidade sobrevive como experiência utópica (moral), embora suas bases materiais (as formas concretas de organização societária) tenham desaparecido e se subordinem às regras das relações societárias [...]. Conforme: Sérgio ADORNO, comunicação pessoal, 02.11.1998.

É seguindo a trajetória acima traçada que esta pesquisa entenderá por “comunidade” um conjunto de relações sociais fundadas em atributos morais e sociais, representados pela origem, parentesco, língua e tradição e pretenderá esclarecer o sentido, as etapas, a importância das transformações operadas nas relações comunitárias, bem assim as bases sobre as quais a comunidade se redefinirá.

Servimo-nos abundantemente do clássico estudo de José de Souza MARTINS, em A imigração e a crise do Brasil agrário (S.Paulo, Livr. Pioneira Editora, 1973), obra na qual esse autor aborda essa questão, esclarecendo que [...] *a dinâmica da sociedade exprime-se não só pelas relações entre os sujeitos, mas pelas relações dos sujeitos com as condições de produção da história. Assim sendo, não estamos apenas diante de relações sociais entre imigrantes e nacionais ou imigrantes e imigrantes, mas estamos diante de relações sociais decorrentes do modo como a imigração foi produzida e incorporada pela crise do Brasil agrário* (p. 18).

Esta ainda parece ser uma das preocupações centrais de correntes historiográficas que se debruçam sobre questões imigratórias. Bruno RAMIREZ, em “Migraciones, etnicidad e Historia Mundial: perspectivas desde la America del Norte” (In: Estudios migratorios latinoamericanos, Buenos Aires, CEMLA, Ano 8, nº 25, 1993, p. 402), diz: *Para afrontar mejor estos interrogantes, puede parecer útil identificar dentro de lo que genéricamente se ha designado como ‘inmigration history’ tendencias o problemáticas específicas en torno a las cuales se ha articulado la historiografía de estos últimos años. Esto es necesario también porque el modelo que ha prevalecido durante los años 70 y 80 (el ‘community study’ entendido como estudio de un movimiento migratorio singular que implicaba a una sola etnia) parece dejar hoy cada vez más espacio a los enfoques que sitúan los fenómenos migratorios en contextos geopolíticos y sociales más vastos y complejos*. Grifos nossos.

2. Metodologia, documentação e estrutura do trabalho:

*Mi vida? Es que yo tengo vida? Estos mis años, todavía me parecen niños. Las emociones de la infancia están en mí. Yo no he salido de ellas. Contar mi vida sería hablar de lo que soy, y la vida de uno es el relato de lo que se fue. Los recuerdos, hasta los de mi más alejada infancia, son en mí un apasionado tiempo presente*⁷.

*É preciso começar a perder a memória, mesmo que a das pequenas coisas, para percebermos que é a memória que faz nossa vida. Vida sem memória não é vida [...]. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nosso sentimento, até mesmo nossa ação. Sem ela, somos nada [...] (Só posso esperar pela amnésia final, a que pode apagar toda uma vida, como fez com a de minha mãe [...])*⁸.

Esta opção metodológica revelou-se de pronto a mais satisfatória. Havia, porém, que se estabelecer determinados parâmetros de análise, buscando não apenas a ótica que explicitasse o fenômeno circunscrito ao espaço delimitado por Villa Novaes, ou seja, vinculando-o tão somente às grandes transformações ocorridas pelo avanço da agricultura cafeeira na região e à outras variáveis locais.

Entendíamos, e essa impressão hoje se reforça, que a questão migratória é essencialmente composta em dois momentos e espaços distintos, ainda que interligados e que, para a melhor compreensão deste fenômeno era preciso observá-lo em suas múltiplas faces, constituídas não apenas no espaço contido no país de destino ou receptor - no caso, o Brasil -, mas, sobretudo, era preciso apreender as múltiplas dimensões do fenômeno em seu espaço de origem,

⁷ - Federico Garcia LORCA, andaluz de Granada, nascido em 05.06.1898. In: OBRAS COMPLETAS. Tomo II. Madrid, Aguilar, 1954, p. 956.

⁸ - Luis BUÑUEL (1900-1983), cineasta espanhol, em suas memórias recém traduzidas. SACKS, Oliver. "O marinheiro perdido". In: O homem que confundiu sua mulher com um chapéu. S.Paulo, Cia. das Letras, 1997, p. 38

estabelecendo, assim, a necessária e recíproca articulação entre ambos; no caso específico espanhol, era preciso buscar em suas raízes locais, as motivações que determinaram com que a imensa onda humana atravessasse o oceano.

Em outras palavras, fazia-se indispensável a articulação dos aspectos contidos nos dois espaços, integrando-os estruturalmente pela dinâmica da economia mundial e concretamente pela experiência vivenciada pelo grupo de emigrantes que o protagonizou, analisando-os “*em sua dupla dimensão, de fato coletivo e de itinerário individual (a trajetória e a experiência singulares do emigrante e do imigrante)*”⁹, tentando correlacionar causas, momentos, volume, fluxos e outras variáveis que, referidas à mesma determinante - a consolidação da economia a níveis mundiais - tipificassem o movimento de massa oriundo da Espanha.

Não poderíamos, portanto, promover a investigação da comunidade espanhola de Villa Novaes considerando-a tão somente como um sistema isolado, estanque, autonomizado e que se esgotasse no âmbito do universo ali encerrado, porém, somente considerando-a como imbricada a uma sucessão de aspectos que igualmente buscávamos examinar, construindo, assim, um espaço de discussão não delimitado ao marco local, mas situado dentro uma perspectiva mais ampla na qual entendíamos se inserir o processo¹⁰.

Entendíamos então, e hoje nossa postura se reforça e encontra ressonância em vários trabalhos, que

⁹ - SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. S.Paulo, Edusp, 1998, p. 13.

¹⁰ - Esta opção metodológica inicial levou em conta a perspectiva, a abrangência e as conclusões que se pode obter através do estudo de um caso particular em que a particularidade dos fenômenos examinados contém as determinações mais gerais de uma sociedade. No caso específico da reconstrução da comunidade espanhola de Villa Novaes, a adoção de tal procedimento metodológico, implicou, como ficará explicitado, referências não apenas às condições histórico-sociais particulares que possibilitaram o seu aparecimento e posterior desenvolvimento, como também referências às condições que presidiram o fenômeno no país de origem.

Foram muitas as contribuições historiográficas ao entendimento desse procedimento metodológico, porém, gostaríamos de registrar a lapidar contribuição de Juarez Rubens Brandão LOPES (Crise do Brasil arcaico. S.Paulo, Difel, 1967), em que o autor estuda as relações de trabalho em duas comunidades na zona da Mata mineira em processo de transformação social, sob a perspectiva de um estudo de caso.

Para promover a articulação que julgávamos indispensável nestes casos, e reafirmando nosso entendimento de que “*o imigrante antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante*” e que “*de fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa*” (SAYAD, A. Op. cit., 1998, pp. 18 e 16 respectivamente), levamos a efeito uma apreciação acerca do processo emigratório espanhol, o qual encontra-se explicitado na PARTE I, Cap. I e II dessa Monografia.

Tal opção trouxe a necessidade de um recuo na periodização inicialmente proposta - de 1900 para 1880 -, marco que contempla a implantação de controles oficiais de saída do emigrante pelo Governo espanhol, de cujas referências estaremos nos utilizando.

*Na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo [...] pois o que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de emigração; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal*¹¹.

Nesta perspectiva, não demoramos muito a perceber a ampla possibilidade que se nos afigurava a exploração daquele patrimônio oral representado por aqueles personagens-vetores de História; afinal, ali ainda era possível encontrar membros da colônia que, de idade avançada, pertenciam à primeira geração de emigrados e que, como os demais descendentes, haviam, de uma maneira ou de outra protagonizado e participado diretamente do processo que nos empenhávamos em investigar.

Surgiu, assim, a idéia de utilizar seus relatos de forma sistemática; afinal, se a sua trajetória concreta, oficial, estava inscrita naqueles livros cartoriais pelos dados ali contidos, porque não reconstruí-la reelaborando-a com as narrativas, cujo procedimento permitiria a apropriação de outras faces que não seriam apreendidas pela História formal?

Tal decisão, encerraria, previsivelmente, problemas de diversas ordens, metodológicos e de abordagem, para ficar naqueles que, a princípio, julgávamos mais difíceis de contornar.

Parecia-nos claro que
*[...] o imigrante raríssimas oportunidades teve de ocupar a ‘tribuna da História’ (uma vez que, viciosamente, a ‘memória nacional’ caracteriza-se pela preponderância de informações contidas em papéis burocráticos recolhidos aos arquivos públicos), e de depor sobre si mesmo ou sobre as situações que viveu, para permitir aos pósteros uma reconstituição mais rica do passado [...]. Sobre o colono e, até mesmo, pelo colono falou o burocrata dos organismos administrativos ligados à colonização oficial e falaram os governantes*¹².

De certo modo nos apropriando desta epígrafe, entendíamos que poderíamos utilizar o diálogo entre diferentes suportes empíricos, ainda que de

¹¹ - SAYAD, A. Op.cit., 1998, p. 14.

¹² - MARTINS, J.S. Op.cit., 1973, pp. 42/3.

domínios distintos - documentos escritos, depoimentos orais -, buscando recuperar as maneiras como se entrecruzam e se distendem.

Assim, e a despeito de quase nada conhecermos acerca do procedimento relacionado à coleta de narrativas, hoje denominado *História Oral*, constituindo-se recurso de larga aplicabilidade no meio acadêmico, reconsideramos junto à comunidade esta possibilidade, levando em conta o formidável “material” de que dispúnhamos, e, vencidas as poucas resistências ¹³, passamos a examinar as condições de cada um na eleição do grupo escolhido para prestar os depoimentos ¹⁴.

Tínhamos, é bom lembrar, como modelo o exemplar trabalho de Ecléa Bosi ¹⁵, que, ao correlacionar memória e sociedade, partindo das lembranças de velhos, no intuito de “*registrar a voz e através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. [...] memória pessoal [...] que é também uma memória social, familiar e grupal*” ¹⁶, percebeu os vários espaços da memória, como espaços repletos de sons, de cores, cheiros e imagens, enfim, de reminiscências do passado que povoam e afluem as lembranças com intensidade.

Aquele grupo, havia efetivamente partilhado uma experiência singular, que buscávamos reconstruir. Estávamos, por outro lado, convencidos de que “*[...] nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a*

¹³ - Em sua maioria, nossa idéia teve acolhida calorosa por parte daqueles já anteriormente contatados. As resistências foram inexpressivas, ocasionadas, no mais das vezes, pelo temor em expressar opinião num país “estranho” (a maioria não havia sequer se naturalizado), e pelo receio de colocarem em risco o patrimônio, em função de informações que pudessem ser requisitados a prestar. Na sondagem inicial, percebemos ainda que muitos conservavam como língua oficial um dialeto do sul da Espanha, de difícil entendimento para nós ‘a época e que, portanto, os descartava da possibilidade de participação. Observamos, no entanto que, para a maioria, a influência do meio e as relações interpessoais e grupais tinham criado uma fala peculiar, que não era nem um português e nem um espanhol corretamente falados, mas um português espanholado ou um espanhol aportuguesado por elementos locais. De qualquer modo, todos eles conservavam um acento marcadamente espanhol, observado na forma de narrar e na construção dos períodos e das frases.

¹⁴ - O critério adotado foi consensual. Preferiu-se, para as participações “formais” - em geral o ato de se pronunciar formalmente de um elemento da família foi compartilhado por vários outros -, aos nativos e aos mais idosos, nesta ordem de prioridade, e que ainda conservassem vivas as recordações pretéritas. No entanto, eram poucos, e assim, passamos a ouvir também membros pertencentes à primeira geração nascida no Brasil nos primeiros anos do século e que juntamente a seus pais, espanhóis legítimos, haviam partilhado das experiências iniciais do grupo migrante recém chegado. Suas idades variavam de 69 a 85 anos, sendo que acabamos por eleger três homens e quatro mulheres, num total de sete entrevistas, que realizamos em etapas, durante os anos de 1980 e 1981; mais recentemente, em 1999, já na cidade de S.Paulo, contatamos com a neta do suposto fundador de Vila Novais, Sra. Maria Cecília Monteiro da Silva, que nos concedeu outra entrevista, para alguns esclarecimentos adicionais.

¹⁵ - Memória e sociedade - lembranças de velhos. S.Paulo, T.A. Queiróz, Editor, Ltda., 1979.

¹⁶ - Op. cit., 1979, p. 01.

História”¹⁷, e de que eram documentos ambulantes, cujos testemunhos, evocando sua própria história, poderiam representar pontos de contato, numa articulação com a História oficial.

*“A memória de uma sociedade se esgota lentamente, sobre as bordas que assinalam seus limites, à medida que seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, desapareçam ou se isolem”*¹⁸; as narrativas poderiam se constituir como uma maneira legítima de obtenção de dados que relatassem a cadeia de episódios pretéritos vivenciados por aquelas pessoas, mas, poderiam, igualmente, representar a possibilidade de identificar a manifestação, a consciência e o sentido de identidade individual e grupal, bem como a imagem que o imigrante forjara de si mesmo.

*Defini a questão [...] como a da importância da narração para a constituição do sujeito. Essa importância sempre foi reconhecida como a da rememoração, da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento*¹⁹.

*O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser [...]. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa [...]*²⁰.

Era preciso, no entanto, promover o ordenamento das imagens guardadas e neste processo de rememoração, organizar um espaço e um tempo vividos no passado, que, evidentemente, só poderiam ser compreendidos como um esforço condicionado pelo presente, isto é, a ele referido, o que implicaria, entre outras coisas, na construção de uma nova perspectiva sobre o passado.

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa

¹⁷ - BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I - Magia e técnica, arte e política. S.Paulo, Brasiliense, 1985, p. 223 (trad. de Sérgio Paulo Rouanet). Citado geralmente como ‘Teses’.

¹⁸ - Halbwachs, Maurice. A memória coletiva. S.Paulo, Ed. Vértice, 1990, p. 84.

¹⁹ - GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em W. Benjamin. S.Paulo, Perspectiva, FAPESP. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1994, p. 3.

²⁰ - THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”. In: Revista Projeto História. São Paulo: 15, abril/1997, p. 57.

*consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens entre um e outro e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista*²¹.

*É sabido que a experiência de uma situação vivida por diferentes pessoas produz versões diferentes no momento de cada um se lembrar. Esta versão resulta de um duplo trabalho interpretativo: do momento onde se vive o acontecido e do momento em que ele é lembrado. Da mesma forma que o ângulo (ponto de vista) confere sentido à fotografia, é a situação presente que influencia a maneira através do qual o passado é percebido. Da mesma forma que o ponto de vista, o prisma, cria o objeto na pesquisa, o presente cria o passado através da mediação da memória*²².

Sua trajetória, assim, mesmo que promovida por determinantes mais gerais, e, portanto, de uma certa ótica, similares, apresentou, não apenas diferentes versões, mas também distintivas ênfases, revelando interesses pontuais por determinados assuntos, numa expressão de que a experiência apreendida então rememorada afigurava-se única para cada qual deles.

Seus pronunciamentos tenderam, invariavelmente, a se concentrar mais ao redor das experiências envolvendo questões familiares e de “causos” sobre a comunidade local, porém estiveram inevitavelmente referidos ao conjunto de indicadores comuns mais gerais promovidos pela emigração e experienciados pelo grupo.

*En relación a nuestras experiencias no pensamos que sea posible mantener una distinción neta entre interpretaciones “subjetivas” e “hechos” objetivos, pues los dos están, en realidad imbricados*²³.

De certo modo, esse fator – o reconhecimento da fronteira tênue entre os fatos narrados e as informações coligidas pela documentação oficial -, foi

²¹ - BOSI, E. Op. cit., 1979, p. 17

²² - BERTAUX, Wiame. “Mémoire et récits de vie”. In: Penelope (pour l’histoire de femme), nº 12, 1985, p. 51. Apud: FERNANDES, Maria Esther. “A ‘história de vida’ como instrumento de captação da realidade social”. In: Cadernos CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos), nº 6, série 2, 1995, p. 150.

²³ - NANCY, Michel. “De las historias y relatos de vida a las prácticas antropológicas: individuos, minorías y migrantes”. In: Estudios migratorios latinoamericanos. B.Aires, ano 8, nº 24, agosto/93, p. 207.

determinante no tratamento dedicado aos diversos suportes empíricos de matizes distintas que nortearam a investigação.

Interessante observar, igualmente, como delinear as histórias paralelas, estabelecendo correlações com a experiência de outras famílias imigrantes, provavelmente como manifestação do sentimento de unidade ou de pertencimento ao grupo, atitude que poderia constituir-se também como um recurso para o reconhecimento de sua identidade social ²⁴.

A noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva). Antropólogos [...] e sociólogos [...] têm trabalhado a noção de identidade e procurado mostrar como a pessoal e a social estão interconectadas, permitindo-nos tomá-las como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização. O nível individual, onde a identidade pessoal é objeto de investigação por psicólogos [...] e o nível coletivo, plano em que a identidade social se edifica e se realiza. O reconhecimento desses níveis é importante porque nos permite estudar a identidade como antropólogos ou sociólogos, sem cairmos em certos “psicologismos” tão comuns a uma dada ordem de investigação interdisciplinar, como não pode deixar de ser a pesquisa da identidade étnica, vista esta última como um caso particular da identidade social [...]. Contudo, para o deslindamento da identidade social, em sua expressão étnica, a apreensão dos mecanismos de identificação nos parece fundamental. Fundamental porque eles refletem a identidade em processo. Como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas. A investigação desse processo nos levará a diferentes formas de identificação, empiricamente dadas, de modo a permitir o conhecimento da emergência da identidade étnica [...]. No âmbito das relações interétnicas este código tende a se exprimir como um sistema de “oposições” ou contrastes [...]. No caso da identidade étnica, ela se afirma “negando” a outra identidade “etnocentricamente” por ela visualizada. [...] a peculiaridade da situação que engendra a identidade étnica é a situação de contato interétnico, sobretudo [...] quando esta tem lugar como fricção interétnica [...] ²⁵.

²⁴ - A propósito dessa problemática envolvendo a questão da construção de identidades, que ademais foge ao âmbito dessa Monografia, poderíamos citar: HOBBSAWN, E. & RANGER, T. (orgs.) A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; ANDERSEN, Benedict. Nação e consciência nacional. S.Paulo, Ática, 1989, p. 14 e ss. ; BENJAMIN, W. “Sobre o conceito de História”. In: Magia e técnica. Arte e política. Obras escolhidas. Vol.I, S.Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 222 e ss., dentre outros.

²⁵ - OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. S.Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976, pp.4-9. Embora não seja objeto de análise específica, a possibilidade da apreensão da dimensão da identidade étnica do grupo em questão será tentada, ainda que apenas a nível exploratório.

Não nos escapou, evidentemente, a preocupação com a subjetividade nas narrativas, porém, no caso dos imigrantes espanhóis, esse aspecto pôde ser contornado pela recíproca da experiência concreta vivenciada pelo grupo, que conformava, de certo modo, suas falas em territórios comuns.

*Além disso, o ato pessoal de pensar o passado - de contar uma vida - está enganchado na trama coletiva da existência social. E a memória pessoal transforma-se em fonte histórica, justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu*²⁶.

A subjetividade e, sob outro ângulo, os aspectos pessoais que compuseram os pronunciamentos, de forma mais ou menos articulada, evidenciaram, no entanto, algumas alterações, a nível emocional perceptíveis nos depoentes e reveladas pelo ritmo imprimido às falas e por alterações no tom de voz e no gestual e ainda nos silêncios diante de questões consideradas mais delicadas.

*O ato de rememorar encontra um conjunto de intenções conscientes e inconscientes que selecionam e elegem - escolha que é derivada de incontáveis experiências objetivas e subjetivas do sujeito que lembra.*²⁷

Outras variáveis ambientais e familiares também foram determinantes na forma dos pronunciamentos, alguns se configurando com interrupções, com interpolação de opiniões de outros elementos da família ou da vizinhança, com traduções - havia termos que não conhecíamos, como haviam elementos de uma mesma família que não se expressavam em português -, ou, ainda, com repetição e/ou retificação de informações.

Não ficamos muito presos à linearidade do discurso. Procurando não interferir de forma invasiva e permitindo a sua expressão livre dentro de algumas propostas básicas, nossa interferência apenas se deu nos casos de questões duvidosas ou obscuras, quando, então, retomávamos a questão de seu ponto inicial, buscando um esclarecimento.

De qualquer modo, e citando a estudiosa Ecléa Bosi, é certo que seus erros e lapsos foram menos graves em suas consequências do que as omissões da História oficial²⁸.

²⁶ - MALUF, Marina. Ruídos da Memória (A presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura paulista). Tese de doutoramento. Deptº de História da FFLCH- USP. S.Paulo, 1994, p. 96.

²⁷ - MALUF, Marina. Op.cit., 1994, p. 80.

²⁸ - BOSI, E. Op. cit., 1979, p. 1

*Memória, História: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida [...] e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a História, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A História, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico [...]. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A História só se liga às continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas*²⁹.

A natureza diversa da memória e da História - a despeito de suas áreas fronteiriças -, tem sido objeto de reiteradas discussões acadêmicas, as quais têm postulado diversos caminhos teóricos e epistemológicos. Tais discussões não se situam apenas no limiar dessas duas disciplinas, o campo da memória tem se situado para além da História, com vetores psicológicos e subjetivos.

Invariavelmente, porém, a questão central para o historiador se situa

*no peso do passado nas representações feitas em torno dele, seus usos, suas conexões com o contexto - mesmo se não se reconhecerem diferenciações entre texto e contexto -, suas projeções políticas, sociais, intelectuais. Inevitavelmente duelam com os mecanismos de construção de um passado reconhecido na fundação da memória, pressentido - o que, já se disse, custa muito ao historiador - como terra estrangeira [...]*³⁰.

Tais representações - entendidas como a relação simbólica entre o signo visível e o referente por ele significado -, como manifestações de um passado muitas vezes intangível e fragmentado, constituem uma das formas de que dispõe a narrativa histórica escrita.

²⁹ - NORA, Pierre. "Entre memória e História. A problemática dos lugares". In: *Les lieux de mémoire. La République*. Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII. Apud: Revista Projeto História. S.Paulo: 10, dez/93, p. 9 (tradução: Yara Aun Khoury)

³⁰ - LOWENTHAL, D. The Past is a foreign country. New York, Cambridge University Press, 1985, p. 193. Apud: PINTO, Júlio Pimentel. "Os muitos tempos da memória". In: Revista Projeto História. S.Paulo: 17, nov/98, p. 205.

*Se eu lembro? Eu acho que se eu chegasse lá hoje, onde eu tinha costume, onde tinha roça, lá onde era dois rios, que tinha um de cada lado ... acho que não precisava ninguém para ir lá*³¹.

*Não fico pensando.... como te falei, não queria vir, até chorei ...*³².

As impressões acerca do espaço de origem, então reencontrado em razão do movimento desencadeado pela lembrança, recriavam-se, passando a se identificar, com impressões de território familiar, porém, paradoxalmente também com a sensação de estranheza,

*Porque descobrem (e redescobrem sucessivamente) que até seu país, sua aldeia natal [...] não correspondem nem as suas aspirações atuais, nem a imagem passada que dele guardaram [...]: com efeito, porque o país também “mudou” – mesmo se, em boa parte, ele apenas devolve aos emigrantes a imagem de suas próprias transformações ou das transformações que projetam nele -, ele acaba se tornando estranho a seus emigrantes...*³³.

*O meu pai, ele tinha uma irmã aqui... já fazia oito anos, né? ... a mais velha [...] e quando eles chegaram, essa irmã foi para a Espanha de novo. Ela estava bem, tinham recolhido o café e tavam bem e chegaram na Espanha e entrou ladrão mascarado, roubaram o que eles levaram, na Espanha mesmo héin?, entrou gente mascarado, claro que era ladrão, né [...]; e ela ficou a nada, coitada. Ele [o marido], do choque que levou, daí um ano, morreu. Ficou com sangue pasmado...*³⁴.

A essas imagens o imigrante ia alternando outras, também projetadas no passado, com impressões do ambiente local, que mesclava, evocando sons que teimavam em persegui-lo

³¹ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildfonso Blasque Sanchez, quando interrogado de suas lembranças da terra natal, deixada aos nove anos de idade. Vila Novais, 1980.

³² - Fragmento de depoimento. D. Carmem Dueñas. Vila Novais, 1981.

³³ - SAYAD, A. Op.cit., 1998, p. 227.

³⁴ - Fragmento de depoimento. D.Ana Garcia. Vila Novais, 1980. Grifos nossos, acentuando a surpresa pelo fato do ocorrido ter se dado na Espanha.

*...igual aos sinos que tinham na igreja...; o dono da fazenda, aqui, tocava o sino às três horas da manhã e às seis horas tornava tocar outra vez para ir à roça ...*³⁵

Quase sempre associada com desafios, dificuldades, desencanto e não raras vezes, com humilhações, a catarse provocada pelo evocar das lembranças era como um ajuste de contas com o passado: exumar aquelas experiências, dolorosas, em sua maioria, era de certa forma uma maneira de reparar o tempo pretérito de desventura.

Operações distintas definem, no entanto, o campo da memória e o campo da História, cabendo a essa a difícil tarefa de penetrar nessa memória de modo isento, crítico, racional, legitimando sua fronteira e alcance.

*A memória [...] não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva [...]. É possível continuar fixando balizas claras para evitar, não a conspurcação de uma hipotética e indefensável pureza, mas a substituição da memória pela História: a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não deve abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História*³⁶.

Embora não se possa efetivamente considerar nossa abordagem como inscrita nos pressupostos clássicos da História Oral atualmente em voga, sobretudo no referente às questões da criação do documento - processo denominado de “transcrição”-, à época a abordagem que foi promovida para o preparo e a coleta das narrativas procurou pautar-se em algumas experiências operacionais acadêmicas existentes, de cunho sociológico³⁷ e na bibliografia então disponível³⁸.

³⁵ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera, referindo-se à fazenda, onde sua mãe levantava às três horas para preparar o café. Vila Novais, 1980.

³⁶ - MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “A História, cativa da memória?”. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. S.Paulo: 34, 1992, p.24.

³⁷ - Sobretudo em: QUEIRÓZ, Maria Isaura P. de. “Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida”. In: Sociologia: 15, nº 01, março/53, pp. 8-24.

³⁸ - Seguimos, para tanto, à época, para preparo, coleta e utilização dos depoimentos gravados, orientação fornecida por Carlos Humberto CORRÊA, em História Oral – teoria e técnica (Florianópolis, UFSC, 1977), baseado em que elaboramos inicialmente, uma bateria de questões, onde procuramos, de certa forma, abranger a gama de informações que pretendíamos obter. Tratou-se de um guia, um roteiro que serviu para melhor orientar o colóquio, o qual tentamos conduzir dentro de um sentido, uma continuidade, uma evolução, buscando apreender as conexões implícitas às várias etapas. Foram ainda utilizados, como contribuição teórica, os trabalhos de: NOGUEIRA, Oracy. “A entrevista”. In: Pesquisa social: introdução às suas técnicas. São Paulo, cia. Ed. Nacional, 1951, p.113 e ss.; ROY, Teresa M. Malatian. “História Oral”. In: Estudos Históricos. Marília, 15: 123-130, 1976.

A operação que engendramos, entrelaçando depoimentos orais com documentos escritos, justificada sobretudo pela especificidade do tema, nos aproxima, de certo modo, ao procedimento que se tem convencionado chamar de “História híbrida”.

Desdobramentos de cobranças recentes, outra linha de oralistas desponta propondo a História Oral Híbrida, ou seja, as narrativas trabalhadas em diálogo com outros tipos de códigos, equiparadas com informações contraditórias, captadas de diversas maneiras e cotejadas até em vista da própria historiografia em sentido amplo. Nesta circunstância, valoriza-se a palavra como se fora um código neutro, compatível com qualquer outro, tendo desprezadas suas características peculiares. Porque não delega ao texto da narrativa do depoente um poder de força exclusivo, a História Oral Híbrida, neste caso, só teria sentido se equiparada a outras formas analíticas e a fontes diversas. Ela seria, pois, um recurso a mais. Só. É assim, aliás, que a maioria dos sociólogos a vêem³⁹.

Deste modo, e antes mesmo que debates sobre a legitimidade da inserção da História Oral no Brasil aflorassem, nosso posicionamento já estava claramente definido: tínhamos duas matizes de fontes primárias empíricas as quais receberiam o mesmo tratamento, sem a prevalência de uma sobre a outra, no reconhecimento de que ambas possuíam sua própria historicidade, e sem a pretensão de invocar a cada qual delas um estatuto ou uma dimensão diferencial.

Buscamos, assim, na prática, elaborar o entrecruzamento de ambas, desafio operacional que ganhou sentido conforme foram se dissolvendo as dualidades entre as mesmas, já que

Através do esmiuçar das mediações sociais, pode [o pesquisador] trabalhar a inserção de sujeitos históricos concretos, homens ou mulheres, no contexto mais amplo da sociedade em que viveram. É o que permite, dentro da margem de conhecimento possível, a reconstituição da experiência vivida, em contraposição à reiteração de papéis normativos [...]. A reconstituição das experiências vividas, na medida em que papéis informais foram focalizados e iluminados, propiciaram a análise da ambigüidade e mesmo da fluidez dessas práticas, costumes, estratégias de sobrevivência⁴⁰.

³⁹ - BOM MEIHY, J.C.Sebe (org.). (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo, Xamã, 1996 (Série Eventos), p. 50.

⁴⁰ - DIAS, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Dep.História da PUC, nº 17, nov/98, p. 232.

A opção de manter a literalidade das falas dos narradores nessa monografia, é, pois, um pressuposto que vem ao encontro do que julgamos ser o mais coerente, para este caso específico. Eticamente falando, é quase uma exigência, a considerar que todos já faleceram. Por outro lado, proceder a qualquer tratamento do texto como é prática na História Oral não seria condizente com aquele fato, além de desnecessário para o caso em questão.

Deste modo, julgamos mais procedente utilizar as narrativas mantendo-as na íntegra, em fragmentos recolhidos e dispostos ao texto formal de uma forma articulada e orgânica, evitando, assim, um impasse metodológico que resultasse em seu comprometimento.

Logamos, assim, concluir a realização de oito falas. Não iremos nos alongar aqui acerca das questões temáticas que foram inventariadas, então sugeridas aos depoentes para que a elas se referissem em suas manifestações, porque serão retomadas, em sua maioria e sempre que o contexto o permitir, no decorrer da monografia, de forma literal, do modo como foram pronunciadas e sem qualquer retoque.

As poucas intervenções que realizamos nos depoimentos visaram uma melhor compreensão do texto transcrito e não se referiram à alteração do teor, do conteúdo, que poderia implicar em desfigurar o sentido originalmente dado, mas da forma de exposição. Nesse sentido, registramos alguns casos de correção de concordância verbal ou ainda os clássicos casos envolvendo fonética - por exemplo, substituindo a pronúncia “ón”, por “ão” no texto escrito.

Cada fala, após ser mencionada no texto, receberá, evidentemente, a identificação de quem a pronunciou. Julgamos, portanto, necessário, esboçar alguns dados da biografia e da trajetória de cada personagem, para uma identificação e uma correlação mais pronta com seus pronunciamentos.

Os nossos interlocutores, com quem compartilhamos as narrativas, e a quem nos reportaremos no transcorrer dessa monografia, foram:

> SR. ILDEFONSO BLASQUE SANCHEZ:

Aos 85 anos, foi o mais idoso - também o mais crítico e eloquente -, dos imigrantes a narrar sua trajetória. Chegara ao Brasil aos nove anos, em 1905, com sua família, procedente de Cáceres, na Extremadura ⁴¹.

⁴¹ - De acordo com o Livro de “Matrícula de Imigrantes”, da Hospedaria dos Imigrantes, de nº 076, p. 19, a família BLASQUEZ VELLO SANCHEZ, procedente do Porto de Málaga, teria desembarcado a 19.12.1905, pelo Vapor France e estava de passagem, com destino a Bebedouro, na Fazenda de Pedro

Casado com d. Maria Romero Sanchez, de Almería - cujo pai trabalhava nas minas de carvão, antes de emigrar - , desde 1919, comunicava-se com ela apenas em espanhol , “ *a mulher não fala nada em brasileiro*”, esclarecia afirmando que, como ele, ela também tinha nove anos ao chegar.

Tiveram sete filhos que “*aprenderam a conversar em espanhol, porque eu não deixei de criança eles largarem*”.

Residindo em Vila Novais há 36 anos, e não mais na fazenda de 30 alqueires adquirida por seu pai no Córrego do Taperão, nos arredores da vila, em 1911, ele lembrava com muita nitidez de diversas passagens, tanto da Espanha, quanto do Brasil, discorrendo sobre a vida em família, o trabalho, os hábitos, a alimentação, mas, invariavelmente deixava transparecer seu desencanto com a opção paterna de vir para o Brasil e com as dificuldades acarretadas por essa “escolha”, injustificável, do seu ponto de vista, a considerar que tinham uma pequena propriedade produtiva no *pueblo* de origem. Seu filho, Paschoal, era, à época, o tabelião da vila e proprietário do Cartório local.

Nunca se naturalizou, tinha intenção de voltar para a Espanha “*então, chegando lá, não seria mais espanhol [caso se naturalizasse] , então não quero ser brasileiro*”, dizia.

> **SR. TERCIFON CABRERA:**

Aos 76 anos, residia em Córrego Seco, arredores de Vila Novais desde 1912, quando seu pai então comprara a primeira propriedade da família, 10 alqueires, depois de uma passagem por sete anos como colono em uma fazenda de Monte Azul e como resultado da poupança então amealhada.

Sua família, composta de pai, mãe e um irmão, chegara igualmente em 1905 e era proveniente de Almería ⁴²; ele nascera no Brasil apenas acabavam de chegar, e se casara com D. Catarina Huela Angulo, malaguenha que havia conhecido na fazenda de Ramón Sanchez, rico fazendeiro e comerciante espanhol - figura de destaque e a quem retornaremos mais tarde -, e para quem

Antunes. Compunha-se de: Bernabé (chefe), 43 anos, Pascuala, (mulher), 43 anos, Júlia (filha), 18 anos, Ildefonso (filho), 9 anos e Ignácia, neta, 2 ½ anos.

⁴² - Consta do Livro de Matrícula de Imigrantes nº 074, p. 199 , da Hospedaria, que a Família CABRERA REYES MÁZ, composta por Manoel (chefe), 37 anos, Encarnación (mulher), 32 anos e José (filho), 2 anos, procedentes igualmente do Porto de Málaga, teriam desembarcado pelo Vapor Orleanais a 10.07.1905, e tinham como destino a cidade de Bebedouro.

seu sogro trabalhara como camarada em uma de suas fazendas, a de Córrego Rico.

Ele igualmente elaborava suas lembranças detalhando-as minuciosamente, desde a primeira fazenda em que foram trabalhar, onde sua mãe, encarregada da cozinha, era acordada com um sino, às três horas da manhã, até a mudança “*para o sítio em Córrego Seco, em carro de boi [e que demorou] dois dias de viagem [ocasião em que foram morar] debaixo de uma árvore, com uma fogueira acesa para prevenir contra os bichos*” até terminar a construção da casa, de pau a pique, dois meses depois.

Tendo aprendido a escrever aos 15 anos - em razão de ter-se mudado para a fazenda de seu pai um espanhol que “*sabia leitura*” e a quem foi dada a incumbência de “*fazer aulas*”, junto com a empreita de café, por seis anos-, ele conta haver passado a se corresponder com os tios da Espanha, a quem nunca propusera que viessem para o Brasil, “*para dar a eles isto aqui?*”.

> D. TEODORA DIAS:

D. Teodora, então com 75 anos, nascera no Brasil. Seu pai, Isaac Diaz Bote, natural de Cáceres, na Extremadura (como a família de Seu Ildefonso), havia chegado ao Brasil, pela primeira vez em 1899, deixando seus bens - “*alguma terra e duas casas*”- , com parentes, e, depois de uma passagem de seis anos por uma fazenda em Ribeirão Preto, resolvera retornar a Espanha, onde sua primeira esposa falece, deixando-lhe três filhos. Então, lá mesmo, ele se casa novamente, com D.Manuela, que viria ser mãe de D.Teodora, e resolve vir para o Brasil “*porque lá era tudo muito difícil, muito pobre*”.

Aqui chega em 1905, ano em que D.Teodora nasce ⁴³. Foram trabalhar em Bebedouro, em colheita de café. Em seguida, para outra fazenda próxima, onde foi colono por quatro anos e onde “*era uma espanholada lá, a colônia era muito grande*”.

Em 1911 seu pai teria ido para Córrego Grande, onde “*pegou um café a meia*” e já no segundo ano teria colhido 600 sacos, sendo que destes, 300 eram

⁴³ - Decorrente do Livro de Matrícula nº 075, p. 267, de 27.11.1905, da Hospedaria dos Imigrantes, a família DIAZ BOTE ALVAREZ que se compunha de: Isaac (chefe), 43 anos, Manuela (mulher), 24 anos, Maria (mulher), 10 anos, Saturnino, 8 anos e Balbina, 7 anos, filhos solteiros, teria embarcado no Porto de Málaga, no Vapor Savoie e se dirigia a Bebedouro, para a Fazenda de Cherobim Campos.

seus, que foram vendidos por 10 mil réis por saca. Do montante da venda, juntando mais suas economias, teriam adquirido, em 1912, no Córrego do Matão, por três contos e quinhentos, um sítio de 25 alqueires. D.Teodora tinha, então, sete anos.

D.Teodora se reportou, igualmente, à trajetória da família de seu marido, Pedro Fernandez Duran, que viera com os avós da Espanha, aos seis anos de idade; seus pais haviam embarcado três anos antes e ele ficara por motivo de doença.

O conhecimento das duas famílias remontava da Espanha, onde eram vizinhos do mesmo *pueblo*. Seu sogro, Eduardo Fernandez, “*que viera para trabalhar na linha do trem*” trouxera algumas reservas da Espanha e logo se tornou proprietário no Córrego das Perobas, onde possuía engenho, olaria e serraria, além de 40 mil pés de café e onde mantinha sempre, além dos filhos trabalhando, mais dez famílias de colonos.

Ao morrer, deixara 400 alqueires de terra como herança. Só então D.Teodora mudou-se para sua propriedade, próxima a de seu pai, um sítio de 22 alqueires, no Córrego do Matão, onde permaneceria até enviuvar, onze anos depois.

Mudou-se, depois, para Vila Novais, onde um de seus oito filhos era vereador.

> D. ANA GARCIA:

Conforme seu relato, teria nascido em Bebedouro, em 1910, onde seus pais já trabalhavam há quatro anos. Eram naturais de Almería, e vieram para o Brasil, como os demais membros da família, por imposição de sua avó paterna “*que não queria que os filhos servissem ao governo [alistamento militar]*”.

Casou-se aos 17 anos com Luiz Fernandez Herrera, cujo pai havia adquirido terras “*na Noroeste*”; seu marido havia levado “*todo o período da vida dele com uma úlcera no estômago, sempre em tratamento*”, daí que nunca puderam adquirir propriedade.

Ela dizia: “*eles estariam melhor na Espanha. Meu pai, depois de estar aqui no Brasil se arrependeu, ele nunca gostou daqui*”

> D. CARMEN DUEÑAS:

Nascida em Granada, em 1906, D.Carmem havia chegado com a família ao Brasil já com doze anos, em 1918, a chamado de seu tio que era administrador na fazenda de Ramón Sanchez - *“onde todo mundo era espanhol” e “tinha umas noventa casas de colonos, por essa época”* -, e onde ficaram trabalhando *“com café de meia”* por três anos.

Desta fazenda *“onde o piso da casa era de chão batido”*, seguiram para outra, do espanhol Antonio Sanchez Parra, de Almería, que viria a ser seu sogro e onde permaneceram por dezoito anos, quando só então conseguiram adquirir propriedade em Vila Sabrina, na Noroeste.

Ela conta: *“Eu não queria vir [para o Brasil], chorava muito para não vir, mas, graças a Deus, tive muita sorte”*.

> **D.ANA CRESPO MORENO:**

Nasceu em 1912, em São João da Bocaina, numa fazenda onde seus pais eram colonos desde 1905, quando chegaram ⁴⁴.

D.Ana era cunhada de D.Teodora; ambas haviam casado com filhos de Eduardo Fernandez, fazendeiro espanhol radicado nos arredores de V.Novais, depois de seus pais terem sido colonos em sua fazenda. Como aquela, também se casara e permanecera na fazenda do sogro, de onde sairia só depois de sua morte, em 1945. Sua família, depois de amedrontar poupança, havia adquirido três alqueires na Noroeste, em Vila Sabrina. D. Ana era muito reticente em suas falas, ao contrário dos demais.

> **SR. MANUEL MARTINEZ:**

Residindo à época em Catanduva, com 78 anos, nosso interesse em localizar Seu Manuel concentrava-se no fato de o mesmo ter convivido longamente com Ramón Sanchez, figura proeminente e de destaque e personagem mencionado em diversas narrativas como pessoa extremamente solidária com a colônia, a quem sempre procurava ajudar e socorrer, sendo, inclusive, aquele com quem deixavam suas economias, a quem preferiam confiar a colocar em um banco.

⁴⁴ - De acordo com o Livro de Matrícula da Hospedaria dos Imigrantes, nº 042, p. 216, a família CRESPO, composta por Bernardo (chefe), 23 anos, Ana (mulher), 22 anos e Ana (filha), 01 ano, teria chegado a 28.09.1893 procedente de Santos, onde teria desembarcado no Vapor Aquitaine, não constando o destino. Não sabemos se pode ter ocorrido algum equívoco na data do registro, o certo é que os demais dados coincidem com as informações prestadas pela depoente.

Conforme Seu Manuel, Ramón Sánchez, também salamanquino como ele, nada possuía quando chegou da Espanha, era solteiro e formou empreitada de café. Não soube informar o ano em que isto teria se dado.

Em pouco tempo, no entanto, era possuidor de várias fazendas, uma próxima a Bauru, outra em Bálsamo, outras duas em Córrego Grande e em Villa Novaes.

Não era, entretanto, quem mais produzia café na região. Era quem mais negociava com o produto, intermediando negócios: *“as carroças chegavam, cheias de café e côco”*, lembra.

Possuía três casas de importação e exportação, em Barcelona, Málaga e Madrid - para onde enviava semanalmente amostras para a divulgação do café brasileiro - e outra ainda em Santos.

Tal propaganda era bancada por seus correligionários políticos, cujas eleições, perdidas *“pelos finais da década de vinte”* teria provocado não apenas a suspensão da concessão para a propaganda e o envio das amostras do café para a Espanha, no que era substituído por outra empresa - Meirelles & Cia. -, como uma reviravolta nos negócios daquele, com perda da influência política que tinha na região e ruína financeira.

Complementa Seu Manuel:

Ele vendeu a fazenda no ano que deu aquela confusão política aí, perdeu quase tudo. Ele entrou em um financiamento. O governo financiou, e ele recebeu do governo os pagamentos e, em seguida, mudou para S.Paulo, em 27 ou 28, passando a residir no Morro dos Ingleses, onde faleceu em 1935. Da sua fortuna, só restou a Fazenda de Bálsamo, onde deve viver um filho seu.

Já Seu Manuel, teve que *“ir lutar em Cuba, com 16 anos [...] onde permaneceu quatro anos”*, tendo inclusive trabalhado em uma companhia americana.

Quando retornou a Espanha, deparou-se com muitas dificuldades: *“havia muito pouco serviço, tínhamos que ir trabalhar muito longe, ganhávamos muito pouco, não tinha terra para trabalhar”*.

Restando-lhe como alternativa as minas de cal de pedra *“onde se trabalhava o dia inteiro, íamos na segunda-feira e voltávamos no sábado”*, resolveu-se a vir para o Brasil, onde tinha uma irmã e um cunhado residindo em Catanduva e a quem solicitou que lhe enviassem carta de chamada.

Recém chegado ao Brasil, trabalhou durante um mês em um sítio, “*ajudando outros espanhóis salamanquinos*”, mas, como não era acostumado ao trabalho de roça, ao tentar mudar de ramo, encontrou emprego junto aos negócios de Ramón Sanchez.

Iniciou a trabalhar na sacaria, depois foi balanceiro, moedeiro, e, por fim, maquinista das duas máquinas de beneficiamento que aquele possuía, uma em Catanduva, outra em Villa Novaes, de onde teria sido o último empregado a sair, por ocasião da insolvência do patrão, quando se interrompeu o beneficiamento.

Retomando nessa Introdução as questões relacionadas à Documentação Cartorial, gostaríamos de proceder a alguns esclarecimentos no que tange ao seu volume, conteúdo, alcance, lapsos, abordagem e procedimentos relativos à transcrição dos dados.

Tal documentação apresentava à época de sua microfilmagem surpreendente estado de conservação, constituindo séries completas, que abrangiam os anos de 1900 a 1935, apesar de conter inúmeras falhas de dados nos registros.

Após sua microfilmagem, constituiu-se em um acervo de 11.000 fotogramas, dispostos em 18 rolos de microfilme, cuja série assim se compunha:

- Cartório do Município de Paraíso (1900/25):

Pertencentes ao Distrito de São Sebastião do Turvo e depois a Irupy⁴⁵, constituindo-se de 13 rolos de microfilmes abrangendo 53 livros manuscritos,

⁴⁵ - Os registros iniciais referem-se ao Distrito de São Sebastião do Turvo. Estão compilados sob essa denominação os registros civis de habitantes de diversas fazendas e sítios nos arredores, identificados pela informação que antecede, em muitos casos, a denominação genérica desse Distrito. Com efeito, o informe sobre a “residência” dos pais aparece regularmente até 1904, geralmente contendo a denominação das fazendas onde habitavam. A partir de então, observa-se um corte, generalizando-se essa informação para “S.S.do Turvo”, reaparecendo novamente em 1909 e seguindo regularmente até junho/1911, tornando a reaparecer em novembro/1911, desaparecendo definitivamente em junho/1912, até 1916.

Tal localidade, de acordo com informações baseadas em registros orais, teria sido dizimada por uma epidemia, por volta do ano de 1916, quando, então, os registros passaram a ser realizados em Irupy, localidade igualmente situada às margens do Rio Turvo, um pouco abaixo da anterior. A partir de 1916 todos os registros passam a se referir à localidade de Irupy, observada a interrupção de uma semana entre as duas séries, provavelmente ocasionada pela ocorrência mencionada.

com aproximadamente 200 páginas cada. Destes livros, 12 referiam-se a Registros de Nascimento, 28 de Escrituras, 06 de óbitos e 07 de casamentos.

- Cartório do Distrito de Villa Novaes (1925/35):

Abrangendo 17 livros manuscritos, dos quais 06 de Registros de Nascimento, 05 de Escrituras, 03 de Óbitos e 03 de Casamentos, tal documentação gerou 05 rolos de microfilmes.

Para a transcrição dos dados contidos nos 18 livros referentes aos **Registros de Nascimento** e como toda a série apresentava certa regularidade quanto ao conteúdo, elaboramos uma planilha, abrangendo todos os itens ali constantes, que, de modo geral foram os seguintes:

- *Número do Registro* (o mesmo que constava do livro, e que não representou necessariamente uma seqüência);
- *Data do registro* (dia, mês e ano em que foi realizado; observamos a incidência de registros múltiplos realizados no mesmo dia);
- *Data do nascimento*;
- *Local* (geralmente consta *casa dos pais*);
- *Sexo*;
- *Nome* (do registrado);
- *Cor*;
- *Nome dos pais*;
- *Profissão dos pais*;
- *Estado Civil*;
- *Nacionalidade dos pais* (esta informação aparece com poucas lacunas; o casal, em sua maioria absoluta, era da mesma nacionalidade);
- *Naturalidade dos pais* (aparece esporadicamente. Somente por exigência da Lei nº 720, de 1940, torna-se uma informação obrigatória);
- *Nome dos avós* ;
- *Nacionalidade dos avós* (informação esporádica, não constituindo uma constante);

Oficialmente, a localidade de S.Sebastião do Turvo aparece, pela primeira vez, em Mapa da Inspectoria de Terras, Colonização e Imigração, indicando a *Situação dos núcleos coloniais do Estado de S.Paulo - ano 1896* (Vide ANEXOS, Mapa I, p.342). Este mesmo mapa nos indica que a estrada de ferro chegava até Jaboticabal, e que, daí para frente, cruzando S.José do Rio Preto e seguindo até o Porto do Taboado, no rio Paraná, só existiam *estradas de rodagem*.

Não sabemos exatamente o que eles denominavam como tal, de qualquer modo S.Sebastião do Turvo não era cortado por essa estrada, que passava longe dali.

Também não era atingida pela estrada de ferro que, de Jaboticabal chegaria a Bebedouro, a considerar o *Mappa Geral da Viação férrea, ano 1901* (Vide ANEXOS, Mapa II, p.343) organizado pela Inspectoria de Estradas de Ferro e Navegação, para o ano de 1906.

Quanto a localidade de Irupyt, somente a localizamos em um mapa datado de 1929, mais propriamente uma *Carta Geral, mostrando os trabalhos executados pela Comissão Geográfica e Geológica, ano 1929* (Vide ANEXOS, Mapa III, p.344).

- *Obs.gerais* (coluna criada para o registro de dados e informações adicionais, que julgamos importantes, como por exemplo, se o registro foi assinado pelo pai, ou se foi à rogo, por um declarante, provavelmente por ser aquele analfabeto).

Já os **Registros de Escrituras e Testamentos**, diferentemente da série documental anterior, não se constituía numa série linear, com os registros apenas sugeridos pelo título.

Neles, identificamos registros e contratos de várias naturezas e tratativas de outras tantas; apenas para constar - posto que serão retomados mais adiante -, foram encontrados, além dos previstos *contratos de compra e venda (de propriedades)*, também *contratos de compra e venda de madeiras* e *contratos sobre plantação de café*, além de *registros de penhor agrícola*; de *cassação de poderes*; de *substabelecimento de poderes*; de *doação*; de *confissão de dívida*, de *arrendamento*; de *quitação*; de *empreitada*; de *desistência de herança*; de *hipoteca*; de *locação* e até de *reconhecimento de filhos naturais*.

Essa constatação obstou qualquer tentativa de sistematização na coleta dos dados através da elaboração de um formulário específico, razão pela qual restou-nos a sua transcrição na íntegra.

Desafortunadamente entretanto, tais registros não continham a nacionalidade das partes envolvidas, dado da maior relevância para o nosso objeto de investigação. Tal limitação, que aparentemente inviabilizaria toda essa expressiva documentação, obrigou-nos à adoção de uma solução alternativa, a única que vislumbramos para seu aproveitamento, ainda que trabalhosa, qual seja, captar de outro registro, no caso, dos Registros de Nascimento, a informação que ele não trazia.

Tal intervenção se operou através do cruzamento nominal das informações, destacando-se caso a caso. Obviamente que o recurso limitou o universo pesquisado, na medida em que só pudemos utilizar, para efeito de análise, os indicadores constantes nesses registros cuja nacionalidade dos protagonistas pudesse estar identificada no outro, de nascimento.

Em outras palavras, mesmo que tivéssemos registros dessa natureza supostamente pertencentes a imigrantes espanhóis - deduzidos pela análise dos nomes próprios ou em alguns casos até mesmo por um dado adicional como a sua concentração em determinadas fazendas -, estes foram descartados.

Aqui, a questão dos nomes próprios, ou melhor, dos sobrenomes, representou agravante adicional, por apresentar sua grafia na maior parte dos

casos *aportuguesada* ⁴⁶, comprometendo e inviabilizando o aproveitamento do documento em muitos casos.

Outra dificuldade que encontramos para estabelecer as equivalências nominais nesta operação casada entre os dois tipos de registros, disse respeito ao hábito, típico naquele país, de se adotar o sobrenome da mãe após o sobrenome do pai, nos registros de nascimento, cuja observância local, foi irregular no período, verificando-se, muitas vezes, a tendência de se desprezar o último sobrenome proveniente do lado materno.

Os próprios emigrantes já denunciavam:

Na Espanha, é tudo assim... era, não sei. O último era da mãe...; é que o Cartório aqui, o escrivão que tinha aí [...] formou uma embrulheira quando registrou...; quer dizer que esse é o sistema de registrar [dando um exemplo], meus filhos alguns tem Romero [o sobrenome, ou “apellido” da esposa], mas a maioria não tem...; não sei que enrolada formou aí, que modificou o apellido, o último, não sei o que teve aí...⁴⁷.

A sua adoção aleatória, dando margem a dúvidas, fez com que tivéssemos que descartar diversos registros por apresentarem sobrenomes incompletos e, portanto, duvidosos.

Essa mesma problemática, reduzindo enormemente o universo potencial de casos pertencentes a imigrantes espanhóis, impossibilitou, do mesmo modo,

⁴⁶ - A similaridade fonética entre os idiomas português e espanhol, aliada, muito provavelmente ao despreparo dos escrivães, ao desconhecimento dos declarantes ou até mesmo porque os imigrantes espanhóis, eles próprios, não sabiam grafar corretamente seus nomes (os casos de assinatura à rogo são inúmeros), são indicadores que podem explicar por que encontramos muitos *Martins*, no lugar de *Martinez*; de *Gonçalves*, no de *González*; de *Alves*, no de *Álvarez*; de *Domingos*, no de *Dominguez*; de *Branco*, no de *Blanco*, de *Ximenes*, no de *Gimenez*, de *Romão*, no lugar de *Ramón*, de *João*, no de *Juan*, dentre tantos outros.

Citaremos aqui, apenas a título de ilustração, um, desses casos mencionados, revelador da dificuldade na identificação nominal desses imigrantes que, além da grafia alterada dos nomes próprios, ainda estavam sujeitos, dependendo do escrivão, a não possuírem, como de hábito no registro civil espanhol, os dois sobrenomes, o paterno seguido do materno. Essa prática provocou muita confusão, pois diferia frontalmente da adotada em nossos registros civis, onde o sobrenome paterno invariavelmente era o último.

Em seus sete registros de nascimento dos filhos, não há sequer um em que haja coincidência de grafia, resultando que não sabemos como realmente deveria ser. Assim temos:

- Reg. nº 03 - ano 1900 (José Vilar e Rosa Pontes Gestos);
- Reg. nº 87 - ano 1901 (José Billar Açory e Rosa Pontes Gestal);
- Reg. nº 285 - ano 1904 (José Billar Asçorcy e Rosa Pontes Gestal);
- Reg. nº 399 - ano 1907 (José Villar Asorey e Rosa Pinto Gestal);
- Reg. nº 40 - ano 1910 (José Avillar Asorey e Roza P. Gestal);
- Reg. nº 95 - ano 1912 (José Villar Asurey e Rosa Pontes) e
- Reg. nº 14 - ano 1914 (Villar Azory e Roza Pontes Gutal).

⁴⁷ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque Sanchez. Vila Novais, 1980.

sua utilização para efeito de outras análises, relativas a parentesco, mobilidade familiar, etc...

Finalizando, não se pode deixar de ponderar como agravante que, apesar de os Registros de Nascimento comporem uma amostra quantitativamente razoável e de qualidade indiscutível, deva ter existido uma parcela da população, que, por diversas razões, tenha deixado de realizá-lo.

Essa hipótese reforça-se em informações obtidas junto a comunidade local dando conta das dificuldades existentes para a locomoção à época dos primeiros estabelecimentos, então realizada apenas em carro de boi ou à cavalo, e dependendo, naturalmente, do bom tempo. Provavelmente superada essa dificuldade maior com a melhoria nas condições das estradas e nos meios de transporte e nas condições materiais de vida da família, tenha havido um acréscimo relativo no número de registros.

Observamos também a incidência bastante elevada de registros de nascimento conjuntos pós-datados, que seguramente podem atestar, ou a dificuldade de locomoção, ou, ainda, a falta de importância ou de hábito de que se revestia tal procedimento junto aquela população.

Condizente com a nossa proposta inicial e para se empreender aos necessários alinhavos que uma compreensão mais ampla da questão requeria, tivemos, obviamente, que recorrer a outras fontes documentais oficiais, manuscritas e impressas, bem como, tratando-se do caso específico da análise que foi promovida sobre o processo emigratório espanhol (ParteI), levantar junto a uma bibliografia específica local os subsídios imprescindíveis à necessária recontextualização da temática.

Das demais publicações especializadas – citados no decorrer da monografia -, tais como *Anuários, Almanques, Boletins, Estatísticas, Censos e Edições Comemorativas*, gostaríamos de ressaltar, inicialmente a importância dos *Relatórios da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo* (daqui para a frente apenas denominados *Relatórios da Secretaria da Agricultura*), que constituem série completa e ininterrupta de registros de 1892 até 1930.

Reunindo sob sua alçada um conjunto de informações significativas de questões relativas à imigração, à alocação da mão-de-obra e à mediação dos conflitos entre patrões e empregados, esses Relatórios apresentam, até 1920, em sua parte introdutória, um balanço dos problemas pertinentes à economia, desde política viária e de transportes até política de terras e de imigração, cujas

recomendações eram dirigidas ao executivo (Presidente da Província) e daí encaminhadas ao legislativo, traduzindo-se, muitas vezes, em medidas concretas, configurando-se, portanto, não apenas como um órgão técnico, mas igualmente político, situado entre a instância da produção e a da decisão política.

Entretanto, não podemos igualmente deixar de fazer menção aos *Livros de Registros Públicos da Prefeitura Municipal de Jaboticabal*.

De teor eminentemente fiscal e contábil, tais manuscritos, referidos especificamente a *Villa Novaes*, no período compreendido entre 1925/35, quando pertenceu administrativamente como distrito àquela Prefeitura, permitiram - novamente através do processo de cruzamento dos dados com outras fontes para o reconhecimento da nacionalidade dos contribuintes -, o acesso a toda a esfera produtiva da vila após a sua criação, facultando-nos identificar e acompanhar a sua evolução.

Desse modo, o livro de *Lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões*, permitiu avaliar toda a atividade de cunho profissional, comercial ou artesanal, desenvolvida na vila em resposta à demanda por serviços resultante do crescente mercado em expansão, de onde pinçamos a participação do elemento imigrante em pauta.

O livro de *Registro de Alvarás de Licença*, traz a relação das solicitações para funcionamento das casas de comércio e exercício das profissões autônomas e o de *Imposto Predial Rústico*, a relação dos contribuintes e dos tributos incidentes sobre as áreas em questão; o livro *Auxiliar de despesa*, por sua própria natureza – contabilização das despesas oficiais da subprefeitura do distrito de Villa Novaes -, permite a reconstituição da implantação e evolução dos serviços públicos na localidade, como cemitério, matadouros, iluminação, polícia, instrução, construção e conservação de estradas, dentre outros.

PARTE I

O PROCESSO EMIGRATÓRIO ESPANHOL EM MASSA (1880-1930) seus desdobramentos mais gerais e o caso do Brasil.

La emigración española representa uno de los fenómenos más característicos de nuestra historia durante los dos últimos siglos. Es también quizá uno de los que la memoria colectiva sustituye un conocimiento profundo por unas imágenes tópicas: una vieja maleta, apenas sujeta con unas cuerdas, reposando junto a un banco, en el que descansa, con desmayo, una negra figura, en una estación de ferrocarril casi desierta.

Más lejanas, como imágenes de color sépia, unos emigrantes que saludan desde un barco.

Poco más sabemos de nuestros emigrantes; como se fuesen unos recuerdos de los que tuviésemos interés por hacerlos desaparecer de nuestra memoria y, sin embargo, difícilmente puede comprenderse nuestro pasado sin considerar el fenómeno emigratorio...⁴⁸.

A despeito da reconhecida importância, o processo emigratório espanhol como um todo, a considerar a declaração em epígrafe, exigia uma *reparación*, nas palavras de Luis Yáñez-Barnuevo⁴⁹ e, conforme pudemos constatar, o mesmo diagnóstico poderia ser aplicado ao seu equivalente local, a imigração espanhola.

⁴⁸ - Pronunciamento do *Ministro de Trabajo y Seguridad Social*, Sr. Luíz Martínez Noval, na Apresentação da Edição Comemorativa dos 500 anos do descobrimento da América, *Historia General de la emigración española a Iberoamérica, 1492-1992*, Madrid, CEDEAL - Fundación Centro Español de Estudios de America Latina, 1992, p. XIII.

⁴⁹ - Trata-se do Presidente da *Comisión Nacional Quinto Centenario de España*, na Apresentação da Edição Comemorativa. Madrid, CEDEAL, 1992, p. XVIII. Com efeito, temos que reconhecer que houve por parte da historiografia espanhola uma revalorização do argumento migratório, cuja produção surpreendeu, quando comparada àquela existente na fase anterior de nossa pesquisa.

Comparativamente às outras correntes que demandaram o Brasil - italianos, alemães, japoneses, sírios-libaneses -, pouco se produziu aqui acerca desse contingente, que, conforme dados oficiais teria se constituído na terceira corrente migratória em volume, proveniente da Europa, no período em pauta.

Há poucos trabalhos de pesquisa específicos ⁵⁰ e alguns artigos enfocando questões mais pontuais ⁵¹, além de alusões esporádicas, dispersas nos trabalhos que versam sobre a questão imigratória em geral ou tratam de grupos específicos, ou, ainda, dados dispersos em alguns trabalhos de teor literário e que geralmente ilustram episódios da experiência urbana do imigrante na cidade de São Paulo e seus arredores ⁵².

De qualquer maneira, o volume de publicações e trabalhos realizados na Espanha, referentes ao processo migratório para as Américas, como um todo, se não é o desejável, apresenta alguns avanços recentes, conforme pudemos constatar, em sua maioria relacionados às comemorações dos 500 anos do descobrimento da América ⁵³.

⁵⁰ - Os que pudemos encontrar, seriam:

Os espanhóis em Salvador. Análise sociológica das possibilidades de assimilação de um grupo de imigrantes, de Célia M.Leal Braga. Salvador, tese para concurso de professor assistente, UFBA, 1972, mimeo; Os espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914) - Contribuição a historiografia da imigração. Tese de Livre Docência de Lucia Maria Paschoal Guimarães, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1988; Os espanhóis no Brasil. Contribuição ao estudo da imigração espanhola, de Cláudio Aguiar, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991; Espanhóis em São Paulo: presença e invisibilidade. Dissertação de mestrado de Avelina Gallego, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP em 1993; A imigração espanhola no Brasil, de Herbert Klein, da Série Imigração IDESP/FAPESP, de 1994 e Galegos no paraíso racial, de Jefferson Bacelar. Salvador, Ianamá/CEAO/CED, 1994.

⁵¹ - Como o de Welman G. de França Rangel “Algumas contribuições espanholas ao folclore paulista”, In: RAMSP, vol. CXLIV, ano XVIII, nov-dez 1951, pp. 395-446; o de José de Souza Martins “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930”, In: Rev. de História 121, ago/set 1989, pp. 5-26; o de Herbert Klein “A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil”, In: Estudos Econômicos (19), nº 3, 1989 e o de Maria Antonieta Antonacci e Laura Antunes Maciel “Espanhóis em São Paulo: modos de vida e experiências de associação”. In: Revista Projeto História. PUC, S.Paulo, 12: 173-192, 1995.

⁵² - Temos, a esse respeito, os romances: Pedro Maneta, de Paulo Lícia Rizzo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942; Máquinas para o progresso, de Mário Garcia-Guillén. S.Paulo, Ed. do Escritor, 1975; Entre as tórbas de São Caetano, de Nicola Perrella. S.Paulo, Ed. Alarico, 1961.

⁵³ - Com efeito, pudemos registrar a criação da *Comisión Nacional Quinto Centenario de España*, em 1986, subordinada ao CEDEAL - *Fundación Centro Español de Estudios de América Latina*, órgão da *Dirección General de Migraciones*, ligado ao *Ministerio de Trabajo y Seguridad Social*, que visava a realização de um projeto envolvendo as várias Comunidades Autônomas de que se compõe o Estado espanhol. Tal projeto, que resultou na publicação de uma edição comemorativa “*Historia General de la Emigración española a Iberoamerica, 1492-1992*” em dois volumes, buscou recuperar, em sua ampla dimensão histórica, o fenômeno das emigrações espanholas para a América Ibérica, apresentando trabalhos de investigação regional de reconhecida importância e aos quais nos reportaremos no decorrer dessa monografia, junto a outras fontes bibliográficas.

Nestes, e contemplando o caráter regional da emigração espanhola desse período, destacam-se aqueles específicos, dedicados às regiões de onde procederam as correntes que se encaminharam ao Brasil, dentre as quais a da Andaluzia ⁵⁴ - origem da maioria dos emigrantes que se dirigiram à lavoura cafeeira do estado de São Paulo -, como a que mais tem apresentado importantes e inéditas investigações historiográficas.

Localizamos, ainda, trabalhos de caráter genérico, de pesquisadores brasileiros, publicados na Espanha ⁵⁵, e as publicações de uma pesquisadora espanhola cuja investigação envolveu as diversas correntes que teriam se dirigido ao Brasil ⁵⁶.

Nesta parte, que trata da problemática relativa às questões sobre a emigração, e, portanto, relacionada à dinâmica do processo enquanto em seu país de origem, buscamos delinear as possibilidades históricas que ensejaram o fenômeno e seus desdobramentos, entendendo que a sua natureza se desdobra em dois espaços/momentos históricos distintos, porém intrinsicamente relacionados - quais sejam, os referidos ao país emissor e aqueles atinentes ao país receptor -, e que, dificilmente, se poderá compreender essa trajetória como um processo que encerra um *continuum*, centrando-se a investigação em apenas um dos pólos da questão.

Deste modo, ao tentar reconstituir as variáveis históricas envolvidas no espaço desencadeador do processo - a Espanha -, pensamos estar mais habilitados a compreendê-lo em seus desdobramentos no país de destino, à medida e à luz de novas fontes então aqui investigadas, estabelecendo, assim, uma articulação que julgamos imprescindível.

⁵⁴ - A emigração deste período com destino a São Paulo, objeto desta investigação, também teria sido proveniente da região do Levante (ou Mediterrâneo Oriental), de Múrcia, ao sudeste, e de algumas localidades da Província da Extremadura, região mais central, ao norte da Andaluzia, conforme ficará demonstrado no decorrer dessa monografia.

⁵⁵ - SANTOS, Ricardo E. dos. “La evolución cuantitativa del proceso migratorio español a Iberoamérica (1890-1950), con especial referencia a Brasil”. In: Revista de Economía y Sociología del Trabajo. Madrid, nº 19-20, março/junho 1993 e KUJAWSKI, Gilberto de Melo. “Brasil y lo español”. In: Revista Cuenta y Razón. Madrid:8, 69-81, 1982.

⁵⁶ - GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda E. Café e inmigración: los españoles en São Paulo, 1880-1930. Madrid, CEDEAL, 1990a; “Espanhóis em Brasil: características generales de un fenómeno emigratorio”. In: Ciência e Cultura. Rev. da SBPC, 42 (5/6), junho 1990b, pp. 341-346; “La estructura ocupacional de los gallegos en la ciudad de San Pablo (Brasil), 1893-1903”. In: Revista da Comissão Galega do Quinto Centenario, nº 05, 1992b; “Los pequeños propietarios en los Núcleos Coloniales del Estado de São Paulo - un intento frustrado de participación española”. In: Ciencia, pensamiento y cultura. Madrid, nº 536-537, 1990c, pp. 127-142; GONZÁLEZ, Elda & MARQUES, Rosario. “Andalucía y América: las alternativas de una comunidad migrante”. In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMÉRICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992a, pp. 3-24.

Nosso propósito central, por suposto, e reconhecendo as limitações de toda ordem com as quais deparamos, é, tão somente, sinalizar com alguns aportes e subsídios a essa temática, revelando outras possibilidades de reflexão sobre o fenômeno.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO EMIGRATÓRIO ESPANHOL CONTEMPORÂNEO: FENÔMENO AUTÓCTONE OU ESTRUTURAL?

Adiós

*Y nunca más la tierra de ceniza
A pisar volveré que el Duero abraza.
Oh, loma de Santana, ancha y maciza,
Placeta del Mirón, desierta plaza!*

*Com el son de la tarde en mis balcones
Nunca os veré. No me pidáis presencia;
Las almas huyen para dar canciones:
Alma es distancia y horizonte, ausencia.*

*Mas quien escuche el agria melodía
Com que divierto el corazón viajero
Por estos campos de mi Andalucía;*

*Ya sabe manantial, cauce y reguero
Del agua santa de la huerta mía.
No todas vais al mar, aguas del Duero*⁵⁷.

Vários expoentes da sociedade espanhola e contemporâneos da emigração deste período - a imprensa, setores acadêmicos, políticos, pessoas comuns -, cada qual procurou dar um sentido, buscar uma explicação para o transvaze populacional que continuamente transcorria desde as suas mais remotas regiões, para diferentes países.

Atribuía-se ao fenômeno uma série de causas, dependendo do seu local de origem, como a miséria, o latifúndio, o minifúndio, a desmoralização da sociedade, as más colheitas, as secas, as inundações, as guerras coloniais, o *caciquismo*, o direito hereditário de propriedade, as depressões econômicas, a superpopulação, o espírito de aventura do povo, etc.

⁵⁷ - MACHADO, Antonio. Los Complementarios. Madrid, Catedra Letras Hispánicas, 1987, p.194. (Soneto escrito em Córdoba, 1913).

Uma interessante e curiosa publicação, referindo-se às causas deste movimento, informava, à época, que:

*No hay que buscar, entre ellas, el exceso de población. Las cifras comparadas de la extensión de su vecindario y su territorio lo demuestran. Tampoco explica el espíritu inquieto y aventurero de sus habitantes, pues ellos se distinguieron siempre por la paz de sus costumbres, la sobriedad de sus deseos y el apego entrañable al suelo nativo. Queda, pues, como causa eficiente de la emigración, en tales regiones, la miseria que nace, á su vez, de circunstancias muy diversas; faltan, en esa región, siempre, trabajo y subsistencias*⁵⁸.

Também a imprensa procurava se posicionar:

*Para esos infelices labradores emigrar es vivir ... Los que los condenan porque huyen de la miseria y de la esclavitud del suelo, dénles tierra fértil que cultivar y arrendamientos ventajosos, dénles más estimación y menos desdén, alivienlos del peso de los impuestos y disminuyan el precio del arriendo: entonces la emigración disminuirá, porque nadie va a buscar lejos lo que puede hallar en su hogar y los vínculos de la patria sólo los rompen la necesidad o la ambición*⁵⁹.

Curiosamente, questões de ordem local, como a miséria ou a carência de oportunidades, parecem igualmente povoar o imaginário daqueles que vivenciaram o processo como emigrantes. Dentre os depoimentos que obtivemos⁶⁰, observa-se que essas pessoas comuns, que participaram como protagonistas no processo emigratório e cujo campo de visão se confundia com os limites de seu *pueblo*⁶¹, também compartilhavam da mesma opinião.

⁵⁸ - BOTELLA, D.Cristóbal. El problema de la emigración. Madrid, Tipografía de los huérfanos, 1888, p.160. Consta ter sido esta obra agraciada com a premiação da *Real Academia de Ciencias Morales y Políticas*, en el concurso ordinário de 1886. Grifo nosso.

⁵⁹ - El Carbayón, Oviedo, 13 de enero de 1881. Apud: MIÑANBRES, Moises Llorden. "Posicionamientos del Estado e de la opinión pública ante la emigración española ultramarina a lo largo del siglo XIX". In: Estudios Migratorios latinoamericanos. Buenos Aires: 7, nº 21, CEMLA, 1992, p. 283.

⁶⁰ - Conforme explicitado na INTRODUÇÃO da monografia, tais depoimentos foram obtidos em Vila Novais, durante os anos de 1980 e 1981.

⁶¹ - *Pueblo*: termo de origem latina, com várias acepções, dentre as mais correntes, massa, multidão, público, população ou habitantes de um território, país ou nação. Em espanhol, conservou algumas delas, representando, em primeiro lugar, um conjunto de pessoas, que vivem em um conglomerado urbano de tamanho reduzido; pode ser também algo equivalente a lugar, aldeia ou vila, ou, ainda, a classe mais humilde de uma sociedade urbana ou rural. A palavra aqui, terá na maioria dos casos o sentido de lugar e aldeia. Conforme Diccionario de Historia de España. Tomo II - I-Z y Apêndices. Madrid, Revista de Occidente, 1952, p. 941.

Assim, é que:

... naquele tempo, vinha muita espanholada da Espanha, porque na Espanha era muito difícil pr'a ganhar pr'a comer, muito pobre, muita pobreza...; meu pai ... vinha em casa só sábado, e de noite; ele ia numa segunda feira, levava o mantimento, uma burrinha e fazia comida a semana inteira no campo; tinha noite, que pr'a o lobo não comer ele, ele tinha lá uma chocinha pr'a se guardar duma chuva, e fazer a comidinha, então, tinha noite que ele tinha que passar a noite inteira sentado encima de uma pedra, com um foguinho feito e os tições lá, até que vinha vindo o dia...; ... meu pai contava que tinha gente que trabalhava hoje pr'a comer o pão amanhã; trabalhava às vezes, a troco de um pão...⁶².

A emigração era também vista como a saída para o enriquecimento e o prestígio, fomentando a imaginação dos pretendentes, que assim reproduziam o eventual retorno ao *pueblo* de origem, depois da experiência:

Si yo me presento allí, bien portado, con media docena de baúles de cuero inglés, y comienzo por hacer una gran casa con arcos de sillería... Pero ¿ dónde viviré, entretanto, si hoy no la tengo digna de mí en el pueblo? Ya lo pensaré desde la villa, donde haré una parada triunfal, si, como es seguro, no se empeñan los notables en llevarme a vivir en su compañía... Compraré muchas tierras y tendré colonos. Desde luego, me harán alcalde, pero yo no querré serlo por ahora; la gente menuda me quitará el sombrero desde media legua; os pudientes me echarán memoriales para que me acerque a ellos; y en cuanto concluya la casa, elegiré por esposa a la señorita más fina del valle. Introduciré en todo él las costumbres modernas...⁶³.

⁶² - Fragmento de depoimento. D.Teodora Dias. Vila Novais, 1981.

⁶³ - Personagem do romance Don Gonzalo González de la Gonzalera, de José Maria de PEREDA, escrito originalmente em 1888. Madrid, Espasa-Calpe S/A, 5ª ed., 1965, p. 61. Tal passagem expressa o alto grau de expectativa do emigrante, sobretudo daquele oriundo das províncias do norte da Península, quanto à possibilidade de fazer fortuna na América. Com efeito, muitos *indianos* - como eram chamados - , retornavam ao seu lugar de origem e faziam questão de demonstrar sua prosperidade com a construção obras faraônicas.

Exemplar a este respeito é o trabalho de Maria Cruz MORALES SALO “Las fundaciones de los indianos en Asturias”. In: SÁNCHEZ ALBORNOZ, N (org.) Espanoles hacia America. La emigración en masa, 1880-1930. Madrid, Alianza Ed., 1988, pp. 66-79.

Não consta, entretanto, que esse mesmo fenômeno tenha ocorrido no sul da Península, como ficará demonstrado.

Sillería : pedra lavrada.

Quitar el sombrero : tirar o chapéu

Pudientes : adjetivo significando abastados, poderosos.

Alcaldes: eram as autoridades máximas nos *pueblos* , e presidentes das câmaras municipais (dos *Ayuntamientos*).

Porém, embora reconhecido e considerado como fato irreversível, era visível que tal fenômeno, do qual muito se especulava e pouco ou quase nada se sabia, não continha ainda, a finais do século XIX, parâmetros definidos a nível de legislação ou política oficial, a considerar as seguintes ponderações de D. Cristóbal Botella, na *Apresentação* do citado livro:

¿conviene fomentar o combatir la emigración? - En el primer supuesto, clase de emigrantes que conviene salgan con preferencia del territorio, y para qué regiones debe procurárseles facilidades de transporte. ¿ Há de ser éste oficial, ó entregarse a la especulación privada? En el segundo supuesto, ¿ que limitaciones pueden imponerse á la emigración, que sean fácilmente realizables y compatibles con la libertad de locomoción?.

1. Mecanismos oficiais de controle:

Tais limitações, acima mencionadas, referiam-se às tentativas de estabelecer condições restritivas ao movimento por parte do Governo espanhol, precocemente enunciadas na Real Ordem ⁶⁴ de 24/12/1834, que estabelecia os primeiros requisitos a que deviam submeter-se os indivíduos que pretendessem obter a autorização de embarque:

Una sumaria información en expediente gubernativo por ante el subdelegado de Policía de distrito que corresponda al pueblo de su domicilio, para justificar que lejos de intentar el abandono de su familia, ha obtenido el conveniente permiso y beneplácito para el viaje; que con él no pretenderá sustraerse a los procedimientos de ninguna autoridad, ni de huir de servicio de armas, ni de evadir con perjuicio de terceros el cumplimiento de obligaciones o compromisos... y por último, que ningún impedimento racional se opone a que se verifique el viaje; y que resultando así, se le expida [...] ⁶⁵.

Referindo-se a eles, José M. de PEREDA assim revelava: ... *por lo demás, en el tiempo à que me refiero, no había em mi lugar más que un sólo García, de los Garcías temibles y manducones; pero este García era alcalde casi perpetuo, y administrador y alcalde había sido su padre, y alcalde y administrador su abuelo [...]; ninguno de ellos fué más malo que su antecesor...* In: Pedro Sánchez. Madrid, Espasa-Calpe, 1958, p. 15.

⁶⁴ - Apenas R.O. daqui para frente.

⁶⁵ - NIEVA, José M. de. Decretos, Leyes y Reales órdenes de la Reina Doña Isabel. Madrid, 1934, tomo 19, p. 481-82 y tomo 20, p. 281-283. Apud: MIÑANBRES, M.L. Op. cit., 1992, p. 277. Grifo nosso.

A deserção ao serviço militar, com efeito, consistirá na principal preocupação do legislador espanhol e o único fator restritivo, até as primeiras décadas do século XX.

A tal fator atribuía-se a responsabilidade maior pelas emigrações clandestinas e, já em 1838, pela R.O. de 1º de março, fica estabelecida a proibição de expedir passaportes aos espanhóis do sexo masculino que passem dos 17 anos e meio até os 25 anos, caso não efetuassem o respectivo depósito pecuniário.

Poucas foram as alterações subsequentes: pela R.O. de 03/02/1848, a restrição abarcava, agora, dos 16 aos 25 anos, ampliando-se, portanto, a faixa restritiva, por razões certamente relacionadas ao serviço militar.

Com a independência das colônias espanholas e o reconhecimento das novas repúblicas, iniciado pelo México, em 1836 e continuado na década seguinte pelo Uruguai, Chile, etc... tentou-se estabelecer normas específicas, e, a este propósito a R.O. de 16/09/1853 é considerada como o primeiro marco legislativo moderno espanhol sobre emigrações; de qualquer modo, as autorizações eram restritas às “*colonias españolas y ... Estados de América del Sur y Méjico donde existan representantes o delegados de S.M.*”⁶⁶.

Por esta R.O., que expressava pela primeira vez, a função tutelar e de proteção do Estado sobre os emigrantes, ficavam, igualmente estabelecidos dois tipos de controle; um, contendo as restrições habituais sobre os homens em idade militar e sobre as emigrações coletivas por contrato, que se estabelecia pela exigência do passaporte (que já existia), para cuja concessão havia uma série de exigências ⁶⁷; e o outro, inédito, sobre os contratantes e transportadores e os meios de transporte, cujas expedições, a partir de então, necessitavam de uma autorização real, para o que era necessária a limitação do número de passageiros em função das características da embarcação.

⁶⁶ - Parágrafo Quinto da Exposição de Motivos, R.O. de 16/09/1853. In: Coleção Legislativa, Tomo LX, p. 87. Apud: MIÑAMBRES, L. Op. cit., 1992, p. 279. Procurava-se, aqui, dificultar a emigração às novas repúblicas, enquanto se incentivava o fluxo para as colônias do Caribe, sobretudo para Cuba que necessitava de mão-de-obra, após a suspensão do tráfico de escravos a partir de 1817.

⁶⁷ - Eram as seguintes: livre decisão para emigrar, autorizações para os menores de idade e para as mulheres casadas e depósito pecuniário para aqueles em idade militar, isto é, daqueles que tivessem entre 18 e 23 anos se exigia o depósito de uma fiança de 6.000 reales. In: MIÑAMBRES, L. Op. cit., 1992, p.279.

Real/Reales : moeda existente antes da adoção da peseta.

Minuciosa, esta R.O. exigia, por exemplo, que se declarasse as características e quantidades dos alimentos que seriam servidos durante a travessia, o prazo que seria dado ao emigrante para o pagamento de sua passagem, nunca podendo ser inferior a dois anos, e, curiosamente, pretendia que se concedesse ao emigrante a liberdade de ocupação quando em seu destino. Como garantia do cumprimento de tudo o que era exigido nos contratos, o responsável pelo transporte deveria depositar uma fiança de 320 *reales* por cada passageiro que transportasse, ou o dobro, caso o depósito fosse efetuado em *fincas* isto é, tendo por garantia alguma propriedade imóvel rural ou urbana.

Em 1856, se elimina a possibilidade de fazer a fiança por *fincas* e em 1873 se extingue definitivamente a obrigatoriedade da fiança, passando-se, então a se estabelecer multas de 200 a 500 *reales* por passageiro, em caso do não cumprimento, e até punindo pela proibição da realização de novas expedições.

Tais medidas, com pequenas variações vigirão durante todo o período das emigrações em massa; em sua maioria, as modificações que vão ocorrer, serão para reiterar o seu cumprimento, ou aumentar o controle aos transportadores e contratadores de expedições, sobretudo quando estas se dirigissem ao Brasil, como sucedeu com a R.O. de 12.01.1865, devido a “*la precaria situación de aquellos que abandonan su suelo natal, no sólo en dirección a aquel Imperio, sino a otros diferentes puntos de América, en busca de un bienestar, por desgracia ilusorio en la mayor parte de los casos*”⁶⁸.

Proíbe ainda que os emigrantes fiquem obrigados por contrato a utilizar a totalidade dos seus salários como pagamento de transporte e sustento durante a travessia, podendo utilizar apenas uma terça parte do mesmo. No caso específico do Brasil, aventava a possibilidade de o emigrante romper o contrato estabelecido se em seis dias de sua chegada não houvesse o mesmo sido ratificado na presença da autoridade consular espanhola.

Neste sentido, e frente a aceleração no volume das emigrações e pela primeira vez, a R.O. de 21.08.1874, em sua exposição de motivos, reconhece o caráter negativo e maléfico da emigração para o seu país.

Para se ter uma idéia das exigências que eram colocadas pelos Governadores das Províncias na obtenção da permissão para o embarque, tome-se o caso de um jovem de 20 anos, o qual necessitava apresentar os seguintes documentos: cédula de identidade, uma autorização dos seus pais ou tutores, uma certidão de batismo, um certificado de encontrar-se livre de toda a responsabilidade de *quintas* ou de haver efetuado o depósito de 1.500 pesetas em espécie, um certificado de não estar processado e nem com alguma pendência

⁶⁸ - MIÑAMBRES, L. *Op. cit.*, 1992, p. 281. Grifo nosso.

judicial, expedido pelo juiz de instrução da comarca correspondente. Todos esses documentos deveriam, ainda, ser vistados pelos alcaide ou pelo funcionário responsável do seu *pueblo*, onde o interessado deveria ainda pagar 15 pesetas para fazer frente ao custo do papel timbrado onde seria expedida a autorização para embarque. Esta R.O., de 08.03.1888 recompilou o que fora legislado até então e permaneceu em vigor até 1902 ⁶⁹.

Abaixo, um exemplo de uma declaração do *alcalde* do *pueblo*:

*D.Miguel Gouraler Negrete, Alcalde Constitucional de esta Villa
Informo: que Francisco Mallio Quevedo natural y vecino de esta Villa,
casado, habitante en la Calle de Nodanuevos y cuyas señas personales se
detallan al margen y su mujer Francisca Calero Criado son personas que
han observado y observan una conducta (ilegível).
I para que conste, a instancias del interesado firmo y sello con el de esta
Alcaldia de Cartanea a diez y ocho de enero de mil novecientos seis* ⁷⁰.

Entretanto, foi somente após o episódio ocorrido em 1881 na Argélia, quando várias famílias espanholas foram massacradas, que finalmente o Governo espanhol, pressionado, resolveu-se por reavaliar a questão emigratória, estudá-la, quantificá-la e estabelecer as causas do êxodo, tentando contorná-las pelo estabelecimento de uma série de medidas adequadas, tal como o implemento do trabalho.

No cabe duda de que el mal es complejo, resultado de causas difíciles de apreciar, y las más veces conocido solamente por sus tristes consecuencias. Estudiarlo para procurar los medios de contenerlo [...] logrando que se dediquen a la agricultura, a las numerosas industrias del siglo en que vivimos, a desarrollar los elementos poderosos de riqueza que faltan hoy en gran parte de la Península ⁷¹.

⁶⁹ - SÁNCHEZ ALONSO, Blanca. “La emigración española, 1882-1930”. In: Revista de Historia Económica: 7, nº 01, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1990, p. 140. Por outro lado, argumenta a autora, se considerarmos o custo de uma passagem, a mais cara, entre Vigo e o Rio da Prata, na base de 250 pesetas, e mesmo acrescentando-se as 15 pesetas do imposto do timbre e mais outros gastos, pode-se concluir que era grande a motivação para não se arcar com o custo do depósito da redenção, decidindo-se, muitas vezes, pela via clandestina.

Quinta: Propriedade rural. No texto, refere-se aos tributos territoriais.

⁷⁰ - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, Ordem 7219, caixa 3, maço 2, nº 313, prot. 2, folha 388, de 18.05.1906.

⁷¹ - *Real Decreto de 18/07/1881, párrafo final de la exposición de motivos, vid, Gaceta de Madrid, 22/07/1881. Apud: MIÑAMBRES, M.L. Op.cit., 1992, p.283.*

Por esta exposição de motivos criava-se uma comissão especial para estudar a questão e estabelecia-se, igualmente, um questionário, que foi enviado às dezessete províncias de maior fluxo emigratório (dentre elas Múrcia, Almería, Granada, Málaga e Ilhas Canárias) , o qual deveria ser respondido “*por las sociedades económicas, ingenieros y otras personas ilustradas*”⁷².

Criava-se, ainda, um *Negociado de emigraciones*, repartição da *Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico (IGE)*, motivado pela impossibilidade da Comissão anterior de “*averiguar el número de las [emigraciones] que se verifican, ni conocer en cada una de las provincias las causas que puedan haberlas motivado*”⁷³.

Estabelecia-se, portanto, com esse *Negociado*, um organismo administrativo para elaborar estatísticas anuais e analisar as causas da emigração, isto nos finais do século.

Inicialmente elaboradas nos *Ayuntamientos*⁷⁴, tais séries foram depois substituídas por aquelas elaboradas nas Capitánias dos portos através das listas de passageiros, porém em seguida, para efeito estatístico, adotou-se os dados provenientes do impresso oficial que era entregue pelos capitães dos navios à Direção da Sanidade Marítima⁷⁵.

Embora consistam de uma série ininterrupta (Vide ANEXOS, Tabela I, Movimento bruto de passageiros por mar, 1882-1930. Saldo entre entradas e saídas, p.349), tais estatísticas apresentam problemas evidentes, refletindo apenas parcialmente a realidade do movimento emigratório espanhol, e isto “*lo*

⁷² - Tal questionário denominado “*El estado y necesidades de la clase obrera*”, procurava indagar sobre o fluxo dos que emigravam, mas também dos que retornavam, a influência na demanda e na oferta de trabalho e se os retornados obtiveram melhoria nas condições de vida. Conforme MIÑAMBRES, M.L. Op. cit., 1992, p. 284.

⁷³ - Real Decreto de 06.05.1882. In: Gaceta de Madrid, 10.05.1882. Apud: MIÑAMBRES, M.L. Op. cit., p.284.

⁷⁴ - *Ayuntamiento* : Para o Diccionario Castellano Enciclopedico Ilustrado, de Manuel Gonzalez de LA ROSA. Paris, Garnier, 1891, p. 101, seria a reunião de alcaldes que formam o governo municipal de uma cidade ou pueblo (tradução nossa). Hoje em dia, *Ayuntamientos* são designativos das Prefeituras Municipais das Províncias.

⁷⁵ - O critério adotado constava da primeira edição: nele se explicava que o Instituto Geográfico y Estadístico havia rechaçado as listas dos *Ayuntamientos*, pois poucos cumpriam a lei quanto ao recenseamento da população a cada 5 anos, com retificações nos anos intermediários, o mesmo ocorrendo com as normas para autorizações e passaportes; também eram incompletos os dados constantes das listas de passageiros entregues pelos capitães dos navios às Capitánias dos Portos, restando, assim, o impresso que obrigatoriamente deveria ser entregue pelos capitães à Direção da Sanidade Marítima.

*sabe cualquiera que haya examinado cómo se realizaba la estadística o el fin de disposiciones para evitar las salidas clandestinas”*⁷⁶.

Tratam-se, pois, de séries “*imperfectas, pues identifican el contingente migratorio con la diferencia entre entradas y salidas por los puertos españoles*”⁷⁷.

Deficientes, tais séries⁷⁸, além de classificarem como emigrante a todo passageiro embarcado, também não levava em conta que o emigrante poderia evidentemente se utilizar de outros meios de transporte, e o agravante maior, não inventariava as saídas por portos franceses e portugueses e menos ainda as saídas clandestinas cujos embarques se davam em alto mar, geralmente nas costas canárias ou galegas.

De fato, baseando-se no movimento bruto, resultante da diferença entre entradas e saídas, e ignorando as saídas clandestinas, esta série apresenta gritantes discrepâncias quando comparada com as séries elaboradas pelos países receptores (Vide ANEXOS, Tabela II, *Quadro comparativo da evolução do movimento dos emigrantes espanhóis com destino a América Latina, 1882-1930*, p. 350).

A este propósito:

El hecho de que las cifras oficiales españolas de emigración a Iberoamérica reflejan un menor número de salidas que las entradas que recogen los países de destino iberoamericanos, se ha podido presentar como prueba evidente de que la serie española refleja una cifra muy por

⁷⁶ - ROBLEDO, R. “Crisis agraria y éxodo rural: emigración española a ultramar, 1880-1920”, en R.Garrabou (ed.), “La crisis agraria de fines del siglo XIX”. Barcelona, Crítica, pp.215. Apud: SÁNCHEZ ALONSO, B. Op. cit., 1990, p. 133.

⁷⁷ - VICENS VIVES, J. (dir.) (1971): Historia de España y América social y económica, 5 vols., Barcelona, Vicens Vives, p. 25. Apud: SÁNCHEZ ALONSO, B. Op. cit., 1990, p. 135.

⁷⁸ - Tais séries receberam durante este período as seguintes denominações:
- *Estadísticas de Emigración e Inmigración de España (1880-1911)*;
- *Estadística de pasajeros por mar (1912-22)*.
A própria denominação da série, como se vê, indica que sua finalidade não era exatamente a de determinar o montante emigratório;
- *Estadística del movimiento de buques y pasajeros por mar (1923-56)*.

Elas foram publicadas pelo Instituto, em volumes quinquênis e continham as seguintes informações: saídas e entradas de passageiros por portos, última residência do embarcado (série incompleta), países de destino e de procedência, sexo, idade e profissão. Conforme: SÁNCHEZ ALONSO, B. Op. cit., 1990, p. 136.

Como veremos adiante, tal série é utilizada com parcimônia até mesmo pelos pesquisadores espanhóis, razão que explica não apenas a brevidade da apreciação, mas a adoção, para o caso brasileiro, de estatísticas locais.

*debajo de la realidad debido a las salidas clandestinas y por puertos extranjeros. La conclusión sería, por lo tanto, que las estadísticas españolas son de dudosa fiabilidad*⁷⁹.

Assim, e apesar de constar a informação do destino do emigrante, elas apresentaram alguns problemas originados pelo fato de que os imigrantes poderiam declarar estar se dirigindo a um país, quando na verdade estariam se dirigindo a outro, muitas vezes aproveitando uma isenção, um subsídio ou uma política favorável. Pode-se imaginar, igualmente, que o escasso conhecimento e a vaga idéia que faziam dos demais países de destino, excetuando os Estados Unidos, os fizesse declarar um local, imaginando outro. Muitos também se dirigiam ao Brasil como única alternativa, mas, na primeira oportunidade, embarcavam para a Argentina⁸⁰.

A questão da clandestinidade ocupou lugar de destaque nas rodas oficiais durante este período em que se buscava normatizar o processo emigratório e é lícito supor que em vista do custo e do tempo dispendido pelos interessados para cumprir as exigências burocráticas na obtenção da autorização legal de embarque, a exigência do serviço militar não representasse a única razão da clandestinidade.

Tais saídas se davam preferentemente pelos portos portugueses de Lisboa e Porto, onde os emigrantes, em sua maior parte galegos, saíam com passaporte

⁷⁹ - SÁNCHEZ ALONSO, B. Op. cit., 1990, pp.143/144. Grifos nossos.

Com efeito o total emigrado no período de 1882-1930 de acordo com as séries espanholas seria de 1.042.775. Já os números apresentados pelos países de destino são de 3.297.312 espanhóis emigrados apenas para os países da América Latina (48,36% para a Argentina; 33,93% para Cuba; 7,07% para o Brasil; 2,49% para o Uruguai e 8,12% para o restante).

Embora tenha seus números subestimados pelas razões antes assinaladas, é bastante provável que as séries dos países receptores estejam superestimadas, a considerar as duplicações de registros resultantes do traslado do mesmo imigrante de um país para outro, sem passar pela Espanha. Consta ter sido habitual, no período, este movimento entre o Brasil e a Argentina.

Para contornar tais discrepâncias, historiadores como Blanca SÁNCHEZ ALONSO, têm elaborado séries corrigidas numa tentativa de aproximação a uma cifra do que teria se constituído a emigração espanhola no período.

A autora, em sua apreciação (Op. cit., 1990, pp. 159-170), aplica equações de regressão às cifras espanholas e americanas, na tentativa de obter coeficientes de correlação entre as séries; infelizmente, seu trabalho apenas abrange os casos dos Estados Unidos, de Cuba e da Argentina; de qualquer modo, tal procedimento tem permitido uma revalorização das séries espanholas, mesmo considerando suas cifras inferiores às reais.

⁸⁰ - Há casos curiosos relatados que bem o demonstram como os desdobramentos da viagem poderiam ser inusitados: neste específico, o emigrante havia recebido uma carta de chamada de um parente do Uruguai, na qual aquele lhe indicava que deveria desembarcar no terceiro porto das escalas, na ordem, Rio de Janeiro, Santos e Montevidéu. Porém, o navio em que viajava teve de fazer uma quarentena em S. Sebastião por causa de uma epidemia, e, conseqüentemente, tal emigrante acabou descendo em Santos!

português, sobretudo com destino ao Brasil, mas também pelos portos franceses pelos quais os bascos-navarros embarcavam com destino a outras localidades americanas.

No caso das saídas pelos portos portugueses, foi realizado, em 1875, um acordo entre os dois países, depois ratificado em 1882, segundo o qual se publicou uma R.O., pela qual se ordenava aos cônsules espanhóis em Portugal que não emitissem nenhuma declaração necessária à obtenção do passaporte, sem as autorizações prévias dos *alcaldes*, vistados pelos governadores das províncias.

Gibraltar ⁸¹ - colônia inglesa -, era o porto preferido pelas Companhias para o transporte, já que não sofria a tutela das autoridades espanholas; ali embarcavam clandestinamente muitos dos que não podiam fazê-lo de maneira legal pela Espanha: ali, quando era essa a exigência, se criavam famílias fictícias e se falsificavam as profissões. As pessoas, em sua maioria recrutadas na Andaluzia, ali se amontoavam à espera dos navios, onde embarcavam na terceira classe ⁸².

Em 1897, conquanto persistisse a questão da clandestinidade, editou-se uma nova R.O. onde se estabelecia que em ambos os estados

las autoridades gubernativas están obligadas, no sólo a capturar a los individuos que intenten salir del reino sin llenar los requisitos expresados, y cuya detención les sea pedida por los agentes consulares, sino también a entregarlos en la frontera.

Novas disposições foram promulgadas na primeira década do século XX, tentando controlar e restringir a emigração clandestina que continuava, motivada, principalmente, pela impossibilidade de emigrar dos cidadãos entre 15 e 25 anos devido as suas obrigações com o serviço militar, para o qual eram requisitados em decorrência dos constantes conflitos bélicos em que se via envolvida a Espanha no período, mas, igualmente, por aqueles que não dispunham dos recursos suficientes para depositar a fiança, providenciar a documentação necessária ou comprar uma documentação falsa e evadir-se legalmente.

Com efeito, o expediente de embarcar sem passar pelas autoridades civis do *pueblo* também era utilizado, e o que se produzia era uma falsificação da documentação; em Portugal, especificamente, constatou-se casos de pessoas que burlavam a vigilância mediante a substituição de documentos de identidade;

⁸¹ - Vide ANEXOS, Mapa V, *Andaluzia e Norte da África*, p.346.

⁸² - GONZÁLEZ MARTINEZ, Elda. Op.cit., 1990c, p. 129.

embarcava-se, assim, com documentos pertencentes a outra pessoa, expediente simples numa época em que dos documentos não constava sequer a fotografia; tal procedimento, embora fosse ilegal, não resultava em emigração clandestina, e, para efeito de estatística eram igualmente contabilizados.

Entrementes, a partir de 1902, houve uma simplificação do processo, quando se suprimiu a autorização, sendo necessário apenas a carteira de identidade para o embarque, exceção feita aos menores e às mulheres casadas que viajassem sozinhas. Porém, os que estivessem em idade militar só poderiam embarcar depois de efetuado o depósito de 1.500 pesetas, o que, certamente, seguía sendo um estímulo para a emigração clandestina⁸³.

Concluimos, pelo exposto, que a política emigratória do Estado espanhol deste período de fluxos maciços, orientou-se incondicionalmente na tentativa de garantir um amplo contingente do sexo masculino, indispensável na defesa de suas últimas colônias ultramarinas, motivo pelo qual acirravam-se os controles à medida que o fenómeno adquiria maior expressividade.

Buscava-se, inclusive, facilitar a saída de fluxos que se encaminhassem às colônias de ultramar, conferindo isenção à passagem do candidato:

*Ni siquiera el vasto plan de desviación migracional hacia los territorios de Ultramar [...] con la Real Orden de 21 de octubre de 1889 sobre la base del pasaje gratuito y garantías para el emigrante pudo apartar el grueso de la emigración exterior del destino elegido libremente. En el cuatrienio 1887-1890, la República Argentina recibió una cifra neta de 86.306 emigrantes españoles, frente a los 34.223 ganados por Cuba...*⁸⁴.

Com efeito, já insinuava-se aqui, um outro destino preferencial dessa emigração, a par de outro caudal bastante conhecido:

*La mayoría de esos emigrantes, exceptuando algunos muy pocos, que se dirigen al nuevo mundo, siguen el rumbo de Argelia [...] dominando en Argel los alicantinos y valencianos, y en el distrito consular de Orán, los murcianos y almerienses*⁸⁵.

A Argélia, com efeito, representará destino preferencial da emigração espanhola neste período - sobretudo daquela proveniente do Levante e de

⁸³ - SÁNCHEZ ALONSO, B. Op.cit., 1990, p. 141.

⁸⁴ - VILAR, Juan. “Las emigraciones murcianas a Iberoamérica”. In: Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. I, Madrid, CEDEAL, 1992, p. 390.

⁸⁵ - BOTELLA, C. Op. cit., 1888, pp. 158/9. grifo nosso.

determinadas regiões andaluzas -, até mais ou menos o ano de 1895, facilitado possivelmente pela proximidade geográfica das duas regiões, pelo baixo custo da viagem, pelo clima, paisagem e ambiente similares e pela certeza de encontrar trabalho ⁸⁶.

La corriente desde las provincias levantinas hacia Argelia se remonta al mismo origen de la colonización de este territorio, iniciada por los franceses a partir de 1830. La miseria derivada de la alternancia de terribles sequias y desastrosas inundaciones, la rapidez y baratura del viaje, la facilidad del regreso, la seguridad del emigrante de hallarse rodeado de compatriotas y conocidos, la analogía del paisaje, explican el desplazamiento de importantes contingentes de almerienses, murcianos y alicantinos [...] a tierras del norte de África. Las características de esta emigración fueron su temporalidad - emigración “golondrina” - y la escasa atención que mereció por parte de los poderes públicos. Sólo de esta forma se explican los abusos de las compañías francesas de reclutamiento ⁸⁷.

Partindo do sul do Levante, sobretudo das províncias de Albacete, Almería, Alicante, Granada e Múrcia, tal movimento adquiriu um caráter estacional, cujas cifras, de entrada e saída, quase sempre coincidentes, deixariam entrever.

Sua porcentagem era, em 1898, de 21,5% do total emigrado e seu declínio somente pôde ser observado quando o fluxo passou a se dirigir para a América; já em 1912, essa cifra havia baixado para 11,6%.

Este atropelo [referindo-se ao episódio sangrento envolvendo imigrantes espanhóis na Argélia, em 1881] marcaría el declive de la emigración a Argelia. La salida de los levantinos en esta dirección fue reduciéndose hasta convertirse en un movimiento de signo negativo: durante el quinquenio 1891-1895, los repatriados rebasaron a los emigrantes en 8.314 personas. Como otras causas destacadas de este cambio de signo suelen mencionarse las plagas e sequías que en la época asolaron Argelia y, sobre todo, la gradual sustitución de la mano de obra española por la mano de obra indígena [...]. Después, superando el bache, la corriente

⁸⁶ - Conforme VILAR, Juan. Op.cit., 1992, p. 388.

⁸⁷ - NADAL, Jorge. “*Historia de la población española*” (apéndice). In: REINHARD, M. & ARMENGAUD, A. Historia de la población mundial. Barcelona, Ediciones Ariel, 1961, p. 683. Era denominada emigração *golondrina*, isto é, andorinha, por suas características sazonais e suas saídas geralmente ocorriam ente os meses de abril/maio, com retornos em junho/julho.

*pasó por fases intermitentes....; la otra corriente, en dirección a América, se inició un poco más tarde pero fue mucho más importante*⁸⁸.

A proximidade das duas regiões seria, com efeito, um dos fatores a propiciar este movimento; haviam, porém, outros aspectos que podiam condicionar o destino do emigrante, tal como sugere Nuria Tabanera⁸⁹, para quem houve um direcionamento, provocado não apenas pela proximidade geográfica, mas pela frequência na escala dos barcos, bem como pela “especialização” de determinados portos na viagem rumo a diferentes locais na América. Portanto - e este é um aspecto, conforme ela, pouco explorado -, há uma estreita e curiosa relação entre o porto de embarque e a eleição do país de destino.

De qualquer modo, nas décadas finais do século XIX, três portos detinham a primazia desse transporte: Alicante, Valencia e Barcelona, no Levante, seguidos por Murcia e Cádiz, no extremo sul da Península.

Porém, já na primeira década do século XX, o que se observava era uma alternância, com Vigo (Galícia), em primeiro lugar, seguido pelos Portos de Almería (Andaluzia), Barcelona (Catalunha) e La Coruña (Galícia), os quais concentravam 70% de toda a emigração nacional no período⁹⁰, o que determinava um novo desenho desse movimento, cujo caráter e dimensão, de maiores proporções, se distinguiriam das fases anteriores.

Conforme se patenteia aqui:

Las hazañas, éxitos, títulos y fortunas conseguidos por una escasa pero privilegiada emigración (por el más alto componente social de ésta) en los tres primeros siglos que siguieron al descubrimiento de América, ha dado una aureola de aventura al proceso migratorio, que ha hecho olvidar el que ha sido uno de los fenómenos más característicos de la historia social de la región: el éxodo migratorio contemporáneo que, al menos cuantitativamente, mucho mayor, no tuvo nada de aventura. [...] Aunque es lógico suponer que algunos hubo que salieron simplemente por

⁸⁸ - NADAL, J. Op. cit., 1961, p. 683.

⁸⁹ - No Capítulo “Aportaciones castellano-manchegas a la emigración española a Iberoamérica”. In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMERICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, p. 196.

⁹⁰ - Os 30% restantes provinham dos seguintes portos: Santander (Astúrias), Bilbao (País Basco), Cádiz (Andaluzia), Málaga (Andaluzia), Las Palmas e S.Cruz Tenerife (Canárias), Valencia e Palma de Maiórca. Pela R.O. de 06/03/1909, foram suspensas, mesmo que por pouco tempo, as habilitações de Cartagena e Alicante. Conforme TABANERA, Nuria.. Op. cit., 1992, p. 196 e ss.

*querer descubrir algo desconocido, la mayoría no escogó libremente su destino, sino que se vio forzada a él*⁹¹.

*La emigración es un triste remedio para los males económicos, políticos, financieros y sociales que padecemos; el ciudadano que apela al durísimo y violento recurso de emigrar es porque no encuentra otro a su alcance. Los aventureros, los ambiciosos, son los menos; los necesitados, los miserables, son la masa, el número mayor de nuestros emigrantes*⁹².

De características reconhecidamente distintas das fases anteriores, tal corrente, era, contudo, difícil de ser diagnosticada em sua origem, porquanto:

*En nuestra patria existen dos corrientes poderosas de emigración, la que arranca de la región de levante, y comprende las provincias del litoral mediterráneo, y la que parte de la región cantábrica, y comprende las provincias Vascongadas, la de Navarra, las de Galicia y la de Oviedo*⁹³.

Tentativas de investigar a origem regional dos emigrantes espanhóis têm sido elaboradas, algumas delas com base em fontes inéditas, conforme ficará demonstrado.

Todas, entretanto, convergem no entendimento de que a emigração espanhola desse período, de caráter quase peninsular, teria como destino diversos países, tanto na Europa quanto na América e era determinada, mais que por opção pessoal do emigrante ou por variáveis regionais, por uma série de fatores muitas vezes independentes de sua vontade, como conexões portuárias, subsídios concedidos pelos países receptores, propagandas levadas a efeito pelos *ganchos*⁹⁴, cartas de chamada de parentes e amigos previamente estabelecidos,

⁹¹ - SOLDEVILLA, Consuelo. "Cantabria: cien años de emigración a América, 1860-1960". In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMÉRICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, p. 147. Foge ao âmbito dessa monografia a caracterização dessa corrente emigratória anterior ao período investigado. Resta-nos observar, no entanto, as diferentes motivações que impulsionaram os dois momentos.

⁹² - Ponencia para el informe acerca del anteproyecto precedente (de Ley de Emigración, 1901), redactada por el Vocal D. José Piernas Hurtado, en Instituto de Reformas Sociales: *La emigración. Información legislativa y bibliográfica...*, pp. 89 e ss. Apud: NADAL, J. Op. cit., 1961, p. 682.

⁹³ - BOTELLA, C. Op. cit., 1888, p. 156; Grifo nosso.

⁹⁴ - Eram assim denominados os agentes de emigração, contratados pelas companhias de navegação ou pelos próprios governos dos países receptores, que percorriam os *pueblos* tentando persuadir as pessoas do campo, das vantagens da emigração; tais pessoas eram convencidas de que a sua gestão para conseguir a passagem oferecia maiores garantias e, ademais, facilitavam aos emigrantes os trâmites para obtenção da documentação e até mesmo a sua falsificação. Muitos encareciam os preços das passagens, e outros ainda ofereciam empréstimos com juros elevados, pelos quais sugeriam a hipoteca de alguns bens a seu favor.

enfim, condições que acabariam criando expectativas nem sempre tangíveis ao emigrante quando no confronto com a realidade nos países de destino.

... Ganhar dinheiro! [Vimos] naquela fé que Brasil era só juntar dinheiro, né? Mas todo mundo veio enganado, chegavam aí, chegavam nas fazendas que não tinha nem estrangeiro, era aquela brasileirada, negros, né?!!, uma comida tudo diferente, arroz, feijão, mandioca, essa coisarada que lá não tem; lá tem também, mas não diário que nem aqui. E serviço tudo diferente [...] carpir café com uma enxada que ... lá de onde nós era, era carpir a terra com enxada, não tem nada de enxada. Apanhar café, [nós] não sabe apanhar, não sabe abanar [...]; e a pessoa sofre, né?! [...] Eu vou dizer pr'a senhora, nós saimo da Espanha porque o povo tinha aquela agonia de ganhar [...]; todo mundo que vinha de lá pensava isso [...] tinha conhecido aqui que mandava carta pr'a lá dizendo que aqui era muito bom e coisa e tal ⁹⁵.

O fluxo da emigração espanhola desse período, com destino a Iberoamérica, dirigiu-se prioritariamente a Argentina, Brasil, Cuba e Uruguai. Sua origem local, bem como a sua distribuição por esses países não foi um fenômeno uniforme, tanto assim que há regiões da Espanha de onde partiam emigrantes para um único destino na América, e outras em que o contingente local se distribuía em dois ou três destinos diferentes, enquanto que, simultaneamente, haviam destinos eleitos por emigrantes de mais de uma província; de certo modo, esta modalidade é a que ilustra o caso brasileiro.

A este propósito, apresentamos uma surpreendente tabela (Vide ANEXOS, Tabela III, *Emigração espanhola para a América e para o resto do mundo, 1882-1908*, p.352) da evolução da emigração espanhola, no período em pauta, discriminando os números para a América e para o resto do mundo. Tal estatística, se por um lado põe em relevo a superioridade do contingente que se dirigia a América, por outro desmistifica a visão corrente de que ela seria o único destino eleito; com efeito, 2/3 da população emigrante espanhola, neste período, teria se dirigido para a América, porém, o outro terço restante teria escolhido outros destinos.

Atuavam como *ganchos* desde secretários das prefeituras e juizados locais, farmacêuticos, comerciantes e até párocos, ou qualquer indivíduo que fosse bem relacionado. Muitos eram proprietários das pensões próximas aos portos de embarque. Sua ação abusiva foi objeto de muitas reclamações aos cônsules dos países de destino. In: CAGIAO, Pilar. “*Cinco siglos de emigración gallega a América*”. In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMERICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, pp. 300-301.

⁹⁵ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque Sanchez. Vila Novais, 1980.

2. As diversas correntes oriundas da Península ⁹⁶:

Numa tentativa de desenhar as várias correntes de emigração espanhola que se dirigiram para a América, destacando nelas o destino para o Brasil, poderíamos compor o seguinte quadro sintético ⁹⁷:

| Proveniente da **Galícia**:

Teria sido um movimento bastante expressivo, representando entre 1887 e 1895, de 29 a 34% do movimento nacional de passageiros, chegando a alcançar os 50% no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Até 1940, seu número teria atingido 800.000 pessoas.

Com um crescimento demográfico muito mais elevado que no restante das regiões espanholas, em conjunção com um sistema econômico tradicional baseado na agricultura de subsistência, em crise, com atrasado desenvolvimento industrial, com escassa possibilidade de mobilidade social devido a estrutura de propriedade da terra, o emigrante galego contava, assim, com vários fatores que o encorajavam a tentar uma melhoria de vida na América. Importante na sua decisão de emigrar foi igualmente a prestação das obrigações militares, sobretudo no início do século XX, quando da Guerra de Marrocos ⁹⁸.

Meu pai veio para o Brasil devido que tinha três moços e aquele era um tempo de muita guerra na Espanha e era obrigatório ir na guerra os que eram sorteados. E nesse tempo veio muito imigrante devido a isso ⁹⁹.

⁹⁶ - As diversas Províncias e localidades adiante sendo citadas, constam do MAPA IV – Províncias espanholas e MAPA V – Andaluzia e Norte da África.. In: ANEXOS, pp.345/346.

⁹⁷ - Trata-se de uma rápida pincelada por esse movimento peninsular, que, aliás, foge ao âmbito dessa monografia, mas que ilustra o seu alcance, neste pequeno período que caracteriza o fenômeno em massa.

⁹⁸ - Desde 1909 havia-se implementado a ocupação militar de Marrocos por parte da Espanha, conforme o acordo realizado com a França, fixando as respectivas zonas de protetorado. O principal objetivo era garantir a exploração das minas de ferro próximas a Melilla (Vide Mapa V, p.346); choques com os marroquês eram comuns, como o ocorrido em 1893, durante as obras de fortificação de Melilla, ratificando a política desconcertante do Governo espanhol na África, o que vai se constituir em motivo de constante polêmica entre os oficiais, muitos dos quais propunham o abandono de Marrocos. Conforme VIVES, V. (org.) Historia de España y América. Vol. V: Los siglos XIX e XX. América Independiente. Barcelona, Editorial V.Vives, 2ª ed., 1971, pp. 330, 366/7. Tanto as guerras coloniais na América, quanto a guerra do Marrocos, a mais longa (de 1909 a 1927), representaram uma motivação para a emigração das famílias, tentando evitar que seus filhos fossem enviados para as frentes de batalha.

⁹⁹ - Fragmento de depoimento. Sr. Eugenio Aguado Agudo, Toledo, 1912, prestado para Sônia Maria de FREITAS. In: Falam os imigrantes: Armênios, chineses, espanhóis, húngaros, italianos de Monte San Giacomo e Sanza, Lituanos, Okinawanos, poloneses, russos, ucranianos. Tese de doutoramento. S.Paulo, FFLCH-USP, 2001, p. 6.

*Olha, uma das razões [da vinda] é que naquele tempo existia uma guerra da Espanha contra o Marrocos e a mocidade espanhola estava morrendo toda, todos com 18 anos. Quando chegava a hora do serviço militar, eram obrigados a ir para Marrocos. E poucos voltavam. Então, meu pai tinha medo que aquilo nunca mais terminasse e por isso, foi uma das razões*¹⁰⁰.

No Brasil, vemos os galegos dispersos por diversos Estados: no Pará, a finais do século passado, teriam sido recrutados para trabalhar em colônias agrícolas, porém, acabaram se concentrando na cidade de Belém, onde se dedicaram ao setor terciário, empregando-se principalmente em negócios de hotelaria; no Amazonas, os galegos participaram da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré¹⁰¹; no Rio de Janeiro - onde já em 1900 se fundava o *Centro Galego* -, constituíram uma numerosa colônia, dedicando-se sobretudo ao comércio de produtos alimentícios e negócios de hotelaria; tiveram alguma representatividade nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, instalaram-se em núcleos urbanos, na Capital, em Santos e em Campinas. Na Capital, já em 1902, fundavam o *Centro Galego*, que existiu até 1970. O periódico *La voz de España*, fundado em 1897 e dirigido por longo período pelo galego José Eiras Garcia, circulou na Capital até 1922.

Porém, foi na Bahia que o fenômeno da presença galega mais se fez notar, e onde formaram as primeiras cadeias de imigrantes, cuja proveniência majoritária era de Pontevedra. Alí fundaram, já em 1884, a *Real Sociedad Española de Beneficencia*, a mais antiga de Salvador, ainda hoje existente¹⁰². Alí se iniciaram como pequenos empresários, com numerosos negócios nos ramos de hotelaria e padarias.

Fora do Brasil, ainda poderemos encontrá-los na Argentina, onde representariam 55% do contingente emigratório espanhol nos finais do século XIX, em Cuba e no Uruguai, tendo como característica principal a natureza

¹⁰⁰ - Idem. Sr. Manoel Pablo Moedano, Blasquez, 1912, p. 6.

¹⁰¹ - Consta, ainda, que a estrada de ferro que devia unir o rio boliviano Mamoré com o brasileiro Madeira, com o fim de propiciar uma saída ao mar para os produtos bolivianos, teria igualmente recrutado operários para as obras, não apenas na Espanha, mas também na colônia espalhada por Cuba, Panamá, Colômbia, Argentina e Uruguai e que a mortandade entre eles era considerável, atingindo 1/3 do total.

¹⁰² - Há alguns trabalhos enfocando o emigrante espanhol, especialmente o galego, na Bahia, como o de BRAGA, Célia. Os espanhóis em Salvador. Análise sociológica das possibilidades de assimilação de um grupo de imigrantes. Salvador, tese para concurso de professor assistente, UFBA, 1972 (mimeo) e o de BACELAR, Jefferson. Galegos no paraíso racial. Salvador, Ianamá/CEAO/CED, 1994.

urbana de sua imigração e a preferência por determinados setores de serviços e comércio¹⁰³.

| Proveniente de **Castela La Mancha:**

Esta região apresenta algumas similaridades e guarda algumas conexões com o movimento desencadeado na região andaluza, a de maior interesse para o nosso objeto.

Localizando-se ao norte da região andaluza, aqui também observou-se a ocorrência do fenômeno vinculando os bolsões de latifúndio à escassa emigração, ao qual nos deteremos mais adiante, bem como, sobretudo em determinadas províncias como Albacete, a emigração *golondrina* para a Argélia, com saídas entre os meses de abril-maio e retorno em junho-julho.

Especificamente para a América, e antes da perda das colônias de Cuba e Porto Rico, o destino preferencial dos castelanos-manchegos era a Argentina (42%) e Cuba (32%), onde realizavam trabalhos temporais de colheita de cana e cereais, respectivamente.

A partir de então, entretanto, e consoante com a política de subsídios do governo paulista, essa corrente também passa a buscar o Estado de S.Paulo, representando, na última década do século XIX, 14% do total, não superando, entretanto, os 4% nos 30 anos seguintes.

*Brasil ve reducir significativamente su importancia como país de destino, y aunque no conocemos cifras exactas sobre los que allí marcharon desde Castilla-La Mancha en los primeros años de la década de los diez, podemos intuir que todavía en esas fechas servían de reclamo las actividades de los reclutadores profesionales como los que de Cáceres se trasladaron por entonces a Toledo y a los que se achacaba el que desde esta provincia se contribuyera con algunos centenares de familias a ese compadecible éxodo hacia las zonas cafetaleras de Brasil [...]. La deplorable situación económica de estos emigrantes y suas familias, contratados como colonos por los fazendeiros, obligó a la administración española a prohibir la emigración subvencionada a Brasil en 1911...*¹⁰⁴.

¹⁰³ - CAGIAO, Pilar. *Op. cit.*, 1992, p. 293-316. EIRAS ROEL, A. & REY CASTELAO, Ofelia. *Los gallegos y América*. Madrid, Editorial Mapfre, 1992. NARANJO OROVIO, Consuelo. "El proceso inmigratorio gallego en Cuba en el siglo XX". In: *V Jornadas de Historia de Galicia*. Orense, 1990b. GONZÁLEZ MARTINEZ, Elda. "La estructura ocupacional de los gallegos en la ciudad de San Pablo (Brasil), 1893-1903". In: *Revista da Comision Galega do Quinto Centenário*, nº 05, 1992b, dentre outros, têm enfocado a emigração galega para a América, provavelmente o grupo mais privilegiado pela historiografia espanhola. Também a poetisa galega Rosália de Castro deixou muitos escritos relatando a trajetória desse emigrante.

¹⁰⁴ - TABANERA, Nubia. *Op.cit.*, 1992, p. 195. A autora também foi consultada para as demais informações desse grupo emigrante. Grifos nossos.

Isto demonstra claramente que a emigração para o Brasil, no período citado, foi inexpressiva; que, quando ocorreu, se dirigiu ao Estado de S.Paulo, apenas em alguns anos, possivelmente por obra dos *ganchos*, que, vindos de outra região – ela cita textualmente Cáceres, na Extremadura, localidade de proveniência de contingentes que depois se estabeleceriam nos arredores de Villa Novaes -, também não teriam representado uma constante nesta Província.

| Proveniente das **Ilhas Canárias**:

Foi bastante insignificante a participação canária nos fluxos que se dirigiram ao Brasil. No período em pauta, 83% dos ilhéus teriam se dirigido para Cuba, conforme Júlio Hernández García¹⁰⁵, onde teriam originado o *guajiro*, o camponês cubano branco. Eram basicamente constituídos por homens (70%) com menos de 25 anos, embarcados com contrato de trabalho e passagem subsidiada.

Seus outros destinos seriam a Venezuela, o Uruguai, Porto Rico e a Argentina, além do Brasil para onde se dirigiu apenas 0,21% do total emigrado¹⁰⁶.

| Proveniente da **Cantabria**:

Esta região localizada ao norte, no Mar Cantábrico, será uma das principais protagonistas da corrente migratória de ultramar, especialmente neste período das imigrações maciças.

Com elevada população rural, a região da Cordilheira Cantábrica tinha em Santander, com 20% da população da região no começo do século XX, o único núcleo urbano.

¹⁰⁵ - Sua pesquisa *Panorámica de la emigración a Iberoamérica de las Islas Canarias. Siglos XVI-XIX*, baseou-se na *comandátia*, que era o documento de embarque, previamente levado ao alcalde do Ayuntamiento de onde residia o interessado, solicitando a autorização. Este documento, pelo menos no que respeita aos *Ayuntamientos* locais, contém dados completos do emigrante, incluindo-se o país na América para onde se dirigiam. In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMERICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, p. 133.

¹⁰⁶ - Tivemos oportunidade de localizar alguns Registros de Nascimento de pais de origem canária nos Cartórios por nós pesquisados, não passíveis, entretanto, de serem computados, pela irregularidade da informação. Havia canários na região de Vila Novais, a considerar os relatos dos emigrantes por nós contatados.

Desde meados do século XIX verifica-se o fluxo de montanheses em direção a América, alcançando, no biênio 1885-6 uma perda de 7,4 habitantes por mil, cifra que crescerá atingindo 14 habitantes por mil em 1911.

Esse fluxo se compunha basicamente de jovens do sexo masculino, solteiros e com menos de 25 anos, com grau de instrução básica.

Seu destino preferencial será para Cuba, apresentando pequena corrente para a Argentina e para o México.

A corrente que se dirigirá para o Brasil somente se manifestará bem mais tarde - depois da guerra civil de 1936 -, razão pela qual não nos estenderemos na análise desse grupo¹⁰⁷.

| Proveniente do **País Basco**:

Trata-se de uma emigração paradoxal, a considerar a dinâmica do movimento proveniente de outras regiões espanholas.

A finais do século XIX, diferentemente de outras regiões, essa província teve um considerável avanço industrial, resultante da venda de minério de ferro a países europeus desenvolvidos, sobretudo a Inglaterra, simultaneamente ao aparecimento de uma poderosa indústria pesada que exigirá mão-de-obra, a qual passará a ser captada em outras regiões do país.

Deste modo, entre 1875 e 1936, a região basca se converte em uma região de atração para emigrantes do resto do país, ao mesmo tempo em que embarcava seus emigrantes para a Califórnia, Cuba, Uruguai, Argentina e Paraguai.

Análises desta problemática têm sido postas e afirmava-se, então, que:

*El vasco es un campesino por gusto y, por tanto, remiso a establecerse en las ciudades que empezaban a llenarse de fábricas, y en las cuales el ruido, el anonimato y, en una palabra, todo lo que de novedoso traía consigo la industrialización era considerado poco sugestivo por el agricultor vasco*¹⁰⁸.

Deste modo, e a considerar as poucas possibilidades de estender a base econômica da agricultura devido a uma total carência de terras desabitadas

¹⁰⁷ - SOLDEVILLA, Consuelo. Op. cit., 1992, pp. 147-172, faz a análise completa dos fluxos durante o período de cem anos.

¹⁰⁸ - LHANDÉ, P. La emigración vasca. San Sebastian, 1971 (1ª ed. 1910). Apud: AZCONA, José Manuel. "La participación vasca en la empresa migratoria americana". In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMÉRICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, p. 479.

disponíveis, o basco buscava na emigração uma saída, que se combinava igualmente com a *deserção permanente* assinalada por José Manuel Azcona ¹⁰⁹, que se iniciara já no período da Restauração e prosseguiria até a Guerra Civil.

| Proveniente do **Principado de Astúrias**:

Teria representado um movimento precoce a emigração asturiana para a Iberoamérica. Já em 1881, criou-se uma Comissão Provincial com a finalidade de realizar consulta às regiões mais afetadas, sendo que a análise às respostas que foram formuladas neste interrogatório à região asturiana deram subsídio à pesquisas, as quais concluíram que tal fenômeno se dava pelo acúmulo de circunstâncias endêmicas relacionadas a estrutura do campo asturiano, constituído por uma sociedade rural concentrada em núcleos familiares numerosos e baixos rendimentos.

Também o serviço militar obrigatório, que pesava especialmente nas classes populares que não podiam exercer a *redención* - compra de um substituto, ou pagamento de um determinado valor -, engrossava a fileira dos desertores e fugitivos que tentavam escapar da Guerra de Marrocos, o que também determinava a idade cada vez mais jovem do imigrante asturiano.

Em 1920 operavam em Astúrias por volta de 30 agentes ou *ganchos*, com campanhas publicitárias através da imprensa, deslumbrando aos jovens com promessas e facilitando embarques ilegais, com ou sem documentos e autorizações.

Seu destino preferencial era Cuba, mas também Argentina e México. Em 1897 representariam 200.000 pessoas só em Cuba, para um total de meio milhão em toda a América, sendo que em 1900 haviam 627.069 habitantes em Astúrias; em outras palavras, quase metade da Província estaria na América .

Essa emigração apresentava uma característica que a diferenciava das demais, no tangente a sua composição, ou seja, a saída não se dava por grupos familiares, sendo comum a saída de um ou dois membros de uma mesma família, em geral do sexo masculino, entre 14 e 20 anos e que tentavam juntar-se a um irmão mais velho, ou mesmo a um parente.

Quando não podiam arcar com os custos da viagem, a família se via obrigada a hipotecar ou vender bens, fato este que explica as remessas de dinheiro enviadas da América para recuperar propriedades empenhadas ¹¹⁰.

¹⁰⁹ - Op.cit., 1992, p. 482. As estatísticas não apontam o Brasil como país privilegiado por essa corrente, daí não nos estendermos nessa exposição.

¹¹⁰ - MORALES SARO, Maria Cruz. “*La emigración asturiana a América*”. In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMERICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, p.51-85, demonstra as questões mais relevantes aqui apresentadas.

| Proveniente de **Navarra**:

Conquanto haja pesquisas comprovando se tratar esta de uma das zonas de emigração relativa mais intensa de todo o período, não é possível, conforme Ángel García-Sanz Marcotegui, precisar quantos se dirigiram a América.

Investigando um questionário aplicado entre os anos de 1879-83 para os 269 municípios navarreses, onde se informava se o destino do emigrante era para as possessões espanholas, para os países estrangeiros da América ou para outros países, o autor concluiu que neste quinquênio, dos 3950 indivíduos que emigraram, 1.120 o fizeram para possessões espanholas, 2.173 para países americanos e 557 para outros países, sendo que 1.519 retornaram¹¹¹.

A preferência entre os países americanos que não eram colônias da Espanha era para a Argentina, e depois para a Califórnia.

| Proveniente de **Aragão**:

A participação aragonesa no processo emigratório maciço em direção a América foi bastante reduzida quando comparada aos fluxos das outras regiões.

Seu setor vitivinícola, sustentáculo da economia local, foi também atacado pela filoxera - da qual nos referiremos quando estivermos analisando a região andaluza -, ao mesmo tempo em que o custo dos cereais ali produzidos sofria a concorrência daqueles produzidos em outros países.

A crise teria também afetado aos setores produtivos de azeite, lã e carne e sua lenta recuperação manifestou-se, porém apenas nas zonas do vale do Ebro, ao mesmo tempo que o incipiente processo de industrialização aragonês se concentrava em torno de Saragoza, e em algumas indústrias vinculadas ao complexo açucareiro produzido da beterraba.

Em contrapartida, nas zonas de montanha - Províncias de Teruel e Huesca -, observa-se o colapso de suas economias tradicionais baseadas no gado transumante.

De qualquer modo, o continente americano apresentará um caráter secundário na eleição do destino emigratório aragonês, que se voltava, ou para

¹¹¹ - *La emigración asturiana a América através de la publicística (1877-1915)*. In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMÉRICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, p. 414 e ss. Nos cálculos apresentados pelo autor, os subtotais, por região, não equivalem ao total apresentado. Não pretendemos estender a análise a esse grupo específico, por não apresentar cifras relativas ao Brasil.

Barcelona, já então um grande centro industrial, ou para Saragoza, sua principal cidade.

Eloy Fernández y Vicente Pinilla ¹¹² atribuem a pequena importância das saídas para a América à ausência de redes familiares ou locais, em suma, à falta de tradição migratória dessa região.

De qualquer modo, com base nas *Estadísticas de Pasajeros por mar* - a qual nos referiremos adiante -, e, considerando os anos de 1885 a 1934, a preferência pela Argentina se ressalta, seguida de Cuba. Suas saídas davam-se prioritariamente pelo Porto de Barcelona e tinham caráter individual, com preponderância do sexo masculino. Os autores citados acreditam que se constituíssem prioritariamente por *jornaleros* ¹¹³ e agricultores, dado este necessitando de comprovação por pesquisa.

| Proveniente de **Valencia**:

A emigração valenciana destaca-se, por sua proximidade geográfica, por conter os mesmos ingredientes que motivaram a emigração de sua vizinha, a Andaluzia.

Apresenta, porém, um diferencial, na iniciativa inovadora de Vicente Blasco Ibáñez, escritor e político, e que iniciou um arrojado projeto colonizador na República Argentina, motivado na crise agrária, calcada no cultivo do arroz e que provocava grande diminuição na demanda de mão-de-obra.

A figura do *cacique* ¹¹⁴ aqui também imperava, monopolizando setores vitais da sociedade como o da água potável, cuja falta, somada à escassez de

¹¹² - *La emigración aragonesa a Iberoamerica*. In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMERICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, p. 25-50.

¹¹³ - *Jornaleros*: significando literalmente o trabalhador a jornal, esta categoria será objeto de apreciação especial, por sua significativa importância no processo que vimos examinando.

¹¹⁴ - *Caciques* eram geralmente grandes proprietários que, em troca de certos privilégios, organizavam o distrito por conta do Governo; ali, controlavam grande quantidade de aldeias, e submetiam caciques hierarquicamente inferiores às suas ordens. Era comum existirem dois caciques em uma mesma cidade, um liberal e outro conservador. A origem do nome, proveniente da América, é claramente indígena, e significa chefe. Os governadores civis desempenharam um papel decisivo, ao manipular, conjuntamente, as forças do caciquismo e as da Guarda Civil, a qual era empregada, durante a Restauração, na suspensão de garantias constitucionais e até na declaração de estado de guerra. Conforme VICENS VIVES, J. Op.cit., 1971, pp. 325 e ss.

No me incumbe aprobar ni reprobar aquí el despotismo, aunque sea con ilustración, ni mostrarme partidario o adversario del cacicazgo. Yo tomo y empleo el vocablo en cierta acepción como generalmente se emplea, aunque siento que contenga implícita una injuria para las poblaciones en que

moradia e deficiência alimentar, significava elemento desestabilizador nas camadas inferiores da população.

A idéia de implementar seu projeto colonizador teria se iniciado em París quando em contato com o diretor do Jornal *La Nación* de Buenos Aires, ocasião em que este lhe comentava das possibilidades e das excelentes perspectivas que os projetos migratórios apresentavam em seu país, cuja política era *gobernar es poblar*.

Bastante entusiasmado, Blasco Ibáñez, que escreveu *Argentina e sus grandezas*, descrevia Buenos Aires como *un París que habla castellano*.

As colônias instaladas e exploradas por ele em Corrientes (*Nueva Valencia*) e em Rio Negro (*Cervantes*), apesar de todo exagero dramático para enaltecê-las em editoriais no periódico *El Pueblo*, de sua propriedade, em Valencia, representaram permanente fonte de problemas, acarretados pela burocracia, pela carência de apoio governamental logo após sua implantação, pelos enormes problemas econômicos oriundos da demora em torná-las produtivas, além do fato de distarem mais de 1.000 kms. de Buenos Aires, onde se tomavam todas as decisões.

Pressionado por dívidas contraídas para aparelhar as colônias, viu-se obrigado a vender, como última opção, a sede do Jornal em Valencia, retirando-se do projeto, que, entretanto, sobreviveu, sendo que ainda hoje a Província de Corrientes se destaca como a principal produtora de arroz de todo o país, cultivo este iniciado àquela época e Rio Negro ainda se beneficia, para o cultivo de frutas, da canalização do rio, então realizada ¹¹⁵.

3. A corrente que demandou o Estado de São Paulo:

Identificadas, portanto, as principais correntes oriundas das mais diversas regiões espanholas que demandaram a América - e o Brasil, em particular -, cumpre-nos, agora, ensejar algumas considerações gerais para a introdução da corrente, objeto dessa investigação, que dirigiu-se para o Estado de São Paulo.

hay cacique, porque es suponerlas salvajes ... Él [o cacique aqui referido, D. Andrés, de Villalegre] había heredado este poder de su padre...

Conforme VALERA, Juan. *Juanita La Larga*. Madrid, Clásicos Castalia, 1992, p. 188 (publicado inicialmente no Jornal madrilenho *El Imparcial*, durante os meses de outubro e novembro de 1895). O *caciquismo* andaluz será objeto de abordagem especial.

¹¹⁵ - Sobre esse episódio escreveu PINOTTI, José Luis. “*Valencianos en Iberoamerica. Identidad y integración*” In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. *HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMERICA*. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, pp. 443-453

Deste modo:

*Una de las escasas fuentes que nos indican en América el lugar de origen de los inmigrantes, los inventarios económicos, demográficos y culturales de los distintos consulados españoles, elaborados a raíz de la orden circular número 1.221 del 8 de enero de 1932, nos permite - junto a otro tipo de información - afirmar que Brasil, y en concreto un estado, São Paulo, fue el lugar escogido por millares de andaluces [...]. Los informes nos muestran que el 60 por 100 de los españoles residentes en ese estado eran oriundos de Andalucía, el 20 por 100 de Galicia, el 10 por 100 de Castilla e el resto del Levante y otras provincias*¹¹⁶.

Conforme pudemos observar, o caudal levantino, extremenho e sobretudo, o andaluz, que iria engrossar as estatísticas com destino a São Paulo, apenas se insinuava nas décadas finais do século XIX.

Tal fato pode, certamente, também ser atribuído às *golondrinas*, mas, especialmente no caso andaluz, a raíz deste movimento - relativamente tardio, a considerar os demais fluxos -, carece de uma maior aproximação analítica.

Alguns historiadores, querem, ainda hoje, atribuir a fatores meramente locais - geralmente associados à falta de trabalho -, as razões que teriam motivado tal movimento que esvaía determinadas regiões daquele país, no citado período, identificando-os como “fatores de expulsão”, aos quais corresponderiam, igualmente nos países de destino, os chamados “fatores de atração” e, se bem que não haja como negar uma certa influência destes fatores de ordem local na decisão imediata de emigrar, tal como evidenciou-se no próprio relato dos emigrantes¹¹⁷ parece-nos mais plausível enxergar neste movimento, pelas razões antes apontadas, não apenas um fenômeno local e isolado, mas um movimento com uma articulação ampla e relacionado a um

¹¹⁶ - GONZÁLEZ, Elda & MARQUES, Rosario. *Op.cit.*, 1992a, p. 14.

¹¹⁷ - Justificadamente, a eles, de maneira geral, apenas se evidenciavam questões de ordem mais imediata. Temos, como exemplo, o fragmento de relato da Sra. Teodora Dias, já antes referida: “... naquele ano [1905] vinha muita espanholada da Espanha, porque era muito difícil prá ganhar prá comer, muito pobre, muita pobreza, né?! [...]”.

Ou, como D. Ana Garcia, nascida em Bebedouro em 1910 e cuja família, proveniente de Almería, também chegara em 1905: “... minha avó [...] tinha os filhos, acho que ela não queria que eles servissem ao governo [...] aí ela se pôs de vir para o Brasil e os filhos se vieram todos com ela”.

Ou ainda, como D. Carmen Dueñas, natural de Granada, e chegada ao Brasil já com 12 anos de idade: “lá tinha chuva de pedra, ficava um monte, demorava pr’a sumir”.

Ou Seu Tercifon, nascido no Brasil em 1905, logo depois da chegada da família, que era natural de Almería, quando inquirido sobre os motivos que os fizeram vir para o Brasil: “[...] ali não dava prá comer [...] era miséria de terra ...”.

processo global de expansão do sistema capitalista, cujas transformações estruturais, relacionadas à configuração da economia a níveis mundiais, se reproduziriam a nível local e seriam as responsáveis pelas causas apontadas.

Consolida-se, com efeito, ao longo do século XIX, à articulação de um mercado mundial ¹¹⁸, possível graças a conjunção de diversos fatores técnicos, economicos e de ordem política, dentre eles a imposição de uma determinada ideologia economica, o livre cambismo ¹¹⁹, que resultava no estabelecimento de relações desiguais entre seus diferentes componentes e impunha uma distinção no papel representado por cada um; assim, temos o centro, ocupado pelos países de industrialização avançada e com certo nível de divisão interna do trabalho e uma área, predominantemente agrária, caracterizada por descompassos econômicos, em cujo grupo se encontram os países mediterrâneos, dentre eles a Espanha e os do leste europeu.

No terceiro grupo, se incluíam as economias exportadoras dos estados ou países teoricamente independentes, porém economicamente subordinados; e finalmente, os espaços coloniais, de importância bastante reduzida a meados do século XIX.

Era la época de la división internacional del trabajo, en la que cada país se especializaba en unas pocas producciones (monocultura), sujetándose con ello cada vez más a un régimen regular de importaciones y exportaciones. Particularmente los Estados sudamericanos se transformaron en productores de materias primas especializadas y su economía nacional tuvo desde entonces por base la exportación de determinadas primeras materias o productos agrícolas. Alrededor del Atlántico se agrupó un complejo sistema de Estados productores de determinadas materias primas o de especializaciones industriales cuyo juego era determinado y dirigido desde Londres ¹²⁰.

É evidente que a dinâmica que passou a se estabelecer entre essas diferentes áreas, a nível de consolidação da economia global, determinou, em último caso, os movimentos transoceânicos de mão-de-obra que inscreveram-se,

¹¹⁸ - Conduzida pela Inglaterra, de evidente supremacia naval, tecnológica e financeira, a quem interessava firmar a primazia inglesa no âmbito internacional através da expansão do seu comércio exterior ao mesmo tempo em que dava suporte ao seu processo de industrialização.

¹¹⁹ - Tal teoria implicava novas posturas economicas e políticas, provocando, em última análise, a crise do modelo mercantilista calcado nas teorias protecionistas, determinando não apenas o aumento do comércio mundial, mas também a adoção de inovações técnicas, visando potencializar os níveis de produtividade.

¹²⁰ - SIEWERT, Wulf. *El Atlántico. Geopolítica de un oceano*. Barcelona, Editorial Labor, Sección VII - Geografía nº 407, 1942, p. 124.

assim, como determinados, mas igualmente como sustentáculo dessa articulação por condicionar a função distinta e específica exercida pela emigração. Como exemplo, o movimento emigratório teria assumido para os países de economia agrária, um caráter de persistência, baseado na subordinação financeira decorrente das remessas provenientes do exterior ¹²¹.

É também lógico que, partindo do pressuposto do descompasso existente entre as mais diversas regiões envolvidas neste processo global, se identificasse naquelas áreas com maior dificuldade de ajustar a sua economia aos novos tempos, fatores “de expulsão”, em contrapartida com os “de atração” no polo oposto.

Assim, aqueles que se recusam a ver neste movimento apenas simples fatores localizados, sustentam que, se assim fôsse, isto é, se tais fatores de atração e expulsão (teoria denominada *push-pull*) ¹²², fossem predominantes na explicação do fenômeno, como se justificaria, então, a sua existência antes de a emigração espanhola se transformar em um fato? Como ainda entendê-los em países e sociedades onde a fome, a miséria, a greve e outros “fatores de expulsão” nunca impulsionaram a emigração? E como explicar, ainda, a existência de uma série de lugares em que terras férteis, economias progressistas e bons salários nunca constituíram chamariz, nem exerceram “fator de atração” algum? ¹²³.

O que parece ficar evidenciado é que, num primeiro momento, até aproximadamente 1880, provavelmente este movimento populacional fosse realmente um fenômeno conjuntural, que resolvesse estrangulamentos locais específicos ¹²⁴; porém, num segundo momento, a partir de 1880, já estariam consolidadas as condições históricas que o transformariam em um movimento atrelado a um eixo central, e, portanto, de matizes estruturais; este período é identificado como o da **emigração em massa**, responsável por 70% do volume

¹²¹ - Tese sustentada por: VÁZQUEZ, A & ESTRADA, B. em: “*Causas de la emigración y tipología de los emigrantes*”. In: História General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. I, Madrid, CEDEAL, 1992, p. 203.

¹²² - Maiores esclarecimentos sobre esses fatores, ver em : MIGUEZ, Eduardo José. “*La movilidad social de nativos e inmigrantes en la frontera bonaerense en el siglo XIX: datos, problemas, perspectivas*”. In: Estudios migratorios latinoamericanos. Ano 8, nº 24. Buenos Aires, CEMLA-Centro Est.Migr.latinoamericanos, agosto 1993, pp. 142 e ss., para quem “*los estudios clásicos sobre los factores “push” o “pull” tendían a ver la migración ya como el abandono de una situación insostenible, ya como la búsqueda de la inserción en una sociedad vista como opulenta*”.

¹²³ - Abordagens historiográficas mais recentes, produzidas na Espanha e mencionadas atrás, parecem concordar com esse ponto de vista.

¹²⁴ - O movimento populacional deste período, denominado pré-estatístico, é de difícil mensuração; sabe-se, entretanto, que não era inexpressivo, a julgar as tentativas oficiais de barrá-lo através das imposições legais (Reais Ordens), que buscavam nesta época sobretudo evitar o fluxo clandestino.

total deslocado entre os anos de 1880 e 1921 e que, entre outras determinantes, exigiria um aporte institucional tanto dos países emissores quanto dos receptores, variável de acordo com o local e as necessidades específicas ¹²⁵.

La emigración en masa de los siglos XIX y comienzos del XX es en primer lugar un proceso atlántico, en el que España participa junto con otros países de la Europa septentrional, mediterránea y occidental. El éxodo no le es, pues, exclusivo; su cronología, orientación y efectos revisten, en cambio, trazos propios. Cabe, pues, hablar de una emigración española con características distintas de las de otras zonas de Europa. La situación geográfica de ésta, en el extremo occidental de la cuenca mediterránea, no hace tanto la diferencia como el tiempo y modo como llegaron al país y se difundieron por dentro los cambios que por toda Europa venían a instaurar un sistema económico industrial y capitalista ¹²⁶.

Em outras palavras, tais fatores têm existido em inumeráveis países e regiões desde o sempre, porém, as emigrações transoceânicas **em massa** somente ocorreram em um período histórico determinado, isto é, do fim das guerras napoleônicas, até a depressão mundial de 1930, ocasião em que 60 milhões de europeus (e 10 milhões de asiáticos) cruzaram o oceano em direção a outros continentes ¹²⁷.

¹²⁵ - Diferentemente da emigração espontânea, de diversas motivações, a emigração em massa assume este caráter por apresentar *corrente caudalosa, padrão instituído para classes sociais inteiras, exemplo de comportamento coletivo... Em tais casos, as motivações individuais vão perdendo importância e pode ocorrer que os indivíduos que intervêm sejam incapazes de dar uma explicação racional a sua decisão de emigrar. Os motivos alegados são provavelmente triviais, ou, mais provável ainda, generalidades*

Conforme HANSEN, Marcus L. *The immigrant in American History*. Cambridge, Mass. Harvard Univ. Press, 1940, pp. 77-78.

¹²⁶ - SÁNCHEZ-ALBORNOZ, N. *España hace un siglo*. Madrid, Alianza Editorial, 1977, pp. 17-18.

¹²⁷ - Destes, 71% aproximadamente teriam se dirigido para os Estados Unidos, 21% para a América Latina, e apenas 7% para Austrália.

Destes 21%, ou 11 milhões de pessoas, que teriam como destino a América Latina, 5,5 milhões teriam se dirigido para um único país, a Argentina, representando quase a metade deste movimento; 36% para o Brasil e outros 5% para o Uruguai, totalizando, assim, esses três países, mais de 90% do total; o restante 9%, teria se distribuído entre todos os países menores situados ao sul dos Estados Unidos.

Destes 11 milhões de pessoas que se dirigiram a América Latina neste período, 38% eram italianos, 28% espanhóis e 11% portugueses; franceses, com 2,8%; alemães, com 2,7% e os denominados de “russos” (categoria difusa, representando aqueles procedentes da Europa Oriental, inclusive os poloneses), com 2,6% completam esta cifra.

Focalizando especificamente o caso espanhol, tem-se, portanto, uma cifra aproximada a três milhões de pessoas no período. Sua representatividade, porém, é tardia, sendo que os italianos predominaram durante o período de 1860 até 1905, a partir de quando, então, os espanhóis se converteram no grupo mais expressivo.

Conforme: MÖRNER, Magnus. *Aventureros y proletarios. Los emigrantes en Hispanoamerica*. Madrid, Editorial Mapfre, 1992, p. 76.

Deste modo e como dificilmente existiria um fator único com peso suficiente para explicar esta imensa corrente, é preciso avançar na análise da questão, atentando para a distinção que se evidencia entre determinantes mais gerais da consolidação de uma economia-mundo, que podemos denominar de macro-estruturais e os fatores de ordem local, tidos como de “expulsão” e “atração”.

Integrando a primeira categoria de fatores, dentre todos os que se pode considerar¹²⁸, destacaremos um, o crescimento demográfico¹²⁹, fenômeno este, também conhecido como “revolução demográfica” resultante do progresso econômico, mas igualmente da melhoria nas condições sanitárias e ambientais e dos avanços da medicina, que fez dobrar a população mundial durante o século XIX¹³⁰.

Já os chamados fatores locais, de caráter conjuntural, decorrentes em sua maior parte dos anteriores, vão determinar, em última análise, a estrutura, a composição e a evolução de tais fluxos, resultando numa enorme redistribuição destes contingentes, entre economias cada vez mais interdependentes.

Há que se considerar ainda uma terceira ordem de fatores, os microsociais¹³¹ decorrentes do caráter pessoal que assumiria o processo emigratório, explicado pelos laços de parentesco, amizade, ou simplesmente de origem, que

¹²⁸ - A expansão do liberalismo, a revolução agrária na Europa e na América, a industrialização na Europa e a evolução do sistema de transportes e comunicações, seja terrestre ou marítimo, dentre outros.

¹²⁹ - O crescimento demográfico europeu do século XIX teve um duplo desdobramento: num primeiro momento dando suporte aos primeiros focos de industrialização; depois, e com o crescente aprimoramento tecnológico, registrando o aparecimento de um excedente populacional, geralmente oriundo do campo e de uma reserva de mão-de-obra; tal contingente, não utilizável no mercado interno, transforma-se em potencialmente suscetível de engrossar fluxos migratórios para outros países de economias complementares. Adiante, fazemos uma apreciação específica desse fenômeno para o caso espanhol.

¹³⁰ - Esta atingiria a cifra de 1.600 milhões de pessoas, sendo que a Europa, a fins do século atingiria 26% da população mundial, ou o equivalente a 400 milhões de pessoas. Conforme BAHAMONDE, Ángel. “*Los dos lados de la migración transoceánica*”. In: Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. I, Madrid, CEDEAL, 1992, p. 98

¹³¹ - Há autores, como MARTÍNEZ MARTIN, J. e CASAUS, M. em “*Planteamiento general del contexto socioeconómico: España e Iberoamérica*”. In: Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol I, Madrid, CEDEAL, 1992, p.151, para quem a interpretação meramente economicista do problema estaria encobrendo outros fatores, igualmente importantes e, dentre estes, destacam *las expectativas del hipotético emigrante acerca de una vida mejor fuera de su espacio habitual. Se percibían las metas de destino como lugares de oportunidades, es decir, se vislumbraba una mejora suficiente para superar el tradicional apego a la tierra y para decidirse a mudar de residencia* .

representaram um atrativo e certamente realimentaram o fluxo, fazendo com que muitas concentrações locais tivessem a mesma origem regional espanhola ¹³².

Destacando-se rapidamente a evolução demográfica espanhola no quadro europeu, observa-se que até a década de 90 seguia-se praticamente o modelo antigo, com altas taxas de mortalidade - como a ocorrida durante a epidemia de cólera de 1855. Em 1877 haviam na Espanha 16,6 milhões de habitantes, com uma taxa de natalidade de 36 por 1000, e outra de mortalidade por volta de 30 por 1000.

O salto demográfico se dá a finais do século; em 1900 eram 18,6 milhões; em 1910, 19 milhões e em 1930, 23,5 milhões de habitantes. Não se deve esquecer, igualmente, da chamada “gripe espanhola” cuja epidemia, ocorrida entre 1917-1918, vitimou 20% de toda a população.

Tal crescimento da população resultará na alteração de uma tendência demográfica centrípeta por uma centrífuga ¹³³, quando a periferia da península, em particular a do norte, ultrapassa as áreas centrais como a região de mais rápido crescimento ¹³⁴.

Tentou-se, por conseguinte, estabelecer uma correlação entre a densidade da população provincial e as taxas de emigração.

A este propósito, tanto o demógrafo catalão Jordi Nadal para quem “*el exceso demográfico ha sido la causa principal del fenómeno [emigratório]*”¹³⁵, quanto Mörner¹³⁶, que vê a industrialização e o desenvolvimento urbano como processos demasiadamente lentos para absorver o excesso humano criado pela explosão demográfica, que seria a principal razão das emigrações europeias, têm suas opiniões contestadas por pesquisas mais atuais que demonstraram que a

¹³² - Tal aspecto se confirma na análise dos relatos dos imigrantes, quando fica evidente que muitos grupos, ademais de terem uma mesma origem regional, andaluza ou extremeña, também tinham um conhecimento prévio no *pueblo*.

¹³³ - Analogia utilizada com frequência por VICENS VIVES, J. *Op.cit.*, 1971, p. 20 especialmente para designar a disposição ou propensão da população espanhola do período, com um movimento de expansão do meio para as extremidades da Península.

¹³⁴ - Neste período, 8 a cada 10 espanhóis em Buenos Aires eram provenientes da periferia nortenha, sendo que a Galícia, sozinha, era responsável pela cifra de 40% do total emigrado, resultando daí o termo *galego* como designativo genérico para todos os espanhóis. Conforme MOYA, J.C. “*Aspectos macroestructurales y microsociales de la emigración española a Argentina, 1850-1930*”. In: *Galícia y América: el papel de la emigración*. Madrid, Orense, 1990, p.141.

¹³⁵ - NADAL, J. “*La población española (siglos XVI-XX)*”. In: *Historia de la población mundial*. Barcelona, Ed. Ariel, 1973, p. 143.

¹³⁶ - MÖRNER, Magnus. *Op. cit.*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, p. 55.

cronologia do desenvolvimento demográfico não coincide com a cronologia de emigração nestas regiões, a julgar a feição particular que assumiria o fenômeno no sul do país, de onde provinham as levas com destino a S.Paulo.

Tais pesquisas que sustentam esta tese, comparam, em primeiro lugar, as cifras espanholas de crescimento populacional com as correspondentes de alguns países europeus (ver Quadro I, *Comparação entre o crescimento populacional da Espanha e de alguns países europeus*), onde fica demonstrado que a expansão demográfica na Espanha foi prematura e já poderia ser observada na primeira metade do século XIX, enquanto que a sua emigração ultramarina, assim como a da Europa mediterrânea, com crescimento demográfico moderado neste período, foi um fenômeno tardio, diferentemente do que ocorreu com a Europa do Norte, que já acusava uma notável expansão demográfica, na primeira metade do século XIX¹³⁷.

Evidencia-se, portanto, pelos números do Quadro I, o equívoco, conforme tais pesquisas, de se estabelecer, conforme tradicionalmente aceito, a correlação imediata entre o crescimento populacional e a emigração ultramarina, sem levar em conta outras variáveis regionais, conforme ficará evidenciado.

QUADRO I

COMPARAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO POPULACIONAL DA ESPANHA E DE ALGUNS PAÍSES EUROPEUS

	1800	1850	1900
Espanha	100	141	175
Itália	100	128	179
Portugal	100	120	172
Suécia	100	152	221
Europa norte ocid.	100	142	194

Fonte: NADAL, J. Op. cit., 1973, p. 143

¹³⁷ - Com efeito, o caráter tardio da emigração espanhola se evidencia quando comparado seu ritmo com o dos outros países europeus, sobretudo o europeu ocidental (Inglaterra e Alemanha). Isto se deveu, conforme BAHAMONDE, Ángel. Op. cit., 1992, p. 110, pela persistência das estruturas tradicionais e pré-industriais, decorrentes da morosidade com que o sistema liberal teria se instalado, mas, também, devido ao fato da ocorrência das migrações internas. Sua tese corresponde à da maioria dos historiadores espanhóis contemporâneos, que associam a modernização econômica espanhola, dos finais do século XIX, ao aumento dos fluxos emigratórios ultramarinos.

CAPÍTULO II

A ESPANHA INVERTEBRADA, SEUS DESCOMPASSOS REGIONAIS E OS MOVIMENTOS POPULACIONAIS: ANDALUZIA, EXTREMADURA E REGIÃO DO LEVANTE¹³⁸

*.. y yo me iré. Y se quedarán los pájaros cantando;
y se quedará mi huerto con su verde árbol
y con su pozo blanco.*

*Todas las tardes, el cielo será azul y plácido;
y tocarán, como esta tarde están tocando,
las campanas del campanario.
Se morirán aquellos que me amaron;
y el pueblo se hará nuevo cada año;
y el rincón aquel de mi huerto florido y encalado
mi espíritu errará nostálgico...*

*Y yo me iré; y estaré solo, sin hogar, sin árbol verde,
sin pozo blanco,
sin cielo azul y plácido...
Y se quedarán los pájaros cantando¹³⁹.*

Na virada do século XX, a Espanha tinha uma população de 18,5 milhões de pessoas, densidade considerada crítica para um país pobre, com um setor agrário representando 2/3 de sua população e com acentuadas contradições internas, que resultaram em um profundo descompasso não apenas entre distintos setores da sociedade, mas, igualmente, entre as várias regiões.

Sua economia, era, assim:

¹³⁸ - José ORTEGA Y GASSET, um dos mais notáveis escritores espanhóis contemporâneos, assim se referia a Espanha deste período, num claro reconhecimento do desmembramento, da desconexão, dos descompassos e da desigualdade da sociedade espanhola. In: *España Invertebrada: bosquejo de algunos pensamientos históricos*. Madrid, Calpe, 2ª ed., 1922; sobretudo pp. 177-178.

Levante: termo que designa as regiões do Mediterrâneo oriental.

¹³⁹ - Poema “*El viaje definitivo*”, de Juan RAMÓN JIMENES. In: SAHAGÚN, C. *Siete poetas españoles*. Madrid, Taurus, 3ª ed., 1966, p. 50.

*[...] basicamente agraria y escasamente industrializada [e] es incapaz de generar el pleno empleo o la riqueza necesaria como para dar a todos sus habitantes unas condiciones de vida dignas; este panorama se ve empeorado en muchas ocasiones por el sistema de heredamiento de la tierra, las formas de explotación, la presión fiscal, la falta de organismos de crédito agrícola, o cualquier otro problema que afecte la producción agraria*¹⁴⁰.

Coexistiam, por um lado, setores produtivos, agrários e industriais, identificados com uma nascente burguesia¹⁴¹ e, por outro, regiões imensas improdutivas, resultado, primeiro, da desapropriação de latifúndios pertencentes a Igreja Católica, processo ao qual se denominou de *desamortización*¹⁴², mas, também, do confisco de propriedades territoriais herdadas legitimamente, denominadas de *manos muertas*¹⁴³.

*La estructura de la propiedad agraria deriva del colosal trasiego de fincas que tuvo lugar entre 1833 e 1876 a consecuencia de las desamortizaciones civil e eclesiastica y de la desvinculación de mayorasgos*¹⁴⁴. Como lo hemos dicho antes, y no nos duele repetirlo, esa

¹⁴⁰ - PALAZÓN FERRANDO, S. *Los españoles en América Latina*. Madrid, CEDEAL, 1995, p. 31.

¹⁴¹ - Em *A cidade dos prodígios* (S.Paulo, Cia. das Letras, 1987), o escritor barcelonês Eduardo MENDOZA elabora uma crônica da cidade de Barcelona, capital da Catalunha, cuja ação é balizada pelas duas Exposições Universais que lá tiveram lugar, a de 1888 e a de 1929. Nesses quarenta anos que medeiam uma e outra, vemos o camponês Onofre Bouvila, metamorfosear-se de camponês humilde no *homem mais rico da Espanha*, e assistimos também à ascensão fulgurante da cidade, que, de aldeota amuralhada, vai aos poucos assumindo as características de metrópole. Barcelona, industrializada, e com uma inquieta burguesia, é a representante mais bem acabada na Espanha deste período, dos descompassos regionais mencionados.

¹⁴² - A denominada “desamortização eclesiástica” (na verdade levada a efeito em sucessivas etapas) consistiu em desapropriações, por parte do Governo Central, das propriedades territoriais pertencentes à determinadas ordens religiosas, igrejas e monastérios, as quais, pelo direito civil e canônico eram perpétuas, de acordo com o qual os bens podiam ser incorporados aos organismos eclesiásticos, mas não podiam sair dos mesmos por contrato ou qualquer outro título, oneroso ou lucrativo. O governo espanhol estendeu a desamortização também às propriedades pertencentes aos municípios calculadas em aproximadamente 5 milhões de hectares; tais terras foram posteriormente leiloadas e arrematadas por quem as pudesse adquirir. Calcula-se que entre as desamortizações e os resgates de pensões e rendas, o Estado tenha arrecadado 2.700 milhões de pesetas.

¹⁴³ - Com efeito, se denomina de *manos muertas* aos proprietários (de imóvel) cuja posse sobre o mesmo não pode ser alienada e, por extensão, também recebem a mesma denominação os bens de raiz inalienáveis. Já no século XVIII se delineou na Espanha o problema das *manos muertas* que se encontra em estreita relação com o da desamortização eclesiástica [...]; daí, a denominação ter sido estendida na Idade Moderna e na época contemporânea aos proprietários cuja *hacienda* (herdade, fazenda) imóvel constituía uma dotação permanente, como era o caso dos bens territoriais da Igreja e dos *mayorasgos*. Conforme: DICCIONARIO DE HISTORIA DE ESPAÑA. *Op. cit.*, 1952, p. 351. Tradução nossa.

¹⁴⁴ - Juan VALERA, escritor cordobês da segunda metade do século XIX, em cujos romances encontramos preciosas narrativas sobre a Andaluzia, assim descrevia a um *mayorazgo* : [...] *El tal Don Alvaro vivía aún con todo aparato y la pompa que suelen desplegar los nobles lugareños. Su casa era la*

transferencia de bienes raíces no benefició a los labradores ni dio lugar a la aparición del campesino propietario [...] , al contrario, robusteció el latifundismo hasta extremos peligrosos para la economía y el bienestar social del país.

El latifundismo decimonónico se ahincó en las tierras donde tradicionalmente se habían desarrollado las explotaciones agrarias y ganaderas de gran extensión, en manos de un solo dueño y cultivadas por una legión de asalariados, jornaleros o yunteros: Andalucía (especialmente en su parte occidental), Extremadura...

Buena parte de las mismas [terras] fue a parar a manos de la alta aristocracia, mientras que la burguesía, especialmente la financiera, daba otro gran bocado a las antiguas posesiones de la Iglesia, del común o de los hidalgos aruinados [...] mientras aumentaba el número de braceros y crecía el desasosiego en el campo ...¹⁴⁵

La disolución del régimen señorial y las desamortizaciones [...] no alteran sustancialmente la estructura de la propiedad de la tierra. A grandes

mejor que había en Villalegre, con una puerta principal adornada, a un lado y a otro, de magníficas columnas de piedra berroqueña, estriadas e con capiteles corintios. Sobre la puerta estava el escudo de armas, de piedra también, donde figuraban leones y perros, calderas, barcos y castillos y multitud de monstruos y de otros objetos simbólicos que para los versados en la utilísima ciencia del blasón daban claro testimonio de la antigüedad y sublimidad de sua prosapia. [...]. Le servian muchos criados, constantes unos y entrantes y salientes otros; y como era aficionadísimo a la caza, no le faltaban una jauría de galgos, podencos y pachones, y dos hábiles, cazadores o escopetas negras que solían acompañarle [...]; Doña Inés .. veneranda esposa... tenía también muchos costosos caprichos de varios géneros. Se vestía con lujo y elegancia no comunes en los lugares; era golosísima y delicada de paladar y los mejores platos de carne y los almíbares más apetitosos se comían en su mesa. El chocolate que se elaboraba en su casa, dos veces al año, gozaba de nombradía en toda la comarca. Como Don Álvaro Roldán estaba ausente más de la mitad del tiempo, ya cazando conejos, perdices y liebres, ya en distantes monterías, ya en las ferias más concurridas de los cuatro reinos andaluces...

In: *Juanita La Larga*, Madrid, Clásicos Castalia, 1992, pp. 76-77 (publicado pela primeira vez em 1895). Conforme observamos, houve, a despeito das desamortizações, a persistência do modelo anterior.

<i>prosapia :</i>	ascendência.
<i>jauria de galgos :</i>	matilha de caça; eram guiados por um perrero.
<i>podengos :</i>	cães para a caça de coelhos.
<i>pachones :</i>	cães cuja raça se parece ao perdigueiro.
<i>almíbares :</i>	caldas de açúcar (para doces de fruta, por ex.)

¹⁴⁵ - VIVES, J.Vicens (org). *Op.cit.*, 1971, p. 84. Os especuladores das desamortizações fizeram, assim, aumentar as grandes propriedades, enquanto a estrutura agrária permanecia imutável. Em outras palavras, os camponeses pobres, os mais necessitados de terra, continuaram a não ter acesso a ela. *Trasiego* é mudança, movimento; pode significar também revirar, deixar em desordem. *Yuntero* é quem lava a terra com uma junta ou parilha de animais. Grifos nossos.

*rasgos la disolución del señorío ofreció dos esquemas distintos [...]. En Castilla, Andalucía y Extremadura, los antiguos señores no sólo continuaron conservando en forma de propiedad plena sus posesiones, sino que salieron reforzados con el reconocimiento de propiedades sobre las que hasta entonces sólo disfrutaban de derechos muy dudosos, todo ello favorecido por la concesión de pleitos judiciales favorables. No hubo cambios significativos en la estructura de la propiedad, en todo caso concentrando la preexistente [...]*¹⁴⁶.

Ya no había bienes municipales que repartir en pequeños lotes como antaño, las tierras señoriales habían sido completamente privatizadas y la desamortización pusto en manos privadas un número significativo de montes y dehesas de aprovechamiento vecinal y, lo que es peor aún, limitado las posibilidades de las nuevas y más numerosas generaciones de campesinos de acceder a la tierra [...].

Es en este periodo cuando definitivamente se consolida el “sistema latifundista” como conjunto articulado de relaciones sociales en el campo. Dicho sistema [...] no debe confundirse con el latifundio como forma de apropiación de la tierra.

*Este sistema latifundista procura, mediante la combinación de factores políticos y económicos, unas condiciones en el mercado de trabajo que hacen posible la cooptación de los jornaleros y que procuran la sobreabundancia de mano de obra y bajos salarios. La libertad absoluta de contratación, recurriendo con frecuencia a mano de obra forastera; el control político del Ayuntamiento y, por ende, de las funciones arbitrales que éste desempeñaba en materia salarial, en el acceso a los recursos comunales y en las condiciones de trabajo; el establecimiento de unas relaciones de patronazgo y caciquismo; o el control del orden público y de los medios de represión, etc., constituyen, entre otros, instrumentos esenciales para la reproducción del sistema latifundista como sistema de dominación*¹⁴⁷.

Como se depreende do exposto, e, a despeito das desamortizações - cuja iniciativa pressupunha um reconhecimento prévio das distorções da estrutura

¹⁴⁶ - BAHAMONDE, A. & MARTÍNEZ, Jesús. Historia de España , siglo XIX. Madrid, Ediciones Cátedra, 1994, p. 483. Grifos nossos.

¹⁴⁷ - MOLINA NAVARRO, Manuel González de. “Siete problemas en la interpretación tradicional sobre el movimiento campesino andaluz”. In: Historia y fuente oral . Barcelona, Universitat de Barcelona, nº 8, 1992, pp.44/5.

Dehesas: Pastagens, campos cultivados.

Vecinal: municipal.

agrária -, houve, em regiões como Andaluzia, Extremadura e determinadas províncias do Levante, a permanência dos antigos padrões de posse e exploração da terra, agora ainda mais concentrados em mãos dos *terratenientes*¹⁴⁸, que não investiram e nem acumularam capitais na lavoura, devido a uma estrutura fundiária de cultivo extenso e não produtivo. Tal concentração fundiária, ainda mais acentuada pelas desamortizações, determinava, então, que:

*[...] no princípio do século XX, 10.000 famílias possuíam 50% do cadastro, 1% dos proprietários 42% da propriedade territorial. A extensão máxima destes domínios não é enorme... ; considera-se como latifúndio uma propriedade de mais de 250 hectares, mas não se trata sempre de maus terrenos. Nos vinhedos de Xerez, 3% dos proprietários possuem 67% da fortuna estimada. Municípios ricos, como Carmona, Écija, Utrera, Sevilha têm 45 a 85% das suas terras em grandes herdades. Estas mesmas são exploradas extensivamente. Terrenos incultos, de caça, de criação de touros, sobreiros, olivais, trigo de sequeiro: esta hierarquia não coincide com as possibilidades andaluzas. Os Medinaceli, durante muito tempo, reservaram para caça, 15 a 16.000 hectares de bons terrenos; os duques de Alba arrendavam por 25 pesetas a fanga, domínios subarrendados a 60 pelos seus administradores. Deste modo, os capitais nem se acumulavam nem se investiam. Um hectare de regadio produziria vinte vezes mais que um hectare de sequeiro, mas o seu cultivo custaria sete vezes mais, além de um importante empate de fundos. A intensificação não se verifica devido ao latifúndio*¹⁴⁹.

Salvatierra [personagem, líder dos trabalhadores do campo, em Jerez, preso por suspeita de ter liderado uma greve] reía recordando lo que había oído sobre el progreso de su país. En los cortijos se veían máquinas agrícolas de los más recientes modelos, y los periódicos pagados por los ricos deshacíanse en elogios de las grandes iniciativas de sus protectores en pro del desarrollo agrícola. Mentira, todo mentira. La tierra se cultivaba peor que en tiempo de los moros. No se conocían los abonos : se hablaba de ellos con desprecio, como invenciones modernas contrarias á las buenas tradiciones. El cultivo intensivo de otros pueblos era considerado como un ensueño. Se araba á estilo bíblico: dejábase á la

¹⁴⁸ - *Terrateniente* : proprietário de terra.

¹⁴⁹ - VILAR, P. *Historia de España*. Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 80.

Fanga:: terreno úmido, tipo lodaçal.

Sequeiros:terrenos não regadios, isto é, áridos.

Apenas para informação: um hectare corresponde a 10.000 m².

tierra que produjese á su capricho, compensando lo débil de la cosecha con la gran extensión de las propiedades y lo irrisório del jornal¹⁵⁰.

El recuerdo de los campos siempre verdes alegraba después de tantos años al viejo Zarandilla [apelido, significando “lagartixa” do outrora capataz do cortijo, agora quase cego], pasando como una visión luminosa ante sus ojos oscuros.

Después hablaba con tristeza de la tierra en que vivía. Inmensos campos cuyo término perdíase en el horizonte; surcos que se juntaban y confundían à lo lejos como las varillas de un abanico, sin que ningún límite los cortase. Cuanto se abarcaba con la vista, tierras llanas ó colinas, bancales labrados ó manchones para el pasto, todo era de un amo. Podía un hombre caminar horas enteras sin salir de la propiedad de un solo dueño. Aquellos campos no eran para hombres: eran extensiones que sólo podían ser cultivadas por gigantes como los que aparecían en los cuentos [...]; Y la soledad por todas partes: ni un pueblo, ni otras viviendas que el cortijo. Había que caminar horas y más horas hasta el límite de otras propiedades.

Provincias enteras eran en Andalucía de un centenar de amos [...]. El amo de la tierra se resignaba à aceptar lo que ésta quisiera darle. La extensión suplía las deficiencias de un cultivo rutinario. Si la cosecha era mala, se hacían economías sobre el trabajo de los braceros y los gazpachos que los alimentaba. Nunca faltaban esclavos que ofreciesen sus brazos. A bandadas bajaban de la sierra las mujeres y los gañanes pidiendo trabajo.

[...] Aquí sólo se veían siervos trabajando una tierra odiada que jamás llegaría à ser suya; preparando unas cosechas de las que no tocarían un solo grano¹⁵¹.

Fue por el año 1906. Mi tierra, tierra de agricultores había sido siempre arada por los viejos arados de madera, que apenas arañaban la superficie. Y en aquel año, algunos labradores adquirieron los nuevos arados Bravant – el nombre me há quedado para siempre en el recuerdo -

¹⁵⁰ - BLASCO IBÁÑEZ, V. *La bodega* (novela) . Valencia, Prometeo, 1919, p. 193 (escrito originalmente em 1904/5). Esta obra é considerada exemplar para o conhecimento das condições de vida das camadas inferiores da baixa Andaluzia, dentre elas, a do *jornalero*.

Bodega: taberna

Cortijos: grandes propriedades agrícolas.

Abonos : fertilizantes

¹⁵¹ - BLASCO IBÁÑEZ, V. *Op. cit.*, 1919, pp. 108/9 (escrito originalmente em 1904/5). Grifos nossos.

Abanico: Leque

Gazpacho: Espécie de sopa fria que se faz com pedaços de pão amanhecido, água fria, azeite, vinagre, sal, alho e rodelas de cebola.

Gañanes: Lavradores, homens rudes.

, que habían sido premiados por su eficacia en la Exposición de Paris el año 1900. Yo, niño curioso, seguía por todo el campo al vigoroso arado de mi casa. Me gustaba ver cómo la enorme púa de acero abría un tajo en la tierra, tajo del que brotaban raíces en lugar de sangre. Una vez el arado se detuvo. Había tropezado en algo consistente. Un segundo más tarde, la hoja brillante de acero sacaba de la tierra un mosaico romano...¹⁵²

Quanto a região da Extremadura, que como a da Andaluzia e do Levante, apresentou efetiva participação nos contingentes que se dirigiram para S.Paulo, verifica-se que:

Extremadura ha sido y es una tierra de emigración [...] del mismo modo, por sus características económicas, es de las comunidades que más han padecido el éxodo rural hacia las ciudades. Si Extremadura ha arrojado siempre un significado saldo positivo en los demás ciclos emigratorios, nos es arriesgado atribuirle una intervención similar en esa fase intermediaria del siglo XIX y primer tercio del XX” [...] su comportamiento, por afinidad socioeconómica, tiene que aproximarse a los de Andalucía occidental y Castilla-La Mancha.

E mais:

La emigración contemporánea extremeña guarda estrecha conexión con la estructura agraria y no tanto por la pervivencia del latifundio como por la transformación del sistema de propiedad de Antigo Régimen. Es decir, es una variable directamente vinculada con la desamortización y, consecuentemente, con la lenta, pero progresiva, incorporación de la agricultura tradicional a la modalidad de explotación capitalista. Un cambio que es acompañado por la transformación del colono y del pequeño campesinado en proletariado agrícola¹⁵³.

Fica patente aqui, do que foi exposto pela autora, que teria ocorrido na Extremadura, tal qual na Andaluzia, a persistência do padrão tradicional concentrador, responsável pela estagnação economica da região, e que acentuou o alijamento do camponês dos seus tradicionais meios de subsistência.

¹⁵² - LORCA, F.G. Op.cit., 1954, p.959 (*Entrevistas y declaraciones*), comentando que suas primeiras emoções estavam ligadas ao campo (andaluz).
Açero: Aço.

¹⁵³ - LEMUS, Encarnación. “*Extremeños hacia América: La emigración en la Edad Moderna*”. In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMÉRICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992, pp. 292.

Com respeito ao volume dessa corrente oriunda daquela região e de seu efetivo papel nas estatísticas emigratórias,

A pesar de su naturaleza de región interior, hay indicios que constantemente nos remiten a este derramamiento de sus gentes. La prensa de final del siglo XIX y primeros decenios del XX recoge con insistencia diversa información y publicidad de las compañías navieras. Son conocidas las idas desde todos os núcleos de población hacia los puertos de Vigo, Lisboa y Andalucía occidental ¹⁵⁴.

Tal informação coincide com os dados obtidos na localidade objeto de nossa investigação. Com efeito, encontramos em Villa Novaes diversos descendentes de extremenhos, cujas famílias, em sua maioria, eram provenientes da cidade de Cáceres ¹⁵⁵.

Dentre as demais regiões de onde procedeu o grosso da emigração que tinha por destino o Brasil neste período, a região de Múrcia, no Levante, merece algumas considerações especiais.

Esta província, que em 1885, dividia com Valencia e Ilhas Baleares (no Levante) e Almería (na Andaluzia) a cifra de 39% do total emigrado do país - emigração ainda então de caráter temporal e com destino preferencial a Argélia, à época colônia francesa -, já a partir dos anos iniciais do século XX, demonstra certa inclinação a América, com preferência a Argentina e ao Brasil, sobretudo entre os anos de 1900 a 1914 ¹⁵⁶.

As causas então aventadas para este movimento, seriam:

Postración de la industria minera [chumbo]; falta de otras industrias, daños repetidos en los campos por las inundaciones, y equivocados sistemas de cultivo, preponderância de la usura e imposibilidad de competencia en la utilización de los espartos de la provincia por la gran importación de los de Argelia ¹⁵⁷.

¹⁵⁴ - LEMUS, E. Op. cit., p. 292.

¹⁵⁵ - Eram naturais de Cáceres, igualmente, as famílias do Sr. Ildefonso Blasque Sanchez e de D.Teodora Dias, aos quais faremos menção no decorrer dessa monografia. Ambas as famílias haviam embarcado no Porto de Málaga, na Andaluzia.

¹⁵⁶ - Conforme: VILAR, Juan. Op. cit., 1992, p. 370-408. Neste trabalho, o autor apresenta uma visão da emigração murciana a Iberoamérica desde os primórdios, no século XVI, até o século XX. Para o período das emigrações em massa, entretanto, não apresenta análise mais aprofundada.

¹⁵⁷ - *ESTADÍSTICAS DE LA EMIGRACIÓN E INMIGRACIÓN DE ESPAÑA, 1891-1895*, Madrid, 1898. Apud: VILAR, Juan. Op. Cit., 1992, p. 393. Aqui, apresenta-se o mesmo diagnóstico, que tem singularizado esta região no processo emigratório, razão pela qual assumiremos como sendo da mesma natureza as variáveis que têm sido postas para as três regiões. Grifo nosso.
Esparto:um tipo de vegetal,com cujas fibras se fabricavam esteiras, capachos e cordas.

Retomando-se à região da Andaluzia - para onde, ao contrário, há uma série de pesquisas referidas especialmente a este período das emigrações em massa -, verifica-se que a renda média anual de um *terrateniente* era de 18.000 pesetas, enquanto a renda média anual de um pequeno proprietário (isto é, o que possui menos de 10 hectares), de 161 pesetas.

A este propósito temos:

Los habitantes de Andalucía no viven diseminados en aldeas o granjas (se ven pocas aldeas en el Valle del Guadalquivir, y las escasas granjas que se encuentran, son nuevas), sino que se concentran en ciudades o pueblos grandes cuya población oscila entre 8000 y 25000 habitantes. Entre uno y otro pueblo... no hay más que campo y campo. Una villa inglesa o francesa que cuente 12.000 habitantes es una población activa; no así un pueblo de Andalucía del mismo tamaño [...]. La primera impresión ante cualquiera de estos pueblos es de decadencia o estancamiento. Unas pocas tiendas miserables, donde se vende nada más que lo estrictamente indispensable para la vida; una o dos pequeñas industrias - jabón, esteras de esparto, alfarerías, molinos de aceite - que emplean en total alrededor de 200 hombres; las casonas y palácios de los terratenientes ausentes cayéndose a pedazos; luego unas pocas familias burguesas, guardas de los cortijos o labradores que los llevan en renta y que residen aquí porque sus intereses les obligan a ello. De ochocientas e mil doscientas familias, en su mayoría pobres, que poseen un poco de terreno, o lo cultivan en arriendo, o tienen algún empleo fijo. Y luego, el proletariado sin tierra. Tres cuartas partes de la población consiste en estos hombres con sus familias, que son contratados por día, por mes o por la temporada (siega, escarda, recogida de la aceituna, etc..) - rara vez por plazos más largos - por los operadores de los cortijos o los labradores arrendatarios. Estos jornaleros están en paro más de seis meses al año¹⁵⁸.

¹⁵⁸ - BRENAN, Gerald. *El laberinto español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil*. Madrid, Ed. Ruedo Ibérico, 1962, p. 97; os grifos são nossos.

Parece ter sido bastante comum aos *terratenientes* ausentes o arrendamento ou a parceria, a considerar este relato de PEREDA, J.M. , em *El sabor de la tierruca*. Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1951, p. 30 (escrito originalmente em 1881): *Juan, huérfano también poco después de volver de la Universidad [...] puso en renta las tierras que cultivaba su padre, y en aparcería los ganados que halló en las cuadras (partes mínimas de los bienes que heredó) y abrió en Cumbrales su estudio, por no aburrirse.*

Na mesma categoria das famílias acima descritas se encontravam a dos imigrantes, em cujos relatos também faziam alusão a esta prática. Com efeito, o Sr. Ildefonso B.Sanchez, quando inquirido sobre as propriedades da família, na Espanha (Cáceres, Extremadura), respondeu: *[...] nós tinha casinha pr'a morar, tinha um pedaço de terra. [...]; E ele [o pai] trabalhava todo ano [o ano inteiro] plantava roça,*

Lapidar é também este relato:

Los Dupont [proprietários de uma vinha para exportação em Jerez] tenían un viajante sueco, el mejor propagandista de su negocio. Colocaba miles y miles de botellas del vino de fuego que producía [...]; El viajante, después de largos años de servicios à la casa, había venido à España, para conocer personalmente à los Dupont. Don Pablo había creído inevitable el invitarlo à comer con su familia [...]. Doña Elvira acogía con una sonrisa traidora la charla incesante del extranjero en un español trabajoso; sus gritos de asombro al comentar el aspecto del país: tantas iglesias, tantos frailes y curas, tantos mendigos, los campos cultivados de un modo casi prehistórico, las costumbres bárbaras y pintorescas, las plazas de ciertas poblaciones llenas de hombres con los brazos cruzados y el cigarrillo en la boca, esperando que fuesen à alquilarles¹⁵⁹.

As diferenças eram gritantes; ao lado do mercado de exportação, a extrema miséria, caracterizando a economia de finais de século XIX como:

A la vez tradicional e moderna, de subsistencia capitalista; propiamente una economía dual.... dual es, en efecto, la relación entre los sectores recién considerados de la agricultura, un sector productivo, dividida, tironeada, que estaba entre una mayoría en la fase de consumo agrícola indirecto y otra exportadora, casi de tipo plantación; dual era también y sigue siendo, la estructura especial de la economía española con concentración de actividades en perifería, precisamente aquellas de características modernas y un interior estancado¹⁶⁰.

[no] terreno lá dos rico e davam a 20%; [...] o patrão dele plantava trigo, cevada, grão-de-bico, era terreno grande...

Temos, ainda, o relato do Sr. Tercifon Cabrera, cuja família era proveniente de Almería (Andaluzia), o qual, perguntado por que vieram para o Brasil, assim respondeu: ... alí [na Espanha] não dava pr'a comer; [era] miséria de terra , o patrão lá não é como aqui [...]; na Espanha , um quarto de terra era a meia com o patrão, pr'a plantar e vender [...]. Então eles [os emigrantes] ficaram aborrecidos e vieram para o Brasil... Grifos nossos.

Granjas: Propriedades rústicas de cultura lucrativa ou finca para criação de animais de curral.

tiendas: comércio, loja ou venda.

alfarrerías : locais onde se fabricavam e vendiam louças de barro.

llevar em renta : arrendar.

Siega, escarda: retirada das ervas ruins, limpar, capinar, roçar.

¹⁵⁹ - BLASCO IBÁÑEZ, V. Op. cit., 1919, p. 93.

¹⁶⁰ - SÁNCHEZ ALBORNÓZ, N. Op. cit., 1977, p. 16.

Os contrastes impregnavam todo o cenário nacional. É deste período, em que as regiões tinham entre si relação de hostilidade, que ocorrem reivindicações de autonomia por parte de diversas cidades mediterrâneas do sul e do leste, como resultado do embate entre a velha Espanha, ainda identificada com o Antigo Regime e seus setores progressistas, que reivindicavam liberdade política e protecionismo econômico.

Com efeito, neste período, a Espanha vivia aquilo a que se convencionou denominar de “crise de identidade” - registrada, ademais, por vários escritores e poetas contemporâneos importantes e cuja preocupação era *delimitar o nacional, definir o espanhol*¹⁶¹; tal geração de intelectuais¹⁶², unidos pelas mazelas nacionais, buscava uma síntese entre a tradição e o progresso, tal como se apresenta neste poema de Antonio Machado¹⁶³.

*La España de charanga y pandereta, cerrado y sacristía,
Devota de Frascuelo y de María,
De espíritu burlón y de alma quieta
ha de tener su mármol y su día,
su infalible mañana y su poeta.*

*Esa España inferior que ora y bosteza
vieja y tahir, zaragatera y triste;
esa España inferior que ora y embiste*

¹⁶¹ - VILAR, P. Op. cit., 1992, p. 90.

¹⁶² - [...] Baroja espezinha a tradição, mas repudia as lições vindas de fora. Antonio Machado, jovem professor em Sória, dedica a sua meditação poética à paisagem de Castela-a-Velha, mas denuncia [...] o “estômago vazio e a alma sem vida” do espanhol. [...] Unamuno pede para a sua pátria o primeiro lugar nessa reação contra a fé na ciência e no progresso que se desenha um pouco por toda a parte na mesma época.[...] E, contudo, como sempre em Espanha, a síntese realizar-se-á entre o alento tradicional e o não conformismo. Mas, para isso, serão necessários alguns genios: Federico Garcia Lorca, Miguel Hernandez e Pablo Picasso e um grande impulso popular: o de 1936. In: VILAR, P. Op. cit., 1992, pp. 91/2.

¹⁶³ - Poema “El mañana efímero”, escrito à época por Antonio MACHADO. In: SAHAGÚN, C. Op.cit., 1966, p. 24.

charanga: banda de música

pandereta: diminutivo de *pandera*, instrumento musical rústico.

burlón: zombeteiro

bosteza: boceja

tahir: trapaceira

zaragatera: desordeira

embiste: pedinte (de esmolar)

cinzel: Termo não identificado. Consta *cinzel* em diversos dicionários significando instrumento de ferro, como um martelo, para golpear a pedras e metais.

maza: instrumento de madeira dura que serve para quebrar esparto ou linho.

*cuando se digna usar de la cabeza,
aún tendrá luego parto de varones
amantes de sagradas tradiciones
y de sagradas formas y maneras.*

*Mas otra España nace,
la España del cinzel y de la maza
con esa eterna juventud que se hace
del pasado macizo de la raza.*

Assim, enquanto os conflitos e as tensões da sociedade se refletiam nos contrastes de diversas tendências e doutrinas, em todos os campos da produção intelectual, também podia ser apreendido num outro movimento encabeçado por pessoas comuns, no cotidiano silencioso daqueles que sequer podiam sonhar com o partir:

Trabajar todo el día bajo el sol ó sufriendo frío, sin más jornal que dos reales y cinco como retribución extraordinária e inaudita en la época de la siega! Era verdad que el amo daba la comida, pero ¡ que comida para unos cuerpos que de sol á sol [...]

En verano, durante la recolección, les daban un potaje de garbanzos, manjar extraordinário, del que se acordaban todo el año. En los meses restantes, la comida se componía de pan, sólo de pan. Pan seco en la mano y pan en la cazuela, en forma de gazpacho fresco o caliente , como si en el mundo no existiese para los pobres otra cosa que el trigo. Una panilla escasa de aceite [...] servía para diez hombres. Había que añadir unos dientes de ajo y un pellizco de sal ...

Tres comidas hacían al día los braceros, todas de pan: una alimentación de perros. A las ocho de la mañana, cuando llevaban más de dos horas trabajando, llegaba el gazpacho caliente, servido en un lebrillo. Lo guisaban en el cortijo, llevándolo adonde estaban los gañanes [...].

A mediodía era el gazpacho frío, preparado en el mismo campo. Pan también pero nadando en un caldo de vinagre, que casi siempre era vino de la cosecha anterior que se había torcido. Unicamente los zagales y los gañanes, en toda la pujanza de su juventud, le metían cucharada en las mañanas de invierno, engulléndose este refresco, mientras el vientecillo frío les hería las espaldas. Los hombres maduros, los veteranos del trabajo, con el estómago quebrantado por largos años de esta alimentación, manteníanse á distancia, rumiando un mendrugo seco.

Y por la noche, cuando regresaban á la gañancia para dormir, otro gazpacho caliente: pan guisado y pan seco, lo mismo que por la mañana.

Al morir en el cortijo alguna res cuya carne no podía aprovecharse, era regalada á los braceros, y los cólicos de la intoxicación alteraban por la noche el amontoamiento humano [...].

*Los hombres empezaban de pequeños el aprendizaje de la fatiga aplastante, del hambre engañada*¹⁶⁴.

*Cada año venían á los cortijos más mujeres de la sierra. Las hembras eram sumisas; la debilidad femenil las hacía temer al arreador y se esforzaban en su trabajo. Los manijeros, agentes reclutadores, bajaban de la montaña al frente de sus bandas empujadas por el hambre. Describían en los pueblos la campiña de Jerez como un lugar de abundancia y las familias confiaban al manijero las hijas apenas entradas en la puberdade ...*¹⁶⁵.

1. A evolução política espanhola, a restauração e o caciquismo:

- *Dime, pobre ignorante, ¿ qué hace el próspero Coteruco, sino dar sus economías al erario y sus hijos al ejército?*
- *Poco más que nada.*
- *Y en cambio de esos sacrificios, ¿ qué intervención tiene en la administración de los caudales del Estado? ¿ Qué iniciativa es la suya en los arduos problemas de la política nacional?*
- *Verdá es que no tiene nada de eso*¹⁶⁶.

Para completar o quadro deste período, que se caracterizaria, como já vimos, por uma série de desajustes econômicos, temos na evolução política espanhola, com o advento da Restauração Monárquica¹⁶⁷, um ingrediente a mais

¹⁶⁴ - BLASCO IBÁÑEZ, V. Op. cit., 1919, pp. 104/6.

Garbanzo: Grão-de-bico
Cazuela: Guisado feito em caçarola
Lebrillo: Terrina
Zagales: Jovens, moços
Mendrugos: Pedaco de pão duro

¹⁶⁵ - BLASCO IBÁÑEZ, V. Op. cit., 1919, p. 146.
Manijero: ganchos ou recrutadores.

¹⁶⁶ - PEREDA, José M. de. Op. cit., 1965, p. 53.

¹⁶⁷ - A Restauração Monárquica consistiu, basicamente, em um golpe de Estado, onde se derrubava a Primeira República espanhola, de pequena duração (1873-1874), abatida, sobretudo, pelo peso de uma guerra colonial com Cuba.

de paradoxo, e sobre o qual ainda hoje debruçam-se em acirradas controvérsias diversas vertentes acadêmicas daquele país.

Tal sistema político,

Más que una auténtica restauración, que hubiera significado una vuelta a la etapa anterior a la revolución, el golpe de Estado de 1874 fue una corrección de la trayectoria seguida después de 1868 ¹⁶⁸. Cánovas completaba y perfeccionaba la obra iniciada por los Prim, Sagasta y compañía. Y el propio Sagasta le ayudaría decisivamente en esta tarea. Al fin y al cabo, revolucionarios de 1868 y restauradores de 1874 (ni muy revolucionarios, los unos, ni muy restauradores, los otros) se sentaban juntos en los Consejos de administración de las mismas compañías y tenían unos intereses comunes ¹⁶⁹.

Tais interesses foram mantidos, apesar da aprovação da lei do sufrágio universal, pela manipulação das eleições, com o fim de se manter nas províncias governadores (ou presidentes das comunidades autônomas) afinados com o Governo da situação ¹⁷⁰.

Entretanto, se tais procedimentos manipulatórios eram geralmente bem sucedidos nas cidades maiores sob as ordens de um Governador, eram mais difíceis de serem controlados nos *pueblos* e nas cidades pequenas.

Nestas, resultado de condições particulares, era o mandatário local, denominado *cacique* quem exercia este controle. Eram praticamente onipotentes em quase toda a Espanha, exceção ao País Basco; designavam os prefeitos e os *alcaldes* nas cidades pequenas e controlavam os chefes locais e os funcionários

¹⁶⁸ - Após a guerra de independência contra Napoleão, seguiram-se 26 anos de guerra civil e selvageria, crise que culminou na sucessão de Isabel II; destronada, em 1868, é substituída por Amadeo de Saboya que se vê obrigado a abdicar já em 1873.

¹⁶⁹ - FONTANA, Josep. *Cambio económico y actitudes políticas en la España del siglo XIX*. Barcelona, 1973, p. 141. Apud: TUÑON DE LARA, Manuel. (org.) *Historia de España*. Tomo VII - *Revolución burguesa, oligarquía y constitucionalismo (1834-1923)*. Barcelona, Ed. Labor, 1983, p. 255.

¹⁷⁰ - Para conseguir isto, a máquina eleitoral transformou-se em um departamento do Ministério do Governo; daqui, saíam os nomes indicados como candidatos do Governo aos Governadores civis (Presidentes das Comunidades Autônomas) das Províncias, e muitas vezes também as cifras da maioria pela qual pretendiam vencer. Mesclavam-se os candidatos, dando a falsa impressão de que a composição fora casual, e inclusive sempre se colocava a algum republicano concorrendo. Recebida a lista, cabia aos Governadores preparar os *Ayuntamientos* (Prefeituras), que, por sua vez, preparavam a sua lista de votantes, onde figuravam, naturalmente, somente aqueles que se supunha votariam nos candidatos oficiais; se seus nomes fossem insuficientes, repetia-se os mesmos algumas vezes; até os mortos se transformavam em eleitores; a esta fraude eleitoral se denominava *pucherazo*. Foram praticadas outra série de fraudes eleitorais neste período. Conforme VIVES, Vicens (org.). *Op. cit.*, 1971, pp. 321 e ss.

públicos nos *pueblos*, com os quais compactuavam toda série de irregularidades, como a divisão da renda dos impostos, a isenção do seu pagamento, tanto para si como para seus amigos, a usurpação dos terrenos comunais, a invasão, com seus rebanhos, de terras cultivadas pertencentes a terceiros, o desvio dos canais de irrigação para seu próprio benefício, dentre outros ¹⁷¹.

Sua atuação era diferenciada, dependendo da região do país, mas informa-se que era particularmente ofensiva e violenta na Andaluzia, onde, inclusive, tinham relações com bandidos, entre os quais recrutavam os matadores, que eliminavam a quem se atrevesse a enfrentá-los.

Não é de se estranhar, portanto, que a grande maioria dos camponeses desses *pueblos* preferisse manter-se claramente à margem da política, pois, no caso de necessitarem da justiça para resolver algum problema, não dispunham da menor proteção, pois também os juízes obedeciam aos *alcaldes* e aos *caciques* que os haviam nomeado.

Os anos finais do século XIX foram especialmente tumultuados: afinal, em poucos meses, a Espanha perdia o que lhe restava das suas possessões coloniais: Filipinas, Porto Rico e Cuba, pela qual ainda enfrentava uma guerra com os Estados Unidos, ocupada entre 1906 e 1909.

El nuevo imperialismo se volvía hacia Cuba, ya muy ligada a Norteamérica económicamente y cuyas sublevaciones contra España eran secretamente apoyadas desde los Estados Unidos [...]; como ocurre siempre después de la pérdida de la hegemonía marítima perdiéronse también las colonias: Cuba, Puerto Rico (y las Filipinas) hubieron de ser cedidas a los Estados Unidos. España había liquidado sus ultimas posesiones americanas ¹⁷².

¹⁷¹ - ¡ Cómo demonios había de conseguir yo arrancar a éstos una administración que conservaban ellos tanto por cuestión de honra como por razón de provecho? Por eso dije antes que aunque la tal administración tentaba mucho a mi padre, la consideraba tan difícil de alcanzar como acertar un terno seco á la lotería primitiva, no obstante la intimidad de mi cuñado el procurador con el juez del partido; la de éste con el regente de la Audiencia del territorio; el parentesco del regente con el marqués del Perejil...

In: PEREDA, J.M. *Op. cit.*, 1958, p. 17, cujo personagem referia-se ao ramo dos Garcias, tradicionais caciques locais.

¹⁷² - SIEWERT, W. *Op. cit.*, 1942, p. 119.

Neste período, registra-se um crescente êxodo ultramarino, impulsionado, mais que tudo, pelo receio de ser enviado ou de ter algum filho ou parente enviado para a Guerra de Cuba¹⁷³.

... a guerra em Cuba e em Melilla [Marrocos]. Todas as semanas partiam para a América e África centenas de moços, imberbes muitos deles. Nas docas do porto nas plataformas da estação podiam-se ver cenas dilaceradoras. A Guarda Civil tinha muitas vezes de abrir fogo contra as mãos que tentavam impedir o transporte de tropas, retendo os braços nas amarras ou bloqueando a passagem das locomotivas. Daquelas centenas de milhares de jovens que partiam para a frente muito poucos haveriam de voltar, e ainda assim, mutilados ou gravemente doentes¹⁷⁴.

Desse modo perdemos as últimas colônias [...] e agora nos encontramos com os portos transbordando de repatriados. Diariamente chegavam, com efeito, barcos que traziam para a Espanha os sobreviventes das guerras de Cuba e das Filipinas. Haviam combatido durante anos nas selvas apodrecidas e embora fossem muito jovens já pareciam velhos. Quase todos voltavam doentes de febres tersãs. Seus familiares não queriam acolhê-los por medo do contágio e tampouco encontravam trabalho ou algum meio de subsistência. Eram tantos que até para pedir esmola tinham que fazer fila. As pessoas não lhes davam nem um centavo: vocês deixaram que pisoteassem a honra da pátria e ainda têm a desfaçatez de vir inspirar compaixão, diziam-lhes. Muitos se deixavam morrer de inanição pelas esquinas, já sem ânimo para nada¹⁷⁵.

Consistindo reflexo da sociedade que os gerou, tal sistema de controle e mando local simbolizava o sintoma de um mal maior, qual seja, a corrupção de toda a sociedade; os impostos eram burlados, em média de 50 a 80%, pois se ocultava a propriedade nos cadastros oficiais; apenas dos pequenos proprietários, conforme se evidenciou, eram cobrados os impostos, cuja terça parte ficava com os agentes oficiais, sem chegar aos cofres do Governo.

Geralmente vivendo nos *pueblos*, as camadas mais inferiores da população, dentre elas os *jornaleros*, sem qualquer representatividade política,

¹⁷³ - Foi comum, entre os emigrantes com quem estivemos, citações de casos em que a razão alegada para a vinda para o Brasil se daria basicamente para evitar que os filhos fossem enviados à guerra (vide adiante o caso particular da família de D. Ana Garcia).

¹⁷⁴ - MENDOZA, E. *Op. cit.*, 1987, p. 156.

¹⁷⁵ - MENDOZA, E. *Op. cit.*, 1987, p. 187.

eram, em última análise, quem mais se via prejudicada pelo anacronismo resultante de um sistema político local dominado e controlado pelos grandes proprietários latifundiários, fenômeno este particularmente observado em algumas regiões do país, como a Andaluzia e a Extremadura.

Historicamente, os camponeses tinham tido acesso à terra através do sistema de “campos abertos” (Antigo Regime), sobre os quais tinham liberdade de buscar o melhor aproveitamento (caça, pesca, lenha, coleta de frutos).

Tal economia de subsistência, se verá ameaçada, com o decorrer do tempo, através das diversas apropriações dos bens comunais por parte dos grandes proprietários, cuja tendência foi o aumento de seu latifúndio por via das desamortizações, já que eram os únicos a quem era possível o acesso.

... el salario no siempre representa el único ingreso ni constituye la única condición reproductiva del grupo doméstico jornalero. La Historia de Andalucía muestra, por ejemplo, las frecuentes migraciones temporeras de jornaleros - a la manzana, a la uva, etc... e incluso a la siega o a la aceituna dentro del mismo perímetro andaluz - ; lo frecuente que era el tener pequeñas parcelas en arrendamiento o aparcería; el recurso a la caza (muchas veces furtiva); a la recolección de frutos silvestres o sobrantes, una vez alzadas las cosechas; o a la combinación del trabajo a jornal en el campo con otro tipo de actividad [...]; o la importancia que hasta finales del siglo XIX tuvo para las economías domésticas jornaleras el aprovechamiento de bienes y derechos comunales o las parcelas de propios repartidas anualmente.

Cuando este tipo de derechos desaparece como consecuencia de la afirmación en el campo de la propiedad privada o estatal, los jornaleros se ven abocados a conseguir a través del mercado los bienes que antes conseguían gratis de la naturaleza [...] y el trabajo asalariado [...] se convierte en la fuente principal de ingresos [...].

... que en la campiña, especialmente está la propiedad bastante fraccionada y que existen además multitud de predios arrendados en pequeñas parcelas [...] en donde son contados los campesinos que viven exclusivamente del salario; casi todos son pequeños propietarios o arrendatarios [...].

Los repartos de tierra para desmontar han convertido a muchísimos braceros serreños en pequeños labradores. Los obreros ganaderos de la sierra son dueños de una cantidad de cabezas en la piara del amo...¹⁷⁶.

¹⁷⁶ - MOLINA NAVARRO, M. Op. cit., 1992, pp. 28/9. Grifos nossos.
Parcela de propios: espaços de uso comum.

*Es allí muy corriente la de emigrar durante el verano los hombres mozos a provincias tan lejanas como las de Aragón, para ejercer el oficio de asserradores de madera, o las de Castilla, con aperos de labor o con castañas, para cambiarlos por trigo o por dinero*¹⁷⁷.

*El valor semántico que los censos dan al término “jornalero” no se refiere únicamente a las formas de percepción del salario, sino que refleja a la perfección el problema de la inestabilidad del empleo [...] . De ahí que los censos incluyan en la categoría de jornaleros en las ciudades a todos aquellos trabajadores sin conocimiento expreso de un oficio, cuyo quehacer cotidiano se mueve a lo largo de un año en ámbitos muy diferentes: peón de albañil, mozo de cuerda, recadero, mendigo involuntario ..., una situación que afecta sobre todo a los campesinos que llegan a la ciudad y que encuentran difícil acomodo en los mercados de trabajo urbanos*¹⁷⁸.

A Revolução Liberal na Andaluzia significou, portanto, a aceleração dos processos de apropriação privada e a economia de subsistência do camponês, se viu assim, submetida a um crescente processo de mercantilização. Em outras palavras, o camponês, que, como a grande maioria não possuísse uma pequena propriedade, e até mesmo o pequeno proprietário, agora expropriado por impostos e empréstimos, necessitavam, para garantir a sua sobrevivência, competir com um mercado de trabalho, possivelmente escasso junto aos grandes latifúndios produtivos, oferecendo seus serviços de *jornalero*.

2. As questões demográficas e agrárias: o latifúndio, o pequeno proprietário e o *jornalero*:

Neste conjunto que acabamos de apresentar, configurando uma radiografia desta região, estão contidos os elementos fundamentais que lhe garantiram a singularidade no processo que ora buscamos investigar; com efeito, por sua

<i>Prédio:</i>	Fazenda, quinta, herdade.
<i>Piara:</i>	Manada

¹⁷⁷ - PEREDA, J.M. *Peñas arriba*. Madrid, Espasa-Calpe, 5ª ed., 1969, p.61 (original escrito em 1894). O autor refere-se, também, à possibilidade de o trabalho nem sempre estar sendo pago apenas com dinheiro.

¹⁷⁸ - BAHAMONDE, A. e MARTÍNEZ, J. *Op.cit.*, 1994, p. 476/7. De conformidade com esses autores, a categoria de *jornalero* não se restringiu, portanto, apenas aos trabalhadores do campo.

especificidade no processo migratório ultramarino, ela teria fornecido, tal como pretendemos demonstrar, o maior contingente emigratório espanhol para o Estado de São Paulo no período investigado.

A visão clássica da historiografia espanhola, tem identificado na questão agrária - propriedade da terra -, e no malthusianismo demográfico, conjuntamente, a causa principal da emigração, diagnóstico que tem sido aplicado indistintamente às várias regiões espanholas, quer naquelas onde predominava o latifúndio, quer nas de minifúndio.

No caso andaluz, especificamente, de cifras astronômicas e onde predominava o latifúndio, leva-se em conta o crescimento demográfico acelerado e as péssimas condições de vida, especialmente do *jornalero*, e quer-se ver na emigração um elemento amortizador das tensões sociais.

Entretanto, e conforme ficará demonstrado mais adiante, não foi exatamente o *jornalero*, isto é, o trabalhador *a jornal*, contratado por dia, por mês ou por temporada e que conseguia trabalhar em média seis meses por ano, vivendo, portanto, praticamente na miséria, que irá engrossar as estatísticas emigratórias; nos parece que, mesmo tendo a prerrogativa da passagem subsidiada, a ele não seria possível emigrar, porque necessitaria de um aporte mínimo de recursos, para fazer frente aos gastos com a documentação exigida, com a locomoção até os portos locais, com a alimentação e a hospedagem de si e de toda a família até a ocasião do embarque.

Correntes historiográficas atuais, com base em investigações conduzidas por consulta a novas fontes, têm apresentado novos dados para reflexão da problemática emigratória como um todo ¹⁷⁹.

Para seus representantes, é inequívoco que nos anos da grande depressão, a agricultura europeia, decorrente da competência agrícola demonstrada pelos chamados “países novos”, vai passar por profundas transformações quanto aos avanços tecnológicos, como a mecanização e o emprego dos fertilizantes, que resultaram no aumento da produtividade e igualmente na redução do número de trabalhadores ¹⁸⁰.

¹⁷⁹ - Tal é o caso dos trabalhos de José C. MOYA (*Op. cit.*, 1990) e Alejandro VÁZQUEZ, “*Causas de la emigración y tipología de los emigrantes - 1. Factores de expulsión en las regiones de procedencia*”. In: *Historia General de la Emigración Española a Iberoamérica*. Vol. 1, Madrid, CEDEAL, 1992, pp.201-218, os quais têm colocado em xeque alguns paradigmas tradicionalmente aceitos. Especialmente para o caso andaluz, temos nas investigações de Antonio M. BERNAL (“*La emigración de Andalucía*”). In: SÁNCHEZ-ALBORNÓZ, N.(comp). *Espanoles hacia America. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp. 143-165), notáveis reflexões para o entendimento da questão emigratória espanhola, e, em particular, a andaluza, do período.

¹⁸⁰ - BERNAL, A.M. *Op. cit.*, 1988, p. 146.

Desta maneira, como resposta aos avanços impostos pela penetração do capitalismo na agricultura, houve a diminuição das pequenas explorações agrícolas, com a redução no contingente de trabalhadores. O êxodo rural que se observa é como uma continuidade daquele iniciado com a industrialização de princípios do século XIX; neste contexto, se vislumbra uma saída nos países novos americanos. Além do mais, certos setores vinculados à exportação serão seriamente prejudicados, tal como aconteceu como o setor de vinhos e azeites.

Na Espanha, tal etapa corresponderá à crise agrícola de finais do século, seguindo de perto o modelo europeu; porém, buscando outros dados até então não utilizados para a análise da questão, tais pesquisas pretendem comprovar que o caso espanhol, e, em particular, o andaluz, apresentou matizes específicos; e mais: que dentro da própria Andaluzia pode-se vislumbrar nuances diferenciadoras que, em última análise, vão identificar e tipificar o fenômeno em cada província.

Iniciemos a análise pela questão demográfica: se o crescimento populacional e a densidade alcançados a finais do século XIX na Espanha eram considerados críticos para um país pobre, como se referir, então, a Andaluzia que apresentou durante anos uma densidade populacional superior à média espanhola?

No quadro II, podemos observar tais índices:

QUADRO II

Espanha e Andaluzia
Densidades médias (hab./km.) - 1877-1930

		1877	1887	1900	1910	1920	1930
Espanha		32,9	34,7	36,8	39,4	42,2	46,6
Andaluzia		40,2	41,8	43,0	45,8	50,0	54,3

Cálculos de J.Maurice. Recherches sur l'anarchisme rural en Andalousie.
Tese de doutoramento, Paris, 1985. Apud:Bernal, A.M.Op.cit.,1988, p.148.

Desta maneira, e de acordo com o que fica demonstrado pelos números, deve ter ocorrido uma abundância na oferta de mão-de-obra, cuja demanda reprimida, deve ter ocasionado não apenas a baixa nos salários, mas igualmente a perda de postos de trabalho.

Analisando-se, contudo, os dados computados para cada província andaluza particularmente, observa-se que somente Cádiz, Granada, Málaga e Sevilha tiveram densidades superiores à média nacional no período, o que denota, no mínimo, a existência de uma região com duas realidades populacionais distintas.

De qualquer modo, e mesmo que se considerasse a Andaluzia como um todo, sem distinções geográficas, tal argumento que relaciona a emigração daí proveniente com a pressão demográfica ocasionada pelo crescimento populacional, se veria questionado tão logo se avaliasse comparativamente, como o fazem esses autores citados, as taxas de crescimento populacional médio espanholas com as das províncias andaluzas (Quadro III) , e, em seguida, destas entre si (Quadro IV).

QUADRO III

TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL MÉDIO ESPANHA E ANDALUZIA 1877-1930

	1877/87	1887-1900	1900/10	1910/20	1920/30
Espanha	0,56	0,45	0,72	0,69	1,06
Andaluzia	0,45	0,29	0,72	1,01	1,00

Cálculos de J.Maurice. Op. cit., 1985. Apud: Bernal, A.M. Op. cit., 1988, p.149. Foram aproveitados os dados compatíveis com a periodização em pauta.

QUADRO IV

TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL MÉDIO PROVÍNCIAS ANDALUZAS 1877-1930

	1877/87	1887 - 1900	1900/10	1910/20	1920/30
Almería	-0,28	0,44	0,60	- 0,62	- 0,46
Cádiz	-0,09	0,37	0,15	1,48	- 0,09
Córdoba	0,91	0,64	0,94	1,33	1,83
Granada	0,12	0,12	0,61	0,97	1,22
Huelva	2,11	0,18	1,88	0,66	0,74
Jaén	0,35	0,64	1,10	1,24	1,38
Málaga	0,38	- 0,11	0,22	0,59	1,06
Sevilla	0,75	0,15	0,75	1,78	1,44

Cálculos de J.Maurice. *Op.cit.*, 1985. Apud: Bernal, A.M. *Op. cit.*, 1988, p.149. Foram aproveitados os dados compatíveis com a periodização em pauta.

É curioso observar, conforme demonstrado no quadro anterior, períodos em que algumas províncias andaluzas apresentavam médias inferiores à média espanhola e outros - sobretudo entre 1887-1900 -, onde a grande maioria delas apresentava média não apenas inferior, mas taxa de crescimento negativa.

Ora, quando se sabe que este período é o que se identifica como o imediatamente anterior ao das emigrações em massa, tais dados, apresentando a maior parte das provincias andaluzas com taxas negativas de crescimento populacional, são no mínimo, intrigantes, sobretudo quando observamos as províncias orientais, Málaga, porto de saída, com crescimento negativo e Almería, província litorânea, com índices baixíssimos, apresentando declínio populacional.

Por outro lado, como entender que Córdoba, Jaén e Sevilha, províncias de agricultura tradicionalmente andaluza, conheçam um incremento populacional considerável quando comparadas às províncias marítimas? E, portanto, como continuar, a partir deles, responsabilizando a pressão demográfica como a causa determinante da expulsão dos excedentes para ultramar?

Na verdade, e para esses autores, o que se poderia deduzir dos gráficos seria um remanejamento a nível provincial, isto é, uma mobilidade populacional, sobretudo no período imediatamente anterior ao das emigrações em massa, buscando responder às exigências impostas pela conjuntura econômica; tal mobilidade fica evidente, quando comparados seus índices entre si e com a média nacional e pode ter representado a primeira etapa do grande éxodo rural,

que teria esvaziado as terras extremenhas, andaluzas orientais e castelhanas em benefício de outras áreas mais urbanizadas e industrializadas (vide Quadro V).

QUADRO V

COEFICIENTE DE IMIGRAÇÃO NA ANDALUZIA 1857-1920

Jaén	+13,11	Granada	-17,35
Sevilha	+12,07	Málaga	-30,05
Córdoba	+8,37	Almería	-43,12
Cádiz	+7,95		
Huelva	+6,60	Espanha	-10,34

M. FUENTES. *Despoblación y repoblación de España*. Madrid, 1929.

Apud: BERNAL, A.M. *Op.cit.*, 1988, p. 150.

O mesmo coeficiente também pode refletir as perdas pela emigração, embora não se possa diferenciar os valores correspondentes a cada um deles.

Entretanto, para enfatizar ainda mais esta hipótese, a do aumento populacional em determinadas províncias, notadamente onde predominavam os grandes latifúndios, no período imediatamente anterior ao das emigrações em massa, BERNAL tenta demonstrar, através do aumento relativo da população andaluza urbana e rural (esta, em municípios com menos de 20.000 habitantes), comparativamente à população espanhola como um todo, que o ritmo de queda da população rural andaluza significou a metade da média espanhola, sendo que as províncias ocidentais apresentaram movimento mais lento.

Explicando: Enquanto a população rural da Espanha, no período de 1901-1920 apresentava um aumento relativo de 10,12%, na Andaluzia Oriental este aumento era da ordem de 6,04%, portanto, bastante abaixo da média nacional; já na Andaluzia ocidental, era de 22,94%, média acima da nacional. Nestas províncias, tipicamente latifundiárias, sua população se manteve e até cresceu, e este indicador novamente coloca em xeque a premissa segundo a qual a emigração se daria prioritariamente por questões relacionadas a este fenômeno.

Se compararmos com os aumentos relativos da população urbana, verifica-se que na Andaluzia oriental este foi da ordem de 16,94% (portanto, bastante superior a sua população rural), e na Andaluzia ocidental foi de 28,69%, quase encostando na média nacional.

Deste modo, quando comparamos os índices da Andaluzia Oriental, o que ressalta é que o baixo crescimento de sua população rural parece indicar um

movimento desta para as áreas urbanas, andaluzas ou não ¹⁸¹, ou, até mesmo para ultramar.

Porém, a aplicação do lugar comum segundo o qual a questão agrária seria a única responsável pelos movimentos populacionais na Andaluzia, seja o êxodo rural, seja a emigração, estaria mascarando uma realidade local, relacionada às suas condicionantes geográficas, à diversidade das opções agrícolas existentes e não estaria considerando, sobretudo, a magnitude do seu território.

Para melhor caracterizar, então, aqueles movimentos, há que relacioná-los com contextos locais, sendo possível, a partir desta premissa, estabelecer três momentos-chave: o primeiro deles pode ser identificado por ocasião do final da década de 70, na crise que afetou ao vinhedo andaluz, provocada pela filoxera ¹⁸², que, da França, teria atingido as plantações vitivinícolas em plena expansão e que, incidindo sobretudo sobre as pequenas propriedades, teria provocado a ruína de muitos camponeses, nas províncias de Almería, Málaga, Granada e Cádiz.

No litoral andaluz oriental entre 95 e 100% das superfícies vitivinícolas foram afetadas, a partir de 1890. Para os grandes proprietários, a praga, desmantelando as pequenas produções marginais e minifundistas, restabelecia o ajuste entre a oferta e a demanda, recuperando os preços.

Tal crise afetará diretamente a exportação, não só do vinho espanhol, mas também das passas, provocando perda em postos de trabalho, em suas províncias orientais. É deste período que tais províncias apresentam um aumento em sua emigração, de 27,15 /1000 para Almería e 25,59/1000 para Málaga.

Em Almería, em particular, à crise vitivinícola deve-se também acrescentar o esgotamento das jazidas de chumbo na Serra de Gador, fenômeno que estaria na raiz do êxodo que a partir de então se verifica em direção às capitais andaluzas ocidentais e a América, sobretudo para a Argentina e Brasil, entre os anos de 1890-1910. Tal tendência sofre uma alteração a partir de 1910 e em particular depois da primeira guerra mundial, quando tais contingentes

¹⁸¹ - A este propósito, BAHAMONDE, A. Op. cit., 1992, p. 107, esclarece que as desamortizações, provocando a desesperança dos camponeses quanto a possibilidade de acesso à propriedade, trouxeram como consequência o incremento dos movimentos migratórios internos. Exemplo lapidar seria o caso de Madrid, cidade que apresentara até então crescimento vegetativo nulo ou negativo, mas que assiste, a partir de 1865 uma aceleração desconhecida até então. Os 268.000 habitantes de 1860, se transformaram em 397.816, em 1877. O mesmo autor, através da consulta aos inventários da época, pode diagnosticar que a elite econômica residente na Capital teve um interesse bastante especial pela compra de terras, procedentes das desamortizações, mas também provenientes da nobreza decadente e da execução de contratos de empréstimo. Ele atribui este fenômeno que ele denomina de *hambre de tierra* não apenas dos camponeses, mas também da burguesia.

¹⁸² - Filoxera é o nome do inseto que atacou as videiras andaluzas, a partir de 1878-1880, proveniente da França; tal denominação se estendeu também para o fenômeno.

passam a se deslocar quase que exclusivamente para Barcelona, País Basco ou França.

Os peões provinham do campo e não sabiam fazer nada; tinham ido para a cidade no desespero, expulsos de sua terra pela seca, pela desolação causada pelas guerras e pragas ou simplesmente porque a riqueza local era insuficiente para lhes assegurar a manutenção. Arrastavam suas famílias e às vezes parentes distantes, ou agregados inválidos que não haviam podido deixar para trás [...]; agora viviam em cabanas de folha-de-flandres, madeira e papelão na praia que se estendia desde o embarcadouro da Exposição [Universal, em Barcelona] até a fábrica de gás. As mulheres e as crianças pululavam às centenas por este acampamento surgido à sombra dos vigamentos e armações que desenhavam já as silhuetas do que logo viriam a ser palácios e pavilhões...

Para remediar essa situação, as autoridades fomentavam e subvencionavam a construção de grandes blocos de habitações chamadas “casas baratas”. Neste tipo de casa, não só o aluguel era barato: os materiais empregados na sua construção eram de péssima qualidade, o cimento era misturado [...].

[Nelas] as instalações eram tão deficientes que os incêndios e as inundações eram coisa de todos os dias. A imprensa diária da época é abundante em notícias reveladoras , como esta: Na tarde do dia de ontem [...] Pantagruel Criado y Chopo, natural de Mula, província de Múrcia, 23 anos de idade, peão de pedreiro, atualmente empregado nas obras do pavilhão da Alemanha da Exposição Universal, exasperado pelos resultados de uma discussão com sua mulher e sua sogra, deu um soco na parede da sala de jantar e living de sua casa, que veio abaixo, vindo o tal Pantagruel a cair no dormitório dos seus vizinhos [...]. No curso da briga que se seguiu foram caindo sucessivamente todos os tabiques da casa...¹⁸³.

Este fenômeno relacionado à crise provocada pela filoxera parece ter tido efeitos bem menos drásticos nas províncias ocidentais (Jerez, Córdoba, Huelva).

De qualquer modo, parecem incontestáveis os indícios de que a crise agrária do final do século tenha desencadeado uma emigração, em múltiplas direções, da população rural andaluza. Todos os dados disponíveis parecem indicar que no período de 1880-1900 foram mais afetadas pela emigração as zonas de vinhedo, porém, em Málaga, o fenômeno teria atingido igualmente também os povoados serranos e do interior.

¹⁸³ - MENDOZA, Eduardo. Op. cit., 1987, pp. 49 e 344.

Desta maneira, e diante da impossibilidade em se estabelecer uma tipologia na qual se situem as principais levas de imigrantes, relacionando origem, momentos, expectativas, condição social e outras variáveis, resta-nos, por ora, apenas reafirmar que as causas que provocaram a emigração espanhola deste período para o Brasil não foram semelhantes, não ocorreram em um único momento e não tiveram o mesmo efeito nas províncias com agriculturas e condições sócio-econômicas distintas.

Deste modo, se não se pode atribuir à crise agrícola do final do século, como um todo, que fenômeno explicaria, de modo uniforme para toda a Andaluzia, os movimentos emigratórios? Há fortes indícios de que no período entre 1880 e 1900 as zonas mais afetadas tenham sido aquelas dos pequenos vinhedos marginais, porém, de que modo atuaram as demais variáveis no campo andaluz?

Alguns analistas procuram atribuir à miséria generalizada o fator central que impulsionou a emigração. Dentre estes, e com trabalhos mais recentes, temos SÁNCHEZ-ALBORNOZ¹⁸⁴ o qual sustenta que a falta de trabalho continuado, os baixos salários e as condições desfavoráveis e díspares do sistema tributário com relação ao pequeno proprietário, foram os responsáveis pela crise de subsistência, ou, como ele denomina, a “miséria institucionalizada”, que se abateu sobre o campesinato andaluz de finais do século XIX.

Díaz Del Moral¹⁸⁵ se refere à emigração em apenas dois momentos pontuais, os anos de 1882¹⁸⁶ e 1905, identificada com más colheitas e condições locais desfavoráveis. Em 1905, a gravidade da situação, aliás, parecia generalizar-se, quando realmente se observa o recurso à emigração; no caso de Málaga eram recolhidos nas ruas pela Guarda Civil e devolvidos a seus *pueblos* de origem, bandos de trabalhadores agrícolas, enquanto, em seu porto, crescia o volume, à espera do embarque para a América do Sul.

¹⁸⁴ - SÁNCHEZ ALBORNOZ, N. *España hace un siglo: una economía dual*. Península, Barcelona, 1968 e *Los precios agrícolas durante la segunda mitad del siglo XIX*. Banco de España, Madrid, 1975. Apud: Bernal, A.M. *Op. cit.*, 1992, p. 154.

¹⁸⁵ - DIAS DEL MORAL, J. *Historia de las agitaciones campesinas andaluzas*. Madrid, Alianza, 1977. Apud: BERNAL, A.M. *Op. cit.*, 1992, p. 155.

¹⁸⁶ - Relativo especificamente ao ano de 1882, BRENAN, G. *Op. cit.*, 1962, p.127, informa que as relações no campo estavam bastante tensas, sobretudo devido aos anos seguidos de seca e fome; assim é que, no Congresso de 1882, realizado em Sevilha, haviam 50.000 trabalhadores, 30.000 dos quais provenientes da Andaluzia. Estes, insatisfeitos com a condução das negociações relativas às greves (eles eram partidários da ação violenta), e se auto-denominando *los desheredados*, se compunham principalmente por trabalhadores das vinhas de Jerez y Arcos de la Frontera e acabaram por abandonar a federação.

Ele informa, a respeito de 1905, que:

... faltaron las lluvias de otoño y las de febrero y marzo, y en toda la primavera no cayó más que una llovizna insignificante en el mes de abril. Los sembrados no estuvieron nunca en condiciones de necesitar cavas, rescabinas ni escardas y al fin se secaron casi sin espigar los que llegaron a nacer. Los olivos tampoco se cavaron. Las cosechas se perdieron o fueron ínfimas, la recolección de cereales ocupó breves días a reducido número de trabajadores; se secaron fuentes y pozos ...los ganados morían de hambre; el precio de la cebada era muy elevado; las reservas de paja habían desaparecido, en gran parte, a consecuencia de los incendios. La situación de los labradores era muy grave. Arruinados bastantes y amedrontados todos ante la calamidad, retuvieron sólo a los obreros estrictamente precisos para cuidar los ganados y omitieron todas las faenas agrícolas que no eran absolutamente necesarias... casi la totalidad de los trabajadores del campo tenía ante sí ocho o nueve meses de paro sin percibir un jornal...¹⁸⁷.

Bernal amplia a análise sustentando que as mudanças que pouco a pouco foram se introduzindo na agricultura andaluza, como a modernização, impostas pelo avanço do capitalismo, vão provocar modificações nas condições de vida *jornalera*. Seu contingente, como era de se esperar, não havia se reduzido, como ocorrera em outras regiões: entre 1860 e 1920 a população *jornalera* havia aumentado, em termos relativos, passando de 17 a 18% da população total; os níveis salariais, estipulados entre 1,40 e 1,80 pesetas por dia, apesar disto, apresentaram aumento, em 417 dos 700 municípios, conforme um informe oficial de 1905, provavelmente resultantes da atuação sindical.

No entanto, a despeito das melhorias salariais, o custo de vida vinha sofrendo contínuas altas, e provocando desemprego¹⁸⁸. Objetivamente falando,

¹⁸⁷ - DIAS DEL MORAL, J. Op. cit., 1977. Apud: BARRAGÁN, A., GONZÁLEZ, M y SEVILLA, E. “*Revueltas campesinas en Andalucía (1820-1939)*”. In: *Cuadernos Historia 16*. Madrid, Consejería de Cultura, Dirección General Bienes Culturales, Junta de Andalucía, 1985, p.25.

Coincidentemente ou não, uma grande parcela dos imigrantes espanhóis contatados em Vila Novais, alguns ainda remanescentes da leva original, outros filhos daqueles, pertencentes à primeira geração, haviam ou tiveram suas famílias embarcadas para o Brasil entre os anos de 1905-1906. *Cebada*: planta herbácea, de sementes mais largas que o trigo e que serve de alimento.

¹⁸⁸ - Ilustrativo desta situação é o artigo publicado no jornal *joco-serio Cascabeles*, em 1916, sob cujo título “*La poblacion aumenta*”, inquiria-se aos camponeses, com a seguinte pergunta: *¿Dónde vas?*, a qual respondiam: “*A buscar trabajo. A otras tierras donde se pueda vivir. Aquí sube el pan, sube la casa, sube to y el trabajo, cuando lo hay no da ni pa medio comer*”. Apud: BERNAL, A.M. Op. cit., 1988, p. 156.

BERNAL¹⁸⁹ argumenta que a condição de vida *jornalera* era bem pior que a dos pequenos proprietários e que, portanto, aquele teria muito mais necessidade de emigrar; no entanto, como é de se imaginar, a maioria deles sequer dispunha das condições mínimas para tal, e, muito provavelmente, os poucos que o fizeram, invariavelmente se serviram da passagem subsidiada que acompanhava aos contratos de trabalho, cujos destinos prioritariamente eram Cuba ou o Brasil. Este fenômeno parece restrito a Andaluzia, pois todas as pesquisas sobre as outras regiões, sobretudo a Galícia, indicam que a maioria dos emigrantes não se utilizavam do subsídio.

Precisamente nas décadas de 1900-1920 a emigração andaluza parece adquirir corpo e atuar de maneira uniforme por quase toda a região; estima-se que 10% de toda a população espanhola tenha emigrado entre 1901-11, e destes, 80% seriam camponeses, sobretudo de zonas tipicamente minifundiárias.

A despeito da visão particularizada da problemática, porém corroborando indiretamente esta constatação, segundo a qual o grosso dos contingentes emigratórios provinha de pequenos proprietários depauperados, temos no relato de um dos imigrantes espanhóis de Villa Novaes, quando referindo-se a outra família, proveniente do mesmo *pueblo*¹⁹⁰:

... Aquela gente foi loucura, porque eles, na vila que eles moravam, eles tinham bastante terra...; eles tinham bastante azeitona, tinham parreira de uva, eles plantavam mantimentos, engordavam porcos...; [lá] ele vendia óleo, ele vendia toicinho, ele vendia batata, ele tinha bastante cabrito, ele vendia leite ...

Agora, voce acha que uma gente dessa precisava vir para o Brasil? Fazer o que? Comprar terreno aí, no mato, se matando, trabalhando, comendo arroz, feijão e mandioca, largar de comer aquela azeitona, presunto, vinho de primeira, pão de primeira, que era de farinha de trigo moída lá no rio, lá no moinho; vir comer mandioca aí...; que aí não tinha aquele presunto bom da Espanha, nem nada disso. Tinha aí uma pinga ...

Paradoxalmente, no entanto, o mesmo diagnóstico também era aplicado ao caso envolvendo a sua própria família, credenciando, por outro lado, mais uma vez, a versão oficial não apenas no tocante à revelação da camada social de

¹⁸⁹ - BERNAL, A.M. *Op. cit.*, 1988, p. 156.

¹⁹⁰ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque, chegado, como vimos, aos nove anos de idade, em 1905. Vila Novais, 1980.

proveniência dos emigrantes, mas, também, quanto à declarada necessidade do arrendamento de parcelas de terras alheias para plantação:

... é, e nós viemos pr'a cá todos. Porque o pai deu aquela besteira de vir pr'o Brasil, porque nós não precisava vir pr'o Brasil [...]; nós tinha casinha pr'a morar, tinha um pedaço de terra; já tinha oliveira dando fruita, tinha um pedaço de uva dando, um terreninho pr'a plantar cebola, alho, tinha pera, tinha maçã, figo [...]; e ele trabalhava todo ano, plantava roça, terreno lá dos ricos e davam a 20%”[...]; o patrão dele plantava trigo, cevada, grão-de-bico, era terreno grande; então eles davam aquele terreno a 20% da produção e o pai plantava lá todo ano; e podia levar lenha, podia ter criação lá, no campo. Criação não pagava nada.

Temos aqui demonstradas duas faces da mesma problemática: de um lado situava-se o pequeno proprietário que inclusive comercializava o excedente da sua produção e, de outro, o daquele que possuía *um pedaço de terra*, a despeito do qual praticava a agricultura no *terreno dos ricos*, a 20% da produção, tratando-se de um típico exemplo de *arriendo*.

Tais emigrantes, portanto, embora possuidores de alguma propriedade agrária - pequena, a considerar fontes locais e indicações ensejadas pelos depoimentos -, compunham o universo dos pequenos proprietários depauperados e sem condições de se manter, e, embora lhes escapasse uma visão mais ampla da questão, fica-nos patente que, apesar de apresentarem estágios diversos na tentativa de se adaptarem às novas condições conjunturais, ambos encarnavam o protótipo do emigrante potencial ao qual aludem os estudiosos locais.

Em ambos os casos, entretanto, e a despeito de possuírem propriedade, tais famílias optaram pela emigração, o que, de certo modo evidencia algum tipo de desajuste, alguma situação-limite sobre a qual não tinham mais controle, possivelmente associada à dificuldades crescentes de obter meios de sobrevivência e à falta de perspectiva quanto a alguma possível melhoria nas condições então reinantes, condições estas para as quais a emigração, e com ela todas as possibilidades que eram aventadas – mais que nada pelas fantasiosas promessas dos *ganchos* -, se punha como alternativa.

É inequívoco o modo como a crise afetou aos pequenos proprietários, seja através das penhoras por falta de pagamentos de impostos (mais de 800.000 pequenas propriedades foram penhoradas), seja pelo pagamento de juros de empréstimos, ou pelo aumento abusivo dos preços, não restando a muitos deles, outra opção que a de juntar o pequeno pecúlio familiar e buscar nova vida como emigrante, onde se vislumbrasse qualquer perspectiva.

Uma das formas de conseguir algum montante para fazer frente aos gastos de viagem, era negociando alguns bens, dentre eles, as suas pequenas propriedades, fenômeno este que provocava reações adversas por parte de expoentes da imprensa de língua espanhola no Brasil:

¿ Para qué consentir, pues, con nuestro silencio, el que laboriosos agricultores españoles, muchos de los cuales venden sus fincas, vengam al Brasil en busca de mejoras que sólo existen en los fementidos labios de los engajadores á tanto por cabeza? ¹⁹¹.

Evidenciou-se, pelo exposto, que foram nas províncias andaluzas onde a incidência do latifúndio foi menor, que se deu a ocorrência de uma maior emigração, ao contrário daquelas com maior vocação latifundiária, como Sevilha, Córdoba, Jaén e Cádiz ¹⁹², para onde registrou-se, num primeiro momento, um considerável coeficiente imigratório, certamente proveniente daquelas áreas minifundiárias.

Tal tese, a da atração exercida pelas zonas tipicamente latifundiárias sobre os pequenos proprietários endividados, parece confirmar-se, quando analisamos o Quadro V, p. 102, onde se evidencia um forte coeficiente imigratório para as principais províncias latifundiárias (Cádiz, Sevilha, Jaén, Córdoba).

Este fenômeno poderia explicar, igualmente, o caráter tardio da emigração ultramarina espanhola, resultante da persistência de estruturas tipicamente tradicionais e pré-industriais aliado ao fato de que a emigração exterior somente tenha acelerado seu ritmo conforme houvesse a desaceleração dos movimentos de ordem interna; daí, a correspondência que se pode estabelecer entre a modernização econômica espanhola dos finais do século XIX e o aumento dos fluxos migratórios para o exterior ¹⁹³.

¹⁹¹ - Jornal “*La tribuna española*”. S.Paulo, ano III, nº 104, de 09/01/1904, p.1.

¹⁹² - Os latifundiários constituíam 41% da extensão total em Córdoba; 50% em Sevilha e 58% em Cádiz. O valor capitalizável era de 49% em Sevilha e Córdoba e maior ainda em Cádiz. Em Sevilha, os latifúndios produziam 49% da riqueza total; as médias propriedades, 33% e as pequenas não mais do que 18% (..) encontramos em Sevilha 2.344 grandes proprietários (aqueles que possuíam mais de 10 hectares), constituindo 5% do total e produzindo 72% da riqueza agrícola. Tomando-se a Andaluzia como um todo, a média anual de um latifundiário era de 18.000 pesetas, enquanto que a de um pequeno proprietário era de 161 pesetas. Para esta região constavam 4.101 grandes proprietários para 200.000 pequenos. Dados obtidos em VICENS VIVES, J. (org.) Op. cit., 1971, p. 84 e ss.

¹⁹³ - Cf. BAHAMONDE, A. Op. cit., 1992, p. 110.

Assim, pode-se aceitar que o perfil que mais se aproxima do emigrante que veio para o Brasil, e, especialmente para S.Paulo neste período, é aquele que o identifica com o pequeno proprietário empobrecido, sem condições de sobreviver e manter a sua família apenas da exploração da sua propriedade, ou sequer de alimentar qualquer expectativa quanto a uma provável melhoria nas condições de vida, e que, muito provavelmente já tivesse se utilizado previamente de alguma estratégia, como o *arriendo*, ou até mesmo já tivesse tentado alguma ocupação temporária como *jornalero*, em qualquer zona latifundiária.

Sua procedência majoritária, a considerar os fatores já configurados, seria da parte oriental da Andaluzia, com predominância das províncias costeiras; da região levantina, no mediterrâneo oriental as quais também tinham suas propriedades mais retalhadas, mas, igualmente, das regiões interiores da Extremadura, que apresentava panorama similar.

Somente a eles era factível o empreendimento; no caso específico dos *jornaleros*, embora candidatos em potencial à odisséia ultramarina, esta tornava-se inviável duplamente - quer de maneira espontânea, pelo custo que era praticada, a partir dos Portos de Málaga ou Cádiz, de 600 a 800 pesetas, pois correspondia ao seu ganho total de trabalho durante 286 dias (mais de um ano e meio)¹⁹⁴, quer utilizando-se do subsídio, que representava tão somente uma parcela do total necessário para a travessia -, restando, portanto, a alternativa somente aos que podiam amealhar esse montante se desfazendo de alguns bens (propriedade, terra ou animais), ou seja, aos pequenos proprietários.

Nos depoimentos que nos foram concedidos, observamos em pelo menos um caso que, a despeito de não terem conseguido vender a propriedade ou parte dela, estes emigrantes não desistiram de viajar, indicando, muito provavelmente que a iniciativa, além de penosa e inevitável, era inadiável.

Ilustrativa a este propósito é a história da família do Sr. Tercifon Cabrera, proveniente de Almería, cujos pais chegaram ao Brasil em 1905.

Conforme seu relato, seu pai, tendo conseguido guardar algumas economias depois de alguns anos como pequeno proprietário no Brasil, teria retornado a Espanha, em 1920, na tentativa de vender “*a casa com a mobília e tudo*” que lá haviam deixado naquela ocasião, ponderando, a seguir que a situação estava “*pior do que quando ele deixou*”.

¹⁹⁴ - Neste caso “*la miséria absoluta , más que impulsar el abandono, le pone freno, porque el largo viaje necesario aumentaba el coste de la decisión*”. In: LEMUS, Encarnación. *Op. cit.*, 1992, p. 292, referindo-se a Região Extremenha, que guarda reconhecida similaridade com a região andaluza no tocante à questão emigratória.

Esses dados, e mais o que ficou exposto, explicam e ilustram o fenômeno espanhol, reforçando os indícios de que os contingentes majoritários que se destinaram ao Estado de S.Paulo se compunham de pequenos proprietários ou minifundiários a quem esta opção – ainda que indesejada na maioria dos casos, se apresentava como a única possível.

Esse diagnóstico será fundamental na abordagem do caráter singular desempenhado pela imigração espanhola no Estado de S.Paulo, e revelador de como esse grupo, constituído basicamente de pequenos proprietários, familiarizados aos atributos inerentes a essa condição, reagiu frente à certas determinantes da sociedade local, onde certamente lhes pesava o fato de terem sido deslocados de sua terra, para serem transformados em colonos, numa terra estranha, com língua, hábitos, e, principalmente, uma condição muito diferente da sua.

Houve, é certo, outras motivações que provocaram o dilúvio emigratório, despontando a fuga ao serviço militar como fator não desprezível, ainda que com poucos dados para o caso específico do Brasil.

A par desse, porém igualmente com escassa investigação, os casos de fuga de dirigentes de organizações anarquistas andaluzas, os quais emigravam para fugir à repressão governamental que se acirrou a partir de 1890, através das perseguições da guarda civil.

O anarquismo rural teria se difundido entre

*... los campesinos sin tierra, privados de su uso tradicional e abocados a un salario menguado y estacional como única fuente de subsistencia, [a quem] resultará moralmente intolerable el contraste entre la opulencia y riqueza de los terratenientes y la pobreza y miseria jornalera. Ello coincidió, no por casualidad, con un fuerte incremento asociativo de clara prevalencia anarquista, que consiguió [...] dinamizar el descontento campesino y traducirlo en crecientes manifestaciones conflictivas*¹⁹⁵.

Havia, ademais, e têm sido brilhantemente examinadas outras manifestações típicas do conflito rural, como:

... formas diarias de resistencia campesina: falsa sumisión, ratería, furtivismo, ignorancia fingida, calumnia, incendio, deserción, roturaciones ilegales, talas de árboles, introducción de ganados, etc... ; es decir, formas de acción no necesariamente coordinadas ni colectivas [...]

¹⁹⁵ - BARRAGAN, A. , GONZÁLEZ, M. & SEVILLA, E. Op.cit., 1985, p. 23.

En un reciente trabajo, hemos sacado a la luz la enorme conflictividad de este tipo que se produjo entre 1875 e 1920 en toda Andalucía. Las denuncias de la Guarda Civil, por hurto de madera y leña, corta de árboles, robo de frutos, roturaciones ilegales e introducción de ganado en terrenos acotados de monte público [...] era la respuesta campesina ante la pérdida de las fuentes tradicionales de subsistencia, privatizadas de uso como consecuencia de la intervención del Estado [...].

El análisis de las fuentes judiciales en la provincia de Granada, nos ha permitido profundizar en este fenómeno [...]. Los datos muestran que de todos los delitos cometidos entre 1875 y 1920, más de la mitad eran de este tipo, cometidos en su mayoría por jornaleros y pequeños propietarios o arrendatarios. En definitiva, los datos muestran cómo la resistencia campesina frente a la penetración del Capitalismo agrario en la esfera de la sobrevivencia y reproducción se manifestó no sólo con los medios habituales y conocidos [...] ¹⁹⁶.

Para concluir, procuremos identificar, neste fluxo, os momentos mais relevantes: em primeiro lugar, e coincidindo com a praga da filoxera na Andaluzia Oriental, consta que as primeiras levas – com passagem subsidiada -, se concentraram por volta do ano de 1870, dirigindo-se majoritariamente para a Argentina.

Já sob eixos de massividade, a primeira década do século XX, especialmente nos anos de 1905/06 alcançou um volume de entradas até então inédito para o Brasil – expressividade revelada pelos fatores já anteriormente analisados -, que se suplantaria, na década seguinte, pelo montante dos fluxos contabilizados para os anos de 1912 e 1913.

Devemos acrescentar ainda que, curiosamente, é nos anos em que a Espanha apresenta um maior crescimento econômico, ocasionado por conjunturas internacionais, políticas econômicas e iniciativa privada favoráveis, que se assiste ao fenômeno das emigrações em massa.

Nesse período, seu crescimento industrial, apenas superado pelo caso sueco, é enorme - com o aparecimento de novos setores, como o elétrico, o de transportes urbanos e o da construção civil, além de indústrias têxteis,

¹⁹⁶ - MOLINA NAVARRO, M. González de. Op. cit., 1992, p. 38. Grifo nosso.

Neste trabalho, o autor examina o caráter, contexto histórico, objetivos, motivações, periodização e confluência entre o anarquismo e o movimento camponês e a resistência frente às privatizações das terras de uso comum.

Ratería: gatunice, ladroagem.

Roturaciones: Cultivos, arroteamentos.

siderúrgicas e extrativas -, revelando no período entre 1900-1930, uma triplicação da renda per capita ¹⁹⁷.

O setor agrário, por outro lado, sobretudo o de exportação, procurava recuperar o descompasso e o relativo atraso frente a outros países europeus, ainda que

... la España rural seguía transmitiendo la imagen, percibida, de la España atrasada. Una sociedad tradicional de relaciones clientelares, todavía dominada por un caciquismo antropológico y político, aunque en este último caso fragmentado y sin la naturaleza compacta de los primeros compases de la Restauración. El campo era también el coto de unas élites muy resistentes a las transformaciones que se estaban operando en otros setores sociales y economicos del país, constituyendo, en fin, la España que expulsaba población. El minifundio en Galicia y Asturias, las prácticas del hereu, es decir, del primogénito favorecido por una especie de mayorazgo encubierto, la presión demográfica sobre estructuras agrárias atrasadas y los problemas sociales del latifundio del sur, conjugaron sus esfuerzos para poner en marcha una corriente de emigrantes que pasaban a engrosar la población de las ciudades o a alimentar los movimientos migratórios de población hacia ultramar ¹⁹⁸.

Para finalizar, e conforme se depreendeu do exposto, em se tratando do fenômeno das emigrações espanholas deste período, não é possível estabelecer-se padronizações a nível nacional, sequer mesmo a regional.

O mosaico de situações, resultante do descompasso de suas economias regionais, com efeito, resultará igualmente numa

¹⁹⁷ - O panorama geral do desenvolvimento econômico espanhol deste período, é descrito por VICENS VIVES, J. Op.cit., 1971, pp. 247 e ss.

¹⁹⁸ - MARTÍNEZ MARTIN, J. Op.cit., 1992, p.159.

Coto: marco

resposta diferenciada, de modo que, considerar o fenômeno em escala nacional, pressupondo uma distribuição de variáveis relativamente homogêneas, pode resultar equivocado, pois tais ajustes, mesmo integrando um contexto mais amplo de mundialização dos mercados de trabalho, obedeceram a variáveis regionais específicas, e não raro, à situações bastante diversas mesmo a nível regional, conforme ficou evidenciado.

Assim, e apenas para ilustrar o caso específico, a Andaluzia “*aparece a este propósito bizca: la oriental miraba más a Africa, mientras que la occidental más hacia América. Su escisión muestra cómo a veces el marco regional resulta incluso demasiado holgado*”¹⁹⁹.

¹⁹⁹ - SÁNCHEZ ALBORNOZ, N. (Org.) . “*Medio siglo de emigración masiva de España hacia América*”. In: *Espanoles hacia América - La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid, Alianza Edit., 1988, p. 21.

bizca:: vesga.

PARTE II

OS EMIGRANTES, OS PAÍSES DE DESTINO E O BRASIL: QUESTÕES ESTATÍSTICAS

A la hora de partir, los españoles discriminaron con cuidado los destinos. No se dirigieron en general ni a los países de la vertiente del Pacífico, que en tiempos de la Conquista habían absorbido a la mayoría, ni tampoco a los Estados Unidos, meca de las migraciones de la época. El español finisecular o de principios de nuestro siglo no siguió en América los pasos de sus antepasados más antiguos, ni tampoco los del común de sus contemporáneos europeos [...]; los europeos, y los españoles entre ellos, acudieron pues en masa a los territorios donde más trabajo y más riquezas se presumía que había²⁰⁰.

O movimento que tipificou esse período, de natureza distinta dos anteriores, a começar pelo volume - daí sua denominação como *de massa*-, convertido em um fenômeno estrutural, planejado e assistido, apresentou as seguintes peculiaridades:

- foi implementado, tanto nos países receptores, quanto nos emissores, que colocaram a seu serviço uma máquina institucional para geri-lo;
- não esteve sujeito a impedimentos de ordem jurídica;
- foi favorecido pelo barateamento dos custos da viagem, por seu financiamento, ou ainda pela gratuidade;
- foi divulgado pelos interessados – receptores -, nos países de captação;
- foi impulsionado pelos emigrantes previamente estabelecidos, segundo vínculos de familiaridade ou geográficos.

²⁰⁰ - SÁNCHEZ ALBORNOZ, N. *Op.cit.*, 1988, p. 25/26. Grifo nosso.

O período anterior, de 1820 a 1876, corresponde às várias iniciativas de colonização oficiais ou particulares, ou mesmo à vinda de estrangeiros para os centros urbanos, especialmente para o Distrito Federal, e foge ao âmbito deste trabalho.

Não foram todos os países latinoamericanos os beneficiados por esta corrente; sua direção se norteava preferentemente para as últimas colônias espanholas na América, caso de Cuba e Porto Rico; ou deslocava-se para aqueles países que lhe acenavam com trabalho e lhes proporcionavam facilidades de transporte, como é o caso da Argentina, do Brasil e do Uruguai.

O Quadro VI, abaixo, configurando os primórdios deste movimento de massa para a América Latina, exhibe as desigualdades em sua distribuição geográfica, revelando a preferência pela Argentina, seguida pelo Uruguai.

O Brasil, aqui representado com pouco mais de 1%, ainda não se constituía destino cogitado por essa corrente e, a despeito de estarem aqui considerados apenas os estados meridionais, não há indícios de que houvesse expressividade na representação espanhola nos demais.

QUADRO VI

POPULAÇÃO ESPANHOLA NO CONE SUL DA AMÉRICA LATINA POR VOLTA DO ANO DE 1870

PAÍS	ANO DO CENSO	POPULAÇÃO ESPANHOLA
Argentina	1869	34.080
Brasil (dados parciais)	1872	620
Chile	1865	1.247
Uruguai	1860	19.064
	Total aproximado	55.000

Elaborado por PALAZÓN FERRANDO, S. Op. cit., 1995, p.18, utilizando os dados dos Censos Nacionais de população de cada país.

Com efeito, tal população, registrada no censo demográfico brasileiro de 1872, revela-se percentualmente pouco significativa num confronto com as demais correntes já instaladas (vide Quadro VII).

QUADRO VII

POPULAÇÃO ESPANHOLA NAS PROVÍNCIAS MERIDIONAIS DO IMPÉRIO DO BRASIL NO ANO DE 1872.

(Percentual comparativo em relação a população total e estrangeira)

Província	A População total	B População estrangeira	C População espanhola	% C de A	% C de B
Paraná	126.772	2.654	18	0,01	0,68
Rio Gr. do Sul	446.962	27.075	282	0,06	1,04
S. Catarina	159.802	14.368	78	0,05	0,54
São Paulo	831.354	14.843	242	0,03	1,63
TOTAL	1.564.890	58.940	620	0,04	1,05

Elaborado por Palazón Ferrando, S. *Op.cit.*, 1995, p.28, baseado no Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872.²⁰¹.

Quando examinamos, contudo, os números constantes do Quadro VIII, abaixo, e os cotejamos com aqueles anteriormente postos, evidencia-se o crescimento percentual da emigração espanhola que se dirigiu ao Brasil nesses trinta anos (1872-1900), algo em torno de 9.500%, aproximadamente.

Tal constatação não é gratuita, e mesmo que se refira aos quatro estados meridionais, é lícito supor que essa emigração crescia impulsionada pelas facilidades oferecidas pelo Governo paulista.

No entanto, em termos absolutos, não é desprezível o número daqueles que se dirigiam a Argentina que, então, já se revelava a principal receptora dessa mão-de-obra; note-se ainda que os três países do cone sul americano - o Brasil, a Argentina e o Uruguai -, concentravam, por volta de 1900, aproximadamente 63% do contingente de emigrantes espanhóis na América Latina.

²⁰¹ - O autor preferiu utilizar para a elaboração deste quadro os dados censitários locais, já que neles não há a distinção entre os que conservaram ou não a nacionalidade espanhola, como acontece com os dados consulares, conforme esclarece o mesmo autor.

QUADRO VIII

POPULAÇÃO ESPANHOLA RESIDENTE NA AMÉRICA LATINA POR VOLTA DE 1900.

País	Ano do Censo	Total
Argentina	1895	198.685
Bolívia	1900	420
Brasil (parcial)	1900	60.000
Costa Rica	1892	831
Cuba	1899	129.240
Chile	1895	8.489
México	1900	16.302
Paraguai	1900	756
Porto Rico	1899	7.690
Uruguai	1900	57.865
Venezuela	1881	11.544
	total aproximado	500.000

Elaborado por PALAZÓN F, S. *Op.cit.*, 1995, p.33,
com base nos dados censitários nacionais.

A par de tais números - coletados dos censos nacionais de cada país latinoamericano -, que refletem o montante de ingressos de imigrantes espanhóis no período, temos os dados do *Instituto Geográfico y Estadístico*²⁰², referidos ao movimento de passageiros por mar, computados a partir de 1882, tendo registrado até 1930 um saldo de 1.042.775 saídas por portos espanhóis.

*Real Orden de 26 de Agosto de 1882 - S. M. el Rey se ha servido disponer signifique à V.E. la necesidad de que por el Ministerio de su digno cargo se circule a los Gobernadores de las provincias y Directores de Sanidad de los puertos las Órdenes oportunas à fin de que presten su cooperación de la manera más eficaz, facilitando las noticias que la Dirección general del Instituto Geográfico y Estadístico reclamará por medio de los Jefes de trabajos estadísticos de las provincias, acerca de los pasaportes y de la entrada y salida por mar [...] recuenten con rigor los pasajeros à la entrada y salida [...]*²⁰³.

²⁰² - *Estadística de la emigración e inmigración de España, 1882-1930*. Dirección del Instituto Geográfico y Estadístico (IGE), citada. Vide ANEXOS, *Tabela I*, Movimento bruto de passageiros por mar, 1882-1930 – Saldo entre entradas e saídas, à p.349.

²⁰³ - BOTELLA, D. Cristóbal. *Op.cit.*, 1888, p. 221.

Entretanto, se considerarmos a diferença entre saídas e entradas computadas apenas para o período de 1882-1900, obteremos um saldo de 204.472 pessoas. Ora, esse número se apresenta muito aquém da cifra aproximada de 500.000 pessoas que compunha a população espanhola residente na América Latina no mesmo período, denotando, portanto, a enorme disparidade existente entre as cifras espanholas e as cifras dos países de destino.

De qualquer modo, tanto as cifras constantes nas estatísticas espanholas, que evidentemente não refletem os casos das saídas clandestinas (por portos não espanhóis), quanto as cifras de entradas, constantes nos censos nacionais de cada país latinoamericano, põem em manifesto a magnitude desse processo migratório maciço em seus inícios, e sua repercussão demográfica tanto para a Espanha, quanto para os países latinoamericanos.

Até 1877, o maior contingente de estrangeiros registrado no Brasil referia-se à portugueses. A partir de então, o elemento italiano passa a suplantá-lo em números reais, apresentando, já no quadriênio 1878-1881, 30.322 entradas de portugueses para 37.722 de italianos. Nesse mesmo período, ingressaram no Brasil 5.792 espanhóis.

No período de 1882 a 1889, temos o registro de 89.445 portugueses para 261.483 italianos e 26.114 espanhóis. O decênio seguinte, 1890 a 1899 registrará uma expressiva elevação nas entradas dos três contingentes, a saber, 219.353 portugueses para 690.365 italianos e 164.293 espanhóis²⁰⁴.

Porém, ainda de conformidade com a autora, é no decênio de 1900 a 1909 que a corrente italiana se retrai (221.394 no período)²⁰⁵; Já os portugueses apresentariam 195.586 ingressos para 113.232 dos espanhóis.

Desse contingente, entretanto, o grupo que vai apresentar o maior percentual dos que, tendo ingressado no Brasil, se dirigiram para o Estado de S.Paulo, é o dos espanhóis; assim, enquanto o português apresenta apenas 29%

²⁰⁴ - Dados obtidos em: LEVY, Maria Stella. "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)". In: Revista Saúde Pública. S.Paulo, 8 (supl), 1974, p.54. A autora teria utilizado, conforme informa, dados do DIC - Departamento de Imigração e Colonização, criado em 1935, órgão subordinado a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

²⁰⁵ - O decréscimo da imigração italiana costuma ser atribuído ao Decreto do Governo italiano que teria proibido a imigração para o Brasil, no ano de 1902, assim como à crise da cafeicultura nos inícios do século. Com relação a este Decreto, no entanto, e às consequências que provocou quanto ao fluxo dos italianos, temos a opinião de ALVIM, Zuleika. Brava Gente!, S.Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 53 e 58, para quem o "Decreto Prinetti, que não foi decreto [e] não foi de Prinetti nem proibiu definitivamente a emigração para o Brasil" tratou-se, efetivamente, de uma suspensão para a concessão de licenças de alguns navios para o transporte gratuito de emigrantes quando o deputado Prinetti era ministro do exterior.

de seu contingente se dirigindo para S.Paulo, os italianos e os espanhóis apresentaram, respectivamente, 78 e 79%.

Daí por diante, na década de 1910 a 1919, o volume da imigração espanhola, em números reais para o Brasil, suplanta a italiana (181.657 para 138.168), embora permanecendo abaixo da portuguesa (318.481), e continua representando a corrente que mais se dirigia para o Estado de S.Paulo, totalizando 135.326 imigrantes (para 132.682 portugueses e 105.834 italianos)²⁰⁶.

Na década seguinte - 1920 a 1929 -, os números reais da emigração espanhola para o Brasil caem, quando comparados aos dos italianos e dos portugueses, porém, continuarão representando o grupo com o maior índice percentual de destino ao Estado de S.Paulo, aproximadamente 77,5% (neste mesmo período os portugueses representaram 37,3 e os italianos 69,3%).

Como pudemos observar neste rápido painel contendo a evolução das três principais correntes que demandaram o Brasil e, mais especificamente, o Estado de S.Paulo no período das emigrações em massa, os números da emigração espanhola revelam uma evolução tardia, cujos indicadores, já analisados, sugerem e revelam singularidades na trajetória desse grupo no Brasil.

O Quadro IX abaixo, nos dá uma idéia desse movimento alternado entre as principais correntes que se dirigiram ao Estado de S.Paulo, dos anos finais do século e até 1929.

QUADRO IX

DISCRIMINAÇÃO POR QÜINQÜÊNIOS, DAS PRINCIPAIS NACIONALIDADES ENTRADAS NO ESTADO ANOS 1885-1929

PERÍODO	TOTAL	ITALIANOS	PORTUGUESES	ESPAANHÓIS	JAPONESES	DIVERSOS
---------	-------	-----------	-------------	------------	-----------	----------

²⁰⁶ - A partir de 1908 uma outra corrente, porém não européia, a dos japoneses, demandará o Brasil, sobretudo o Estado de S.Paulo e, após a crise de 1914-18, haverá um aumento dos contingentes poloneses, russos, romenos e letonianos, provavelmente devido a Revolução Comunista na Rússia, além de judeus.

1885-1889	167.664	137.367	18.486	4.843	---	6.968
1890-1894	319.732	210.910	30.752	42.316	---	20.899
1895-1899	415.253	219.333	28.259	44.678	---	11.305
1900-1904	171.295	111.039	18.530	18.842	--	11.191
1905-1909	196.539	63.595	38.567	69.682	825	23.870
1910-1914	362.898	88.692	111.491	108.154	14.465	40.096
1915-1919	83.684	17.142	21.191	27.172	12.649	5.530
1920-1924	197.312	45.306	48.200	36.502	6.591	60.713
1925-1929	289.941	29.472	65.166	27.312	50.573	17.418

Fonte: HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES. Imigrantes estrangeiros entrados no Estado de S. Paulo - Período 1885/1961. Discriminação por quinquênios, das principais nacionalidades entradas no Estado, em três quartos de século de existência da Hospedaria “Visconde de Parnaíba”. S. Paulo, 1978, s/nº. Foi utilizada neste momento apenas parte da periodização de que se compõe o impresso. Deixamos de relacionar, igualmente, os imigrantes constantes da coluna “não especificados” (2º, 3º e 4ºs, quinquênios), razão pela qual, nos mesmos, a soma da coluna TOTAL, não coincide.

Em 1910, o Governo espanhol proibirá a emigração subvencionada para o Brasil, devido, em parte, às más condições de trabalho nas obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mas, igualmente motivado pelo estrangulamento nas relações trabalhistas entre colonos e fazendeiros paulistas²⁰⁷.

Parece incontestável, a considerar os dados oficiais do *IGE - Instituto Geográfico y Estadístico*, referentes ao movimento de passageiros por mar (vide Quadro X, abaixo), que houve uma baixa nas saídas para o Brasil nos anos imediatamente seguintes aos da proibição.

QUADRO X

EMIGRAÇÃO ESPANHOLA PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO (1910-1915)

Anos	Argentina	Cuba	Brasil	Outros países	Total
1910	109.415	27.542	14.514	9.465	160.936
1911	96.090	28.860	6.831	7.902	139.683
1912	147.640	29.386	9.641	7.776	194.443
1913	101.636	31.989	9.075	8.300	151.000
1914	38.515	19.048	4.070	4.963	66.596
1915	19.238	26.476	1.899	2.782	50.395

Fonte: IGE, *Emigración Española Transoceánica, 1910-1915*, Madrid, 1916. Apud: SANTOS, Ricardo E. dos. “*La evolución cuantitativa del proceso migratorio español a Iberoamérica (1890-1950)*”, con

²⁰⁷ - O desdobramento desse caso, que culminará com o envio de um emissário especial do Conselho Superior de Emigração espanhol, Sr. Angel Gamboa Navarro, será focalizado adiante. Por ora, resta-nos examinar até que ponto tal proibição provocará a diminuição dos fluxos para o Brasil.

especial referencia a Brasil". In: Revista de Economia y Sociologia del Trabajo. Madrid: 19-20, 1993, p.145.

Porém, se cotejarmos esses dados com os dados constantes do Quadro XI, oriundos dos registros do Departamento Nacional de Imigração, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, evidencia-se a dificuldade de se determinar com exatidão o número dos imigrantes espanhóis que teriam ingressado no Brasil não apenas neste período, que é considerado como o de maior afluência daquela corrente, mas durante todo o período que compreende as emigrações em massa.

Ambas as cifras apresentam problemas, conforme já ficou demonstrado. Entretanto, há um outro indicativo nesses números superlativos ²⁰⁸ apresentados pelas estatísticas brasileiras de entradas quando confrontados com as cifras espanholas de saídas: eles podem conter os números dos imigrantes espanhóis clandestinos que saíam ora por Gibraltar, ora pelos portos franceses e portugueses, e que não eram contabilizados oficialmente lá, mas cujo ingresso era computado aqui.

QUADRO XI

QUADRO COMPARATIVO CIFRAS DE SAÍDAS POR PORTOS ESPANHÓIS E CIFRAS DE ENTRADAS NO BRASIL DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS

²⁰⁸ - Referimo-nos aqui não somente às cifras de saída (da Espanha) comparadas com as de entrada no Brasil, constante desse Quadro comparativo, mas, sobretudo, queremos ressaltar os números de ingressos, no mesmo período, na Hospedaria dos Imigrantes da Capital (Quadro IX), cuja discrepância, proporcionalmente menor, mas ainda assim relevante, poderia resultar dos mesmos elementos já apontados, mas, poderia ainda sinalizar para a eficiência da máquina recrutadora paulista, que, sobretudo nos anos seguintes ao da proibição e vendo-se seriamente afetada por ela, lança mão da estratégia de arregimentar colonos espanhóis na Argentina e no Uruguai; tal estratégia, com efeito, resultou tão vantajosa que perdurou mesmo depois que a proibição do governo espanhol fosse revogada, em 1912.

PERÍODO	EMIGRANTES SAÍDOS POR PORTOS ESPANHÓIS Fonte: IGE - Espanha	IMIGRANTES ENTRADOS NO BRASIL Fonte: D.N.I. - Brasil	% DIFERENCIAL
1885-1889	11.410	18.783	+ 65%
1890-1894	34.513	89.603	+ 160%
1895-1899	36.674	74.684	+ 104%
1900-1904	14.510	29.518	+ 103%
1905-1909	59.551	90.106	+ 51%
1910-1914	44.745	143.485	+ 221%
1915-1919	7.264	38.166	+ 425%
1920-1924	10.864	44.906	+ 313%
1925-1929	15.294	37.025	+ 142%
1930-1934	9.302	9.517	+ 5%
TOTAL	248.041	575.793	

Elaboração: GONZÁLEZ MARTÍNEZ, E. *Op. cit.*, 1990a, pp. 76-77, utilizando-se para o cômputo das entradas, dados do Deptº Nacional de Imigração. Adaptação nossa, considerando o período desejado.

Como tentamos demonstrar, na abordagem e comparação de alguns dados estatísticos promovidos por fontes oficiais espanholas e brasileiras, resulta praticamente impossível obter um consenso, sequer uma aproximação, entre ambos, mercê das deficiências intrínsecas a cada uma dessas fontes e resulta, portanto, praticamente impossível determinar uma cifra que possa corresponder ou aproximar-se do montante de espanhóis imigrados para o Brasil, especialmente para o Estado de São Paulo, nesse período.

No entanto, para um trabalho dessa natureza, onde os dados estatísticos são vetores de importantes indicadores a serem avaliados, e, como nosso objeto de investigação restringe-se basicamente ao Estado de S.Paulo, havemos por bem adotar, como padrão de análise, os dados elaborados anualmente nas estatísticas dos Relatórios da Secretaria da Agricultura desse Estado ²⁰⁹, os quais conjugam os dados do Serviço de Imigração e Colonização e os da Hospedaria dos Imigrantes ²¹⁰, que, a despeito de apresentarem problemas - como a

²⁰⁹ - Tais Relatórios referem-se a publicações anuais que eram elaboradas e expedidas pelos secretários da agricultura ao Presidente/Governador da Província/Estado, numa prestação de contas de suas atividades. Sua abrangência e temática, com questões que vão desde agricultura, indústria e comércio, até terras, imigração e colonização, com rico material estatístico, fez com que realizássemos a consulta e a coleta integral dos dados que ora apresentamos e que serão objeto de exame no decorrer desta monografia.

²¹⁰ - Como é sabido, à Hospedaria dos Imigrantes de S.Paulo cabia recepcionar, dar alojamento e encaminhar os imigrantes que se destinavam às fazendas de café, para onde eram transportados em trens da S.Paulo Railway Company, depois de desembarcados no Porto de Santos; tais imigrantes eram obrigados a se recolher na Hospedaria - caso não quisessem perder o direito à passagem e o despacho da bagagem gratuitos para o interior. Tal exigência, estava certamente atrelada à tentativa de mantê-los à disposição dos agentes oficiais que intermediavam os acordos entre eles e os fazendeiros. Tendo assim ingressado, e após os rituais higiênicos de praxe (banho, desinfecção das roupas, vacinas), os imigrantes

duplicidade de registros para o caso dos reemigrados e dos repatriados, resultantes do constante movimento de imigrantes que se estabeleceu entre os três países do cone sul latinoamericano-, apresenta um mérito essencial, que se traduz na sua periodicidade.

De qualquer modo, é inevitável que manipulemos tais séries com o cuidado requerido, reconhecendo, em alguns casos, a sua precariedade.

Não se pode calcular com exatidão a diferença entre o número de imigrantes estrangeiros entrados pelo porto de Santos e o número de saída desses imigrantes, pelo mesmo porto. Isto porque muitos deles - que chegaram a São Paulo vindos por terra, quer de outros Estados, quer por terem desembarcado no porto do Rio de Janeiro -, quando retornaram a Itália ou se dirigiram para a Argentina ou outro país qualquer, saíram pelo porto de Santos²¹¹.

O cálculo [...] dos saldos do movimento migratório do Estado só leva em conta as saídas pelo porto de Santos, desde que as por via terrestre não se conhecem. Neste sentido, constata-se que, no período de 1908 [quando passa a funcionar o registro de saídas] a 1936, só em 1915 é que se verificou um déficit nas entradas de imigrantes em São Paulo, sobre as saídas por via marítima²¹².

Falta-nos, como seria desejável, um exercício apurado de revisão de tais séries, agrupando outras fontes primárias existentes, para que se pudesse dar conta do total efetivamente ingressado pela via da imigração, descontados aí todos os outros casos, a saber, por exemplo, os de imigrantes que, por diversas razões, não deram ingresso na Hospedaria.

Há, a esse propósito, informações baseadas em relatos, dando conta de imigrantes que eram apanhados no cais do porto de Santos por parentes ou conhecidos e levados diretamente às fazendas, sem passar pela Hospedaria; há ainda casos daqueles que resolviam permanecer em Santos, cidade reconhecida por reunir uma expressiva colônia espanhola já na primeira década do século. E,

eram registrados. Tais registros constam hoje das séries emitidas pela Secretaria da Agricultura, a quem a Hospedaria dos Imigrantes era subordinada, os quais consultamos para os anos de 1898 a 1928.

²¹¹ - HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório. S.Paulo, IEB-USP, 1986, p. 189. Note-se que esse tipo de ocorrência não foi apanágio apenas dos italianos.

²¹² - BOLETIM DA DIRETORIA DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMMIGRAÇÃO, da Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio. Anno I, nº 1, 1937, p.161. Esta publicação oficial, reuniu, nesta edição, dados anteriormente coletados pelo Departamento Estadual do Trabalho, por outros departamentos, bibliotecas e arquivos oficiais.

por outro lado, como desconsiderar aqueles que, em trânsito pela capital, geralmente em tratamento de saúde na Santa Casa, davam ingresso na Hospedaria?

O fluxo imigratório vai manter-se uniforme até a Primeira Guerra Mundial, quando acusa uma considerável baixa, menos por problemas relacionados ao transporte, e mais por questões relacionadas ao fechamento dos mercados europeus aos produtos de exportação, tal como era o café.

No entanto, e apesar disto, o Estado de S.Paulo mantém sua política de subvenção, que, porém, nunca mais obterá os mesmos resultados anteriores.

É deste período o recrudescimento da propaganda na Andaluzia, que, no entanto, esbarrava nas constantes queixas dos colonos encaminhadas ao Consulado, reclamando dos maus tratos de que eram vítimas nas fazendas e ainda nas cartas dos espanhóis instalados no Brasil que denunciavam um panorama pouco animador.

Temos, pelo Recenseamento Geral do Brasil de 1920 a oportunidade de visualizar o quadro geral da população estrangeira residente no Brasil à época, bem como de destacar a corrente espanhola desse montante e do conjunto da população brasileira (vide Quadro XII):

QUADRO XII

POPULAÇÃO ESPANHOLA RECENSADA NO BRASIL NO ANO DE 1920

A	B	C		
POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	POPULAÇÃO ESPANHOLA	% C de A	% C de B
30.645.296	1.595.961	219.142	0,7	13,7

Elaborado por PALAZÓN FERRANDO, *Op. cit.*, 1995, p. 97, baseado no RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, ano 1920. Neste mesmo Recenseamento, os italianos somaram mais de meio milhão (558.405) e os portugueses quase duplicam aos espanhóis (433.577).

Deste total [C], na proporção de três a cada quatro imigrantes, localizava-se em São Paulo²¹³, e destes, oito a cada dez residia na zonas

²¹³ - Do restante, Rio de Janeiro, computava 10,37%; Minas Gerais, 3,14% e o Rio Grande do Sul, 2,44%.

cafeeiras, tendência esta que perdurou até o final da década de vinte, conforme pode ser observado pelo Quadro XIII, abaixo:

QUADRO XIII

IMIGRANTES ESPANHÓIS INGRESSADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
SOBRE O TOTAL DA EMIGRAÇÃO ESPANHOLA NO BRASIL
PORCENTAGEM, ANOS 1900-1929

1900-1904	64%	1915-1919	71%
1905-1909	77%	1920-1924	81%
1910-1914	75%	1925-1929	74%

Elaborado por GONZÁLEZ MARTINEZ, E. *Op. cit.*, 1990a, p.82
Periodização adaptada.

Temos então, em resumo e conforme dados da Secretaria da Agricultura, o fluxo dos imigrantes espanhóis entrados no Estado de S.Paulo, no período analisado, bem como a porcentagem representada frente às demais correntes (vide Quadro XIV):

QUADRO XIV

IMIGRANTES ESPANHÓIS ENTRADOS NO ESTADO DE S.PAULO
1885-1929

PERÍODO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM SOBRE AS OUTRAS PROCEDENCIAS ²¹⁴
1885-1889	4.834	2,88%
1890-1894	42.316	13,23%
1895-1899	44.678	10,76%
1900-1904	18.842	10,99%
1905-1909	69.682	35,45%
1910-1914	108.154	29,80%

²¹⁴ - Consideramos aqui somente aquelas de maior importância para o período, como os italianos e os portugueses, até 1905-1909, e, a partir de 1910-1914, também os japoneses. Os dados foram obtidos, conforme já dissemos, nos Relatórios da Secretaria da Agricultura.

1915-1919	27.172	32,47%
1920-1924	36.502	18,50%
1925-1929	27.312	9,42%
TOTAL	379.492	

Fonte: RELATÓRIOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. Imigrantes estrangeiros entrados no Estado de S.Paulo - Período 1885/1961. Discriminação por quinquênios, das principais nacionalidades entradas no Estado, em três quartos de século de existência da Hospedaria “Visconde de Parnaíba”. Os cálculos das porcentagens são nossos e estão referidos à coluna TOTAL, Quadro IX, p. 123.

Sua preponderância parece concentrar-se no decênio 1905/14, quando já a corrente italiana se retraía e a portuguesa não tinha como destino prioritário as lavouras de café.

Nos capítulos que se seguem tentaremos determinar o caráter em que se constituiu o fenômeno migratório espanhol para terras paulistas, considerando que a prerrogativa emigratória - existente em potencial muito antes de sua ocorrência -, encontrou, como vimos, forte resistência durante algumas décadas, na sociedade espanhola, que se viu, assim, protagonizando inicialmente um remanejamento populacional interno de grande monta para as áreas tipicamente latifundiárias e urbanas, para, somente num segundo momento, movida por especificidades históricas determinadas, ensejar o movimento ultramarino de massa, então de caráter tardio - quando comparado com os demais -, conforme ficou demonstrado.

Quer-nos parecer que esse fator - a resistência inicial, que depois vai revelar um movimento migratório ultramarino de natureza tardia -, pode ser um forte indicativo do caráter distinto que tipificou essa imigração, quando a comparamos com a italiana, por exemplo, que a antecedeu e pode sinalizar para uma série de determinantes que consubstanciam a sua singularidade.

Não é ilícito supor que o interesse que movia seu protagonista - como ademais a qualquer outro emigrante de outra procedência -, era a aspiração de melhoria em suas condições de vida e nas de sua família.

Alguns indicadores, que pretendemos explorar adiante, parecem demonstrar que o caráter tardio dessa imigração pode ter revelado uma dificuldade maior a esse imigrante quanto ao acesso às oportunidades locais para a concretização desse objetivo, exigindo-lhe doses adicionais de sacrifício e esforço, quando não de obstinação, pois, se de um lado, as oportunidades rareavam ou já haviam sido aproveitadas por outros grupos que o antecederam, as condições oferecidas nem de longe conformavam o modelo imaginado ou eram compatíveis às promessas dos contratadores que nutriam suas esperanças e expectativas.

Duplo desengano, ou engano, que devem ter ensejado profundos embates pessoais e familiares, ficando inscritos na memória dos protagonistas como momentos de arrependimento, frustração e desencanto.

[Meu pai] dizia: ‘tá louco, na hora que eu vim pr’o Brasil; não tenho dinheiro, se tivesse, amanhã saía pr’a Espanha! Que Brasil! Que ganhar dinheiro!’ [risos].

Todo mundo que vinha de lá pensava isso [em ficar rico]; os conhecidos que moravam aqui as vezes mandava carta com mentira, que ganhava, assim, coisa, né... então, a turma dava aquela febre; tinha conhecido aqui que mandava carta pr’a lá dizendo que aqui era muito bom e coisa e tal. É, mas era tudo mentira. Vinha família até, enganada!

*Ganhar dinheiro! Naquela fé que Brasil era só juntar dinheiro, né? Mas veio todo mundo enganado; chegavam aí, chegavam nas fazendas que não tinha nem estrangeiros, era aquela brasileirada, negros, né?! e uma comida tudo diferente, arroz, feijão, mandioca, essa coisarada que lá não tem. E serviço tudo diferente [...] carpir café [...] apanhar café, [nós] não sabe apanhar, não sabe abanar... ; e a pessoa sofre, né ?!*²¹⁵

²¹⁵ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1980.

CAPÍTULO I

O IMIGRANTE QUE SE DESTINOU A SÃO PAULO: condições, expectativas e a realidade

A emigração espanhola cresceu acentuadamente quando a emigração italiana subvencionada foi dificultada e quando uma proporção muito alta de italianos começou a deixar S.Paulo, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, na maioria dos casos para retornar a Itália ou para reemigrar a outros países. Nesse período, os números de saídas de imigrantes italianos superaram os números de entrada ²¹⁶.

Com efeito, de 1882 a 1889, os italianos representavam 80% dos imigrantes ingressados no Estado de S. Paulo ²¹⁷. Entretanto, já no decênio seguinte, de 1890 a 1899, sua porcentagem baixaria para 56%, registrando déficits seguidos, isto é, mais saídas do que entradas nos anos de 1899 e 1900 ²¹⁸.

²¹⁶ - MARTINS, José de Souza. Op.cit., 1989, p.9.

²¹⁷ - Enquanto, no mesmo período, os espanhóis se apresentavam com apenas 11% e os portugueses, com 8%. De 1900 a 1909, registra-se a contínua queda da imigração italiana, então com 48% do total, enquanto os espanhóis aparecem com 24% e os portugueses, com 15%. No decênio 1910-20, a porcentagem dos espanhóis continua crescendo atingindo 30% do total, a mesma cifra apresentada pelos portugueses; os japoneses aparecem com 6%, enquanto os italianos despencam para 24%. Conforme: KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil. S. Paulo, Brasiliense, 1987, p. 96. Apud: LEVY, M.S. Op.cit., 1974, tabela 8.

²¹⁸ - De fato, fora o seguinte o movimento emigratório no período referido:

<u>ANOS</u>	<u>ENTRADA</u>	<u>SAÍDA</u>
1898	46.939	30.007
1899	31.172	31.319 (déficit)
1900	22.802	27.917 (déficit).

In: BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO, Ano IX, nºs. 34/5. Apud: BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos. S.Paulo, Pioneira, 1968b, p. 110.

Em meados da década de 1880, a publicidade negativa que prejudicaria o Brasil durante anos já se tornara um sério obstáculo ao maior desenvolvimento da imigração européia. Italianos retornados ao seu país haviam feito aos funcionários do governo críticas à vida em São Paulo, e em 1885, o governo italiano distribuiu uma circular descrevendo São Paulo como inóspito e insalubre e recomendando que se evitasse a emigração para o Brasil. Outro problema resultou de abusos de agentes independentes de recrutamento na Europa [...] ²¹⁹.

A expansão dos cafezais para o Oeste ²²⁰ e a crescente necessidade de braços para as fazendas que se alastravam estava tornando incompatível o sistema até então adotado, o da contratação de imigrantes diretamente pelos interessados – no caso os fazendeiros, que a partir da penúltima década do século já haviam se transformado nos seus maiores importadores. Era consenso, entre os representantes dos diversos interesses então envolvidos, que para prover a demanda de mão-de-obra exigida pela lavoura, seria necessário imprimir uma maior agilidade ao sistema, o que só poderia ser obtido centralizando-se os serviços através de um órgão competente.

A geração de fazendeiros que investiu no oeste tinha um perfil distinto da anterior e interesses diversificados, que sobrepujavam os da lavoura, estendendo-se à indústrias, bancos e ferrovias. Infiltravam-se sobretudo na política, com elevada representatividade nos escalões do governo estadual e federal, onde exerciam efetiva pressão em matérias estratégicas, incluindo-se aí a política imigratória, a cujos interesses procuravam direcionar.

Os cafeicultores não pedem. São os senhores do país. Ordenam. Deus dá, o fazendeiro distribui. A política é feita nos alpendres das “casas de fazenda”. Todo fazendeiro é oficial da Guarda Nacional com patente proporcional ao número de cafeeiros que possui. Mandam aos filhos estudantes gordas mesadas, encostam os troles e refestelam-se nos automóveis. A maioria entrega a fazenda a um administrador e vai gozar a vida numa casa senhorial das avenidas aristocráticas de S.Paulo. Quando o pai do Coronel Bento abriu a fazenda no Toledo, só se viajava mesmo a cavalo. E dinheiro só se gastava em tempo de precisão. O velho foi vereador trinta anos. Todo sábado ia à sessão da Câmara. Montava a cavalo em ceroulas para não gastar no raspa-raspa da sela o fundilho das

²¹⁹ - HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café. Café e sociedade em S.Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.64.

²²⁰ - Costuma-se usar o designativo para identificar aquelas áreas situadas a Oeste da Capital, tendo em Campinas e adjacências, cidades desbravadas pela onda verde do café, seu marco inicial e polo irradiador.

*calças. E assim trotava onze léguas de ida e outras onze de volta. Só no córrego, diante da cidade, é que descia e vestia as calças... Agora, dizem que o filho dele tem três automóveis e manda dois contos de réis por mês para o filho farrear em São Paulo...*²²¹.

*Até a última década (do século passado) os grandes fazendeiros foram os dirigentes de São Paulo. O interesse coletivo confundia-se com os interesses de classe. Os problemas de mão-de-obra, de povoamento, das vias de comunicação foram considerados e tratados acima de tudo em função dos interesses dos fazendeiros*²²².

Tal conjunção de interesses consubstanciava-se, assim, na criação da Sociedade Promotora de Imigração, constituída por fazendeiros do porte de um Martinho Prado Jr., - seu primeiro presidente, em 1886 -, Nicolau de Souza Queiróz e Rafael Paes de Barros, dentre outros “*a fim de promover por todos os meios a introdução de imigrantes e sua colocação nesta Província, mediante os auxílios e subsídios determinados nas leis, e que lhes forem concedidos*”²²³; cuidaria, assim, a Promotora de centralizar os serviços referentes a imigração, imprimindo-lhes a agilidade que a demanda nos cafezais exigia, e tal situação se prolongaria até que o assunto fosse assumido pelo governo, já então na República.

*O governo de São Paulo era ele mesmo o instrumento dos fazendeiros de café. A política imigratória deve ser entendida neste contexto. A elite paulista não via a Sociedade Promotora como um grupo de interesse privado usando subsídios estatais para benefício exclusivo de um segmento restrito do corpo político. Pelo contrário, era uma extensão do ramo executivo, um aparelho administrativo especial, estabelecido em circunstâncias críticas, para servir a um propósito extraordinário*²²⁴.

Consoante com suas diretrizes, a Sociedade Promotora iniciará seu programa de arregimentação de imigrantes no exterior, e, como uma de suas primeiras iniciativas, publica, com a subvenção do Ministério da Agricultura do Império, - ocupado à época por Antonio da Silva Prado, irmão de Martinho -,

²²¹ - DONATO, Hernâni. Filhos do destino. S.Paulo, Clube do Livro, 1980, pp.103/4.

²²² - MONBEIG, Pierre. Le pionniers et planteurs de São Paulo. Paris, 1952, pp.123-4. Apud: MERTZIG, Lia R.L. As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo. Repatriação e reemigração, 1889-1920. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1977, p. 47.

²²³ - Artigo 1º da Constituição da Sociedade Promotora de Imigração, que atuará até 31 de dezembro de 1895, quando, uma vez consolidada a República, todas essas atribuições passam para a Secretaria de Agricultura.

²²⁴ - HOLLOWAY, T. Op. cit., 1984, p. 67.

80.000 folhetos de propaganda, com sessenta páginas cada um, impressos em português, alemão e italiano, para a divulgação das atrações e vantagens para as famílias interessadas em imigrar para o Estado de São Paulo.

Sua área de atuação, contudo, não se restringia à divulgação das benesses aos candidatos à imigração. Ela se encarregaria ainda de gerenciar os contratos com armadores ou companhias de navegação para o traslado dos imigrantes, além de administrar a Hospedaria da Capital, onde os desembarcados eram alojados gratuitamente e onde eram contratados pelos fazendeiros²²⁵, enquanto cabia ao Governo estadual arcar com as despesas de passagem²²⁶, sistema esse a que se denominou “imigração subsidiada”.

O alcance dessa política de arregimentação em larga escala, baseada em uma complexa e bem articulada estrutura, já repercutia na Espanha nas décadas finais do século XIX, conforme um informativo do Ministério dos Assuntos Exteriores, segundo o qual

*la propaganda fue dirigida por la Legación en Madrid y por los consulados de carrera. Desde el sacerdote pueblerino en el púlpito hasta las casas de billetes para ultramar, no se ha escatimado medio*²²⁷.

O primeiro contrato do Governo do Estado foi firmado pelo decreto de 28.06.1890 e consta ter sido contraído com a finalidade de fazer frente às despesas com o subsídio à imigração, um empréstimo internacional da ordem de 749 mil libras, já em 1888²²⁸.

²²⁵ - O contrato de trabalho na fazenda de café paulista consistia, resumidamente, no pagamento anual de uma certa quantia por cada mil pés de café tratados, geralmente com quatro carpas anuais, sendo esse pagamento feito quase sempre parceladamente depois das carpas. O colono ainda recebia uma quantia estipulada por alqueire (medida) de café colhido. A primeira retribuição era fixa e não dependia do preço do café, a segunda, às vezes, sofria as interferências do preço do produto. Conforme: PETRONE, M.T.S. “Imigração”. In: Sérgio B. Holanda (org). História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano, 1889/1930. Tomo III, vol. 2, 1978, pp. 109/110. A questão será detalhadamente tratada adiante.

²²⁶ - A lei que regulamentou o serviço de transporte, de 02/1888, previa que o Governo pagaria à Promotora, a título de indenização, pela passagem dos imigrantes, as seguintes quantias: 75\$900 pelos maiores de 12 anos; 37\$500 pelos de 7 a 12 anos; 18\$750 pelos de 3 a 7 anos. Em seu artigo 3º estende esse auxílio aos imigrantes espontâneos que se destinassem à lavoura, às fazendas, aos núcleos ou que fossem estabelecer-se por conta própria. In: MERTZIG, Lia R. Op.cit., 1977, p. 62.

²²⁷ - ARQUIVO DO MINISTERIO DE ASSUNTOS EXTERIORES, Leg. 721, exp. 29. Apud: GONZÁLEZ MARTINEZ, E. Op. cit., 1992b, p. 14; a autora estava se referindo aos primórdios da implantação do sistema de subsídios.

Legación : escritório da representação brasileira;
Escatimado: poupado.

²²⁸ - KOWARICK, L. Op.cit., 1987, p. 92.

O subsídio, em tese, consistia no pagamento da viagem para S.Paulo de imigrantes que fossem agricultores e viessem constituídos em famílias, já que essas, pensava-se, garantiriam uma maior fixação do trabalhador na fazenda de café ²²⁹.

Os imigrantes deverão ser exclusivamente agricultores e constituídos em famílias, não convindo ao Estado favorecer com tal larguesa os de outras profissões, que não encontrariam as mesmas facilidades e vantagens para sua colocação ²³⁰.

Muitas das pessoas de que constam aquelas [famílias], mulheres e menores, são com proveito empregados em certos misteres das grandes explorações agrícolas, misteres esses para os quais seria exorbitante a soldada para o trabalhador isolado [...] ²³¹.

Efetivamente que tal exigência era burlada; no caso espanhol, conforme já vimos, eram inúmeras as formas de se preencher ilegalmente os requisitos para se obter o subsídio, incluindo aí até a constituição de famílias fictícias com documentação falsificada.

Por outro lado, a Lei 673, de 09.09.1899 previa outras facilidades ao imigrante subsidiado: o desembarque à sua chegada e o transporte à Hospedaria às custas do Estado; sustento e alojamento na hospedaria durante os oito primeiros dias após a chegada; colocação por intermédio da Agência Oficial ²³² e o transporte da Hospedaria até a estação de trem mais próxima à fazenda.

Tais concessões foram também estendidas a todos os trabalhadores nacionais ou estrangeiros que embarcassem sem o benefício da subvenção - os

²²⁹ - PETRONE, M.T.S. Op. Cit. 1978, pp.108/9

²³⁰ - RELATÓRIO DA SECR. DA AGRICULTURA, 1902, p.167.

²³¹ - CORREIO PAULISTANO, 01/04/1887. Apud: BEIGUELMAN, Op. cit., 1968, p.94.

²³² - A partir da primeira década do século criaram-se alguns organismos com a finalidade de assistir ao imigrante e proteger ao trabalhador rural. Aparece, assim, em 1906, a Organização de Colocação e Trabalho (mais tarde Agência Oficial de Colocação), anexa à Hospedaria, que deveria disciplinar o mercado de trabalho e os contratos que eram executados. É de 1907 a criação da Inspetoria da Imigração do Porto de Santos, para recepcionar os imigrantes e de 1911 o Patronato Agrícola que tinha como finalidade “*tornar efetivas as leis decretadas pela União Federal e pelo Estado de S.Paulo em favor do imigrante e outros operários agrícolas*”. O Patronato deveria oferecer assistência jurídica gratuita aos colonos a fim de conseguirem o cumprimento dos contratos de trabalho; deveria, ainda, levar às autoridades competentes as queixas dos imigrantes a respeito de atentados contra sua honra, vida e bens. Em 1911, as tentativas de institucionalizar os serviços de imigração e de trabalho culminaram com a criação do DET – Departamento Estadual do Trabalho, que englobava a Inspetoria de Imigração no porto de Santos, a Hospedaria dos Imigrantes e a Agência Oficial de Colocação. Cf. PETRONE, M.T.S. Op. Cit., 1978, pp. 113/4.

chamados imigrantes espontâneos - , com passagem de 2ª ou 3ª classe, bem como para os imigrantes chamados por parentes já anteriormente empregados em fazendas, os quais, pelo mecanismo da “carta de chamada” podiam requerer o subsídio oficial ao interessado, desde que ficasse comprovada sua intenção de se estabelecer na lavoura²³³.

*Além dos imigrantes subsidiados, transportados em lévas, mediante contracto ou ajuste com o Estado, ou mediante subvenção deste às companhias de navegação, também podiam ser introduzidos outros, por bilhetes de chamada, concedidos por conta do Estado, a pedido de proprietário agrícola estabelecido em São Paulo, ou de colonos estabelecidos nas propriedades agrícolas ou em núcleos coloniais*²³⁴.

*O serviço de chamada de imigrantes começou a vigorar a partir de 1906, cessando, assim, o regime de subvenção às companhias de navegação e aos armadores, existentes desde o Decreto nº 823, de 20 de setembro de 1900. Esse sistema de chamada só era válido em se tratando de vinda de pessoas que partissem de portos europeus*²³⁵.

O mecanismo da carta de chamada, embora instrumento oficial, era antecedido por alguns procedimentos preparatórios e de convencimento por parte daqueles anteriormente instalados, enviados aos familiares e amigos na Espanha. Temos alguns depoimentos que ilustram como se processava:

*[meu pai] tinha conhecido aqui que mandava carta pr’a lá dizendo que aqui era muito bom e coisa e tal [...] que ganhava assim, coisa, né [...]; então a turma dava aquela febre [...]; todo mundo que vinha de lá pensava isso [que iam ficar ricos]; é, mas era tudo mentira. Vinha família até, enganada!*²³⁶.

Ou, ainda:

²³³ - Somente do ano de 1912 para frente é que constam dos Relatórios da Secretaria da Agricultura as cifras do imigrantes que recebiam carta de chamada e dos que embarcavam através deste mecanismo. Assim, temos: para 1912, das 677 famílias chamadas, vieram 170; em 1913, das 922, vieram 333; em 1914, das 326, vieram 163; em 1915, das 89, vieram 49; em 1916, das 687, vieram 568; em 1921, das 224, vieram 109; em 1922, das 380, vieram 127; em 1923, das 714, vieram 252; em 1924, só constam as chamadas, em número de 403; em 1925, de 832, vieram 191 e em 1927, de 475 famílias chamadas, vieram 254.

²³⁴ - LEFEVRE, Eugenio. A administração do Estado de São Paulo na República Velha. S.Paulo, Typ. Cupolo, 1937, p. 295.

²³⁵ - ARQUIVO DO ESTADO DE S.PAULO. Secr. da Agricultura. Requerimentos diversos, 1906, maço 12; 1908, maço 52; 1908, maço 53. Apud: HUTTER, L.M. Op. cit., 1986, p. 76.

²³⁶ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1980.

*[Meu tio] morava aí, era o administrador aí [da Fazenda de Ramón Sanchez]; mandou carta dizendo se nós queria vir aqui, que era muito bom, tanta coisa...*²³⁷.

A subvenção ao imigrante apto para a lavoura e sua família consistia numa eficiente modalidade de captação de uma mão-de-obra, com a qual se procurava irrigar a lavoura cafeeira constantemente em expansão.

Tal mão-de-obra, porém, era concorrida por outros países, sobretudo pela Argentina, sobre quem, aliás, também recaíam, por razões até óbvias, como o idioma, por exemplo, as preferências do imigrante espanhol.

*Las causas de expulsión de España no jugaron ningún papel especial, la alternativa de marchar sólo fue tomada en cuenta, cuando de Brasil se trataba - tengamos en cuenta que no existia en la península tradición emigratoria a este país - desde el momento en que se tuvo la posibilidad de hacerlo gratuitamente. Esta será una característica que defina el tipo de migración española: sólo emigrarán a San Pablo aquellos que no pudieron hacerlo a Argentina, Cuba, Uruguay, entre otros, por falta de recursos económicos [...]; esta emigración, por otro lado, estava integrada en gran parte por campesinos andaluces [...]*²³⁸.

Porém, e de conformidade com Paula Beiguelman, esta não seria a única vantagem oferecida pelo Brasil, onde ademais

*O incentivo consistia na oportunidade de alguma acumulação econômica, oferecida ao imigrante através da atividade intensiva da família colona na expansão do cafezal, remunerada na base de um salário fixo anual, acrescido de cota por alqueire de café colhido e, principalmente com a permissão do usufruto das terras intercafeeiras*²³⁹.

O que tinha uma importância extraordinária no sistema de trabalho nas fazendas paulistas era, entretanto, a possibilidade de plantar produtos de

²³⁷ - Fragmento de depoimento. Dona Carmem Dueñas. Vila Novais, 1981. Sua família viera com carta de chamada do administrador de uma das Fazendas de Ramón Sanchez - também ele imigrante espanhol -, que era seu tio. Neste caso, pelos procedimentos posteriores, ficou patente que sua família embarcara com a “carta de chamada”, pois foram recepcionados no Porto de Santos pelo tio-administrador e ficaram trabalhando na fazenda de seu patrão.

²³⁸ - GONZÁLEZ MARTINEZ, E. *Op. Cit.*, 1990a, pp.84/5. Grifo nosso.

²³⁹ - “A grande imigração em S.Paulo”(I). In: *Rev. do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 3, S.Paulo, 1969, p. 105. Apud: SALLUM JR., Brasilio. *Capitalismo e cafeeicultura, Oeste Paulista: 1888-1930*. S.Paulo, Duas Cidades, 1982, p. 91. A questão levantada pela autora aventa a possibilidade de o imigrante “reconstruir um modo de vida, fundado no trabalho autônomo, que haviam perdido nos seus locais de origem”.

subsistência entre os cafeeiros e a obtenção de um pedaço de terra com essa finalidade, além de um pasto para alguns animais. Pelos relatos da época, se percebe a importância que o imigrante dava à possibilidade de poder ter culturas de subsistência e vender os excedentes. No início da grande imigração para São Paulo, os fazendeiros queriam que os colonos fizessem as culturas de subsistência a meia; com o tempo, entretanto, percebendo que isso era um desestímulo para os colonos, desistiram, e, não raro passaram a comprar os excedentes da produção. Era um forma de conceder ao imigrante mais incentivos econômicos sem, no entanto, terem que desembolsar somas maiores. Para o imigrante, mais rendimentos eram de suma importância já que, em geral, sonhava em poder se instalar um dia em terra própria²⁴⁰.

A concessão para a efetivação dessa política, quer seja no período em que esteve a cargo da Sociedade Promotora, quer depois, na República, quando passou à responsabilidade da Secretaria da Agricultura que a sucedeu, era feita às companhias particulares de navegação.

As companhias de navegação possuíam seus próprios representantes em muitas cidades e vilas, os quais percebiam de 5 a 10 libras por cada emigrante que engajavam e mandavam ao porto de embarque para serem transportados para Santos. E a atração dessas 10 libras dava a estes representantes a mais refinada astúcia e arte de persuadir. Nunca tinham estado no Brasil e muitas vezes não sabiam nem em que hemisfério se localizava; no entanto, decantavam as virtudes deste país²⁴¹.

A atuação desses *ganchos* - como eram conhecidos na Espanha -, era temerária. Desde a implantação do sistema de subsídios, a Sociedade Promotora, e depois a Secretaria da Agricultura, receberam diversas reclamações, no tocante às arbitrariedades que cometiam e às promessas enganosas que faziam aos interessados.

Também na Espanha, onde montaram uma bem articulada rede de arregimentação, sua atuação era motivo de queixas:

Madrid - Han sido presos en Logroño, y serán procesados varios reclutadores de inmigrantes que, usando de medios ilegales hacian propaganda para que los campesinos emigraran, a los que ofrecían embarcar²⁴².

²⁴⁰ - PETRONE, M.T.S. *Op. cit.*, 1978, pp. 109/110.

²⁴¹ - HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*. S.Paulo, IEB/USP, 1972, p. 37.

²⁴² - Jornal *EL DIÁRIO ESPAÑOL*. S.Paulo, 29.01.1913, p. 1.

O primeiro desses contratos exclusivos deu-se em 1893, com a empresa italiana Ângelo Fiorita & Cia, que apresentou a proposta vencedora e ganhou a licitação para o transporte de 50.000 imigrantes num prazo de dezoito meses ²⁴³.

Por esse contrato, estipulava-se a cota de 10.000 italianos a serem introduzidos. No entanto, como ser agricultor era um dos requisitos exigidos, e, como essa exigência vinha sendo sistematicamente burlada por falta de inspeção no embarque, o Governo do Estado negociou com a Companhia de Navegação o patrocínio das despesas de manutenção de um escritório oficial de inspeção na Europa - que pudesse fiscalizar tais casos -, em troca da concessão do aumento da cota de italianos.

Tal escritório de inspeção, o primeiro dos quais instalados em Gênova, em 1895, abriu o precedente para um série deles, instalados em vários portos, dentre eles, o de Málaga, na Espanha, em 1896.

Sua finalidade era a de promover a emigração para S.Paulo, garantir o cumprimento dos dispositivos pelas companhias licitadas e também inspecionar as condições sanitárias dos barcos. O elemento chave nestes escritórios era o comissário que tinham tanta autoridade quanto os representantes consulares.

O contrato com a Fiorita, de março de 1896, estabelecia, assim, uma cota limitada de 10.000 espanhóis, restringindo, todavia, sua origem às províncias bascas, a Navarra, Galícia e Ilhas Canárias.

Já em agosto de 1897, contratou-se com outra Companhia particular, a José Antunes dos Santos & Cia., com sede em Lisboa e sucursal em Gibraltar, a vinda de 20.000 imigrantes, sendo que 10.000 deveriam ser espanhóis, cujos agentes percorriam os *pueblos* andaluzes promovendo e divulgando as vantagens da empreitada, a cujos interessados se indicava ainda a possibilidade de embarcarem por Gibraltar ²⁴⁴, reduzindo consideravelmente as exigências do Governo espanhol.

²⁴³ - Realizava-se com as companhias de navegação o “chamado por agentes”, que era diferente daquele denominado “contrato de destino certo”, em que o colono e sua família vinham munidos de uma carta de chamada diretamente para um determinado local.

²⁴⁴ - Gibraltar, então porto inglês era passagem de muitas rotas, tanto do Mediterrâneo quanto do Atlântico, porém, sua vantagem maior era a de eximir o candidato à imigração dos trâmites oficiais e das exigências legais impostas pelo Governo espanhol, que, em vão, tentava barrar a clandestinidade. Vide ANEXOS, Mapa V, *Andaluzia e Norte da África*, p. 346.

Tais procedimentos foram origem de muitos conflitos entre as autoridades estaduais e as companhias contratadoras; encontramos diversos casos ²⁴⁵, onde tais autoridades - sobretudo do Porto de Santos, encarregadas da inspeção sanitária -, tentavam coibir o ingresso de imigrantes, alguns com graves infecções, e, portanto, passíveis de serem repatriados, discordando frontalmente dos critérios adotados pelas Companhias, a quem, ademais, interessava o transporte do maior número possível de passageiros.

Ainda que não tenhamos como avaliar esse montante, imaginamos que o volume dos clandestinos deveria ser considerável. Indicativo disto é que não raro encontramos anúncios como este, no Jornal *El Diario Español*, na seção *Personas buscadas*:

Vicente Garcia, colono de Serra Grande (Mogyana) deseja saber paradeiro de Andrés Gómez del Monte, 23 anos, solteiro, de Niquella (Granada) e que teria embarcado para Argentina, em Gibraltar ²⁴⁶.

Era, no entanto, a saída encontrada por muitos andaluzes, especialmente os almerienses, impossibilitados de continuar se dirigindo a Argélia, para onde emigravam regularmente em um movimento espontâneo e sazonal ²⁴⁷.

Emigración clandestina - Madrid. Comunican de Algeciras que los trenes de aquella línea van materialmente abarrotados con emigrantes que se dirigen a Gibraltar, para emigrar a Sudamérica, sin sujetarse a las prescripciones legales de la emigración española ²⁴⁸.

Não que o Brasil fosse o destino eleito, porém, acenava com uma facilidade, que não era ofertada pelos outros países - o subsídio -, o qual, aliás, também podia ser utilizado para finalmente se atingir o destino desejado.

Informes da Secretaria da Agricultura dão conta de que muitos espanhóis se utilizavam do subsídio para, uma vez em S.Paulo, e alegando terem sido enganados quanto ao destino, solicitarem uma passagem para o estado do Rio Grande do Sul. Tal procedimento, de tão frequente, alertou os funcionários de que, na verdade, estavam tentando apenas atingir os dois países do Prata, a Argentina e o Uruguai e, a partir de então, tais passagens passaram a ser negadas.

²⁴⁵ - Tais casos encontram-se nos REQUERIMENTOS DIVERSOS, da SECRETARIA DA AGRICULTURA, no Arquivo do Estado de S.Paulo.

²⁴⁶ - Jornal *El Diario Español*, 07.04.1913, p. 2.

²⁴⁷ - As questões envolvendo a emigração espanhola para a Argélia foram tratadas na PARTE I – Capítulo I, Item 1, p. 53.

²⁴⁸ - Jornal *El Diario Español*, 13.04.1913, p. 1.

Tal procedimento parecia, com efeito, remontar aos primórdios da emigração espanhola em massa para São Paulo, a considerar uma petição enviada ao diretor da Hospedaria dos Imigrantes, em 20.04.1891, onde o imigrante espanhol José Pelaez Toledo, em nome de vários imigrantes, solicitava o subsídio da passagem para o Rio Grande do Sul, conforme ele, seu destino original, argumentando que foram desembarcados equivocadamente em S.Paulo; tal pleito lhe foi negado, e no parecer emitido pela Inspetoria alegou-se que a negativa se prendia ao fato de que muitos acabariam se dirigindo ao Uruguai ²⁴⁹.

A seguinte estatística demonstra o alcance dessa política de subsídios na introdução de imigrantes (vide Quadro XV), bem como deixa entrever os períodos em que esta política, dirigida pelos interesses dos fazendeiros oscilava, denotando, provavelmente, questões relacionadas à própria dinâmica de expansão e retração da economia cafeeira.

QUADRO XV

PERCENTUAL DOS IMIGRANTES SUBSIDIADOS ESTADO DE S.PAULO 1888-1915

PERÍODO	%
1888-1890	63%
1891-1900	80%
1901-1910	40%
1911-1915	36%

Fonte: VILLELA, A.V. & Suzigan, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/ANDES, 1975, nº 10, p. 249. Quadro elaboração própria.

Com efeito, durante os últimos anos do Império, o café representou aproximadamente 99% das exportações taxáveis de S.Paulo. De 1881/2 a 1886/7, o imposto de exportação do café fornecia 51% de toda a receita provincial e sua renda também contribuía de modo indireto para uma importante cota de outras fontes de receita. Durante o mesmo período, os gastos provinciais com a imigração eram equivalentes a menos de 8% de toda a receita ²⁵⁰.

²⁴⁹ - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, ordem 4136, caixa 16, 1891.

²⁵⁰ - Cf. HOLLOWAY, T. Op.cit., 1984, p. 75.

Em contrapartida e no período em que se manteve - 1890 a 1927 -, o percentual da receita do Estado de S.Paulo, destinado ao subsídio, chegou a alcançar 14,5% em 1895, passando a 10,8%, em 1901 e oscilando entre 0,6% em 1903 e 8,5% em 1912 ²⁵¹.

Havia, evidentemente, outras questões de ordem que se colocavam, embora indiretamente, como o interesse em provocar, em decorrência da abundância de mão-de-obra promovida pelo subsídio, o seu consequente barateamento.

A abundância de mão-de-obra mantinha os salários baixos [e esta questão, a dos salários] muito preocupava os fazendeiros [...] o que, só uma mão-de-obra abundante podia evitar ²⁵².

[Esta] opção significou o emprego de enormes verbas, canalizadas através do Estado, para a importação de braços, transformados em mão-de-obra barata para a acumulação do capital cafeeiro. Entre 1881 e 1917, os gastos com imigração feitos pelo Tesouro Nacional somaram 137 219 379\$465. Esta cifra refere-se a verbas dispendidas em todas as unidades do País, da qual, como se sabe, São Paulo recebeu grande parcela. Ademais, é preciso acrescentar os gastos provenientes do governo de São Paulo, que, no mesmo período, somaram cerca de 92 000 000\$000 ²⁵³.

Estatísticas dão conta da adequada “performance” do Poder Público no programa de imigração subvencionada, em sua tarefa de abastecer as lavouras cafeeiras paulistas de um contingente de força de trabalho sempre superior à demanda, durante vários anos. Estimativas feitas por Holloway apontam que, no período 1894-1914, o volume de imigrantes que afluíram para as áreas do café era praticamente o dobro do que seria necessário para o trabalho naquelas, equivalendo esse excedente a cerca de 300.000 pessoas. Também Hall, baseando-se em dados de produção e de produtividade do trabalho, com referência ao período 1910-1914, estima que cerca de 300.000 trabalhadores seriam necessários para cuidar e colher o café já plantado, sendo que, até esse período, já haviam

²⁵¹ - VACONCELOS, Henrique Dória de. “O problema da imigração”. In: Boletim da Directoria de Terras, colonização e Imigração, da Secretaria da Agr. Ind. e Com°. S.Paulo, Anno I, nº 1, 1937, pp. 13-31.

²⁵² - PETRONE, M.T.S. Op.cit., 1978, p. 109.

²⁵³ - BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO. São Paulo, ano VII; números 34 e 35, 1919, pp. 340, 342 e 343. Apud: KOWARICK, L. Op. cit., 1987, p. 100.

*entrado cerca de 750.000, a maioria dos quais destinados às áreas cafeeiras de S.Paulo*²⁵⁴.

A partir de setembro de 1900, o Governo do Estado implanta modificações no sistema até então adotado em seu programa de subsídio, estabelecendo uma cota anual, a partir da qual subsidiava às empresas de navegação uma taxa fixa de cinquenta francos por imigrante qualificado, ao invés de subsidiar a passagem²⁵⁵.

Tais subsídios eram, evidentemente, parciais, e a ele tinham direito os imigrantes que não tivessem estado anteriormente no Brasil, que fossem lavradores e constituídos em famílias de pelo menos um elemento masculino com idade entre doze e quarenta e cinco anos.

De certa forma isto reforça um ponto de vista defendido pela historiografia espanhola, já delineado anteriormente, o de que os emigrantes potenciais não se constituíam de pessoas provenientes das mais baixas camadas daquela população, os *jornaleros*, por exemplo, mas de pequenos proprietários a quem, mesmo empobrecidos, restava lançar mão de algum estratagema que lhes fornecesse o montante necessário para fazer frente aos demais gastos da viagem.

Temos, a esse propósito, o esclarecedor depoimento do Sr. Ildefonso, referindo-se ao procedimento de seu pai, por ocasião do embarque:

*Ele [meu pai] quando veio, deixou tudo lá, com idéia de voltar; bom, quer dizer, o dinheiro era pouco, [e os bens] ele deixou tudo lá, com um amigo, que tinha condição; o homem deu um dinheiro para ele; com dois anos, se ele não voltasse ou mandasse o dinheiro, o homem era dono daquilo, né? Mas se ele voltasse e trouxesse o dinheiro aí era obrigado a entregar...*²⁵⁶

E o de D. Teodora que, quando questionada sobre a situação econômica da família na Espanha, assim se referia a seu pai:

É..., ele tinha duas casas, tinha um plantio, fazia vinho, mas ele trabalhava no campo, né?! [...] na cidade não tinha mais serviço, ia

²⁵⁴ - SPINDEL, Cheywa R. Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 94, citando HOLLOWAY, 1974, pp. 249-258 e HALL, 1969, pp. 165-166.

²⁵⁵ - Não conseguimos estabelecer a equivalência monetária entre o valor da taxa fixa paga às Companhias de Navegação e o custo da passagem de terceira classe de então. Temos, a esse respeito, apenas a publicação *Relação da taxa cambial média anual do dólar e da libra à vista sobre Nova York, em relação ao mil réis dos anos de 1894 a 1915*, da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – Vide ANEXOS, Tabela IV, p. 353.

²⁵⁶ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1980.

*trabalhar no campo[...]; ele deixou as terras lá, deixou as duas casas com um irmão dele e a cunhada, deixou tudo lá!*²⁵⁷.

Com efeito, a partir da criação do escritório oficial de inspeção, em Málaga, em 1896, cresce o afluxo de imigrantes espanhóis com destino ao Brasil. Os comissários ali instalados e agora mantidos pelo Estado, eram encarregados da inspeção dos candidatos e de seus documentos antes do embarque, mas igualmente, ficavam atentos para que não fossem ludibriados pelos agentes contratadores, isto é, não pagassem mais do que a diferença entre o custo da passagem de terceira classe e a cota estadual de cinquenta francos.

Entrementes, no Brasil, e mais especialmente nas fazendas, já se delineava, precocemente a nosso entendimento, um quadro de animosidade, que pode ser aferido considerando tais informes da imprensa:

*Companheiros: Contai em Terra Livre como aqui somos maltratados diariamente por estes ferozes patrões, que mostram o seu contentamento pelo nosso trabalho, prometendo espancar-nos tratando-nos mal e pagando-nos pior. Não podemos visitar-nos uns aos outros, porque quando nos vêem em grupo de 2 ou 3, parece-lhes que queremos fugir da fazenda; e por isso somos seguidos de dia e de noite pelos capangas. A vida que passamos nas fazendas e trabalhando desde as quatro da madrugada até as 7 ou mais da noite. Quando são as quatro da manhã toca a sineta e se não vamos depressa, começam as pancadas na porta com o cabo do chicote. A fazenda onde estamos corresponde ao nome de Guatapará, o dono que conhecemos é um assassino que governa em nome do fazendeiro, é o administrador José Sartori, o único homem de quem posso afirmar com segurança que é um grande canalha. Nesta fazenda somos tratados pior do que antigamente na Espanha os mártires da inquisição. Não tem compaixão de nossos filhos nus e mortos de fome, nem de nossas mulheres, não acostumadas a estes trabalhos, não querendo ve-las em casa e não se importando que as crianças morram pela falta de cuidados. Quanto ao cônsul espanhol, não quererá de certo saber de funcionar: a escravidão vigora sempre. Guatapará, 22.01.1906. A.B*²⁵⁸.

Ou, então:

²⁵⁷ - Fragmento de depoimento. D.Teodora Dias. Vila Novais, 1980.

²⁵⁸ - Jornal A TERRA LIVRE. S.Paulo, Ano I, nº 03, 7 de fevereiro de 1906, p. 3 - Seção Ecos da Fazenda. Apud: BARRIGUELLI, José Cláudio. Subsídio à História das lutas no campo em São Paulo (1870-1956). S.Carlos, Universidade Federal, 2º volume, 1981, pp. 50/51. Grifo nosso.

*Na fazenda Santa Maria do Dr. Jacinto, em Córrego Rico, os colonos são roubados na medida do café, além de maltratados. Quinze famílias de espanhóis são explorados ao máximo. Em muitas fazendas é costume medir o café com um meio hectolitro, mas em geral a medida é falsa, e o administrador exige a acogulada, de modo que, em cada medida chega o patrão a roubar 15 ou mais litros de café. Um espanhol não quiz dar o café limpo dizendo que já era roubado e o administrador não tinha o direito de reclamar. Foi morto com cinco tiros pelo administrador*²⁵⁹.

E mais:

*Notícia retirada do Avanti. Quinze famílias espanholas são maltratadas na fazenda de José Padula em Ribeirão Bonito e não tem recebido seus salários*²⁶⁰.

*Da Tribuna espanhola, S.P., nº 588. Na Fazenda Floresta no município de São José do Rio Pardo o administrador expulsou 18 famílias espanholas. Ficaram os colonos sem receber os salários e não puderam levar gêneros alimentícios, nem as aves, porcos, animais, etc. de sua criação*²⁶¹.

Ou, ainda:

*Na fazenda Terra Vermelha em Tambaú 4 famílias de colonos fugiram. O fazendeiro com 25 capangas expulsou os restantes colonos, todos espanhóis e não os deixou levar nada e nem pagou o que devia referente a 9 meses de trabalho. Além disso, não devolveu as cadernetas onde teriam os seguintes preços exorbitantes: banha a 5\$000 a lata (2\$000 em Água Branca); 16\$000 por 14 m. de pano (que seria em qualquer lugar \$400 o metro)*²⁶².

O Quadro XVI, abaixo, nos fornece um panorama parcial dessa corrente para a primeira década do século, ocasião em que seu contingente já significava a

²⁵⁹ - Idem. Ano I, nº 15, 29 de agosto de 1906, p. 2, Seção Ecos da Fazenda. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, p.57/8. Grifo nosso. “Acogular” significa encher a transbordar.

²⁶⁰ - Idem. Ano I, nº 21, 27 de novembro de 1906 - Seção Ecos da Fazenda. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, p. 62. Grifo nosso.

²⁶¹ - Idem. Ano II, nº 48, 5 de out. de 1907, p. 3 - Seção Ecos das Fazendas. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, p. 67. Grifo nosso.

²⁶² - Idem. Ano I, nº 1, 28 de junho de 1906, Seção Ecos da Fazenda. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, p.55. Grifo nosso.

metade dos ingressos dos imigrantes italianos²⁶³, e confirma a sua natureza majoritariamente subsidiada, pelo confronto com os dados disponíveis dos espontâneos²⁶⁴, sobretudo nos anos de grande afluxo, como 1905/06; também apresenta a possibilidade do cotejamento daqueles que, uma vez espontâneos, obtiveram a restituição prevista em lei.

QUADRO XVI

IMIGRANTES ESPANHÓIS INGRESSADOS NO ESTADO DE S.PAULO PELO PORTO DE SANTOS E POR ESTRADA DE FERRO SUBSIDIADOS, ESPONTÂNEOS E ESPONTÂNEOS COM RESTITUIÇÃO 1901-1908

ANO	TOTAL INGRESSADOS	SUBSIDIADOS	ESPONTANEOS	COM RESTITUIÇÃO
1901	6.744	5.360	1.384	n/c
1902	1.741	619	1.122	n/c
1903	1.930	8	1.922	n/c
1904	6.372	3.791	611	96
1905	22.128	n/c	739	47
1906	20.349	n/c	639	14
1907	4.709	n/c	2.580	160
1908	9.891	4.573	1.763	171
TOTAL	73.891	(parcial) 14.351	10.760	488

Fonte: Dados obtidos dos RELATÓRIOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, anos 1901/08. Elaboração própria. Os números para os anos de 1904 e 1908, como se observa, parecem indicar algum equívoco, quando referidos ao total de ingressos.

Deste modo, se considerarmos a diferença entre o total de ingressos e os imigrantes espontâneos, temos um montante de subsidiados para o período da

²⁶³ - No quinquênio 1905-1909, a corrente espanhola ultrapassará a italiana que sempre a suplantara, apresentando, respectivamente os seguintes números: 69.682 e 63.595 ingressos.

²⁶⁴ - Os imigrantes *espontâneos*, isto é, os passageiros de terceira classe desembarcados em Santos, porém sem o subsídio, também podiam usufruir do alojamento na Hospedaria dos Imigrantes. A lei 673, de 09.09.1899, igualmente lhes facultava o benefício da restituição, bem como àqueles que já tivessem estado no Brasil. Cf. RELATÓRIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, Ano 1900, pp. 113 e ss. Tal reembolso ocorria *em vista da prova de ter-se localizado na lavoura, favor este que, em verdade, não concorreu senão em pequena parte para incentivar a imigração espontânea, porque relativamente pequeno era o número de imigrantes espontâneos agricultores, e que, portanto, podiam localizar-se na lavoura.* In: LEFEVRE, Eugênio. *Op.cit.*, 1937, p. 301.

ordem de 63.104 pessoas, as quais poderemos acrescentar os que obtiveram a restituição para os anos em que este dado está disponível (de 1904 a 1908), ou seja, mais 488 pessoas, totalizando, assim 63.592 subsídios, em outras palavras, 86% do total ingressado.

Pode-se arriscar a hipótese, diante das evidências até aqui colocadas, de que, em sua grande maioria, os imigrantes espanhóis ingressados no período abrangido pelos subsídios, tivessem se utilizado de tal expediente, muito embora esse dado não se apresente claramente nas estatísticas oficiais consultadas. De qualquer modo, a considerar o grande número de pedidos de solicitação de restituição do valor pago pelas passagens recebidos pelo cônsul espanhol em S.Paulo, inclusive de imigrantes egressos de portos do rio da Prata é de se supor que não desconhecêssem as facilidades que a lei lhes oferecia.

Assim, temos, por exemplo, o caso de Bartolomé Quevedo Rodriguez, imigrante espontâneo, embarcado no Porto de Almería - tendo feito escala em Málaga, Cádiz e Las Palmas -, que requer a restituição da importância dispendida com o seu transporte e o de sua família, do porto de Almería ao de Santos. Tal imigrante, já empregado- o que era requisito para a solicitação do desembolso-, anexa carta do fazendeiro atestando ser ele seu empregado, mais o impresso dos *Vapores Correos Españoles, Línea de Brasil Plata*, Vapor Cádiz, onde se informa que a travessia havia durado 22 dias ²⁶⁵.

Como se depreende, houve uma enorme oscilação na porcentagem apresentada por essas duas categorias, a dos subsidiados e a dos espontâneos, que poderia refletir fatores de toda ordem, porém, o decréscimo dos subsídios oferecidos especificamene para o ano de 1902, foi determinado

Pela cessação, em março deste ano, dos contratos que haviam sido celebrados no ano anterior para a introdução de imigrantes, tendo o governo deliberado não só não fazer novos como até reduzir os subsídios até então facultados, para restringir a corrente imigratória como convinha e era indispensável diante da situação econômica e financeira do Estado [...]. Os algarismos correspondentes às saídas de imigrantes, durante o ano findo (1902), parecem indicar que não há risco iminente de ficar a lavoura cafeeira privada de braços por efeito da redução das entradas. Em todo o caso, no regime da Lei vigente sobre a introdução de

²⁶⁵ - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos - Caixa 7376, pasta 2306, ano 1911. Como esta, encontramos várias petições encaminhadas pelas autoridades consulares aos órgãos competentes no Brasil.

imigrantes o governo poderá agir, no momento oportuno, se for preciso alargar a corrente ²⁶⁶.

Também para o ano de 1903, novas ponderações:

Não é necessário entrar em longas considerações para explicar a causa do desfavorável resultado do movimento migratório de 1903. Se encarássemos o problema tão-somente debaixo do ponto de vista das necessidades de braços para a lavoura, poderíamos afirmar, talvez, não ter havido grande mal nisto, porquanto estando presentemente paralisado o alargamento da cultura do café, tendo havido, por força da crise, abandono de certa parte da existente, por falta de recursos ou por ser de cafezais velhos, cujo tratamento não encontra compensação nos preços atuais, não há razão para sentir a falta determinada pela redução da imigração e aumento da emigração ²⁶⁷.

Evidencia-se neste discurso oficial uma inexplicável parcimônia quanto à introdução indiscriminada de braços - até então o motor da política de subsídios, que provocava uma maior concorrência e uma queda inevitável nos preços desembolsados para as tarefas da cafeicultura -, como se o foco das preocupações houvesse sido deslocado ²⁶⁸.

Porém, mais importante que observar uma alteração no tom do discurso oficial, gostaríamos de sinalizar uma outra questão, esta relacionada às constantes crises enfrentadas pelos fazendeiros que resultavam, muitas vezes, não apenas em abandono de parte da cultura já existente, mas, igualmente em retalhamento de parte de sua propriedade, em pequenas glebas que acabavam sendo vendidas por um preço mais acessível.

A nosso ver, aqui poderia estar contida uma das diversas formas utilizadas pelos imigrantes na tentativa de adquirir propriedade, indício este que poderia explicar a existência de escrituras de compra e venda para o período, pertencendo a compradores espanhóis ²⁶⁹.

Essa contingência ganha maior sentido para o caso dos imigrantes espanhóis, quando se avalia que suas correntes majoritárias ainda estariam se

²⁶⁶ - RELATÓRIOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, Parecer do próprio secretário, Dr. João Batista de Mello Peixoto ao Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado. Ano 1902. S.Paulo, 1903, p. 167 e 169.

²⁶⁷ - Idem. Apresentado pelo Secretário Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida. 1903, p. 65.

²⁶⁸ - deve-se notar, no entanto, que neste ano de 1902 o Governo italiano suspendia a autorização para as viagens subsidiadas ao Brasil.

²⁶⁹ - Adiante voltaremos a essa questão pormenorizadamente.

dirigindo para o Estado, as quais culminariam nos anos de 1905 e 1906 com 22.128 e 20.349 entradas, respectivamente.

Com referência aos resultados do ano agrícola e da propalada crise, apresentamos, tão somente como ilustração, o preço médio do café por 10 quilos no período de 1889 a 1903, juntamente com os subsídios oferecidos no período (vide Quadro XVII).

QUADRO XVII

QUADRO COMPARATIVO PREÇO MÉDIO DO CAFÉ POR 10 KGS. E O VOLUME DA IMIGRAÇÃO SUBSIDIADA NO MESMO EXERCÍCIO

ANO	ENTRADAS SUBSIDIADAS	PREÇO MÉDIO CAFÉ POR 10 KGS.
1889	22.886	6.195
1890	31.816	8.285
1891	107.536	9.700
1892	40.973	11.500
1893	77.969	14.500
1894	34.092	14.700
1895	114.769	13.400
1896	74.918	11.200
1897	70.053	8.700
1898	27.214	7.600
1899	16.664	7.800
1900	11.109	5.950
1901	49.599	4.950
1902	19.311	4.400
1903	229	5.050

Fontes: Para imigração subsidiada: RELATÓRIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, Ano 1914. Para preço médio do café por 10 kgs.: SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - O Café de S.Paulo, notas históricas, por Paulo Rangel Pestana, Typ. Levi, 1927. Apud: MERTZIG, Lia. Op. cit., 1977, p. 64.

Após este período em que impôs algumas restrições, o Governo retoma o seu programa de subvenções, tanto que, já em 1904, através de um Decreto, fixa em 5.000 o número de imigrantes a serem introduzidos por sua conta até 01 de dezembro daquele ano.

Com efeito, acabariam sendo introduzidos 7.005 imigrantes com subsídio, dos quais 3.791 espanhóis, 1.314 portugueses, 50 austríacos e 1.840 brasileiros (do Ceará e do Rio Grande do Norte), estes introduzidos pela União²⁷⁰.

²⁷⁰ - Cf. MERTZIG, L. Op. cit., 1977, p. 65.

O ano seguinte, de 1905, representou um marco para a corrente que procedia da Espanha, cujas cifras, pela primeira vez, superaram em volume bruto aos italianos.

A cidade está cheia de imigrantes vindos agora principalmente da Espanha. Destinam-se àquele paraíso das fazendas... E não há perigo que fujam da Hospedaria porque a crise de trabalho é grande na cidade e não se encontra emprego nem para um cão. Um dos meios propostos por altas personalidades para resolver a crise do café é a diminuição do preço (!) da mão de obra, importando da Europa gado humano em abundância, que, pela concorrência faça baixar os salários! Os italianos da Baixa Itália serviam bem; obedientes e sóbrios, sofredores, laboriosos... os russos e gregos não se satisfazem; eram difíceis de contentar. Agora vem sobretudo espanhóis, e esperam-se japoneses²⁷¹.

A Espanha já conquistara, definitivamente, a partir das cifras de 1905, um lugar reconhecidamente importante no quadro dos países com capacidade emigratória potencial, e essa expectativa do Governo paulista se realizava através do volume de investimentos que para lá eram canalizados e que se consubstanciavam, em última instância, na acirrada atuação dos agentes recrutadores, e nos números registrados em 1906, quase atingindo a cifra de 1905.

No entretanto, continuavam repercutindo negativamente naquele país as ocorrências que se davam nas fazendas envolvendo administradores, polícia e imigrantes, e toda essa problemática acabará resultando na decisão do Governo espanhol em regulamentar a sua *Ley de Emigración*, em 1908.

Os artigos 33 e 34 da referida lei, por exemplo, proibiam o recrutamento dos emigrantes pelas agências de emigração, bem como a propaganda que estimulasse a saída de pessoas para outros países.

Por esta razão, tal lei foi recebida com reserva por parte das Companhias de Navegação, sobretudo pela Antunes dos Santos “*quejándose tanto del rigor de la Ley de Emigración, como de la meticulosidad que los funcionarios encargados de este servicio aplicaban cuando el país de destino era Brasil*”²⁷².

²⁷¹ - Jornal A TERRA LIVRE. S.Paulo, ano I, nº 1, 20 de dezembro de 1905. Apud: BARRIGUELLI, J. C. *Op. cit.*, 1981, p.48. Grifos nossos.

²⁷² - GONZÁLEZ MARTÍNEZ, E. *Op. cit.*, 1990a, p. 173.

No entanto, enquanto o Governo espanhol procurava conter os abusos que se praticavam, na sua origem, o problema estava longe de encontrar alguma solução:

Granada. De Albuñol comunican que era crítica y angustiosa, en principios del mes de diciembre último la situación de toda la comarca, agravándose la que se venía sufriendo desde el año ochenta y cuatro por consecuencia de la plaga filoxérica, que destruyó por completo los viñedos, única fuente productora de este país, siendo al presente insostenible para las clases trabajadoras [...] que están emigrando para Argelia en número considerable.

*La escasez de lluvias en el invierno anterior, que destruyó aquí las cosechas de cereales e hizo muy escasa la de almendra; ya la sequía del otoño actual, que apenas ha permitido verificar algunas siembras de semillas, tienes paralisadas las faenas agrícolas y en huelga forzosa, por lo tanto, a los pobres trabajadores que se ven en la disyuntiva de emigrar o perecer de hambre*²⁷³.

Enquanto persistia o impasse envolvendo vários interesses, o comissário geral do Governo do Estado de São Paulo na Espanha, procurando acalmar os ânimos para que o fluxo não sofresse solução de continuidade, sugere às nossas autoridades algumas medidas, tais como a criação de um jornal local, em língua espanhola, ao qual se daria o sugestivo nome de *España - Organo de defensa de la colonia española en San Pablo*, cujas notícias deveriam ser enviadas aos jornais espanhóis, para que se pudesse influenciar positivamente a opinião pública.

Sugeria, ainda, que se criasse duas publicações em Madrid, uma pró-governamental, outra de oposição, as quais deveriam enviar correspondentes a São Paulo, para checarem as condições dos colonos e que, por intermédio de um deputado influente se tentasse interferir junto ao Governo espanhol a favor dos interesses brasileiros²⁷⁴.

No entanto, como persistissem os abusos e as reclamações por parte dos prejudicados, o Governo espanhol decide enviar um emissário especial do Conselho Superior de Emigração, Sr. Angel Gamboa Navarro, cuja missão “*seria proceder al estudio de las condiciones de los colonos españoles asentados en las fazendas del Estado*”²⁷⁵.

²⁷³ - Jornal *LA VOZ DE ESPAÑA*. Ano IX, nº 406. 19.03.1908, p. 5. Grifo nosso.

²⁷⁴ - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DA AGRICULTURA . Requerimentos Diversos. Caixa 7.299, 1909.

²⁷⁵ - GONZÁLEZ MARTÍNEZ, *Op. cit.*, 1990a, p. 175.

De pronto, o Sr. Gamboa, que fora recebido por um inspetor do porto de Santos, seguiu para S.Paulo, onde seria aguardado pelo Diretor da Hospedaria, para quem declarou que sua principal preocupação se prendia ao cumprimento dos contratos de trabalho de seus compatriotas.

Não há notícias de como teria procedido o emissário posteriormente, se realmente se deslocara para o interior em visita às fazendas e se houvera entrado em contato com os colonos. Sabe-se, no entanto, do efeito arrasador provocado por suas declarações e informes, os quais, publicados pelos jornais espanhóis davam conta da calamitosa situação em que se encontravam os imigrantes

*que se habían dirigido a Brasil seducidos por falsas promesas[...] que los reclutadores propagaban de pueblo en pueblo y de aldea en aldea: que se regalaban parcelas, ganado, aperos de labranza, entre otras; [relativo aos contratos de trabalho] los definia como ilusorios ya que las garantías no se respetaban y muchas cláusulas eran sustituidas según el capricho del hacendado*²⁷⁶.

Evidentemente que tais relatos não coincidiam com os boletins oficiais do Governo paulista, enviados por seu representante, em Barcelona, ao Conselho Superior de Emigração, o qual, diante do exposto, decide decretar a proibição da emigração para o Brasil, a 26.08.1910, através de um *Real Decreto*, conforme segue abaixo:

A propuesta del Ministro de la Gobernación, de acuerdo con Mi Consejo de Ministros y con arreglo a lo dispuesto en el artículo 15 de la ley de 21 de Diciembre de 1907.

Vengo en decretar lo siguiente:

Artículo 1. Desde la publicación de este Decreto y hasta nueva orden, queda prohibida la emigración de los españoles al Brasil con billete gratuito.

En su virtud, las Compañías navieras autorizadas para el transporte de emigrantes no podrán desde esta fecha celebrar contrato alguno para el transporte gratuito de emigrantes españoles a aquel país, ni los consignatarios expedir billetes en dichas condiciones.

Artículo 2. Los que contravinieren lo dispuesto en el artículo anterior, serán castigados con arreglo a lo preceptuado en los capítulos VI de dicha ley y VII del Reglamento para su ejecución.

²⁷⁶ - GONZÁLEZ MARTÍNEZ, E. *Op. cit.*, 1990a, p. 176.

Artículo 3. Las autoridades gubernativas, las Juntas locales de Emigración y los Inspectores de Emigración, velarán especialmente por el cumplimiento de lo dispuesto en este Decreto.

Dado en San Sebastián a veinteséis de Agosto de mil novecientos diez.

*Alfonso.*²⁷⁷

Polêmico, o relatório que teria motivado o Real Decreto proibindo a imigração subsidiada para o Brasil (diga-se, para S.Paulo), vai provocar acirrados debates que se travaram na Câmara dos Deputados, onde o Deputado Eloy Chaves, em discurso, a 14 de setembro de 1910, dizia:

Sr. Presidente, a notícia não contestada de que o Governo hespanhol recentemente decretou a prohibição da emigração para o Brazil, me traz a esta tribuna.

Si esse decreto não se baseasse, como se diz que se baseou, no relatório de um emissário que o dito governo mandou ao Estado de S.Paulo, nada teria eu a dizer; seria um acto da administração interna daquelle paíz, que absolutamente escaparia ao nosso exame.

No entretanto, o que é corrente é que a prohibição da sahida dos hespanhois para o Brazil se baseou no relatório de um Sr. Gambôa, que aqui esteve e que percorreu rapidamente o estado de S.Paulo.

Nesse relatório, que é um monturo de infamias, de inverdades, de calumnias e descabelladas fantasias, não é só attingido o meu Estado, porém todo o Brazil.

Assim, é que o Sr. Gamboa afirma, por exemplo, que no Brazil, no Estado de São Paulo, não ha garantia individual, não ha justiça; que as filhas dos colonos são polluidas, são defloradas pelos fazendeiros; que estes não pagam os salários; que os hespanhois que aqui chegam não teem onde se abrigar, e que, quando chegam às fazendas, são lançados em pocilgas immundas, ficando, às vezes, sem tecto e sem pão [...].

*[...] não posso deixar, em nome de meu Estado, de extranhar que aquelle governo, si teve necessidade de tomar uma medida de ordem a assegurar braços para a Hespanha, ao ter de tomar uma medida que fizesse cessar o exodo dos seus concidadãos, que estão abandonando em massa o paíz, não o tivesse feito abertamente, com declaração dos motivos reais, mas tivesse procurado um pretexto, que, além de falso [...]*²⁷⁸.

²⁷⁷ - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DA AGRICULTURA. Requerimentos Diversos. Caixa 7381, 1910.

²⁷⁸ - ANNAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Transcrição da Ata da Seção de 14.09.1910, pp.383/4.

Apesar da repercussão do Boletim Oficial e até mesmo da decretação da proibição da imigração subsidiada para o Brasil, não se pode deixar de notar que não se proibia a imigração indiscriminadamente, ou seja, o decreto recaía tão somente sobre as subvenções que eram concedidas aos interessados. Em outras palavras, o Governo espanhol, assim agindo, não se manifestava frontalmente contra a imigração que se destinava ao Brasil, apenas lhe impunha algumas restrições, que, de todo, não a impediam.

Pelo teor dos debates travados na Câmara patenteia-se não apenas a irritação e a contrariedade pela decretação do *Real Decreto* suspendendo os subsídios para imigrantes que se destinassem ao Brasil, mas, igualmente, deixa entrever a importância que a corrente oriunda daquele país já representava no cômputo geral das entradas.

Consta, inclusive, que

*Foi preciso que se abrissem perspectivas da expansão para a lavoura cafeeira com o aumento dos preços internacionais do café, a partir de 1909 e 1910, e que a Espanha seguisse o exemplo da Itália, proibindo a imigração subsidiada para o Brasil para que o poder público estadual, desejando ampliar substancialmente a oferta de trabalhadores por meio da imigração, adotasse medidas que beneficiassem o conjunto dos trabalhadores agrícolas*²⁷⁹.

No entanto, continuava a repercutir na Espanha as condições a que eram expostos seus conterrâneos, pelos relatos apresentados pelos repatriados que chegavam do Brasil:

Espanhóis chegados a Sevilha, repatriados do Brasil narram que a vida nesse país especialmente no interior é angustiosa, pelos maus tratos que recebem dos patrões, pelos castigos

²⁷⁹ - SALLUM JR., Brasílio. *Op.cit.*, 1982, p. 138, referindo-se à criação do Patronato Agrícola, que limitava o arbítrio dos fazendeiros na elaboração e no cumprimento dos contratos de trabalho, bem como patrocinava gratuitamente as ações judiciais que os colonos precisassem mover contra aqueles. A análise apresentada por Thomas HOLLOWAY em “Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915”. In: *Estudos Economicos*. S.Paulo, 2, (6), 1972, p. 175, demonstra a eficácia do Patronato na solução dos impasses trabalhistas a partir de então.

*corporais que sofrem e pelos serviços rudíssimos a que estão submetidos. Muitos colonos, segundo narrativas dos jornais, padecem de fome e são obrigados a aceitar a situação, pois que se protestam desaparecem*²⁸⁰.

Havia, ainda, um outro fator que viria a interferir nesse fluxo, mais especialmente daquele proveniente da Andaluzia, que concorria com o Brasil na preferência dos espanhóis: tratava-se da rota para o Hawai, para onde partiam naturais de Málaga, Granada, Almería e Jaén.

*Da Espanha - país que como a Itália apresentava uma forte emigração por volta de 1907 -, muitos contingentes partiram do porto de Málaga, para se estabelecer no Hawai. Naquele mesmo ano, por exemplo, o vapor Heliópolis, de 10.000 toneladas, procedente da Inglaterra, partiu de Málaga, transportando 1.000 emigrantes (600 famílias) para o Hawai*²⁸¹.

O que ocorria de distinto com o Brasil, nesse caso, é que, além de ser gratuita, tal imigração, controlada pelos Estados Unidos, era mais ágil e aparentemente mais vantajosa. Além da gratuidade na passagem, os imigrantes recebiam ainda uma casa no valor de 4.000 pesetas e tinham direito a escola gratuita para os filhos menores; tinham vencimentos mensais e, decorridos três anos, se demonstrassem boa conduta e fossem bons lavradores, receberiam a casa e um lote de terra, para o que se exigia, então, a sua naturalização²⁸².

O sistema então adotado pelo Brasil, de bilhetes de chamada, acarretava muita espera por parte das famílias, até receberem a autorização para embarque. Em 1907, por exemplo, do volume chamado pela Antunes dos Santos, ou pelos próprios fazendeiros, havia sido possível embarcar apenas 20%.

Toda a problemática envolvendo a imigração de procedência espanhola, desde o incidente diplomático provocado pelo Relatório Gamboa, e que culminaria com a proibição da imigração subsidiada - na verdade, apenas uma restrição -, mais as questões relativas à mão-de-obra que estaria sendo desviada para o Hawai, associada à acirrada concorrência argentina, sempre na ordem do dia²⁸³, culminou numa reação do Governo brasileiro, que publica em Madrid um

²⁸⁰ - Jornal O ALPHA, Rio Claro, Ano X, nº 2.876, 4 de janeiro de 1911. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, p. 77.

²⁸¹ - HUTTER, L.M. Op. cit., 1986, p. 211.

²⁸² - HUTTER, L.M. Op. cit., 1986, p. 212.

²⁸³ - Esta nota, publicada na imprensa local, denota que a questão com a Argentina podia revelar várias nuances: *Na fazenda Bela Aliança no município de Campinas um colono foi espancado pelo administrador. E depois ainda querem atribuir o descrédito do Brasil à gente da Argentina. São estas bestas que afugentam os colonos e não imaginários agentes.* In: Jornal FÔLHA DO POVO, Ano I, nº 8, 7 de maio de 1908. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, p. 70.

jornal denominado *Brasil en España*, com o subtítulo *Periódico defensor de los intereses de ambos países* ²⁸⁴, em cuja edição de nº 32, de 25.09.1910, estabelece uma comparação das saídas contabilizadas no Porto de Almería, para o Brasil e para a Argentina - respectivamente 5.086 e 2.929 pessoas, no segundo semestre de 1910 -, que revelava um aumento global das saídas para o Brasil, de um ano para outro, isto é, de 1909 para 1910, da ordem de 3.978 pessoas.

Tentava-se com essa estatística, denunciar o interesse da Argentina em prejudicar o Brasil, com a divulgação de notícias desabonadoras que desviassem para lá os prováveis interessados a virem para cá. Insinuava-se também que todo o incidente Gamboa fora provocado com a intenção determinada por essa finalidade, enquanto se acusava aquele emissário de falsidade, argumentando-se que o pouco tempo em que permaneceu em S.Paulo não fora suficiente para avaliar pessoalmente as denúncias que relatara.

Tal atitude do país vizinho não se justificaria até certo ponto, pois, sem pretender empreender uma análise comparativa entre os ciclos econômicos argentino e brasileiro, os quais, evidentemente, puderam garantir mais altos índices de demanda a um ou outro país, a observância do Quadro XVIII indica que, se de 1890 a 1898 a imigração bruta para o Brasil havia superado a orientada para aquele país, o mesmo não vinha ocorrendo de 1899 em diante e até 1913, quando, além de superarem os fluxos que vieram para o Brasil, apresentaram, em alguns anos, significativas diferenças a maior, como no período compreendido entre os anos de 1907 a 1910.

²⁸⁴ - In: GONZÁLEZ MARTÍNEZ, E. Op. Cit., 1990a, p. 180.

QUADRO XVIII

IMIGRAÇÃO ANUAL BRUTA PARA A ARGENTINA E PARA O BRASIL (séries anuais) 1890-1913

ANO	ARGENTINA	BRASIL
1890	77.815	107.474
1891	28.266	216.760
1892	39.973	86.203
1893	52.067	134.805
1894	54.720	60.984
1895	61.226	167.618
1896	102.673	158.132
1897	72.978	146.362
1898	67.130	78.109
1899	84.442	54.629
1900	84.851	40.300
1901	90.127	85.306
1902	57.992	52.204
1903	75.227	34.062
1904	125.567	46.164
1905	177.117	70.295
1906	252.536	73.672
1907	209.103	58.552
1908	255.710	94.695
1909	231.084	85.410
1910	289.640	88.564
1911	225.772	135.967
1912	323.403	180.182
1913	302.047	192.683

Fontes: Para o Brasil: REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Ano I, nº 4, Outubro de 1940. Para a Argentina: Dirección Nacional de Migraciones, Memoriales Anuales, Buenos Aires. Apud: GRAHAM, Douglas. “Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro - 1880-1930”. In: ESTUDOS ECONÔMICOS. Volume 3, nº 01, S.Paulo, IPE/USP, 1973, p. 33. Foram aproveitados dados parciais da tabela original do autor.

No entanto, para avaliarmos o que de concreto significará nos fluxos imigratórios espanhóis que se destinavam ao Brasil tais restrições impostas pelo Governo espanhol, é necessário recorrer a algumas estatísticas.

Sabemos, de antemão, como se processavam as saídas clandestinas por Gibraltar, e por outros portos, especialmente portugueses.

Pois bem, tomemos como exemplo o próprio ano de 1910, em cujo mês de setembro – em que teria ocorrido a proibição da imigração subsidiada -, foram

registrados, por exemplo, 814 passageiros de terceira classe ingressando pelos portos da Europa, aí considerado inclusive o porto de Gibraltar. Para outubro, e considerando a mesma categoria de passageiros, saídos igualmente por portos europeus, temos 297, evidenciando, sem dúvida, um declínio; porém, já para novembro, temos 432, num claro sinal de reação ²⁸⁵.

No entanto, e tomando-se como base todo o ano de 1910 numa tentativa de avaliar o coeficiente que escapava aos controles oficiais espanhóis, temos inicialmente o montante ingressado pelo Porto de Santos, conforme discriminado no Quadro XIX.

QUADRO XIX

PROVENIÊNCIA DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS INGRESSADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1910.

Europa	12.115
África (Tenerife e Las Palmas)	172
América do Norte	2
Argentina e Uruguai	883
Brasil	164
TOTAL	13.336

Fonte: Dados da Inspeção de Imigração do Porto de Santos. In: ARQUIVO DO ESTADO DE S.PAULO.REQUERIMENTOS DIVERSOS. Caixa 7.317, ano 1910. Elaboração própria.

Do total embarcado na Europa - 12.115 pessoas -, apenas 10.009 haviam embarcado em portos espanhóis (vide Quadro XX), e, portanto, os demais 2.106 imigrantes espanhóis eram procedentes de outros portos, indicando, muito provavelmente a imigração de caráter clandestino, aqui significando percentualmente 17,38%, revelando, assim, que sobre este percentual não havia qualquer registro de saída ou controle dos órgãos oficiais espanhóis.

QUADRO XX

PORTOS ESPANHÓIS DE PROVENIÊNCIA DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS INGRESSADOS NO ESTADO DE S.PAULO ATÉ SETEMBRO DE 1910.

²⁸⁵ - Numa consulta aos dados mensais, pudemos observar que sua oscilação era bastante grande; temos, como exemplo, 675 ingressos em janeiro, para 259 em fevereiro; porém, temos também 2.433 em maio, para 1.693 em junho.Cf. "Movimento de embarcações e passageiros" da Repartição da Polícia do Porto de Santos. In: Arquivo do Estado de S.Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos, Caixa 7317, ano 1910.

Almería	7.452
Vigo	1.244
Málaga	836
Barcelona	217
Cádiz	186
Valencia	30
Coruña	26
Villa Garcia	14
Bilbao	4
TOTAL	10.009

Fonte: Dados da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos. In: ARQUIVO DO ESTADO DE S.PAULO. REQUERIMENTOS DIVERSOS. Caixa 7.317, ano 1910.

Se, e agora utilizando os números totais de ingressos de imigrantes espanhóis no Brasil, somarmos a este total supostamente clandestino e egresso provavelmente de Gibraltar o restante procedente de outros países, excetuando-se a Espanha e desconsiderando-se a circulação interna, da ordem de 164 pessoas (883 procedentes dos países do Prata, 172 da África e 02 da América do Norte), a cifra alcança o montante de 3.163 pessoas; em outras palavras, 24% dos imigrantes espanhóis entrados no Brasil neste período, o fizeram sem qualquer respaldo ou controle oficial do governo espanhol.

Outra questão que pode igualmente ser considerada na esteira desta, é aquela pertinente à circulação que se verificava, não apenas entre os portos brasileiros e os do Prata, mas, igualmente as saídas que se registravam para a Europa. Considerava-se que os espanhóis

*apresentam maior número de agricultores [...] na sua maior parte subsidiados [e] apresentam a maior porcentagem dos saídos. Mais do que a metade dos imigrantes espanhóis saídos, foram com destino a Buenos Aires*²⁸⁶.

Infelizmente não conseguimos obter os números que deram suporte a tal afirmação e sequer temos como demonstrar como teria se dado esse movimento para o primeiro decênio.

De qualquer modo, tal diagnóstico - apresentando os espanhóis como os imigrantes com maior índice de saídos -, contrasta com os dados globais abrangendo os anos de 1905-1925 (vide Quadro XXI), onde estão considerados não apenas os portos do Rio da Prata, mas igualmente as saídas para a Europa,

²⁸⁶ - Relatórios da Secretaria da Agricultura, 1908, p. 157.

para a América do Norte e também para os portos brasileiros, indicando, muito provavelmente, alguma variável específica que teria incidido sobre esse fator, nos anos iniciais dos fluxos maciços.

Tais dados demonstram, ao contrário, que o imigrante espanhol estava dentre aqueles que apresentaram, no período, o maior índice de fixação, despontando, aliás, como o grupo europeu a atingir o mais alto índice, a despeito de ser, a nosso ver, bastante elevada essa porcentagem.

QUADRO XXI

COEFICIENTE GERAL DE FIXAÇÃO DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS COMPARADOS AOS PRINCIPAIS CONTINGENTES

ENTRADAS E SAÍDAS - PORTO DE SANTOS 1905-1925

NACIONALIDADES	ENTRADOS	SAÍDOS	%DE FIXAÇÃO
Japonesa	48.542	9,5%	90,5%
Espanhola	192.206	44,5%	55,5%
Portuguesa	211.192	53,9%	46,1%
Alemã	30.198	70,9%	29,1%
Brasileira	45.421	76,7%	23,3%
Italiana	180.061	64,4%	15,6%

Fonte: RELATÓRIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. Ano 1927.

Os dados que compõe os Relatórios da Secretaria da Agricultura quanto à questão das saídas – pelo Porto de Santos -, nos permitem uma maior compreensão do fenômeno. Temos, assim, para os anos de 1911 a 1919 (Quadro XXII), a possibilidade de formular um comparativo dos fluxos que se destinavam a Europa - provavelmente os retornados -, e daqueles que apenas circulavam pelos países sul americanos, provavelmente em busca de melhores oportunidades.

QUADRO XXII

MOVIMENTO COMPARATIVO SAÍDAS DE IMIGRANTES ESPANHÓIS PELO PORTO DE SANTOS

COM DESTAQUE PARA EUROPA E RIO DA PRATA ANOS 1911/19

ANO	ENTRADAS	SAÍDAS	
		EUROPA	RIO DA PRATA
1911	17.862	1.913	2.278
1912	28.987	2.993	2.893
1913	33.066	3.604	3.985
1914	14.903	4.121	3.366
1915	4.369	2.374	2.330
1916	7.409	1.999	1.589
1917	9.691	1.383	1.940
1918	1.930	226	2.072
1919	3.773	1.697	2.004
TOTAIS	121.990	20.310	22.457

Fonte: Dados obtidos dos RELATÓRIOS ANUAIS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. Elaboração própria.

Os dados sinalizam para alguns indicadores:

A) As saídas verificadas para o Rio da Prata no período (22.457 pessoas), significaram 18% no cômputo geral das entradas, enquanto que as saídas para portos da Europa - indicando a cifra dos retornados -, totalizaram 16%. As duas cifras, tão próximas, não indicam, portanto, que as saídas para o Rio da Prata, mais especificamente para a Argentina, superassem em muito as saídas para a Europa, muito embora o trânsito pelos portos do Prata não possa ser considerado irrisório.

Além de considerável, esse trânsito era, de certa forma, incentivado pela política imigrantista, haja vista a possibilidade de obtenção do reembolso das despesas com as passagens de volta, procedimento este que encerrava o seguinte trâmite e era encaminhado ao Secretário dos Negócios da Agricultura²⁸⁷:

Christóbal Cano Casquet tendo chegado a Santos procedente de Buenos Aires, pelo vapor Savoia no dia 08 de abril do corrente ano [1911] e tendo aceito os favores da lei que autoriza a restituição da importância que despendeu com as passagens de terceira classe para si e sua família vem requerer vos digneis mandar seja feita dita restituição [...].

Junto a esta petição, encontramos:

- uma *cédula personal* do ano de 1905, nº 3427647, da província de Málaga que identificava o dito emigrante, então com 17 anos de idade, como sendo natural de Vera, na Almería.
- Bilhete de embarque, da Cia. de Navegação italiana *La Veloce*, nº 57440, datado de 04.04.1911, de Santos para Buenos Aires (Vapor

²⁸⁷ - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. Caixa 7376, ano 1911, pasta 2306. Grifos nossos.

Savoia), para: Cristóbal Cano, 24 anos; Maria Cano, 22 anos; Francisca, 2 anos e Catalina 4 anos.

- c) Atestado do Juiz de Paz de Ariranha, datado de outubro de 1911, confirmando que o imigrante havia trabalhado como colono agrícola na fazenda Marcos pertencente ao Sr. Lorenzo Marcos Encinas, em Ariranha, Município de Monte Alto, Comarca de Jaboticabal, onde havia permanecido pelo espaço de 3 anos, até 1909, com a mulher e um filho, de onde teria se ausentado, retornando em abril do corrente ano.
- d) Declaração do fazendeiro Lorenzo Marcos Encina (10/1911) atestando que o imigrante teria trabalhado por 3 anos em sua fazenda, de onde teria se retirado para a Argentina, de onde regressara em abril do corrente ano.
- e) Requerimento assinado pelo diretor do DET - Departamento Estadual do Trabalho, datado de 12/12/1911, atestando que o imigrante *expontaneo* procedia de Buenos Aires e assegurando estarem “*os documentos em regra e a localização de acordo com o regulamento em vigor -, parece que o presente requerimento poderá ser deferido, restituindo-se a importancia de 61,45 pesos [...]*”.

B) A cifra de retornados (16%), nos parece igualmente elevada; não podemos, entretanto, esquecer que eram possivelmente encabeçadas pelos imigrantes pertencentes às grandes levas de 1905 e 1906 (22.128 e 20.346 respectivamente), os quais teriam teoricamente a partir desse decênio condições de arcar com as despesas da volta, dependendo, naturalmente, de outras variáveis envolvidas referidas ao contexto local, mas também a questões de ordem pessoal.

Temos, a esse propósito, um interessante depoimento que, de certo modo, pode esclarecer a questão: um dos depoentes, o Sr. Tercifon Cabrera, quando inquirido por nós sobre o porquê de seu pai, com a quantia amealhada de sua passagem de sete anos como colono de uma fazenda, ter preferido adquirir a primeira (de outras tantas posteriormente) pequena propriedade da família, em 1911, ao invés de retornar para a Espanha, respondeu taxativamente: “*custava mais conto pr’a ir embora, a passagem era muito cara!*”.

Essa pode ser considerada uma versão, porém, há outras apontadas pelos depoimentos e que sinalizam para impedimentos de toda ordem, inclusive de nível pessoal e familiar, pois, é bom lembrar, o imigrante que constituía família no Brasil, tinha filhos brasileiros, e esses, quase sempre, não revelavam interesse em viver na Espanha:

Eu tinha uns 20 anos... então ele [o pai] queria vender o sítio pr’a ir pr’a Espanha...; sabe quanto davam no sítio dele? 100 contos! Nossa senhora! O finado meu pai disse que com esse 100 conto lá na Espanha ele era o

mais rico do pueblo, ele falava assim pr'a nós...; e ele fava assim: 'aí, nós indo lá na Espanha, vocês – nós era três moça já, a mais velha era eu – vão casar com o homem mais rico que tiver lá!'. Eu disse: 'olha pai, não me interessa, não quero saber da Espanha' [risos] ²⁸⁸.

A cifra das entradas, podem, ainda, conter números de reingressados: temos relatos de que a permanência dos retornados na Espanha era quase impossível, quer seja concretamente porque a situação do país era ainda muito difícil, o que obrigava o colono a voltar ao Brasil, quer seja porque o colono retornado geralmente deixava no Brasil seus familiares, filhos, noras, genros, netos, e esta contingência provocava seu desajustamento social.

[Meu pai] ele nunca gostou do Brasil, se ele tivesse dinheiro, quando nós viemos, ele não ficava seis meses no Brasil. Era pr'a ele ir embora, com aquele dinheiro [que conseguiu, depois de trabalhar como colono], ele queria ir, minha mãe não queria [...] daí ele veio aqui passear [arredores de Villa Novaes], ele tinha aqui um conhecido [...] que já tinha sítio aí, e aí chegou aí e o homem garrou por na cabeça dele que não fosse, que comprasse: 'eu não vou comprar, eu vou embora pr'a Espanha, colho o café, vendo - e nós era meeiro - e vou embora pr'a Espanha'...

[Muitos anos] depois que veio aqui [que adquiriu a propriedade e se estabeleceu], tornou ir pr'a lá [para a Espanha] e aí morreu lá e não veio mais. Ele veio de lá pr'a cá, ficou dois anos, tornou ir pr'a lá e daí sete anos que estava lá faleceu. Quando ele voltou pr'a lá, nós já trabalhávamos os seis em Bebedouro, daí a quinze anos ²⁸⁹.

[Meu pai voltou para a Espanha] pr'a vender o casebre que ele tinha lá, que ele deixou com mobília e tudo [...]; Era 1920, e lá tava pior do que quando ele deixou! ²⁹⁰.

C) Pelo menos durante duas oportunidades (anos 1915 e 1918) revelou-se um movimento negativo, ou seja, houveram mais saídas que entradas: em 1915, saíram 4.704 imigrantes para 4.369 entrados, enquanto que em 1918 saíram 2.298 para 1.930 entrados. Em 1915, as saídas se distribuíram equitativamente para a Europa e para o Rio da Prata, enquanto que em 1918 somente uma pequena quantidade dirigiu-se a Europa, tendo o fluxo se concentrado quase que exclusivamente para o Rio da Prata.

No tempo que eu podia ir, formou aquela Guerra Mundial, tem lembrança? E a coisa daí pr'a cá foi piorando, foi ficando difícil viajar,

²⁸⁸ - Fragmento de depoimento. D.Teodora Dias, nascida no Brasil poucos dias após seus pais terem chegado da Espanha. Vila Novais, 1980.

²⁸⁹ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981.

²⁹⁰ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Vila Novais, 1981.

*arrumar documento e uma coisa e outra, né?! E cada vez pior, e aí eu parei, não fui; mas se continuasse tudo como tava, tudo calmo, eu ia*²⁹¹.

D) Nestes nove anos computados, a porcentagem de saídos foi de 35%, percentual inferior se comparado àquele do quadro anterior, onde estava considerado um período de 20 anos.

Assim, apesar de não dispormos dos dados de retornados e saídos para a primeira década do século, quando os espanhóis representavam então aproximadamente 24% do contingente total de imigrantes, temos, em contrapartida condições, uma vez reunidas todas as indicações dispostas no Relatório da Secretaria da Agricultura de 1908, de promover uma aproximação das características desse imigrante e destacar algumas peculiaridades desse grupo quando confrontado com o italiano e com o português (vide Quadro XXIII).

QUADRO XXIII
DADOS COMPARATIVOS
IMIGRAÇÃO ESPANHOLA, ITALIANA E PORTUGUESA
ANO 1908

	ESPAÑHOLA	ITALIANA	PORTUGUESA
Nº entradas - total	8.375	9.340	11.773
Nº de famílias	1.336	1.545	1.438
Indivíduos sem família	1.885	4.347	6.650
SEXO: - masculino	4.990	6.265	8.445
- feminino	3.385	3.075	3.328
INSTRUÇÃO:			
- não sabem ler	5.834	4.443	8.087
- sabem ler	2.541	4.724	3.686
ESTADO CIVIL			
- casados	3.112	4.443	5.406
- solteiros	5.022	4.432	6.058
- viúvos	241	465	309
PROCEDÊNCIA			
- África	31	--	926
- EUA	01	88	13
- Argentina e Uruguai	1.072	2.034	135
- diversos	408	339	858

Fonte: INSPECTORIA DE IMMIGRAÇÃO NO PORTO DE SANTOS.

In: RELATÓRIO DE AGRICULTURA, 1908, p.155. Quadro elaboração própria.

A par das múltiplas sugestões comparativas reveladas pelo cotejamento dos dados planteados para as três correntes majoritárias, como constituição familiar, composição percentual entre os sexos masculino e feminino, índice de analfabetismo, margem de circulação interna entre os três países do cone sul, e

²⁹¹ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981.

tantos outros, o dado referente aos *indivíduos sem família*, na amostragem, merece destaque e consideração especiais no referente ao caso espanhol.

Como se sabe, um dos requisitos para a subvenção da passagem residia no fato de os imigrantes se constituírem em famílias, com um número determinado de pessoas aptas para o trabalho; tais indivíduos, portanto, vinham às próprias expensas e eram os chamados *espontâneos*, isto é, não subsidiados.

Tais *indivíduos sem família*, eram também, muito provavelmente, clandestinos, hipótese esta reforçada pelo fato de que, neste mesmo ano de 1908, a maior demanda para Santos ter sido representada pelo Porto de Lisboa (seguido por Gênova, Buenos Aires, Leixões e Málaga).

Ora, quando se sabe que o grosso da emigração clandestina espanhola ou saía por Gibraltar – especialmente aquela cujo destino era o Estado de S.Paulo -, ou saía pelos portos portugueses de Lisboa e Leixões (Porto) – tipificando uma outra corrente, proveniente de outras regiões daquele país -, é de se supor que esta categoria, a dos *indivíduos sem família*, fosse constituída de emigrantes espontâneos²⁹² e, muito provavelmente clandestinos.

Na verdade, tais categorias são complementares, sob certa ótica, porém encerram questões de naturezas distintas: *espontâneos* eram aqueles imigrantes que muito provavelmente não logravam cumprir com as exigências para a obtenção do subsídio concedido pelo Governo brasileiro, enquanto que *clandestinos* eram os imigrantes que não conseguiam cumprir ambas as exigências, a do comissário brasileiro e a do governo espanhol.

Tal emigrante *espontâneo*, clandestino ou não, deveria desembolsar, assim, o valor de uma passagem inteira, que, para um espanhol ou para um português, no ano de 1907, custava cerca de 5 libras e 17 shillings, o equivalente a 93\$114²⁹³.

²⁹² - Somente a partir de 1913, pelo Decreto nº 2400, de 09/07, também os emigrantes *espontâneos* poderiam requerer à Secretaria da Agricultura a restituição do preço das passagens, desde que fossem constituídos por famílias, com pelo menos 3 pessoas aptas para o trabalho, maiores de doze anos (Artigo 101). Tal restituição foi suspensa pelo decreto 2533, de 16/09/1914. Cf. COLLECÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1914. Tomo 24. S.Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1915, p. 91, 92. Apud: HUTTER, L.M. *Op. cit.*, 1986, p. 76.

Também o imigrante solteiro, com menos de 21 anos de idade, que viesse juntar-se a seus pais na lavoura, podia beneficiar-se desse decreto (Parágrafo único). DECRETO nº 2400, DE 9 DE JULHO DE 1913 (manda observar a consolidação das leis, decretos e decisões sobre a imigração, colonização e patronato agrícola). S.Paulo, Typ. “Diário Oficial”, 1913.

²⁹³ - As outras nacionalidades européias pagavam 6 libras e 10 shillings (103\$460). In: Decreto 542, de 17.12.1907 (Collecção das Leis e Decretos do Estado de S.Paulo de 1907. S.Paulo, 1908, t. 17, p.516). Apud: NOGUEIRA, Arlinda Rocha. A imigração japonesa para a lavoura paulista, 1908-1922. S.Paulo, IEB/USP, 1973, p.128.

CAPÍTULO II

MARCHANDO PARA O DESCONHECIDO: A travessia e a chegada

Meu pai era uma irmandade, e a mãe deles se pôs de vir para o Brasil, a minha avó Joana, e os filhos se vieram todos com ela...; eles eram da Província de Almería, meus pais já vieram casados, ele chegou com 26 anos e a minha mãe, com 25.

Minha avó quis vir para o Brasil, porque ela tinha os filhos, acho que ela não queria que servissem o Governo, ela tinha cinco [filhos] homens; quando ela se veio, não tinha nenhum prá servir o Governo, mas já tinham iniciado viagem, né?!

Vieram 19 dias de navio [...], minha mãe ela não podia viajar, ela veio com o rosto tampado, diz que não podia ver nada, sem poder comer, criando um menino de cinco meses que ela não deu de mamar pr'a esse menino; ele mamou de todas as mulheres que vinham amamentando no navio; minha avó nem punha ele pr'a mamar, ela [a mãe] tava tão ruim, ela quase morreu. Por fim, diz que já quase jogavam ela no mar! [risos]
294

O manifesto reconhecimento de D. Ana Garcia quanto às motivações que teriam pesado na decisão de emigrar, relacionadas à questão de *servir ao governo*, traduz, em verdade, uma realidade que os contemporâneos denominaram de *el desastre* e a qual os historiadores espanhóis se referem como *crise de fin de siglo*.

Com efeito, tal crise, que culminara com *el desastre*, já referida nos capítulos precedentes, relacionava-se especialmente à política colonial e à perda sucessiva das colônias de ultramar - Porto Rico, Cuba, Filipinas -, e suas consequências mais imediatas, como a guerra com os Estados Unidos. Referia-se também à questão de Marrocos, cuja recuperação se tentava há muito. Isto redundava

²⁹⁴ - D. Ana Garcia, cujos pais e avós chegaram em 1906. Ela teria nascido no Brasil, em 1910. Fragmento de depoimento. Vila Novais, 1981.

*En el desastre real sufrido por el pueblo español en sus capas económicamente más débiles en ocasión de la guerra y como consecuencia de la misma (familias diezmadas por el envío, irremisible del hijo a ultramar, bajas en la contienda, crisis de subsistencias en la Península; situación sanitaria y merma de la capacidad laboral en buena parte de los repatriados) [...]. Pero hubo un desastre-realidad social, multiplicado innumerables veces a escala personal y familiar, que no ha sido, hasta la fecha, suficientemente analizado*²⁹⁵.

Com efeito, implícita na decisão de embarcar, haviam outras questões concretas a resolver, como o traslado até o porto de embarque.

Caso o imigrante previamente recrutado pelos *ganchos* que percorriam os *pueblos* pudesse fazê-lo de maneira legal - isto é, não precisasse recorrer ao embarque clandestino -, o bilhete de embarque familiar lhe era concedido no porto de embarque, onde assinava uma declaração em que afirmava ser agricultor, dirigindo-se ao trabalho no campo e que nada havia pago em troca da passagem²⁹⁶.

No caso de bilhetes de chamada, em que o imigrante e sua família viajavam respondendo a uma chamada de um parente ou amigo, o pedido, às Companhias de Transporte, era encaminhado por algum fazendeiro, sobre quem igualmente recaía a responsabilidade perante o Estado de que o beneficiário seria admitido em sua fazenda.

Haviam ainda os imigrantes espontâneos, já referidos. Estes, caso cumprissem algumas exigências, como estar constituídos em família, com, pelo menos, três pessoas aptas para o trabalho, poderiam requerer, após a chegada, a restituição do valor pago à Secretaria da Agricultura, juntando o comprovante da

²⁹⁵ - TUÑON DE LARA, Manuel (org.). Op.cit., 1983, p. 386. Grifos nossos. *Mermar*: perder, esgotar.

²⁹⁶ - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Colonização, imigração e despesas. Caixa 4309, 1898.

passagem e uma declaração de que se encontrava empregado numa fazenda.

A questão com os clandestinos se dava de maneira distinta. Embora haja muitos indícios de que tenha sido bastante numeroso o contingente assim embarcado, não se tem como estabelecer uma cifra aproximada. Gibraltar apresentava, ademais, a vantagem de estar estrategicamente colocado, sendo rota quase obrigatória à maioria dos navios que se dirigiam a América provenientes do norte da Europa e da Itália; além do mais, era um porto estrangeiro e tinha uma sucursal da Antunes dos Santos & Cia., importante recrutador de emigrantes espanhóis.

Os interessados nesta modalidade de embarque para lá se encaminhavam, depois de um périplo de trem dos que vinham das províncias do interior e de uma travessia marítima em pequenas embarcações até o Porto Mayorga, daqueles provenientes da Andaluzia e Múrcia, províncias costeiras.

Aqueles que vinham de trem desciam na Estação de S.Roque, que distava da fronteira (Línea de La Concepción) o equivalente a uma caminhada de três horas. Somente aqui é que se acertava a travessia a Gibraltar.

Aos domiciliados em Campo, cidade fronteiriça, a operação de obtenção de autorização para passar a fronteira era coisa simples, porém, aos não domiciliados, exigia-se, através dos *ganchos* e mediante um pagamento extra, a obtenção da concessão.

Uma vez obtida a autorização, chegava-se a Gibraltar, onde não se permitia a sua permanência até o embarque, que necessitava de quórum para realizar-se. Voltavam, então, a Línea de La Concepción, onde, apesar de não terem dispêndio com a passagem propriamente, eram espoliados pelos donos de pensões²⁹⁷.

*Era lo corriente que centenares de aquellos desdichados tuvieran que aguardar días, semanas y aun meses la llegada del buque que les transportara. Y hasta agotar sus recursos primero, y pobres en indigencia doliente después, permanecían en espera aniquilante en la Línea de la Concepción [fronteira], a las mismas puertas de Gibraltar, ofreciendo un cuadro triste y bochornoso ante aquella colonia inglesa*²⁹⁸.

Três dias depois da partida, chegamos a Gibraltar. Centenas de criaturas, como nós, em fila indiana, esperavam a vez de subir na lancha que nos levaria ao enorme navio que nos esperava à distância da barra

²⁹⁷ - Vide ANEXOS, Mapa V – Andaluzia e norte da África, p. 346.

²⁹⁸ - LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA TRANSOCEÁNICA. 1911-1915. Madrid. Hijos de T.Minuesa de los Ríos. 1916, p. 118. Apud: MARTÍNEZ GONZÁLEZ, E. Op. cit., 1990a, p. 94/5.

[...]. Chegou a nossa vez. À tarde o navio partia. E lá íamos nós para a América – a engrossar os milhares de imigrantes que iriam substituir o braço escravo do negro, há pouco “libertos” no Brasil.

Lançados no porão do navio, chamado terceira classe, houve a separação de homens e mulheres. Estas ficaram todas juntas em um salão e os homens em outro. Só faltavam as correntes, o resto era igual.

A comida era intragável. Nos primeiros dias todos vomitavam. A diarreia era uma constante.

Vários dias depois chegamos a Dacar, capital do Senegal, na costa africana. Ali, pela primeira vez, vi os negros...²⁹⁹.

Impresso no verso da passagem, o cardápio oferecido aos imigrantes, no navio, era mais ou menos o seguinte: no café da manhã (*desayuno*), às 7 horas, café ou chá com leite e açúcar, pão e manteiga; No almoço e no jantar, um prato de carne ou peixe, acompanhado com legumes ou verduras, pão e ¼ de litro de vinho³⁰⁰.

Para os legalmente embarcados e com subsídio, as condições operacionais de embarque e de chegada não diferiam:

Nós embarcamos em Málaga...; de Málaga que nós embarquemos, lá onde nós pegamo o trem, que esse trem fica a cinco léguas de onde nós morava, né?! De lá, [Cáceres, na Extremadura], em Málaga, nós gastemo um dia de trem. [Quando chegamos no Brasil] fiquemos num hotel, uma casa de imigrantes por dois ou três dias, por conta do Governo, acho que era na Hospedaria; tratavam como animal, a porrete, a gente passava até fome lá! Passava fome! Quem tinha dinheiro ainda comprava qualquer coisa, uma bolacha, uma coisa, mas quem não tinha ...; era tudo largado; teve muito pessoal que ficou ilhado aqueles três dias conosco, que dormia no chão, não tinha nem um colchão para dormir. Crianças, mulheres, tudo lá, largado, e fome de vontade³⁰¹.

Chegamos, depois de horas de viagem, pelo antigo trem dos ingleses, à Imigração da Visconde de Parnaíba. Verdadeira Torre de Babel. Centenas de espanhóis, italianos, russos, rumenos, falando, gesticulando,

²⁹⁹ - DIAS, Eduardo. Um imigrante e a revolução, memórias de um militante operário, 1934-1951. S.Paulo, Brasiliense, 1983, p.16.

³⁰⁰ - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos, Caixa 7496, 1916. Esse cardápio pertencia à *Vapores Correos Pinillos Izquierdo & Cia.*, empresa espanhola.

³⁰¹ - Assim se referia o Sr. Ildefonso Blasque Sánchez, 85 anos, que, em 1905, aos nove anos de idade chegara com sua família proveniente de Cáceres (Extremadura). Fragmento de depoimento. Vila Novais, 1981.

*gritando... mais parecia um “canil” [...]; ficava-se ali três dias. Não mais. Era preciso dar lugar aos outros que vinham*³⁰².

À época do ingresso maciço de imigrantes, a Hospedaria - que viera suceder a outros alojamentos menos equipados -, era o local para onde inicialmente eram encaminhados todos aqueles que, havendo desembarcado em Santos, pretendessem seguir viagem para as fazendas.

De 1893 a 1930, mais de 60% dos imigrantes para S.Paulo passaram pela Hospedaria, distribuídos nas categorias de subsidiados e espontâneos, mas também nela se instalavam os migrantes brasileiros e mesmo os estrangeiros que chegavam pela ferrovia. Havia ainda a categoria dos retornados, uma categoria meio difusa, que não implicava em registro anterior na Hospedaria, composta de pessoas interessadas, no mais das vezes, em conseguir emprego, podendo ser estrangeiras ou mesmo brasileiras.

Fisicamente, a Hospedaria, que fora planejada para alojar no máximo 4.000 pessoas - mas que em determinados períodos chegou a receber 10.000 -, se compunha de um andar térreo ocupado por escritórios, uma casa de câmbio, um ambulatório, cozinha, refeitório e dispensa. No andar superior, ficavam os dormitórios. Em um anexo, ficava o local onde os recém chegados encontravam os empregadores, existindo neste local intérpretes italianos, espanhóis e depois, japoneses. Seu regulamento variou no decorrer dos anos, mas, de modo geral, estabelecia que os recém chegados ali podiam permanecer por quatro a oito dias, com duas refeições diárias e atendimento médico.

Nos primeiros vinte anos, durante os quais por lá passaram 900.000 pessoas, cada dormitório era simplesmente um salão nu, com espaço para 600 ou 700 homens, mulheres e crianças dormirem no chão, sobre esteiras entregues à chegada e devolvidas à saída.

As instalações sanitárias consistiam em uma latrina dividida em dez compartimentos para cada dois dormitórios e havia uma torneira e tina no pátio interno, para beber água e lavar-se.

As crianças sofriam mais que os adultos. As de sete até onze anos de idade recebiam metade da ração alimentar de um adulto; as de três a seis anos recebiam um quarto da ração; e as de menos de três anos nada recebiam, a não ser o que com elas as suas famílias podiam dividir. As crianças eram mais suscetíveis às doenças, que se geravam na imundície e se propagavam rapidamente em condições de promiscuidade.

³⁰² - DIAS, E. Op.cit., 1983, p.16.

Vigias patrulhavam os prédios dia e noite para reduzir a incidência de roubo, e guardas nas entradas cuidavam para que ninguém saísse sem autorização e ninguém entrasse senão a serviço oficial.

Imigrantes e cônsules protestavam contra o sistema de segurança, que transformava a Hospedaria numa prisão da qual só se escapava assinando um contrato para trabalhar em fazenda de café e tomando um trem para o interior.

Em 1906, a Hospedaria foi remodelada [...]. Ao mesmo tempo, o escritório de contratação foi reorganizado para reduzir os casos de fraude [...] e a Agência começou a registrar as cláusulas de cada contrato de trabalho, e os fazendeiros e seus agentes de contratação tinham que registrar-se no escritório de empregos³⁰³.

1. A fazenda, as relações no colonato e as modalidades contratuais:

Nós viemos direto num parente; ele mandava carta, então meu pai já sabia o endereço certo, então nós viemos para Bebedouro, para a casa dele³⁰⁴; depois que estávamos na casa dele, passamos uns dias, e meu pai arrumou serviço com Querubim; o parente lá, levou ele para arrumar serviço; depois nós mudamos para o Querubim, ele deu uma casa pr'a nós, casinha de tijolo. Naquele tempo não tinha nada de conforto, nem o fazendeiro tinha.

Ele pagava por mil de café, pagava cada três meses; era um brasileiro, mas muito bom, pagava bem. Aquilo que ele pagava a cada três meses era o pagamento que ele fazia do trato do café.

Na colheita, nós ganhávamos um mil réis por cem litros; nós colhia, entregava para a fazenda e ele pagava.

Quando acabava o ano, ele pagava o último pagamento do café por mil e pagava o café que nós colhia³⁰⁵.

³⁰³ - HOLLOWAY, T. Op. Cit., 1984, pp. 85/89.

³⁰⁴ - Com efeito, e apenas para relembrar, conforme o Livro de Matrícula nº 076, p. 19, da Hospedaria dos Imigrantes, Seu Ildefonso, então com 9 anos, teria desembarcado em Santos, a 19.12.1905, pelo Vapor France, procedente do Porto de Málaga, com destino a Bebedouro, juntamente com sua família, composta de: Bernabé Blasquez Vello, chefe, com 43 anos; Pascuala Sanchez, 43 anos, mulher; Júlia, 18 anos, filha e Ignácia, 2 anos e meio, neta..

³⁰⁵ - Esta fazenda a que se refere Seu Ildefonso, certamente se constituiria por cultura de café já formada, pois, além do trato propriamente dito, sua família também teria sido contratada para a colheita, que pressupõe, no mínimo, uma cultura de quatro anos.

Os contratos de locação de serviços, e, dentre eles, os contratos mistos - modalidade que ilustra o caso da família de Seu Ildefonso -, acabaram se tornando a forma básica de contratar os imigrantes e os trabalhadores livres da cafeicultura. Tais contratos, verbais, limitavam-se, na verdade, a um acordo entre as partes, e isto vai durar até os primeiros anos do século XX, sendo, portanto, o tipo de contrato a que se

Nós era em quatro [o pai, a mãe, uma irmã e ele], não contínuo, porque a mãe as vezes ficava em casa; agora, três trabalhava todo dia no campo, no café.

[Naquela fazenda] era tudo brasileiro, o que não era negro, era escuro, tinha umas trinta famílias, tudo camarada.

Alí era o administrador da fazenda que mandava em todo mundo, né? Estrangeiros e deles lá; bom, o administrador tomava conta, agora tinha os fiscais para mandar no pessoal; o patrão não se envolvia em nada ³⁰⁶.

Ficamo dois anos nessa fazenda, depois mudamo pr'uma outra, mais dois [anos]. Foi com empenho de formar café, com um espanhol. Era um tal de Antonio, mas o homem era muito ruim. E não vencemo, saímo antes de vencer [o contrato]. Ganhamo só o mantimento que plantamo! ³⁰⁷.

Aí fomos para esse português, fomos tratar café, em Bebedouro, café a meia. Patrão levava metade e dava metade pr'a nós. Precisava entregar seco pr'a ele; isso demora ... começava a tratar em outubro e acabava em fim de setembro. Um ano ... quer dizer, a colheita começava antes, começa em maio, junho, mas só acabava em setembro, que era bastante café ³⁰⁸.

Ficamos lá dois anos.

Do português, meu pai comprou aí e viemos para cá; lá juntamos um dinheirinho, fizemos um pé de meia e viemos aí, comprar o terreno.

Lá, o nome que tinha lá, quando fomos, era Taperão. O ano foi ... viemos em cinco [1905], trabalhamos seis, 1911! lá era uma “matéria” de criar bicho. Não só Novais, tudo por aqui, até Catanduva!

viam submetidos os imigrantes espanhóis ingressados neste período. Depois, e principalmente a partir de 1908, houve um aumento dos contratos por escrito, por determinação legal, já que a partir do decreto 1.355 de 10.04.1906, o governo estadual passa a estabelecer normas que deveriam ser seguidas na contratação dos imigrantes.

³⁰⁶ - O administrador era o cargo mais importante de uma fazenda. Ele tinha autonomia para decidir no lugar do fazendeiro, quanto a contratações, dispensas, designação de tarefas; para tanto, residia na fazenda, recebia salário mensal, tinha os produtos da fazenda para consumo próprio e podia utilizar-se, para o controle dos trabalhadores, da ajuda de fiscais e feitores. Há muitas indicações de enfrentamentos, até de assassinatos, entre colonos e administradores, das quais faremos referência adiante.

³⁰⁷ - Conforme exposto, a família Blasque Sanchez fazia uma tentativa de contrato de formação, modalidade esta que se estendia pelo prazo de 4 a 6 anos.

³⁰⁸ - Evidencia-se, aqui, uma variação do *trato* ou cultivo do café. Provavelmente, neste caso, a família não recebesse, como era usual, um salário anual pela quantidade “tratada”, mas, em contrapartida, dispunha da metade da colheita. Essa modalidade já era praticada nos arredores a partir de 1908 (Vide ANEXOS - Contrato I, *Escritura Pública de Arrendamento de cafezal*, ano 1908, p.358).

Evitando a repetição das informações padrão, típicas a esse tipo de documento e, dependendo do aspecto a ser ressaltado, ele será transcrito no ANEXO na íntegra ou em partes.

Nossa Senhora! Uma mata que dava medo, o largo aí [referindo-se à praça central da Vila] era uma mata que dava medo, a gente tirava pau aí que ia que nem daqui lá naquelas laranjas, de grande ³⁰⁹.

ooOoo

Meu pai, a primeira vez que veio para o Brasil com a outra mulher dele, não a minha mãe [...] ele formou empreita de café em Ribeirão Preto, que tava começando a funcionar, começando a descobrir[...]; teve lá seis anos, e nasceram 3 irmãos meus; aí, a mulher ficou doente, com bronquite muito forte. Meu pai disse: Ah.. eu vou embora pr'a Espanha, porque ela queria ir pr'a Espanha, achava que ia melhorar...; então, chegando lá, em poucos tempos, a mulher faleceu.

Aí, minha mãe era moça, estava empregada em Trujillo, tinha 24 anos, e ela tinha as irmãs no pueblo, e aí as irmãs dela combinaram com meu pai [...] daí, ele casou com a minha mãe e quando fazia um ano mais ou menos que já ia começar a ter filhos - já tinha três -, lá era muito ruim pr'a tratar, muito pobre, difícil tudo, disse, agora eu vou para o Brasil que lá é mais fácil para tratar... ³¹⁰.

ooOoo

Meu pai veio para a Fazenda Dona Luisa, em Monte Azul; ficou lá sete anos. O fazendeiro foi e pegou ele lá [na Hospedaria], veio sete famílias, veio junto o irmão dele casado, a irmã casada, todos de Almería, viveram todos sete anos lá, o fazendeiro pegou todo mundo ³¹¹. Eu nasci no Brasil,

³⁰⁹ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque Sanchez, 85 anos. Vila de Novais, 1980, relatando as primeiras experiências de sua família como colonos em fazenda de café, logo depois de haverem chegado da Espanha, em 1905. Grifos nossos.

³¹⁰ - Fragmento de depoimento. D. Teodora Dias, 75 anos. Vila Novais, 1981.

Com efeito, conseguimos identificar o retono ao Brasil do pai de D. Teodora, cujo desembarque ocorreu em 27.11.1905. A família se compunha então de: Isaac, chefe, 43 anos; Manuela, mulher, 24 anos (que viria a ser a mãe de D. Teodora) e os filhos do primeiro casamento de seu pai: Maria, 10 anos; Saturnino, 8 anos e Balbina 7 anos. Teriam embarcado em Málaga, no Vapor Savoie. Seu destino era Bebedouro, na Fazenda de Cherobim Campos. Cf. Livro de Matrícula de Imigrantes nº 075, p. 267, da HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES, citado.

Note-se que, pelo contrato de formação, com duração de seis anos, que seu pai fizera na primeira vez que estivera no Brasil, a família, composta de cinco pessoas, pode retornar a Espanha.

³¹¹ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera, 75 anos. Córrego Seco, Vila Novais, 1981. Grifos nossos.

Sua família, o pai, 37 anos (Manoel), a mãe, 32 anos (Encarnación) e o filho do casal, 2 anos (José), o irmão mais velho de Seu Tercifon que teria nascido na Espanha (os demais, a começar por ele, nasceriam no Brasil), desembarcaram em Santos, pelo Vapor Orleansais, em 10.07.1905, procedentes do Porto de Málaga, com destino a Bebedouro. Na passagem pela Hospedaria realizaram o contrato de locação de serviços, ao qual se refere.

dois meses depois que tinham chegado, em 1905. Depois de sete anos, juntaram umas sessenta famílias lá [na fazenda D.Luisa], espanhol e italiano. Nós recebia por mês do trato do café [...]; podia plantar mantimento, e criar galinha e vender ovo, tudo. E as sete famílias de lá, vendendo ovos a 200 réis a dúzia do ovo, deu 1.500\$000 [um conto e quinhentos mil réis], cada família ³¹².

ooOoo

Meus pais já vieram casados; meu pai tinha uma irmã aqui... já fazia oito anos, a mais velha; não sei se a mãe dele veio iludida com essa filha [Quando chegaram, em 1906] foram trabalhar em Cravinhos. De lá eles se foram para Bebedouro, que é onde eu sou nascida né?! Sei que nasci em Bebedouro [em 1910] e , de quatro meses de nascida, eles se mudaram, que eu não conheço Bebedouro, não conheço minha terra natal...; De lá, eles se mudaram para a fazenda do Malheiros, retirado 4 kms. de Catanduva, foram tratar café, fazer plantação de café; [...] a gente trata o café, recebe um pagamento todo mês, mas o patrão é dono de tudo. Pode plantar mantimento que a fazenda ordenar, né? E depois o café o colono recolhe, mas o produto é do fazendeiro ³¹³.

Há inúmeros indicadores nessas falas, porém, o eixo central refere-se, como é evidente, às várias experiências da família imigrante como colonos nas fazendas de café pelas quais transitaram, ensejando a natureza das relações que se estabelecia no mundo do trabalho, bem como as modalidades de contrato que eram praticadas nos anos iniciais do século - o **trato**, **cultivo** ou **carpa** e a **colheita**, que caracterizavam o contrato de colono e a **formação**, que era acordada através do contrato de formador ³¹⁴.

Cf. Livro de Matrícula de Imigrantes, nº 074, p. 199, da HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES, citado.

³¹² - As sete famílias contratadas para o trato ou cultivo do café, pelo qual recebiam por mil pés (geralmente uma quantia próxima a 80\$000 réis por ano), devem ter complementado esse salário anual com a receita obtida pela venda de mantimentos e ovos, que resultará no montante de 1\$500 (um conto e quinhentos) mil réis, quantia essa dispendida, por cada uma das seis famílias, na aquisição de uma propriedade conjunta.

Tratou-se, como vimos, de um contrato para o *trato* do café, porém com a concessão para o plantio de mantimentos, diferente, portanto, do contrato da família de Seu Ildefonso, também contratada para o trato, porém sem essa concessão do cultivo intercalar, mas com a prerrogativa da colheita *à meia*.

³¹³ - Fragmento de depoimento. D.Ana Garcia, 71 anos. Vila Novais, 1981. Aparentemente, sua família efetuou o mesmo contrato da família de Seu Tercifon.

³¹⁴ - O sistema anteriormente adotado, sobretudo nas fazendas do chamado oeste antigo, identificado com as regiões próximas a Campinas, a parceria, já estava, a essa altura, em franco colapso. Seu padrão sofrera modificações no decorrer do tempo, e, após 1860, em vez de se dividir os resultados da venda da safra do café numa base percentual e onde o colono também era dependente das condições do mercado e

Assim se refere Pierre Denis quanto à forma de contratação de mão-de-obra antes e depois de 1906:

*Até há pouco tempo, eis como se procedia: os fazendeiros que procuravam trabalhadores visitavam pessoalmente os recém chegados, ou enviavam-lhes emissários que falavam a língua deles. A hospedaria era o mercado de mão-de-obra: os preços subiam quando a procura era grande e os fazendeiros faziam concorrência entre si. [...] O contrato não era nunca por mais de um ano[...], na maior parte dos casos, era verbal. [Depois da promulgação do Decreto 1355] o fazendeiro tem que indicar de antemão na Agência [de Colonização e Trabalho] o número de colonos que deseja contratar e as condições que oferece. É em seguida autorizado a discutir livremente com os imigrantes, e, feito o negócio, o contrato é oficialmente registrado pela Agência que conserva o texto e dele dá uma cópia ao novo colono. [...] O modelo do contrato adotado por ela não foi criado arbitrariamente: está conforme os contratos em uso e redigido com a maior precisão*³¹⁵.

*As famílias imigrantes assinavam contrato quando ainda se encontravam na Hospedaria dos Imigrantes na capital. As condições do contrato*³¹⁶

das flutuações da taxa cambial, algumas fazendas começam a pagar um valor determinado, uma cota fixa por unidade de volume de café colhido, cujo pagamento era uma porção estimada do previsto valor futuro do café que cada trabalhador colhia, presumindo-se um volume médio de cerejas colhidas para cada quilograma de grãos beneficiados prontos para o mercado (sistema denominado *por ajuste* ou *contrato de preço marcado*); aqui também o fazendeiro desistia da metade da lavoura de subsistência e ainda pagava uma diária em separado pelas tarefas extras em que fosse contratado o colono.

O que os fazendeiros ainda consideravam uma variante da parceria, era, de fato, um sistema por empreitada, passo importante para o contrato de colono.

No entanto, esse sistema não dava ao trabalhador uma renda anual contratualmente fixa, nem lhe assegurava um certo salário por dia, cabendo-lhe os riscos que envolviam geada, seca e a delicada natureza do café.

Num passo seguinte, e procurando reduzir a incerteza dos rendimentos do trabalhador, muitas fazendas separaram a cota da colheita do pagamento anual pelo trato. Esse é considerado o passo final na evolução da parceria para o contrato de colono.

Esta modalidade, conforme pudemos observar, era igualmente praticada na região objeto dessa monografia (Ver ANEXOS, Contrato II, *Escritura pública de Contrato para trato e colheita*, p.359).

³¹⁵ - In: O Brasil no século XX. Lisboa, Antiga Casa Bertrand - José Bastos & Cia. Editores, s/d publicação, pp. 175/7.

³¹⁶ - O texto oficial do Contrato da Agência de Colonização e Trabalho, criada pelo Decreto 1.772, de 07.04.1909, em suas linhas gerais, dizia:

Art. 1º - O proprietário fornecerá gratuitamente ao colono meios de transporte para elle, para sua família e bagagens, desde a estação do caminho de ferro mais próxima da fazenda (é o governo que paga o trajecto em caminho de ferro); e fornecer-lhe-ha também a casa de habitação, pastagem para um ou vários animaes, e terreno para n'elle fazer as culturas alimentares.

*eram impressas em cadernetas entregues aos trabalhadores e, em geral, eram padronizadas em parte por insistência do governo. O prazo era de um ano, de safra a safra. A família recebia uma certa quantidade de pés para cuidar, em geral 2.000 por adulto. Era paga uma quantia fixa pela capina de cada 1 mil pés e pela colheita de cada alqueire de fruto*³¹⁷.

A partir do Relatório da Secretaria da Agricultura de 1918, é possível estabelecer-se uma distinção entre as modalidades de contratos de trabalho efetuados entre os fazendeiros e os colonos recém chegados, que assim se discriminavam: *contrato direto a salário* de pessoas ou famílias para a lavoura, ou seja, aquele efetuado entre o fazendeiro e o colono, dependendo da combinação na Agencia Oficial do Trabalho; *contrato de destino certo*, que era aquele, atrás referido, em que o colono e sua família, munidos de uma carta de chamada, vinha para uma determinada fazenda; e o *contrato por agentes*,

Art. 2º - O colono obriga-se a tratar os cafezeiros de modo a conservar-os sempre limpos, a substituir os pés que faltem, a arrancar as ervas más ... pelo modo e no momento que lhe forem designados pelo proprietário.

Art. 3º - O proprietário não fará nenhum adiantamento, a não ser do estritamente necessário para a alimentação dos colonos recentemente chegados, ou em caso de doença...

Art. 5º - Se o colono descuidar algum dos serviços enumerados no Art. 2º, o proprietário poderá mandar fazel-os por quem quizer, obrigando o colono a pagar as despesas...

Art. 9º - O proprietário que quizer despedir um colono, deverá prevenil-o com trinta dias d'antecipação, na falta do que se considera renovado o contracto.

Art. 10º - A mesma obrigação para o colono que queira abandonar a fazenda.

Art. 11º - Os animaes e as colheitas do colono constituem a garantia da sua divida ao proprietário...

Art. 13º - O colono poderá comprar onde mais lhe convier os comestiveis de que careça.

Art. 15º - O proprietário obriga-se a pagar ao colono, por cada mil pés de cafezeiros conservados a quantia de ...; por 50 kilos de café colhido, a quantia de ...; por dia de trabalho (que não diga respeito a cultura do café), a quantia de...

Art. 18º - O último artigo fixa as plantações que o colono está no direito de fazer em seu proveito.

In: DENIS, P. Op.cit., s/d, pp. 177/179.

[...] a cessão de terras, pastos e benfeitorias para os colonos implicava numa redução dos salários que teriam sem o seu usufruto. Sintetizando: a cessão temporária de terras e benfeitorias não consistia num pagamento pela força de trabalho usada no cafezal; consistia em arrendamento por um ano de parte da propriedade do fazendeiro, entende Brasília Sallum Jr. (Op. cit., 1982, p. 169).

³¹⁷ - In: DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 162, destacando algumas características do contrato de colono, o qual ainda podia conter a prestação de serviços extraordinários, à parte do trato do cafezal e da colheita, pelos quais recebiam conforme o tempo gasto em sua realização ou conforme a tarefa executada. Conforme observamos, e o teor dos contratos analisados parece indicar, os contratos de colono eram praticados na maior parte das vezes com “variações” como se deu, por exemplo, com a família de Seu Ildefonso (trato com colheita à meia, na terceira experiência).

O valor pago por essas atividades de *trato* e *colheita* oscilava de fazenda a fazenda, dependendo de outras variáveis não monetárias que eram atreladas ao contrato, como a possibilidade de o colono receber terras para cultivo de mantimentos.

aqueles realizados com as Companhias de Navegação, as quais eram contratadas pela Província, depois Estado de S.Paulo, através de licitação.

No caso dos espanhóis, as duas Companhias que mais atuaram foram a José Antunes dos Santos e A.Fioritta & Comp., porém, consta dos Relatórios uma outra Companhia, de nome Roso Lagoa, que teria efetuado a travessia apenas em 1901.

No entanto, como vimos, tal abordagem poderia se dar de outras formas, para os imigrantes já estabelecidos:

Os contractos entre patrões e colonos, apesar do anno agrícola começar geralmente no mez de outubro, são estipulados verbalmente com alguns meses de antecedencia. No mez de maio já começa o trabalho de procura e seducção; os chefes de familia aproveitam os dias santos para, allegando qualquer pretexto irem procurar os amigos, os intermediarios e as fazendas, para onde pretendem se transferir. Ouvem as franquias, as condições expostas sempre com doces palavras, as promessas tanto melhores quanto maior é a necessidade do fazendeiro. Na época de procura de colonos, as relações de amizade, o parentesco às vezes não são levados em conta e cada um procura arranjar braços para sua lavoura venham de onde vierem. Em geral, a não ser transferindo-se para lavoura nova, o colono nada lucra com essas múltiplas mudanças, e não são poucos os casos de voltar no anno seguinte para o primitivo lugar e carregando comsigo mais alguns descontentes e com maior prejuízo para o fazendeiro.

*As fazendas que tem cafezaes novos são as mais procuradas pelos colonos, tanto estrangeiros quanto nacionaes, e isto explica-se, pois, com a grande plantação de cereaes, nas lavouras novas, delles tiram os colonos lucros mais elevados do que lhes dá o tratamento dos cafezaes*³¹⁸.

As relações que, a partir de então, passaram a se estabelecer e que definem o *colonato*, baseavam-se na exploração de todo o grupo familiar³¹⁹ que era aproveitado em atividades abrangendo todos os segmentos da produção, requisito essencial à obtenção das facilidades do subsídio.

³¹⁸ - MAISTRELLO, Guido. “Fazendas de café - costumes (S.Paulo), (1922)”. In: RAMOS, Augusto. O café, no Brasil e no estrangeiro. Rio de Janeiro, Pap. Santa Helena, 1923, pp. 555/6. Grifos nossos.

³¹⁹ - Verena Stolcke em “A família que não é sagrada” (In: Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil. S.Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 39-90), explora as razões da preferência dos fazendeiros pelo trabalho familiar e os efeitos que a organização do trabalho por eles adotada teve sobre a estrutura familiar dos trabalhadores e sua divisão sexual do trabalho.

Por este sistema, o colono - e a sua família -, se obrigava a cuidar de uma determinada quantidade de pés de café, denominado de *trato*, que consistia da limpeza dos cafezais, que deveriam ser carpidos de 4 a 6 vezes por ano, demandando, cada uma, um período de quinze dias; do replante ou substituição dos pés que fossem necessários, além do espalhamento do cisco, do roçamento do pasto, do conserto de cercas e da manutenção do caminho entre a fazenda e a estrada de ferro, além de combater os focos de incêndio, que poderiam ocorrer em cercas ou casas da fazenda.

O processo produtivo do café compreendia várias etapas distintas, ainda que articuladas entre si. As operações agrícolas propriamente ditas, como a *formação* do cafezal, o *cultivo* ou *trato* da lavoura e a *colheita* eram complementadas por tarefas não diretamente relacionadas com a lida no cafezal, como serviços de motorista, de pedreiro na construção de um galpão, etc., pelos quais o colono recebia por dia de serviço prestado.

A empresa cafeicultora, complexa e diversificada, ainda empregava administradores, fiscais (que controlavam os colonos), feitores (que controlavam os camaradas), maquinistas, seleiros, etc..., além dos colonos, naturalmente.

Por ordem, a primeira das tarefas da empresa cafeicultora que se implantava consistia na derrubada e na queimada da mata, para a *formação* (ou ampliação) da fazenda, para o que eram destinados os trabalhadores nacionais, os chamados camaradas³²⁰.

*Esse trabalho de desmatamento é feito em geral no mês de abril, após terminada a época das chuvas [...]. Enquanto alguns, com instrumentos apropriados (foices e facões), cortam os pequenos arbustos e todo tipo de plantas que se entrelaçam nas árvores, outros, armados de machados, abatem as grandes árvores seculares. Depois de abatidas, estas são cortadas para facilitar a queimada e deixadas secar até aproximadamente a estação das chuvas, quase sempre em agosto, e aí se põe fogo [...]. O que resta dessa queimada são troncos carbonizados, ou se a madeira ainda está verde, troncos que servem para a construção ou lenha e as cinzas são usadas como adubo*³²¹.

³²⁰ - Tais empregados desempenhavam, além da derrubada, uma variada gama de tarefas, que muitas vezes nem estavam diretamente relacionadas à lida com o cafezal, tais como serviços de motorista ou de pedreiro, na construção de um galpão, por exemplo; eram contratados por dia ou por mês. Podiam combinar o salário à seco, ou com comida, e tinham casa gratuita na fazenda. De modo geral, os casados eram mensalistas e trabalhavam à seco, já que suas mulheres lhes preparavam a comida. Podiam manter uma horta ao redor da casa, criar galinhas e mesmo engordar porcos. Porém, eram sempre contratados como trabalhadores individuais; a família do camarada, ao contrário da do colono, não era definida como uma unidade de trabalho coletivo. Cf. SALLUM JR., Brasília. *Op. cit.*, 1982, pp. 63 e 104-5. Os salários que eram pagos por essas atividades, que algumas vezes podiam ser desempenhadas inclusive pelos colonos, serão tratados mais adiante.

³²¹ - O.FELICE. *Il Brasile com 'e'?* Milão, Anonima Libreria Italiana, 1923, p. 193; L. MAGRINI. *In Brasile*. Turim, Ed. P. Gobetti, 1926, p. 45. Apud: ALVIM, Zuleika. *Op.cit.*, 1986, p. 77.

*Na área mais nova (do Oeste paulista) o elemento nacional se especializará como camarada ou jornalero reservando-se o colonato à família imigrante. Aliás, era noção corrente de que o imigrante rejeitaria as tarefas mais penosas da lavoura tropical*³²².

Essa observação é procedente: em todas as falas de imigrantes espanhóis que registramos, pontuava a discriminação ao elemento nacional, encarregado que era das tarefas mais pesadas e sem especialização, às quais eram rejeitadas pelos colonos, provavelmente por associação.

Notamos, contudo, que a hostilidade ao elemento nacional não era prerrogativa exclusiva apenas do colono espanhol:

*Um dia me apareceu um colono italiano pedindo a minha intervenção para proibir o casamento de uma sua filha com um preto. Por curiosidade, mandei vir a moça à minha presença, que, bonita, loira e um tanto desembaraçada, me declarou que o preto era do seu gosto e casaria com elle, mesmo contra a vontade de todos. E de facto casou. Vim a saber depois, que o preto era um exímio tocador de sanfona e decerto as valsas sentimentaes concorreram para ferir fortemente o coração da loirinha, que afinal viu no preto, branco*³²³.

Observamos igualmente que o elemento nacional encontrado na região era, frequentemente, objeto de insinuações pejorativas, como:

*Nós tinha quatro famílias de camaradas [trabalhando em suas propriedades] e 10 de italianos, pois era trabalhador. Agora, quem não presta grande coisa é caboclo, né? Brasileiro, brasileiro mesmo, não quer saber de nada, não tem interesse, né?!*³²⁴.

³²² - BEIGUELMAN, P. Op. cit., 1968, p. 130/1.

³²³ - MAISTRELLO, G. Op. cit., 1923, pp. 554/5, engenheiro italiano residente à época há mais de 35 anos no Brasil, agora escrevendo sobre os costumes e o funcionamento das fazendas. Consta, entretanto, que a recíproca era verdadeira:

*Carcamano pé de chumbo
Carcanhá de frigidera
Quem é que te deu licença
De noivá com brasileira?*

In: DONATO, H. Op. Cit., 1980, p. 136.

³²⁴ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera, 75 anos. Vila Novais, 1981.

Lá [na primeira fazenda, quando chegaram] era tudo brasileiro, o que não era negro, era escuro... tinha umas trinta famílias de camaradas.

Ihh... quase todos eles tinham terreno [os brasileiros que viviam nos arredores da propriedade que adquiriram mais tarde, em 1911] mas não plantavam, não trabalhavam, era só caçar e pescar, não cuidavam de nada, foram vendendo e indo embora para mais sertão...; eles gostavam era de mato... [risos]; era que nem bicho eh eh eh..., tinha uma porção deles por aí, mas não tinham o que comer, todos eles tinham terreno, o que comer, não tinham! Não plantavam nada...; abriam um pedaço em volta da casa, um ranchinho de sapé, plantavam uns pés de milho, umas abóboras, uns quiabos e uns pés de mandioca e iam passando com aquilo...; caça, matar um bicho no mato para comer...³²⁵.

O finado meu sogro [referindo-se a Eduardo Fernandez, próspero imigrante espanhol] tinha sempre, entre camarada e empregado, 10 casas de família, quase tudo baiano e italiano³²⁶.

Em S.Paulo, com exceção da derrubada das matas destinadas à formação de novos cafezais e que é feita quase sempre por pessoal nacional adestrado em serviços desta natureza, todo o trabalho de plantio, tratamento, colheita, secagem e transporte do café nas fazendas é realizado em sua grande maioria por famílias italianas, espanholas e portuguesas às quais se dá a denominação genérica de colonos³²⁷.

[...] Com efeito, os agricultores da zona próspera do Oeste, embora se desinteressassem do braço nacional para a cultura, solicitam intensamente trabalhadores nacionais em todos os pontos da província, principalmente para os serviços mais árduos e menos compensadores das derrubadas e do preparo da terra³²⁸.

A formação, ou cultivo propriamente dito do cafezal, etapa posterior à derrubada da floresta, também era conhecida pelos colonos como *empreita*. A *formação* ou *empreita* consistia na abertura, pelos colonos, de novos cafezais em terra virgem, após a derrubada, a limpeza e a queima - tarefas geralmente executadas por grupos de camaradas brasileiros, como vimos -, mas, igualmente, consistia em cuidar das plantas jovens replantando as mudas que não pegassem,

³²⁵ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso B.Sanchez, 85 anos. Vila Novais, 1981.

³²⁶ - Fragmento de depoimento. D. Teodora, 75 anos. Vila Novais, 1981. Note-se que os camaradas eram os baianos e os empregados estavam referidos aos italianos.

³²⁷ - RAMOS, Augusto. *Op. cit.*, 1923, p. 203.

³²⁸ - BEIGUELMAN, P. *Op.cit.*, 1968, p. 130/1.

manter limpas de mato as ruas do café, arrumar as cercas, cuidar do pasto e construir sua própria moradia. O contrato de formador, que consubstanciava acordos dessa natureza, era uma variante do contrato de colono³²⁹.

É frequente contratar o fazendeiro com os colonos que lhe inspiram confiança a formação do novo cafezal durante quatro annos, cedendo-lhes neste período de tempo, o fructo dessas novas lavouras e pagando-lhes ainda, ao fim desse prazo, uma certa somma para cada cafeeiro assim formado. Outras vezes o contracto contem as mesmas cláusulas, mas o prazo é elevado a 5 annos, pertencendo também aos colonos contractantes durante todo elle, as colheitas que se produzirem, não cabendo porém ao fazendeiro, nesse caso, dar-lhes nenhuma remuneração em dinheiro.

Ao fim de qualquer dos dois prazos - conforme o caso -, as novas plantações entram no regimen commum da fazenda, em relação ao tratamento e colheitas, dellas se incumbindo os mesmos colonos que a criaram ou outros³³⁰.

A *empreita ou formação* era a modalidade preferida pelos colonos estrangeiros, dada a possibilidade de conciliar as culturas intercalares- ou *de mantimentos* como chamavam -, com cafezais novos de até dois anos de plantio e que, portanto, ainda eram baixos; deste modo, plantava-se nas ruas dos cafezais, o milho, o feijão, o arroz, a batata, que serviam para alimentar ao colono e a sua família, mas que também podiam ser comercializados, ou utilizados na criação e engorda de suínos e aves domésticas.

Era tão importante aos imigrantes o cultivo de gêneros de subsistência que grande parte deles se preocupavam muito mais com as cláusulas do contrato que lhes permitissem essa possibilidade do que propriamente com o salário que poderiam receber. Isso se verificou particularmente nas zonas novas, pois, nas antigas, no café já muito velho, onde não eram possíveis as culturas intercalares, era tão frequente a falta de trabalhadores...; constituindo, assim, a produção de gêneros, grande incentivo ao trabalhador estrangeiro, a venda do excedente proporcionava-lhe uma boa margem de economia³³¹.

³²⁹ - Vide ANEXOS – Contrato III - *Escritura pública de contrato sobre formação de café*, p.360.

³³⁰ - RAMOS, A. Op. cit., 1923, p. 207. Observamos ser igualmente muito comum, nos contratos analisados, o prazo de seis anos, para a *empreita*..

³³¹ - MERTZIG, L. Op. cit., 1977, p. 99.

O colono ainda podia, eventualmente, usufruir de outras fontes de receita monetária provenientes de trabalhos ocasionais, como instalações de beneficiamento de café, transporte do café em carroças para a estação de trem, consertos de casas e cercas, etc., trabalhos estes que, geralmente, eram realizados pelos camaradas nacionais.

Como dissemos, o Decreto 1355, de 10.04.1906, fixava legalmente, através da adoção de um modelo contratual, as condições costumeiramente obedecidas nas tratativas entre fazendeiros e colonos, como também exigia que as condições particulares acordadas entre as partes - montante de salário e quantidade de terras cedidas para cultivo -, se tornassem públicas e fossem oficialmente registradas em cartório.

Porém, ao que tudo indica, a adoção de tais exigências, pelas partes interessadas, haveria de demandar algum tempo, a considerar o caso aqui investigado, em que os primeiros acordos de locação de mão-de-obra nesses moldes e particularmente destinados à cultura do café, aparecem somente a partir do ano de 1908³³², sendo, porém, escassos³³³.

Observamos, entretanto, que, no período imediatamente anterior, contratos de outra natureza eram firmados³³⁴, tendo-se generalizado os contratos envolvendo a cultura cafeeira somente a partir do ano de 1912.

Já o contrato de formador³³⁵, uma variante do contrato de colono, previa que, após a derrubada, limpeza e queima, etapa geralmente executada por grupos de camaradas brasileiros, o colono plantasse a área contratada e cuidasse das plantas jovens, cuidando e replantando as mudas que não pegassem. A partir do quarto ano, os cafeeiros começavam a dar em pequena quantidade e, dependendo da duração do contrato, o colono podia ficar com o resultado da venda dessas

³³² - O Contrato I, *Escritura Pública de Arrendamento de cafezal, ano 1908*, que transcrevemos no ANEXOS, p.358, revela algumas particularidades de tais tratativas.

³³³ - No entanto, a existência de lavoura de café naquela região remonta aos primeiros registros cartoriais. Assim é que pela Escritura Pública de Compra e Venda de 11.02.1901, vendia-se *15 alqueires de terras cultivadas que os vendedores receberam em herança de Maria Candida de Carvalho (sogra), na Fazenda Boa Vista, contando com as seguintes benfeitorias: 5.000 pés de café de 02 a 05 anos [...]*. Cartório do Registro Civil do Município de Paraíso, Livro de Escrituras e Testamentos, nº de página ilegível..

³³⁴ - Antes desse primeiro contrato, datado do ano de 1908 (Contrato I, p.358), referido especificamente à lavoura de café, registramos a existência de alguns poucos contratos, os quais, porém, não se referiam ainda à cultura de café, e sim a de cana-de-açúcar. No ANEXOS, Contrato IV, *Escritura Pública de declaração e contrato*, de 1902, p.363 e Contrato V – *Contrato Público de empreitada*, de 1907, p.364, revelam não apenas os acordos que então eram oficialmente firmados, mas, através do seu conteúdo, permitem divisar parcelas dos usos e costumes locais.

³³⁵ - Vide ANEXOS, Contrato III, *Escritura pública de contrato sobre formação de café*, p.360.

pequenas colheitas. Porém, o mais importante para o colono, era a permissão de usar o espaço entre as fileiras do café, conforme já enunciado.

A prerrogativa de plantar mantimentos e, naturalmente, obter receita com a sua comercialização era de vital importância para os colonos, que, por qualquer razão, eram punidos com a sua retenção por parte do administrador da fazenda, tal como ocorrido nos episódios abaixo descritos:

*Feliz Rodrigues queixou-se à polícia de que foi despedido da fazenda do Sr. Antonio Pinto e este se nega a entregar-lhe o produto de suas roças de milho e feijão, e ainda mais, pretende obstar a saída do mesmo com o pretexto de garantia do pagamento de uma dívida*³³⁶.

*Administrador dá queixa na polícia porque dois colonos espanhóis pretendem sair da fazenda antes que se cumpra o contrato de um ano de serviço. Para pagar os prejuízos o administrador pretende reter a parcela de milho desses colonos*³³⁷.

No entanto, para melhor se avaliar a dimensão dessa questão, qual seja, da prerrogativa de *plantar mantimentos* como diziam os imigrantes, note-se a seguinte notícia publicada:

*Administrador assassinado. Um crime na fazenda Antunes. Na Fazenda do farmacêutico Antunes, em Bebedouro, o colono Valentino, após violenta discussão matou com um tiro de espingarda o administrador da fazenda, José Pudercio de Souza. Deu origem à rixa, o administrador ter mandado arrancar parte da plantação de milho feita pelo colono que o administrador julgava excessiva*³³⁸.

O *trato por mil pés* ou carpa, modalidade experimentada pelas famílias de Seu Tercifon, Seu Ildefonso e D. Ana Garcia, consistia no contrato de um ano - geralmente de outubro de um ano a setembro do ano seguinte -, que cada família colona fazia, considerando o número de enxadas disponíveis, no qual estavam incluídas as seguintes atividades:

- a) carpa ou capina, de quatro a seis vezes por ano a sua cota de pés (um trabalhador adulto cuidava, em média, entre 2.000 a 4.000 árvores,

³³⁶ - Jornal COMÉRCIO DO JAHU. Jaú, Ano VII, nº 774, 6 de abril de 1915. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op.cit., 1981, vol. II, p. 100.

³³⁷ - Jornal COMÉRCIO DO JAHU. Jaú, ano X, nº 1375, 21 de jun. de 1918. apud: BARRIGUELLI, J.C. Op.cit., 1981, Vol. II, p. 110.

³³⁸ - Jornal A PLEBE. S.Paulo, Ano III, nº24, 4/10/1919. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op.cit., 1981, vol.II, p. 112/3.

dependendo da sua experiência com a carpa), mantendo limpa a lavoura;

- b) o replante de todas as mudas de cafeeiros que morressem;
- c) o preparo do solo, isto é, o ajuntamento do cisco ao redor de cada pé, após a última carpida, em preparação para a colheita; e
- d) o espalhamento do cisco, após a colheita.

Em setembro, com as primeiras chuvas, as mudas são levadas às covas adubadas. A partir daí, inicia-se uma rotina de tratamento que acompanhará a planta ao longo do seu ciclo de vida: três a quatro carpas anuais; a “coroação” ou “arruação”, isto é, a formação de uma coroa de terra em volta do pé, quando os frutos estão para amadurecer, para impedir que os frutos que vão caindo por estarem secos se dispersem

³³⁹

O salário pago por essa atividade dependia naturalmente do número de cafeeiros para tratar de que se incumbia a família, chamado de talhão, mas sabe-se que cerca da metade da receita monetária anual obtida pela família provinha dessa fonte de renda que não tinha qualquer relação com o que produzisse cada pé de café tratado e nem tampouco com o preço que fosse obtido pela sua venda.

A colheita do café - que se estendia de maio ou junho a setembro -, a que também se referiu Seu Ildefonso, consistia em outra atividade remunerada do colono, não dependente da atividade anterior e nem a ela vinculada. Aqui, o colono e sua família recebiam o pagamento equivalente, previamente contratado, por medida acertada, geralmente o alqueire ³⁴⁰ de 50 ou 100 litros de cerejas entregue na estrada à beira do cafezal.

Entre abril e maio dá-se o amadurecimento dos frutos, normalmente no período de 15 de junho a 15 de agosto, variando de região para região; durante a estação fria, desenvolvem-se os trabalhos da colheita, “coroação” ou “arruação”, “varrição”, “rastelação”, “abanação”, lavagem, secagem no terreiro, beneficiamento e, finalmente, ensacamento. É o período em que a planta “repousa”. Assim, o período de vegetação e frutificação vai de setembro a maio; o florescimento se dá na primavera, a frutificação no verão e a maturação no outono.

³³⁹ - LAPA, José Roberto do Amaral. A economia cafeeira. S.Paulo, Brasiliense, 1986, p. 58.

³⁴⁰ - O alqueire é uma velha unidade de medida agrícola portuguesa, usada tanto para área, como para volume. Depois da adoção do sistema métrico o termo foi aplicado para unidades de volume variando entre 40 e 70 litros. O alqueire padrão usado na colheita do café em S.Paulo era igual a 50 litros [...].

Conforme HOLLOWAY, T. Op. cit., 1972, p. 162.

A colheita propriamente mobiliza toda a força de trabalho disponível, por fazer-se em curto lapso de tempo, pois uma vez secos no pé, os frutos caem, sendo necessário então ajuntá-los e recolhê-los, antes das chuvas ou outras ocorrências prejudiciais.

Um dos processos tradicionais de colheita é a derriça, arrancamento com as mãos dos grãos presos a cada galho. Chama-se derriça natural deixar que o grão seco caia do pé sobre um pano de que se coloca no chão com antecedência. Finalmente, catação é a colheita manual, grão a grão, que, embora mais demorada, seleciona melhor; procedida a colheita, o café passa por um tratamento industrial, que pode ser por “via seca”(no terreiro) e “via úmida” (nos lavadores) ³⁴¹.

Essa receita – a da *colheita* -, ao contrário da convencionalmente contratada para o *trato*, flutuava de ano para ano, pois dependia da produção, que em áreas novas e com alta média de produção por pé, era mais lucrativa ³⁴². Também essa seria uma das razões que levavam os colonos sempre mais para as áreas de fronteira.

Na última década do Império, o colono recebia de 40\$000 a 50\$000 anuais para cuidar de 1000 pés de café e de \$300 a \$600 por alqueire de café colhido. De acordo com a Comissão Central de Estatística, em Relatório de 1888, pagava-se 50\$000 para cuidar de 1000 cafeeiros e \$300 por 50 litros de café colhido. Essa renda resultava para uma família de 5 pessoas, em uma economia anual de 1.000\$000 ³⁴³.

A questão da medida do café colhido sobre a qual recairia o pagamento da colheita, teria representado motivo de constantes desavenças entre colonos e fazendeiros, conforme se patenteia:

Colonos agredidos e fazendeiro multado. Na fazenda Guerra no município de Bebedouro, uma colona ao informar o fazendeiro que o hectolitro de medir o café tem 65 e não 50 litros é surrada juntamente com seu marido, um filho de 12 anos e uma filha de 15. O marido fica

³⁴¹ - In: LAPA, José R. do Amaral. Op.cit., 1986, p. 59-60.

³⁴² - O cafeeiro, de maneira geral, produzia fartamente nos anos de condições climáticas favoráveis, porém, depois de uma grande colheita, seguia-se um período de dois ou mais anos de descanso, para novo reinício. Geadas e granizos também afetavam o volume da colheita.

³⁴³ - PETRONE, M. Thereza S. “Imigração assalariada”. In: HOLLANDA, S.B. História Geral da Civilização Brasileira. S. Paulo, Difel, 1969 - tomo II - vol. 3, p. 275. Apud: MERTZIG, L. Op. cit., 1977, p. 92.

*com um braço quebrado e a cabeça partida pela surra. É levado para exame na cidade e o fazendeiro é multado pela agressão em 60\$000*³⁴⁴.

*Em 1913, os operários de várias zonas, notadamente de Ribeirão Preto, declararam-se em greve, exigindo melhor salário. Em relação à medida, o movimento grevista tem obtido ganho de causa porque, sendo o alqueire legal de cinqüenta litros, o Patronato consegue, facilmente, chamar os infratores à boa razão, de modo que, quando as medidas empregadas sejam de capacidade superior a cinqüenta litros, o excesso é pago na mesma base do preço ajustado para a medida legal*³⁴⁵.

Afora os contratos de colono que eram firmados contemplando acordos para o *trato* e a *colheita*, encontramos nos Registros Cartoriais, nos livros de escrituras, muitas variações e combinações de contratos que eram selados naquela região.

Tais variações traduziam-se em contratos mistos, nos quais os acordos entre as partes não era fixo, sendo o mais frequente deles aquele que envolvia o contrato (padrão) para *trato* e *colheita*, sendo esta, porém, realizada *à meia* e não através de um pagamento fixo por alqueire de 50 ou 100 litros como era usual³⁴⁶. Deste modo, Romão Perez, possuidor de

*...um sítio na Fazenda das Posses, deste distrito, com 6.000 pés de café, entrega a [...] para zelar, conservar, fazer colheita, secagem e replantação desse cafezal, cujos lucros dividirão. Como garantia de trabalho, fornece ele também para o segundo, casa de moradia, pastos para alimentação de seus animais e cobertura nas despesas oriundas desse trabalho, bem como a título de gratificação 500\$000 (quinhentos réis) na manutenção de cada pé de café que fôr conservado na sua idade [...]*³⁴⁷.

³⁴⁴ - Jornal A TERRA LIVRE. S.Paulo, Ano I, nº 21, 27 de nov. de 1906 - Secção Ecos das Fazendas. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, vol. II, pp. 60/1.

³⁴⁵ - RELATÓRIOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. S.Paulo, 1913, p. 200.

³⁴⁶ - A esta modalidade teria se submetido a família de Seu Ildefonso, entre os anos de 1909/11, na terceira fazenda em que se empregavam. Vide ANEXOS , Contrato VI, *Escritura Pública de trato e colheita à meia*, p.365.

Observe-se que por essa modalidade de contrato, o fazendeiro se desobrigava de qualquer pagamento pelo *trato* ou *carpa*, restando ao colono a cota estabelecida pela *colheita*, neste caso, a metade.

³⁴⁷ - *Escritura Pública de Contrato de trabalho*, de 05.07.1911. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Note-se a alusão à modalidade de *colheita à meia*.

Constatamos, no exame dos contratos localizados, a existência de outras adaptações que eram realizadas, às quais, muito provavelmente, buscassem acomodar condições e interesses específicos, ajustando-se ao contexto local.

Temos como exemplo, para ilustrar, o contrato para *trato e colheita* combinado com *formação* ³⁴⁸, em decorrência do qual se deduz que a cultura cafeeira da fazenda em questão provavelmente tivesse enfrentado problemas de manutenção, a considerar que não se trata de um caso típico de *formação* – cita-se textualmente o replante de mudas -, e também não se caracteriza como caso de expansão da cultura inicial.

Tais contratos configuram as inúmeras modalidades e variações de acordos que se estabeleceram naquela região, aos quais se submetiam as famílias colonas, que alternavam opções buscando aquela que melhor lhes conviesse:

Quando ele chegou [agora pela segunda vez] foi trabalhar lá na fazenda do Querubim Franco, lá perto de Bebedouro e aí ele fez 9 meses, trabalhou lá colhendo a colheita do café, chegou fora de tempo já. E trabalhou lá 9 meses. E nesses 9 meses, aos 8 dias, eu nasci, que ele estava lá, que chegou da Espanha, e já vim com 9 meses para a outra fazenda.

Lá [já nesta outra fazenda] teve 4 anos. Já lembro de tudo naquela fazenda. Era o Otaviano Ferraz, o cunhado do Querubim Franco; só atravessar um espigão e vim pr'a outro, eram alijadas as fazendas; aqui, foi 4 anos colono de café; já formado, só trabalhar e colher... secar no terreiro; mas era uma espanholada lá..., lembro quase de todos lá, que trabalhavam naquela fazenda né, e lá, meu pai, eu já lembro, quando meu pai ia receber o pagamento todo sábado, eu ia com ele.

Antigamente, era assim: meu pai pegava a cadernetinha, disso me alembro, ia com ele, uma franguinha atrás dele, eu lembro que o patrão estava deitado naqueles tempos, né, numa rede, parece que estou vendo - olha, com 4 anos -, ele levantava, ia numa mesinha, escrevia, escrevia, dava a cadernetinha pr'o meu pai...; lá fez 4 anos; ele pegou um café de meia e quando fazia dois anos que estava trabalhando naquele café, tirou 600 sacos, 300 pr'o patrão, 300 pr'a ele, e lá ele foi e vendeu o saco a 10 mil réis; daí, ganhou pr'a comprar um sitinho. Comprou um sitinho aqui

³⁴⁸ - Vide ANEXOS, Contrato VII, *Exemplo de Contrato Misto: trato, colheita e uma variante da formação*, p.366, pelo qual também se evidencia a evolução dos valores então pagos na segunda década do século, sendo: para o *trato*, 100\$000 réis (cem mil réis) por mil pés, representando o dobro do que se pagava há dez anos e o valor estipulado para a colheita, 1\$000 réis (um mil réis), para cada alqueire de 100 litros, também configurando um acréscimo percentual considerável.

*no Córrego do Matão, 25 alqueires, pagou 3.500\$000 [três contos e quinhentos], eu tava com sete anos, era 1913*³⁴⁹.

Como se depreende do relato, o contrato a que estava submetido o pai de D. Teodora era um típico contrato à meia, segundo o qual o colono recebia a parte que lhe fora destinada após a colheita e o beneficiamento do produto (o café em sacos, ao qual ela se refere, já era beneficiado).

Fica patenteado entretanto que, muito provavelmente, esse fazendeiro efetuasse antecipações salariais pelo *trato* desse cafezal, às quais anotava na *cadernetinha*³⁵⁰ referida por D. Teodora.

Não consta ter sido esse um procedimento habitual. Com efeito, o pagamento pelo *trato*/*carpa* era feito mensal ou trimestralmente.

Encontramos, no entanto, um anúncio em periódico de língua espanhola³⁵¹, pelo qual se oferecia trabalho a colonos e onde essa prática era adotada:

na Hacienda Villa Bella - Estação S.J.do Rio Pardo - Ferrocarril de la Línea Mogiana, pagándose 250\$000 réis por cinco escardas anuales, 1.200\$000 réis por saco de 100 l. de café recolectado [e afirmando ao final:] los pagos se efectuan semanalmente, todos los sábados. El colono tiene casa para vivir, pastos para criar ganado y tierras para plantar cereales. Y, a cuenta de trabajo, efectúa la hacienda los necesários anticipos.

Na caderneta eram lançados além do crédito, o débito que o colono ia assumindo com o patrão, principalmente aqueles com o armazém, geralmente pertencente à fazenda, e onde o colono adquiria todos os produtos necessários ao sustento da família.

O armazém da fazenda também representou *pivot* de muita discórdia suscitada entre as partes. Acusava-se o fazendeiro de cobrar preços abusivos na venda dos produtos que eram comprados pelos colonos:

³⁴⁹ - Fragmento de depoimento. D. Teodora Dias. Vila Novais, 1981.

³⁵⁰ - O uso da caderneta torna-se obrigatório a partir de 1907, pelo Decreto 1458, e em se tratando de trabalhador rural cujos serviços tivessem sido contratados pela Agência Oficial de Colonização e Trabalho. Sabe-se no entanto que, embora somente a Agência pudesse mandar confeccionar tais cadernetas e também entregá-las aos colonos por ela contratados, uma tipografia da Capital começou a imprimir-la e a vendê-la aos fazendeiros. Esse fato vai gerar inúmeros mal entendidos entre os colonos que, munidos da sua caderneta, vinham a Agência prestar reclamações, a qual não podia acatá-las, visto não terem sido eles por ali contratados. In: HUTTER, L.M. *Op. cit.*, 1986, p. 103 e ss.

³⁵¹ - JORNAL EL DIÁRIO ESPAÑOL. S. Paulo, 18.01.1913, p. 4. Grifos nossos.

*Exploração no armazém e trabalho excessivo. Na fazenda de Henrique Tibério em Córrego Rico, os colonos levantam-se às 4 da manhã e labutam bestialmente até às 7 da noite, dormindo em abjectas pocilgas. Para comer, uma família de 3 ou 4 pessoas recebe semanalmente do fazendeiro 2 k. de farinha, 1 garrafa de azeite e 1 k. de sal; uma família de 5 ou 6 pessoas recebe 3 k. de farinha e o resto em proporção. Os colonos pagam por esses gêneros por um preço exorbitante, ficando assim sempre em débito e não podendo abandonar a penitenciária. Não podem vender nada fora, nem milho, nem feijão e se criam um porco o patrão fica com ele dando em troca uma insignificância*³⁵².

Outra particularidade revelada pela consulta aos contratos que eram pactuados naquela região diz respeito à contratação coletiva de colonos para o trabalho em uma mesma fazenda.

Exemplar dessa modalidade que então se praticava, é o caso do grupo de imigrantes espanhóis aqui sendo contratados por um fazendeiro também espanhol, para o *trato* do cafezal por eles anteriormente *formado* (Ver em ANEXOS, Contrato VIII, *Escritura pública de contrato coletivo para o trato do café e colheita à meia*, p.367).

Trata-se, como ficou evidenciado, de um curioso contrato pós-datado, pois, com efeito, as primeiras tratativas, provavelmente firmadas verbalmente, ainda para *formação* do cafezal, tinham sido realizadas com alguns empleiteiros em 1910, há quatro anos, portanto.

Em 1914, data desse contrato, mês de abril, início de outono, muito provavelmente esse cafezal, de quatro anos, já tivesse com muitos frutos, os quais amadureceriam a partir de maio/junho, quando, então, precisariam ser colhidos. E o seriam, neste caso, estranhamente *à meia* - quando a praxe estabelecia que o fazendeiro cederia ao colono essas colheitas durante o período de *formação* -, desde a primeira colheita, até a do ano correspondente ao término do contrato, isto é, o quinto ou o sexto ano, quando então seria dado por findo o contrato e o formador devolveria as lavouras já em produção ao fazendeiro, o que lhe garantiria produção por mais 30 anos, no mínimo e para a qual contrataria, aí sim, em regime de contrato anual, colonos para seu *trato* e *colheita*.

As relações entre fazendeiros e colonos, referidas a contratos de trabalho, quer fossem escritas ou verbais, foram, durante todo o período investigado, objeto de constante litígio.

³⁵² - Jornal A TERRA LIVRE. S.Paulo, ano I, nº 21, 27 de nov. de 1906 - Secção Ecos das Fazendas. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, vol. II, p. 61.

Via de regra, as reclamações que surgissem eram encaminhadas ao Patronato Agrícola, o qual, a partir da sua criação, patrocinava gratuitamente as ações judiciais movidas pelos colonos.

De 1912 a 1920 o Patronato cuidou de um total de 4.277 casos, uma média de 475 por ano, muitos dos quais eram estabelecidos (quer dizer, resolvidos) privadamente após a intervenção daquela agência. Naqueles casos estabelecidos sob os auspícios do Patronato no período 1912-20, os trabalhadores agrícolas envolvidos receberam um total de 1.277.139 mil réis. Para uma estimativa da importância de tal soma, três mil réis por dia era um elevado salário médio diário para os trabalhadores neste período. Àquela taxa, o total de casos equivale aos ganhos salariais de 425.700 homens/dia³⁵³.

Tais reclamações eram de toda ordem, porém, a considerar as motivações para as queixas apresentadas pelos colonos espanhóis ao Patronato Agrícola, o *inadimplento contratual* (isto é, a falta de pagamentos) apresenta-se como o campeão absoluto.

A ele seguiam-se, ainda, multas (geralmente impostas por trabalhos não realizados ou alegação de indolência); despedidas, interpretação de contratos, retenção de mudança, descontos indevidos, maus tratos, exigência de contrato escrito, falta de meios de subsistência, exigência de casa melhor, retenção de bens, dentre outros³⁵⁴.

Porém, as contendas existentes nas fazendas não provinham apenas de desentendimentos entre fazendeiros e colonos, sendo bastante comum o estranhamento desses com o pessoal encarregado, como os administradores e os fiscais, as quais geralmente acabavam na delegacia.

A esse propósito, temos:

Colonos não recebem. Na Fazenda S.Cruz de propriedade de Eduardo Pereira da Silva em Bebedouro, o fiscal da fazenda rachou a cabeça de um colono e este vai procurar o delegado de polícia local. O ingênuo colono foi queixar-se ao delegado de polícia [...] o fazendeiro não pagou os colonos e não cumpre direito os contratos de trabalho. Além disso,

³⁵³ - Cf. : HOLLOWAY, Thomas. Op.cit., 1972, p. 175.

³⁵⁴ - RELATÓRIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, ano 1922, p. 758, consoante aos dados do ano anterior.

*exige muito trabalho e dá pouca alimentação, fora a violência que impera na fazenda*³⁵⁵.

As multas, aliás previstas, conforme vimos, nos contratos de trabalho anteriormente discriminados, poderiam incidir ainda sobre uma série de “transgressões” dos colonos, como fica evidenciado abaixo:

*Multa sobre colonos. Colono Rampazzi além de apanhar de administrador foi ameaçado com revólver. Além disso, foi multado e marcado na sua carteira [caderneta?] o valor das seguintes multas: 40\$000 por ter queimado 4 pés de café; 50\$000 por ter caçado um pássaro [!]; 80\$000 por ter dado quatro tiros no mato; 50\$000 por ter matado uma saracura; 40\$000 por ter atirado em animal selvagem; 18\$000 por ter apropriado dois pedaços de madeira*³⁵⁶.

As reclamações dos colonos, podiam, eventualmente ser encaminhadas diretamente ao Consulado. Os vice-cônsules eram os representantes consulares locais, mantidos nas principais cidades do interior. Não nos parece, contudo, que esta opção tenha sido a preferida dos colonos espanhóis, haja vista as queixas que eram veiculadas contra esses funcionários na imprensa periódica local de língua espanhola:

*Los representantes de España no son aqui funcionarios politicos o administrativos, hombres que encarnan el derecho legislado, españoles convertidos en adaildes de sus compatriotas, hermanos de sus hermanos de nacionalidad. No: son Césares de secano, tiranos trasnochados, dioses en miniatura que pretenden disponer a su antojo de la suerte de las criaturas [...]; Alguns señores Vicecónsules - que todavia no han podido llegar a comprender que para ser buena autoridad española en este país la primera y más apreciable condición es la de tratar a puntapiés, despreciar y no dar oídos a sus compatriotas*³⁵⁷.

Na fazenda Pau d'Alho, em Cravinhos [...] um colono alterou-se por motivo fútil com o filho do patrão. O fazendeiro prende o colono e chama a polícia local. Quando a polícia demandava a fazenda, encontrou no caminho um grupo de colonos que se dirigiam ao agente consular para

³⁵⁵ - Jornal A TERRA LIVRE. S.Paulo, Ano I, nº 1, 28 de jun de 1906 - Secção Ecos das Fazendas. Apud: BARRIGUELLI, J.C. *Op. cit.*, 1981, vol. II, p. 56.

³⁵⁶ - Jornal A TERRA LIVRE. S.Paulo, Ano I, nº 2, 13 de jan. de 1906, Secção Ecos das Fazendas. Apud: BARRIGUELLI, J.C. *Op. cit.*, 1981, vol. II, p. 50.

³⁵⁷ - Jornal LA VOZ DE ESPAÑA, nº 406, de 19.03.1908, p. 1. *Adail é cabo de guerra.*

*pedir sua interseção na libertação do colono. A polícia revistou todo mundo e apreendeu as armas que portavam. Falou em nome dos colonos junto ao agente consular o Sr. Barracchini que solicitou do agente sua ação na soltura do colono e que intercedesse junto ao fazendeiro para que esse pagasse os salários atrasados. O agente pediu para os colonos sossegarem que o fazendeiro cumpriria a promessa. Quando na rua solicitaram a soltura do colono a polícia reprimiu violentamente com forte pancadaria. Até o próprio agente consular acabou apanhando*³⁵⁸.

Ou, então:

*[...] O vice cônsul de S.Carlos aconselhou a greve por um dia. Retomada a greve, acudiu o delegado de Araraquara com 10 soldados, havendo cuteladas e prisões... Os salários não foram pagos porque o agente consular recebeu 500\$000 para dar razão ao patrão*³⁵⁹.

... à tardinha, o trole do vice-cônsul fez-se anunciar pela poeira enovelada. Ao lado do cocheiro, Gabriel descrevia mais uma vez, acrescentando novos detalhes, o abuso de que fora vítima. Agarrado à almofada que separava o assento dianteiro do de trás onde a autoridade se comprazia em ouvir e observar, o colono esbravejava, agitando sem parada o braço livre e apontando a porteira...

Um primeiro tiro cobre a sua voz e semeia areia sobre os dois homens. Claro que havia sido apenas um tiro de aviso. Nenhum acompanhante do feitor erraria um tiro de tal distância.

Gabriel emudece e o cônsul ulula uma ordem de retirada. O feitor com os seus homens, metido além do arvoredado está disposto a permitir que façam tudo, menos continuar na direção da porteira. O carro está parado, os gritos de Gabriel mais altos do que tudo:

- Descer? Como descer? E se me matam? O senhor não viu? Descer aqui, eu?! O senhor está louco? Mas, afinal de contas...

Mas o cônsul sabe o que deve fazer em tal situação. Põe de lado a dignidade consular, pede o auxílio do cocheiro amedrontado e no momento seguinte Gabriel está no chão, aturdido, o pavor empalidecendo-lhe o rosto e pondo-lhe tremura nas pernas.

Um segundo tiro levanta torvelinhos de areia e apressa a partida do trole. Gabriel custa a levantar-se. Não há senão ir para casa.

Para trás, para a esquerda, para a direita está o campo raso.

Aquelas carabinas podem derrubá-lo antes que corra cinco passos. A porteira está aberta e três homens junto dela, relhos na mão, esperando

³⁵⁸ - Jornal A TERRA LIVRE. S.Paulo, ano I, nº 18, 9 de out. de 1906. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, vol. II, pp. 58/9.

³⁵⁹ - Jornal A TERRA LIVRE. S.Paulo, ano I, nº 18, 9 de out. de 1906. Apud: BARRIGUELLI, J.C. Op. cit., 1981, vol. II, p. 59.

com visível paciência que o colono, todo humilde, se resolve a passar por entre eles.

Da porteira à colônia medeia quase meio quilômetro. A corda que o feitor lhe atou à cintura tira a Gabriel a vontade de correr. O próprio feitor segura firme a ponta da corda enquanto os dois homens manejam o relho. Até a porta da casa onde se apinham em desespero a mulher, as filhas e o menino, os dois relhos, compassadamente, caem sobre as costas, os ombros, as pernas de Gabriel. A boca de Gabriel, porém, não se abriu, não se moveu.

É quase noite e toda gente da colônia está com os olhos tão grandes como nunca.

Na manhã seguinte, sem dizer palavra, sem verter uma lágrima, sem olhar para os lados, sem descerrar os dentes que fendem a carne rubra dos lábios feridos, Gabriel arranca, um a um, os pés de milho. Atrás dele, Mateus, o filho ³⁶⁰.

Pelo exposto, justifica-se a pouca confiança que a autoridade consular inspirava nos colonos, evidenciada, ademais, pelo pequeno volume de reclamações que lhes eram encaminhadas, quando comparadas às que eram destinadas ao Patronato.

No Quadro XXIV, abaixo, temos esse demonstrativo:

QUADRO XXIV

RECLAMAÇÕES ENCAMINHADAS AO PATRONATO E AO CONSULADO POR IMIGRANTES ESPANHÓIS ANOS 1923-1928

ANOS	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Patronato	244	148	157	218	177	189
Consulado	11	05	05	06	08	11

Fonte: Relatórios da Secret. da Agricultura dos respectivos anos agrícolas. Quadro elaboração própria.

Muitas vezes, essa função era exercida por intermediários, na pessoa de algum membro da comunidade local, geralmente pequenos comerciantes estabelecidos nas cidades do interior.

³⁶⁰ - DONATO, H. Op.cit., 1980, pp.78/9.

*Outra possibilidade do reclamante era acudir al director del único periódico en español desde principios de siglo, **La voz de España**, Sr. Eiras Garcia. **La voz**, atacada tanto por los representantes consulares como por las autoridades del Estado, cargaba sus tintas por la situación a la que veían sometidos sus paisanos y la escasa o nula protección que les brindaba el consulado. Em 1917, el periódico desató una campaña desacreditando a los representantes españoles por el desamparo de la colonia en San Pablo*³⁶¹.

Os Relatórios da Secretaria da Agricultura somente possuem estatística discriminando a nacionalidade dos reclamantes, a partir de 1920, sem, entretanto, esclarecer qual a natureza da ocorrência. De qualquer modo, pelo Quadro XXV abaixo, apresentamos um comparativo do número e da nacionalidade (cinco principais) dos colonos reclamantes para os anos de 1920-1928.

QUADRO XXV

COMPARATIVO DO NÚMERO E NACIONALIDADE DOS COLONOS RECLAMANTES 1920 A 1928

	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Italianos	327	237	202	540	276	269	281	258	329
Espanhóis	142	144	122	244	148	157	218	177	189
Portugueses	132	80	74	167	140	136	137	143	158
Alemães	17	74	58	39	25	85	77	58	31
Brasileiros	71	127	95	176	195	225	213	208	253

Fonte: Relatório Secretaria da Agricultura. Ano 1928, p.17.

No ano de 1923, como se pode observar, cresceram significativamente as reclamações de colonos contra os fazendeiros. É muito provável que isto ocorresse em função da crise geral que se instalara pela baixa sofrida nos preços internacionais do café nos anos de 1922/23, o que, certamente acabava interferindo nas relações trabalhistas.

³⁶¹ - GONZÁLEZ MARTINEZ, E. *Op. cit.*, 1990 a, p.156. Consta que por conta dessa e de outras iniciativas na defesa de membros da colonia e do enfrentamento direto que promovia junto às autoridades consulares, estes se defendiam denegrindo sua imagem. **La Voz de España**, editado desde inícios do século em São Paulo, passou a designar-se posteriormente **El Diario Español**, cuja série cobrindo os anos de 1912 a 1922 microfilmamos e pretendemos analisar numa fase posterior.

Com efeito, na década anterior, do após guerra, os mercados estrangeiros haviam recuperado o poder de compra do café brasileiro, e inclusive os Estados Unidos, o nosso maior comprador, aumentara sua demanda. Se no período de 1914-15, os preços do café eram inferiores a 500 réis por quilo, passam logo depois a 1\$600 (um mil e seiscentos réis), patamar em que se conserva até 1920, conhecendo uma baixa em 1920-21, e reagindo novamente, para atingir patamares de 4\$000 (quatro mil réis) em 1924-1925 ³⁶².

Remetendo agora à questão da locação de mão-de-obra, pudemos verificar que, tão logo adquiriam propriedade, geralmente *sem qualquer benfeitoria* os imigrantes reproduziam, agora com seus colonos, as mesmas modalidades de trabalho a que antes haviam sido submetidos. Temos o caso do Sr. Tercifon:

A primeira família que nós pegamo foi em 14; veio uma família espanhola que chamava Modesto, eram de Cáceres; Pegamos eles por seis anos, tudo que desse era pr'a eles [referia-se à concessão de plantar e vender mantimentos], naqueles dois alqueires aí do Córrego Seco pr'a lá; dois alqueires, 4.000 pés de café.

Depois veio um tal de Juan Pérez, esse plantou e dava aula ³⁶³, esse daí pegou tudo que dava pr'a ele, por seis anos; quando venceu [o prazo] ele já tinha juntado 5\$500 (cinco contos e quinhentos mil réis), pegou e comprou 50 alqueires em Presidente Prudente, e meu pai, sócio com ele, mais 50 alqueires [...]; porque aqui era mais caro no, e lá com 5 contos ele comprava 50 alqueires....

Depois que compramo mais [propriedades], pegamo mais famílias pr'a trabalhar; de 1912 para cá chegamo a ter 50.000 ou 60.000 pés de café.

A família de D.Carmem Dueñas havia experimentado sucessivas experiências de trabalho em propriedades de espanhóis. Conforme seu relato, um desses proprietários tinha sido um tio de Seu Tercifon, para onde se mudaram *pegando* uma empreita de café.

Quando chegamo, em 1918, [a chamado do tio, administrador de uma das fazendas de Ramón Sanchez ³⁶⁴] ficamos três anos trabalhando na fazenda do Ramón; viemos de Granada [...] junto com outras cinco famílias, vizinhos e parentes; chegamo em Santos e o meu tio mandou carro buscar nós. Viemo direto prá fazenda de Ramón Sanchez, a colônia era

³⁶² - Conforme MONBEIG, P. *Op. Cit.*, 1984, p. 114.

³⁶³ - O interessante episódio do colono espanhol que, além de formar empreita na fazenda do pai de Seu Tercifon, ainda ministrada aulas aos familiares, colonos e filhos desses, primeiramente em um único turno, depois ampliado para dois, no início da manhã e depois do expediente, e que chegou a reunir 70 alunos, será relatado detalhadamente adiante.

³⁶⁴ - O caso particular envolvendo a trajetória de Ramón Sanchez será explorado oportunamente.

muito grande, todo mundo era espanhol; tinha umas noventa casas de colonos por essa época, é tudo igual as casinhas aí, nós morava aqui desse lado da entrada [indicando]. Nós ficamos três anos lá. Depois, meu pai pegou uma empleita boa nos Cabrera, daí largou o Ramón. Ficamos 18, 20 anos no Córrego Seco. Eu me casei lá, na fazenda do meu sogro [Antonio Sanchez Parra].

Temos também o caso da família Blasque Sanchez:

Em 1912 já pusemo uma família espanhola, conhecidos lá da Espanha [para trabalhar na propriedade que recém haviam adquirido]; eles eram em quatro, o casal, uma filha mulher, um filho homem. Nós demos para eles formar o café por seis anos, demos a roça e a casa feita pr'a eles e o que desse lá, café, mantimentos que plantava, milho, amendoim, feijão, arroz, era tudo pr'a eles. Pagamento nós não dava, ficaram até acabar o tempo, depois foram embora.

E ainda o caso de D.Teodora:

[Meu pai] depois de algum tempo que ele formou um pouquinho de café, já pegou duas famílias, fez duas casas, antigamente de barro e madeira, chão de terra, e pegou duas famílias, uma teve oito anos, eram da Provincia de Almería[...]; eles moravam por ali, foram pedir serviço, meu pai derrubou o mato que tinha, mandou derrubar e plantaram café.

Os três casos relatados deixam entrever algumas evidências comuns, como a preferência desses novos proprietários espanhóis por colonos também espanhóis, tendo ou não prévio conhecimento da Espanha.

Fosse como fosse, há registro das reclamações que eram encaminhadas ao Patronato igualmente contra fazendeiros espanhóis, a partir de 1923. Novamente aqui, pelos dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura, não temos como avançar na análise da natureza e nem da origem dessas reclamações. Isso posto, pelo Quadro XXVI, um comparativo das reclamações que foram encaminhadas entre 1923/28 às quatro principais nacionalidades a que pertenciam os proprietários de fazendas.

QUADRO XXVI

QUADRO COMPARATIVO DA NACIONALIDADE DOS FAZENDEIROS CONTRA OS QUAIS HOUVE RECLAMAÇÃO 1923/1928

Nacionalidade	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Brasileira	218	200	174	245	259	245
Italiana	87	83	121	126	99	103
Portuguesa	33	46	42	49	38	45
Espanhola	25	36	35	26	40	36

Fonte: Relatório Secretaria da Agricultura, 1928, p.18.

Outra preferência (ou necessidade, dadas as circunstâncias), referia-se à modalidade de contrato - verbal, segundo consta -, para a *formação*, o que seria mais do que justificável, quer do ponto de vista do recém proprietário, a considerar que esses colonos geralmente adquiriam, como ficará esclarecido mais adiante, propriedades *no mato* como diziam, sem qualquer benfeitoria, as quais eles tinham que desmatar utilizando toda a força de trabalho familiar na derrubada, para, só depois, dar início às roças.

O contrato de *formação*, de certo modo, também atendia às expectativas do colono, que através dele, não tinha apenas a prerrogativa do usufruto das primeiras colheitas, mas, e sobretudo, podia plantar e comercializar os *mantimentos* ³⁶⁵.

Com efeito, parece não restar dúvida do caráter das primeiras aquisições dos imigrantes, geralmente propriedades de pequenas dimensões, onde, após se instalarem precariamente e procederem ao desmatamento necessário, buscavam famílias de formadores para dar início ao cultivo do café.

O contrato de formador, portanto, tinha aqui um duplo caráter: acolhia as expectativas do colono no sentido de poder plantar mantimentos (e vendê-los) e não requeria, por parte do proprietário, investimento de capital e desembolso com salários.

³⁶⁵ - O Contrato IX, *Escritura pública de contrato sobre plantio, tratamento e formação de café* em ANEXOS, p.370, firmado entre fazendeiro e colono, ambos espanhóis, contém, em tese, as mesmas cláusulas e privilegia as mesmas condições que regiam os acordos verbais praticados entre os espanhóis, proprietários de um lado, e colonos, do outro, anteriormente mencionados.

A tentativa de abordagem dos salários que eram percebidos no colonato - para o *trato* e a *colheita* -, pela própria dinâmica estabelecida pela economia cafeeira, afigura-se uma prática reconhecidamente espinhosa:

Qual é o ganho annual do trabalhador agrícola? As condições variam de ponto para ponto; pode, entretanto, calcular-se que o colono recebe sessenta ou oitenta mil réis por mil pés de café. É o recurso certo, uma espécie de salario minimum fixo. Accrescente-se a isto a jornada de alguns dias de trabalho a dois mil réis, pouco mais ou menos. Um elemento ainda mais irregular no rendimento d'uma familia de colonos, é o que ela recebe pela colheita. Consultando os livros d'algumas fazendas, pude verificar até onde ia essa irregularidade. Ora é mínimo o salário pago pela colheita, ora só elle excede todos os outros recursos da colonia. É calculado a tanto por medida de fructos entregue pelo colono. Quando os ramos estão carregados, não somente a quantidade recolhida é maior, mas ainda o trabalho é mais rápido, é mais productivo o dia. Os annos de boa colheita são para os colonos como os annos d'abundancia para os fazendeiros. Com elemento assim tão variável, como calcular a receita annual do colono?

A mesma dificuldade é aqui apontada para a coluna das despesas:

*Quanto às despesas não podem ellas ser calculadas com exactidão. Uma família economica redul-as quasi a nada, se tem a fortuna de não ser accomettida pela doença, de passar sem médico, sem pharmácia, sem padre*³⁶⁶.

Tal dificuldade ocorre porque, como vimos, os contratos de trabalho não se consituíram um padrão rígido seguido por todos. Pensamos mesmo que o padrão, neste caso, representou-se pela exceção, tal a diversidade de situações que ensejavam tipos de contratos diferenciados, em sua maioria promovendo variações e adaptações decorrentes de condições específicas locais.

A mesma dificuldade parece acometer aos salários; contudo, é necessário que empreendamos a contabilização de todos os indicadores disponíveis na tentativa de avaliar a dinâmica que se processou no colonato e em que medida esse sistema - consideradas todas as suas variações -, deu conta de atender as expectativas dos colonos, inoculadas e alimentadas já no país de origem e o que exigia concretamente desse colono para a viabilização de seus propósitos³⁶⁷.

³⁶⁶ - DENIS, Pierre. *Op. cit.*, s/d, pp. 182/3.

³⁶⁷ - Na esteira dos casos de aquisição de pequenas propriedades por parte dos imigrantes espanhóis, identificados na documentação aqui investigada - e reafirmados pelos depoimentos -, surgem algumas indagações, tentando relacioná-los à diversas variáveis, como o provável aproveitamento das oportunidades surgidas, ensejadas quer por fatores de ordem local - como retalhamento de glebas virgens -, quer relacionando-os às oscilações de mercado, que poderiam determinar com que proprietários

Sabemos que qualquer discussão entre salários (receita) e custo de vida (despesa) deve levar em conta a importância da renda não monetária de que dispunha o imigrante no colonato. Tais rendas não monetárias traduziam-se pela moradia, que ele recebia do fazendeiro, isso em qualquer modalidade de contrato, mas também no usufruto dos alimentos que lhe era permitido plantar, os quais, muitas vezes, não se prestavam apenas a alimentar a si e sua família, sendo também comercializados.

Se considerarmos que a moradia e a alimentação constituiriam uma porcentagem do custo de vida dessas famílias - Holloway³⁶⁸ sugere em torno de 70% -, verificamos não ser desprezível esse fator não monetário, o qual certamente ainda assegurava uma garantia ao colono, posto que a receita proveniente do salário monetário era objeto de constante flutuação³⁶⁹.

*Para uma família de colonos estrangeira, composta de 10 pessoas das quaes seis aptas para o trabalho e mais uma mulher que se occupa da casa, e tres menores, o que esta família gasta por ano, approximadamente para a sua manutenção é de R\$ 2.350\$000, incluindo remédio, médico, etc., não levando em conta a pequena criação, algum milho e arroz plantados nos cafezaes, como ajutório a sua manutenção*³⁷⁰.

De qualquer modo, a oscilação que se deu nos salários em dinheiro, muitas vezes eram resultantes de outros acertos ou compensações que eram firmados entre as partes; temos exemplos de contratos, em que o colono sequer recebia salário monetário, e cujo acordo previa apenas colheita *à meia* com o patrão (vide ANEXO, Contrato VI, p.365), ou, em outros casos, *formava* a fazenda de café e era beneficiado com as primeiras colheitas e com a possibilidade das culturas intercalares para consumo e venda.

utilizassem da estratégia de vender parte de sua propriedade – geralmente terras impróprias ao cultivo do café -, para levantar fundos em ocasiões específicas.

Outra possibilidade, aliás aventada em um depoimento, referia-se ao custo da passagem de volta como proibitivo, porém, confrontado-se essa afirmação às estatísticas de repatriação e de reemigração, e, considerando alguns dados relativos aos preços que eram praticados pelas companhias de navegação quando comparados àqueles pagos por determinados lotes adquiridos, a questão fica ainda mais difícil de ser respondida e requer outras leituras.

³⁶⁸ - HOLLOWAY, T. Op.cit., 1972, p. 168.

³⁶⁹ - Temos, para comprovar essa afirmação, as taxas praticadas por uma fazenda dos anos de 1901 a 1930, contendo a evolução salarial para o trato por 1.000 pés anuais, e, na colheita, a cota que era paga por alqueire colhido, além dos ganhos diários por trabalhos ocasionais e dos salários diários que eram pagos aos camaradas, as quais reproduzimos na Tabela V, *Salário dos colonos e camaradas da Fazenda de Café Estrela do Oeste, Município de São Simão, SP, 1901-1930*, em ANEXOS, p. 354.

³⁷⁰ - MAISTRELLO, Guido. Op.cit., 1923, p. 558.

De modo geral, pelo contrato padrão – baseado no *trato*, na *colheita* e em tarefas ocasionais-, e sem qualquer regalia extra, o montante

que esta família ganha durante o anno é o seguinte [considerando a criação, o milho e o arroz plantados, os extraordinários]:

<i>Pelo trato de 16.000 pés de café</i>	<i>2.400\$000</i>
<i>Colheita, actualmente</i>	<i>480\$000</i>
<i>Extraordinarios</i>	<i>600\$000</i>
<i>total</i>	<i>3.480\$000</i>

*Deduzindo [...] a despesa para sua manutenção durante o ano, a família receberá no fim do anno um saldo de Rs. 1.130\$000 fructo de suas economia*³⁷¹.

Tomando-se agora outro exemplo: o de uma pequena família composta de

duas pessoas aptas para o trabalho, uma mulher occupando-se da casa e dois menores, gasta approximadamente durante o anno para a sua manutenção Rs. 1.130\$000 tendo também como auxílio cereais plantados nos cafezais. Esta família durante o anno ganhará:

<i>Pelo trato de 7.000 pés de café</i>	<i>1.050\$000</i>
<i>Colheita, actualmente</i>	<i>240\$000</i>
<i>Extraordinarios</i>	<i>460\$000</i>
<i>total</i>	<i>1.750\$000</i>

*[...] terá assim essa família economisado durante o anno 620\$000*³⁷².

Parece ficar evidenciado que o aumento do salário nominal, revelado pela evolução do mesmo na Tabela V, à p.354, em ANEXOS, não proporcionou ao colono um aumento equivalente do salário real.

Temos, a esse propósito, um comparativo entre o montante que o colono obtinha pela colheita de 50 l - atividade para a qual eram convocados todos os membros da família e cuja quantidade era variável -, e o que esse valor lhe permitia adquirir num gênero de primeira necessidade (no caso, arroz), que é

³⁷¹ - MAISTRELLO, G. Op. cit., 1923, pp.558/9.

³⁷² - MAISTRELLO, G. Op. cit., 1923, p.559. Neste caso, a receita com os extraordinários representou 75% dos ganhos totais, justificando mais uma vez a preferência do colono por contratos mistos, ou os de formação, onde as lavouras de mantimentos eram permitidas.

revelador do desgaste sofrido pelo salário real no decorrer dos anos (vide Quadro XXVII)³⁷³:

³⁷³ - Apenas como ilustração, apresentamos, no ANEXOS, Tabela VI, p.355, uma relação dos *Preços a vista de gêneros alimentícios* que eram praticados no ano de 1913. Ressalte-se que os preços sofriam enorme variação, de local para local, e, sobretudo, de fazenda para fazenda.

A questão do desgaste sofrido pelo salário real aqui demonstrada, pode remeter e, até certo ponto justificar, a prática observada entre os colonos espanhóis, de contratos que privilegiavam o sistema *à meia*, o qual, conforme observamos, detinha a sua preferência.

QUADRO XXVII

COMPARAÇÃO ENTRE O SALÁRIO RECEBIDO PELA COLHEITA DE 50 L.E O EQUIVALENTE EM LITROS DE ARROZ QUE PODIA SER ADQUIRIDO.

ANO	QUANTIDADE DE LITROS DE ARROZ
1886	2,20 litros
1889	1,45 litros
1892	1,00 litros
1896	1,10 litros
1907	1,10 litros
1912	0,80 litros

Fonte: Hall, M. Op. cit. (incompleta).Apud: MERTZIG, L. Op. cit., 1977, p. 97.

Mas, admittindo mesmo que se produziu uma redução dos salários agrícolas, um outro facto se deu todo em favor dos colonos. Foi a alta do cambio. Desde o anno de 1898, em que teve logar a primeira reorganização das finanças brasileiras, o crédito não cessou de prosperar, e pouco a pouco o valor do papel moeda elevou-se. Tinha-se visto o cambio a 6 e mesmo a 5; está hoje nas proximidades de 15. Quer dizer que o operário ao qual se dá, como outr'ora uma nota de 1\$000 réis, recebe tres vezes em moeda d'ouro o que valia o seu primeiro salário. A margem é grande. Os salários poderiam ter diminuído nominalmente a metade, e, entretanto, o seu valor effectivo augmentado.

As oscillações do cambio parecem não terem influencia sobre os salários. Assim como o preço em papel dos objectos correntes se mantém durante muito tempo, ainda que esse papel augmente ou diminua de valor, do mesmo modo a tradição mantem na mesma taxa nominal o preço dos salários; no entanto, fazendeiros e plantadores sabem igualmente o que perdem e o que ganham com a alta do papel. Os fazendeiros lastimam-se e affirmam que a alta do cambio os arruína; a mão d'obra paga a uma taxa fixa, com um papel que vale mais de dia para dia, absorve uma parte cada vez maior do preço da venda da colheita, que é invariavelmente pago em ouro.

Foi para socorrer os plantadores que o Brasil adoptou medidas tendentes a deter a alta do cambio, creando a Caixa de Conversão. Quanto aos colonos, esses aproveitam da alta do câmbio d'uma maneira muito consciente. Para o trabalhador nacional que não conhece outra moeda senão o papel, a alta do cambio passa despercebida. Não sucede o mesmo com a população immigrada, que tem o hábito, a superstição mesmo da moeda d'ouro e que pensa em transferir para a Europa economias. Os italianos trocam logo que podem o papel que recebem por

*ouro, os cambistas dão-lhe ao cambio do dia libras sterlings. Quantas famílias não possuem secretamente um pequeno thesouro em metal? O ouro moeda não existe somente no Brazil nas reservas dos bancos, encontra-se também, infinitamente dividido nas mãos dos operarios agricolas estrangeiros*³⁷⁴.

A questão das remessas de numerário para a Europa, e até mesmo da poupança feita em *ouro moeda* representa outro desafio quando referido aos colonos espanhóis.

A considerar os depoimentos, ambos inexistentes; considerando a documentação oficial e a bibliografia especializada, há poucas referências de remessas de imigrantes espanhóis no Brasil e, quando existem, não se referem aos andaluzes, levantinos ou extremenhos, as correntes majoritárias para o contexto que nos ocupa³⁷⁵.

O colono espanhol instalado nessa região, ao que consta, fazia seu pé-de-meia em mil réis, geralmente resultado de trabalho familiar, obtido através de modalidades de contrato de colono que combinavam o salário anual/fixo, no caso, para o *trato* por mil pés, e a parte variável que dependia da quantidade em medidas de alqueires que a família conseguisse colher.

Porém, esse contrato “padrão” de *trato/colheita*, no caso dos espanhóis, tanto se considerarmos os depoimentos, quanto analisando os casos de contratos de trabalho registrados em cartório - já ilustrados anteriormente -, apresenta-se, quase sempre, “combinado” com outras possibilidades, especialmente com a estratégia de plantar *mantimentos* e fazer criação de animais, para consumo e venda e, não raro, facultando-lhes a colheita *à meia*.

³⁷⁴ - DENIS, P. Op. cit., s/d, pp. 196/7.

³⁷⁵ - Estamos nos referindo ao trabalho de GARCIA LÓPEZ, J.Ramón. *Las remesas de los emigrantes españoles en América. Siglos XIX e XX*. Astúrias, Ediciones Jucar, 1992. Nele, o autor estabelece para o período a tipologia do fenômeno das remessas, quantias e modalidades, e identifica os mecanismos e instituições utilizados para o envio, bem como o destino, ressaltando, nesse processo, a figura do *indiano* que designa o imigrante enriquecido. Utiliza-se para tal da documentação contábil de organizações bancárias, bem como da correspondência comercial e pessoal dos emigrados e de escrituras cartoriais.

Os imigrantes espanhóis no Brasil recebem poucas menções em todo o trabalho, exceção ao ano de 1920/1, em que, juntamente com Argentina, Cuba, México, Chile e Porto Rico, compõe um quadro discriminando número de *giros* (operações) e o valor em *miles de pesetas* (p. 128), pelo qual se observa que a média das remessas por *giro* não diferia daqueles provenientes da Argentina ou Cuba, sugerindo, portanto, modelos semelhantes de pequenas poupanças para ambos os países, mas que, no caso brasileiro, seu volume era proporcionalmente inferior em relação à população existente quando comparada à existente naqueles países.

O Banco Español de la Plata, fundado em Buenos Aires em 1886, com filiais em Madrid, Barcelona, Bilbao, La Coruña, Valencia e Vigo, com 39 sucursais na Argentina e 15 agências urbanas só em Buenos Aires, outras 3 no Uruguai, aparece como possuindo 3 agências no Brasil (p.118).

Tais prerrogativas, não previstas no texto oficialmente proposto para o contrato de prestação de serviços, mas existente no âmbito das relações concretas de trabalho nas fazendas, passaram a representar a concessão quase obrigatória feita pelos fazendeiros, resultante da reivindicação dos colonos, que claramente se posicionavam a favor de tais contratos.

Essa questão, no entanto, pode ser avaliada sob outro ângulo, segundo o qual

*O colonato deu aos produtores de café uma flexibilidade diante das flutuações de preços que, de outra forma, não teriam. O cultivo do café estava combinado com culturas alimentares. Esse sistema permitia aos fazendeiros comprimir os salários em dinheiro nas épocas de baixa dos preços do café, sem pôr em risco a oferta de mão-de-obra, possibilitando-lhes, assim, sobreviver relativamente incólumes às sucessivas crises de superprodução. Pela mesma razão, longe de ameaçar a produção de gêneros alimentícios, a expansão do café acarretava também um aumento nas culturas alimentares*³⁷⁶.

Desse modo, o fato de o colono tornar-se proprietário de parte do produto de seu trabalho, era, do seu ponto de vista, uma vantagem a mais que poderia auferir, enquanto que do ponto de vista do fazendeiro representava a liberalidade concedida que lhe propiciaria obstar a instabilidade da mão-de-obra e ainda resolveria uma outra questão, qual seja, a do fornecimento de alimentos aos trabalhadores da fazenda, sem qualquer dispêndio adicional, isso sem contar que a produção de alimentos seria inexistente de outra forma.

*Sua principal defesa [no caso, dos fazendeiros], consiste naturalmente, em elevar a paga do colono por unidade de cafeeiro ou de café colhido, respectivamente no tratamento e colheita dos cafezais e em lhes facultar o cultivo de cereais em terrenos não ocupados por aqueles [...]*³⁷⁷.

Não nos parece, contudo, que o aumento do pagamento pelo *trato* e pela *colheita* seduzisse o colono e o convencesse a permanecer na fazenda. Os casos aqui consultados demonstram claramente que o colono, mesmo o recém chegado, conhecia o que lhe era mais conveniente e não relutava em trasladar-se, geralmente para uma fazenda em formação ou em expansão, onde pudesse realizar sua lavoura entre as fileiras do café, ou, ainda, conforme vimos em muitos casos, em usufruir de uma parcela da colheita, geralmente a metade.

³⁷⁶ - STOLCKE, Verena. Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980). S.Paulo, Brasiliense, 1986, p. 54. Grifo nosso.

³⁷⁷ - Assim se expressa Augusto RAMOS (Op. cit., 1923, pp. 212), referindo-se às fazendas onde não era possível expandir o cultivo do café, e, conseqüentemente, onde havia falta de cafezais novos para o plantio intercalar. Grifo nosso.

*Para ter a possibilidade de comprar uma pequena propriedade e fundar um empreendimento agrícola independente, o trabalhador não direciona as próprias preferências para um aumento de retribuição pelo trato e pelo alqueire [colheita], mas sobretudo para um aumento das terras a ele concedidas*³⁷⁸.

Verifica-se, pois, que a obtenção, por parte do colono, de prerrogativas contratuais adicionais ao padrão inicialmente adotado representou uma concessão compulsória dos fazendeiros frente à pressão dos colonos, consubstanciada na constante ameaça de mudarem-se para outra fazenda em busca de contratos mais favoráveis.

2. A itinerância do imigrante, a formação do pecúlio e a pequena propriedade:

Uma das questões mais controversas ensejadas pela historiografia voltada para a problemática imigratória e promovida sobretudo por brazilianistas, consiste na polêmica estabelecida acerca da mobilidade social ascendente do colono imigrante e, mais concretamente falando, sobre as possibilidades de acesso ou não à propriedade.

Quais as reais oportunidades que o colonato oferecia aos imigrantes, quanto a progredirem socialmente? Críticos da época apontavam a extrema exploração dos colonos e a forma arbitrária como os fazendeiros os tratavam, com isso deixando aos trabalhadores pouca oportunidade para melhorar a sua situação.

Em contrapartida, os defensores do colonato, acentuavam as possibilidades que ele oferecia aos imigrantes para progredir socialmente. Se os imigrantes não fossem bem sucedidos, então isso se devia a suas próprias deficiências, mais do que às condições em que trabalhavam.

*[...] A controvérsia mais recente sobre o padrão de vida e as oportunidades de melhoria dos colonos, reproduz em larga medida a polêmica anterior. Críticos e defensores, otimistas e pessimistas*³⁷⁹,

³⁷⁸ - VANGELISTA, Chiara. Braços da lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista, 1850-1930. S.Paulo, Hucitec, 1991, p. 199. Grifo nosso.

³⁷⁹ - Apenas como registro e sem a pretensão de incitar qualquer discussão, temos que reconhecer que a maioria dos trabalhos sobre a questão atribui um peso decisivo à propriedade como fator ou indicador, acreditamos que único, de mobilidade social, e o acesso a ela, constituindo um divisor de águas, coloca seus oponentes frente a frente. Entre os “otimistas” estão aqueles que, fruto de suas pesquisas, partilham da opinião de que os imigrantes conseguiram amealhar um pecúlio que lhes possibilitou o acesso à propriedade, geralmente à pequena (temos em Maurício Font (1983) e Thomas Holloway (1984), seus mais expressivos defensores); Já a ala dos “pessimistas”, que em seus trabalhos

parecem todos agora concordar que os imigrantes tinham um único desejo, a saber, sair das fazendas.

Os pessimistas afirmam coerentemente que os colonos queriam abandonar as fazendas devido às condições miseráveis, mas tinham pouca oportunidade de fazê-lo.

Os otimistas contrapõem que as condições de trabalho não eram muito ruins. Elas permitiam que uma proporção significativa de colonos economizasse o suficiente para comprar terra própria, de modo que poderiam abandonar o sistema de trabalho que supostamente lhes recompensava.

De acordo com os pessimistas, os níveis de renda e as condições gerais de vida das famílias de colonos eram miseráveis e provavelmente pioraram na primeira década deste século. Por essa razão, os trabalhadores faziam todos os esforços imagináveis, até o de fugirem à noite, para se mudarem [...] para as fazendas mais novas na fronteira; poucos conseguiram se tornar proprietários [...] pois era mais fácil economizar o dinheiro necessário para a repatriação do que a maior quantidade exigida para a compra de uma propriedade familiar³⁸⁰.

As questões aqui enunciadas, embora se refiram a um eixo central - possibilidade ou não de acesso à pequena propriedade por parte dos colonos imigrantes -, insinuam claramente uma área aberta de conflitos entre colono e fazendeiro, tanto mais exposta quanto os indícios de tentativas de contorná-la deixarem entrever.

[...] o imigrante que foi trabalhar como colono não era um conformado com os ganhos monetários reduzidos. Estava de passagem pela fazenda. Ela era apenas uma etapa no movimento pela autonomia que o próprio capital lhe havia tirado no país de origem [...]. Ao migrar, não estava indo de um lugar a outro pura e simplesmente. Estava dando direção a esse movimento no rumo do trabalho autônomo.

atestam opinião contrária, vem encabeçada por Michael Hall (1969), Warren Dean (1976) e Verena Stolcke (1986), historiadores, e por José de Souza Martins (1979), sociólogo, dentre outros.

No Capítulo “A questão da mobilidade social” (In: Historiografia da imigração para São Paulo. S.Paulo, Sumaré/Fapesp, 1991, pp. 15 e ss), Bóris FAUSTO apresenta um posicionamento dos estudos até então realizados sobre essa questão, destacando que “a *tendência geral de ímpeto crescente da imobilidade dos imigrantes, acarretando uma grande mudança social no campo, me parece, hoje, plenamente constatada*”, interrogando-se, a seguir, sobre as motivações do que ele considera o equívoco dos “pessimistas” (p. 24).

³⁸⁰ - STOLCKE, V. Op.cit., 1986, pp. 78-80, manifestando-se claramente ao lado dos pessimistas. Grifos nossos.

*Essa inquietação conformista, essa mobilidade, teve contrapartida na economia do café: a contínua oferta de mão-de-obra subvencionada pelo governo, condição da também contínua ocupação de terras novas. A reposição cíclica da força de trabalho ficava vinculada à reprodução extensiva do capital cafeeiro*³⁸¹.

*Na realidade, a pequena propriedade surgiu devido à pressão do imigrante e apesar da vontade do fazendeiro de café. Estabeleceu-se em São Paulo uma verdadeira luta entre os adeptos da criação de núcleos com pequena propriedade e os latifúndios que só pensavam em drenar imigrante para o cafezal*³⁸².

Essa área de conflitos, não sabemos em que grau, expressa ou veladamente, residia no fato incontestável de que os colonos não demonstravam a menor inclinação para permanecerem indefinidamente nas fazendas.

*O actual sistema de trabalho nas fazendas [...] gera no colono um como nomadismo consubstanciado na ancia de abandonar as fazendas de cafesaes já formados ou adultos, para se irem ajustar nas fazendas novas entre cujas filas de cafeeiros possam com largueza e pingues proventos realizar culturas accessorias*³⁸³.

Temos, e já nos referimos anteriormente, ilustrando com casos de imigrantes espanhóis, exemplos de como essa

³⁸¹ - MARTINS, J.S. O cativo da terra. S.Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1979, pp. 91/2. Grifo nosso.

³⁸² - PETRONE, M.T.S. Op.cit., 1978, p. 117.

A criação dos núcleos coloniais oficiais próximos à grande lavoura, como as colônias de Nova Odessa, Tibiriçá, Nova Europa, Nova Paulicéia, Gavião Peixoto e Campos Sales, fundados entre 1905 e 1907 - com exceção do de Campos Sales, em 1897 -, fundados na esteira da grande crise cafeeira, e logo a seguir relegados a plano secundário - já que o fundamental era suprir a grande lavoura -, será referido aqui apenas circunstancialmente e somente quando fizer referência a questões de contexto.

Assim é que: *A conversão do colono em pequeno proprietário em vez de aumentar na lavoura o déficit de braços é garantia da sua abundância e sobretudo da sua estabilidade; as fazendas situadas nas proximidades de núcleos coloniais ou nas vizinhanças das quais desenvolveu-se a pequena propriedade não lutam, pelo menos na ocasião da colheita, com dificuldade tão grande como aquelas dos proprietários de terras não favorecidos por estas duas condições.* In: "Emigração inter-regional para as colheitas". In: Boletim do Depart. Estadual do Trabalho, VI, nº 23. S.Paulo, 1917, p. 275 e ss.

³⁸³ - RAMOS, A. Op. cit., 1923, pp. 210/1.

característica não era exclusividade dos italianos, a que se refere a maioria das investigações.

No entanto, queremos crer que a problemática da itinerância deva ser remetida ao conjunto de variáveis específicas da economia cafeeira, relacionadas, por um lado, às constantes crises e desafios do mercado, e, por outro, ao inegável senso de oportunidade que tinham os colonos de aproveitar as ofertas mais favoráveis, resultantes de necessidades contextuais locais, que lhes garantiam contratos de trabalho com melhores oportunidades de fazer poupança

³⁸⁴

*Além disso, aqueles fazendeiros que dispunham de possibilidades, um mínimo de dinheiro e terras disponíveis, podiam, mesmo com a crise, efetuar novas plantações de café com o concurso de “nortistas” e camaradas e entregá-las, posteriormente, aos colonos para que as cuidassem juntamente com os cafeeiros adultos, cedendo-lhes, como compensação parcial ou total das reduções efetuadas nos salários pagos, o usufruto das terras existentes no interior de novos cafezais. Dessa forma, a massa dos colonos das fazendas de café [...] passou a se movimentar com mais intensidade de fazenda para fazenda...*³⁸⁵

A itinerância, aspecto esse revelado através das constantes andanças do imigrante, de fazenda a fazenda - que, aliás, contrariava a política imigratória segundo a qual a sua constituição em família obstaría ou inibiria -, é, portanto, um sintoma que apenas reproduz a ansiedade desse colono por tentar obter melhores oportunidades.

³⁸⁴ - Nos RELATÓRIOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA que consultamos, sucedem-se, ano a ano, os diagnósticos e as propostas de solução a respeito da instabilidade do trabalhador, juntamente com a discussão sobre a política de imigração e a política de terras e colonização, enfocando, especialmente dois problemas: a produção do café e a produção de alimentos. A questão da produção de alimentos, aliás, leva o poder público a questionar a política orientada basicamente pelas necessidades de expansão da cafeicultura, porém, o alcance dessa preocupação e das medidas concretas para colocá-lo em prática, era limitado pela efetiva importância da economia do café e pelo poder dos fazendeiros. Assim, o que vimos, foram propostas oficiais no sentido de conciliar os interesses do café com os interesses particulares dos colonos (que, em última análise, era o de transformarem-se em proprietários).

A propósito dessa problemática, que aqui abordaremos apenas circunstancialmente, e do discurso empreendido pelo poder público no decorrer desse período em questão, ver: ROCHA, Frances. Conflito social e dominação: um estudo sobre as leis de regulação das relações de trabalho na empresa agrícola, 1897 a 1930. Dissertação de mestrado em História, PUC-SP, 1982, pp. 22 e ss.

³⁸⁵ - SALLUM JR., B. Op. cit., 1982, p. 120, evidenciando as grandes diferenças que haviam entre as condições econômicas das fazendas de café, umas com lavouras altamente produtivas, com garantia de razoável margem de lucro, e outras com baixa produtividade e/ou seriamente endividadas, onde havia a necessidade de reduzir salários, atrasar o pagamento ou incrementar o montante e a frequência das multas cobradas.

Conforme evidenciamos atrás, o imigrante espanhol que se dirigiu às lavouras do oeste paulista, oriundo da Andaluzia e da Extremadura, não representava a camada mais baixa da hierarquia social - composta sobretudo pelos *jornaleros* -, e estava, no seu próprio dizer, *remediado*, entendendo-se por isso que era possuidor de *casa no pueblo, alguma terra para plantar e animais*, alguns deles admitindo, inclusive, ter embarcado *com algum dinheirinho*, resultado, ou de empréstimos efetuados, ou da venda ou consignação de alguns bens, à véspera do embarque.

Parece-nos claro, a partir desses dados, e considerando o perfil desse imigrante, que ele não teria razões para empreender um périplo dessa natureza, se não estivesse convencido das vantagens implícitas na operação; a propósito, “*o povo vinha aí, né, era grátis; vinham pr’a trabalhar e ganhar, naquela fé que Brasil era só ganhar dinheiro...*”³⁸⁶, eram acenadas, já em seu país, pelos contratadores, imensas possibilidades de prosperar e era, portanto, com esse objetivo que ele se determinava a emigrar e com esse objetivo determinado que pautava suas decisões, uma vez no país de destino.

A crueza da realidade local, não muito diversa daquela que havia deixado para trás em seu país de origem, e que de pronto se insinuaria, muitas vezes antes mesmo do desembarque, deve ter-lhe imposto dilemas pessoais e familiares de toda sorte, ainda mais considerando a distância abissal entre aquela e as expectativas que haviam motivado a decisão.

Contudo, uma vez imigrado, e com família, pouco lhe restava, a não ser arregaçar as mangas e tentar encurtar o tempo na consecução do seu projeto que, certamente, incluía prosperar o suficiente para retornar a seu país numa condição menos desfavorecida ou adquirir uma propriedade, que lhe restabeleceria, pelo menos em teoria, sua antiga condição de pequeno proprietário.

A considerar os casos envolvendo imigrantes espanhóis que investigamos, sua trajetória inscrita nos relatos e na documentação analisada, indica-nos que, ele próprio, não tinha bem definidas essas prioridades: era certo que buscava fazer uma poupança e, para tanto, não se importava em peregrinar de fazenda a fazenda com sua família, na tentativa de obter condições mais favoráveis.

Temos evidências de que a preferência por alguns tipos de contrato não era gratuita. Com efeito, a tão propalada preferência por contratos em que o colono pudesse dispor dos *mantimentos* para consumo e comercialização, deve ser tomada com cautela no caso específico que nos ocupa.

Avaliemos, inicialmente as experiências relatadas, mais propriamente, os casos envolvendo três das famílias aqui examinadas - a de Seu Ildefonso e de D.

³⁸⁶ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981.

Teodora -, comparando-os depois, com a trajetória da família de Seu Tercifon, casos representativos que tipificam e exemplificam o itinerário desse imigrante.

No primeiro, ambas as famílias eram provenientes de Cáceres na Extremadura, e, tendo chegado ao Brasil em 1905, dirigiram-se para Bebedouro, onde – especificamente no caso de D.Teodora, depois de algumas escalas em outras fazendas-, foram contratadas para o *trato* do café, podendo, no entanto, dispor da *colheita à meia* ³⁸⁷.

Enquanto isso, a família de Seu Tercifon era contratada, no mesmo ano de 1905, em Monte Azul, igualmente para o *trato* do café, porém com a possibilidade de, apenas, plantar *mantimentos* e ter criação ³⁸⁸.

Se compararmos as duas modalidades – variações, na verdade -, aqui explicitadas, e o tempo dispendido pela família colona na obtenção do montante necessário à aquisição da pequena propriedade, verificaremos que os contratos com prerrogativa de plantar *mantimentos* para consumo e comercialização, embora muito requisitados, neste caso perdiam terreno para a modalidade que lhes permitia dispor da *metade da colheita*.

No entanto, é lugar comum na historiografia especializada- sobretudo na destinada ao exame dos imigrantes italianos -, a afirmação segundo a qual a primazia dos imigrantes recaía sobre os contratos que permitissem a prática de plantar *mantimentos*.

Essa prática, é certo, talvez lhes garantisse maior segurança, posto que não vinculava sua receita ao volume da colheita e nem aos preços de mercado; ancorado apenas em sua roça de *mantimentos*, essa receita, numa época em que faltavam produtos alimentares básicos, era garantida.

³⁸⁷ - A família de Seu Ildfonso, após o período de seis anos nessa mesma fazenda teria obtido, como resultado da venda da colheita, o valor de 3:800\$000 (três contos e oitocentos mil réis), com os quais teria conseguido adquirir 30 alqueires, em 1911, no Córrego Taperão, pelo qual pagaram 3:000\$000 réis.

A família de D.Teodora, com contrato similar em outra fazenda, *pegou um café de meia e quando fazia dois anos que estava trabalhando naquele café, tirou 600 sacos de café, 300 pr'o patrão, 300 pr'a ele [...] e ele vendeu o saco do café a 10\$000 réis, e daí ganhou pr'a comprar um sitinho[...] aqui no Córrego do Matão, 25 alqueires, pagou 3:500\$000 [três contos e quinhentos mil réis]...; eu tava com sete anos, 1913.*

³⁸⁸ - A família teria obtido, juntamente com as outras sete famílias (todos irmãos e primos) também contratadas, uma poupança da ordem de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), depois de 7 anos, proveniente “da venda de frango e ovos a 200 réis a dúzia”, com o qual teriam adquirido, conjuntamente, uma propriedade de 100 alqueires no Córrego Seco, por 10:000\$000 [dez contos de réis], depois dividida, cujo rateio teria dado 10 alqueires à família de Seu Tercifon.

Conduzindo, no entanto, nossa avaliação por entre as escrituras de contrato de locação de mão-de-obra - obtidas junto aos registros de escrituras e testamentos -, pudemos observar que elas, a par de reproduzirem as cláusulas contratuais de praxe, referidas às questões mais gerais, permitem perceber uma clara inclinação pela eleição do sistema denominado *à meia*.

Evidencia-se, desse modo, nos contratos clássicos para o *trato* e a *colheita*, que, embora se resguardassem as garantias habituais, referidas ao valor estipulado - para o *trato*, geralmente 100\$000 [cem mil réis] por mil pés de café, pagos anualmente -, e pela *colheita* - 1:000\$000 [um conto de réis] por alqueire de 100 litros de café colhido -, é digna de registro a frequência com que, complementando a expressão *trato*, aparecia a expressão *à meias*, pela qual se reconhecia o direito do colono de dividir o produto da colheita com o fazendeiro, sendo, ademais, muitas vezes ainda permitido o uso cumulativo das prerrogativas inerentes ao *trato* (plantio de culturas intercalares - *mantimentos* -, nas fileiras do café, para consumo).

*Escritura pública de contracto sobre tractamento de café a meias que faz Diogo Cáceres com Pedro Canhamero Matheus [...] na fazenda Bebedouro do Turvo [...] oito mil pés de cafeeiros mais ou menos para tractamento a meias pelo praso de dois annos [...] com as seguintes conceções : ... caza para moradia ao mesmo em sua referida fazenda e pasto para um cavallo e uma vacca; ... poderá ainda o mesmo outorgado plantar no terreno occupado pelo café uma carreira de milho e duas de feijão e nos vãos também feijão de modo a não prejudicar os cafeeiros; e para a plantação de arroz dará elle outorgante ao mesmo meio alqueire de terreno separado do café ...*³⁸⁹.

Ocorreu-nos, a propósito, a hipótese de que essa (s) cláusula(s) adicional (is), agora formalizada, mas já anteriormente praticada pelos depoentes, teria se tornado costumeira, provavelmente em decorrência da valorização dos preços do café³⁹⁰, que lhes proporcionava uma receita maior, em tempo relativamente menor.

³⁸⁹ - CARTORIO DO MUNICIPIO DE PARAÍSO. Registro de 06.09.1916. Livro de Escrituras nº 18, p. 1 e ss. Observa-se aqui, pelo teor desse Contrato, a confirmação da modalidade a que se referiram nossos depoentes. Grifos nossos, realçando detalhes anteriormente apontados.

³⁹⁰ - Na Parte seguinte, examinaremos mais amiúde a questão da valorização dos preços do café, neste período. Por ora, basta-nos reter que, de certa forma isso se confirma quando verificamos a grande incidência de casos em que a própria *colheita* configurava-se, nos contratos, como garantia do pagamento, podendo o colono “vender a colheita se não for pago no final de 4 anos”. Conforme: *Escritura de Contrato para formação e tratamento*, de 11.03.1912. CARTÓRIO DO MUN. DE PARAÍSO.

A existência, neste período, de contratos privilegiando determinadas tratativas pouco usuais, devem, evidentemente, ter representado, do ponto de vista do fazendeiro, acostumado ao constante desfalque de mão-de-obra, uma estratégia que lhe assegurava uma certa garantia, pois, como observamos, tais contratos modificados passaram a ser utilizados com frequência, naquele local

³⁹¹

Verificamos que, em condições normais, isto é, desde que não houvessem contratempos, como por exemplo casos de doença grave envolvendo elementos da família ³⁹², que acabavam por minar os recursos obtidos pelo trabalho, após

³⁹¹ - A rigor, os elementos necessários ao exame do caráter itinerante do colono espanhol deste período - que, evidentemente, encerram outra série de questões a ele atreladas -, poderiam, neste caso específico, ser obtidos na consulta à “residência” (dos pais) constantes dos registros de nascimento coletados, através de cujo levantamento estaríamos habilitados a acompanhar seus deslocamentos pelas diversas fazendas.

Tal rastreamento espacial, no entanto, embora parcial - a “residência” constará de 1900 a 1905 sistematicamente, ficando quatro anos sem constar, retornando em 1909, seguindo até 1912, ocasião em que se generaliza para *S. Sebastião do Turvo* -, seria passível de ser realizado, não houvesse a ocorrência de uma outra variável relacionada à profissão declarada dos pais, “lavrador”, que, conforme pudemos observar, era aplicada indistintamente quer aos colonos ou àqueles já proprietários.

Tal constatação só viria a ocorrer quando, familiarizados com os livros de escrituras e testamentos, pudemos cotejar os titulares de ambos os registros, concluindo, então, que muitos colonos, já então proprietários, ao realizarem os registros de nascimento de seus filhos, continuavam a ser “lavrador(es)”.

Desse modo, embora não possamos *quantificar* o nível de ocorrências, nada impede que as *qualifiquemos*, pela identificação dos casos relatados nos depoimentos.

³⁹² - Não é difícil de imaginar as dificuldades que essa população, imigrante ou não, encontrava para realizar um tratamento médico, a considerar as distâncias e a falta de recursos. Há evidências de que muitos vinham das fazendas para tratamento médico na Santa Casa de Misericórdia, na Capital.

As doenças geralmente comprometiam os planos das famílias, e, nos casos dos depoentes, verificamos a ocorrência de úlceras em dois casos relatados: no caso de D. Ana Garcia, nascida no Brasil em 1910, e casada aos 17 anos, com Luis Fernandez Herrera, espanhol de Almería, que assim se referia à doença do marido: *meu marido também nunca comprou terreno [...] porque ele era um homem muito trabalhador e muito direito, mas ele levou todo o período da vida dele com uma úlcera no estômago. Essa úlcera se vê que começou quando ele era mocinho, se veio a manifestar depois de casado, né?!; e ele sempre trabalhando, sempre trabalhando, não queria se operar enquanto tivesse os filhos pequenos, que tinha medo que os filhos ficassem em abandono...; Não dava pr’a comprar, porque ele tinha sempre, quase sempre, que estar em tratamento* e no caso de D. Carmem Dueñas, granadina, chegada ao Brasil em 1918 aos 12 anos de idade e casada aos 18 anos, em 1924, cujo marido, espanhol de Almería, teria falecido da doença aos 39 anos.

Estas questões parecem não ter recebido a merecida atenção dos estudiosos; há evidências, no entanto, de que *o simples fato de que os distúrbios psíquicos, tão frequentes no emigrado, sejam causa de perturbações fisiológicas, especialmente no aparelho digestivo e no circulatório ...; muitos casos conhecidos autorizam a admitir que, nos emigrados, frequentemente as afecções fisiológicas ou somáticas têm origem psíquica, hipótese sabidamente admitida pela ciência médica. Por exemplo, falando de algumas doenças, como a úlcera, a asma, a colite ulcerosa..* In: IANNI, Constantino. Homens sem paz, os conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo, Difel, 1972, p. 107.

Apenas para fechar a questão, gostaríamos de salientar que a primeira esposa do pai de D. Teodora morreria de bronquite na Espanha, logo após retornar do Brasil e a mãe de Seu Ildefonso que sofria de asma, faleceria de pneumonia, depois de uma gripe forte. Foram inúmeros, por outro lado, os casos relatados de falecimento de crianças recém nascidas ou com poucos meses de vida.

uma passagem como colonos pelas fazendas, esses imigrantes acabavam acumulando, de uma maneira ou de outra, algumas economias.

No entanto, quando a almejada poupança se constituía de um montante suficiente do qual pudessem dispor, essa escolha era sempre complicada. Ocorre-nos, a esse propósito, o caso do pai de Seu Ildefonso, dividido entre a compra da primeira propriedade, sugerida por um patrício e a dúvida quanto ao retorno a Espanha. Neste caso, venceu a primeira, e o retorno, tardio, ocorrerá muitos anos depois:

[Meu pai] quando veio deixou tudo lá, com idéia de voltar; bom, quer dizer, o dinheiro era pouco e ele deixou lá [os bens da família] com um amigo, que tinha condição; o homem deu um dinheiro pr'a ele; com dois anos, se ele não voltasse ou mandasse o dinheiro de volta, o homem era dono daquilo, né? Mas, se ele voltasse e trouxesse o dinheiro aí era obrigado a entregar. Aí, o pai arrumou dinheiro e mandou.

[Meu pai] nunca gostou do Brasil, se ele tivesse dinheiro, quando nós viemos, ele não ficava seis meses no Brasil...

*Era pr'a ir embora, com aquele dinheiro [poupança] ele queria ir, minha mãe não queria; [...] ele veio aqui passear [nos sítios nos arredores de Villa Novaes], ele tinha aqui um conhecido, o pai do Eduardo Fernandez, que morava aí, e o Eduardo já tinha sítio aí, e era lá da terra, aí ele se destinou de vir passear aí e chegou aí, o homem "garrou" pôr na cabeça dele que não fosse [embora para a Espanha], que comprasse. 'Eu não vou comprar, eu vou embora pr'a Espanha, colho o café, vendo - e nós era meeiro -, e vou embora pr'a Espanha!'; Aí, ele "garrou" aconselhar que não fosse e tal e levou nós pr'a ver um par de sítio, era barato e convenceu ele, aí fomos lá, compramos, depois formou o café, que ele fez dinheiro...*³⁹³

³⁹³ - Essa intenção declaradamente transitória da passagem pelo Brasil pôde ser apreendida em outros discursos, mas está fortemente concentrada nas falas de Seu Ildefonso, quando referidas a sua família. Ele próprio rejeitará, anos mais tarde, a naturalização, numa manifesta atitude de resistência. Questões dessa natureza, como ainda o fato de sua esposa jamais ter aprendido a falar português, sinalizam para algumas reflexões que serão retomadas adiante.

Por ora, e remetando à questão da elevada expectativa de retorno, que apreendemos em seus discursos, percebemos que ela apresenta uma natureza paradoxal, quando verificamos que, no concreto, tão logo amalhavam economias suficientes, eles adquiriam propriedade, demolindo, portanto, a tese anterior. Acreditamos que esses grupos ou indivíduos não fariam inversões estruturais no país de adoção (como é o caso de compra de propriedades), movidos apenas pelo interesse de retornar, a menos que essa possibilidade estivesse absolutamente descartada, o que não é o caso, quando analisamos o curto espaço de tempo médio com que concretizavam suas aquisições (6 anos).

De qualquer modo, essa ambiguidade quase inconsciente, expressa em atitudes sem coerência, revelam, obviamente, alguns traços singulares do caráter desse imigrante, aos quais nos deteremos mais adiante.

Quando ele voltou [para a Espanha], nós já trabalhava os seis, foi daí há quinze anos, quer dizer, ficamos seis anos trabalhando [como colono], depois mais oito anos com o sítio, depois foi para a Espanha [o pai]. Ficou dois anos lá, da primeira vez, e depois voltou. Depois, tornou a ir, sete anos que estava lá e faleceu; então minha mãe ficou viúva lá...

E, agora, referindo-se a si próprio:

*Tive vontade [de ir para a Espanha], mas, no tempo que eu podia ir, formou aquela guerra mundial, tem lembrança? E a coisa daí pr'a cá foi piorando, foi ficando difícil viajar, arrumar documento e uma coisa e outra né?! Mas se continuasse tudo calmo como tava, eu ia passear; morar lá não, porque a rapaziada já era nascida aqui, habituaram aqui*³⁹⁴.

Essas entrelinhas deixam perceber não apenas uma gradual mudança de atitude desses imigrantes quanto à questão do retorno, mais afrouxada à medida que os laços que os prendiam ao país de adoção se estreitavam, mas também o quanto, há época, se subjugava essa questão:

*Sua grande ambição é possuir um lote de terras que por sua conta e risco possa cultivar e legar a sua prole. O pecúlio necessário para satisfazer essa aspiração, o colono o reúne aos poucos, no trabalho das fazendas onde aprende também a conhecer a qualidade das terras e os melhores métodos e fazel-as produzir. Foi por esse caminho que dezenas de milhares de colonos se tornaram lavradores por conta própria e têm seus nomes registrados nas estatísticas, como outros tantos fazendeiros*³⁹⁵.

Essa questão, exposta de maneira tão singela, oculta, em verdade, um dos maiores dilemas do imigrante, aquele que envolvia a decisão de permanecer ou não no país de destino. Desfortunadamente, a precariedade das estatísticas, pelas

³⁹⁴ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque, 85 anos. Vila Novais, 1981.

Essa paradoxal questão do “ir” ou do “ficar” e toda a problemática psicológica envolvida em qualquer das decisões, é objeto do capítulo “A consciência da paz perdida”, de Constantino Ianni (In: Op.cit., 1972), onde afirma:

... a volta ao país de emigração é triste, talvez mais triste do que a primeira partida, porque agora alguma coisa desmorona dentro dele, e um novo equilíbrio mais sereno substituirá a nostalgia a partir do momento em que, ainda a bordo do navio, começar a ver a terra de além-mar, a única terra na qual não é mais “estrangeiro”, na qual não o chamarão mais “americano” [...] é a pátria que os filhos lhe deram (p. 116);

Não são raros os casos de velhos emigrados que voltam com a intenção de passar o resto da vida na sua terra natal, depois de vender tudo no país de imigração: não conseguem. Sentem-se estrangeiros e partem de novo (p.115).

³⁹⁵ - RAMOS, A. Op. cit., 1923, p. 207.

quais não se conhece com exatidão o número de retornados e, dentre esses, os daqueles que, uma vez retornados, reemigravam, faz com que empreendamos a análise utilizando de indicadores menos objetivos, ainda que não menos ilustrativos ³⁹⁶.

De modo geral, a bibliografia especializada registra que:

O imigrante que se dirigia para o “país da fazenda” esperava que o acesso à propriedade fundiária fosse fácil. A pressão do imigrante obrigou o Estado, dominado pelos fazendeiros do café, a rever sua atitude contra a pequena propriedade, diante da ameaça de não poder drenar parcela apreciável do mercado internacional de braços para S.Paulo ³⁹⁷.

Na verdade, para a autora, em cuja interrogação - “*quais os objetivos da camada hegemônica em tornar possível o acesso à propriedade fundiária ao imigrante que ela cobiçava para mão-de-obra na fazenda de café?*” -, está implícita uma postura “otimista” quanto à questão da possibilidade desse acesso se concretizar, isso se dava, basicamente por três propósitos:

1. Servia de isca para atrair os imigrantes;
2. Servia de reservatório de mão-de-obra, na medida em que, alojados nas proximidades da fazenda - muitas vezes ela própria tinha sido loteada -, eram procurados sobretudo por ocasião das colheitas e
3. Servia para valorizar a terra, justamente aquelas terras da retarguarda que não se prestavam mais ao cultivo do café e que iam sendo retalhadas em pequenos lotes, e onde o imigrante dedicava-se à produção de hortigranjeiros, que eram progressivamente requeridos pela expansão promovida pelo café e o crescimento das cidades.

Porém, mais difícil que a decisão do retorno ao país de origem – que pressupunha, no mínimo, uma situação econômica mais favorável -, eram as situações que envolviam os repatriados, aqueles que, por diversas razões, retornavam utilizando a passagem paga pelo Estado ou pelo Consulado.

O repatriado, no universo do imigrante é o duas vezes fracassado; a primeira, quando precisou emigrar, ou seja, fracassou em sua própria

³⁹⁶ - Com efeito, haveremos de continuar, no decorrer dessa Monografia, a nos reportar indiretamente aos casos dos retornados, sempre que nossa análise remeter à questão da aquisição da pequena propriedade, posto que ambas são, a nosso ver, interrelacionadas e ainda que isso não remeta à crucial questão do desajuste do imigrante.

³⁹⁷ - PETRONE, M.T.S. O imigrante e a pequena propriedade, 1824-1930. S.Paulo, Brasiliense, 1982, p.47/8.

*terra e teve que sair; a segunda, quando necessitou da caridade do governo para voltar para sua terra, totalmente fracassado*³⁹⁸.

Pelo Decreto nº 1458, de 10 de abril de 1907, a repatriação nessas condições era facultada ao emigrante agricultor e a sua família, que trabalhasse na lavoura ou em sua propriedade, em alguns casos especiais, dentre os quais, doença e morte, para o caso de o cabeça do casal (marido) falecer durante os dois primeiros anos após a chegada dos mesmos. A estes, o Estado concedia passagens de terceira classe em navios, até o porto mais próximo do destino e um auxílio de 100\$000 a 200\$000 (de cem mil a duzentos mil réis), dependendo do número de pessoas.

Haviam ainda os casos que não se enquadravam e cuja repatriação deveria correr por conta do consulado. Isto realmente ocorria no caso italiano, que repatriava seus cidadãos não adaptados ou necessitados³⁹⁹.

Não consta, porém, que o mesmo ocorresse com os cidadãos espanhóis, cuja colônia, em face dessa contingência, criou mecanismos alternativos de proteção, que amparavam e patrocinavam seus concidadãos em alguns casos:

*[...] Por que repatriação? Porque existia uma sociedade espanhola de repatriação para repatriar aqueles que não se adaptavam, não se adaptavam aqui e pediam para voltar e não tinham meios econômicos de fazê-lo por conta própria [...]; Houve muitas repatriações por essa sociedade*⁴⁰⁰.

Trata-se da Sociedade Espanhola de Repatriação de Santos, fundada em 1902, pela qual os associados,

*depois de dois anos [...] pagando uma cota mensal de dois mil réis [...] tinham direito à repatriação até seu “pueblo” natal, quando por doença do sócio ou de seus familiares. As viúvas, com filhos menores, também tinham direito à repatriação*⁴⁰¹.

³⁹⁸ - GALLEGGO, A. M. Op.cit., 1995, p. 51.

³⁹⁹ - Desconhecemos como eram processados os casos de expulsão de estrangeiros. A este propósito, chegou-nos uma listagem, recolhida no Arquivo Nacional cobrindo as duas primeiras décadas do século XX, onde constam os processos de expulsão de vários cidadãos espanhóis. In: FERREIRA, Marco Antonio da Costa (*in memoriam*). A imigração espanhola e suas relações com o movimento operário em São Paulo (1900-1920). Relatório anual de pesquisa. S.Paulo, FFLCH- USP, 1992.

⁴⁰⁰ - Fragmento de depoimento concedido por César Rúa Fernandes. In: FREITAS, Sonia M. de. Op.cit., 2001, p. 18 (mimeo).

⁴⁰¹ - GALLEGGO, A.M. Op.cit., 1995, p. 51.

O processo oficial de solicitação, por parte do interessado, demandava algum tempo, e, dependendo do caso, era moroso. A praxe consistia em encaminhar o pedido inicialmente ao vice-cônsul, que, depois, enviava a solicitação ao secretário da agricultura. Porém, haviam exceções.

Temos, assim, o processo de solicitação de repatriação de Domingos Gomes Carrasco e família⁴⁰², cuja petição, enviada pelo vice-cônsul da Espanha, anexava uma carta do administrador da Fazenda S.Pedro, Município de Amparo, pela qual este o considerava apenas “*sofrendo de vários encomodos e encapaz para o serviço da lavoura*”.

Tal pedido, entretanto, antes de ser encaminhando ao Secretário da Agricultura, passou pelas mãos do Diretor da Hospedaria, o qual, em vista dos “*documentos pouco esclarecedores*”, pediu que viesse credenciada por um atestado médico, o qual, fornecido posteriormente pela enfermaria da Hospedaria - onde ficavam hospedados gratuitamente, por no máximo quinze dias, os imigrantes enquanto aguardavam a repatriação -, afirmava que o imigrante fôra vítima de um desastre produzido por uma pedra que removia que provocara o esmagamento da mão esquerda, ocasionando

... falta completa do polegar [ilegível], do indicador, que se conserva em extensão forçada, começo de atrophia muscular, denotando não se fazer um membro a [ilegível] necessária, e, finalmente fraqueza muscular absolutamente ou quase nula, todas essas lesões localizam-se na mão esquerda.

O relatório médico que, por fim, recomendava a sua repatriação, após algumas considerações, concluía: “*acompanha-o sua mulher que ainda há pouco tempo soffreu na Misericórdia desta cidade a ablação do globo ocular direito*”.

Na Parte III, seguinte, buscaremos, na exploração do caso específico de Villa Novaes, ilustrar a dinâmica promovida pelos imigrantes alí instalados, que conformaram uma trajetória singular - ao mesmo tempo representativa, porquanto remetida à fatores de ordem mais gerais -, analisando como reagiram frente às diversas determinações da sociedade local e como esta se manifestou, quais os mecanismos e as estratégias promovidos na consecução de seus objetivos e interesses, se o seu equipamento cultural mostrou-se adequado no aproveitamento das oportunidades de ascensão, os momentos de ruptura, os espaços recriados, enfim, o universo que configuraram, delineado no entrecruzamento permitido pelas fontes utilizadas.

⁴⁰² - No ARQUIVO DO ESTADO DE S.PAULO, constam vários processos de repatriação de imigrantes espanhóis. Em Secretaria da Agricultura, Requerimentos Diversos, Ordem 7219, Caixa 3, Maço 2, nº 740, prot. 2, folhas 389, datado de 03.09.1906.

PARTE III

PRIMÓRDIOS DE VILLA NOVAES: O DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO DO TURVO, OS NÚCLEOS POPULACIONAIS E OS IMIGRANTES ESPANHÓIS.

*Quedê o sertão daqui?
Lavrador derrubou.
Quedê o lavrador?
Está plantando café.
Quedê o café?
Moça bebeu.
Mas a moça, onde está?
Está em Paris.
Moça feliz ⁴⁰³.*

Villa Novaes, hoje município, inicialmente pertencente ao Município de Jaboticabal, foi criada pela Lei 1.997, de 18.12.1924 ⁴⁰⁴.

⁴⁰³ - Moça tomando café, de Cassiano Ricardo. In: Poesias Completas. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1957, pp. 208-9.

Os primórdios de sua ocupação espacial, inscritos nos registros cartoriais que ora analisamos, remontam oficialmente ao ano de 1900 e se referem à freguesia, depois Vila e Distrito, de S. Sebastião do Turvo ⁴⁰⁵, pertencente à Comarca de Jaboticabal, a que, de certo modo se circunscreverá aquela localidade, então ainda inexistente ⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ - Pelo ANNUÁRIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO, 1922 a 1926 (S. Paulo, Casa Vanorden, 1929, à p. 9), **Villa Novaes** aparece como Distrito de Paz do Município de Jaboticabal. Evidência do impulso promovido pela economia cafeeira, neste mesmo Anuário constam ainda a elevação para distrito de: Córrego Rico, Irupy, Pirangy, Tayaçu, Tayúva e Guariba.

⁴⁰⁵ - *Nos estágios iniciais de ocupação, tais vilas ficavam sob a jurisdição administrativa do centro municipal mais próximo, localizado na direção da Capital. O território do município mais antigo incluía o povoamento fronteiriço menor, bem como todo o território além da linha pioneira, muitas vezes estendendo-se aos principais rios que formam os limites norte e oeste do Estado. Na medida em que a cidade de fronteira crescia de importância, ela e o território em torno seriam desmembrados do município mais velho. Com frequência, na ocasião já crescera outra “boca do sertão” na nova fase pioneira. Alguns anos ou décadas mais tarde, o processo se repetiria penetrando mais para oeste. Dentro da fronteira, na medida em que a população crescia e a economia se diversificava, os distritos afastados da sede municipal seriam desmembrados, formando novos municípios dentro do território do mais antigo. A subdivisão de municípios mais antigos é similarmente análoga à crescente complexidade interna a que se chega pela divisão celular.* HOLLOWAY, T. *Op. cit.*, 1984, p. 32.

Pelo ANNUÁRIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO, (S. Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1905, p. 86), São Sebastião do Turvo é o único Distrito de Paz então pertencente ao Município/Comarca de Jaboticabal; à época, o distrito de Paz de Rio Preto, pertencente ao Município do mesmo nome, também pertencia à Comarca de Jaboticabal, como S. Sebastião do Turvo.

A criação da Comarca de Jaboticabal, como de tantas outras, pode estar na origem da exigência legal para a regulamentação das terras devolutas, que, em 1900 exigiu a instalação de Registros Públicos de Terra, que deveriam ser instalados em todas as comarcas, cuja lei concedia o prazo de um ano para se requerer e três anos para se legitimar e revalidar as posses e concessões, após a instalação da Comarca. Utilizou-se à época até um artifício para obrigar o registro: um imposto sobre as terras não registradas, que seria lançado com base nas que estivessem registradas no Registro Geral e nas Hipotecas.

Conforme: “Terras, Imigração e Colonização”. In: RELATÓRIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, Ano 1900, p. 95.

Constatamos muitos casos reais de propriedade fundiária, adquiridas no período que nos ocupa e cujos registros correspondentes não foram localizados na documentação cartorial local. Interrogados, anteriormente sobre a ocorrência, os depoentes nos informaram que, muitas vezes, preferiam fazê-lo diretamente no Cartório da Comarca, ou seja, em Jaboticabal, onde já se registrava o imóvel.

O caso da família de Seu Ildefonso é exemplar. Ele esclarecia, a respeito do sítio adquirido no Córrego do Taperão, quando ainda seu pai trabalhava em Bebedouro de colono:

Nós morava lá em Bebedouro, quando meu pai comprou; então, quando comprou, combinou com o homem [que vendeu o sítio]; o homem ia daqui a Bebedouro à cavalo, levava um dia de cavalo, então lá pegavam o trem, o homem e o pai, iam no trem até Jaboticabal [...].

⁴⁰⁶ - S. Sebastião do Turvo, depois Irupy, era o Distrito de Paz que congregava toda uma vasta região inicialmente constituída por propriedades agrárias esparsas e mata virgem, paulatinamente desmembradas, resultando novas denominações de sítios e fazendas, depois povoados e vilas, dentre os quais a depois denominada Villa de Novaes, uma das células iniciais de que se compunha.

Nosso estudo se baseará nos dados cartoriais contidos nos registros alí efetuados, a partir do ano de 1900, que contemplaram a fixação progressiva da população - interessando-nos sobretudo a de procedência espanhola -, nos arredores, nas fazendas e sítios que iam surgindo naquele local.

Contudo,

*há notícia da existência do povoado de S. Sebastião do Turvo, desde 1865 - começo da guerra do Paraguay [que, com Rio Preto], fazia certo commercio de carretos, transporte de mercadorias e passageiros em carros de bois e a cavallo*⁴⁰⁷.

Dessa sorte, o Cartório do Registro Civil⁴⁰⁸ de S. Sebastião do Turvo, localidade às margens do Rio Turvo (vide ANEXOS, Mapa I, Situação dos núcleos coloniais do Estado de São Paulo, p. 342), criado em 06.09.1899, passou a congregar, para efeito da oficialização dos eventos civis - nascimentos, casamentos, óbitos, escrituras e contratos diversos sob essa denominação -, uma população heterogênea residente nas propriedades rurais existentes em seus arredores⁴⁰⁹.

Como esclarece Sérgio Milliet:

a divisão territorial brasileira, baseada o mais das vezes nas necessidades políticas do momento, é muito pouco satisfatória e não abre grandes horizontes nem mesmo aos olhos mais perpicazes. Arbitrária e instável, ergue-se como uma barreira intransponível diante do estudioso. Na apreciação dos grupos totais, dos conjuntos [entretanto] não representa dificuldade insuperável, porque o fim visado é o próprio grupo, como unidade [...]; no estudo do roteiro do café [...], podemos contentar-nos com unidades territoriais mais vastas ...

In: Roteiro do café e outros ensaios. S. Paulo, BIPA Ed., 1946, pp.9-10.

⁴⁰⁷ - BRENHA, M. Amorim. Jaboticabal, notas históricas e estatísticas. S. Paulo, Est. Gráfico Edaneer, 1925, p.27.

⁴⁰⁸ - *Na zona do café, pelos distritos nascidos da noite para o dia, os cartórios de registro civil se repetem, se copiam. São a expressão máxima do poder político. Pelas prateleiras, os livros negros estão dispostos a mobilizar legiões de Lázarus ao som das trombetas eleitorais [...]. Esses livros contam a história das terras que mudam de dono, dos que se conluíam em empreitadas arriscadas, dos que se associam na aventura. O cartório é a um tempo o registro civil, posto de alistamento eleitoral, sede eventual do partido dominante, juizado de paz. O homem que faz correr a pena vagarosa arrasta nos seus dedos o destino da gente da roça.*

In: DONATO, Hernâni.. Op.cit., 1980, p. 47. Grifo nosso.

⁴⁰⁹ - Ao Distrito de S. Sebastião do Turvo pertencerão os registros cartoriais do período de 1900-1915, quando, então, surge uma nova localidade - Irupy -, por razões atribuídas, conforme a tradição local, a uma epidemia que, por volta do ano de 1915/6 o teria dizimado. Hoje, as séries cartoriais ali produzidas encontram-se conservadas no Cartório do Ofício de Notas do Município de Paraíso - daqui para adiante apenas CARTÓRIO DE PARAÍSO -, bem como aquelas pertencentes a Irupy que o sucedeu, até a criação de Villa Novaes, em 1924. Os registros realizados a partir de então encontravam-se conservados no Cartório local, em Vila Novais, onde ambos foram microfilmados.

Villa Novaes pertencerá como distrito à Jaboticabal, zona tributária da Paulista, de sua criação até 1935; depois, e até 1938, a Catanduva, zona tributária da Araraquarense. Desta data e até 1997 quando passa a Município se filiará a Tabapuã, cidade a 13 kms. de distância.

No período objeto dessa monografia, faremos referência a Jaboticabal, sede do Município e da Comarca, para efeito de utilização dos dados oficiais e estatísticos relacionados a questões demográficas,

*Seus antigos habitantes, oriundos em grande parte da província de Minas, em vista da dificuldade de transporte pela falta de boas estradas [os quais] não cogitaram da lavoura do café, entregaram-se exclusivamente, e hoje em grande escala, à criação do gado vaccum e cavallar; mas a proporção que a ferro-via da companhia Rio-Claro foi-se aproximando do município, nelle foi-se introduzindo a cultura do café, canna de açúcar e fumo, etc...*⁴¹⁰.

Porém, dois anos depois:

*Ultimamente com a notícia do prolongamento da via-férrea, para essa Villa, tem afluído muitos compradores de terras, e tem-se effectuado vendas de importantes fazendas*⁴¹¹; e

*a lavoura do café augmenta admiravelmente, pelas excellentes qualidades das terras, o que tem atrahido a atenção de importantes agricultores d'outros logares*⁴¹².

Assim, e a despeito de não haver ainda uma linha férrea que àquela altura atingisse Jaboticabal⁴¹³, que então era considerada “a última baliza do mundo

agrárias, imigratórias, cafeeiras e ferroviárias, dentre outros; porém, nosso foco se centrará, privilegiando nosso objeto de investigação, para efeito da análise da documentação empírica, escrita e oral, às fontes locais, inicialmente de S.Sebastião do Turvo, depois de Irupy e de Villa Novaes por último.

No entanto, pudemos observar, pelo cotejamento de informações com os dados coletados na documentação oficial, que as transações, sobretudo aquelas relacionadas a imóveis, muitas vezes eram realizadas diretamente no Cartório da Comarca - e não no Cartório do Distrito -, no caso, em Jaboticabal, onde já se efetivava o registro do imóvel, obrigatório em ambos os casos.

Dados e informações coletados em: ALMANACH DA PROVINCIA DE SÃO PAULO. ADMINISTRATIVO, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Ano 1887, pp. 390 e ss.; FORJAZ, Djalma. Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios do Estado de S.Paulo. S.Paulo, Imprensa Official, 1931, pp. 24-25 e 69; BRENHA, M.Amorim. Op.cit., 1925, pp. 1-37.

⁴¹⁰ - Conforme ALMANACH DA PROVINCIA DE SÃO PAULO. Ano 1888, p. 468, referindo-se ao Município de Jaboticabal, a quem S.Sebastião do Turvo então se filiava. Grifo nosso.

⁴¹¹ - ALMANACH DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ano 1890, p. 490.

⁴¹² - ALMANACH DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ano 1891, p. 515.

⁴¹³ - Com efeito, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro “levaria os trilhos até Araraquara e Jaboticabal (1892) [onde] a ponta dos trilhos permaneceria sete anos [...] embora as plantações novas já ultrapassassem largamente esta cidade”.

In: MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. S.Paulo, Hucitec/Polis, 1998, p.175.

Em 1901, a Cia. Paulista planejou, obteve a concessão e começou a construir o prolongamento de Jaboticabal a Bebedouro, com 54 kms. de extensão. A cidade de Bebedouro, a apenas 40 kms. de S.S.Turvo e será, a partir da chegada dos trilhos, em 1905, palco do desembarque de milhares de

civilizado [onde] a floresta virgem começa vinte quilômetros adiante”⁴¹⁴, não deixa de surpreender a existência de uma povoação tão promissora, constituída por inúmeras propriedades agrícolas rurais e fazendas de café e para onde afluíam pessoas de várias procedências e muitos imigrantes.

Em 1901, os inspetores distritais da Secretaria da Agricultura, já se referiam a Jaboticabal em seus relatórios⁴¹⁵, segundo os quais sua produção cafeeira estaria “*demonstrando maturação prematura*”⁴¹⁶, ou, ainda, quanto

*à praga dos cafezais em Jaboticabal [onde] há grande quantidade de café chocho, devido ao cansaço dos pés carregados e à forte carga deste ano, [em virtude do que] haveria a diminuição da safra de quase um terço*⁴¹⁷;

Ou, reportando-se aos prenúncios de que seria fraca a safra de 1902-03, na zona norte “*cujo centro é Jaboticabal, devido a prolongada seca que tende a prejudicar a florada dos cafezais*”⁴¹⁸.

Referiam-se, também, à dificuldade para o escoamento da produção de 1901, relativo “*ao péssimo estado em que se acha a estrada para Jaboticabal, pondo sérios embaraços ao transporte de 250.000 arrobas da safra atual, havendo mesmo temor de não dar passagem a toda*”⁴¹⁹.

Toda essa problemática relatada por tais inspetores, referida aos entraves e problemas com respeito aos cafezais - pragas, clima local, estradas -, podem, de certo modo, estar na origem do volume das transações envolvendo compra e venda de propriedades rurais que constatamos nos registros cartoriais desse início de século, cujos indicadores, poderiam eventualmente sugerir um custo comparativamente mais baixo do alqueire nesta região, de precária infraestrutura.

imigrantes, com destino às fazendas vizinhas. Cf. RELATÓRIO SECRETARIA AGRICULTURA. Ano 1901, p.167.(Vide ANEXOS, Mapa II, *Mapa Geral da Viação Férrea, ano 1901*, p.343).

⁴¹⁴ - Visão do viajante De Racourt, que teria percorrido a região em 1900. Apud: MONBEIG, P. Op. cit., 1998, p. 176.

⁴¹⁵ - Tais relatórios constam dos BOLETIM DE AGRICULTURA, publicação mensal da Secretaria da Agricultura, e abrangiam desde a publicação de atos oficiais de interesse para a agricultura até o calendário agrícola, e mesmo informações específicas sobre determinado distrito agrícola prestadas por seus inspetores, a quem cabia percorrer as localidades delimitadas pelo seu distrito. Circulou até 1908.

⁴¹⁶ - Boletim de Agricultura. Fevereiro de 1901, p. 101.

⁴¹⁷ - Idem. Abril de 1901, p. 260/1.

⁴¹⁸ - Idem. Setembro de 1901, p. 589.

⁴¹⁹ - Idem. Dezembro de 1901, p. 805.

Tal fenômeno também poderia estar associado ao fato de os preços do café, que haviam subido vertiginosamente após 1885, mantendo-se em alta até 1886, haverem despencado - em função das altas safras, sobretudo a de 1898 -, para cerca de um terço da média do começo da década de 1890 ⁴²⁰.

Assim,

Alguns fazendeiros muito abalados pela crise, iriam lançar-se ao loteamento de terras na região de Araraquara e Jabuticabal, de muito pequeno porte, mas as circunstâncias novas deveriam acelerar o processo de coexistência da grande com a pequena lavoura na franja pioneira ⁴²¹.

Todavia, na localidade de S. Sebastião do Turvo, no tangente à problemática envolvendo a produção cafeeira desse período, promovia-se negociações de caráter pouco ortodoxo, haja vista a seguinte escritura de permuta:

[nome] possuidor de uma propriedade na Fazenda Boa Vista e no Córrego da Taquara, em S. Sebastião do Turvo, com 18 alqueires de terra mais ou menos, judicialmente divididas [...] com as seguintes benfeitorias: uma pequena casa de moradia coberta de telhas e em mau estado; um monjolo assentado; paiol; mangueiros para porcos; 2000 [dois mil] pés de café estragado e parte ferrujado, permuta com [nome] possuidora de 40 alqueires mais ou menos de terras na fazenda ... ⁴²².

O Recenseamento de 1901 registra a sua população de eleitores, que, àquela altura se constituía de 70% de agricultores, constando, ainda outras categorias como: artistas, clérigos, comerciantes, empregados públicos, industriais, jornalistas, letrados e operários, totalizando 1.289 eleitores inscritos ⁴²³.

⁴²⁰ - HOLLOWAY, T. *Op. cit.*, 1984, p. 27.

⁴²¹ - MONBEIG, P. *Op. cit.*, 1998, p. 183. Grifo nosso.

⁴²² - Escritura Pública de Permuta, de 21.08.1903. CARTORIO DE PARAÍSO. Grifos nossos.
Mangueiro: pequeno curral.
Monjolo: engenho tosco movido à água, usado para pilar milho, e, primitivamente, para descascar café.

⁴²³ - “Mapa do eleitorado Estadual”. In: ANNUÁRIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO. S. Paulo, Repartição de Estatística e do Archivo do Estado. Ano 1901, p.86.

Por sua vez, pela ATA DA ELEIÇÃO DA QUINTA SEÇÃO ELEITORAL DE SÃO SEBASTIÃO DO TURVO, de 16.12.1901, que ocorreu no Salão da Escola Pública Municipal, realizava-se a votação para o triênio 1902/05, para um senador estadual, vereadores e juizes de paz, revelando um total de 141 eleitores. CARTORIO DE PARAÍSO.

Entrementes, se nos fixarmos especificamente na freguesia de São Sebastião do Turvo, objeto de nossa investigação, podemos verificar que esta já se constituía, na virada do século - quando, justificando o seu progresso passou a ser a sede de um distrito de paz -, de uma população heterogênea, etnicamente falando, basicamente assentada nas propriedades rurais ⁴²⁴, identificadas em sua maioria como pertencentes a brasileiros, muitos dos quais ali instalados em grandes glebas ⁴²⁵.

Por outro lado, e ainda tentando buscar as variáveis explicativas para o fenômeno desta ocupação prematura, malgrado as condições locais, é lícito registrar uma outra natureza de fatos, igualmente relevantes, que nos foram relatados pelos imigrantes e que põe em manifesto uma particularidade característica dos usos e costumes locais, que causavam estranheza aos imigrantes espanhóis, segundo a qual

O pai comprou 25 alqueires [...] e aquele que vendeu pr'a nós aquela terra, [do total] 15 alqueires ele tinha comprado d'uma viúva a troco de um garrafão de pinga e um cavalo velho! ⁴²⁶.

Ou, ainda:

... o resto que morava aqui era tudo brasileiro [...]; quase todos eles tinham terreno, mas não plantavam, não trabalhavam, era só caçar e pescar, não cuidavam de nada [...]; tinha uma porção deles por aí, mas não tinham o que comer; todos tinham terreno, o que comer, não tinham!; não plantavam nada...; abriam um pedaço em volta da casa,

⁴²⁴ - Não deixa de ser surpreendente que encontremos, neste período, entre 1900 e 1901, arrolados como a “residência” dos pais nos registros de nascimento, uma variada denominação de fazenda, a saber: Fazenda Córrego Grande, Fazenda Laranjal (Monte Alto), Faz. Bebedouro do Turvo, Faz. Cordão Escuro (Monte Alto), Faz. Baixada, Faz. Cachoeira, Faz. do Borá, Faz. Papagaio, Faz. Água Parada, Faz. Macahubas, Faz. Cachoeirinha da B.Vista e Vila de Pitangueiras.

⁴²⁵ - *Quais os limites em área, da pequena, da média da grande propriedade? [...] essa redução quantitativa é particularmente difícil nas condições de países ou regiões como S.Paulo [...]; a agricultura no Estado de S.Paulo já atingiu o desenvolvimento necessário para que em linhas gerais, a área de uma propriedade corresponda ao sistema de exploração nele empregado e ao caráter econômico e social do proprietário [...]; as áreas que, parece-nos, melhor correspondem às categorias acima referidas, são: para a pequena propriedade, até 25 alqueires; para a média, até 100; para a grande, acima de 100”.*

In: PRADO JR. , Caio. “Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo”. In: REV. GEOGRAFIA, S.Paulo, 3(1), 1935, p. 52 .

⁴²⁶ - Fragmento de depoimento. D. Teodora Dias, referindo à compra da primeira propriedade da família, pela qual teriam pago 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis), cuja Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no dia 17.01.1912, encontra-se microfilmada e transcrita como as demais. Grifos nossos.

plantavam uns pés de milho, umas abóboras, uns quiabos e uns pés de mandioca e iam passando com aquilo [...] ⁴²⁷.

O Manuel Moreira chegou aqui em 1901, ele contava. Quando nós chegamos, em 11, ele já morava há 11 anos; o pai, o irmão e o sogro dele moravam já aí. Não me lembro o nome certo, só sei que era um homem barbudo. Eram brasileiros.

Em 1901 já moravam aí, mas nunca tiveram nada. Ele vivia de herança dos pais dele. Os pais dele deixaram para ele isto aí. Moravam aqui no Córrego Seco mesmo, só que mais para adiante. Quando chegamos aqui, só tinham um rancho de sapé, não tinham fazenda, não tinham nada, não fazia nada o dia inteiro [...]; eram oito famílias de brasileiros, não faziam nada. Onze anos que estavam aí e não tinham nada! Só mantimentos; plantava uma rocinha, um arroz, um feijão, que dava mal e mal para comer! ⁴²⁸.

Nos livros de registros de escrituras que consultamos, divisamos diversos casos de trocas, ultrapassando esse período inicial e envolvendo não apenas propriedades agrárias, mas também imóveis e outros objetos.

Num deles, de 1900, trocava-se “70 alqueires de terras de 1^a, 2^a e 3^a, na Fazenda Cachoeira [por] casa e mais 41 alqueires e $\frac{3}{4}$ de terras de 1^a” ⁴²⁹, enquanto que, na escritura seguinte ⁴³⁰, 59 alqueires da propriedade maior eram então vendidos, por 3:300\$000 (três contos e trezentos mil réis).

Em outro, de 1901, permutava-se “duas casas e seus terrenos sitas na Rua Coronel Vaz, nesta povoação de S.S. do Turvo, com terras na Fazenda Cachoeira” ⁴³¹ ou, então, permutava-se “06 (seis) alqueires na Faz. Jurema [por] 02 (duas) partes de terras cultivadas e benfeitorias no comum da Faz. Boa Vista [...] contendo pastos, arvoredos, monjolo, rego de água e casa com telhas” ⁴³².

Em 1902, vários casos: em um deles, permutava-se

⁴²⁷ - Fragmento de depoimento. Sr. Hidifonso Blasque, 85 anos, referindo-se aos habitantes do local antes da chegada dos imigrantes. Vila Novais, 1980.

⁴²⁸ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Idem. Vila Novais, 1981.

⁴²⁹ - Escritura Pública de Permuta. Abril de 1900. CARTORIO DE PARAÍSO.

⁴³⁰ - Escritura Pública de Compra e Venda, de 30.04.1900. Idem.

⁴³¹ - Escritura Pública de Permuta, de 04.02.1901. Idem.

⁴³² - Idem, de 15.02.1901. Idem.

11 alqueires de terras comuns, 01 casa coberta de telhas e parte de capim; 01 rancho coberto de sapé; um monjolo e árvores frutíferas na Faz. Rancharia [por] 60 alqueires de terras de primeira na Faz. São Domingos [...] sendo parte comprada de [nome do vendedor anterior] e parte de herança...⁴³³.

Noutra, permutava-se

100 alqueires de terras na Faz. Barra do Onça ou Pintos [...], anteriormente permutadas com [nome] , por duas casas de moradia na povoação de Cordão Escuro, de tijolos e madeira, cobertas de telhas e respectivos terrenos⁴³⁴.

Ainda em 1902, aparece a permuta de

uma gleba de terras, sem ônus, na Fazenda Boa Vista da Tubarana, com 217 hectares e 685 m² , com as seguintes benfeitorias: uma casa de moradia coberta de telhas, rego de água tirada do monjolo, pasto fechado por cercas de arame e mais plantações existentes [por] uma gleba de terras dividida judicialmente e julgada por sentença na mesma Fazenda B.V.Tubarana, contendo 32 alqueires⁴³⁵.

Os casos de permuta se multiplicam. Registramos, inclusive, num deles, a curiosa troca de “*terras no sertão de Rio Preto [por] 300\$000 (trezentos mil réis) em anéis e objetos de ouro*”⁴³⁶.

A produção da localidade, apesar de não diferir muito daquela registrada por Jaboticabal⁴³⁷, revelava, em contrapartida, uma vitalidade surpreendente, considerando-se distar da sede do município algumas léguas⁴³⁸, resultando

⁴³³ - Idem, de 04.02.1902. Idem.

⁴³⁴ - Idem, de 14.04.1902. Idem.

⁴³⁵ - Idem, de 08.11.1902. Idem.

⁴³⁶ - Idem, de 10.12.1903. Em todos esses registros, embora não conste a nacionalidade das partes envolvidas, apenas seus nomes próprios, não nos parece que haja algum envolvendo estrangeiros.

⁴³⁷ - A produção agrícola oficial daquele município, que congregava o distrito de S. Sebastião do Turvo, restringia-se à pipas de aguardente e à litros de arroz, e sua criação, à de porcos. Não localizamos qualquer referência de indústria extrativa (madeiras/carvão), e nem de produção cafeeira, sequer em formação.

Dados extraídos do ANNUÁRIO ESTATÍSTICO DE S. PAULO. S. Paulo, Repartição de Estatística do Archivo do Estado, 1901, pp. 614/629.

⁴³⁸ - No ANEXOS, Tabela VII, p. 357, uma relação dos *Pesos e medidas de superfície mais usadas no Brasil*. Uma légua sesmária equivalia a 6.600 metros. Apenas para ilustrar, esclarecemos que S.S.do Turvo está de Jaboticabal a uma distância de aproximadamente 87 kms e de Bebedouro a aproximadamente 40 kms.

intrigante a comparação do volume e da natureza das operações então reveladas pela documentação cartorial com os dados obtidos para o Município de Jaboticabal, a quem o distrito de S.S.Turvo se filiava.

Com efeito, se cotejarmos os dados oficiais de população e produção agrícola - inclusive cafeeira -, para Jaboticabal, é surpreendente verificar que São Sebastião do Turvo, então uma boca de sertão, já possuísse um núcleo urbano, claramente identificado nesta Escritura de compra e venda, pela qual

*[nome] vendia a [nome] casa coberta de telhas [...] na rua Coronel Vaz [...] mais dois quarteirões de terras que reservou particularmente no centro do Patrimônio de S.S. do Turvo, tendo construído nestes quarteirões duas casas, sendo uma coberta de telhas com a frente em tijolos e o resto em madeira [...] fazendo essas casas frente para a rua do comércio*⁴³⁹.

Registramos, assim, nos Livros de Escrituras e Testamentos, em seus primeiros registros a partir do ano de 1900, não apenas evidências do que então se produzia nessas propriedades e sobre qual produtos baseava-se a sua insipiente economia, mas, é possível, através do crescente aumento das transações comerciais registradas e que contemplavam negócios de toda espécie, entrever alterações profundas que se insinuavam em alguns setores daquela economia até então estagnada.

Sua inclinação para a cafeicultura, que viria a revolucionar os padrões demográficos e a topografia daquela região, está evidenciada nos registros cartoriais iniciais - onde se consubstanciavam contratos e tratativas de toda sorte -, muito antes, portanto, de ser inventariado pelas estatísticas oficiais.

*José de Faria entrega a José Luiz de Arruda [...] terras de primeira sorte na Fazenda Cachoeirinha da Boa Vista, distrito de S.S. do Turvo, comarca de Jaboticabal [...] , com as seguintes benfeitorias: 8.000 (oito mil) pés de café, mais ou menos, formados de 7 (sete) anos...*⁴⁴⁰.

João Alves Pacheco e sua mulher perante testemunhas comprometeram-se a passar escritura pública quando exigida a Sypriano José Moreira,

⁴³⁹ - Tal fenômeno poderia estar relacionado ao que Pierre Monbeig denominou de “franja”, isto é, o avanço irregular da lavoura cafeeira. Por outro lado, *Rio Preto fora uma boca de sertão por muitos anos, e algum café crescera ao longo das terras altas entre os rios Tietê e Turvo, mas a zona Araraquarense ainda era em grande parte território virgem antes da construção da ferrovia..* In: HOLLOWAY, T. *Op. cit.*, 1984, p. 41. Grifos nossos.

⁴⁴⁰ - Datada de 10.07.1903, a informação contida nesta ESCRITURA PÚBLICA DE PERMUTA faz pressupor que o cafezal remontava ao ano de 1896. Registro nº 114. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Grifos nossos.

*referente a 20 (vinte) alqueires de terras comuns na Fazenda dos Venâncios [...], juntamente com as seguintes benfeitorias: 05 (cinco) mil pés de café de diversas idades ...*⁴⁴¹.

Curioso também é notar o valor atribuído ao produto, que então se prestava como garantia ou seguro de dívidas contraídas, a saber:

*...os primeiros são devedores deste [nome do credor] a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis) e se comprometem pagá-la em 11 (onze) meses e 10 (dez) dias a contar desta data [...]. Penhor: frutos pendentes e da safra futura de 5.000 (cinco mil) pés de café ...*⁴⁴².

Ou:

*...o devedor diante de testemunhas declarou-se devedor do Major José Pinto Machado, da importância de 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis), recebidos em moeda corrente [...] dando como garantia seus cafezais, futuras safras da importância devida, que passará a pagar mensalmente com juros de 2% (dois por cento) ao mês, cafezais este que estão no sítio da Fazenda Generoso [...] sujeitando-se para isso ao penhor agrícola que lhe fôra imposto*⁴⁴³.

Essa população era, portanto, constituída por brasileiros que em sua maioria

...vieram para São Paulo e se localizaram onde não havia gente ainda. Sim, porque a grande expansão cafeeira, na sua fase inicial, tinha se limitado a um avanço até 150 e 200 quilômetros mais ou menos, na frente da estrada de ferro. Assim, os elementos mineiros e nordestinos tomaram parte em não pequena proporção, no povoamento do interior paulista [...] se fixaram nos latifúndios, que localizavam nas grandes manchas de terras roxas, abrindo lavouras de café [...] , além de Ribeirão Preto, Jaboticabal , etc..⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ - ESCRITURA PÚBLICA DE COMPROMISSO. Registro nº 73, de 08.11.1902. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Grifos nossos.

⁴⁴² - Registro nº 36, de 20.08.1901. ESCRITURA PÚBLICA DE PENHOR DE FRUTOS DE CAFÉ. CARTÓRIO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO. Interessante observar que já se atribuíra um valor à futura safra denotando que tais avaliações eram exequíveis.

⁴⁴³ - Escritura Pública de Penhor Agrícola, de 30.04.1900. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁴⁴ - ELLIS JR., Alfredo. O café e a paulistânia. Boletim nº 141 - História da Civ. Brasileira nº 13. S.Paulo, USP, 1951, p. 368.

A considerar o cômputo dos dados obtidos dos Registros Cartoriais (Nascimentos) locais, entretanto, dos anos de 1900 a 1910, a população local se constituiria, em sua grande maioria de paulistas (62%) , seguidos de mineiros (27%), e, em menor proporção, fluminenses e baianos. A partir

Entrementes, o elemento estrangeiro já atingira tais paragens, passando a representar a significativa cifra de 25% em 1905, liderados pelos portugueses (55%) ⁴⁴⁵, seguidos pelos italianos (29%) e os espanhóis (15%), os quais vemos constituídos em família e distribuídos por quatro fazendas ⁴⁴⁶.

do registro 247, de agosto de 1903, temos a informação da cor do registrado, e aparecem muitos casos de “pardo”, “preto” e mesmo “moreno”.

A média de habitantes por fazenda ainda era baixa, variando de 01 a 14 famílias até 1901, sendo, em sua grande maioria constituída por analfabetos.

Já consta dos registros desse período inicial a categoria “filho natural” para alguns casos de mãe brasileira, além de inúmeros casos de registros múltiplos - numa só vez contabilizamos nove (9) registros sendo efetuados conjuntamente (Reg. 130/138, ano 1903), além de um curioso registro onde um mesmo pai, porém com duas mães distintas, realizava, no mesmo dia, três registros distintos (Reg. 185/6/7, de 1903).

Esses brasileiros chegaram a constituir na já citada FAZENDA BEBEDOURO DO TURVO vinte e sete (27) famílias, algumas delas numerosas (com até 9 filhos), os quais, em sua maioria detinham o mesmo sobrenome “de Jesus” e “do Espírito Santo”.

⁴⁴⁵ - Provenientes das Ilhas da Madeira e de S.Miguel em maior número e concentrados em uma única fazenda, de nome Cachoeira.

⁴⁴⁶ - São elas: Bebedouro do Turvo, Córrego Grande, Fazenda do Laranjal e Cordão Escuro.

Não podemos precisar se tais imigrantes espanhóis, que oficializavam o nascimento de seus filhos no Cartório de S.S. do Turvo neste período, eram colonos ou proprietários, pelas razões já acenadas e que nos obrigaram a realizar o cotejamento de múltiplos recursos documentais complementares.

Residindo na FAZENDA BEBEDOURO DO TURVO, por exemplo, MÁXIMO GIL, espanhol, registrará os nascimentos de seus filhos em oito ocasiões, a saber, anos 1901/03/05(duas vezes)/08/10/12 e 1914.

Não localizamos nenhuma escritura de compra e venda, onde tivesse realizado qualquer aquisição. Porém, localizamos um *Contrato para plantio, tratamento e formação de café*, de 1914, em que contratava a Julian Dias por 3 anos para a formação de 5.000 pés de café em sua propriedade agrícola, na Fazenda Bebedouro do Turvo (Vide ANEXOS - Contrato IX, p.370).

Essa Fazenda foi objeto de diversas escrituras de compra e venda, a primeira delas de 04.09.1900, em que se vendia “9 alqueires, 51 centésimos de alqueire e 23 hectares, de 1ª e 2ª” por 500\$000 (quinhentos mil réis).

Daí por diante, temos em 1902, mais 25 alqueires sendo vendidos também a 500\$000 (quinhentos mil réis), e, em 1904, considerando apenas até o mes de fevereiro, foram registradas mais 5 (cinco) transações, a menor de 10 alqueires (200\$000 mil réis) e a maior de 41 alqueires (920\$000 mil réis).

JACINTO PONTES GESTAL, espanhol, residente na FAZENDA CÓRREGO GRANDE, registrará seu filho a 04.10.1901, e sua irmã, Rosa Pontes Gestal, também residente na mesma fazenda, registrará dois nascimentos, em 1903 e 1905. Não foi localizada para ambos qualquer escritura de compra e venda, no entanto, porém, deduzimos que o primeiro tornara-se proprietário pelo teor de duas outras escrituras, uma de 06.02.1909 (...*dividindo com terras da viúva de Jacinto Pontes Gestal*) e outra de 04.05.1912 (*Divisa com terras do espólio de Jacinto Pontes Gestal*).

ROMÃO LOPES (certamente, RAMÓN!) registrará seus filhos gêmeos pelos n°s 79 e 80, de 05.09.1901, constando de sua residência a FAZENDA LARANJAL. Seu caso, diferente dos anteriores, é passível de estatística. Com efeito, pela Escritura Pública de Compra e Venda n° 308, de 11.08.1905, vemos esse imigrante adquirir, por 500\$000 (quinhentos mil réis) uma propriedade de 30 alqueires de terra na Fazenda S.Domingos, assim como localizamos, no Livro de Registros 064, p. 03, da Hospedaria

Esta cifra de 15% representada pelos elementos de procedência espanhola é significativa, a considerar que eles representavam até então, no cômputo geral dos estrangeiros ingressados no país, a pequena parcela de 10%.

A análise das transações de compra e venda de propriedades levadas à efeito nesse período inicial merecem algumas considerações, inicialmente quanto à extensão da área comercializada, em sua maioria, propriedades de 5 a 40 alqueires, com pouca incidência de lotes acima dessa metragem e raríssimos acima de 100 alqueires.

Por outro lado, um fato que nos chamou a atenção refere-se à incidência de lotes de dimensões relativamente pequenas sendo vendidos em uma mesma fazenda e para diversos compradores em sucessivas ocasiões ⁴⁴⁷.

Embora não possamos precisar com absoluto rigor as razões para que o fenômeno se repetisse, é bastante provável que se possa atribuir o crescente retalhamento das propriedades às questões anteriormente formuladas, porém, é provável que, além daquelas houvessem outras, de conformidade com a necessidade de ajustamento à conjunturas locais, relacionadas possivelmente ao levantamento de capital para investimentos em áreas ainda mais novas ou motivadas por um desinterêsse em integrar esta área a uma economia de mercado, fenômeno inevitável pelo avanço dos cafezais ⁴⁴⁸.

dos Imigrantes, o seu ingresso, a 16.03.1899, então com 29 anos, acompanhado de Francisca (mulher, 25 anos), Isabel (filha, 4 anos) e Vicente (filho, 1 ano), dirigindo-se a Jaboticabal.

O dado *nacionalidade* consta da maioria dos registros efetuados entre 1900/5, não constando apenas em alguns casos que não ultrapassam 10% do total.

Muito provavelmente essas famílias, cuja fixação, no primeiro lustro do século foi revelada pelos Registros de Nascimento, tivessem embarcado com a José Antunes dos Santos, pelo acordo dessa empresa com o Estado, pelo qual se facultava, em 1897, a vinda de 20.000 imigrantes, devendo 10.000 ser espanhóis. Cf. RELATÓRIO SECRETARIA DA AGRICULTURA, Ano 1897, pp. 77-78.

⁴⁴⁷ - Vamos nos reportar aqui a apenas um desses casos: Na FAZENDA ÁGUA_PARADA, , cuja extensão não temos como precisar, constatamos, por exemplo, a venda de 10 alqueires em 1900 por 1:000\$000 (um conto de réis); mais 25 alqueires, em 1901, por 800\$000 (oitocentos mil réis); Neste mesmo ano, mais 25 alqueires, por 900\$000 (novecentos mil réis); Em 1902, a venda de 08 alqueires, por 300\$000 (trezentos mil réis) , mais 30 alqueires por 300\$000 (trezentos mil réis) e 40 alqueires por 1:000\$000 (um conto de réis). Em 1903, levantamos mais oito (8) operações de venda nesta fazenda e, em 1904, apenas até o mês de fevereiro, mais nove (9), das quais em algumas delas temos apenas a informação de que eram “*uma parte de terras no comum...*”, não constando a extensão. Cf. Escrituras de Compra e venda de: 03.08.1900; 23.03. e 25.03.1901; 22.10. e 27.12.1902; 14.01, 11.04 (2 escrituras), 03.06, 12.10, 03.11 (2 escrituras), e 21.12.1903; 03.02 (2 escrituras), 08.02 (4 escrituras), 18.02, 19.02 e 25.02.1904. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁴⁸ - Os exemplos de escrituras de compra e venda de propriedade agrícola se avolumam, bem assim das novas denominações de fazendas que vemos “emergir” desses registros.

Com relação aos preços que então se praticavam, trata-se de um indicador sobre o qual não se pode estabelecer deduções, ficando demonstrado que podiam variar muito, dependendo de fatores diversos como a localização das terras em questão e a natureza das benfeitorias constantes na propriedade, tendo ainda, como agravante, os casos de permutas que se praticavam ⁴⁴⁹.

Por sua vez, pela Estatística Agrícola e Zootechnica de Jaboticabal, para o Anno Agrícola de 1904-05 ⁴⁵⁰, aquele município já possuía milhares de alqueires dedicados a lavoura cafeeira - com 17.422.800 cafeeiros plantados para uma produção de 1.011.950 arrobas -, e outro tanto dedicado à plantação de milho e feijão ⁴⁵¹, sendo comum as fazendas desenvolverem culturas mistas aliadas à pecuária, com criação de gado leiteiro e gado para transporte, os denominados “bois de trabalho” ⁴⁵², além de cavalos, burros, mulas e porcos, se destacando pela expressiva produção de leite e toucinho.

Contava então aquele município com 532 proprietários cadastrados, dos quais a grande maioria consistia de brasileiros, com 80% do total, seguida por portugueses e italianos empatados em 9% cada, e uma ínfima parcela de espanhóis ⁴⁵³. No entanto, se analisarmos a coluna da nacionalidade dos empregados, vemos que os nacionais representariam apenas ¼ do total.

⁴⁴⁹ - Em 1905, por exemplo, o espanhol ROMÃO LOPEZ MONTERO (certamente seria RAMÓN) adquiria 30 alqueires *sem benfeitoria alguma* por 500\$000 (quinhentos mil réis), enquanto que em 1900, outro espanhol, CASIMIRO GULARTE, havia adquirido 14 e ¾ alqueires de “*terras cultivadas [...] juntamente com benfeitorias: cerca de madeiras, paiol, casa coberta com capim...[por] 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis)*”.

Cf. Escrituras Públicas de Compra e Venda, nº 12, de 12.11.1900 e nº 308, de 11.08.1905. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

A origem dessas terras então vendidas, declarada pelos vendedores, era, em sua maioria, “*terras neste distrito, havidas por herança, por falecimento de seu pai...*”. Cf. Registro Escritura de Compra e Venda nº 188, de 14.03.1904, e outros.

01 (hum) alqueire paulista equivale a 24.200 metros.

⁴⁵⁰ - S.Paulo, Typ. Brazil-Carlos Gerke & Rothschild, 1908, pp. 2-27.

⁴⁵¹ - A área cultivada em cafezais era, então, de 8.978 alqueires, para 3.547 cultivados em milho e 2.601 em feijão, as produções majoritárias. Ainda eram cultivados cana-de-açúcar e arroz, em menor escala.

⁴⁵² - Os meios de transporte usualmente utilizados para o transporte dos produtos eram: Carroças, carroções, carritelas e carros de boi. Conforme: ESTATÍSTICA AGRÍCOLA E ZOOTECHNICA DE JABOTICABAL, citada, 1908, p. 27.

Lembramos, entretanto, que a Cia. Paulista de Estradas de Ferro já atingira aquele município em 1892, expandindo-se somente depois de sete anos para as localidades mais ao norte, como Bebedouro que é alcançado em 1905.

⁴⁵³ - ESTATÍSTICA DE JABOTICABAL, citada, 1908, p. 26.

Tal estatística apresenta nominalmente os 532 proprietários do Município, sua nacionalidade, o número de alqueires divididos por *área cultivada/em mata/em capoeira/em campos e pastos/em brejos/em terras impréstáveis* além da *qualidade da terra*. Em outra coluna, apresenta a área plantada

De qualquer modo, é curioso registrar dois casos de emigrantes espanhóis com áreas de grande porte - Valdomiro & Irmão, com 100 alqueires e Vasquez & Irmão, com 300 alqueires, dos quais 1/3 dedicado à cultura do café, ambos apresentando uma produção de 1.200 e 3.000 arrobas respectivamente -, dentre outras propriedades também pertencentes a espanhóis, porém menores e com produção inferior⁴⁵⁴.

É significativo o avanço que se dará nessa região daí por diante; com a marcha dos cafezais, vemos multiplicar as fazendas, e nelas, os indivíduos captados para o trabalho, vindos de toda parte.

Com efeito,

*... toda a região de Jaboticabal [...] continua a progredir. Aqui o progresso começa em 1886 (40.000 arrobas, 2.885 h.) e vai num crescendo contínuo, que se comprova pelas inúmeras subdivisões da área primitiva...*⁴⁵⁵.

*Nas circunvizinhanças das cidades, vilas e freguesias, a propriedade do solo se está fracionando pelos imigrantes que, depois de algum tempo de trabalho nas fazendas, onde formaram pecúlio, tornam-se proprietários ou vêm cultivar a terra por sua conta*⁴⁵⁶.

Não há como divergir dessa afirmação quanto ao crescente retalhamento das propriedades, fato esse credenciado pelos inúmeros casos revelados nos registros de escritura examinados para o período; porém, há um outro indicador que também deve ser levado em conta, qual seja, essa divisão, inicialmente, era

em alqueires e a respectiva produção. Traz ainda o número de trabalhadores divididos entre nacionais e estrangeiros, o valor total das propriedades em mil réis e o valor do solo por alqueire.

Em 1901, havia no Estado de S.Paulo, 1057 fazendeiros italianos enquanto que em 1906, o número de proprietários agrícolas italianos tinha-se elevado para 5.197. Entre os portugueses, havia 1607 proprietários; entre os alemães, 675; entre os espanhóis, 470, entre os austríacos, 117; entre os franceses, 76; entre os ingleses, 25; afóra 255 de outras nacionalidades.

In: CENNI, Franco. Italianos no Brasil. S.Paulo, Livr. Martins, 1961, p. 182. Grifos nossos.

⁴⁵⁴ - Contudo, nenhum desses proprietários espanhóis, aqui identificados como produtores de café para o município de Jaboticabal, coincide com aqueles constantes dos Registros de escrituras inventariados para S.Sebastião do Turvo, provavelmente porque, nesse caso, essa propriedade, inicialmente de muito pequeno porte, não representasse, ainda, uma unidade produtora para mercado, e, portanto, passível de estatística. Tal constatação fará sentido quando analisarmos as condições peculiares e o período em que se deram essas primeiras aquisições.

⁴⁵⁵ - MILLIET, Sérgio. Op.cit., 1946, p. 53. Grifo nosso. Uma arroba equivale a 14,689 quilos.

⁴⁵⁶ - Carta de Antonio Prado publicada na GAZETA DE NOTÍCIAS e transcrita no CORREIO PAULISTANO, 20.08.1899. Apud: BEIGUELMAN, P. Op. cit., 1968b, p. 97.

praticada majoritariamente por e entre nacionais, sendo pouco representativa a participação do imigrante nessa fase inicial, fenômeno que se comprova até mesmo pela pouca familiaridade dos escrivães na grafia de determinados sobrenomes (*apellidos*, em espanhol), preferindo, muitas vezes identificá-los evocando sua origem, como no exemplo: “[referindo-se à divisa dos lotes] por um lado com Fernando italiano, por outros dois lados com terras de [...] e pelos fundos com terras de [...]” ou “confrontando com Máximo espanhol, José Eduardo de Souza [...]”⁴⁵⁷.

De qualquer modo, a considerar o rastreamento propiciado pelos registros de nascimento⁴⁵⁸, a presença do imigrante espanhol na região já era percebida no primeiro lustro da primeira década e até certo ponto surpreende que alguns deles – desafortunadamente não temos como inventariar quantos seriam-, já haviam se constituído em pequenos proprietários.

Temos alguns casos representativos:

Na **Fazenda Água Parada**⁴⁵⁹, por exemplo, vamos localizar⁴⁶⁰ Deográcias Rodrigues Martins (certamente seria *Martinez*), espanhol, como titular de um registro de nascimento e, meses depois, no mesmo ano de 1903, tornaremos a encontrá-lo⁴⁶¹, porém agora oficializando, através de escritura pública, a aquisição de 20 alqueires

*... no comum da Fazenda Água Parada [...] terras havidas por compra a diversos e também por herança [do vendedor] situadas nas cabeceiras do Córrego Papagaio, no lugar onde o comprador fez cultivo [...] por 1:000\$000 (hum conto de réis)*⁴⁶².

Os registros cartoriais ainda acusariam, após essa aquisição inicial, duas outras: a primeira, de 18.09.1909 pela qual teria adquirido mais 12 alqueires na

⁴⁵⁷ - Escrituras Públicas de Compra e Venda, de 11.12.1903 e 10.01.1910, respectivamente. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁵⁸ - Como já dissemos, trata-se do único documento onde consta a nacionalidade dos pais declarantes e através do qual pudemos identificá-lo, depois, nos demais registros, através de uma confrontação nominal.

⁴⁵⁹ - Realizamos um levantamento de todas as vendas praticadas nesta Fazenda de 1900 a 1904, e pudemos observar que fora sistematicamente retalhada, sobretudo no local denominado Córrego Papagaio. Contudo, nossa tentativa de estabelecer um consenso sobre os preços ali praticados foi frustrada, já que não houve coerência sequer para vendas de lotes de metragem equivalente.

⁴⁶⁰ - Pelo Registro de Nascimento nº 252, de 12.10.1903. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁶¹ - Escritura Pública de Compra e Venda, de 13.11.1903. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁶² - Hoje essa área pertence ao Município de Catiguá, divisa com Novais. Grifo nosso.

mesma fazenda, pagando pelos mesmos também 1:000\$000 (um conto de réis) e a outra, de 08.04.1911, onde complementava com a compra de mais 05 alqueires, também na mesma fazenda, pelo preço de 500\$000 (quinhentos mil réis), salientando-se que, nos três casos, os vendedores foram os mesmos ⁴⁶³.

Luiz Larios Rodrigues, espanhol de 39 anos e sua família - mulher, então com 32 anos e três filhos -, que haviam desembarcado em Santos pelo Vapor Les Alpes, a 03.02.1898 ⁴⁶⁴ e que da Hospedaria se dirigiram para a Fazenda de Francisco Crespo em Jaboticabal, também haviam adquirido, de conformidade com os registros cartoriais

01 (hum) quinhão de terras na Fazenda Bebedouro do Turvo [...] às margens do Córrego Grande, com 25 alqueires de terras de primeira, segunda e terceira classe [...] contendo um paiol, um pasto com um alqueire de capim todo aberto[...] ⁴⁶⁵.

Consta do histórico desse contrato ter o proprietário anterior (vendedor) adquirido do próprio fazendeiro - Francisco Crespo -, informação essa que indica que o colono espanhol adquiria propriedade no mesmo local onde fôra contratado anteriormente como colono.

Também Ramón Lopez Montero, espanhol, então com 29 anos, que viajara pelo Vapor Coblenz e a 16.03.1899 desembarcara na Hospedaria, acompanhado de mulher e dois filhos, dirigindo-se para a Fazenda de Leolim Cotrim, em Jaboticabal, habitava nos arredores, conforme se atesta pelo Registro de Nascimento de 1901 ⁴⁶⁶ e, em 1905, adquiria “30 alqueires de terras na Fazenda S.Domingos, no Córrego dos Tenentes [...] sem benfeitoria alguma [...] por 500\$000 (quinhentos mil réis)” ⁴⁶⁷.

⁴⁶³ - Os dados obtidos dos Registros de Nascimento são reveladores. De 1909 a 1912 - quando a informação de *residência* aparece ininterruptamente -, levantamos, para a Fazenda Papagaio, a ele pertencente, registros de nascimentos diversos, envolvendo nove famílias brasileiras, lá instaladas, muito provavelmente exercendo a função de camaradas ou colonos.

⁴⁶⁴ - Livro de Registro de Entradas nº 061, p. 291. HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES.

⁴⁶⁵ - Escritura Pública de Compra e Venda nº 261, de 19.11.1904. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Há outros dois registros, no caso de nascimento, dos anos de 1910 e 1914, em que o casal aparece como “avós paternos”.

⁴⁶⁶ - Registros de Nascimento nsº 79 e 80 (gêmeos) de 05.09.1901. Aqui consta a residência dos pais como “Fazenda Laranjal”. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁶⁷ - Escritura Pública de Compra e Venda, de 11.08.1905. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

Pedro Parron Maldonado, almeriense de Berja, e sua mulher Francisca Blasque Sanchez, também adquirem propriedade nos arredores, já no ano de 1906, constando de

10 (dez) alqueires de terras na Fazenda Cordão Escuro [...] por compra que fizeram em praça pública [?] na cidade de Jaboticabal, já dividida judicialmente, nas seguintes divisas: por um lado [...] e por outros mais lados com os mesmos vendedores [...] por 600\$000 (seiscentos mil réis).

Instalados no local, vamos reencontrá-los em dois registros de nascimentos subsequentes: o primeiro, do mesmo ano, 1906, e o outro do ano seguinte, 1907. A semelhança do sobrenome materno sugere um parentesco com a família de Seu Ildefonso, que, porém, não temos como atestar ⁴⁶⁸.

Tais casos suscitam inúmeras reflexões, a começar indicando a precocidade com que esses imigrantes conseguem acessar à pequena propriedade, muito provavelmente depois de um estágio como colonos nas fazendas de café, não raro nas mesmas onde se convertiam em pequenos proprietários.

Refletem também outros indicadores já anteriormente ensejados, demonstrando que o retalhamento constituía-se prática comum, sugerindo, pelo preço comercializado, que as glebas de que se alienavam constituíam-se muito provavelmente em terras de qualidade inferior ⁴⁶⁹.

⁴⁶⁸ - Registros de Nascimento n.ºs. 359, de 03.11.1906 e 388, de 27.07.1907. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁶⁹ - No primeiro caso, por exemplo, tudo indica que o imigrante tenha se instalado previamente no local como colono, e que estivesse se aproveitando do sistemático fracionamento que se verificava nesta Fazenda (Água Parada) desde o ano de 1900, já que as quantias pagas nas três ocasiões não fogem à média das demais então praticadas.

No caso seguinte, imaginamos que a situação tenha sido similar - já que constava, no Registro da Hospedaria, o nome do fazendeiro para onde o imigrante se dirigia, Francisco Crespo -, e pudemos, portanto, confrontar, no teor do registro da escritura, que a propriedade fora vendida anteriormente por esse mesmo personagem ao então vendedor. Deduzimos, assim, que o imigrante trabalhara na Fazenda de F.Crespo como colono, e que, muito provavelmente durante sua estadia no local, a fazenda tivesse sido comercializada ao atual proprietário de quem, agora, adquiria uma parcela.

O terceiro caso revela-se distinto dos demais. Foi possível, pelo estabelecimento de conexões, verificar que não se tratava, nem de um caso de aquisição de propriedade no mesmo local onde o colono antes trabalhara, nem um caso típico de sistemático retalhamento.

Observando as transações que envolveram essa fazenda (S.Domingos), encontramos apenas uma anterior, datada de 1902 (portanto três anos antes) em que se comprava 57 alqueires por 1:000\$000 (um conto de réis), não constando que tenha representado, portanto, um caso de custo inferior ao que se praticava nem nas fazendas adjacentes, nem que se praticara nesta.

O mais típico e comum, no entanto, neste período inicial, é avistarmos, através da documentação consultada, com transações envolvendo elementos nacionais, muitos deles adquirindo propriedades agrárias, outros incorporando lotes à propriedade pré existente. Muitos deles foram mencionados nos depoimentos, e em alguns casos foi possível levantar a documentação que oficializava tais transações, bem como acompanhar todas as fases, a de compra e a posterior, de venda.

Exemplar é o caso da família Moreira, citada – especialmente por Seu Tercifon, dada a vizinhança posterior das propriedades -, como das mais antigas no local, e a quem ele atribuía, rememorando o período em que se estabeleceram como proprietários no local, a posse de “8 ou 10 alqueires, no Córrego Seco [...] como herança do pai dele, que chegou em 1901”.

Com efeito, a documentação revelará, num período anterior ao mencionado por Seu Tercifon, inúmeros registros de compra de propriedades, que iniciam já em 1902, em nome de Modesto José Moreira e Sypriano José Moreira (pai e avô) e outros, de 1904 para adiante, a partir de quando passam a vender as propriedades.

Temos, então: para 30.04.1902, a aquisição de “41 alqueires, terras de primeira, na Fazenda Tubarana ... por 2:000\$000 [dois contos de réis]” ; para 03.12.1903, a compra de “10 alqueires na Fazenda Córrego Grande, com benfeitorias, por 1:000\$000 [um conto de réis]” e para 14.03.1904 mais “terras no comum da Fazenda Córrego Grande” sendo adquiridas, por 100\$000 (cem mil réis) ⁴⁷⁰.

Porém, já em 02.04.1904, iniciavam a venda do patrimônio, começando por “8 alqueires de terras no comum da Fazenda Córrego Grande ... por 200\$000 [duzentos mil réis]”; em 29.10.1904, vendiam “3 ¼ de alqueires de terras, mais dois mil pés de café, casa coberta de palha, na Fazenda da Baixada ... por 400\$000 [quatrocentos mil réis]” e, finalmente, em 08.08.1911, vendiam “terras sem ônus, na Fazenda Córrego Grande ... por 2:000\$000 [dois contos de réis]” ⁴⁷¹, credenciando, portanto, a informação segundo a qual eram possuidores de, apenas, “8 a 10 alqueires”, em 1912, e a prática, atribuída aos brasileiros, de não reterem as propriedades adquiridas ou herdadas.

Outros brasileiros também viviam nos arredores, quando nossos depoentes chegaram. É o caso, por exemplo, de Joaquim Pedro Firmiano, mineiro,

⁴⁷⁰ - Escrituras Públicas de Compra e Venda, n.ºs. 48, 155 e 188, respectivamente. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁷¹ - Escrituras de Compra e Venda n.ºs. 199, 245 e 690, respectivamente. Deixamos de mencionar uma outra, de n.º 527, datada de 07.11.1908, por referir-se à venda de um imóvel “urbano”.

apontado como outro *dos antigos* residindo com a família no Córrego Seco na ocasião em que a família de Seu Ildefonso se estabelecia nos arredores, em 1911, em seu sítio recém adquirido.

Com efeito os Registros de Escrituras apontam duas operações de compra em seu nome; a primeira delas, de nº 104, de 18.05.1903, pela qual o vemos adquirindo “30 alqueires de boas matas na Fazenda Bebedouro do Turvo [...] situadas no Córrego denominado Matão [...] que começam numa cova no alto do espigão [...] até outra cova com 1.100 metros”, pagando a importância de 800\$000 (oitocentos mil réis), e a outra, datada de 01.08.1908, consistindo de 5 alqueires de terras na Faz. Bebedouro do Turvo, “no lugar denominado Córrego Seco”⁴⁷².

Ocorria assim que, embora os nacionais detivessem a maioria das transações envolvendo propriedades agrárias verificadas para este período inicial, tal ocorrência não lhes era, contudo, exclusividade, como acabamos de observar pelos casos atrás arrolados, onde imigrantes espanhóis, muito provavelmente aproveitando-se de contextos favoráveis conseguiam concretizar aquisições de pequenas parcelas.

São Sebastião do Turvo, com efeito, prosperava sob os efeitos da onda verde do café que se aproximava pelos municípios que, como Jaboticabal e Bebedouro, atraíam numerosas famílias de colonos imigrantes, chegados, agora pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro⁴⁷³.

⁴⁷² - Pelos Registros de nascimento, vamos encontrá-lo registrando um de seus filhos - nascido em 1897 -, em 05.04.1904, pelo Reg. nº 211. Em 21.04.1910, aparece outro registro seu, de nº 72 e consta ser a criança de cor parda, ter nascido em 1890 e em Jardinópolis. Aparece ainda em um outro Reg. de Nascimento, nº 103, de 06.07.1915, como sendo o pai. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

Na seqüência, iremos nos reportar a outros casos “clássicos” mencionados pelos depoentes e depois referendados pela documentação oficial, como, por exemplo, o de José Alexandre e o de Inocência Brás.

É evidente a grande maioria de brasileiros não apenas residindo nas fazendas - provavelmente como camaradas ou agregados -, como também é inquestionável o número elevado de nacionais frente aos estrangeiros realizando negócios de compra e venda nesta fase inicial.

⁴⁷³ - Bebedouro seria atingida pela Paulista em 1905. Daí, uma nova ferrovia, a S.Paulo-Goiás busca a zona de Olímpia, mas conseguirá chegar apenas até Nova Granada e acabará por se integrar no sistema da Paulista. Em seguida, são inauguradas algumas pequenas estradas, como a Morro Agudo, a Monte Alto e a Jaboticabal, todas também tributárias da Paulista. A Estrada de Ferro de Araraquara (ou Araraquarense como passou a ser denominada), criada em 1896, inaugura seu primeiro trecho em 1901, indo até Ribeirãozinho (hoje Taquaritinga), a 75 kms. da estação inicial e atinge Rio Preto em 1912 (km. 230).

A estação de IBARRA (hoje, Catiguá) passa a funcionar como consequência dessa expansão da Araraquarense até Rio Preto e representará o contato ferroviário mais próximo de S.Sebastião do Turvo, a mais ou menos 12 kms. do povoado inicial (Vide ANEXOS , Mapa III, *Carta Geral mostrando todos os trabalhos...*, p.344).

Informações obtidas de: MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias. S.Paulo, Coleção Monografias, Ed. Arquivo do Estado, 1981, pp. 123-133.

Consta terem chegado ao Brasil, neste período entre 1905 e 1909, 90.086 imigrantes espanhóis, dos quais 69.682 teriam se dirigido para as lavouras cafeeiras do Oeste Paulista, numa porcentagem de 78% ⁴⁷⁴.

Em 1909, predominam os hespanhóis, a quem seguem os italianos e, depois, os portugueses. No anno seguinte, os hespanhóis alcançam uma grande superioridade, ultrapassando de 4.348 os italianos. Em 1911, italianos, portugueses e hespanhóis sôbem a grandes números [...]; em 1914, predominam então os hespanhóis, vindo em segundo lugar, quasi com os mesmos números, os portugueses e os italianos ⁴⁷⁵.

Um dos maiores focos de drenagem dessa mão-de-obra era, então, o Município de Bebedouro, localizado ao norte de Jaboticabal e, como vimos, recém atingido pela estrada de ferro.

Nessa cidade, nasceria D.Teodora em 1905 “*nove meses e dois dias depois da chegada*” de seus pais, provenientes de Cáceres na Extremadura, de onde também provinha a família de Seu Ildefonso, então com nove anos de idade, chegada no mesmo ano de 1905 e proveniente da mesma província, e do mesmo *pueblo*. Lá também nasceria D.Ana Garcia, em 1910, cujos pais haviam desembarcado em 1906, provenientes de Almería.

Para D. Teodora,

naquela ano vinha muita espanholada da Espanha, porque na Espanha era muito difícil pr'a ganhar pr'a comer, muita pobreza...; e ali foi juntando, naquela fazenda e em outra que ficava lá perto também, um tal de Passa Quatro, fazendeiro que era médico, também lá, muita espanholada...

Com essa constatação e sem o saber, D. Tedora diagnosticava o primeiro dos períodos de maior volume da imigração espanhola que se dirigia ao Brasil, - anos 1905/6 -, só ultrapassado, na década seguinte, aos anos de 1912/3.

Com efeito, do total desembarcado no Brasil nesse biênio ⁴⁷⁶, a grande maioria então se dirigia para o Oeste, e, do total de imigrantes de várias

⁴⁷⁴ - LEVY, M.S. *Op. cit.*, 1974, p. 83 - Tabela 8.

⁴⁷⁵ - DADOS PARA A HISTÓRIA DA IMMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO EM SÃO PAULO. Enviados pela Secção de Informações do Deptº Estadual do Trabalho à Directoria do Serviço de Povoamento. S.Paulo, Typ. Brasil de Rothschild & Cia., 1916, p. 10.

⁴⁷⁶ - 42.477 imigrantes espanhóis, conforme dados da Hospedaria dos Imigrantes.

procedências que se dirigiam para Jaboticabal e Bebedouro no mesmo período, o elemento espanhol representará 69% ⁴⁷⁷.

A população emigra [...] para os municípios recém abertos à cultura cafeeira, ou para a Araraquarense [...]; assim é que toda a região de Jaboticabal - incluindo os municípios de Bebedouro, Monte Azul, Pitangueiras, Guariba e Viradouro -, continua a progredir ⁴⁷⁸.

Quanto a Bebedouro:

Além de se achar este próspero município bastante afastado dos centros comerciais, é digno de nota o grande desenvolvimento que alli tem adquirido não só a cultura do cafeeiro [...]; sua terras de primeira ordem, em grande parte cobertas por abundantes mattas, representam um futuro promissôr para aquella grande zona. A cultura cafeeira alli existente, não contando mais de 14 anos de idade, apresenta-se robusta, desenvolvida [...]; a falta de braços é também aqui muito sentida ⁴⁷⁹.

Tal afluxo poderia explicar-se pelo avanço recente da lavoura cafeeira na região, onde até o recenseamento de 1886

...o maciço cafeeicultor da margem esquerda do Moji-Guaçu, desde S.Carlos do Pinhal e Descalvado até Pitangueiras, Bebedouro e Jaboticabal, passando por Araraquara, reunia um pouco menos de 100 milhões de cafeeiros [e agora, na comparação das colheitas de 1886 e 1904/5] mostra o desenvolvimento recente: o imenso município de Jaboticabal que então se estendia até os rios Grande e Paraná, registrou 40.000 arrobas no primeiro recenseamento e 2.464.788 no segundo (das quais 1.011.850 só em Jaboticabal, o restante provindo de 5 municípios recém criados) ⁴⁸⁰.

⁴⁷⁷ - Levantamento realizado nos ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS de 1904/5, de acordo com dados da Hospedaria dos Imigrantes.

⁴⁷⁸ - MILLIET, S. Op.cit., 1941, pp. 52/3.

⁴⁷⁹ - BOLETIM DE AGRICULTURA. Ano 1908, p. 549.

⁴⁸⁰ - MONBEIG, P. Op. cit., 1998, p. 170. Grifos nossos.

A produção de todo Estado de S.Paulo, no mesmo biênio (1904/5) foi de 10.597.000 arrobas, quando então a exportação do café representava 50,6% do total das exportações.

Conforme: TOPIK, Steven. A presença do Estado na economia política do Brasil, de 1889 a 1930. R.Janeiro, Ed. Record, 1987, p. 97 - Tabela 7.

Uma arroba corresponde a aproximadamente 15 quilos.

Não seria de estranhar, portanto, que esse oceano de café então produzido, e do qual o Município de Jaboticabal ainda representasse – a despeito dos recentes desmembramentos - 10% do total, desaguasse em uma crise de superprodução.

A superprodução iria dar origem aos esquemas de contrôlo, conhecidos por “valorização” ou “defesa” dos preços e que se tornaram clássicos em economia [...].

Em 1906/7, o Estado de S.Paulo registrou enorme colheita, a qual até hoje detém primazias sob vários aspectos e cujo volume se aproximava dos 15,5 milhões de sacas . O total brasileiro ultrapassava pela primeira vez os 20 milhões e o consumo mundial, embora crescendo rapidamente, apenas atigia 17,5 milhões de sacas.

Procurando fazer face a essa perspectiva, o Estado de S.Paulo, em convênio com o de Minas e R. de Janeiro, levantou empréstimos no exterior, destinado à compra dos excedentes da produção [...] ; em dois anos de operações, o Estado de S.Paulo já havia adquirido cêrca de 10 milhões de sacas [...] ⁴⁸¹.

Tamanha prosperidade irradiada pela expansão cafeeira, multiplicava-se na criação de vilas em locais que, ainda muito recentemente, eram boca de sertão.

São Sebastião do Turvo, a propósito, já exibia, no segundo lustro da primeira década, como que por extensão das inúmeras propriedades rurais que a circundavam, um núcleo tipicamente urbano e onde

Miguel Daud & Irmão, negociantes, residentes nesta freguesia [adquiriam, em 1907] 01 (u’a) casa de moradia na esquina que faz frente com o Largo N.S. Mãe dos Homens, com 97,5 palmos de frente e 200 de fundo, construída de tijolos e coberta de telhas, com 10 claros em redor [...], por 500\$000 (quinhentos mil réis) ⁴⁸².

⁴⁸¹ - FRAGA, Constantino. “Resenha histórica do café no Brasil”. In: Agricultura em S.Paulo. Ano 10, nº 01. S.Paulo, Empresa Gráfica Carioca, jan. 1963, p. 8.

⁴⁸² - Escritura pública de compra e venda, de 31.01.1907. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Um palmo equivale a 22 cms.

CAPÍTULO I

AS PROPRIEDADES FUNDIÁRIAS, ORIGEM E RETALHAMENTO: Os registros de compra e venda

No entanto, e a considerar o volume de transações registradas no Cartório local, os retalhamentos de propriedade para venda continuavam prática comum, quase sempre envolvendo brasileiros ⁴⁸³, e a propósito, reportando-nos novamente ao caso que tomamos como exemplo, o da Fazenda Água Parada, já anteriormente mencionado, nova evidência vem em reforço das constatações anteriormente postas, referindo-se, neste caso, ao sobrenome dos titulares constante nos diversos registros de escritura – em sua maioria “de Jesus”, denotando constituírem uma mesma família e de brasileiros; além do mais, não localizamos nenhuma operação envolvendo *benfeitorias* nos lotes vendidos, e, em muitos deles, sequer constava sua metragem, aparecendo simplesmente “*terras no comum...*”.

Observamos também que tais ocorrências não se deram apenas antes e durante a crise de superprodução cafeeira, como antes demonstramos, mas que perduraram depois, perpassando a crise e ultrapassando a primeira década, fazendo-nos supor, portanto, que houvessem variáveis de outra natureza envolvidas.

Provavelmente essas grandes glebas, cujo desmembramento fomos acompanhando através dos Registros cartoriais de escrituras e testamentos, remontassem a

... posse sobre um trato de terras que, de comum, se limitava nos espigões divisores de águas de um córrego, não lhes importava o domínio do que ainda havia deshabitado em redor. Que, alhures, outros se instalassem. Originariamente, cada família fez posse sobre uma aguada. As “posses”

⁴⁸³ - A nossa constatação, referida apenas àquele Distrito, no que se concerne à propriedade dos brasileiros, coincide com o mapeamento realizado pela Secretaria da Agricultura, referente ao ano de 1906, pelo qual, no município de Jaboticabal, os brasileiros eram possuidores de 343 propriedades (65% do total), no valor de 3.725:830\$000 (três milhões, setecentos e vinte e cinco mil e oitocentos e trinta contos de réis), o que representava, numa comparação com as demais etnias ali arroladas (italianos, portugueses, espanhóis, alemães, suíços, franceses, austríacos e diversos), a porcentagem de 86%.

Cf. “Distribuição das propriedades agrícolas por nacionalidades” e “Valor das propriedades agrícolas e sua distribuição por nacionalidade”. Quadros II e III. Relatório da Secretaria da Agricultura, ano 1906.

*que depois apareceram em escrituras aforadas para ações divisórias, derramando-se em dezenas de milhares de alqueires, nunca existiram. Criou-se a técnica solerte do “grilo”. A verdadeira posse primitiva era comedida em suas lindes*⁴⁸⁴.

Identificamos ainda outras possibilidades, em que

*... a ocupação destas terras ainda não colonizadas começa pela apropriação de imensos domínios de limites incertos e origem mais ou menos legal; apropriações especulativas com o fim de revenda e retalhamento; mais ou menos toda a região se acha assim ocupada sob a forma de terras de reserva que esperam a alta; bem raras são as terras devolutas, ainda do domínio público; diversas leis vieram legalizar estas primeiras posses, em geral puramente teóricas; atrás chegam os verdadeiros colonos que precisam de títulos de propriedade válidos e os adquirem dos pioneiros da apropriação, cujo serviço foi o de traçar as primeiras demarcações*⁴⁸⁵.

E apenas para complementar:

[A] legislação sobre a propriedade fundiária em S.Paulo, durante a República Velha, ilustra a firme e contínua ausência de controle estatal sobre a terra pública. Por todos esses anos, a terra foi ocupada, comprada, subdividida, hipotecada e herdada, sob o sistema localmente organizado de título de posse da terra, que reconhecia a ocupação ou controle efetivo como critério básico de direito de propriedade [...]; quando uma transferência era registrada pela primeira vez, as fórmulas para provar o direito de propriedade eram a doação paterna, herança, compra (citando o nome do proprietário anterior, ou simplesmente a informação de que a terra era uma posse). Vendas posteriores muitas vezes se referiam ao registro cartorial original ou à escritura particular, o que validava o direito de propriedade [...].

Na ocasião em que os livros de registros foram abertos, a maior parte das terras do planalto paulista não estava nem mesmo ocupada e muito menos explorada pelos brasileiros. Mais tarde, a terra foi ocupada por simples invasão. Só posteriormente quando a penetração institucional seguiu a ocupação econômica da terra virgem do oeste, é que se começou a usar o registro cartorial do direito de propriedade.

⁴⁸⁴ - ALMEIDA, A. Tavares de. OESTE PAULISTA, a experiência etnográfica e cultural. Rio de Janeiro, Alba Editora, 1943, p. 21.

⁴⁸⁵ - DEFFONTAINES, Pierre. “Regiões e paisagens do Estado de S.Paulo: primeiro esboço de divisão regional”. In: Geografia. S.Paulo, ano 1, nº 2, 1935, p.164. Grifos nossos.

O sistema brasileiro de divisão de terras refletiu-se nas incertezas do direito de propriedade legal. Historicamente, houve pequeno esforço para aplicar um sistema de levantamento baseado em pontos de partida constantes.

Em vez disso, aspectos exteriores, como espigões e riachos, foram anotados como pontos de referência [...]; não eram dadas as distâncias entre os pontos, muito menos orientação com os pontos cardeais [...].

*Limites efêmeros e irregulares, combinados com a falta de levantamentos, freqüentemente tornavam os títulos de terras ambíguos, mesmo quando registrados em cartório. Esta situação reforçou a importância da ocupação de fato [...]*⁴⁸⁶.

Todas as evidências, portanto, envolvendo as transações locais, deixam entrever que, muito provavelmente, as primeiras ocupações tenham ocorrido mediante a posse – dado esse, aliás, explicitado textualmente em algumas escrituras –, sistema esse que evoluía, neste período para venda direta ou para os casos de herança; com efeito, há muitas contendo essa informação no ato da venda, além de escrituras exclusivas de doação paterna, nas quais se arrolavam os nomes de todos os beneficiários.

As práticas então adotadas na obtenção ou repasse dos títulos de posse das propriedades agrárias, capítulo aliás fascinante e ainda pouco explorado por nossa historiografia, interessa-nos particularmente quando referidas à região em foco, pois de certo modo remetem às primeiras experiências dos imigrantes espanhóis na tentativa de se fixarem como pequenos proprietários naquelas redondezas.

Seus relatos, nesse particular, são sempre coincidentes na questão da propriedade da terra, cuja posse inicial era atribuída a brasileiros, os quais, iam se *desfazendo* e muitos *acabaram em nada*.

O caso envolvendo a família de Seu Tercifon e outras seis famílias almerienses – que trabalhavam como colonos na mesma fazenda, depois de terem emigrado conjuntamente provenientes do mesmo *pueblo* –, é representativo: em 1912, depois de seis anos trabalhando como colonos, foram avisados por parentes de que Ignocêncio Bráz, um caboclo brasileiro, estaria vendendo 100 alqueires de suas terras por 10:000\$000 (dez contos de réis)⁴⁸⁷.

⁴⁸⁶ - HOLLOWAY, T. Op.cit., 1984, pp. 183-185. Grifos nossos.

⁴⁸⁷ - Chegando ao local, as sete famílias se cotizaram e acabaram adquirindo a propriedade em conjunto, pela qual a família de Seu Tercifon teria pago 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis).

A documentação cartorial consultada, a propósito desse personagem, faz algumas referências que podem, de certo modo, esclarecer a maneira como teria obtido tais propriedades: paulista, analfabeto (em todas as escrituras, a sua assinatura é *à rogo*), Ignocêncio Bráz aparece, pela primeira vez, a 01.08.1906, efetuando, juntamente com outros dezenove *lavradores* então ali inventariados, um contrato público com Thomaz Cimini, agrimensor⁴⁸⁸, para que procedesse

*subdivisão de terras dos mesmos na Fazenda Bebedouro do Turvo, dessa Comarca, onde, como condôminos solicitam os serviços de agrimensura amigável ou judicialmente, na melhor forma de direito, que será efetuado na parte que pertencia ao finado José Antonio, aos quinhões de cada um, usando a máxima exatidão de direitos [...], compõe esse quinhão mais ou menos 700 alqueires [...] pelo preço de [...], não incluídas as despesas judiciais ou homologações por sentenças obrigatórias*⁴⁸⁹.

Meses depois, no mesmo ano de 1906, outro contrato, com o mesmo agrimensor, e ao que tudo indica, referido ao mesmo quinhão, só que agora os contratantes eram em número de vinte e três

*... para missão amigável para subdividir no quinhão deixado pelo finado José Antonio dos Santos, e não havendo entre si pessoas menores, mas todos com capacidades jurídicas e de comum acordo, solicitaram que fosse procedida [...] conforme os dizeres do contrato desse quinhão [738 alqueires] baseado nos princípios do direito e da justiça [...]*⁴⁹⁰.

Entrementes, nesse ínterim, vemo-lo realizar uma aquisição de *setenta alqueires de terra, sem benfeitoria, na Fazenda Bebedouro do Turvo, tudo localizado no Córrego do Mattão e Grande [...] terras havidas por herança de seu pai, mãe, sogro e sogra [por] 800\$000 (oitocentos mil réis)*⁴⁹¹.

⁴⁸⁸ - Este profissional era muito requisitado, para demarcar as divisões e subdivisões de terras; naquele local, haviam dois deles: Thomaz Cimini, residente em Jaboticabal e Roberto Todd Lock, em Araraquara, cujos contratos de serviços eram freqüentes. Em muitas ocasiões, eles aparecem como “procuradores” dos contratantes.

⁴⁸⁹ - Contrato público entre José Martins de Arruda e outros e Thomaz Cimini, nº 360, de 01.08.1906. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Grifos nossos.

⁴⁹⁰ - Escritura Pública de Contrato de Divisões de terras, na casa de Joaquim Cassiano de Sant’Anna, nº 386, de 16.11.1906. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Grifo nosso.

⁴⁹¹ - Escritura Pública de Compra e venda, nº 377, de 01.10.1906. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Restringimo-nos aqui apenas aos livros de escrituras, posto que Ignocêncio Braz aparece em outras quatro ocasiões realizando registros de nascimento, a saber: Registo nº 80, de 03.06.1911; nº 160 e 161, de 08.12.1911, reportando-se a dois nascimentos anteriores ocorridos em Bebedouro e nº 125, de 12.07.1914.

Esse talvez pudesse representar mais um dos procedimentos pelos quais se formalizava o acesso às grandes extensões de terra, que depois, retalhadas, eram vendidas e adquiridas, em pequenos lotes, pelos imigrantes.

O fato é que, possivelmente resultante da marcha dos cafezais, impulsionada, agora, pela proximidade da estrada de ferro que acabara de chegar a Catanduva, em 1912, vimos avolumar-se o número de Registros de Nascimento para a localidade, e, em consequência, identificar as novas denominações de locais (fazendas) de residência dos pais⁴⁹².

⁴⁹² - O dado *residência* (denominando fazendas e córregos, em geral), aparece regularmente até 1904, generalizando-se depois, até 1909, para, simplesmente *S. Sebastião do Turvo*, reaparecendo novamente nos registros, e seguindo de 1909 a 1912.

Deste modo, a avaliação que realizamos se refere a esse período, numa tentativa de confrontar com os dados iniciais, pelos quais chegamos até 1904.

Provocado possivelmente pelo lapso de cinco anos, vimos, assim, avultar o número de registros para fazendas com denominações até então desconhecidas, fato esse também atestado pela média anual de registros que cresce consideravelmente. Apenas como ilustração, constatamos de 1909 para 1910, dezesseis novas fazendas sendo citadas nos registros, bem como um elevado aumento de sua população, que passa a adquirir características distintas daquelas anteriormente verificadas.

Assim, por um lado, continua existindo um grande número de famílias brasileiras ali instaladas (72% de paulistas, 17% de mineiros, 6% de fluminenses, 5% de baianos), cuja parcela crescente identificando a cor do registrado como *parda*, *preta* e mesmo *morena*, em 1904, eram apenas dois casos, de crianças *parda* e *morena*, em 1905/06, também dois, de *parda*. Porém, em 1908, identificamos dezoito registros para *parda* (Reg. 415, 417, 418, 421, 425, 427, 440, 447, 461, 479, 482, 486, 11, 23, 28 e 34) e oito para *preta* (Reg. 438, 455, 460, 487, 05, 06, 17 e 42).

Há, por outro lado, um aumento crescente do elemento imigrante, dentre estes o espanhol, o qual pudemos esquadriñar nas seguintes localidades:

- Fazenda BEBEDOURO DO TURVO, com três registros para 1911 e quatro para 1912 (1911: Reg. 02 - João Gil e Francisca Martins/ Reg. 03 - João Obregón e M. Fernandez/ Reg. 137 - Graciano Gil e Máxima Alonso; 1912: Reg. 133 - Miguel Barrionuevo Hurtado/ Reg. 134: João Gil e Francisca Martins/ Reg. 169 - Benito Acosta/ Reg. 39 - Isaac Dias Dote).

- Fazenda MATÃO, onde habitavam duas famílias de brasileiros de cor *parda* e três de espanhóis para 1912, a saber: Reg. 04 - Julian Acosta e Máxima Fernandes Avilla/ Reg. 58 - José Pelayo e Maria Hernandez/ Reg. 96 - Manoel Vicente Barrenha e Jacova Versocana Dias.

- Fazenda MACAÚBAS, com uma diversidade de famílias - 6 brasileiras, 2 italianas, 1 portuguesa e 1 espanhola, a saber: Reg. 141 - João Quintana e Maria Eugênia Theodoro.

- Fazenda CACHOEIRA, localidade típica de concentração de famílias portuguesas, onde encontramos, em 1912: 11 famílias brasileiras, 05 portuguesas, 2 italianas e apenas 1 espanhola, a saber: Reg. 03 - Alberto Celestino Matheus e Meletona Alonso.

- Fazenda BARRO PRETO, para 1909, com o Reg. 140 - Francisco Manzano e Carmem Origuella e para 1912, com o Reg. 64 - José Rodriguez Manzano e Encarnação Origuella Gonçalves.

OBS.: Os casos envolvendo particularmente a localidade de **CÓRREGO GRANDE** e o caso da **FAZENDA PAPAGAIO** foram analisados separadamente por envolverem conexões paralelas com personagens identificados e reconhecidos em outras fontes.

O casal Ramón Perez e Plácida Baleero ⁴⁹³, ilustram em parte o dinamismo que se imprimiu àquela localidade a partir da primeira década, e as práticas alternativas de concretização de negócios que então ali se realizavam.

Encontramos o casal pela primeira vez no povoado em dezembro de 1906, em cujo cartório realizavam um registro de nascimento⁴⁹⁴, e, novamente no cartório, porém mais tarde, realizando uma transação envolvendo a venda de

...uma propriedade agrícola na Fazenda Generoso [...] comprada em praça pública na execução judiciária [em cuja] arrematação fizeram parte outros seus sócios, que depois procederam nas divisões, vendendo eles outorgantes 02 (dois) alqueires de terras de cultura do quinhão que lhes pertenciam ⁴⁹⁵.

Em 1911 ⁴⁹⁶, voltamos a encontrá-los, desta vez adquirindo uma “*casa com duas datas de terrenos foreiros [...] construída de madeira lavrada com tres claros de frente e um no fundo*”, propriedade esta caracteristicamente urbana, pela qual teriam pago 200\$000 (duzentos mil réis), desta feita no povoado de S. Antonio da Bela Vista.

Ainda em 1911, os vemos realizando uma escritura pública de contrato de trabalho onde, como contratante esclarecia que

possuía um sítio na Fazenda das Posses, com 6.000 pés de café e entrega a [nome do contratado] para zelar, conservar, fazer colheita, secagem e replantação desse cafezal, cujos lucros dividirão...; [Fornecia ele ao contratado] casa de moradia, pastos para alimentação de seus animais, bem como, a título de gratificação 500\$000 (quinhentos mil réis) na manutenção de cada pé que for conservado na sua idade ⁴⁹⁷.

Novamente em 1911, localizamos uma escritura pública de compra e venda ⁴⁹⁸, pela qual vendiam “*15 alqueires de terras [...] com todas as*

⁴⁹³ - Cujo registro de ingresso pela Hospedaria não conseguimos localizar, não tendo, portanto, como determinar a data da chegada.

⁴⁹⁴ - Reg. de Nascimento nº 362, de 19.12.1906. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁹⁵ - Escritura Pública de Compra e Venda nº 339, de 09.01.1907. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁹⁶ - Registro de Compra e Venda nº 680, de 28.06.1911. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁴⁹⁷ - Nº 681, de 05.07.1911. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Tratava-se da modalidade usualmente praticada entre os espanhóis de trato com colheita à meia.

⁴⁹⁸ - Nº 683, de 06.07.1911.

benfeitorias existentes [sendo] 1.500 pés de café, quase formados , por 3:000\$000 (três contos de réis).

Em 1912, outro registro ⁴⁹⁹, desta feita formalizando a compra de um “*quinhão de terras na Fazenda Baixada pelo valor de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis)*”, o qual, nesse mesmo ano, vendia por 400\$000 (quatrocentos mil réis) ⁵⁰⁰.

E, finalmente, aparecerão vendendo por 300\$000 (trezentos mil réis) a casa adquirida em 1911, por 200\$000 (duzentos mil réis) ⁵⁰¹.

A amostragem desse caso, calcada apenas nos dados oficiais de que dispomos, ilustra claramente as inúmeras oportunidades de especulação e de negócios que surgiam carreadas pela economia cafeeira e que podiam – e, como vimos, eram –, aproveitadas pelos imigrantes, mas demonstra, sobretudo, que esse imigrante sabia tirar proveito das circunstâncias favoráveis para a obtenção de vantagens.

Costuma-se, numa comparação aos italianos, atribuir ao caráter tardio que teria caracterizado a corrente espanhola, a escassez de oportunidades para a concretização de negócios e, conseqüentemente, o seu relativamente pequeno acesso à propriedade agrária.

No entanto, levando-se em conta o volume e a diversificação de negócios e transações que acompanhamos pela documentação consultada, notamos que tais afirmações quanto à propalada escassez de oportunidades, se legítimas, não teriam, em absoluto, representado obstáculo para esse imigrante, que teria demonstrado, diante dos demais grupos e sobretudo do italiano, um caráter mais diligente e um senso de oportunidade, no mínimo, mais apurados, evidenciados pela criatividade com que praticavam toda sorte de transações.

Há, a par desses casos mais corriqueiros – ainda que representativos –, aos quais temos feito referência, outros que merecem destaque especial, e dos quais conseguimos reunir, de diversas fontes, um conjunto de dados mais apreciável e diretamente proporcionais às conexões concretas que ensejaram na comunidade.

1. Casos ilustrativos e papéis desempenhados:

⁴⁹⁹ - Pela escritura de compra e venda nº 50, de 18.01.1912. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁵⁰⁰ - Pela escritura de Compra e venda nº 153, de 27.08.1912. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁵⁰¹ - Pela escritura de Compra e venda nº 178, de 07.12.1912. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

Um desses casos refere-se à trajetória de **D. Ramón Sánchez**, de quem se reportou inicialmente D.Carmen Dueñas, referindo-se a seu tio, então administrador de uma de suas fazendas e que enviara carta de chamada pela qual sua família embarcara para o Brasil, aqui chegando em 1918, quando ela tinha 12 anos, para lá se dirigindo.

O relato de Seu Tercifon, com respeito àquele personagem, retrocedia alguns anos ao de D.Carmem, remontando a 1912, quando sua família, juntamente com outras seis, teria adquirido uma propriedade no Córrego Seco, para onde todos se mudariam.

Lá estabelecidos, precariamente a princípio, foram habitar debaixo de uma árvore, com a proteção constante de uma fogueira, para prevenção contra os *“bichos que eram muitos”* até terminarem a construção da casa, de pau a pique, dois meses depois. Neste ínterim, teriam iniciado a plantação de milho, feijão e arroz, sendo que o abastecimento básico da família, desde alimentos, até ferramentas - *“farinha, açúcar, arroz, calça de serviço, sapatão”*-, era suprido pelo empório que Ramón Sanchez mantinha em sua fazenda do Córrego Rico.

Ocorreu, porém, o flagelo da seca, logo no primeiro ano e, de tal modo foram prejudicados, que seu pai e os demais, não tendo como pagar a caderneta das compras que efetuaram durante todo o ano, propuseram-lhe, em troca, a entrega do sítio recém adquirido, proposta pela qual obtiveram a seguinte resposta: *“não, quem aguentou um ano, aguenta dois”*. No outro ano, completa, *“colhemos arroz, vendemos pr’a ele e já descontou o que nós devia”*⁵⁰².

⁵⁰² - Essa passagem é reveladora antes de mais nada da solidariedade que podia existir entre os membros da colônia, porém, particularmente nesse caso, é um demonstrativo de como esse imigrante superava essa condição inicial. O caso da família Cabrera, citado, de cuja conta no empório, a um dado momento, dependia todo o esforço de anos para a aquisição de sua propriedade, é exemplar. Conforme evidenciam os lançamentos nos livros fiscais da Prefeitura de Jaboticabal (abaixo), referidos à família Cabrera, Manuel Cabrera, pai de Seu Tercifon, anos depois, transformara-se, ele próprio, em proprietário de armazém na vila.

⇒LIVRO LANÇAMENTO DO IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES:

ANO	NOME DO CONTRIBUINTE	NATUREZA DO IMPOSTO
1927	Pedro Lopes Cabrera	Armazém de 3ª com 50%
1928	Manoel Cabrera & Cia.	Idem
1929	Idem	Idem
1930	Pedro Lopes Cabrera	Armazém de 1ª com 30%
1931	Manoel Cabrera	Armazém de 2ª com 30%
1932	Idem	Armazém de 3ª com 30%
1933	Antonio Cabrera	Açougue bovino com 30%

⇒LIVROS DE REGISTROS DE ALVARÁS DE LICENÇA:

Também Seu Ildefonso, em seu relato, fez referência a esse personagem, o qual, perguntado como se oficializavam as cerimônias religiosas nos primórdios da chegada de sua família ao Córrego do Taperão, no sítio recém adquirido em 1911, respondeu:

*Aqui, quando nascia criança, no começo, aqui no Córrego Grande tinha um tal de **Ramón Sanchez**, homem rico com muito nome, então, a cada dois ou três meses vinha o padre de Jaboticabal à cavalo, então mandava avisar primeiro o dia da chegada dele, então a turma ia lá e batizava tudo. Na casa dele! [...]; a criança era registrada em Irupy, uma vilinha que tinha na beira do Turvo que tinha cartório, era registrada ali...*

*... Quando nós viemos, era tudo cheio no Ramón, [...] não lembro quantas casas eram, devia ter umas noventa casas, que existem ainda; nós ficamos três anos trabalhando com café **de meia** na fazenda⁵⁰³.*

1935	Antonio Cabrera	Açougue bovino com 10%.
------------	-----------------	-------------------------

⇒LIVROS DE IMPOSTO PREDIAL RÚSTICO:

ANO	NOME DO CONTRIBUINTE	ÁREA EM METROS
1932	Pedro Lopez Cabrera	6.000
1932	Salvador L. Cabrera	7.100
1933	Idem	Idem
1934	Idem	8.000

⁵⁰³ - Fragmento de depoimento. D. Carmem Dueñas, Vila Novais, 1981.

A considerar os depoimentos, e também os registros de nascimento - onde consta a nacionalidade e a residência dos pais -, a localidade e a **Fazenda Córrego Grande** pertencente a **Ramón Sanchez** foi onde, progressivamente, mais se concentrou o elemento espanhol, alguns ali instalados como colonos, outros que foram adquirindo propriedades nas suas imediações, reveladas pelas escrituras de maneira crescente. O próprio D.Ramón utilizava-se do Cartório local para a realização de registros de nascimento, que, dos anos de 1910 a 1912 – período que abrange a instalação nos arredores das famílias dos depoentes Seu Tercifon e Seu Ildefonso -, assim se compunha quanto a imigrantes espanhóis:

- ANO 1910: Reg. 40 – *José Avillar Asorey e Roza Pontes Gestal* .
A família Gestal Paz e Pontes Gestal , numerosa era proprietária no local, haja vista a Escritura de Compra e Venda nº 23, de 27.06.1908 em que vendia uma gleba de terra, com alguma benfeitoria, por 1:250\$000; depois, em outra escritura, de 07.12.1911, constando como *divisa* em outra transação.
Em 1915, Manoel Pontes Gestal constará da relação dos vinte maiores produtores de café, com 68.000 cafeeiros, para o Município de Monte Alto.

Mais tarde essas referências seriam complementadas por Seu Manuel Martinez ⁵⁰⁴, 79 anos, que fora seu empregado e com quem iniciara, pouco depois de ter chegado ao Brasil, na sacaria, depois teria sido balanceiro, moedeiro e, por fim, maquinista das duas máquinas de beneficiamento que aquele possuía, uma em Catanduva e outra em Villa Novaes.

Ele funcionava como um banqueiro. Os espanhóis diziam: ‘eu guardo meu dinheiro no Ramón, ele é mais garantido no Ramón que no banco’; ele era muito honesto [...]; era o melhor negócio de café aqui em Catanduva. Ele comprava a produção de todos. Todo mundo vinha vender aqui. As carroças chegavam lá no jardim, cheias de café e côco. De uns ele comprava e outros vinham apenas beneficiar. O povo tinha uma confiança louca nele. Eram quase todos espanhóis.

	Reg. 122 -	<i>Ramón Sanchez Salazar e Josefa Sanchez Samanha</i>
	Reg. 156 -	<i>Rogério Elório e Elvira Elaria</i>
	Reg. 158 -	<i>Isadias Botto e Manoella Alvarez;</i>
- <u>ANO 1911:</u>	Reg. 13 -	<i>Antonio Carmona Larios e Maria Barrionuevo Rodrigues</i>
	Reg. 14 -	<i>Benedito Sanchez Salazar e Isabel Carmona Larios</i>
	Reg. 24 -	<i>Segundo Garcia Moreira e Maria Garcia Martins</i>
	Reg. 65 -	<i>Antonio Barrionuevo Hurtado e Thereza Rodriguez Carmen</i>
	Reg. 66 -	<i>Felippe Dias Ruiz e Maria Fernandes Banho</i>
	Reg. 71 -	<i>José de Campos Marfil e Catharina Sallassá Trudilho.</i> A família Salazar Campos chegou ao Brasil em 1896, composta de Francisco S. Campos, 30 anos, o pai; Leonor, 30 anos, a mãe, e seis filhos, um dos quais Catarina Salazar Trujillo, então com 15 anos (Cf. Livro de Registro de entrada nº 052, p. 255, da Hospedaria dos Imigrantes). Não registramos oficialmente nenhuma aquisição de propriedade para elementos da família, porém, vamos localizá-los mais tarde, em Villa Novaes, como contribuintes, cujo imposto correspondia a <i>armazém de 1ª, de 2ª e de 3ª</i> , nos anos de 1929 a 1935.
	Reg. 72 -	<i>Juan Figuera Sanches e Maria Garcia Garcia e</i>
	Reg. 48 -	<i>Manoel Neves (portugues) e Francisca Rodrigues (espanhola);</i>
- <u>ANO 1912:</u>	Reg. 35 -	<i>Eduardo Fernandes e Ambrósia Duran</i>
	Reg. 95 -	<i>José Villar Asurey e Rosa Pontes e</i>
	Reg. 38 -	<i>José Larios Bondia (espanhol) e Angela de Biazio (italiana).</i>

⁵⁰⁴ - A quem fomos localizar em Catanduva, onde nos informaram que vivia; salamanquino, nascido em 1902, estava ele na ocasião com 79 anos e relatou-nos que teve que “*ir lutar em Cuba com 16 anos, depois que acabou a guerra européia*”.

Lá teria permanecido por quatro anos e quando retornou a Espanha, em 1922, “*havia muito pouco serviço, não tinha terra para trabalhar*” e, como lhe restassem muito poucas alternativas - uma delas a de “*se sujeitar a trabalhar nas minas de cal de pedra*”, resolveu-se a vir para o Brasil, onde uma sua irmã já residia e a quem solicitara carta de chamada.

Recém chegado ao Brasil, trabalhou um mês em um sítio ajudando outros espanhóis, mas, como não era acostumado ao trabalho na roça, encontrou emprego junto aos negócios de Ramón Sanchez. Depoimento obtido no ano de 1981, na cidade de Catanduva.

Posteriormente, pela documentação oficial, pudemos reunir outros subsídios para o delineamento dessa trajetória singular.

Através dos Registros de Nascimento, por exemplo, encontramos a **Romão Sanches Salazar** (a grafia correta seria Ramón), realizando com sua esposa Josepha Sanches Zamanha, o primeiro registro no ano de 1909⁵⁰⁵, onde consta que o casal era espanhol, havia se casado em Bebedouro e residia, à época na Fazenda Bebedouro do Turvo.

Mais registros de nascimento foram inventariados, porém, a partir do segundo deles, em 1910⁵⁰⁶, até o último, em 1915, a residência dos pais já consta como sendo em **Córrego Grande**, onde tinha uma de suas fazendas, divisando com Villa Novaes.

Este dado, no entanto, não informa a data a partir da qual esse imigrante passara a possuir tal propriedade, e, embora não tenhamos localizado a escritura, que certamente não foi lavrada no Cartório de S.S. do Turvo, mas diretamente no Cartório da Comarca, em Jaboticabal, consta que lá já estivesse desde 1908, a considerar uma outra escritura de compra e venda cuja propriedade transacionada aparece “fazendo divisa com Romão Sanchez” em um dos lados⁵⁰⁷.

Outro registro, neste caso envolvendo a negociação da empresa telefônica local, representa um atestado da proeminência alcançada por esse imigrante

*Francisco Corrente e sua mulher [...] legítimos possuidores [...] da Empresa Telephonica installada nesta Villa, compreendendo sua acção dentro deste districto de Irupy, constante de quinze aparelhos installados os quaes pertencem aos assignantes; uma mesa para vinte e cinco ligações, postes, diversas linhas e todos os seus acessórios, inclusive as concessões estadual e municipal, vendem a dita empresa [...] menos unicamente uma linha particular existente neste Districto e que é pertencente ao Sr. **Romão Sanches**, a qual dá ligação de seu estabelecimento a Villa Adolpho*⁵⁰⁸.

⁵⁰⁵ - Registro de Nascimento nº 143, de 13.05.1909, como pais do registrado.

⁵⁰⁶ - Registro nº 122, de 27.07.1910, como pais do registrado. Os demais registros inventariados seriam: Reg. nº 129, de 23.07.1912 e Reg. nº 225, de 23.12.1913, como pais dos registrados; Reg. nº 184, de 16.10.1914, como avós maternos e Reg. 113, de 17.07.1915, novamente como pais.

⁵⁰⁷ - Registro nº 248, de 30.08.1908. Ocorre-nos, no entanto, a hipótese de ele ter tido uma ascensão social muito rápida, pois, como vimos, é de data recente o estabelecimento das lavouras cafeeiras naqueles arredores. Essa hipótese remete à outra da qual já nos referimos, a do senso de oportunidade revelado pelos espanhóis, já demonstrado através das mais variadas transações comerciais que praticavam.

⁵⁰⁸ - Escritura Pública de compra e venda, de 31.07.1916, p. 29 e ss. CARTORIO DE PARAÍSO.

Villa Adolpho, com efeito, era como à época se denominava o futuro Município de Catanduva ⁵⁰⁹ - que antes já se chamara Cerradinho -, e o *estabelecimento* que Ramón Sanchez lá possuía, em 1916, data dessa transação, referia-se com certeza ao “*negócio que ele tinha aqui na rua S.Paulo, que vendia a atacado e varejo e era o melhor negócio de café aqui de Catanduva*”⁵¹⁰.

A considerar os informes detalhados por Seu Manuel, **D.Ramón** não seria um grande produtor de café, embora possuísse várias fazendas. Era sim, o maior comprador de café daquelas redondezas, com o qual ele abastecia a casa exportadora que possuía em Santos e mantinha três casas de importação na Espanha – em Barcelona, Málaga e Madrid -, para onde enviava amostras do café brasileiro, um dia por semana, para divulgação.

De certo modo, tais informações se credenciam, atestando ademais, a variedade de atividades comerciais por ele empreendidas no local, pela análise dos livros de escrituração fiscal da Prefeitura de Jaboticabal ⁵¹¹, referidos ao período em que Villa Novaes, como distrito, se reportou àquele Município (1925 a 1935) ⁵¹², pelos quais se evidencia o caráter de “intermediador” desse

Esse registro já fora realizado no Cartório do distrito de IRUPY, que substituiu o de S.SEBASTIÃO DO TURVO, dizimado por uma epidemia.

Ramón Sanchez possuiria ainda outras fazendas segundo Seu Manuel, uma próxima a Baurú e outra em Bálsamo.

⁵⁰⁹ - Villa Adolpho fora elevada a distrito de paz em 1909, pertencendo ao município e a Comarca de Rio Preto. Em 1917, passa a município, com o nome de Catanduva.

Conforme: FORJAZ, Djalma. Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento das Comarcas. S.Paulo, Imprensa Oficial, 1931, p. 56.

⁵¹⁰ - Fragmento de depoimento. Sr. Manuel Martinez. Catanduva, 1981.

⁵¹¹ - Livro “Lançamento do Imposto de Indústria e Profissões da Câmara Municipal de Jaboticabal”, referentes ao período após o desmembramento e a criação do Distrito de Villa Novaes (1925):

⁵¹² - Temos, assim, para os respectivos anos a seguinte natureza do imposto:

Ano	Natureza do Imposto
1925	Olaria de tijolos
1926	Olaria de tijolos
1928	Máquina de beneficiamento de café
1929	Armazém de primeira a 30%
	Máquina de beneficiamento de café
	Olaria de tijolos
1930	Máquina de beneficiamento de café
	Compra de café
	Olaria de tijolos
	Armazém de primeira a 30%
1931	Máquina de beneficiamento de café
	Olaria de tijolos
1932	Máquina de beneficiamento de café

imigrante, a considerar a natureza dos negócios ali inscrita , a saber, *armazém a 30%, compra de café*, etc..

*Ele vendeu a fazenda no ano que deu aquela confusão política aí, perdeu quase tudo. Em 1930 o tombo foi grande, muitos fazendeiros ficaram sem nada [...]; Ele era metido em política [...]; ele entrou em um financiamento. O Governo financiou a ele, ele recebeu do governo os pagamentos e em seguida mudou para S.Paulo, em 27 ou 28, indo morar no Morro dos Ingleses, onde morreu em 35. Ficou administrando a fazenda dele aqui, tomando conta, uma filha dele, D. Béces. Ela tinha um filho que estudava para médico. Hoje só sobrou a fazenda de Bálsamo, onde mora um outro filho dela*⁵¹³.

Outra trajetória que mereceu diversas referências da comunidade, e que pode, de certo modo, fornecer uma medida do entrecruzamento entre as várias histórias ali transcorrido, bem como proporcionar uma apreciação mais particularizada do cotidiano das famílias espanholas ali instaladas, é a de **Eduardo Fernandez**.

Manuel Fernandez, o patriarca, espanhol de Cáceres, mais precisamente do mesmo *pueblo* da família de Seu Ildefonso, teria embarcado para o Brasil numa segunda leva, antecedido por seus filhos, dentre os quais, Eduardo, mais tarde sogro de D.Teodora.

Aquela gente foi loucura, porque eles, na vila, tinham bastante terra!; eles tinham azeitona, parreira de uva, plantavam muito mantimento, engordava porco, criava porco, ele tinha animal muito bom e tinha dinheiro. O velho (Manuel Fernandez] vendia óleo, vendia toicinho,

⁵¹³ - Os motivos que o teriam levado à bancarrota financeira parecem claramente relacionados à questões políticas, mais propriamente ligados ao partido a que se filiava, o qual, tendo perdido as eleições deixara de fornecer o apoio financeiro e logístico para a propaganda por ele levada a efeito do café brasileiro na Espanha. A concessão para a propaganda, a partir de então, passaria a ser realizada pela empresa Meirelles & Cia.

Seu Manuel, por fim, lembrava:

A última injeção que ele tomou fui eu que apliquei. Eu trabalhava lá na Santa Casa, depois trabalhei num Sanatório em Pinheiros, e na minha folga, às quartas-feiras eu ia sempre na casa dele. Ia jogar baralho [...].

Um dia ele me perguntou aonde eu estava trabalhando: ‘na Santa Casa’, respondi, e quanto eu ganhava: ‘60\$000 réis por mes’. Ele disse: ‘Ihh... isso não dá pr’a nada, eu te vou arranjar emprego [...].

Telefonou [inaudível], então passei a ganhar 180\$000 réis como ajudante de enfermagem; dia 24 eu passei a ajudante e dia 28 passei a encarregado, ganhando 240\$000 réis [...]; trabalhei quinze anos, depois que me casei, vim embora [para Catanduva], naquele tempo enfermeiro trabalhava dia e noite; aí, me casei, comprei uma farmácia [...].

vendia batata, ele tinha bastante cabrito, ele vendia leite. Era só um casal de velho e dois filhos moços que tinha lá com ele...; a filha tinha casado, e o Eduardo que era filho, também tinha casado e veio pr'a Ribeirão Preto antes que o pai ⁵¹⁴; agora, voce acha que uma gente dessa precisava vir para o Brasil? Fazer o que? Comprar terreno aí, no mato, se matando, trabalhando, comendo arroz, feijão e mandioca, largar de comer aquela azeitona, presunto, vinho de primeira, pão de primeira, que era de farinha de trigo moída lá no rio, lá no moinho; vir comer mandioca aí e mamão [risos]. Que aí não tinha aquele presunto bom da Espanha, nem nada disso. Tinha uma pinga aí... ⁵¹⁵.

Complementa D.Teodora:

Quando fazia três anos que meu sogro tava no Brasil [referindo-se a Eduardo Fernandez], os pais vieram também para cá, aí trouxeram ele [referia-se, agora, a seu marido, que ficara com os avós na Espanha e era o filho mais velho de E.Fernandez]; eles eram da mesma vila que meu pai, Castañal Ribon e já se conheciam de lá.

Eduardo Fernandez transformara-se em uma figura de destaque, declaradamente admirada na comunidade. Ficara viúvo com seis filhos – quando, então o marido de D.Teodora era ainda um menino de seis anos.

... quando morreu a primeira mulher ele tinha só 30 alqueires, depois chegou a 400!; teve engenho, olaria, serraria e plantou 40.000 pés de café; ele tinha sempre, entre camarada e empregado, 10 casas de família, quase tudo baiano e italiano; uns tocavam café, outros plantavam arroz, algodão, feijão, milho [...] e era meu marido que lidava com o pessoal, eram gente boa, não incomodavam ninguém ...

Então faziam uns tratos por 3, 4 anos, faziam contrato, assinavam e vinham morar lá e conforme tava feito o trato, iam vivendo, e saíam bem; tinha algum que chegava lá e não tinha nada, depois pegavam colher o mantimento, trabalhava, colhia muito mantimento; o pagamento do café - que meu sogro não dava o café pr'os empregados a meio -, ele pagava, porque assim ele colhia tudo. Pagava por mês ou por semana; eles recebiam seu pagamento e [...] já iam fazer suas comprinhas, né?! ⁵¹⁶.

⁵¹⁴ - Consta que sua primeira ocupação, recém chegado a R.Preto, tinha sido trabalhar na estrada de ferro.

⁵¹⁵ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque Sanchez. Vila de Novais, 1981, recriminando a, conforme ele, injustificada vinda da família Fernandez.

⁵¹⁶ - Reafirma-se aqui, pela negativa de D.Teodora, o hábito da prática da *colheita à meia*, que detinha a preferência dos espanhóis e que aqui aparece, claramente, como uma concessão compulsória, que, no caso de Eduardo Fernandez, não era feita.

Na fazenda ⁵¹⁷ [do sogro] o gasto era muito, lá se matava um porco por mês [...] depois a mulherada se virava; fazia lingüiça, fritava, mas se comia outra mistura também, frango, abóbora, também se comia mandioca [...] batata doce, tinha muita fartura, e leite [...]; eu me alembro [...] minha sogra tinha uma panelona assim, ela fazia 4 litros de arroz no almoço e três na janta [...]; então ela pegava, às vezes tinha no quintal uma abóbora, não tava nem madura, nem mole demais, ela cascava, e bem limpinha, picava, fritava, ponhava cebola, pimenta do reino, salsinha, ia fritando devagar, devagar, devagar; depois ponhava aquela pratada na mesa, o arroz, o feijão, aquela pratada de abóbora, assim, ficava um cheiro, bem temperada [...]; a senhora pensa que falava? Ninguém falava nada! [reclamando da abóbora, que, ao que fomos informados, não gostavam].

Pegava seu prato, pegava cada um aquela colher que tava lá e forrava o prato por cima daquela abóbora e vai pr'a "drento"; e o pão... o pão nosso de cada dia, não faltava na mesa[...].

Pão de trigo, farinha boa, naqueles tempos; tinha uma farinha que falava farinha da Argentina, mas que farinha branquinha, saía cada pão [...];

Nós tinha vaca de leite, e meu sogro vendia muito leite por lá pr'a cima[...]; e requeijão, eu fazia um requeijão que só a senhora vendo, todo mundo procurava o requeijão que eu fazia [...].

A respeito de seu casamento com o filho de Eduardo Fernandez, dizia:

... filho dele não casava na igreja, só no civil [...] e não tirava fotografia de casamento devido a maçonaria que ele pegou em Catanduva, mas ele era católico, ele ia na igreja.

Ele teve derrame do lado direito, mas aturou 11 anos, ele tinha muito dinheiro, quando não ia para Olímpia, fazer estação lá com os médicos, ia para Ribeirão Preto, ia para S.Paulo... ⁵¹⁸

No que concerne à documentação oficial, localizamos vários registros nominais nos livros de nascimento, onde aparece realizando três registros, o

⁵¹⁷ - De nome Extremadura, a casa-sede dessa fazenda de sua propriedade, ainda existia à época e nos foi mostrada.

⁵¹⁸ - Pudemos, com efeito, notar a existência de diversas lojas maçônicas em funcionamento naquela região, embora não tenhamos localizado nenhuma na cidade de Catanduva.

Desse modo, inventariamos:

Para Bebedouro: Loja Maçônica Abílio Manoel; L.M. Justiça e Amor e L.M. Pe. Feijó.

Para Jaboticabal: L.M. Perseverança.

Para Pitangueiras: L.M. Luz e Caridade.

Para Taquaritinga: L.M. Líbero Badaró.

In: ANNUÁRIO ESTATÍSTICO DE S.PAULO. Repartição de Estatística e Archivo do Estado. S.Paulo, Casa Vanorden, 1912. Respectivamente pp. 240, 248, 254 e 260.

primeiro deles em 1912, já então residindo na Fazenda Extremadura, no Córrego Grande⁵¹⁹.

Também nos livros fiscais da Câmara Municipal de Jaboticabal, constam registros seus nos livros de “Lançamentos do Imposto de Indústrias e Profissões”⁵²⁰ e nos livros de “Imposto Predial Rústico” - referentes apenas aos anos de 1932/34, aparecendo como proprietário de uma área de 3.000 metros quadrados -, bem como nos livros “Auxiliar de Despesas”⁵²¹.

Vemos assim que, lado a lado com os casos mais comuns - como aqueles das famílias de Seu Tercifon, Seu Ildefonso, D. Teodora, D. Ana Garcia, D. Carmem Dueñas e D. Crespo Moreno e das demais famílias que ali se fixaram -, ocorriam trajetórias singulares que foram destacadas, reconhecidas e reveladas pela comunidade.

Miguel Ruiz, o “fundador” de Villa Novaes, teria representado um desses casos diferenciados. Frequentemente citado pelos depoentes, este espanhol de

⁵¹⁹ - Os demais registros foram: Nº 59, de 27.03.1914 e nº 215, de 30.12.1915, porém tais registros já se referiam a filhos que tivera com D. ANTONIA HERRERA, com quem estivemos brevemente na cidade de Catanduva, onde residia, à época com 86 anos de idade.

⁵²⁰ - Como vimos anteriormente, tais livros privilegiam apenas o período posterior à elevação de Novais à categoria de Distrito, ou seja, de 1925 em diante e até 1935, quando Vila Novais passa a ser distrito de Catanduva, data que ultrapassa nossa periodização. Assim, temos:

<u>ANO</u>	<u>NATUREZA DO IMPOSTO</u>
1925	Fábrica de aguardente de 3a. / olaria de tijolos e telhas;
1926	idem
1927	Olaria, telhas e tijolos
1928	Idem
1929	Idem / serralaria
1929/35 . . .	Idem/idem.

⁵²¹ -

<u>ANO</u>	<u>HISTÓRICO</u>	<u>VALOR</u>
Item 17: <u>Obras Públicas:</u>		
1931	<i>pago a Eduardo Fernandez por fornecimento de madeiras, conforme recibo apenso à portaria 1224</i>	<i>158.400.</i>
Item 20: <u>Construção e conserto de estradas:</u>		
1931	<i>pago a Eduardo Fernandez por fornecimento de madeiras e viagem para condução das mesmas, conforme recibo apenso a portaria 1226</i>	<i>134.000.</i>

In: LIVRO AUXILIAR DE DESPESAS. PREF. MUNICIPAL DE JABOTICABAL.

Cáceres, na Extremadura ⁵²², teria sido o responsável pelo loteamento que daria início a Villa Novaes, “por volta do ano de 1911” ⁵²³.

O patrimônio ⁵²⁴ de 11 alqueires doado por um dos fazendeiros vizinhos, o Sr. Miguel Ruiz, determinou logo a venda de grande quantidade de datas e lotes de terreno, começando aí uma verdadeira febre de construções que ainda continua, apesar de já contar a villa mais de cem casas. Os terrenos subiram espantosamente de preço, e hoje não há mais uma data em grande perímetro, à roda do centro povoado [...].

Para serviço especial de V.Novaes, há uma esplêndida estrada de automóveis para Pirangy que pode ser considerada a melhor do município, com um traçado lindo por entre grandes cafezais [...]; a volta há muitas lavouras bem cuidadas de pequenos situantes [e] há uma importante fazenda pertencente ao abastado capitalista e industrial Sr. Ramón Sanchez.

A Câmara de Jaboticabal mandou à Câmara de Deputados um pedido de criação do Distrito de Paz de Villa Novaes, referendando, assim, o de muitos moradores da Villa e arredores ⁵²⁵.

Como se constata, Villa Novaes devia sua criação à iniciativa de um imigrante espanhol, que, como muitos, ali se estabelecera como proprietário, culminando uma trajetória anterior, também compartilhada, de passagem pelo colonato.

Seu padrão não fugia, entretanto, do costume local:

Este terreno era dividido em lotes de habitações em torno duma grande praça, no fundo da qual deveria ser construído uma igreja ou capela, conforme fosse ou não servida por padre. Os fazendeiros dos arredores alugavam ou compravam esses lotes para neles constituírem residências

⁵²² - Assim como também o eram EDUARDO FERNANDEZ, a família de Seu ILDEFONSO e a de D.TEODORA, dentre outros.

⁵²³ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981.

No ANEXOS, Mapa VI, Vila Novais, povoados, bairros e fazendas a ela pertencentes, p.347, uma panorâmica do núcleo central, circundado por algumas das localidades citadas nessa monografia.

⁵²⁴ - ... terra que, na época colonial era dada a um santo, por um rico proprietário. Construía-se uma capela no centro deste terreno e os caboclos se instalavam em volta. O doador lhes concedia autorização para residir aí e construir, mediante juro módico que teoricamente eram pagos ao santo proprietário. Era o ponto de partida de uma aglomeração de caráter urbano. A instituição foi progressivamente laicizada, mas a porção do solo consagrado a um loteamento urbano recebe o nome de patrimônio.

Veja-se: MONBEIG, Pierre. Novos estudos de Geografia humana brasileira. S.Paulo, Difel, 1957, p. 113.

⁵²⁵ - BRENHA, M.A. Op.cit., 1925, pp. 28-9.

*ou palacetes; para lá se dirigiam aos domingos e dias de festa, afim de assistirem aos ofícios religiosos e levar ali uma vida de ostentação e de convívio social [...]; o essencial da aglomeração era a praça ou “largo” , em que por vezes quasi se resumia a localidade que com o nome da praça era conhecida*⁵²⁶.

Para muitas dessas aglomerações é costume dizer-se “ir a praça” e não “ir a cidade”. Os fazendeiros tinham duas habitações: casa da fazenda e casa da praça. Essas cidades só tinham atividade, e mesmo habitantes, aos domingos; era, por assim dizer, cidades dominicais, “vilas de domingo”.

*Em breve, artífices e representantes das profissões liberais, instalavam-se nas ruas adjacentes, sempre dispostas em xadres*⁵²⁷.

Relembrava Seu Ildefonso:

Quando ele [Miguel Ruiz] fez o loteamento, já estava quase todo o café formado. Depois que nós entramos aí [compraram o sítio, 1911] ele começou a fazer o loteamento e foi vendendo a quem quizesse comprar. Os lotes eram uma data de 20 de frente e 40 de fundo [...]; a finalidade era formar um povoado para o pessoal morar e desenvolver suas plantações fora da cidade. E foi assim que começou: uma casa hoje nessa rua, amanhã, na outra.

E prosseguia:

*O Miguel [Ruiz] é espanhol, da mesma vila que eu da Espanha [Cáceres, Extremadura], e conseguiu o dinheiro pr’a comprar tudo aqui comprando cereais, coisas muito baratas. Isso se deu mais ou menos pelo ano de 1912 ou 13, depois que nós já estávamos morando no Taperão. Ele morava ali na Fazenda do Anjo da Guarda, que ele havia comprado de outra pessoa. Aqui, em Novais, ele comprou de outro, o José Alexandre*⁵²⁸; *ele era brasileiro, um caboclo; trabalhava aí e era tudo dele, de córrego a*

⁵²⁶ - Neste “largo” ainda existem os tradicionais bancos de praça, onde constam os nomes das famílias mais proeminentes: Dyonisio Blasques, Ubaldo Fernandes Dias, José Hernandez Soler, Adalberto Cáceres Gil, Aureliano Trujillo Paschoal, Pedro Antonio Cabrera Lopes, Wilson Fernandes Ruiz, Florencio Caceres Dias, Simão Blasque, dentre outros.

⁵²⁷ - DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. Rio de Janeiro, Livr. Ed. da Casa do Estudante, 1940, pp. 122/3.

⁵²⁸ - JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA, mineiro, analfabeto, aparece nos Registros de Nascimento, como pai, em três ocasiões: Reg. nº 54, de 15.04.1911, residindo no Córrego Grande; Reg. nº 203, de 02.11.1912 e Reg. nº 109, de 13.07.1915.

Nos Livros de Escrituras e Testamentos, o localizamos em duas ocasiões, a primeira delas em 20.06.1908, ocasião em que adquiria de Ignácia Lourença Gertrudes, que havia recebido por herança de seu pai “terras na Faz. Rio Claro, já divididas judicialmente [...] pelo preço de 200\$000 (duzentos mil

*córrego; nessa época os Alexandre eram milionários, mas acabaram vendendo tudo e ficando sem nada [...]; o preço da terra aqui ou em Taperão era a mesma coisa. Por aqui era tudo um preço só. Ali [onde seria Villa Novaes] ele [o **Miguel Ruiz**] comprou direto pr'a vender, já picou em data e foi vendendo*⁵²⁹.

Para Seu Tercifon, menino de 7 anos, que, em 1912 se mudava com a família para o sítio recém adquirido em Córrego Seco, Villa Novaes era, naquela época,

...puro mato, tudo peroba, naquele tempo não existia Novais; aqui, quando meu pai pegou formar o sítio, nem cemitério não tinha [...].

*Pr'a lá do Córrego do Matão, tinha um emporinho, uma vendinha do **Miguel Ruiz**, eu era moleque, então a gente juntava aí um monte de ovo e frango, pr'a vender lá, pr'a comprar um quilo de bacalhau, um quilo de sardinha, um pacote de farinha; depois, ele vendeu cinco alqueires repicado pr'a fazer a cidade.*

Como se patenteia, o processo de formação da Villa de Novaes se confunde com a própria biografia de Miguel Ruiz e de tantos outros conterrâneos seus alí também estabelecidos.

Vamos, através da documentação cartorial, rastreá-lo em algumas situações: inicialmente, o vemos realizando um contrato pelo qual muito provavelmente procedia a relocação de mão-de-obra para a execução de

*... tratamento e formação de 9.600 cafeeiros [...] por cinco anos [...] independente de pagamento algum, pertencendo aos outorgados apenas o fruto que produzir o mesmo café, até o vencimento do presente contrato, isto é, compreendendo-se somente até a florada do quarto ano*⁵³⁰.

Vamos reencontrá-lo novamente, agora em 1917, adquirindo 17 alqueires no Córrego do Matão

réis) e, na outra, pela qual adquiria “10 alqueires de terras sem ônus na Faz. Bebedouro do Turvo [...]”, pelo mesmo valor.

Os descendentes de José Alexandre trabalhavam à época - anos de 1980/1 -, como camaradas nas fazendas da região.

⁵²⁹ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981. No ANEXOS, Mapa II, Carta Geral..., ano 1901, p.343, aparecem muitas dessas localidades citadas: Córrego Taperão, Tabarana, Tenentes, Cordão Escuro, etc...

⁵³⁰ - “Escritura pública de contrato sobre tractamento e formação de café que faz como outorgante proprietário Joaquim Pedro Firmiano [...] e de outra parte José Ruiz e Miguel S.Ruiz”, de 26.12.1914. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Observar, novamente aqui, a prática do *cultivo à meia*.

... com as confrontações seguintes: por um lado com Manoel Fernandes, por outro com Ramón Sanchez e por outro com Pedro Cantarera ⁵³¹ [pelo preço de 1:000\$000 (um conto de réis)] com as seguintes benfeitorias; uma caza de moradia, construída de madeiras e coberta de telhas, um mil pés de cafeeiros novos [...] ⁵³².

e, no mesmo dia, pela Escritura Pública de Compra e venda imediatamente seguinte, vendendo a Paschoal Rodas

um sítio de oito alqueires [no Córrego do Matão] constituído de terras e benfeitorias, como uma caza de moradia, construida de madeiras e coberta de telhas, um mil pés de cafeeiros novos, cerca de arame [...], por 1:000\$000 (um conto de réis) ⁵³³.

Não sabemos, entretanto, se essa aquisição deu origem a *Fazenda do Anjo da Guarda*, antes mencionada e que também se localizava no Córrego do Matão.

Parece ficar claro, no entanto, o caráter a ele imputado, de comerciante “*que comprava e revendia café, cereais etc..*” e, pelo que consta, também propriedades fundiárias.

Tal caráter, aliás, parece se comprovar pelos livros fiscais da Câmara de Jaboticabal. Segundo o livro de “Lançamento do imposto de indústria e profissões” , a natureza do imposto recolhido referia-se, de 1925 a 1928, a “*compra de cereais – 180\$000 (cento e oitenta mil réis) e mach. de beneficiamento de café*”, aparecendo, igualmente, nos livros de “Imposto Predial Rústico” como contribuinte, referido a uma área de 3.400 metros.

A criação de Villa Novaes, no entanto, contemplava ligações de outra natureza, evidenciada pela clara referência implícita à denominação que recebera: com efeito, seu nome fora dado, ao que tudo indica – e a despeito de os próprios imigrantes não concordarem -, em homenagem a um Major da Guarda Nacional, um fazendeiro e político local, de nome **João Batista Novaes de Aguiar**.

É o chefe político local, desde 1914, após a morte de Juca Quito. Sem dúvida possível, é o major João Baptista Novaes, de então para cá, a

⁵³¹ - Manoel Fernandez, como vimos, era o pai de Eduardo Fernandez, sogro de D.Teodora, que, como Miguel Ruiz era do mesmo *pueblo*, em Cáceres, na Extremadura.

⁵³² - Escritura Pública de Compra e Venda, de 09.08.1917. Livro 019, pp. 30 e ss. CARTÓRIO DE PARAÍSO. Observar, aqui, a “vizinhança” de espanhóis.

⁵³³ - Provavelmente o comprador, neste caso, também fosse espanhol. O confronto das duas escrituras deixa claro que ele, aqui, vendia menos da metade da propriedade recém adquirida, pelo mesmo valor que acabara de pagar!

*figura central, que se destaca com singular relevo em toda a vida política, social e administrativa do município*⁵³⁴.

Em Jaboticabal, vovô foi Presidente da Câmara de Vereadores [...] tinha muitos amigos e inimigos. Pertencia ao PRP [...]. Era major da Guarda Nacional, sempre foi republicano, como seu pai que saiu de Cruzeiro por divergências políticas com um irmão que era monarquista [...].

Estava em sua casa em 1924 quando teve que enfrentar os revoltosos chefiados por Isidoro Dias Lopes. Em 1932 foi para Santos, onde minha mãe morava, tendo tomado o último trem que correu na Revolução; a casa ficou aos cuidados do fiel empregado Alonso que atendeu as pessoas que revistaram para ver se havia armas; minha avó tinha uma granada de mão [...] ; vovó sabia fazer polvilho e farinha de mandioca, mas não gostava dos afazeres caseiros, preferia tocar piano e ler, tinha estudado música com o maestro Chiafarelli. Assinava a Revista Illustration que vinha da França, assim não perdia o contato com o que havia aprendido em solteira no Colégio Florence, em Jundiaí.

Meu avô gostava da política.

[Ele] expandiu sua fazenda comprando a fazenda do Tanque no município de Luzitania um pouco adiante de Jaboticabal, construiu uma estrada de ferro entre Jaboticabal e Luzitania [que] passava pela Fazenda de Juca Quito [...] a parada chamava-se “Major Novaes”, em seguida a parada “Dr. Fontes” e, finalmente “Luzitânia”. Esta linha de trem pertencia a Estrada de Ferro Jaboticabal, que depois foi comprada pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro.

Vovô comprou o que pode em terras ao lado de Taiúva, Taiassú, S.J. do Rio Preto, Jales, Fernandópolis e Pereira Barreto. Penso que tinha coisas também em Monte Alto.

Perto de Pirangy comprou uma gleba de terras onde doou um pedaço para ser construída uma vila, a Villa Novaes, hoje Município, vendeu as terras em volta para espanhóis que habitavam no local.

*Após a crise de 29, vovô só conservou as três fazendas de Jaboticabal e uma em Descalvado, que vendeu em 1942*⁵³⁵.

A respeito da questão envolvendo a doação do terreno, no entanto, a opinião de D.Cecília não coincide com outras que obtivemos.

⁵³⁴ - Jornal DIÁRIO DA NOITE, de 30.07.1928, no Primeiro Centenário da Fundação de Jaboticabal, p. 01.

⁵³⁵ - Depoimento a nós concedido, em maio de 1999, por D. Maria Cecília França Monteiro da Silva, residente na cidade de S.Paulo e neta do Major João Batista Novaes, por quem fora criada. O Major fora casado com Evangelina de Oliveira Ferraz Novaes, sobrinha de Juca Quito (José Augusto de Oliveira).

Para Seu Ildefonso, por exemplo,

*... então o Batista, de Jaboticabal, era prefeito, e eles se davam. Então, o Miguel vendeu aqui pr'a engrandecer o homem lá deu o nome aqui de Novais; não, nada, ele não comprou nada aqui [o Major Novaes]; foi o **Miguel Ruiz** que comprou. Ele comprou direto pr'a vender, ele não formou nada aqui, ele comprou já com intenção de vender e já picou em "data" e foi vendendo; ele é espanhol, da mesma vila que eu sou da Espanha...*

Major Novaes realmente exercera por várias gestões o cargo de Presidente da Câmara dos Vereadores no Município de Jaboticabal ⁵³⁶, provavelmente sua plataforma política, porém, consta que também era um dos principais produtores de café daquele município, onde aparece, pela primeira vez no ano de 1918, na relação dos "Principaes productores conforme o registro da municipalidade", para Jaboticabal, como proprietário de 180.000 pés de café ⁵³⁷.

Esse patamar lhe conferia uma colocação de 16º lugar dentre os 20 maiores produtores do município, onde permanece até o ano de 1923, sem alteração. Já, porém, para o ano de 1924, lhe é atribuída a propriedade de 778.000 pés, o que o coloca na berlinda dos produtores daquele município ⁵³⁸, posição em que permanece nas estatísticas seguintes ⁵³⁹.

Nas estatísticas de 1932-33, aparece como detentor de três propriedades, sendo que, no entanto, o número de cafeeiros havia baixado para 680.000 pés, para um total de 30.154.625 cafeeiros produzindo em todo o município ⁵⁴⁰.

Ícones do progresso que se alastrava reverenciando a economia do café, localidades como Villa Novaes pipocavam, impulsionadas por crescentes levas de imigrantes.

⁵³⁶ - Informação confirmada no "Térmo de Abertura" dos Livros da Câmara Municipal de Jaboticabal, onde fora presidente de 1905 a 1912. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL.

⁵³⁷ - O CAFÉ, ESTATÍSTICA DE PRODUÇÃO E COMMERCIO. Secr. Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Estatística Ind. e Comércio. S.Paulo, Typ. Garraux, Ano 1919, p.92. O número total de cafeeiros então produzindo era de 22.207.500.

⁵³⁸ - O CAFÉ, ESTATÍSTICA DE PRODUÇÃO E COMMERCIO, citado, 1925, p. 90.

⁵³⁹ - Possuímos as estatísticas anuais referidas aos 1928/9/30; as estatísticas seguintes são bianuais, sendo assim 1932/33; 1935/36; 1937/38.

⁵⁴⁰ - O CAFÉ, ESTATÍSTICAS DE PRODUÇÃO E COMMERCIO, citado, Ano 1932-33, p. 126.

Já em 1913, um editorial do Jornal *El Diálogo Español* registrava, a propósito de uma “*Excursión por la línea Araraquarensis*”, em sua secção “*Apuntes de viaje*” que:

... Y todo eso es obra de españoles que aún no hace 6 años arribaron a estos lugares en demanda de tierras que entonces se vendían baratas y hoy alcanza precios fabulosos. Fueron ellos quienes, hacha en mano, penetraron en la maleza, construyeron una cabaña, y lanzaron las primeras simientes de un futuro promisor que hoy compensa con largueza su sacrificio de otras épocas.

Al verlos hoy, dueños de pequeñas haciendas, surtiendo los mercados con la producción de sus tierras, interviniendo en el comercio, procurando el desarrollo de la industria, trabajando por el progreso de este país, en el cual tienen radicada su fortuna, se enorgullece el alma ⁵⁴¹.

E prossegue o articulista, em suas considerações agora explicando sobre a topografia dos terrenos que eram adquiridos:

[...] es casi general el sistema de comprar las propiedades en puntos que abracen una parte de terrenos altos y otra en la pendiente o bajada que termina en un arroyo formado por la confluencia de dos colinas.

Así aprovechan la parte baja para pastos de animales, casas y demás objetos necesarios, y la parte alta para plantación de café que de ese modo se halla libre de heladas y fríos fuertes que siempre atacan más las tierras bajas por la humedad que de ellas se desprende.

Por eso, las pequeñas haciendas, o sítios, como aquí se llaman, que ocupan nuestros compatriotas, reciben la denominación del arroyo o regato - córrego, em português, que corre por la base del terreno y no es extraño oír, como aquí sucede con frecuencia, el Córrego de los Cinco, el Córrego de las líneas, etc... ⁵⁴².

Nós mesmos colocamos o nome daqui de Córrego Seco, porque não tinha água; água era lá embaixo, quando chegamos aqui não tinha esse nome; agora tem água, naquele tempo não tinha, a gente fazia um poço para tirar a água no balde. Tirar a água para dar pr’a vaca, a gente fazia um cocho de pau, para a vaca tomar água ⁵⁴³.

Tal impressão – a do articulista do jornal -, divulgada com tanta eloquência, com efeito, não parece descredenciada, a julgar os casos reais de aquisição de pequenas propriedades - os *sítios* mencionados -, revelados pela documentação.

⁵⁴¹ - EL DIARIO ESPAÑOL, de 02.05.1913, nº 1356, p. 2.

⁵⁴² - Idem, de 14.05.1913. Nº 1364, p. 01.

⁵⁴³ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Vila Novais, 1981.

Ela, porém, expressa apenas uma perspectiva e reconstitui só parcialmente uma realidade.

2. A passagem da condição de colono à de pequeno proprietário: condições e dificuldades iniciais

É do início da segunda década, com efeito, o estabelecimento, como proprietários nos sítios recém adquiridos, das famílias de Seu Ildefonso (em 1911, então com 15 anos, no Córrego do Taperão), de Seu Tercifon (em 1912, então com 7 anos, no Córrego Seco) e de D.Teodora (em 1913, então com 8 anos, no Córrego do Matão), cujas impressões, gravadas em sua memória, revelam uma dimensão intangível por quem não vivenciou, como eles, a pluralidade de experiências inscritas nas lembranças que teimam em resistir ao tempo:

Foram dois dias de mudança! [com] dois carros de boi, dois dias de mudança [...]; tivemos que cruzar um córrego, o Córrego dos Coqueiros de noite; noutro dia, vai e vai, cantando, cantando esses carros, cantando ... e viemos aqui, perto de Novais, uns 6 quilômetros daqui.

Mas tinha mato! cada tora, cada peroba ... Quem vendeu pr'o meu pai o sítio morava numa tapera de chão, as paredes de coqueiro...; ele tinha aquela tapera largada, os porcos entravam por um lado, saíam por outro, e meus pais foram com minhas irmãs e limparam e encheram de terra, e arrumaram para a gente poder entrar; depois, não tinham muitas madeiras, meu pai arrumou dois homens, foram no estaleiro, eles foram serrar na serraria, eles punham as toras embaixo e encima, aí fez a casa. Depois cercou tudo, limpou, queimou, depois plantou pr'a formar o pasto, que era tudo sarogo [...] e depois, de uns tempos, que ganhou um dinheirinho, fez a tulha, fez o terreiro pr'o tijolo, o pomar de laranja. Meu pai trabalhou, viu?!⁵⁴⁴.

*Quando nós viemo de mudança da Fazenda D.Luisa, veio sete mudança tudo junto, levamos dois dias de viagem...
Móveis? nada, tinha aquele caixão, um banco de pau, um banco à toa, não tinha nada...;*

⁵⁴⁴ - Fragmento de depoimento. D. Teodora relembando a mudança da família, de Bebedouro para o sítio, no Córrego do Matão.

Guarda-roupa? [risos]; Guarda-roupa eu só tive o primeiro quando casou o meu filho José!

Fomos morar debaixo de uma árvore, até construir a casa, cada família a sua...; demorou dois meses...; nós tinha cuidado com os bichos, botava fogo aí, que naquele tempo tinha muito bicho. A casa era de madeira, de pau a pique, não existe mais [...] põe quatro esteio [explicando]...;

E a porta, como não tinha serraria pr'a serrar madeira, quer dizer que põe assim um pau pregado do lado de cá, outro de lá..., lascas, assim e pronto [demonstrando]. Só dava para entrar abaixado, senão tinha que tirar tudo...

A senhora sabe cozinhar sem panela?! Põe dois pau, assim, põe calor embaixo, faz uma cruz... aqui passa um gancho e pendura...

No córrego não tinha água [Córrego Seco!]; nós fazia poço, uma cisterna de 12 palmo de fundura no mesmo córrego...

Novais era puro mato, tudo peroba...;

Catanduva tinha quatro casas; naquele tempo era Cerradinho, depois passou para Vila Adolpho, agora não mudou mais faz cinquenta anos⁵⁴⁵.

Ele [referindo-se ao vendedor do sítio] já tinha uma casinha de sapé e tinha mais duas casinhas de empregado que ele tinha lá com ele; plantavam um pouco de roça, né, não sei se dava pr'a ele, naquele tempo o povo lá, que queria entrar, dava terra assim, planta e colhe sem trabalhar... fica aí [risos].

Nós construímos a casa, de coqueiro e outros paus, de lasca de madeira; o mato... fomos abrindo devagar, cortando aquele mato, queimando, o mato levou anos para acabar, era em pedaços⁵⁴⁶.

A *via crucis* relatada pelos três depoentes, cujas famílias se fixaram nos arredores de Villa Novaes, no sítio recém adquirido nos inícios da segunda década, não deve ter representado uma exceção; ao contrário, as agruras e as circunstâncias de absoluta precariedade relatadas devem ter constituído a tônica palmilhada por todas as famílias imigrantes na sua passagem da condição de colonos para a de pequenos proprietários.

O volume de transações de compra e venda de sítios ingressa na segunda década na mesma escala anteriormente observada. Vemos, em contrapartida, pelos registros de nascimento, avultar o número de famílias espanholas instaladas

⁵⁴⁵ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Vila Novais, 1981.

⁵⁴⁶ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque Sanchez. Idem.

nas fazendas pertencentes ao Distrito, como vemos crescer o número de cafezais plantados e aumentar a produção para o Município de Jaboticabal.

Desse modo, se antes, entre 1909-1914, registrávamos uma produção constante para o município, de 355.700 cafeeiros produzindo, o ano agrícola de 1914-1915 registra 17.422.800 e, já para 1915-1916, outro aumento, atingindo 19.786.900 cafeeiros e para 1916-1917, 22.207.500 ⁵⁴⁷, fenômeno que pode ser atrelado à chegada ao município, em 1912, da Estrada de Ferro Araraquarense.

Evidentemente, que tal aumento no volume da produção do Município se dava pela mão imigrante. Os fazendeiros, de modo geral, exerciam pressão ostensiva sobre o governo (sic) para que não lhes faltasse mão-de-obra, mas, muito provavelmente, como uma estratégia para fixar o imigrante fôssem eles próprios desmembrando pequenas parcelas de terras não apropriadas para o plantio do café e vendendo a eles ⁵⁴⁸ a um preço mais acessível ⁵⁴⁹.

Nesse pronunciamento, o Secretário da Agricultura, de certo modo reconhece uma prática ou estratégia que já vinha sendo consumida há algum tempo:

A observação do phenomeno do povoamento em S.Paulo demonstrou que elle não se opéra pela localização do imigrante recém-chegado. Elle se realiza pelo estabelecimento de colonos que já fizeram estágio nas grandes propriedades; isso é o que se vê no desfalque constante de braços que soffrem as fazendas [...]; Dest'arte, o Governo fará tão somente aquillo que a prática indica ser o sufficiente para a fixação dos trabalhadores agrícolas nas pequenas propriedades, adoptando o que, com excellentes resultados, têm feito as empresas de colonização e os grandes proprietários de terras do Estado ⁵⁵⁰.

⁵⁴⁷ - O CAFÉ, ESTATÍSTICAS DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO. Secretaria Agr. Comm. Obras Públicas. S.Paulo, Escolas Profissionaes do Lyceu Salesiano Sagrado Coração de Jesus. Anos 1915, p. 97 e 1917, p. 86.

⁵⁴⁸ - Reafirmando essa hipótese, temos informação segundo a qual as terras do Município de Jaboticabal seriam “*argilosas roxas e brancas, havendo arenosas. Bôas em parte, regulares e inferiores na maioria*”. Conforme: O CAFÉ, ESTATÍSTICAS, citado, Ano 1915, p. 97. Grifo nosso.

Tal informação muito provavelmente possa explicar uma prática, revelada pelos registros de escrituras de compra e venda locais, onde freqüentemente se verificou que a transação se realizava “*no local onde o comprador fez cultivo*”. Ambas reforçam a hipótese acima.

⁵⁴⁹ - O preço do hectare de terra nessa região era de “80\$000 (oitenta mil réis) e mais as terras bôas”. Cf. O CAFÉ, ESTATÍSTICAS, citado, Ano 1917, p. 86.

⁵⁵⁰ - RELATÓRIO DE AGRICULTURA, citado. Ano 1923, p. 128.

Jaboticabal, nesta década já destacava-se como um dos dez destinos preferenciais dos imigrantes espanhóis no Estado de S.Paulo encaminhando pela Hospedaria, cuja maioria estabelecia-se em municípios dos arredores como Catanduva, Santa Adélia, São José do Rio Preto, etc..; no ano de 1920, excetuando os brasileiros, eles representariam a corrente majoritária naquele município, seguidos pelos portugueses e por pequeno número de japoneses e italianos ⁵⁵¹.

Sintomático do afluxo crescente dessa corrente naquela região, é o aparecimento, nos municípios circunvizinhos, de Associações Mutualistas e de Beneficência, dentre as quais, encontramos: o *Centro Español de Socorros Mútuos*, de Araraquara; a *Federación Española*, de Catanduva; a *Sociedade Española de Mutuos Socorros e Instrucción*, de Monte Azul; o *Centro Español Beneficente*, de S.Adélia e a *Sociedad Española*, de Nova Granada ⁵⁵².

Também se observa, simultaneamente ao número de imigrantes espanhóis estabelecidos como colonos, um expressivo número daqueles que, tendo conseguido guardar algumas economias adquiriam a sua pequena propriedade.

E devemos ainda lembrar que, na maioria, elles foram antigos colonos que nas fazendas ganharam o sufficiente para se tornarem proprietários;

⁵⁵¹ - “Destino, por municípios, dos imigrantes entrados e reentrados na Hospedaria da Capital, durante o anno”. In: ANNUÁRIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO. Repartição de Estatística e Archivo do Estado. S.Paulo, Typ. Piratininga. Ano 1920, Vol. I, pp. 60-62 .

Como já informamos anteriormente, os anos de 1912/3 foram de aceleração nos fluxos de espanhóis desembarcados no Brasil.

⁵⁵² - ANNUÁRIO ESTATÍSTICO. Citado. Ano 1920, p. 60 e ss; Ano 1929 ref. aos anos de 1922 a 1926. S.Paulo, Casa Vanorden, p. 240 e ss.

Avelina Martinez GALLEGÓ (“Espanhóis”. In: Cadernos de migração – 5, S.Paulo, CEM – Centro de Estudos migratórios, 1995, pp. 37 e ss. e 43 e ss) apresenta um levantamento, realizado através dos livros de atas da Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos, no período de 1898 – data da sua fundação -, até 1975, das associações mutualistas espanholas que foram criadas no Estado de S.Paulo, e afirma que

os espanhóis que foram para as zonas cafeeiras tiveram a preocupação de agrupar-se em sociedades de socorros mútuos e de ajuda, ou até mesmo de defesa contra os maus tratos que eram muito comuns por parte dos fazendeiros, e que estas sociedades mantinham relações de amizade entre si e com a sociedade instalada pelos espanhóis na cidade de São Paulo. Em geral as comunicações entre elas eram feitas no sentido de informar às sociedades irmãs, a posse de novas diretorias ou algum festival beneficente, convidando-as para os mesmos. Mas foi possível, também, encontrar algumas denúncias de maus tratos contra imigrantes em fazendas, circunstâncias em que era solicitada a intervenção ou apoio da sociedade de São Paulo (p.38).

Tânia R. DE LUCA, em O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em S.Paulo). S.Paulo, Ed. Contexto, 1990), também apresenta um apanhado de todas as sociedades existentes no Estado de S.Paulo, entre os anos de 1890-1935, destacando aquelas pertencentes à colônia espanhola.

*em alguns municípios, os estrangeiros estão em maioria como proprietários de cafeeiros*⁵⁵³.

Por essa publicação – Relatório de Agricultura -, e com base nos dados coletados para a cobrança do imposto sobre cafeeiros nos 158 municípios do Estado então produtores, informa-se que das 32.486 propriedades agrícolas então existentes, 13.197 pertenceriam a estrangeiros, com 236.382.301 cafeeiros produzindo, o equivalente a 30% do total, os quais assim se dividiam (vide Quadro XXVIII).

QUADRO XXVIII

NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS E DE CAFEEIROS PRODUZINDO
PERTENCENTES A IMIGRANTES
Ano 1920

PROPRIEDADE DE	NÚMERO	CAFEEIROS
Italianos	9.759	141.344.301
Portugueses	1.336	29.978.232
Espanhóis	1.137	20.220.641
Alemães	642	22.220.641
Diversos	323	22.311.344

Fonte: RELATÓRIO DE AGRICULTURA, Ano 1923, p. 118.

Observa-se assim que 40,6% das propriedades cafeicultoras do Estado de S.Paulo pertenciam a estrangeiros, e, destas, 8,6% eram de espanhóis⁵⁵⁴.

Sua concentração maior se dava nos municípios que compunham aquela região (oeste novo⁵⁵⁵) revelando os seguintes números para as respectivas

⁵⁵³ - RELATÓRIO DE AGRICULTURA. Citado. Ano 1923, p. 114 e ss.

⁵⁵⁴ - Aqui, os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil figuram como brasileiros e, portanto, não integram essa estatística. Ela também não inclui os cafeeiros novos, o que, de certo modo, poderia estar mascarando um resultado mais favorável para o imigrante espanhol, cujos fluxos revelam uma evolução tardia, quando comparado aos demais. Observar que os municípios de vanguarda, como S.J.R.Preto possuíam mais propriedades, se comparadas, por exemplo, com Bebedouro, município mais antigo e onde provavelmente a terra estivesse mais valorizada.

⁵⁵⁵ - A bibliografia especializada costuma distinguir as áreas consideradas do Oeste novo com as áreas do Oeste velho, em geral constituídas pelas zonas Central, Mogiana e Paulista, onde a construção das estradas de ferro só ocorreu depois de o café estar bem estabelecido. Na Zona Araraquarense, ao contrário, as duas atividades foram quase simultâneas. Como vimos, o primeiro trem só alcança S.José do Rio Preto em 1912, época em que algum café crescera ao longo das terras altas entre os rios Tietê e Turvo, mas a Araraquarense ainda era em grande parte território virgem antes da construção da ferrovia. A zona Araraquarense é considerada, assim, na cronologia do avanço do café, uma zona intermediária entre as velhas áreas de fronteira da Mogiana e Paulista e as zonas mais novas, a Oeste. Na Noroeste, apenas para completar, os trilhos precederam o café.

ciudades: São José do Rio Preto, com 95 propriedades; Santa Adélia, com 54; Jaboticabal, com 51; Tabapuã, com 50; Monte Alto, com 40; Monte Azul, com 38; Catanduva, com 30 e Bebedouro, com 11 ⁵⁵⁶.

No entanto, e a partir de 1915, é possível identificá-lo – nominalmente -, nas estatísticas dos principais produtores de alguns municípios dessa região considerada e que tiveram em Jaboticabal seu centro irradiador ⁵⁵⁷.

Trata-se, com efeito, de grandes proprietários, com expressivas produções, como vimos. No entanto, parece lícito supor que uma grande parcela dos

⁵⁵⁶ - “Quadro Estatístico da lavoura de café do Estado de S.Paulo por nacionalidades”. In: RELATÓRIO DE AGRICULTURA, citado. Ano 1923, pp. 117-123.

⁵⁵⁷ - Tais estatísticas consistem da relação dos 20 maiores produtores por município e da quantidade de pés de café pertencente a cada um deles.

Assim temos:

⇒ Para o ano de 1915:

- Manoel Pontes Gestal, Mun. de Monte Alto, em 16º lugar, com 68.000 pés;
- José Rodriguez Garcia, com 14.000 pés, em 4º lugar, Município de Rio Preto;

⇒ Para o ano de 1917:

- Francisco Perez com 140.000, em 8º lugar e Angelo Hernandez, com 115.000 cafeeiros, no 13º lugar, em Monte Alto;
- Gabriel Franco, em 3º; Sebastião Sevilhano, em 5º; Severiano Arroyo, em 14º e José Origuella, em 20º, para Monte Azul;

⇒ Para o ano de 1920:

- Francisco Sanchez Garçon, em 8º; João Rodriguez Lunares, em 9º; João León, em 10º; João Sanchez Parra, em 11º; Benito Sanchez Revuelto, em 15º; Miguel Prieto, em 19º e João Martins Manzano, em 20º, em Catanduva;

⇒ Para o ano de 1923:

- Waldomiro Calleiro, em 8º lugar, Mun. de Monte Alto;
- Figueiredo Perez, em 2º lugar, Santos Sanchez, em 6º; Braz Parra, em 12º; João A.Garcia, em 16º; Benito Sanchez, em 17º e José Barrionuevo, em 18º, no Mun. de Tabapuã;

⇒ Para o ano de 1924:

- Thomaz Sanchez, em 13º; Severiano Arroyo, em 14º; Felix Roda, em 16º; Sebastião Sevilhano, em 18º e Francisco Morales Calvo, em 20º, para Monte Azul;
- Francisco Sanchez Garçon, em 6º; Joaquim F.Campaño, em 8º; Ricardo Benes, em 11º; Romualdo Gallego, em 14º e Emilio Barrionuevo, em 15º, para Catanduva;
- Gabriel Perez, em 7º; Gregório Gil Martins, em 12º; Benito Sanchez, em 13º e Emilio Barrionuevo, em 14º, para Tabapuã.

⇒ Para o ano de 1930:

- Gabriel Perez Bru, em 7º; Gregório G.Martins, em 10º; Felix Donaire, em 14º; Emilio Barrionuevo, em 16º; Francisco Plaza, em 18º; José Sanchez Fernandez, em 19º, para Tabapuã.

Cf. O CAFÉ - ESTATÍSTICAS DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO, Anos 1915, pp. 113 e 138; 1917, pp. 102-103; 1920, p. 59; 1923, pp. 107 e 168; 1924, pp. 108-9 e 168 e 1930, p. 219.

pequenos proprietários também investiam na economia do café, evidentemente que em menor escala e é bastante provável que sua produção, de pequeno porte, fosse adquirida pelos atacadistas que futuramente a colocava no mercado.

Temos, a propósito, os casos, já citados, de Miguel Ruiz e de Ramón Sanchez, este, aliás, considerado como possuindo “*o melhor negócio de café aqui de Catanduva [onde] as carroças chegavam lá no jardim, cheias de café e côco*”⁵⁵⁸.

Evidências dessas práticas relacionadas à cultura cafeeira em pequena escala estão contidas nos *Contratos de empreita* anteriormente mencionados, onde se efetivavam. Mas, também, podem ser reveladas pelos depoimentos:

*No segundo ano, já pusemos uma família espanhola [...]; eram da terra, conhecidos lá da Espanha [...]; nós demos para eles formar o café por seis anos, demos a roça e a casa feita pr’a eles e o que desse lá, café, mantimentos que plantavam, milho, amendoim, feijão, arroz, era tudo pr’a eles [...]; pagamento nós não dava. Olha, eu não tenho certeza do ano, mas sei que teve um ano que deu - era meia, né? -, nós e a outra família, deu 3.600 sacos em casca*⁵⁵⁹.

*Nós trouxemos semente e plantemo ... arroz, milho, feijão [...]; perdemo tudo na seca do primeiro ano, arroz não deu pr’a recolher um saco...; em 1914, plantemo café, aí veio uma família espanhola lá de Cáceres, pegou dois alqueires de terra; eles vieram pegando serviço e pegamo eles por seis anos, tudo que desse era pr’a eles naqueles dois alqueires aí do Córrego para lá [apontando]; Depois, veio um homem lá de Santa Adélia, veio sozinho, veio pr’a ver se dava serviço, aí ele trazia a família pr’a morar. Pai disse: ‘eu dou, 3 alqueires, tudo de lá é teu, por seis anos’, com trato de nós fazer aula [...]*⁵⁶⁰.

Não senhora, não pegava, bem no início, não [gente de “fora” para trabalhar]; depois, já com uns tempos, que ele formou um pouquinho de café, pegou duas famílias, fez duas casas, antigamente de barro e madeira, chão de terra, uma teve oito anos, era da Província de Almería.

⁵⁵⁸ - Fragmento de depoimento, anteriormente citado. Sr. Manuel Martinez. Catanduva, 1982. Essa informação, como vimos atrás, foi confirmada pelos livros fiscais do Município, onde seu estabelecimento, passível de imposto, foi inventariado.

⁵⁵⁹ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildfonso Blasque. Vila Novais, 1981. Novamente aqui a evidência da modalidade então mais praticada, ou seja, *à meia*.

⁵⁶⁰ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Fazenda do Córrego Seco, em Vila Novais, 1981.

*Meu pai mandou derrubar o mato que tinha e plantaram café; quando meu pai morreu, tínhamos 9 ou 10.000 pés de café, mas, naquele tempo não se adubava o café, às vezes não se tratava direito[...]*⁵⁶¹.

Nesta etapa subsequente, o imigrante já superara as dificuldades iniciais relacionadas às condições adversas e às circunstâncias de absoluta precariedade a que se submetia quando enfrentava as grandes distâncias, a natureza agreste e a carência de recursos mínimos de sobrevivência para se estabelecer na terra de sua propriedade.

Alentava-o, ademais, a perspectiva de melhoria, que vislumbrava comparando outras trajetórias.

*Do lado de lá, era Córrego das Perobas ... mas tinha uma espanholada lá...; um tinha sítio e ponhava os outros, prá tocar serviço, né?; e plantavam café, e pegavam à meia...ihhh, mas aqui, aí do Novais pr'a lá, aí tinha gente muito rica, sítio alto...; espanhol, tudo espanhol !*⁵⁶².

De modo geral, suas trajetórias revelavam certa linearidade, assemelhando-se em muitos aspectos, a começar pela experiência singular ensejada pela emigração, de que participaram e que muitas vezes, compartilharam.

Uma vez aqui, seus destinos continuaram a se cruzar, ensejando desdobramentos que são indicadores, por outro lado, das estratégias de que esse imigrante lançava mão na exploração das situações favoráveis que se lhe apresentavam.

O imigrante **Miguel Parra Villar**, por exemplo, tinha 33 anos quando desembarcou com sua família⁵⁶³, do Vapor Nivernais proveniente de Valencia (no Levante), a 24.04.1906, provavelmente engrossando as grandes levadas que afluíram ao Brasil nesses dois anos, de 1905 e 1906. Dirigia-se, então, a Sarandy, para a Fazenda do Dr. Luiz Augusto Pinto⁵⁶⁴.

Vamos avistá-lo depois dessa ocasião, já em 1913, no Distrito de São Sebastião do Turvo efetuando um registro de nascimento, cujo declarante foi

⁵⁶¹ - Fragmento de depoimento. D.Teodora Dias. Vila Novais, 1981.

⁵⁶² - Fragmento de depoimento. D.Teodora Dias, 1981. Novamente aqui a alusão à prática do sistema à meia.

⁵⁶³ - A mulher, Maria Dolores Rodriguez, então com 31 anos, e seus quatro filhos (Miguel, 12; Juan, 6; Gines, 4 e Diego, 2) e a sogra, Maria Parra Martinez, viúva, então com 70 anos.

⁵⁶⁴ - Conforme LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADA nº 077, p. 021, da HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES.

Diego Cabrera, tio de Seu Tercifon, que, ao relatar o périplo das sete famílias que se cotizaram na compra do lote de 100 alqueires no Córrego Seco, esclarecia que se tratavam das famílias de “*Pedro Lopez Cabrera, José Cabrera, Diogo Cabrera, irmão dele e primo do meu pai, Rene Parra e Miguel Parra*”.

A despeito de não termos localizado qualquer título de propriedade a ele pertencente – reiteramos aqui nossa hipótese segundo a qual muitos títulos de propriedade não eram passados no Cartório do Registro Civil local e sim no Cartório da Comarca -, tratava-se realmente de um sitiante que morava nos arredores e que tinha *posses*.

Quando eu tinha uns vinte anos, então ele [o pai de D. Teodora] queria vender o sítio para ir para a Espanha...; sabe quanto davam no sítio? 100:000\$000 (cem contos) ! .

Minha mãe levava comida pr’a nós na roça e dizia: ‘é sim, o teu pai falou que vai vender [...]; sim, porque o Miguel Parra dá 100 contos pr’a teu pai e teu pai vai vender o sítio’.

Pai comprou por 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis), com escritura, talão de cisa e tudo ⁵⁶⁵.

Ele dizia que com esse 100 conto lá na Espanha ele era o mais rico do pueblo, ele falava assim pr’a nós: ‘aí, nós indo lá na Espanha, vocês - nós era três moça já -, vão casar com o homem mais rico que tiver lá’; eu dizia: ‘olha pai, não me interessa’ [...], eu já namorava meu marido.

Provavelmente **Miguel Parra** enriquecera intermediando negócios de compra e venda de cereais (os tais *mantimentos*) e café, pois no ano de 1927, vamos localizá-lo como contribuinte no Livro fiscal “Lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões”, cuja natureza referia-se a “compra de cereais e compra de café”, aparecendo neste mesmo registro seu filho Gines como contribuinte, constante no livro “Imposto Predial Rústico” para uma área de 8.000 metros ⁵⁶⁶.

⁵⁶⁵ - A propriedade de 25 alqueires mencionada teria sido adquirida pelo pai de D. Teodora pela Escritura de Compra e Venda de 17.01.1912, conforme a qual ele teria pago 1:500\$000 (e não 3:500\$000 como ela afirmara). Pode ocorrer que o valor total, por ela citado esteja incluindo as despesas citada.

⁵⁶⁶ - Não fosse pelo hábito dos sobrenomes maternos serem colocados depois do paterno – com grande dificuldade e mesmo impossibilidade na identificação das famílias -, certamente teríamos realizado um melhor aproveitamento da documentação levantada, no rastreamento dessas trajetórias familiares. A família de Miguel Parra Villar pôde, aliás, ser reconhecida em outras ocasiões, utilizando-se apenas do sobrenome materno (Rodriguez), que, por ser um sobrenome extremamente comum, não nos encorajou a proceder as conexões que seriam desejadas.

Desconhecemos durante quanto tempo foi feita a observância à forma de registro à maneira espanhola. Seu Ildefonso, contrariado, denunciava:

Minha mulher é Maria Romero Sanchez, mas só alguns filhos meus que tiveram Romero. O Paschoal [proprietário do Cartório, à época em V. Novais] mesmo, é só Paschoal Blasque, não

Para Seu Ildefonso, com 15 anos à época, em 1911, quando sua família se instalara como proprietária no local, a chegada ao Córrego do Taperão, não era decorrente nem da vontade de seu pai e nem de um projeto familiar.

Assim ele se pronunciou para explicar as razões que moviam a tantos contrerrâneos a permanecerem no país e as que resultariam em semelhante decisão de seu pai:

... eles [referindo-se aos espanhóis] moravam em Bebedouro, nesses lugares por aí, né... e ganharam dinheiro, a terra era muito barata, e já como tinham alguns conhecidos, então vieram passear, e chegavam aí e achavam bom, tinha o dinheirinho, dava pr'a comprar terreno, então um depois ia chamando o outro e aí juntou aquela espanhola aqui.

Meu pai , com aquele dinheiro, ele queria ir [embora pr'a Espanha], minha mãe não queria, e daí, nós morava lá em Bebedouro, e ele veio aqui passear, ele tinha aqui um conhecido, o pai desse Eduardo Fernandez, o pai dele morava aí, e o Eduardo já tinha sítio aí; pai chegou aí e o homem “garrou” pôr na cabeça dele que não fosse, que comprasse; ‘eu não vou comprar, eu vou embora pr'a Espanha, colho o café, vendo’ - e nós era meeiro -, ‘e vou embora pr'a Espanha’.

Aí ele “garrou” aconselhar que não fosse e tal e levou nós pr'a ver um par de sítio, era barato e convenceu ele [...] aí fomos lá e compramos.

Depois, já veio muita gente diretamente lá da Espanha [...]; um era parente, outro era amigo, então mandava carta contando do jeito que era [...] então veio muita gente[...] antes da guerra.

Teve muita gente que veio com dinheiro dele mesmo, já não era mais imigração, já tinha que pagar ...;

Teve conhecido que mandou perguntar [se devia vir para o Brasil]; Ah... falávamos, aqui é assim..., não vem pensando que chega aí e enche o saco de dinheiro não... que precisa suar; senão, fica aí, que é melhor do que aqui!.

Primeiro, aqui, tinha muito brasileiro..., italiano, português, também. Italiano e espanhol foi a força, brasileiro muito pouco; o pouco que tinha, quase todos tinham terreno, foram vendendo e indo embora para mais sertão; eles gostavam era de mato ... [risos]; e aí juntou muita espanholada, depois, sabe, quem comprava queria plantar café , trazia

leva o “Romero” da mãe. É que o escrivão que tinha aí, não sei o que deu, que lei que teve, que já não ocupava o Sanchez [...]; uns têm Blasque Romero, mas não sei que enrolada formou aí que modificou o apellido, o último, não sei o que teve aí...

Apellido: sobrenome.

família para plantar café e daí foi criando filhos, foram casando, foi aumentando aquela espanholada... né?

Só por aqui tinha dez ou doze [famílias espanholas] só nesse pedacinho; depois lá no Córrego Grande juntou mais 30, 40 famílias.

Tinha aí o finado Julian Gil, tinha fazenda, tinha café dando fruta, tinha inverno de gado, tinha olaria de telha; eles vieram [da Espanha] antes de que nós, vieram pr'a Ribeirão Preto pr'a formar empreita de café. Eles eram da mesma vila que nós [Cáceres, Extremadura].

Nós morava lá em Bebedouro, eles iam à cavalo e chegavam lá e pediam pr'o pai: 'óh ... vai lá passear, lá em casa, vai lá, lá é mato, mas é bom'; e pai veio a cavalo, aí, uma ocasião⁵⁶⁷.

Aqui nessa banda, tinha o Gregório Gil, aqui para cima, já estava aí morando quando chegamos, desde 1902/3. Era espanhol e já era proprietário, tinha pouco, 7, 8 alqueires, plantava café. Depois, ia aumentando, ia plantando e hoje tem mais de 1.500 alqueires. Ele já morreu e deixou tudo com o filho.

Tinha o Júlio Francisco, morava aí no Córrego Grande. Chegou em 1900. Era o mais antigo, era brasileiro e era preguiçoso, não fazia nada. Ele 'vendeu' tudo para o Gregório Gil [...].

Eu sempre me lembro, era um velho e uma velha, tinha 40 alqueires de terra aí no Córrego Grande, e não tinham filho nenhum. Tocavam inverno e tal, passavam plantando uma rocinha, então esse tal de Gregório Gil disse: 'olha, o senhor me dá esse sítio teu e eu te trato para o resto da vida'...; e ele já estava velho, né, já tinha 70 anos. Disse: 'Eu dou'. Deu! Dado! para tratar o velho e a velha, né? Não tinha herdeiro, né?'⁵⁶⁸.

Como vimos, o compartilhar de experiências fazia a comunidade estreitar laços no país de destino, muitas vezes iniciados antes da emigração, na vila de origem. Não foram raros os casos em que pudemos identificar que essas trajetórias comuns tinham, igualmente, uma origem comum: Miguel Ruiz; Eduardo Fernandez; a família Blasque, de Seu Ildefonso; a família Dias, de D.Teodora e a família Gil são alguns dos exemplos que conseguimos reunir, e que eram, como tantas outras, provenientes de Cáceres, na Extremadura.

⁵⁶⁷ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novaes, 1981.

⁵⁶⁸ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Vila Novais, 1981. Esse caso revela não apenas uma curiosa forma de realização de negócios, mas pode igualmente ilustrar o modo como se aproveitavam as oportunidades surgidas.

Julian Fernandez Gil, por exemplo, cuja propriedade, citada por Seu Ildefonso constava de “10 alqueires na Fazenda Bebedouro do Turvo, no local denominado Correguinho [...] começando em uma cova, nas divisas das terras de Manoel Fernandes [...]”⁵⁶⁹, chegara com sua família um ano antes dos demais, em 04.11.1904, tendo Bebedouro como destino. Tinha então 41 anos, vinha acompanhado da mulher (provavelmente a segunda) Emília Bote, então com 29 anos e quatro filhos⁵⁷⁰.

A família Cáceres, numerosa, e também enumerada por Seu Ildefonso como proprietária no local, à época da instalação de sua família, também pôde ser perfilada pela documentação.

Diego Cáceres Alhama, por exemplo, havia desembarcado pelo Vapor Provence⁵⁷¹, a 16.10.1901, aos 40 anos e pelo tendo como destino a fazenda do Tte.Cel. Elóy P.Amaral, em Campinas. Vamos reencontrá-lo novamente, 14 anos depois, na Fazenda Bebedouro do Turvo, realizando um Registro de Nascimento⁵⁷² e mais tarde, em 1916, como contratante, efetuando uma

*Escritura Pública de Contracto sobre tractamento de café a meias, pelo prazo de dois anos [...], em sua referida propriedade, oito mil pés de cafeeiros mais ou menos*⁵⁷³.

Anos depois, e na documentação da Prefeitura de Jaboticabal referida especificamente a Villa Novaes, iremos encontrar a Pedro Cáceres (filho) lá estabelecido com diversos negócios⁵⁷⁴, assim como Pedro e Patrício (o *Petruccio*

⁵⁶⁹ - Escritura Pública de Compra e Venda nº 013, de 20.16.1910. CARTORIO DE PARAÍSO. Os Registros de nascimento apontam duas passagens desse personagem: a primeira, de 13.05.1914, tendo como declarante Eduardo Fernandez; a segunda, de 30.12.1915, agora como avô materno, tendo realizado o registro de nascimento do neto, filho de sua filha Clementa.

⁵⁷⁰ - Maximina, 18 anos, Félix, 8 anos, Clementa, 6 anos e Julia, 1 ano. Conforme: LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADA nº 073, p. 320. HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES.

⁵⁷¹ - Trazia sua esposa, Allala, de 24 anos, um filho de 11, Pedro, e outro de 5 anos, chamado Petruccio. Cf. LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADAS nº 069, p. 258. HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES.

⁵⁷² - Nº 105, de 08.07.1915. CARTÓRIO DE PARAÍSO.

⁵⁷³ - Escritura Pública, citada, de 06.09.1916. Idem. Observe-se aqui novamente a modalidade praticada, *à meia*.

⁵⁷⁴ - ⇒LIVRO LANÇAMENTO DO IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES:

ANO	NOME DO CONTRIBUINTE	NATUREZA DO IMPOSTO
1925	Pedro Cáceres & Irmãos	Armazém de 2ª
1926	Pedro Cáceres	Armazém de 1ª
1927.	Idem	Açougue bovino com 50%

desembarcado com a família) com o pai, Diogo, constando dos livros de “Imposto Predial Rústico”⁵⁷⁵.

Pudemos, assim, visualizar a tantos deles – identificando e acompanhando-os através das fontes orais e escritas -, dentre os quais, os *Luengos, Cantareras, Trujillos, Orosocos, Perez, Garcias, Arroyos*, além dos *Larios, Blancos, Parrons, Villares, Obregóns, Alonsos e os Cabrerias*.

Destes, como dos demais, temos buscado extrair, pelos casos aqui revelados, e com base nas fontes inventariadas, uma trajetória que singularize e tipifique o caráter particular configurado por esse imigrante na sociedade local.

1934.	André Cáceres	Armazém de 1ª
1935.	Irmãos Cáceres	Armazém de 3ª

⁵⁷⁵ - ⇒LIVROS IMPOSTO PREDIAL RÚSTICO:

ANOS	NOME DO CONTRIBUINTE	ÁREA EM METROS
De 1932 a 1934.	Pedro Cáceres	6.000
De 1932 a 1934.	Patrício Cáceres	7.000
1934.	Diogo Cáceres Allama	17.000

Obs.: Os Irmãos Cáceres aparecem ainda nos:

⇒LIVRO REGISTROS DE ALVARÁ DE LICENÇA:

1934	Félix Cáceres	Agenciador de café
1934	André Cáceres	Armazém de 1ª e açougue suíno
1935	Irmãos Cáceres	Armazém de 3ª.

Vamos encontrá-los ainda: Pela ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA Nº 663, DE 25.04.1911, onde Antonio, Lázaro e Francisco Cáceres adquirem

19 hectares e 62 ares de 4ª e 5ª sorte, que perfaz o valor retro da Fazenda das Posses, com as seguintes benfeitorias [...] com as divisas com [...] e finalmente com os próprios compradores, por 400\$000 (quatrocentos mil réis); e, em 21.03.1914, apenas Antonio Cáceres adquirindo uma casa [...] com 5 cômodos assoalhados [...] na Rua José Bonifácio, em S.S. Turvo, por 600\$000 (seiscentos mil réis). CARTÓRIO DE PARAÍSO.

3. O custo e a valorização das propriedades agrárias:

A finais da segunda década, no entanto, é claramente perceptível a diminuição nas ocorrências de registros cartoriais de escritura de compra e venda naquele local, envolvendo elementos de origem espanhola, dado esse que vem de encontro às informações obtidas pela via dos informantes.

Tal ocorrência muito provavelmente resulte da crescente valorização verificada nas terras daquela região, cujos preços dispararam, não somente pelo avanço da lavoura do café, que, após a conflagração mundial recuperava suas antigas cotações, mas também em decorrência da melhoria nos transportes e da aproximação dos ramais da estrada de ferro.

Entrementes,

Em 1920, quando cerca de 470 mil espanhóis já tinham chegado ao Brasil, seu acesso à terra tinha aumentado consideravelmente, em especial se considerado em nível nacional. Possuíam então tantas fazendas cujo valor era equivalente à sua porcentagem da população nacional total e o valor de suas fazendas (a 117 mil-réis por hectare) era o triplo da dos proprietários brasileiros nativos. Com efeito, o valor de suas fazendas em nível nacional era maior do que o de qualquer outro grupo, inclusive de italianos e japoneses, embora os italianos tivessem uma porcentagem muito maior de fazendas do que sua participação no total da população poderia sugerir.

[...]. O valor de suas terras nesse Estado [S.Paulo], embora consideravelmente mais alto do que o total nacional (255 mil-réis por hectare), era de fato o valor mais baixo entre as propriedades de europeus e menor que a média de todos os proprietários estrangeiros [...]. Embora, em termos do número de fazendas possuídas, eles estivessem em melhor situação do que sua participação na população total, o valor e tamanho dessas fazendas era menor do que seu peso na população poderia indicar⁵⁷⁶.

Deste modo, e remetendo nossa análise para a região em foco, apesar de as escrituras que consultamos não nos fornecerem pormenores das transações de cada propriedade comercializada - discriminação que seria útil ao entendimento não apenas da natureza da operação, mas de cuja consulta seria passível obter dados para outra série de análises -, generalizando os casos “com benfeitorias”⁵⁷⁷

⁵⁷⁶ - KLEIN, Herbert. *Op.cit.*, 1994, pp.67/8. Pelos cálculos apresentados pelo autor, com base no Recenseamento de 1920, o tamanho médio e o valor das propriedades dos espanhóis de primeira geração no Estado de S.Paulo era de 59 hectares (ou 23.6 alqueires), ou 255\$ (duzentos e cinquenta e cinco réis por hectare) enquanto que a dos portugueses era de 113 hectares (ou 277\$) e a dos italianos era de 78 (ou 281\$).

ou sem, ou, ainda, distinguindo a propriedade em *terras de 1ª sorte, 2ª sorte ou 3ª sorte*, tentaremos verificar através de um cálculo aproximativo, de qual monta teria sido a valorização das propriedades locais.

Para tanto, vamos utilizar, para a análise do período anterior a 1920, os dados de custo das propriedades existentes nos Registros de Escrituras e Testamentos⁵⁷⁸, os quais vamos cotejar, para efeito da análise posterior, com os dados oficiais contidos no Boletim de Agricultura de 1925⁵⁷⁹, que são baseados no Censo Agrícola de 1920.

Temos, ainda, uma outra publicação⁵⁸⁰ que pode concorrer para essa tentativa, porém, de todo modo, esclarecemos que trata-se tão somente de uma aproximação, e nosso objetivo maior é verificar até que ponto o preço relativamente mais baixo que era inicialmente praticado naquela região pôde ser considerado um fator adicional, um estímulo, que, na conjunção com outras variáveis, de parentesco e vizinhança, por exemplo, pudesse ser responsabilizado pelo afluxo crescente de imigrantes espanhóis fixando-se nos arredores como pequenos proprietários.

O pronunciamento dos próprios depoentes que protagonizaram tais episódios, não deixa dúvidas:

... nós procuramos terras para comprar. Aqui em Catanduva, tinha um parente, um tal de Francisco Sanchez que ele achou que tinha jeito pr'a comprar aqui. Era mais barato aqui [referindo-se a Córrego Seco]⁵⁸¹.

⁵⁷⁷ - termo bastante genérico, que em geral designava *uma casa de moradia, coberta de sapé ou uma casa coberta de telhas e assoalhada* juntamente com *pomar, engenho de madeira, pasto fechado com arame farpado, monjolo*, mas podia igualmente englobar a lavoura existente, como *7000 pés de café ou 1.500 pés de café quase formados com mais ou menos 10 anos de idade*.

⁵⁷⁸ - A medida mais comumente utilizada era o alqueire, que, no caso de S.Paulo, corresponde a 24.200 m². Além desta medida, ainda foram registradas aquisições utilizando *glebas, ares, hectares, quinhão*, e, para áreas menores, como lotes mais centrais, localizados na Vila, ainda vimos: *sorte, datas, palmos e claros*.

⁵⁷⁹ - “Área e valor das terras do Estado de São Paulo”. In: BOLETIM DE AGRICULTURA. Série 26º. S.Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de S.Paulo, 1925, pp.557-561.

⁵⁸⁰ - Refiro-me aqui à publicação O CAFÉ ESTATÍSTICAS DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO, anteriormente citada, a qual, a partir de 1915, apresenta o preço das terras de todos os municípios do Estado, tendo por medida, o hectare. Desse modo, como a medida de superfície da maioria das escrituras de compra e venda analisadas foi o alqueire, para efeito desses cálculos, buscamos estabelecer a equivalência, reduzindo o alqueire paulista (24.200) para o hectare (10.000 metros quadrados).

⁵⁸¹ - Fragmento de depoimento. Seu Tercifon Cabrera. Vila Novais, 1980.

*... [os contrerrâneos] vieram para Novais porque moravam em Bebedouro, nesses lugares por aí né ... e ganharam dinheiro, terra era muito barata, e, como já tinha alguns conhecidos, então vieram passear [...] então um depois ia chamando o outro, e aí juntou aquela espanholada aqui*⁵⁸².

*Meu pai só conseguiu comprar terra, um sitinho de 10 alqueires ... só mato, na Vila Sabrina, na Noroeste, por volta de 30*⁵⁸³.

*Depois que eles [seus pais] vieram aqui na fazenda do meu sogro [Eduardo Fernandez] foi que eles arrumaram um dinheirinho, trabalharam seis anos, formaram empreita. Aí meu pai, Bernardo Crespo [...] comprou na Noroeste, pr'a lá do rio, em Vila Sabrina, não sei se foi 15 alqueires. Eu já era casada [final dos anos 20]*⁵⁸⁴.

Mais contundente é o relato de Seu Tercifon a respeito do episódio envolvendo um compatriótico que houvera inicialmente trabalhado para sua família⁵⁸⁵. Relatava ele então que, após terem-se estabelecido no Córrego Seco, transcorridos os primeiros anos e superadas as dificuldades iniciais, sua família plantara café, e, para tanto, chamara essa família de contrerrâneos, que permaneceu trabalhando alí por seis anos, no final dos quais

quando venceu o ano aqui, deu o fim do ano [isto é, quando se encerrou o prazo de seis anos, por volta de 1920] eles se mudaram. Ele tinha juntado 5:500\$000 (cinco contos e quinhentos) ... era dinheiro, né? Pegou e comprou 50 alqueires em Presidente Prudente [...] e meu pai, sócio com ele, mais 50 [...] pr'a tocar café [...];

⁵⁸² - Sr. Ildefonso, explicando a crescente afluência de espanhóis naquele trecho, por volta dos anos 1911-1915, período em que a sua família, a de Seu Tercifon e a de D.Teodora haviam adquirido a primeira propriedade.

⁵⁸³ - D.Carmen Dueñas, nascida em Granada em 1906 e cuja família teria chegado ao Brasil somente em 1918, explicando porque sua família não pudera adquirir terras no local. Fragmento de depoimento. Vila Novais, 1981.

⁵⁸⁴ - Relembra D. Ana Crespo Moreno, nascida no Brasil em 1912. Fragmento de depoimento. Vila Novais, 1981.

⁵⁸⁵ - Esse compatriótico fora contratado com a incumbência de *dar aulas* para a sua família. *... pegamos eles, por seis anos, demos 3 alqueires, tudo que desse era deles [...]; e como nós era burro, era moleque e era burro, porque não sabia ler nem escrever, ninguém sabia nada, meus pais também não sabia nada, pai deu 3 alqueires por seis anos, com o trato de nós fazer aula [...]; então juntou 60 alunos, tudo da família da gente; os pequenos, das 6 da manhã até as 9 e os grandes, das 7 da tarde até as 9 da noite; dois turnos [...]; em seis anos, ele juntou 5\$500...*

*Daí, ele escrevia pr'a nós, como eu já sabia ler, ele escrevia, ele dizia que nunca vendesse aqui, que queria voltar pr'a trás, alí não era bom, que lá dava ferida no corpo inteiro*⁵⁸⁶.

*Voltaram aqui em Catanduva, num lugar chamado Mundo Novo, aí voltaram aí, e com o dinheiro de 50, comprou 5 ! [alqueires]. Meu pai também vendeu lá e comprou essa parte do córrego pr'a cá, 14 alqueires; ele pagou oito conto e quinhentos, precisou inteirar o dinheiro! Sí, já tava cara [a terra, alí], e lá [Noroeste] não valia nada, até hoje tá barato!*⁵⁸⁷.

Evidências não faltam, atestando que o custo da terra nos arredores se elevava proibitivamente e que as oportunidades haviam se deslocado para a Noroeste.

... É por isso que o hespanhol, ao sentir o seu pé de meia um tanto mais pesado, preferiu deixar de ser o assalariado agrícola dos latifúndios, cujo regimen de disciplina e de obediencia lhe repugnava e tornar-se proprietário de pequenos sitios, geralmente nas zonas novas. Dahi, as maiores proporções dessa gente na Noroeste [...] onde impera a pequena propriedade [...] retalhadas em lotes pelos latifundiários e pelos grileiros.

Sem a docilidade do italiano, o hespanhol prefere os sertões, as terras novas, as mattas virgens, onde pode trabalhar por conta própria e onde está livre da truculencia dos administradores, dos feitores intolerantes [...].

*Como sitiante, a formar seus 2,5,10 ou 20 mil pés de café, com suas abundantes plantações de cereaes, seu gadinho bovino, muar, suino e caprino, seu bom animal de sella, com o qual elle vae a cidade em trajas domingueiros, o hespanhol chefe de familia se sente um potentado feudal e se lhe acorda toda a ancestralidade rumorosa que no mundo pintou o hespanhol, um eterno Dom Quixote, esse typo soberbo de “comunero” [...]*⁵⁸⁸.

⁵⁸⁶ - A propósito das experiências dos colonos na zona tributária da Noroeste, especialmente quanto as epidemias e as enfermidades – a *ferida brava* a que se referia Seu Tercifon -, ver: ANDRADE, Edgard Lage de. Sertões da Noroeste, 1850-1945. S/local publicação, 1945.

⁵⁸⁷ - Fragmento de depoimento. Sr.Tercifon Cabrera. Vila Novais, 1981. Essa informação reafirma dados do Recenseamento de 1920, atrás citado, pelo qual se estimava em 255\$ (duzentos e cinquenta e cinco mil réis) o valor médio por hectare pertencente ao imigrante espanhol no Estado de S.Paulo. Lembramos que 14 alqueires correspondem a 338.800 m2 ou 33,88 hectares.

⁵⁸⁸ - ELLIS JR., Alfredo. Populações paulistas. S.Paulo, Cia.Ed.Nacional, 1934, pp. 161 e ss.

A esse propósito, registramos esse anúncio em um jornal de língua espanhola, onde, ao lado do mapa da região, podia-se ler:

*Se venden óptimas tierras, según ele plano [mapa] entre las estaciones de General Glycerio y Biriguy, de la línea de hierro Noroeste, propias para plantar café y cereales, en lotes de 40 “alqueires” o más si lo desean, a precios baratisimos en la margen del camino de hierro. Tenemos otras tierras en Biriguy que también se venden con títulos de propiedad perfectos. Las tierras están libres de heladas, clima superior. Para informarse sobre la venta de estos lotes [...]*⁵⁸⁹.

A preocupação com *títulos de propiedad perfectos* justificava-se, a considerar a questão da venda inescrupulosa de terras, sobre o que

*O Patronato Agrícola foi muitas vezes consultado sobre compras de terras no sertão, por operários agrícolas que conseguiam juntar economias. Negou-se sempre a dar conselhos a respeito, por não conhecer os títulos de propriedade, nem ser de suas atribuições aconselhar interessados [...]; é fora de dúvida, porém, que a legislação estadual sobre terras do sertão precisa ser remodelada, de modo a impedir que o operário agrícola possuidor de pecúlios seja miseravelmente explorado por indivíduos criminosos e sem o menor escrúpulo*⁵⁹⁰.

Referia-se o articulista a um personagem que se instalara naquela região, o grileiro,

cujas artes estão descritas nesta síntese admirável de Monteiro Lobato: “Opera as maiores falcatruas, falsifica firmas, papéis, selos; falsifica rios e montanhas, falsifica firmas, árvores e marcos; falsifica juízes e cartórios [...]”; Mas vence. Divididas as glebas em lotes, vendem-nos os grileiros à legião de colonos que os seguem como urubus pelo cheiro da carniça [...]

Sua ação indiscriminada e inescrupulosa foi assim narrada pelo mesmo autor:

O velho posseiro recebeu, um dia, o sobressalto de uma visita. Era o Oficial de Justiça que lhe trazia a citação para a próxima audiência em

⁵⁸⁹ - Jornal EL DIÁRIO ESPAÑOL nº 1.360, de 08.05.1913, p. 3. Grifos nossos.

⁵⁹⁰ - RELATÓRIO DE AGRICULTURA. Ano 1918, p. 137.

que se iria propor a divisão da fazenda em que estavam suas terras. Na sede da comarca, o advogado lhe explicaria as razões do condomínio de que era sócio ou lhe ofereceria carta de agregação em que, reconhecendo o direito de outrem, se indenizaria com a ratificação, por escritura habil, do que possuía há longos anos. O causídico mostrava as vantagens da proposta que sempre fazia em nome do terceiro, o grileiro, tipo que chegou em primeiro lugar para a vida nova no sertão ⁵⁹¹.

Episódios envolvendo imigrantes espanhóis com questões de propriedade de terra foram registrados pelos Relatórios da Secretaria da Agricultura, num dos quais

O Patronato Agrícola recebeu, por intermédio do nosso Ministro das Relações Exteriores, uma reclamação do ministro espanhol, acreditado junto ao governo federal, representando 140 famílias espanholas, proprietárias de terras na zona de Rio Preto, proprietários esses que de um momento para outro se viram ameaçados de esbulho de suas terras de boa fé adquiridas ⁵⁹².

Buscando, agora, os valores inscritos nas transações de compra e venda realizadas desde a **primeira década**, constantes dos livros de escrituras, pode-se, de certo modo, acompanhar a evolução dessa curva ascendente, a despeito dos reparos já imputados à falta de maiores informações desses documentos quanto às características das propriedades.

Temos, assim, para o ano de 1902, por exemplo, uma aquisição de 41 alqueires, de terras de primeira qualidade, na Fazenda Tubarana, pela qual se pagava 2.000\$000 (dois contos de réis); transformando-se a medida para hectare ⁵⁹³, deduz-se que foi pago o valor de 20\$16 por hectare.

Outro exemplo: temos, para 1904, a aquisição de 8 alqueires, sem citação de que contivesse qualquer benfeitoria, na Fazenda Córrego Grande, pelo qual se pagou 200\$000 (duzentos mil réis), ou seja, 10\$33 por hectare; neste mesmo ano, 1904, temos a compra de 3 ¼ alqueires, na Fazenda Baixada, por 400\$000 (quatrocentos mil réis), porém, com 2.000 pés de café. Neste caso, vemos seu preço subir, para 50\$83 o hectare.

O valor relativo da terra parece ter permanecido mais ou menos inalterado nesta primeira década, conservando apenas as diferenças compatíveis às benfeitorias apresentadas; temos, por exemplo, uma escritura de 1909, onde se adquiria 35 alqueires “*sem qualquer benfeitoria*” por 1.000\$000 (um conto de

⁵⁹¹ - ALMEIDA, A. Tavares de. Op.cit., 1943, pp. 195/6 e 199.

⁵⁹² - RELATÓRIOS DE AGRICULTURA, citado, Ano 1919, pp. 32-33.

⁵⁹³ - 01 hectare corresponde a 10.000 metros; em outras palavras, 01 alqueire é igual a 2,4 hectares.

réis), na Fazenda Córrego Grande, ou seja, 11\$90 o hectare e uma outra, de 1908, onde se adquiria 22 hectares na mesma Fazenda do Córrego Grande, porém, “*com benfeitorias [...] pasto fechado com arame farpado com dois alqueires, uma casa coberta de sapé, um rancho velho*”, por 56\$82 o hectare.

Se, porém, avançarmos para a **segunda década**, e ainda tendo como parâmetros as mesmas escrituras, já iremos deparar com importâncias bastante distintas destas, inclusive registrando certa oscilação.

Assim, para o ano de 1911, vemos a aquisição de 20 alqueires, na Fazenda Água Parada, sem qualquer benfeitoria, ao custo de 900\$000 (novecentos mil réis), em outras palavras, 18\$75 o hectare, com um aumento relativo de aproximadamente 63%.

Porém, temos igualmente para o ano de 1911 a aquisição de 15 alqueires, na Fazenda Luis, com “*1.500 pés de café quase formados com mais ou menos dez anos de idade*”, por 3.000\$000 (três contos de réis), o que equivale dizer, 83\$33 o hectare, ou um acrécimo de 60% comparando-se a uma aquisição similar, alguns anos antes.

Já para 1912, os preços disparam: temos, como exemplo, uma aquisição de 25 alqueires, na Fazenda Bebedouro do Turvo, sem qualquer benfeitoria, por 1.500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), ou 24\$79 o hectare; este valor representa 33% a maior do que uma aquisição em condições similares pouco mais de um ano antes.

Nesse caso particular, e a título de ilustração, estamos nos referindo à escritura de compra e venda datada de 17.01.1912, em que o comprador era o pai de D.Teodora Dias, a quem já nos referimos.

Porém, guardadas as devidas proporções, o custo da terra ainda era viável, se, como veremos, fôr comparado com os preços praticados nos anos finais dessa mesma década.

São evidentes os fatores que determinam essa ocorrência, a começar a localização geográfica daquela região, entre Jaboticabal e S.José do Rio Preto, a qual se beneficiará, daí por diante, por uma série de linhas de estrada de ferro que, muito embora não a cortassem, ficavam mais ou menos próximas.

A Paulista atinge Barretos e Bebedouro. Daí, uma nova ferrovia, a S.Paulo-Goiás chega até Nova Granada, acabando por se integrar ao sistema da Paulista. Em seguida, são inauguradas algumas pequenas estradas, como a Morro Agudo, a Monte Alto e a Jaboticabal, todas tributárias da Paulista e que a ela acabaram sendo incorporadas.

A Estação de Ibarra ⁵⁹⁴, hoje denominada Catiguá, localizada na cidade do mesmo nome, que passa a funcionar como consequência da expansão da E.F.Araraquarense até S.José do Rio Preto, em 1912, veio a representar o contato ferroviário mais próximo de Novaes, ficando a mais ou menos 12 quilômetros do povoado inicial ⁵⁹⁵.

Porém, se devemos atribuir a alta no valor do hectare à inauguração de um ramal mais próximo, as preferências se dividiam na hora do embarque do café. Assim, temos:

No ano em que nós chegamos [como proprietários, ao local, em 1911] o avançamento da estrada chegou a Catanduva; [Lá] já tinham armazéns do governo, estação para o café. Então, daqui para Catanduva, ia de carro de boi e carroça de burro, para levar o café; ... depois é que inauguraram a estação de Ibarra, perto daqui. Mas eu continuava a ir a Catanduva ou Monte Verde para embarcar o café, porque a gente achava mais fácil ⁵⁹⁶.

A Estação de Ibarra irá representar, com efeito, o ponto ferroviário mais próximo daquela região e a sua reclassificação de segunda para primeira classe, com base em estudos que levavam em conta o volume de serviços prestados, revela sua projeção, carregada pela prosperidade que ali se observava ⁵⁹⁷.

As estradas de rodagem também passariam a cortar aquela região, dando vazão “para automoveis”, cujo registro na Prefeitura de Jaboticabal somavam 130 unidades. Saindo da sede do Município, tais estradas municipais iam cortando todos os distritos de que se compunha aquele município, de “Jaboticabal a Villa Novaes, passando por Tayúva, Tayaçu, Pirangi e Irupy, com 87 kms” ⁵⁹⁸.

Atribuindo-se ou não à chegada da estrada de ferro, o fato é que, a partir de então, as escrituras continuariam a registrar uma alta nos preços praticados

⁵⁹⁴ - IBARRA, curiosamente era também o nome de uma das duas Companhias espanholas que mantinham contato com a América; a outra, chamava-se Transatlântica.

⁵⁹⁵ - No ANEXOS, Mapa III, *Carta Geral do Estado de São Paulo, ano 1929*, p.344, é possível identificar todas as localidades mencionadas.

⁵⁹⁶ - Fragmento de relato. Sr. Ildefonso Blasque. Villa de Novaes, 1980.

⁵⁹⁷ - RELATÓRIO DE AGRICULTURA. Ano 1925, p. 234

⁵⁹⁸ - OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. INFORMAÇÕES INTERESSANTES. Colligidas por Marcello Piza, do Departamento Estadual do Trabalho. S.Paulo, 1924, p.124.

na venda das propriedades, especialmente naquelas que contivessem café já formado.

Temos, assim, por exemplo, para 1913, 12 alqueires com 16 mil pés de café sendo comercializados a 3.000\$000 (três contos de réis), ou a 104\$16 o hectare, e para o ano de 1914, temos 12 alqueires na Fazenda Água Parada, com 7.000 pés de café e 5 casas de moradia, sendo comercializados por 5.000\$000 (cinco contos de réis), ou seja, 178\$570 o hectare.

O valor da terra, sem benfeitoria, certamente era bastante inferior, variando de 36\$00 a 46\$00 o hectare, dependendo da qualidade.

Oficialmente, no entanto, de 1915 a 1921, o valor da terra, por hectare, foi de “80\$000 mais ou menos as terras boas” ⁵⁹⁹, para todos os distritos que compunham o Município de Jaboticabal. Para o ano de 1922, este valor mais que dobra, passando a 180\$000 (cento e oitenta mil réis); para 1923, quase dobra novamente, passando a 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis), assim permanecendo até 1930.

Interessante observar, pelo Quadro XXIX, abaixo, a evolução na produção de cafeeiros apresentada para as três zonas cafeeiras em questão – Paulista, Araraquarense e Noroeste -, dos anos de 1910 a 1928, cuja relação com os crescentes valores das terras da Araraquarense parece incontestável, explicando também porque muitos passaram a procurar terras na Noroeste.

QUADRO XXIX

CAFEEIROS EM PRODUÇÃO NO OESTE DE SÃO PAULO ZONAS PAULISTA, ARARAQUARENSE E NOROESTE (em milhares de pés)

ANO	PAULISTA	ARARAQUARENSE	NOROESTE
1910	146,968	101,790	2,652
1915	158,032	130,424	10,326
1920	176,468	169,890	27,524
1925	182,938	228,804	45,440
1928	202,420	299,107	106,088

Fonte: “Estatísticas de Produção e Comércio do Café”. In: RELATÓRIOS
SECRETARIA DA AGRICULTURA. Quadro elaboração própria.

⁵⁹⁹ - O CAFÉ, ESTATÍSTICAS DE PRODUÇÃO. 1915, p. 97; 1917, p. 86; 1918, p.92; 1919, p.94; 1920, p.87; 1921, p. 83; 1922, p. 93; 1923, p. 89; 1930, p. 112.

A propósito dessa super valorização, muitos imigrantes instalados há pouco mais de uma década, acabavam recebendo pela compra de suas propriedades, propostas tentadoras, como a que foi ofertada ao pai de D.Teodora, no ano de 1926, por outro espanhol, seu vizinho, Miguel Parra, interessado em adquirir sua propriedade de 25 alqueires - pela qual houvera pago, em 1912 a quantia de 1:500\$000 (hum conto e quinhentos mil réis) -, pela qual oferecia 100:000\$000 (cem contos de réis).

Relembrando:

Eu já estava com uns vinte anos; então ele queria vender o sítio, para ir para a Espanha...; sabe quanto davam no sítio? 100 contos! [...] o finado meu pai disse que com esses 100 contos lá na Espanha ele era o mais rico do pueblo [...]. E minha mãe dizia: sim, porque o Miguel Parra dá 100 contos pr'a teu pai e teu pai vai vender o sítio...

Com efeito, nesta década de vinte, a exportação de café brasileiro vai representar, em média, 67,21% do total exportado pelo país, cifra que atinge seu índice máximo em 1924, com a participação do café atingindo 75,80% ⁶⁰⁰.

A Paulista - zona em que se insere a futura **Villa Novaes** e que congrega parte das fazendas então devassadas pelo café ⁶⁰¹ -, juntamente com a Araraquarense vêm crescer em importância a sua produção cafeeira: se em 1886, estas duas áreas constituíam respectivamente 23,69 e 4,05%, totalizando, assim, 27,74% da produção total do Estado de S.Paulo, para 1920, vemos que, enquanto há um leve encolhimento da Paulista (18,77%), a Araraquarense deslança, com 18,79%, e as duas juntas somam 37,5% dessa produção ⁶⁰².

De qualquer modo, e buscando um foco mais localizado, vemos que o município de Jaboticabal se constituía no terceiro maior produtor de toda a zona tributária da Paulista, com 760.000 arrobas ⁶⁰³.

⁶⁰⁰ - TAUNAY, Affonso de E. Pequena História do café no Brasil. S.Paulo, Inst. Bras. Café, s/d, p. 19.

⁶⁰¹ - A localização de **Villa Novaes** é bastante singular. Encravada entre as duas áreas, vê as fazendas ao seu redor, entrelaçarem-se entre a Paulista e a Araraquarense, beneficiando-se, de certo modo, da influência de ambas. Pertencerá, como distrito à Jaboticabal, município tributário da Paulista, até 1935, e à Catanduva, pertencente a Araraquarense, a 18 kms. de distância, de 1935-38.

⁶⁰² - Dados extraídos de: MILLIET, Sérgio. Op.cit., 1946, pp. 18 e ss. Pelo Mapa VII, *Carta do Estado de S.Paulo, mostrando a lavoura de café, ano 1922*, em ANEXOS, p. 348, uma visão geral da expansão da lavoura cafeeira de então.

⁶⁰³ - Perdendo apenas para S.Carlos, com 960.000 em 1º lugar e para Campinas, em segundo, com 820.000 arrobas. Toda a Paulista produzia, então, 3.340.000 sacas. In: O CAFÉ, ESTATÍSTICA, citado, Ano 1921, p. 12.

Tributária da Araraquarense e vizinha de **Villa Novaes**, Catanduva, município recém desmembrado de Rio Preto, já detinha, na relação dos “Principais produtores” e com 50% de proprietários espanhóis, nomes familiares ocupando as primeiras vinte posições ⁶⁰⁴, o mesmo ocorrendo com o Município de Monte Azul, recém desmembrado de Bebedouro, servido pela E.F. Paulista (S.Paulo-Goiás) ⁶⁰⁵ e Tabapuã, município recém criado, desmembrado de Monte Alto, a apenas 8 quilômetros da estação de Ibarra ⁶⁰⁶.

O Quadro XXX, abaixo, permite uma comparação, segundo a nacionalidade do proprietário, e considerando as respectivas zonas, do número de pés de café em produção.

QUADRO XXX

CAFEEIROS EM FASE DE PRODUÇÃO (EM MILHARES DE PÉS)
SEGUNDO AS PRINCIPAIS NACIONALIDADES.
ZONAS PAULISTA, ARARAQUARENSE E NOROESTE
ANO 1923.

ZONA	BRASILEIRA	ITALIANA	PORTUGUESA	ESPAÑHOLA
Paulista	111,422	31,486	10,885	4,971
Araraquarense	99,045	57,021	6,455	8,815

- ⁶⁰⁴ - Temos, assim, para CATANDUVA:
- Francisco Sanchez Garçon, com 25.000 cafeeiros;
 - João Rodrigues Lunares, com 22.000;
 - João León, com 21.000;
 - João Sanches Parra, com 21.000;
 - Benito Sanches Revuelto, com 20.000;
 - Miguel Prieto, com 19.000 e
 - João Martins Manzano, com 18.000.

- ⁶⁰⁵ - Para MONTE AZUL, seriam:
- Francisco Morales Calvo, com 115.0000 cafeeiros;
 - Sebastião Sevilhano, com 65.000;
 - Severiano Arroyo, com 60.000 e
 - Facundo Arroyo, com 57.000.

Dados obtidos em: O CAFÉ, ESTATÍSTICAS, citado, Ano 1921, p. 59 e 105, respectivamente.

- ⁶⁰⁶ - Em TABAPUÃ, temos:
- F. Perez, com 130.000 cafeeiros produzindo;
 - Santos Sanchez, com 100.000;
 - Braz Parra, com 56.000;
 - Benito Sanchez, com 40.000 e
 - José Barrionuevo, com 40.000.

In: O CAFÉ, ESTATÍSTICAS, citado, Ano 1923, p. 168.

Noroeste	19,672	1,973	1,401	3,287
----------	--------	-------	-------	-------

Fonte: Departamento Estadual do Trabalho, n.ºs. 50-51. Apud: HOLLOWAY, T. Op.cit., 1984, p. 234.
Adaptação própria.

Já o Quadro XXXI, abaixo, nos permite inferir a participação das diversas correntes, aqui consideradas apenas as quatro principais juntamente com a brasileira, no total das propriedades rurais em S.Paulo, no ano de 1920.

QUADRO XXXI

PROPRIEDADES RURAIS EM SÃO PAULO, PELA NACIONALIDADE DO PROPRIETÁRIO, ANO 1920

PAÍS	PROPRIEDADES		ÁREA			VALOR		
	NÚMERO	% DO TOTAL	HECTARES	% DO TOTAL	ÁREA MÉDIA POR PROPRIEDADE	CONTOS DE RÉIS	% DO TOTAL	VALOR MÉDIO POR PROPRIEDADE
Brasil	54.245	71,1	9.824.482	83,7	181	1.834.402	78,5	33.8
Itália	11.825	15,5	916.487	7,8	78	257.547	11,0	21.8
Portugal	3.875	5,1	437.308	3,7	113	121.299	5,2	31.3
Espanha	3.530	4,6	208.418	1,8	59	53.209	2,3	15.1
Japão	1.151	1,5	37.912	0,3	33	4.779	0,8	4.2

Fonte: HOLLOWAY, T. Op. cit., 1984, p.229 – Tabela 9. Adaptação própria. Apud: Brasil, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, 3, 2:xxxv.

CAPÍTULO II

VILLA NOVAES: A RECRIAÇÃO DO ESPAÇO COMUM

Desse modo, o progresso observado naquela região culminou com a criação de Villa Novaes, núcleo central, de características marcadamente urbanas, que congregava à sua volta, a série de sítios e fazendas, onde

*...os terrenos subiram espantosamente de preço e hoje não há mais uma data em grande perímetro à roda do centro povoado, onde há duas importantes serrarias a vapor [...] tendo anexas machinas de beneficiar arroz; uma importante officina de serralheiro [...]; duas boas officinas de alfaiate [...]; uma boa pharmacia [...] e reside na Villa um distincto médico [...], tem Posto Policial com prédio próprio; edifício de escolas para os dois sexos [...], é illuminada a luz eléctrica; há em construção a Capella e em organização a Banda de música [...]; são autoridades policiaes os senhores [nomes], tem posto telefônico; um hotel [...] e para serviço especial de **Villa Novaes** há uma esplêndida estrada de automóveis para Pirangy que pode ser considerada a melhor do Município, com um traçado lindo por entre grandes cafezaes, que constituem enorme riqueza do Município e encantam o visitante que demanda a futura Villa, em óptima prosperidade atualmente.*

Tem linhas diárias de jardineiras para diversos pontos. Correm diariamente duas para Tayuva e duas para Catanduva [...].

Em homenagem ao prestigioso chefe político de Jaboticabal, Major João B. Novaes os doadores do Patrimônio deram-lhe o nome desse chefe.

*À volta ha muitas lavouras bem cuidadas de pequenos situantes, além das de **Miguel Ruiz** [...] há uma importante fazenda pertencente ao abastado capitalista e industrial Sr. **Ramón Sanchez**.*

A Camara de Jaboticabal mandou à Camara de Deputados um pedido de criação do Districto de Paz de Villa Novaes, referendando, assim, o de muitos moradores da Villa e dos arredores. Já é Districto de Paz desde fevereiro de 1925 ⁶⁰⁷.

A vila e o entusiasmo que cercou a sua criação, aqui revelados, traem o insuspeitado grau de expectativa daqueles que aguardavam nessa iniciativa a

⁶⁰⁷ - BRENHA, M. Amorim. *Op. cit.*, 1925, pp. 28-29. Portugues de nascimento, Brenha teria residido no Rio Janeiro antes de vir para Jaboticabal, onde foi promotor público, inspetor literário e de ensino e autor de um hino e duas Poliantéias de Jaboticabal. Cf. JABOTICABAL, edição do Sesquicentenário. S.Paulo, Ed. Populares, 1978, p. 47.

possibilidade de ali reunir algumas comodidades que pudessem concorrer na melhoria das condições materiais de vida

Afinal, as dificuldades tinham sido desafiadoras. As carências, de toda ordem. Até há bem pouco, tudo aquilo ainda era *“uma materia de criar bicho, puro mato, tudo peroba”*, no dizer dos depoentes.

O progresso chegara rápido, rastreado pelo café, conforme fica demonstrado no conjunto de propriedades rurais constituintes da vila e que ensejaram a sua criação. Outros desmembramentos do município central já haviam anteriormente ocorrido, sendo que, em 1927, além de Villa Novaes, recém desmembrada, o Município de Jaboticabal já se constituía em mais cinco distritos, com a seguinte produção (vide Quadro XXXII).

QUADRO XXXII

RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAES MUNICIPIO DE JABOTICABAL E DISTRICTOS ANNO AGRÍCOLA DE 1927

districtos	Cafeeiros				Área ocupada (alqs.)				Colheita em arrobas
	Em produção	Novos	Communs	Bourbons	Em mata	Em cultura	Em pastaria	Em arrobas	
Séde	8.291.500	745.800	3.669.250	5.368.050	2.640	5.172	4.857	12.669	497.490
Cór.Rico	2.773.000	250.000	1.792.000	1.191.000	841	2.306	1.848	4.631	172.228
Tayúva	2.901.500	629.000	971.800	2.559.700	574	2.198	2.915	5.687	174.090
Tayassú	3.013.550	540.000	2.776.550	880.000	377	1.470	1.968	3.815	180.813
Pirangy	4.132.000	511.993	3.093.993	1.550.000	458	2.432	3.045	5.935	247.920
Irupy	2.798.000	1.060.400	3.029.400	829.000	772	3.786	4.987	9.545	167.880
V. Novaes	2.633.000	642.000	2.844.000	431.000	460	1.491	1.670	3.621	157.980
Total	26.502.550	4.379.193	18.176.993	12.808.750	6.122	18.855	21.290	45.903	1.598.401

Fonte: O ESCUDO. JABOTICABAL NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO: HISTÓRICO E ESTATÍSTICO. S.Paulo, Typ. Rio Branco, 1928. Organizado por Arthur de Aguiar Pequeroby Whitaker.

A vila tinha, assim, uma função; fora criada por um bem sucedido imigrante espanhol, e seja qual tenha sido sua intenção nessa iniciativa, para todos ela tinha uma vocação estratégica: a de proporcionar algum conforto material na satisfação de algumas necessidades elementares a todos que a ela precisassem recorrer, concentrando alguns serviços essenciais à comunidade.

Das adversidades de toda ordem, remontando ao período inicial de instalação no local, sem dúvida, as mais traumáticas eram as que envolviam problemas de enfermidades e óbitos:

Uma tia minha ficou doente, de pneumonia, então fomos buscar dois cavaleiros, para irem na estradinha de terra que tinha até Tabapuã, procurar uma farmacinha...

O meu filho Antonio teve duas meninas, a Pascoala e a Guadalupe, elas nasceram e aturaram pouco tempo, não tinha recurso, todas morreram antes de completar um ano. O Antonio morreu no campo. Tava carpindo, caiu e morreu; tinha 49 anos, era véspera do Ano Novo .

Minha mãe teve doze filhos, criou seis e morreram seis. Porque era assim, nascia e morria, nascia e morria. Morreram seis encarreirados; Eu sou a segunda [nascida no Brasil] , antes de mim nasceu outra menina e morreu.

Eu trabalhei, vige! Com meu pai e depois de casada, quando ele morreu porque eu fiquei com seis filhos pequenos, eu tinha 32 anos quando morreu meu marido. Ele tinha 39 anos [...] e morreu de úlcera, naquele tempo não é que nem agora ...⁶⁰⁸.

Úlceras, gripes fortes, bronquites, penumonias, total ausência de controle da fecundidade, alta natalidade e até epidemias como a que dizimou S.Sebastião do Turvo: fatores que, de certo modo, permitem compreender a proliferação das práticas de magia, a evocação aos santos, as crenças supersticiosas, os responsos, os benzimentos e as simpatias que tinham campo fértil onde a medicina passava ao largo ou era inacessível⁶⁰⁹.

“Gaspar, Baltazar, te quiten el mal” , era uma simpatia para ataques;

*Quien eres tu, que por el mundo anda, tan pujante y tan gallardo?
[Dizia o doente]: Jo soy la rosa vermella, que te como la carne y te bebo la sangre;
Del cielo te mandaré fuego, que te queme y te abraze, [continuava o benzedor];
Non me mande fuego que me queme ni me abraze, que jo me retiraré por los clavos de Cristo [respondia o paciente]; Amén, encerrava o benzedor , constituía-se um benzimento para erisipela⁶¹⁰.*

⁶⁰⁸ - Fragmentos de depoimentos. Na ordem: Seu Tercifon, Seu Ildefonso, D. Ana Garcia e D. Carmem Dueñas. Vila Novais, 1981. A questão da mortalidade infantil, expressa aqui apenas na fala de D.Ana Garcia fora vivenciada por todos. Seu Tercifon teve nove filhos, dos quais sobreviveram apenas seis; Seu Ildefonso, de dez filhos, restaram-lhe sete; D. Teodora, tivera nove filhos, e apenas sete viveram.

⁶⁰⁹ - *As consultas realizadas fora do expediente normal do médico eram muito caras: entre 1910-1920 elas custavam cerca de R\$ 50\$000, isto é, o equivalente a 25 dias de trabalho avulso ou o correspondente a 70% do trato anual de 1000 pés de café ou ainda a 100 alqueires de café colhido.* In: BASSANEZZI, M.S.B. “Família Colona: italianos e seus descendentes numa fazenda de café paulista: 1895-1930”, mimeo, p. 285.

⁶¹⁰ - RANGEL, Wellman Galvão de França. “Algumas contribuições espanholas ao folclore paulista”. In: RAMSP, vol. CXLIV, ano XVIII, nov-dez/1951, p. 404. O autor recolheu farto material, numa pesquisa que desenvolveu na cidade de Catanduva, na década de quarenta, junto aos membros mais antigos da comunidade espanhola ali residentes.

“Quando chegamos aqui, quem ‘servia’ as mulheres daqui era a minha mãe”, lembrava Seu Ildefonso, referindo-se à assistência aos partos, cujas péssimas condições de higiene acarretava uma enorme mortalidade ao recém nascido, acometido pelo “mal dos sete dias” (tétano).

Consta que a falta de assistência não era primazia apenas das camadas menos privilegiadas. Do ano de 1912, e referindo-se a uma família instalada em Córrego Grande, nos arredores, informava o *El Diario Español*⁶¹¹:

El día 6 de los corrientes dió a luz una hermosa niña la esposa de D.José Larios Buendia, Dna. Angeles Colombar [...]; la parturiente estuvo de algún peligro durante algunas horas, pero salió felizmente del lance, debido a los cuidados de la venerable anciana D.Ana Carmona y de las hermanas de D.José, D. Carlota y D.Isabel.

A primeira gripe forte que deu aqui foi essa gripe espanhola, que foi devido aquela guerra grande, né?; diz que aquela gripe começou na Itália [...] eu mesmo passei aquela gripe aqui no sítio [...], mas, naquele tempo, veio o médico. Tinha dois! Tinha aquele preto lá, não lembro o nome, como chamava... não sei se era Cido. Antes do Cido, teve um; depois foi o Cido, depois esse foi embora e teve o Dr. Spineli, que era italiano; tivemos também um farmacêutico muito bom aí, formado, depois ficou velho, foi embora pr’a Catanduva⁶¹².

Quando a nossa villa foi atingida pela molestia andarilha [gripe espanhola], foi então um deus nos acuda, a maioria dos doentes eram pobres e sem recursos, foi preciso da sub prefeitura interditar o predio das Escolas Reunidas e transformá-lo em um hospital, para internar os doentes desvalidos e dar melhor assistencia [...]; no hospital de emergencia faleceram diversos doentes [...]; quando tudo se exterminou, foi suprimido o hospital. O predio foi expulgado e submetido por uma reforma para ser entregue ao Serviço Sanitário afim de ser autorizado a reabertura das aulas escolares⁶¹³.

A grafia dos termos, como se observa, já apresentava acentuada influência do português: no texto, a palavra *vermella*, em espanhol seria *roja*.

⁶¹¹ - De 20.03.1912, nº 1027, p. 2.

⁶¹² - Seu Ildefonso, referindo-se ao marido de D.Olga Birolli Sanchez, que trabalhara como parteira durante trinta anos na vila. D. Olga, com quem estivemos e que nos hospedou em sua casa em Catanduva, fora responsável pela realização de aproximadamente 2.000 partos em Novais.

⁶¹³ - DECRESCENZO, Paschoal. REMINISCENCIAS DE TABAPUÃ. Mimeo, 1975, p. 53.

As Escolas Reunidas, acima mencionadas, então existentes em Tabapuã, a 13 kms. de Villa Novaes, foram criadas em 1909 e dirigiam-se inicialmente apenas ao sexo masculino.

Em 1909, elevavam-se a 96 os grupos escolares, inclusive os desdobrados e as escolas reunidas. Foram creados mais 12, sendo 6 na capital e os outros no interior [...] foi aumentando o número de classes, cuja totalidade ficou elevada a 928, contra 818 do anno anterior.

*A nossa instrucção elementar tem prosperado nas cidades e villas, mas está longe de corresponder ao desenvolvimento do Estado nas zonas do interior. Ahi o nosso atraso é considerável e vexatório [...] o que se afirma é que damos instrucção a 150 mil crianças, mas há 300 mil à espera desse benefício*⁶¹⁴.

Enquanto isso, na primeira década, não havia nos sítios e fazendas aos arredores de Villa Novaes nada comparável a esse avanço da vila vizinha, tanto que

Nós era burro, era moleque e era burro, não sabia ler nem escrever ... isso aí; meus pais também não sabia nada. Ninguém sabia nada. Tudo éramo burro. Então o homem, o tal de Juan, era espanhol [...] ele veio sozinho lá de Santa Adélia, ele sabia leitura, veio pr'a ver se dava serviço, aí ele trazia a família pr'a morar. Pai disse: 'eu dou três alqueires, tudo de lá é teu por seis anos', com trato de nós fazer aula, ensinar a todos os meus irmãos a ler e a escrever, tudo por conta. Ele disse: 'eu pego'. Então ele não perdeu tempo, um derrubou o mato, o outro fez a casa. 'Já que vou fazer uma casa grande, vou dar aula pr'a roça toda', era tudo família por ali.

Então, ele juntou 70 alunos, tudo da nossa família, moço, velho, tudo junto, e ele deu o curso de meio ano, das 6 da manhã até as 9 horas, que tinha que levar almoço pr'a meu pai, no?!

*Depois que eu tinha 13 anos, depois de seis meses, já mudou o horário dele [...]; os pequenos das 6 da manhã até as 9 e os grandes [...] das 7 da tarde até as 9 da noite, já virou o horário porque a gente tinha que trabalhar na roça*⁶¹⁵.

⁶¹⁴ - Mensagem do presidente da Província à Assembléia Legislativa, em 1912. In: LEFEVRE, Eugenio. A Administração do Estado de S.Paulo na República Velha. S.Paulo, Typ. Cupolo, 1937, p. 232/3.

⁶¹⁵ - As crianças entre 7 e 11 anos, prestavam alguns serviços domésticos, como por exemplo: cuidar dos irmãos menores, levar comida para a roça, ajudar nos serviços da casa, cuidar da horta e tratar dos animais, participar da colheita do café e ajudar na lavoura de subsistência.

Jovens de 12-16 anos - os "meia-enzadas", estavam incluídos oficialmente na força de trabalho embora não tivessem ainda atingido a plenitude de sua capacidade física para o trato do café [...];

Os adultos dividiam-se em dois grupos: o primeiro, formado por trabalhadores adultos entre 17-45 anos - "enzadas"- com plena capacidade [...]. BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. "Família e

*Então a gente trabalhava até uma hora dessas [até de tardinha], se lavava, jantava e ia pr'a escola até as 9 da noite. Ele deu aula seis anos pr'a nós*⁶¹⁶.

De maioria analfabeta,

*... o hespanhol é bem menos instruído que o italiano; sob esse ponto de vista a sua inferioridade é patente, mesmo em confronto com todos os demais elementos imigratórios localizados em S.Paulo. De acordo com o Relatório da Secretaria da Agricultura de 1928 [...] a porcentagem de analfabetos entre os imigrantes hespanhois, sóbe, com effeito, a nada menos de 53,71%*⁶¹⁷.

A propósito, Seu Ildefonso, nascido na Espanha e aqui chegado com nove anos, relembra:

Tive dois meses [de aula] na Espanha, depois meu pai me tirou da escola pr'a cuidar dos porquinhos do campo; depois pensou de vir aqui pr'o Brasil, viemos, nunca moramos em lugar que tinha escola. O pouquinho que aprendi, foi na escola particular, pessoas que sabiam, vizinhos, ia de noite, então aprendi um pouquinho, a assinar e a ler. Ela [a esposa] não sabe nada de leitura[...]; os filhos sabem todos, todos aprenderam. Primeiro não tinha escola aqui [na vila], mas tinha escola no sítio, professor que dava no sítio, então eles iam lá. Depois, começou a escola aqui, vinham aqui.

Também D.Carmem Dueñas, espanhola de Granada, confirmava: “no, no, naquele tempo, no [não havia ido à escola], e os finados também não ligavam, no tinha escola, no fazia questão”.

D. Teodora, aqui nascida, conta que não aprendeu a ler, nem a escrever, que, enfim, não havia ido à escola e que seus irmãos aprenderam porque “*depois que meu pai pôs família no sítio [empregados], tinha um velhinho que ensinou a eles*”⁶¹⁸

imigração internacional no Brasil” (versão preliminar). In: CADERNOS CEDHAL, Série Cursos e Eventos nº 7. S.Paulo, USP, 1996, p. 30.

⁶¹⁶ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Vila Novais, 1981. Desafortunadamente, não nos ocorreu perguntar a Seu Tercifon se tais aulas eram ministradas em português ou espanhol, considerando que o professor era espanhol, bem como todos os “velhos” mencionados por Seu Tercifon.

⁶¹⁷ - ELLIS JR., Alfredo. *Op.cit.*, 1934, p. 167.

⁶¹⁸ - A esse propósito, registramos a existência de “03 escolas isoladas” com “108 alunos” para “*Villa Novaes*” no Quadro Demonstrativo das escolas nos Districtos de Jaboticabal. In: *O Escudo*, citado, 1928, p.124.

Elementos como a alfabetização [...] que faziam parte da bagagem cultural do imigrante pesaram de diferentes modos - facilitando, retardando e dificultando - no processo de integração dos imigrantes. Por exemplo, a organização do trabalho em bases familiares na sociedade camponesa europeia facilitou o desempenho dos trabalhadores no café e na pequena propriedade das áreas de colonização; a língua favoreceu os espanhóis e prejudicou os japoneses e alemães; a identidade religiosa beneficiou os católicos em detrimento dos outros grupos; o alto índice de alfabetizados entre os japoneses propiciou um intercâmbio de informações através dos jornais, correspondência, etc., o alto grau de analfabetismo dificultou a preservação da memória escrita entre os espanhóis⁶¹⁹.

Aqui, não apenas a assistência médica e a instrução elementar eram deficientes. Também o serviço religioso era precário, tanto assim que, para a efetivação das cerimônias locais, antes da criação da vila,

*... quando nascia criança... no começo... aqui no Córrego Grande tinha o tal de **Ramón Sanchez**, espanhol, homem rico e com muito nome, então parece que a cada dois ou três meses vinha o padre, de Jaboticabal, à cavalo, então mandava avisar primeiro o dia da chegada dele, daí então a turma ia lá e batizava tudo. Na casa dele... que igreja, que nada!*⁶²⁰.

Somente pela Escritura Pública de Contrato de 05.01.1910, é que evidencia-se a contratação de um empreiteiro pela

Comissão de Obras da Matriz desta povoação [...] para dar continuidade aos serviços já começados da construção da igreja matriz [...] com exceção do assoalho, forro e altares [...] e vidros[...] por R\$ 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis).

Consta que os espanhóis

tenderam inicialmente a serem mais endogâmicos no casamento do que outros imigrantes [...]. Tendo em vista a alta porcentagem de mulheres entre os imigrantes que chegavam [...], não surpreende que entre os estrangeiros que se casavam, os espanhóis chamam a atenção pela relação muito baixa entre os sexos (111 homens para 100 mulheres, em comparação com 169 homens ou mais em todos os outros grupos de imigrantes [...]).

⁶¹⁹ - BASSANEZZI, M.Silvia Beozzo. Op. cit., 1996, p. 34/5.

⁶²⁰ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981. Grifos nossos.

O que é mais surpreendente ainda, no entanto, é o alto índice de endogamia marital entre os espanhóis, tornando-os únicos entre os imigrantes europeus [...].

Embora o casamento fora do grupo fosse comum entre os homens estrangeiros (apenas 34% dos italianos casaram-se com italianas e somente 43% dos portugueses fizeram o mesmo com suas compatriotas), ele era menos freqüente entre as estrangeiras.

No caso dos espanhóis, no entanto, tanto homens como mulheres casaram-se dentro do seu grupo étnico com quase a mesma freqüência: 62% dos homens casaram-se com espanholas e 69% das mulheres, com espanhóis, argumenta o autor ⁶²¹, referindo-se à década de 1910.

Eu casei na casa de minha mãe, vestida de noiva, tudo bem; Nós era 9 irmãos, eu era a mais velha de todos. Casei tarde ... com 25 anos, porque, sabe, quando era pr'a casar, espanhol acostumava assim... morria um tio dele [do noivo]; morreu ... agora nós vamos passar uns tempos...; depois, morreu o avô, depois foi indo, foi indo, e morreu meu pai. Eu fiquei com 25 anos quando morreu meu pai. Aí, daí um ano, o finado meu marido queria casar. Mas minha mãe disse: 'não, voce não é viúva pr'a casar de luto!' e até que não fazia dois anos que o pai faleceu 'você não vão tirar o luto'... ⁶²².

Nesse mercado [de casamento] os homens e as mulheres se sujeitavam a expedientes impostos pelo seu grupo e/ou pela sociedade hospedeira - que estimulavam (ou desestimulavam), adiantavam (ou postergavam) os casamentos - visando o controle da fecundidade, a coesão do grupo, a resistência ou a sua assimilação à nova terra ⁶²³.

⁶²¹ - KLEIN, H. *Op. cit.*, 1994, p. 82 e ss., com base no Anuário Demográfico, ano XXIII (1916) e XXIV (1917), da Directoria do Serviço Sanitário do Estado, Secção de Estatística Demógrapho-sanitária.

⁶²² - Fragmento de depoimento. D. Teodora. Vila Novais, 1981.

⁶²³ - BASSANEZI, M.S.B. *Op. cit.*, 1996, p. 18. Dos casos relatados ou das referências feitas a outras situações, observamos que, de maneira geral, no período que nos toca, os casamentos se processavam preferentemente entre pessoas com a mesma origem étnica espanhola, com quem se mantinha vínculos de vizinhança, amizade e mesmo profissionais. Veja-se, por exemplo, os casos de D. Teodora e D. Ana Crespo Moreno, ambas casadas com dois irmãos, na fazenda de cujo pai (Eduardo Fernandez) suas famílias haviam previamente se empregado; temos também o caso de D. Ana Garcia, casada com o filho do fazendeiro onde seu pai fora empregado.

Como vimos, as escolhas matrimoniais não se restringiam aos da mesma posição social, sendo que as diferenças sócio-econômicas dos parceiros e de seus pais pareciam não representar impeditivo, como também não o foi o fato de um dos cônjuges pertencer à primeira geração, já nascida no Brasil. Essa observância deve ser relativizada para as gerações seguintes, onde passam a ocorrer uniões mistas em termos étnicos.

A comida e os hábitos alimentares locais foram alvo de indisfarçada aversão por parte dos imigrantes espanhóis, cujas restrições se apoiavam nas comparações que faziam com a alimentação nativa:

Meu pai nunca gostou da comida...; ele preferia um caldo de feijão no prato e picar pão, e molhar naquele caldo. Arroz, não ia mesmo! Lá, [na Espanha] era garbanzo, grão-de-bico, batatinha, faba, azeitona [...]; e pera, figo e maçã, isso era à vontade. E aí... arroz, feijão, mandioca, carne seca, pr'a ele não ia!; feijão tinha também, mas era branco...; presunto, pernil de porco... não é igual que aquela linguiça aqui, chouriço! ... ; lá não tem nada de linguiça não [risos], lá faz morcilla, já comeu?!

Aqui não tem comida que não leve veneno [...] porque senão não cresce, encoranguja ali e morre. Agora, se põe veneno, daí a tanto tempo torna a passar veneno, aí ela vai...; a mulher planta aí, num pedacinho de terra uma beringela, pimentão; cresce, fica bonito, dá flor, dá fruta, mas ela tem medo do veneno, não quer pôr; acaba não pegando uma fruta pr'a comer!

*Não é cansada do café [a terra], é o clima, que não há frio, não há gelo, então o inseto está aumentando sempre, né? Agora, se fosse que geasse mesmo, desse geada, mata isso tudo. Dum frio pr'o outro, não dá pr'a criar logo inseto. Que é o que acontece com a Espanha, Argentina [...]; Esse ano, fez tres dias de frio!*⁶²⁴.

Hábito alimentar ancestral, o pão era essencial na refeição dos espanhóis.

*Meu sogro [Eduardo Fernandez], se não tinha o pão...; o pão não faltava na mesa... pão feito em casa, pão de trigo, farinha boa, naqueles tempos; tinha uma farinha, que falava farinha da Argentina, mas... aí que farinha branquinha, saía cada pão...*⁶²⁵.

*Ahora los panaderos
nos venden el pán
con el noventa por ciento
de puro fubá*

*Como es costumbre
que ya tenemos
aunque sea malo*

⁶²⁴ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981.

⁶²⁵ - Fragmento de depoimento. D. Teodora. Vila Novais, 1981.

nos lo comemos

*Y podeis creer
que nos parecemos
con un tico-tico
comiendo farelo* ⁶²⁶.

A primeira geração, ao que consta, conservou a tradição paterna em alguns aspectos possíveis, porém incorporou novos hábitos locais à mesa, cuja abundância não se fartava de enaltecer.

Se não tinha grão-de-bico e bacalhau na quinta-feira e na sexta-feira santa, não tinha nada pr'a mim. Nunca comi arroz e feijão nesse dia, desde criança; minha mãe fazia; depois, meu marido era espanhol, gostava muito e eu sempre fazia. [Ia] prá Catanduva aquele dia, comprar as coisas, vinha com um saco cheio ... ⁶²⁷.

O espanhol comemora a Aleluia obstruindo as estradas com grossos troncos de árvore, arrancando mata-burros, trancando porteiras ⁶²⁸.

Entrementes,

a construção da identidade étnica extrai, assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou. Em outras palavras, a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo e faz da tradição um mito na medida em que os elementos culturais que se tornaram “outros”, pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos [...] se encontram por

⁶²⁶ - Trecho de música composta pela “Murga de Doutores”, grupo popular de músicos que visavam inicialmente satirizar os médicos e suas habilidades, evoluindo, posteriormente, para um tipo de bloco de carnaval na cidade de Catanduva que, segundo o autor, traduzia, igualmente uma *investida dissimulada contra representantes de classes superiores, [além de] a adesão dos “murguistas” [ter] uma significação política espanhola; a de celebração do espírito democrático que se impôs ao totalitário, portanto, a vitória dos ideais republicanos sobre os da falange espanhola do general Franco [...]; quando subiu ao poder espanhol a falange franquista, a colônia espanhola catanduvense se separou em dois grupos, um pró, outro contra, favorável aos republicanos; em consequência, quando se tratou de pôr-se o retrato do caudilho numa sala do “Centro Español” local, tremenda disputa...*

In: RANGEL, W. *Op. cit.*, 1951, p. 441.

⁶²⁷ - Fragmento de depoimento. D.Teodora. Vila Novais, 1981.

⁶²⁸ - ALMEIDA, A.T. de. *Op. cit.*, 1943, p. 189.

isso mesmo, sobrecarregados de sentido. Extraídos de seu contexto original, eles adquirem significações que transbordam das primitivas⁶²⁹.

Lá [no sítio do meu pai] tinha muita fartura, nós era pobre, o sítio era pequeno, mas [tinha] fartura de verdura.... a cada três meses meu pai matava um cerdo de 7, 8 arrobas, que enchia três latas de gordura de 20 litros e minha mãe fazia aquelas baciadas de lingüiça que dava gosto, espanhola legítima! [...] lombo de porco, ela temperava, enchia aquelas tripas grossas, bem lavadas com limão, com vinagre [..]; nossa casa tinha fartura pr'a comer...; tinha dez alqueires de pasto, tinha sempre 80/90 rês. Eu tirava leite diário de 8/9 vacas e minha mãe fazia queijo...

Nós tinha vaca de leite, e meu sogro vendia muito leite [...] eu fazia um requeijão, que só a senhora vendo... todo mundo procurava...

Lá o gasto era muito, era um saco de farinha de 50/60 kgs. em 15 dias, porque era camarada, era filhos casados, era tudo...

*Matava um porco por mês... depois a mulherada se virava, fazia lingüiça, fritava..., mas se comia outra mistura também, frango, abóbora, também se comia mandioca... se comia... batata-doce... tinha muita fartura!*⁶³⁰.

*Apesar da pouca diversificação a que estava sujeita a alimentação da família colona e dos transtornos que a mudança de hábitos alimentares pudessem acarretar ao imigrante, num primeiro momento, a alimentação do colono era razoável e farta [...]; o colonato criava, portanto, para as famílias a fartura de alimentos ao mesmo tempo que a pobreza material, como observou Martins*⁶³¹.

Conforme ficou patenteado pelos depoimentos, as alusões à família constituíram uma tônica, afinal ela representava o núcleo em torno do qual orbitava toda o plano cotidiano da vida, todos os interesses e projetos, assumindo, assim, para o imigrante, quer sob o regime do colonato, quer na pequena propriedade rural, como proprietário, uma importância fundamental.

⁶²⁹ - CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil, mito, História, etnicidade. S.Paulo, Brasiliense, 1987, p. 101/2, considerando a cultura como algo constantemente reelaborado. Grifos nossos.

⁶³⁰ - Fragmento de depoimento. D.Teodora, referindo-se aos hábitos alimentares e à fartura que havia, tanto na casa de seu pai quanto na de seu sogro. Vila Novais, 1981.

⁶³¹ - BASSANEZI, M.S.B. Op. cit., 1975, p. 289. Apud: MARTINS, J.S. "Do escravo ao assalariado nas fazendas de café, 1880-1914. A gênese do trabalhador volante". In: VIII CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. Espanha, 1982.

Não causa estranheza, a propósito, se tivermos em mente que a própria decisão de emigrar - lembrando do requisito exigido para a obtenção da subvenção -, envolvia de certo modo a participação e a anuência de todos os membros da família, que viria a se constituir, no colonato, como uma unidade de trabalho, cujos contratos, apesar de realizados com o chefe, subentendiam todo o grupo familiar⁶³².

Todo o discurso apreendido pelos depoimentos vem ao encontro dessa evidência: em muitas das vezes, o depoente como que se abstraía e passava a integrar um conjunto familiar gerido por um eixo, geralmente representado pelo pai, sob cujo comando ficavam as decisões mais importantes.

Uma trajetória compartilhada por todos parece ter sido o elo fundamental e a plataforma sob a qual transcorria a vida cotidiana, conformando uma unidade afetiva e econômica, muitas vezes pautada em um projeto, que necessariamente passava pela acumulação de um pecúlio, o qual se destinava ao retorno ao país natal ou a aquisição de alguma propriedade.

A família, o trabalho, o trabalho em família: essa tríade sintetizava e canalizava de certo modo os interesses comuns e as estratégias de sobrevivência no colonato.

Sob esse regime, e, como que em decorrência dele, na pequena propriedade rural, como vimos,

⁶³² - A composição da família emigrante era geralmente nuclear, formada pelo casal com filhos, cujo número variava de acordo com a idade dos cônjuges, sendo que a idade máxima observada, neste caso, foi de 45 anos. Neste caso, a família já embarcava com um número maior de filhos - de 4 a 5 -, podendo incluir-se aí filhos de dois matrimônios, como ficou demonstrado pela comparação da idade apresentada em muitos casos pela mulher e pelos filhos mais velhos.

Ilustrativo dessa afirmação é o caso do pai de D.Teodora que, retornado à Espanha com esposa e três filhos - depois de permanecer por seis anos em Ribeirão Preto -, vê-la falecer em seguida e, ato contínuo, casa-se novamente e retorna ao Brasil, com a segunda esposa já grávida de D.Teodora.

Os membros dependentes da família que podiam ser incluídos na passagem subsidiada eram pais, avós, irmãos solteiros, cunhados e sobrinhos órfãos do chefe da família. Registramos muitos casos de pessoas idosas, com mais de setenta anos, geralmente do sexo feminino e viúvas, que embarcavam junto.

De conformidade com o BOLETIM DA DIRETORIA DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMMIGRAÇÃO, da Secretaria da Agricultura Ind. E Comércio (Ano 1937, pp. 54,61,64,67 e 74), em gráficos comparativos abrangendo o período entre 1908-1936, apresenta para a corrente espanhola, em síntese, o seguinte perfil: a) família: em média, cinco pessoas; b) avulsos: apenas 18% do total; c) casados: 37%; d) solteiros (considerados todos com mais de 12 anos): 60%; e) Idade: Maiores de 12 anos, os aptos para o trabalho, 68,5%; f) Sexo masculino: 66%; g) Sexo feminino: 44%; h) Religião: 99,9% católica; i) Analfabetos: 72,03%, enquanto, no mesmo período os portugueses eram 57,48% e os italianos, 40,91%; representando, portanto, a corrente com maior número de analfabetos; j) Profissão: 78,76% de agricultores, representando a maior corrente com essa profissão declarada. No mesmo período, os portugueses eram de 47,79% e os italianos, 49,76%.

Com muitos pontos de contato com os resultados aqui sugeridos, esse estudo, no entanto, não considera os anos de 1905/6, de grande afluxo dessa corrente, e se estende até 1936, quando essa corrente já houvera escasseado há muito.

Os cuidados com os cafezais e a roça de subsistência, o trato dos animais e a colheita do café eram tarefas nas quais toda a família participava, contribuindo cada elemento com a sua capacidade, que dependia mais da fase do ciclo vital em que se encontrava a família e o indivíduo.

O regime de colonato, apesar dos mecanismos de disciplina impostos ao colono, ao permitir à família um certo domínio do processo de produção, possibilitava ao chefe comandar a intensidade e o ritmo das tarefas alocando adequadamente a força de trabalho nas diferentes atividades [...].

Cabia essencialmente ao homem assinar o contrato com a fazenda, negociar o excedente da cultura de subsistência, executar o trabalho avulso quando requisitado pela fazenda e à mulher as tarefas domésticas [...].

O trabalho doméstico era geralmente conciliado com trabalho de roça, porque o colonato, ao garantir uma certa flexibilidade na alocação da mão-de-obra familiar, dava margem à participação produtiva da mulher que podia se movimentar entre a “casa” e a “roça”⁶³³.

Nós era em quatro, não contínuo, porque a mãe ficava algumas vezes em casa. Agora, três trabalhava tudo no campo, no café⁶³⁴.

Minha mãe dizia que aqui era pior que na Espanha. Porque na Espanha não tinha o sino, igual ao sino que tinha na igreja [...]; o dono da fazenda aqui tocava o sino às três horas da manhã, pr’a mãe levantar e fazer o café...; o almoço era às nove e meia, dez horas. Minha mãe que fazia tudo pr’a todo mundo.

Primeiro, éramos sete família, depois de sete anos juntaram umas sessenta família [na fazenda]; meu pai não falava tanto em ir embora, mais era a minha mãe...; ela até pagou promessa porque ela não queria ver os filhos dela passando pelo que ela estava passando⁶³⁵.

Na sociedade de adoção, com efeito, a convergência de interesses em torno de um projeto, reforçará a relação e a importância assumidas pela família nuclear, porém evidenciou-se, igualmente, fator de aproximação e vinculação a outros grupos, engendrando redes ligadas por grau de parentesco mais afastado ou apenas por afinidade e inclusive relações de vizinhança ensejando a origem

⁶³³ - BASSANEZI, M.S.B. *Op. cit.* 1996, p. 30.

⁶³⁴ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981.

⁶³⁵ - Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera. Vila de Novais, 1981.

local, no pueblo ou na vila ⁶³⁶, as quais tiveram uma função muito importante na integração do imigrante.

Manifestando-se como vimos, em situações mais usuais, como no chamamento, na acolhida aos recém chegados, na obtenção de trabalho; estendendo-se a questões que envolviam interesses comuns, como a aquisição conjunta de uma gleba, depois partilhada por várias famílias e conhecidos (lembramos do caso da família de Seu Tercifon) e manifestando-se em situações mais graves como a que envolveu o próspero imigrante espanhol Ramón Sanchez e as famílias de pequenos proprietários, credoras, recém instaladas no local, tais redes atenuaram o impacto provocado pelas mudanças impostas pelo processo migratório.

Desse modo, se concordarmos com Eisenstadt ⁶³⁷ de que

o processo de absorção e integração de imigrantes na sociedade adotiva é o resultado da interação entre, de um lado, as expectativas e desejos do imigrante em relação ao novo país, e de outro, a extensão em que estes possam ser realizados face às exigências da estrutura institucional da sociedade adotiva,

melhor compreenderemos a dicotomia que observamos no discurso dos emigrantes “nativos”, quando comparado, por exemplo, com aquele manifestado pelos elementos da primeira geração, os quais, embora nascidos de pais espanhóis, eram brasileiros.

É notória a distinção. O discurso daqueles foi quase sempre carregado de veementes alusões críticas e negativas à sociedade de adoção, enquanto, em contrapartida, seus filhos, aqui nascidos, e através dos quais sobreviveram muitos traços da cultura de origem, expressavam-se mais cordatamente quando referidos às mesmas questões.

Conforme explicitado através de sua falas, eram os próprios brasileiros do local, dentre eles os negros -, de quem criticavam a indolência, a falta de ambição, o desapego das coisas e a falta de higiene, por exemplo, seu alvo principal.

Mas também não poupavam críticas ao país, à sua alimentação, ao clima muito quente, ao sistema de trabalho nas fazendas, e, mais diretamente, sua

⁶³⁶ - Para isto concorreu a emigração em conjunto, quando várias famílias ou conhecidos emigravam de uma só vez. No caso que nos toca, revelou-se comum o conhecimento prévio baseado na vizinhança, assim como as relações de parentesco.

⁶³⁷ - EISENSTADT, S.N. The absorption of immigrants. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1954, p. 258.

artilharia era descarregada sobre a Vila, popularizando um *chiste*⁶³⁸, segundo o qual o nome a ela concedido era auto explicativo: **No vaes**, grafado em separado, resumia a sua contrariedade quanto aos benefícios que a almejada autonomia não obtida, lhes poderia conferir.

Assim, enquanto Seu Tercifon e D.Teodora (aqui nascidos), diziam:

É... o patrão lá [na Espanha] não era como aqui, tudo patrão camarada, né? Lá não dava pr'a comer...; lá não ganhava salário, porque quem trabalha por conta não ganha salário, né? ; lá plantava pr'a comer...

*Porque, no fim das contas, pai não tava mal, né? Por que lá [trabalhando de colono, na fazenda] em 7 anos, ganhou um conto e quinhentos!*⁶³⁹

Lá na Espanha... meu pai contava né, que tinha gente que trabalhava hoje pr'a comer o pão amanhã; trabalhava às vezes a troco de um pão...; era muita pobreza. E aí, tinha gente que tava mais remediadinho, não? E sempre ele contava as coisas...; diz que tinha dois vizinhos, casou a filha de um, e aqueles tavam remediados, né... e os outros, coitados, que não tinham jantado naquela noite, foram dormir sem janta, e tavam devendo um dinheiro pr'o outro que tinha casado a filha e tava mais remediado, tinha uma terrinha, o outro era jornalero, trabalhava por dia [...], aí, diz que bateram na porta [...] e ele disse: 'bom, olha, disse, tenho certeza de que vieram trazer janta pr'a nós, de certo que sobrou do casamento'. E foi até a porta. 'Óhh, vim ver se o senhor me arruma metade do que me deve, se usted me arruma ...'. Disse: 'Ai mi hombre, no tenemos o que comer...!'. Disse: 'Não tenho nada com isso, preciso do que está me devendo!'

A senhora vê? Ah... me dá vontade de chorar quando meu pai falava isso...

*Aí, quando eu tinha uns 20 anos, ele queria vender o sítio, ir pr'a Espanha [...]; sabe quanto davam no sítio? 100 contos! [...] ; e o finado meu pai falava que com esse 100 conto lá na Espanha ele era o mais rico do pueblo [...]. Dizia: 'aí, nós indo lá na Espanha voces [...] vão casar com o homem mais rico que tiver lá'. Disse: 'Olha, pai, não me interessa, não quero saber da Espanha!' [risos]*⁶⁴⁰.

⁶³⁸ - *Chiste*: ditado pequeno e eloqüente, pode representar igualmente um trocadilho, como neste caso.

⁶³⁹ - Fragmento de depoimento. Sr.Tercifon Cabrera. Vila Novais, 1981.

⁶⁴⁰ - Fragmento de depoimento. D.Teodora Dias. Vila Novais, 1981.

D.Carmem Dueñas e Seu Ildefonso Blasque, sobretudo ele, demonstravam uma acentuada diferença de tom, onde predominava quase sempre a insatisfação:

Teve conhecido que mandou perguntar.. falávamos óhhh aqui é assim ... não vem pensando que chega aí e enche o saco de dinheiro não... que precisa suar; Senão, fica aí, que é melhor do que aqui!

Saímos da Espanha porque o povo tinha aquela agonia de ganhar [...] porque nós não precisava vir pr'a trabalhar de empregado aqui[...]; tinha conhecido aqui que mandava carta pr'a lá dizendo que aqui era muito bom e tal...; É, mas era tudo mentira! Óhh... lá era muito melhor!
⁶⁴¹

*Embora evite dizê-lo em voz alta, o emigrante sabe - por experiência - que a emigração é a origem das contradições nas quais se encontra encerrado. Assim, sente-se inclinado, não sem alguma razão, a considerá-la responsável por todas as suas desgraças. Mas como acusar e condenar assim a emigração sem colocar a si mesmo em acusação e sem pronunciar dessa forma sua própria condenação? [...]; aos motivos iniciais para detestá-la, o emigrante acrescenta novos motivos que vai descobrindo na medida em que dura sua experiência da emigração*⁶⁴².

Meu pai, ele nunca gostou do Brasil; se ele tivesse dinheiro quando nós viemos, ele não ficava seis meses no Brasil! 'tá louco, na hora que eu vim pr'o Brasil, não tenho dinheiro, se tivesse, amanhã saía pr'a Espanha. Que Brasil, que ganhar dinheiro!'

*Nas primeiras eleições que tiveram aqui, me aconselharam muito, fazia tudo de graça [processo para naturalização], mas eu não quis; Eu não!, porque tinha intenção de voltar pr'a Espanha... e chego lá, não sou mais espanhol, né? Então, não quero ser brasileiro!*⁶⁴³.

Uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade [...] condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente,

⁶⁴¹ - Fragmento de depoimento. Seu Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981.

⁶⁴² - SAYAD, Abdelmalek. *Op.cit.*, 1998, p. 225.

⁶⁴³ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque, aqui chegado em 1905 e que nunca tornou a voltar para a Espanha. Vila Novais, 1981.

ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com intenso sentimento de provisoriedade⁶⁴⁴.

... sendo o político monopólio exclusivo do nacional - ele é inclusive sua característica distintiva por excelência -, o imigrante, como não-nacional, é dele excluído, e excluído de direito; mas o emigrante que ele também é ... é excluído de fato enquanto é um nacional ausente (ausência da nação) do político.

*Excluir e/ou excluir-se do político é o que fazem, por um lado, de direito, a imigração [...] e, uma coisa leva à outra, os próprios imigrantes [...]; o indivíduo exclui-se daquilo de que é excluído e do qual sabe, quase que instintivamente, que está excluído; o indivíduo exclui a si mesmo antes de ser excluído. Quão paradoxais são as situações do imigrante que não é nacional da ordem nacional na qual a imigração o colocou e o levou a viver; e a do emigrante cuja emigração levou a viver (e a viver de forma duradoura) fora da ordem nacional da qual é “nacional”...*⁶⁴⁵.

*Ouçá voce, nós que viemos para a América, estamos mortos e bem mortos para aqueles que deixamos na Espanha. Fizeram para a gente um enterro de terceira. E se, por acaso, voltamos, não passamos de mortos ressuscitados. Se vamos com dinheiro, somos santos milagrosos, porém, se voltamos pobres, por azar da sorte, fogem da gente como da peste*⁶⁴⁶.

A coesão interna do grupo, sinalizada pelo grau de resistência imposta à sociedade hospedeira, foram claramente mais fortes nos anos iniciais, quando ainda perduravam os laços ligados à terra natal ou mesmo a esperança no retorno.

Quando chegemo aqui, aquele pessoal ‘de fora’ [sic] até achava ruim, porque era só língua espanhola, não compreendiam [risos].

Eu aprendi [a falar português] logo logo, daí há pouco que cheguei, agora, o pai e a mãe não aprenderam nunca!

Em casa, com a mulher e os filhos, a conversa era em espanhol; não tinha nada de brasileiro, e eles falam todos ainda em espanhol, porque eram pequenos. E eles, então, aprenderam a conversar em espanhol, porque eu não deixei de criança eles largarem. Queriam conversar entre eles lá, em brasileiro ..., aqui, não! Aqui vocês vão aprender o espanhol. Agora, por fora, se quer caprichar, fala em brasileiro à vontade!

⁶⁴⁴ - SAYAD, A. Op. cit., 1998, p. 45. Grifos nossos.

⁶⁴⁵ - SAYAD, A. Op. cit., 1998, p. 269. Grifos nossos.

⁶⁴⁶ - GUILLÉN, Mario Garcia. Op.cit., 1975, p. 30.

*A mulher não fala nada em brasileiro [risos], eu vim com nove anos da Espanha e ela veio com nove!
Não adianta ela [a esposa dele] ficar aí pr'a conversar. Porque a metade não vai compreender...*⁶⁴⁷

*Nós só falava espanhol aqui no Brasil, porque era tudo espanhol, estávamos na roça ou de noite, até os baianos nos entendiam, porque eles vinham de perto de Rio Preto [...] e eles moravam numa fazenda lá que tinha muito espanhol, e eles entendiam, eram divertidos!*⁶⁴⁸.

Tal informação, a da existência majoritária de elementos estrangeiros no local – imaginamos que uma grande porcentagem fosse de espanhóis -, se credencia quando analisamos o Mapa de nascimentos de Villa Novaes para o ano de 1927⁶⁴⁹ segundo o qual haviam nascido 152 filhos de pais estrangeiros, para 104 de pais brasileiros, naquele ano.

Desse mesmo ano, e analisando o Mapa da Instrução Pública Estadual verificamos que dos 52 alunos matriculados para a Escola Isolada de Villa Novaes, 36 deles eram estrangeiros⁶⁵⁰.

Brenha, o viajante/escritor que por lá transitou a finais da segunda década, assim deixou registradas suas impressões sobre Villa Novaes, que, conforme ele, se esculpia sob

*Alegria e vida intensa, gritos e descantos [...] salerosas seguidilhas hespanhólas [...] em uma diversidade esplendida de sons, e, aqui e alli, à mistura, de quando em quando, uma cabocla seguindo o marido, o irmão ou o pai, nas ruas de café a pôr os grãos na cova, na replanta do milho, cantava também [...]*⁶⁵¹.

⁶⁴⁷ - Fragmento de depoimento. Sr. Ildefonso Blasque. Vila Novais, 1981. Sua esposa, que chegamos a conhecer, e que, com efeito, não pronunciava uma palavra sequer em português, respondeu: “Afonso lo disse tudo aí, sabe, yo me voy que tengo que cuidar de la cocina. Tu te aplicas aí, yo me voy”

⁶⁴⁸ - Fragmento de depoimento. D.Carmem Dueñas. Vila Novais, 1981.

⁶⁴⁹ - “Nascimento – Mapa I – Anno de 1927”. In: ANNUÁRIO ESTATÍSTICO. Citado, 1927, p.78.

⁶⁵⁰ - In: ANNUÁRIO ESTATÍSTICO. Citado, 1927, p. 261.

⁶⁵¹ - BRENHA, M. Op.cit., 1925, p. 30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...]; e a este título, todo o itinerário do migrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico [...] que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais*⁶⁵².

A temática migratória desse período, de contornos maciços, é das mais complexas.

Desenrola-se no plano visível e concreto dos deslocamentos humanos, resultado de ajustes macrosociais de nível internacional, porém tramita sutilmente por outros campos do saber, infiltrando-se e engendrando múltiplas abordagens.

Nossa investigação buscou revelar aspectos inerentes à corrente de origem espanhola que demandou o Estado de S.Paulo, mais propriamente o Oeste cafeeiro, protagonizando, juntamente aos nacionais e aos migrantes de outras etnias, também lá instalados, um dos capítulos mais expressivos da nossa história social.

De pouquíssima visibilidade, a migração espanhola desse período, orientada para o oeste cafeeiro, contém elementos muito próximos às demais correntes que a precederam - sobretudo a italiana -, com quem compartilharam uma trajetória prévia de dificuldades materiais em seus países de origem, posto que, também nesse caso,

... devemos à 'necessidade' o fato de os horizontes sul-americanos terem se tingido de rosa e determinada a imensa onda humana a atravessar o oceano. Os agentes de emigração terão feito a propaganda, não duvidamos, de acordo com seus interesses e avançado descrições pitorescas e promessas assombrosas; mas essas narrativas maravilhosas

⁶⁵² - SAYAD, A. Op. cit., 1998, p. 15.

*teriam tido um único efeito num indivíduo bem alimentado: uma ótima digestão*⁶⁵³.

A essa condição e considerando-se particularmente o caso espanhol, como vimos, foram agregadas outras determinantes - apenas para lembrar, a fuga às convocações militares -, para o êxodo ultramarino que se desencadeou oriundo de diversas partes daquele país.

Porém, e a despeito das similitudes apresentadas com as demais correntes, o ciclo da emigração espanhola revela, em seu conjunto, uma evolução tardia, atingindo seus índices máximos somente nas duas primeiras décadas do século XX.

Manifestando-se distintamente segundo os espaços regionais de expulsão, a emigração ultramarina peninsular situa o processo andaluz, extremenho e levantino dentre aqueles que acusaram com maior atraso o impacto da crise do final do século.

Alí, ensejaram-se movimentos localizados de evolução distinta, a saber, concentrando as primeiras saídas na Andaluzia Oriental (especialmente as províncias de Málaga e Granada), enquanto a frente almeriense-levantina dava continuidade a modelos de mobilidade sazonal de curta distância orientados a Argélia, cuja reorientação ultramarina, já sob eixos de massividade, vai coincidir com a corrente andaluza.

Nossa investigação, como a apresentamos, procurou analisar a problemática imigratória numa relação dialética, unindo as duas “pontas” do mesmo fenômeno, o emigratório e o imigratório, evocando as implicações fenomenológicas recíprocas, associadas, cada qual, a seus contextos locais.

A nível local, por conseguinte, aliamos ao exame dos fatos objetivos que contemplam a dimensão de caráter coletivo do fenômeno, envolvendo circunstâncias históricas e determinações sócio-econômicas, culturais e demográficas, seu itinerário individual, de experiência humana, cujos pontos de contato evidenciaram-se no decorrer da monografia, em que a série de parâmetros exteriores restituiu a cada história particular um “sentido” que, provavelmente sozinhas, não lograssem expressar, dada a imbricação que lhes é intrínseca e que, na realidade, emergiu e se estabeleceu entre os fatos objetivos e as interpretações subjetivas.

⁶⁵³ - TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil. S.Paulo, Nobel, Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo Brasileiro, 1989, p. 30. Apud: GREGORI, G. Studio sull’Emigrazione dei Contadini dal Veneto. Treviso, 1897, pp. 32-33.

Através dessa dupla abordagem, a nosso ver privilegiada, pelos componentes de riqueza empírica que apresentou, não se pretendeu apenas quantificar dados, mas delinear a trama das relações sociais esboçada pelo grupo em seu conjunto de estratégias interativas e/ou acomodativas à sociedade de adoção, bem como os mecanismos recíprocos que se estabeleceram e o conjunto de representações mutuamente construídas.

Que o diálogo com a temática aqui tentado, de pretensões limitadas e reconhecidamente incapaz de abarcar toda a latitude do fenômeno, seja um estímulo a outros pesquisadores.

ANEXOS

Mapa I -	<i>Situação dos núcleos coloniais do Estado de S. Paulo, ano 1896 . . .</i>	342	
Mapa II -	<i>Mappa geral da viação férrea, ano 1901</i>		343
Mapa III -	<i>Carta Geral, mostrando os trabalhos executados pela Comissão Geográfica e Geológica, ano 1929</i>	344	
Mapa IV -	<i>Províncias espanholas</i>	345	
Mapa V -	<i>Andaluzia e norte da África</i>	346	
Mapa VI -	<i>Villa Novaes, povoados, bairros e fazendas a ela pertencentes</i>	347	
Mapa VII -	<i>Carta do Estado de São Paulo, mostrando a lavoura do café, ano 1922</i>	348	
Tabela I -	<i>Movimento bruto de passageiros por mar, 1882-1930. Saldo entre entradas e saídas</i>	..	349
Tabela II -	<i>Quadro comparativo da evolução do movimento dos emigrantes espanhóis com destino a América Latina, 1882-1930</i>	350	
Tabela III-	<i>Emigração espanhola para a América e para o resto do mundo, 1882-1908</i>	352	
Tabela IV -	<i>Relação da taxa cambial anual do dólar e da libra à vista sobre Nova York, em relação ao mil réis, anos 1894-1915</i>	353	
Tabela V -	<i>Salário dos colonos e camaradas da</i>		

	<i>Fazenda de café Estrela do Oeste, Município de São Simão, SP, 1901-1930</i>	354
Tabela VI -	<i>Preços a vista de gêneros alimentí- cios, 1913</i>	355
Tabela VII-	<i>Pesos e medidas de superfície mais usadas no Brasil</i>	357
Contrato I -	<i>Escritura Pública de arrendamento De cafezal (transcrição parcial)</i>	358
Contrato II -	<i>Escritura Pública de contrato para Trato e Colheita (transcrição parcial)</i>	359
Contrato III -	<i>Escritura Pública de Contrato sobre formação de café (transcrição integral)</i>	360
Contrato IV -	<i>Escritura Pública de declaração e contrato (transcrição parcial)</i>	363
Contrato V -	<i>Contrato Público de empreitada (transcrição parcial)</i>	364
Contrato VI -	<i>Escritura Pública de trato e colheita à meia (transcrição parcial)</i>	365
Contrato VII -	<i>Exemplo de contrato misto: trato, co- lheita e uma variante da formação, ano 1912 (transcrição parcial).</i>	366
Contrato VIII -	<i>Escritura pública de contrato cole- tivo (transcrição integral)</i>	367
Contrato IX -	<i>Escritura Pública de contrato sobre plantio, tratamento e formação de ca- fé [...] (transcrição integral)</i>	370

MAPA I

**SITUAÇÃO DOS NÚCLEOS COLONIAIS DO
ESTADO DE SÃO PAULO, 1896**

Fonte: INSPECTORIA DE TERRAS, COLONISAÇÃO E IMMIGRAÇÃO, Ano 1896.

MAPA II

**MAPPA GERAL DA VIAÇÃO FÉRREA DO ESTADO DE
SÃO PAULO, ANO 1901**

Fonte: INSPECTORIA DE ESTRADAS DE FERRO E NAVEGAÇÃO, 1901.

MAPA III

CARTA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO MOSTRANDO TODOS OS TRABALHOS EXECUTADOS PELA COMMISSÃO GEOGRÁPHICA E GEOLÓGICA, ANO 1929.

Fonte: COMMISSÃO GEOGRÁPHICA E GEOLÓGICA Comp. Lithográfica “Ypiranga”. S.Paulo e Rio. 1929.

MAPA IV
PROVÍNCIAS ESPANHOLAS

Fonte: ATLAS GEOGRAFICO MUNDIAL Y ESPECIAL DE ESPAÑA. Bosch, Casa Editorial, Barcelona, 1957.

MAPA V

ANDALUZIA E NORTE DA ÁFRICA

,0Fonte: ATLAS GEOGRAFICO MUNDIAL Y ESPECIAL DE ESPAÑA. Bosch, Casa Editorial, Barcelona, 1957, pp. 26-27.

MAPA VI

**VILLA NOVAES, POVOADOS, BAIRROS E FAZENDAS
A ELA PERTENCENTES**

Fonte: Mapa da rede rodoviária municipal. Prefeitura de Tabapuã, 1970.

MAPA VII

**CARTA DO ESTADO DE SÃO PAULO,
MOSTRANDO A LAVOURA DO CAFÉ, ANO 1922.**

Fonte: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, ano 1922.

TABELA I

MOVIMENTO BRUTO DE PASSAGEIROS POR MAR, 1882-1930. SALDO ENTRE ENTRADAS E SAÍDAS

1882	13.286		1907	51.288
1883	3.901		1908	71.362
1884	4.839		1909	50.675
1885	596		1910	91.922
1886	4.589		1911	70.512
1887	14.152		1912	133.994
1888	23.554		1913	72.653
1889	72.404		1914	-62.481
1890	11.064		1915	-19.084
1891	5.180		1916	3.806
1892	8.258		1917	-5.164
1893	19.833		1918	-14.877
1894	14.691		1919	19.933
1895	64.472		1920	87.214
1896	98.864		1921	-31.973
1897	-9.156		1922	7.316
1898	-77.695		1923	54.218
1899	-62.722		1924	44.821
1900	5.638		1925	17.824
1901	3.843		1926	922
1902	-6.630		1927	1.186
1903	2.573		1928	11.908
1904	30.144		1929	20.076
1905	64.030		1930	2.154
1906	52.863			
		TOTAL		1.042.775

Fonte: SÁNCHEZ ALBORNÓZ, N. “Medio siglo de emigración masiva de España hacia América”. In: Espanoles hacia America. La emigración en masa, 1880-1930. Madrid, Alianza América, 1988, p. 19.
Apud: NADAL, J. Op. cit., 1984.

TABELA II

QUADRO COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DOS EMIGRANTES ESPANHÓIS COM DESTINO A AMÉRICA LATINA 1882-1930.

ANO	Emigrantes	Argentina	Brasil	Cuba	Uruguai	Outros
1882	22.361	3.210	2.246	13.830	925	2.150
1883	24.825	4.201	1.1130	16.079	964	2.451
1884	30.481	6.806	526	10.039	1.003	12.107
1885	18.364	5.789	384	7.939	977	3.275
1886	24.546	7.051	329	14.363	1.052	1.751
1887	34.364	13.517	541	16.654	1.644	2.008
1888	48.117	22.288	2.522	18.344	1.933	3.030
1889	96.555	57.710	7.529	20.268	3.733	7.315
1890	42.352	9.334	5.127	20.239	1.806	5.846
1891	39.001	3.644	9.315	20.574	728	4.740
1892	40.309	4.378	3.382	28.558	608	3.383
1893	50.248	6.613	11.004	26.995	624	5.012
1894	42.936	6.894	3.817	27.636	764	3.825
1895	30.210	7.580	10.183	9.160	954	2.333
1896	33.537	11.420	11.951	6.526	838	2.802
1897	32.359	9.793	8.104	10.504	637	3.321
1898	25.078	12.633	3.833	5.709	676	2.227
1899	30.960	9.945	2.284	14.976	512	3.243
1900	37.958	12.675	3.296	17.449	785	3.753
1901	33.568	11.168	2.838	15.376	633	3.553
1902	23.184	8.777	1.120	9.715	504	3.068
1903	32.191	14.192	1.591	12.152	530	3.726
1904	57.138	28.589	5.333	18.681	473	4.062
1905	90.649	32.735	17.861	34.957	573	4.523
1906	95.506	47.796	19.585	20.551	646	6.928
1907	98.674	57.608	4.660	21.857	978	13.571
1908	124.862	90.315	4.827	18.959	1.177	9.584
1909	113.974	69.587	11.889	22.848	1.993	7.657
1910	153.756	101.629	13.541	27.714	2.327	5.845
1911	138.738	92.788	5.846	30.560	2.817	6.727
1912	203.494	151.989	8.885	33.391	2.730	6.499
1913	164.961	108.377	9.562	35.755	3.198	8.069
1914	81.062	45.736	4.473	22.836	2.267	5.750
1915	61.225	23.413	2.320	30.371	1.297	3.824
1916	73.319	21.086	2.088	41.247	1.187	7.711
1917	53.604	12.439	1.114	31.629	589	7.833
1918	26.972	9.440	749	14.771	551	1.461
1919	83.466	23.776	2.206	48.367	3.844	5.273
1920	163.438	38.144	2.924	97.569	3.187	21.614
1921	74.585	38.331	2.345	24.729	2.277	6.903
1922	72.678	40.629	1.875	22.714	3.174	4.286
1923	102.325	44.054	1.588	49.984	3.296	4.403
1924	97.875	45.735	1.293	43.310	3.486	4.051
1925	68.891	34.526	1.624	24.810	2.571	5.360

1926	58.088	33.588	2.892	13.694	2.683	5.231
1927	58.592	34.017	2.428	13.747	2.584	5.816
1928	62.465	38.768	3.124	11.616	3.677	5.280
1929	67.118	42.964	3.152	11.932	2.954	6.116
1930	56.353	37.145	2.196	8.284	2.984	5.744
Total	3.297.312					

Elaborado por NARANJO, Consuelo. "Análisis cuantitativo". In: História General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. I, Madrid, CEDEAL, 1992, pp. 185-6.

TABELA III**EMIGRAÇÃO ESPANHOLA PARA A AMÉRICA E PARA O RESTO DO MUNDO, 1882-1908**

ANOS	AMÉRICA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
1882	40.721	30.983	71.704
1883	35.448	23.812	59.260
1884	25.681	17.161	42.842
1885	19.180	21.136	40.316
1886	32.330	29.695	62.025
1887	41.624	25.354	66.025
1888	49.989	26.409	76.398
1889	98.882	26.925	125.807
1890	44.285	21.575	65.860
1891	42.579	25.458	68.037
1892	43.010	23.396	66.406
1893	52.759	23.767	76.526
1894	45.902	35.287	81.189
1895	101.541	19.625	121.166
1896	119.334	46.935	166.269
1897	48.297	25.238	73.535
1898	42.167	17.376	59.543
1899	33.908	19.954	53.862
1900	39.937	23.083	63.020
1901	35.482	21.424	56.906
1902	24.863	26.730	51.593
1903	34.017	23.244	57.261
1904	59.241	28.050	87.291
1905	92.648	33.419	126.067
1906	98.006	28.765	126.771
1907	101.464	29.176	130.640
1908	128.172	30.965	159.137
TOTAL	1.531.467	704.942	2.236.409

Fonte: Departamento de Estadística “Estadística de pasajeros por mar”, Madrid, 1919, en: FERENCZI, I. International Migrations, vol. I, Statistics, editado por WILLCOX, Walter. Gordon and Breach Science Publishers Inc., Nueva York, 1969, p. 848-862. In: GALINDO, A.M.Chaves. “L’émigration espagnole: retrospective, causes et conséquences”. Apud : SANTOS R.E. dos. Op.cit., 1993, p. 141.

TABELA IV

**RELAÇÃO DA TAXA CAMBIAL ANUAL DO DÓLAR E DA LIBRA
À VISTA SOBRE NOVA YORK,
EM RELAÇÃO AO MIL RÉIS
ANOS 1894-1915**

ANO	DÓLAR	LIBRA
1894	5\$038	24\$000,000
1895	5\$127	24\$380,952
1896	5\$609	26\$713,043
1897	6\$471	31\$411,043
1898	6\$990	33\$684,211
1899	6\$678	32\$542,373
1900	5\$334	25\$514,950
1901	4\$393	21\$303,745
1902	4\$152	20\$237,154
1903	4\$134	20\$183,968
1904	4\$088	19\$819,355
1905	3\$153	15\$238,095
1906	3\$103	14\$970,760
1907	3\$290	15\$917,098
1908	3\$303	15\$983,351
1909	3\$295	15\$983,351
1910	3\$099	14\$927,114
1911	3\$100	15\$044,074
1912	3\$092	15\$000,000
1913	3\$110	15\$044,074
1914	3\$423	16\$375,267
1915	4\$093	19\$272,271

Fonte: BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO (Estado da Guanabara)

Apud: NOGUEIRA, Arlinda R. A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922). S.Paulo, IEB/USP, 1973, Anexo nº 2, s/nº.

TABELA V

**SALÁRIO DOS COLONOS E CAMARADAS DA FAZENDA DE CAFÉ
ESTRELA DO OESTE, MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO, SP, 1901-1930**

ANO	PLANTIO POR MIL PÉS ANUAIS	COLHEITA POR ALQUEIRE	TRABALHO OCASIONAL DIÁRIAS	SALÁRIOS DE CAMARADAS DIÁRIA
	<i>Trato</i>	<i>Colheita</i>	<i>colono</i>	<i>camaradas</i>
1901	80\$000	\$500	2\$500	3\$000
1902	80\$000	\$500	2\$500	3\$000
1903	80\$000	\$500	2\$500	3\$000
1904	80\$000	\$400	2\$000	2\$500
1905	80\$000	\$400	2\$000	2\$500
1906	80\$000	\$500	2\$000	2\$500
1907	80\$000	\$500	2\$000	2\$500
1908	80\$000	\$500	2\$000	2\$500
1909	80\$000	\$500	2\$000	2\$500
1910	80\$000	\$500	2\$000	2\$500
1911	80\$000	\$500	2\$500	3\$000
1912	100\$000	\$600	2\$500	3\$000
1913	100\$000	\$600	2\$500	3\$000
1914	100\$000	\$600	2\$500	3\$000
1915	100\$000	\$500	2\$500	3\$000
1916	95\$000	\$500	2\$500	3\$500
1917	95\$000	\$500	2\$500	3\$500
1918	95\$000	\$600	2\$500	3\$500
1919	100\$000	\$600	2\$500	3\$500
1920	120\$000	\$600	2\$500	4\$000
1921	140\$000	\$700	3\$000	4\$500
1922	160\$000	\$700	3\$000	4\$500
1923	170\$000	\$900	3\$000	5\$000
1924	210\$000	1\$000	3\$500	5\$000
1925	310\$000	1\$000	4\$000	7\$000
1926	310\$000	1\$200	4\$000	7\$000
1927	320\$000	1\$000	4\$000	7\$000
1928	490\$000	1\$000	4\$000	7\$000
1929	510\$000	1\$500	5\$000	7\$500
1930	400\$000	1\$000	4\$000	6\$000

Fontes: Para 1901-29, BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRABALHO, nº 71 (2º trimestre, 1930), p.158; para 1930, REVISTA DO DNC, 1, nº 6 (dezembro, 1933, p. 702. Apud: HOLLOWAY, T. Op.cit., 1984, p. 129. Adaptação própria.

TABELA VI

PREÇOS A VISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
(E OUTROS PRODUTOS)

ANO 1913

PRODUTO	CUSTO
Açúcar refinado filtrado l ^a	35\$000
Arroz catete	23\$000
Sal 10 kilos	7\$000
Bexiga de graxa para carroça	1\$000
Bacalhau CRC kilo	\$700
Vinho V.Gomes caixa 12 garrafas	21\$000
Vinho do Porto Adriano garrafa	3\$000
Vinho Moscatel garrafa	3\$000
Vinho Madeira garrafa	3\$000
Vinho Mesa Polmar garrafa	1\$800
Vinagre francês um litro	1\$500
Licor cacau um litro	7\$500
Conhaque Bisquit garrafa	4\$000
Fernet branca um litro	3\$500
Creolina	2\$500
Vellas maço	1\$000
Pratos granito dúzia	3\$900
Ferro de engomar n ^o 4	3\$500
Sabão Griarany caixa	3\$600
Baldes de zinco	1\$000
Banha lata 2 kilos	2\$800
Tinta em lotija	1\$300
Foices jahuenses l	4\$000
Enxada 2 ½ l	1\$800
Machado bolins l	3\$500
Facas e garfos Rodgen dúzia	17\$000
Facas e garfos sobremesa dúzia	16\$000
Orinóes agate com tampa l	2\$000
Peneiras para café l	1\$000
Prego maço	\$800
Alcool garrafa	\$700

Fósforos maço	\$400
Papel em caixa	\$800
Papel Diplomata	1\$500
Sapólio	\$700
Barbante kilo	1\$800
Sal em vidro	1\$000
Molho picles	1\$700
Molho inglês	1\$600
Chícaras a todo preço	
Vassouras 1º	1\$500
Vassouras 2º	\$800
Pomada para calçado dúzia	1\$800
Copos inquebráveis	8\$000
Copos I.	4\$000
Escovas para casa l	1\$000
Goma brilhante	\$350
Ameixa lata	1\$200
Tâmaras	1\$500
Goiabada pesqueira	1\$300
Goiabada Colombo	1\$400
Marmelada ½ kilo	\$800
Pecego Leal Santos	2\$000
Figo marmelo Leal Santos	2\$000
Leite condensado	\$800
Ervilha francesa	1\$000
Azeitonas	\$900
Biscoutos ingleses lata	3\$100
Biscoutos Leal Santos	1\$900
Biscoutos Duchon	1\$700
Manteiga de Magny Francesa	2\$500
Manteiga mineira suíça	1\$750
Manteiga favorita	1\$600
Sardinha Canã lata grande	1\$854
Sardinha portuguesa lata grande	\$960
Doces portugueses	1\$500
Canella em pó	\$800
Abacaxi nitino	2\$300
Mortadela lata 200 gramas	1\$300
Mortadela lata 125 gramas	\$850
Aveia lata grande	1\$300
Caixa velinha uma dúzia de caixas	2\$700
Massa de tomate italiana ½ kilo	1\$200
Cacau lata	1\$100
Chocolate lata	4640
Camarão	1\$500
Água Caxambú caixa	33\$000
Cebola portuguesa kilo	\$800

Fonte: Jornal NOTÍCIAS DO COMÉRCIO DE JAÚ. 05/05/1913.

Apud: BARRIGUELLI, J.C. *Op. cit.*, 1981, pp.96/98.

TABELA VII

**PESOS E MEDIDAS DE SUPERFÍCIE MAIS USADAS
NO BRASIL**

1 palmo	22 cms.
1 arroba	14,689 quilos
1 quintal	58,328 quilos
1 alqueire mineiro	48.400 m2
1 alqueire do norte	27.225 m2
1 alqueire paulista	24.200 m2
1 légua sesmaria	6.600 m
1 légua marítima	5.555,55 m
Braça quadrada	4.84 m2
1 hectare	10.000 m2
Palmo de sesmaria	1.452 m2
Braça de sesmaria	14.520 m2
Quadra quadrada	17.424 m2
Quadra de sesmaria	871.200 m2
Milhão	1.000.000 m2
Data de campo	2.722.500 m2
Data de mato	5.445.000 m2
Sesmaria de mato	10.890.000 m2
Légua de sesmaria	43.560.000 m2
Sesmaria de campo	130.680.000 m2

Fonte: Almanaque Vick. S/d. Elaboração própria.

CONTRATO I

ESCRITURA PÚBLICA DE ARRENDAMENTO DE CAFEZAL

25.08.1908

(transcrição parcial)

O primeiro [contratante] cede ao segundo [contratado], neste data um cafezal que possui na Fazenda Cachoeira, com 3.500 (três mil e quinhentos) pés de café, nas condições seguintes: obriga-se a dar quatro carpas por ano, fazer a todas as replantações necessárias e fazer as respectivas colheitas e secagem do café; entregar ao primeiro **a metade da primeira colheita** e ficando considerado **de meia** o cafezal quanto ao fruto; o primeiro cede ao segundo casa de moradia e pasto, sem contudo usufruir renda do mesmo, tais como aluguél, vantagens, etc.. ficando, porém, o primeiro, com direito a também usar desse pasto para seus animais. O primeiro cede ainda ao segundo um capinzeiro existente no fundo do cafezal para ele poder fazer suas plantações. [...] dão ao presente contrato o vlor de 1.000\$000 (um conto de réis), multa estipulada em 500\$000 (quinhentos mil réis) [...].

S.Sebastião do Turvo, 25 de agosto de 1908.

[assinaturas das partes, das testemunhas e do escrivão de paz].

CONTRATO II

ESCRITURA PÚBLICA DE CONTRATO PARA TRATO E COLHEITA

18.06.1912
(transcrição parcial)

Os empregadores [contratantes] possuem terras na Fazenda Cachoeira, onde contratam a [nome] para que cuide [*trato*] de 3.000 pés de café na razão de 100\$000 (cem mil réis) por cada mil pés de café anualmente, durante três anos; e mais 1\$000 (mil réis) por saco de 100 l. de café colhido [*colheita*], recebendo após a venda do mesmo.

Recebe o empregado casa de moradia e pasto para animais, tendo que manter tais benfeitorias e se o café que foi tratado receber geada, combinarão o que fazer na ocasião. Multa de 1.000\$000 (um conto de réis);

[assinaturas das partes, das testemunhas e do escrivão de paz]

CONTRATO III

ESCRITURA PÚBLICA DE CONTRATO SOBRE FORMAÇÃO DE CAFÉ 20.03.1914

(transcrição integral)

ESCRITURA PÚBLICA DE CONTRATO SOBRE FORMAÇÃO DE CAFÉ,
que faz José Ignácio Ribeiro com Francisco Peres Linares [Perez Liñares?] como
abaixo se declara:

Saibam quantos este público instrumento de contracto virem que nos vinte dias do mes de março do anno de mil novecentos e quatorze, nesta Villa de S.Sebastião do Turvo, Comarca de Jaboticabal, Estado de S.Paulo, em Cartório pertencente a mim, compareceram as partes entre si justas e contractadas sendo de uma parte como outorgante empleitador, José Ignácio Ribeiro, e de outra parte, como outorgado empleiteiro, Francisco Peres Linares, ambos lavradores, domiciliados neste Distrito, reconhecidos pelos próprios, de mim ajudante habilitado, do escrivão de paz e tabelião, por lei que esta subscreve, bem como das testemunhas adiante nomeadas e no fim assignadas do que dou fé.

Perante as quais pelo outorgante empleitador, foi dito que sendo seu sogro João de Cairós possuidor livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou responsabilidades uma propriedade agrícola, na Fazenda Barra da Onça ou Pintos deste Districto, tem elle outorgante empleitador pela presente escriptura e na melhor forma de direito, com o consentimento do mesmo contractado com o outorgado empleiteiro sobre o plantio, tractamento e formação de 5.200 pés de cafeeiros em referida propriedade por quatro annos a razão de 400\$000 (quatrocentos réis) cada cafeeiro, sugeitando-se ambos as seguintes condições do presente contracto:

Primeira: Deverá o outorgado empleiteiro tractar dos referidos cinco mil e duzentos pés de cafeeiros, que foi por si plantados em o mez de outubro do anno proximo passado, em referida propriedade, trazendo-o sempre bem tractados, fazendo [ilegível] em tempo opportuno os replantes precisos, durante quatro annos a contar-se do tempo em que fôra plantado o mesmo café.

Segunda: Será mais obrigado a ajudar na limpa do pasto em que estiver suas criações, que não poderá exceder de duas, seja cavalar ou não; bem como a ajudar na extinção de formigueiros encontrados no café, sendo a formecida por conta delle outorgante.

Terceira: Poderá o mesmo plantar sereais no terreno ocupado pelo café pelo modo seguinte: até o segundo anno de tractamento, quatro carreiras de arroz, feijão e milho, porém, de modo a não prejudicar o café; e do segundo anno em diante somente uma carreira de milho, quatro de arroz e quatro de feijão.

Quarta: ao outorgado empleiteiro pertencerá o fruto que produzir o mesmo café do terceiro para o quarto anno de tractamento, e no vencimento do presente contracto deverá receber quatrocentos réis por cada cafeeiro que haja formado e pelos replantos a que tiver direito reactivamente aos tamanhos dos mesmos; se porém, por qualquer circumstancia não podendo ele outorgante effectuar o pagamento ao outorgado continuará este a tractar do mesmo café, como colono, até se pagar com a metade do produto que render do mesmo, recebendo, além disso, o que tiver direito como colono, cujo contracto deverá ser feito de acordo com a base da ocação, sendo que o serviço deverá ser fiscalizado por elle outorgante ou por pessoa por si proposta.

Quinta: Não poderá o empleiteiro ter porcos ou cabritos soltos.

Sexta: Será obrigado, ele outorgante a fornecer o [ilegível] ao outorgado, durante o primeiro anno do presente contracto e a importancia despendida, deverá lhe ser paga pelo mesmo com os sereais que colher pela base em que os mesmos estiverem na colheita.

Sétima: Se o café for vítima de geada, até o segundo anno de tractamento, o prejuízo cauzado será exclusivamente por conta do outorgado; se porém for victima do segundo anno em diante, seram prejudicados igualmente.

Oitava: Obriga-se elle outorgante a dar caza para moradia ao outorgado em a referida propriedade durante o tempo do presente contracto, o qual prevalecerá por quatro annos a contar-se do primeiro dia de outubro do anno próximo passado.

Nona: Nada receberá o outorgado pelas falhas ou árvores seccas que forem encontradas na occasião da entrega do café.

Décima: Se por qualquer motivo justo como seja o de doença na pessoa do outorgado o de sua família, não possa elle fazer algum serviço indispensavel no café, elle outorgante fará o mesmo por sua conta pagando-lhe o outorgado logo que possa.

Décima primeira: Se por qualquer motivo deixar o outorgado de cumprir o compromisso assumido pelo presente contracto, será despedido da mesma propriedade perdendo todo serviço feito e será ainda responçavel pela multa adiante estipulada.

Décima segunda: Se por qualquer motivo sem justa causa deixar elle outorgante de cumprir as responçabilidades assumidas por este, pagará allém da importância da empleitada a mesma multa.

Décima terceira: Fica finalmente combinado entre elle outorgante e outorgado a multa recíproca de 500\$000 (quinhentos mil réis) pela falta ao comprimento do presente contracto em todos pontos e clauzulas.

Pelo outorgado empleiteiro foi dito em presença das mencionadas testemunhas que na verdade acha-se contractado com outorgante empleitador sobre a referida

empleitada, acentando a presente escriptura como nella se contem e declara e apresentou-me tres mil e duzentos reis em estampilhas da União que [ilegível] na presente escriptura e legalmente inutilizadas.

Pelo proprietário João de Cairos, que também acha-va presente foi declarado em prezença das mesmas testemunhas que na verdade de sua livre e espontânea vontade tem sedido ao outorgante empleitador, em sua propriedade já referida, o terreno preciso para o plantio de cinco mil e duzentos pés de café que pertenceram exclusivamente a elle outorgante em todo tempo.

E de como assim disseram e outorgaram do que dou fé, me pediram que lhes lavrasse a presente escriptura que lhes sendo por mim lida e achada estan conforme, aceitaram outorgaram e assignaram com as testemunhas [os nomes], assignando a rogo do outorgado empleiteiro por ter declarado não saber lêr nem escrever, o cidadão Antonio Cáceres e pelo mesmo motivo do proprietario assignam a seu rogo Antonio Péres, tendo perante mim do que dou fé [seguem-se as assinaturas] ⁶⁵⁴.

⁶⁵⁴ - CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PARAÍSO. Livros de Escrituras e Testamentos. Ano 1914, pp. 51 a 53 (frente e verso) e 54. Pelo enunciado, percebe-se que esse contrato foi formalizado pelas partes depois de iniciado o prazo para a formação, que provavelmente se dera por acordo verbal. Os grifos são nossos.

CONTRATO IV

ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO E CONTRATO 17.12.1902 (transcrição parcial)

O outorgante contratante declara nesta data que entregou por 4 (quatro) anos o engenho e os utensílios, a saber 03 (três) burros para trabalho no engenho; alambique; tachos de cobre; formas para açúcar, para beneficiamento e apuração da cana; casa coberta de telhas com moradia; uma vaca de leite; dois cavalos serventuários; pastos fechdos; uma boiada de carro; ajuda no plantio da cana-de-açúcar; uma soqueira de cana regulando três e meio quartéis, que o contratado se obriga a tratar.

Dá ainda mata para a tiragem de lenha. A despesa de reparos do engenho nesta data será de 50% (cinquenta por cento) cada um; daí por diante, tudo ficará por conta do contratado, inclusive conservar tudo limpo.

[multas, estampilhas e assinaturas].

CONTRATO V

CONTRATO PÚBLICO DE EMPREITADA

09.01.1907

(transcrição parcial)

O outorgante locatário contratou com o segundo [outorgado locador] para tratar dos trabalhos com 34 (trinta e quatro) quartéis de cana de açúcar de sua propriedade na Fazenda Macahúbas, neste distrito, num prazo de 05 (cinco) anos [devendo] plantar, colher e moer essas canas, sendo que o produto de tudo isso reverteria em favor dos 02 (dois) na proporção de $\frac{2}{3}$ (dois terços) e $\frac{1}{3}$ (um terço) outorgante-outorgado.

As despesas seriam divididas em 50% (cinquenta por cento) a cada um para o engenho tocado a vapor.

Cpmpromete-se o locatário a dar ao locador 02 (duas) casas par moradia; pastos para criações, obrigando-se ainda o locatário a proceder limpezas desses pastos toda vez que fôr preciso, bem como fornecer um carro com seis bois para o trabalho da lavoura e sujeitando-se a multa de 500\$000 (quinhentos mil réis), caso deixe de cumprir cláusulas desse contrato.

Caso haja quebra no carro ou morte de algum boi fica o outorgado obrigado a proceder esse reparo.

Locatário concorda com todas as cláusulas desse contrato ao qual foi dado o valor de 4.000\$000 (quatro mil réis).

[estampilhas e assinaturas].

CONTRATO VI

ESCRITURA PÚBLICA DE *TRATO E COLHEITA À MEIA* 19.10.1908 (transcrição parcial)

O outorgante contratante possui um cafezal na Fazenda Cachoeira deste distrito com 3.000 pés de café formados, com algumas falhas.

O outorgado contratado obriga-se em cuidar [*trato*] desse cafezal, mantendo-o limpo, arrumado e replantado e a fazer tudo o que for exigido.

Em caso de deixar de atender às carpas e replantações perderá direito do presente contrato e tudo o que foi feito reverterá em favor do outorgante contratante, que tem direito de pessoalmente fiscalizar ou indicar pessoa de sua confiança para tal. A *colheita* do café fica subordinada ao contratado, assim como o secamento do café para benefício e será dividido **cinquenta por cento a cada um**.

O contratante cede ao contratado casa coberta de capim e outra casa para guarda, não se sujeitando a qualquer espécie de consertos, pois estes ficarão por conta do contratado, durante o tempo desse instrumento.

No caso de venda do sítio fica garantido esse contrato, e ainda lhe cede pasto para uma vaca de leite e dois cavalos para seus serviços.

S. Sebastião do Turvo, 19 de outubro de 1908.
[assinaturas, trestemunhas, escrivão).

CONTRATO VII

EXEMPLO DE CONTRATO MISTO: TRATO, COLHEITA E UMA VARIANTE DA FORMAÇÃO ANO 1912 (transcrição parcial)

Os empregadores possuem terras na Fazenda Cachoeira, onde contratam [nome] para que cuide de 3.000 pés de café na razão de 100\$000 réis para mil pés de café anualmente em tres anos e mais 1\$000 réis por saco de 100 l. de café colhido, recebendo a cada tres meses pelo café que cuida e recebendo pelo café colhido só no último pagamento.

Deve ainda o empregado **replantar 4.500 pés e cuidá-los por quatro anos**, a partir de setembro, pagando 400 réis por pé plantado, a ele pertencendo os frutos obtidos.

Se o café que foi apenas cuidado pelo empregado sofrer geadas, combinarão o que fazer na ocasião.

Dão os empregadores casa de moradia e pasto tendo o empregado que cuidar manter tais benfeitorias...

Multa de 1\$000 conto de réis.

[assinaturas, testemunhas e escrivão].

CONTRATO VIII

ESCRITURA PÚBLICA DE CONTRATO COLETIVO COM COLONOS ESPANHÓIS PARA O TRATO DO CAFÉ E COLHEITA À MEIA. (transcrição integral)

29.04.1914

Que faz Segundo Garcia Moreira com João Figueira Sanches [assinou *Juan Figuera Sanchez*], e outros, como abaixo se declara.

Saibam quantos este público instrumento de contracto virem, que no anno de mil novecentos e quatorze, aos vinte e nove dias do mez de abril, do dito anno, neste districto de S. Sebastião do Turvo, comarca de Jaboticabal, Estado de S. Paulo, em a fazenda “Bebedouro do Turvo” em caza da residencia do cidadão Segundo Garcia Moreira, onde, eu, ajudante habilitado de escrivão, fui chamado e vindo, ahi perante mim compareceram, partes entre si justas e contractadas, sendo de uma parte como outorgante proprietário [...] e de outra parte, como outorgados empleiteiros João Figueira Sanches, José Campos Marfil, Francisco Salazar Trujillo, Francisco Garcia Martim e Francisco Salazar Campos. Todos lavradores, domiciliados neste districto, reconhecidos por mim [...] pelo outorgante proprietário foi dito, que a justo título, é senhor e legítimo possuidor, de uma propriedade agricola, constituída de terras e benfeitorias nesta fazenda denominada Bebedouro do Turvo [...] , declara, que tem contractado com os outorgados empleiteiros sobre o *plantio, tractamento e formação* de 44.000 cafeeiros em sua propriedade referida por *seis anos*, pelo modo que se segue:

Tem elle outorgante, entregue aos outorgados, o terreno preciso e no qual, acham-se plantados, os referidos, quarenta e quatro mil cafeeiros, repartidamente entre elles, pelo modo seguinte: o empleiteiro João Figueira Sanches, tem plantados 3.060 cafeeiros em o anno de mil novecentos e dez e mais 1.440, em o anno de mil novecentos e onze, devendo serem por si tractados por seis anos a contar-se do tempo em que foram plantados; devendo porém continuar ainda a tractar do café, que fora plantado em mil novecentos e dez, por mais um anno depois de findo o tempo determinado para ser entregue, juntamente com o que fora plantado antes, digo, depois; ou seja, no anno de mil novecentos e onze, pertencendo a elle outorgante a **metade do fruto que produziu** o mesmo.

O empleiteiro José Campos Marfil tem plantado 7.200 cafeeiros em o anno de mil novecentos e dez e 1.500 mais em o anno de mil novecentos e onze, obrigando-se a **contractar à meias** por mais um ano, o que fora plantado em o anno de mil novecentos e dez, para fazer delle entrega juntamente com o que fora plantado em mil novecentos e onze.

O outorgado Francisco Garcia Martins tem plantado 6.940 cafeeiros, e recebidos delle outorgante 1.156 cafeeiros já formados em o anno de 1911, devendo esses **pertencer a meia** todo o fruto que produzir durante os seis anos determinados.

O empleiteiro Francisco Salazar Campos, tem plantado em o anno de 1911, 4.200 cafeeiros que serão por si tractados durante o tempo convencionado.

O outorgado Francisco Salazar Trujillo tem plantado 5.000 cafeeiros também em 1911 e que deverá ser por si tractado [...].

Devendo porém sugereirem as condições do presente contracto.

Primeira: São obrigados, os outorgados, a tractarem convenientemente do café por si plantados, durante o tempo já determinado de **seis anos** a contar-se do tempo em que foram plantados, **pertencendo-lhes o fruto que produzir até esse tempo** e no vencimento do presente contracto faram entrega do mesmo café **independentemente de pagamento algum** devendo a mesma entrega ser feita depois de haverem espalhado o cisco.

Segunda: São mais obrigados os empleiteiros, a fazerem annualmente os replantes que for necessários no mesmo café; bem como a manterem os formigueiros que forem encontrados no café, sendo porém a formicida precisa por conta delle outorgante.

Terceira: Dará elle outorgante pasto fechado para os animais dos empleiteiros, isto é, para o que possam têr, reactivamente ao café que tractam e que deverá ser comprehendidos do seguinte modo: poderam ter cada um dos outorgados animaes cavallar ou muar segundo ao café que trate, sendo comprehendido sete cabeças por cada 10.000 cafeeiros.

Quarta: Os outorgados são obrigados a ajudarem na limpa de pastos da fazenda, quando chamados por elle outorgante e quando no vencimento do presente contracto, nada receberam pelas benfeitorias que ajam feito para suas comodidades, só sim receberam o que tenham despendido em compra de telhas e que estejam occupadas em paiol, etc..

Quinta: Tem elles outorgados, feito cazas para suas moradias e nellas permaneceram até o vencimento do prezente contracto, porem nesse tempo perderam o direito dos mesmos e de mais benfeitorias que fassam.

Tem mais o outorgado João Figueira Sanches plantado em referida propriedade em o anno de 1912, 5.800 cafeeiros e o outorgado Francisco Salazar Campos, 6.000 pés, também em o mesmo anno que deveram ser por si tractados e formados pelo mesmo tempo e condições determinadas acima [...] pagando no vencimento elle outorgante **500\$000 réis por cada mil cafeeiros** que ajam *formados*, deixando de pagar as covas que forem encontradas sem café, na entrega do referido café;

E aos outorgados pertencerá o fructo que produzir o mesmo até o tempo que tenham de fazer entrega.

Sexta: Dará também elle outorgante aos outorgados, um alqueire de terreno separado do café a cada um para o plantio de sereaes para trez plantações; e bem assim obriga-se ao transporte de madeiras que forem precisas pelos outorgados para suas benfeitorias.

Sétima: Fica finalmente combinado [...] a multa recíproca de 500\$000 réis [...] pela falta do cumprimento do prezente contracto [...].

[fecho do contrato e assinaturas] ⁶⁵⁵.

⁶⁵⁵ - CARTÓRIO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO. Livros de Escrituras, ano 1914, pp. 63/65 (frente e verso) e 66.

CONTRATO IX

ESCRITURA PÚBLICA DE CONTRATO SOBRE PLANTIO, TRATAMENTO E FORMAÇÃO DE CAFÉ

CONTRATANTES: MÁXIMO GIL (Outorgante) ⁶⁵⁶

E JULIAN DIAS (outorgado)

22.10.1914

(transcrição integral)

Saibam quanto esse público instrumento [...] que [Máximo Gil] é possuidor de uma propriedade agrícola constituída de terras e benfeitorias na Fazenda Bebedouro do Turvo [...] , declara haver contractado com o outorgado empregado Julian Dias o *plantio*, o *tractamento* e a *formação* de 5.000 pés de café em sua propriedade por tres annos [...] independentemente de pagamento algum, sujeitando ambos as condições do seguinte contracto.

Primeira: Nesta data entrega ele outorgante proprietário ao outorgado empregado em sua mencionada propriedade o terreno próprio para o plantio dos 5.000 pés de café que seram feitos a sua custa.

Segunda: Ao empregado compete fazer a plantação dos 5.000 pés de café e tratillos convenientemente [...] fazendo os replantes anualmente em tempo opportuno.

Terceira: Os formigueiros encontrados no terreno [...] deverá ser extinto por ele outorgado [...] ficando o proprietário obrigado a fornecer uma lata de formicida [...].

Quarta: Poderá o empregado plantar no terreno do café uma carreira de milho e aros que deverá ficar distante do café tres palmos [...].

Quinta: Pela falta do cumprimento das cláusulas [...] multa de 500\$000 réis a cada um [...]

Assignam a rogo do outorgante proprietário por não saber ler [...] e assignam a rogo do outorgado empregado por não saber ler, nem escrever, nem assignar.

[Assinaturas] ⁶⁵⁷

⁶⁵⁶ - O Registro de Nascimento nº 073, de 21.06.1901, evidenciado como o primeiro registro pertencente a um imigrante espanhol no Distrito de S. Sebastião do Turvo era pertencente a este imigrante; naquela ocasião, ele lavrador, e sua mulher, Narcisa Roda Bote, residentes na Fazenda Bebedouro do Turvo, registravam o nascimento de seu filho Isidro, nascido em 15.06 p. passado. In: CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DO MUNICIPIO DE PARAÍSO.

⁶⁵⁷ - CARTÓRIO DO DISTRITO DE PARAÍSO. Livros de Escrituras, ano 1914, p. 117 (frente e verso) e 118 (frente e verso).

FONTES UTILIZADAS

FONTES PRIMÁRIAS:

- *Documentos manuscritos e depoimentos gravados:*

Cartório do Ofício de Notas do Município de Paraíso:

Período: 1900 a 1925, constituindo-se em 13 (treze) rolos de microfilmes, compreendendo 40 livros manuscritos, a saber:

- 1900-1915 - Do Distrito de S. Sebastião do Turvo
- 1915-1925 - Do Distrito de Irupy
- Registros de Nascimento - 12 livros
- Escrituras e Testamentos - 28 livros

Cartório do Ofício de Notas do Distrito de Vila Novais:

Período: 1925 a 1935, constituindo-se em 05 (cinco) rolos de microfilmes, compreendendo 11 livros, a saber:

- Reg. de Nascimento - 06 livros
- Escrituras e Testamentos - 05 livros

Depoimentos gravados:

Vila Novais, SP, 1980/1:

- Sr. Ildelfonso Blasque Sanchez, 85 anos.
- Sr. Manuel Martinez, 78 anos.

- Sr. Tercifon Cabrera, 76 anos.
- D. Teodora Dias, 75 anos
- D. Carmem Dueñas, 74 anos
- D. Ana Garcia, 70 anos
- D. Ana Crespo Moreno, 68 anos

São Paulo, SP, 1999:

- D. Maria Cecília Monteiro da Silva.

**Arquivo da Câmara Municipal de Jaboticabal:
Atas da vereança (1900-1930)**

Arquivo do Estado de S.Paulo:

Requerimentos diversos da Secretaria da Agricultura:

- Ordem 4136, Caixa 16, 1891.
- Ordem 7219, Caixa 3, maço 2, nº 313, Prot. 2, folha 388, de 18.05.1906.
- Ordem 7219, Caixa 3, maço 2, nº 740, Prot. 2, folha 389, de 03.09.1906.
- Caixa 7299, 1909.
- Caixa 7317, 1910.
- Caixa 7381, 1910.
- Caixa 7376, Pasta 2306, Ano 1911.
- Caixa 7496, 1916.

Ofícios diversos:

- Jaboticabal (1850-1889), lata 280 T.I.; Rio Preto (1850-1891), lata 399 T.I.; Secretaria da Agricultura (1881-91), latas de 1 a 13 T.I. e T.I.R.; 1891-92, latas de 17 a 34 T.R.; 1895, latas de nº 50 T.R.; latas de 55 a 56 T.R.; 1896-1898, latas de 61 a 147 T.R.

Terras e Colonização:

- Secr. Agricultura: (1854-1891, latas de 1 a 4 T.I. e T.R.I.; 1891, latas 14 T.R.; 1893-1894, latas de 35 a 49 T.R.

Colonização, imigração e despesas:

- Caixa 4309, 1898.
- Latas 188 a 190 T.R., 1898.

Imigração:

- Secr. Agricultura: (1886-1908), lata 619 T.I.R.

Imigração:

- (1880-1891), latas de 1 a 5 T.I. e T.I.R.; (1892), lata 625.

Estrangeiros (vindos):

- (1854, 1856, 1858-1863, 1866, 1869, 1870-1876, 1880-1882, 1883-1884), latas 51 a 53 e 80 T.I. e T.I.R.

Livro de Chamada – Paraíso:

- Livro 125 (1916-17)

Recenseamento:

- Livro 1772 (1900); Livro 60 (1901) – Secr. Agricultura.

Movimento de imigrantes:

- Livro 66 (1895-1896)

Sociedade Promotora de Imigração:

- nº ordem 1409 (1887-92)

Discriminação de terras e colonização:

- nº ordem 1727 (1919-1922)

Inspetoria Geral de Imigração:

- nº de ordem 1410 (1888-1892)

Terras, colonização e imigração (Inspetoria):

- nº ordem 1412 a 1429 (1892-1900), 1750 a 1752 (1892-96, 1904)

Colonização e imigração - S.Paulo:

- nº ordem 1778/9 (1921/22); 1789 (1921).

Terras, colonização e imigração:

- nº ordem 1781/82 (1918 e 1923).

Livro de débitos dos colonos:

- nº ordem 1743 (1914, s/ local).

Centro de Cultura de Jaboticabal:

Jornais:

- O Democrata (fund 1897), circulação semanal. Anos 1917 a 1930, com falhas.
- Combate (fund. 1904), circulação semanal. Anos 1905 a 1930, com falhas.

Memorial dos Imigrantes (Hospedaria) de São Paulo:

- Livro de matrícula (registro) de imigrantes: levantamento nominal, abrangendo os anos de 1893 (livro 42) a 1906 (livro 77).

Museu Paulista:

Arquivo Aguirra:

- Fichas manuscritas nominativas referentes a Jaboticabal, Ibarra, Tabapuã, Rio Preto, Bebedouro, etc.

Prefeitura do Município de Jaboticabal (livros fiscais):

- Lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões, da Câmara Municipal de Jaboticabal. Anos de 1925 a 1930.
 - Imposto Predial Rústico - abrangendo os anos de 1932/34.
- Auxiliar de despesas - 7º distrito - Villa Novaes, ano 1931.
 - Registros de alvará de licença, constando os nomes dos contribuintes e a natureza do imposto. Exercício de 1934/5, referente a Villa Novaes.

- Documentos publicados e periódicos:

Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo. Organizado por Francisco Ignácio X. de Assis Moura. São Paulo, 1883.

Almanach da Provincia de São Paulo. Administrativo, Industrial e Commercial.

São Paulo. Jorge Seckler & Comp. Anos 1887 e 1888.

Almanach do Estado de São Paulo. Administrativo, Industrial e Commercial. São

Paulo. Jorge Seckler & Comp., 1890.

Almanach do Estado de São Paulo. Administrativo, Industrial e Commercial. São

Paulo. Cia.Industrial de S.Paulo, 1891.

Almanach da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, Typ. Brasil, 1917.

Annaes da Câmara dos Deputados, 1910 (3), pp.383-387.

Anuário Demographico. Vol. I. Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Secção de Estatística Demógrafo-Sanitária. São Paulo, 1927 a 1929.

Annuário Estatístico de São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado. São Paulo, Typografia do Diário Oficial, 1901 e 1902.

Annuário Estatístico de São Paulo. S.Paulo, Typ. Do Diário Oficial, 1905.

Annuário Estatístico de São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado. São Paulo, Duprat & Comp., 1910.

Annuário Estatístico de São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado. São Paulo, Casa Vanorden, 1912.

Annuário Estatístico de São Paulo. Repartição de Estatística e
 Archivo do Estado. São Paulo, Typografia Piratininga, 1920.

Annuário Estatístico de São Paulo. Repartição de Estatística e
 Archivo do Estado. São Paulo, Casa Vanorden, 1922 a 1926.

Annuário Estatístico de São Paulo. Repartição de Estatística e
 Archivo do Estado. São Paulo, Typografia do Diário Oficial, 1927.

Atlas Geográfico Mundial y Especial de España. Bosch, Casa Editorial,
 Barcelona, 1957.

Boletim da Agricultura. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras
 Públicas
 do Estado de São Paulo. São Paulo, Redação da Revista Agrícola,
 1900- 1908.

Boletim de Agricultura. Série 26ª. S.Paulo, Secretaria da Agricultura,
 Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1925.

Boletim da Directoria de Terras, Colonização e Imigração. D.T.C.I. -
 S.Paulo, Secr. Agricultura, Ind. e Comércio. Ano I - nº 01, outubro
 1937.

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, VI, nº 23. S.Paulo, 1917.

O Café, Estatísticas de Produção e Comércio, 1915-1930 (anuais) e
 1932-33, 1935-36, 1937-38 (bianuais). Secret. Agricultura, Indústria e
 Comércio. Diret. Estatística Indústria e Commercio. S.Paulo, Typ.
 Garraux.

O Café: Estatísticas de Produção e Exportação. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. São Paulo, Escolas Profissionais do Lyceu Salesiano Sagrado C. de Jesus, 1915 a 1937-1938.

O Café- Informações referentes a 1937-1938. S.Paulo, Secr. Agricultura, Indústria

e Comm. Diretoria de Estatística, Ind. e Comº. Secção de Estatística Agrícola e Zootécnica. Typ. Siqueira, 1939.

Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. São Paulo, Secr. da Agricultura, 1907.

Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891-1930.

Como nasce uma cidade. Edição Comemorativa. Câmara Municipal, Jaboticabal, 1972.

Condições do trabalho na lavoura cafeeira do Estado de São Paulo. Bol. Deptº

Est. do Trabalho (1):19-33,1911/12.

Dados para a Hist. da Imigração e Colonização em S.Paulo. Deptº Estadual do

Trabalho, Secção de Informações. S.Paulo, Typ. Brasil de Rothschild & Cia., 1916.

Decreto nº 2400, de 09.07.1913. S.Paulo, Typ. Diário Oficial, 1913.

A Imigração e as Condições do Trabalho em São Paulo Deptº Estadual do Trabalho. S.Paulo, Rotschild, 1915.

O Escudo. Jaboticabal no primeiro centenário de sua fundação: histórico e

Estatístico. Organizado por Arthur de Aguiar Pequeroby Whitaker. São Paulo, Typ Rio Branco, 1928.

Estatística Agrícola e Zootécnica. Org. pela Directoria de Estatística,

Ind. e

Comércio. Secretaria Agricultura, Ind. e Comércio. São Paulo, Imprensa Oficial. Anos 1930-1940.

Estatística Agrícola. Org. pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas no 1º

semestre de 1924. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura, Ind. e Comércio, 1925.

Estatística Agrícola e Zootechnica de Jaboticabal no Anno Agrícola de 1904-

1905. São Paulo, Typ. Brazil, Carlos Gerke & Rothschild, 1908.

Jaboticabal, notas históricas e estatísticas. Propaganda do ensino, comércio,

indústria e artes do município. Documentos, contos, literatura. Org. por M.Amorim Brenha. São Paulo, Est.Gráfico "Edanee", 1925.

Jaboticabal. Edição do Sesquicentenário, 1828-1978. S.Paulo, Ed.Populares, 1978.

Legislação brasileira relativa aos estrangeiros, a partir de 28.01.1808 (até 1930).

In: Estatística e Legislação Imigratória de 1952. Rio de Janeiro. Min. Trabalho, Ind. e Comércio. Serv. Est.da Previdência e Trabalho, 1955.

Migração rural-urbana: aspectos da convergência de população do interior e

outras localidades para a capital do Estado de S.Paulo. Com um estudo sobre zonas de colonização do Estado de S.Paulo. Org. por Vicente U. Almeida e Octávio Teixeira Mendes Sobrinho. S.Paulo, Secret. Agric.do Est. S.Paulo, Dir. de Publicidade Agrícola, 1951.

Periódicos:

-

O Araraquara

-

Araraquara, 1903/04

- A Atalaia - Jaboticabal, 1903/08
- Cidade de Bebedouro - Bebedouro, 1903
- O Combate - Jaboticabal, 1903/08/16
- Diário de Noite - Jaboticabal
- Gazeta de Bebedouro - Bebedouro, 1904
- A Imprensa - Araraquara, 1906
- Jornal de Bebedouro - Bebedouro, 1908
- Jornal de Notícias - Araraquara, 1908
- Jornal do Povo - Jaboticabal, 1901
- *La voz de España* - Capital, SP

Números avulsos: Ano V, nº 188, de 07.01.1904

Ano IX, nº 406, de 19.03.1908.

- *El Diário Español* - Capital, SP

Período: 1912 a 1914, constituindo três rolos de microfilmes, a saber:

08.01.1912 a 30.08.1913

01.09.1913 a 28.02.1914

02.03.1914 a 05.01.1915

- *La Tribuna Española* - Capital, SP, 1904
 - O Monte Azul - Monte Azul, 1908
 - Pitangueirense - Pitangueiras, 1904/08
 - O Popular - Araraquara, 1904/08
 - O Ribeirãozinho - Ribeirãozinho,
- 1904**
- O Taquaritinga - Taquaritinga, 1908
 - O Tayúva - Tayúva, 1908
 - O Tentamen - Jaboticabal, 1903
 - O Trabalho - Pitangueiras, 1908
 - A Verdade - Jaboticabal, 1906

Os Municípios do Estado de S. Paulo, informações interessantes.
Colligidas por Marcello Pizza. Deptº Est. do Trabalho. S.Paulo,
Secr.Agricultura, Comm. e Obras Públicas. Serv. de Publicações,
1924.

Recenseamento Geral do Brasil. Min. Agricultura. Rio de Janeiro, Dir.
Geral de Estatística. Anos 1900 e 1920.

Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras
Públicas.

São Paulo, Secr. Agricultura. Anos 1894 a 1928.

SCHATTAN, Salomão. "Aprimoramento das estatísticas agrícolas no
Brasil". In:

Agricultura em S.Paulo. S.Paulo, 18 (9/10), 64-84, 1971.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AB´SABER, Aziz Nacib. "A terra paulista". In: Boletim Paulista de Geografia.
São Paulo, 23:5-38, 1956.
- ADORNO, Sérgio. Comunidade versus sociedade. Comunicação pessoal, 1998.
- AGUIAR, Cláudio. Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil. R. Janeiro, Tempo Brasº, 1991.
- AGUILERA, Emiliano. Los trajes populares de España, vistos por los pintores españoles. Barcelona, Edic.Omega, 1948.
- AGUINAGA, Carlos Blanco. História social de la literatura española. Madrid, Ed. Castalia, 1987.
- ALBERTI, Verena. História Oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989.
- ALMEIDA, A. Tavares de. Oeste Paulista, a experiência etnográfica e cultural. Rio de Janeiro, Alba Editora, 1943.
- ALMEIDA, Vicente U. e MENDES SOBRº, Octávio T. Migração rural-urbana. São Paulo, Secr. Agricultura, (1948).
- ALVIM, Zuleika. Brava gente!. S.Paulo, Brasiliense, 1986.
- AMARAL, Edmundo. Rotulas e mantilhas- evocações do passado

paulista. Rio

de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1932.

AMARAL, José B. de Souza. Os efeitos negativos da imigração. São Paulo,

s.l.p., 1952.

AMERICANO, Jorge. São Paulo naquele tempo (1895/1915). São Paulo,

Saraiva, 1957.

ANDERSEN, Benedict. Nação e consciência nacional. S.Paulo, Ática, 1989.

ANDRADE, Edgard Laje de. Sertões da Noroeste, 1850-1945. S/I, 1945.

ANTONACCI, M. Antonieta M. e MACIEL, Laura Antunes.

“Espanhóis em S.Paulo: modos de vida e experiências de associação”. In: Revista Projeto História - PUC. S.Paulo, 12: 173-192, 1995.

ARANTES, Antonio Augusto. Produzindo o passado - estratégias de construção

do patrimônio cultural. S.Paulo, Brasiliense, 1984.

ARAÚJO, Fº, J. R. de. . “O café, riqueza paulista”. In: Boletim Paulista de

Geografia. São Paulo, 23: 78-135, 1956.

ARENSBERG, Conrad M. “The community – study method”. In: The

American Journal of Sociology. Chicago, 60 (2), 1954.

ARRIGUCCI Jr., Davi. “Móbile da memória”. In: Enigma e comentário: ensaios

sobre literatura e experiência. S.Paulo, Cia Letras, 1987.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS . Problemas de Imigração no Brasil. São Paulo, 1954 (Col. Est. Brasileiros, 2).

AUDERA, V. La población y la inmigración en Hispanoamérica.
Madrid,
Hispánica, 1954.

AZCONA, José Manuel. "La participación vasca en la empresa migratoria

americana". In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. Historia General de la Emigración Española a Iberoamérica. Vol. 2, Madrid, Cedeal, 1992.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra , medo branco: o negro no

imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Fernando de. Um trem corre para o oeste. S.Paulo, Ed. Martins, 1950.

AZEVEDO, Sálvio de Almeida. "Imigração e colonização no Estado de S.Paulo".

In: Revista do Arq. Municipal. S.Paulo, vol.LXXV, 1941.

BACELAR. Jeferson Afonso. Negros e espanhóis. Salvador, UFBA, 1983.

_____. Galegos no paraíso racial. Salvador, Ianamá/CEAO/CED, 1994.

BAENIGER, Rosana. A imigração estrangeira na cidade de S.Paulo: os registros

da Hospedaria dos Imigrantes. S/l, 17º Congresso Internacional de Ciências Históricas, Nepo-Unicamp, 1990.

BAHAMONDE, Ángel. "Los dos lados de la migración transoceánica". In:

História General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. I, Madrid, CEDEAL, 1992.

BAHAMONDE, A. & MARTINEZ, Jesus. História de España, siglo XIX. Madrid, Ediciones Cátedra, 1994.

BARRAGAN, Antonio, GONZÁLEZ, M. y SEVILLA, E. "Las revueltas campesinas en Andalucía (1820-1939)". In: Cuadernos História 16,

- Madrid, Consejería de Cultura, Dirección General Bienes Culturales, Junta de Andalucía, 1985.*
- BARREIRO, José Carlos. O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX, tese de doutoramento, UNESP.
- BARREIRO, José Carlos. Campesinato e capitalismo. Campinas, Ed. Unicamp, Série Teses, s/d.
- BARRIGUELLI, José Cláudio. Subsídios a História das lutas no campo em S.Paulo (1870-1956). S.Carlos, Arq. Hist. Contemporânea , UFSC, 1981.
- _____. A questão agrária no Brasil, 1870-1975. S.Carlos, UFSC, 1979.
- _____. O pensamento político da classe dominante paulista (1873-1928). S.Carlos, UFSC, 1986.
- BARROS, Fausto Ribeiro de. "Esboço na marcha do povoamento do Estado de São Paulo". In: São Paulo em quatro séculos. S. Paulo, Inst. Histórico e Geográfico, 1954.
- BARROS, Gilberto Leite de. A cidade e o planalto, processo de dominância da cidade de São Paulo. São Paulo, Martins, 1967.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. "Memória e família". In: Estudos Históricos. Vol. 2, nº 3, R.Janeiro, Vértice, 1989.
- BARROS, Paulo de. "A evolução da agricultura cafeeira através das terras de São Paulo". In: O café no segundo centenário de sua introdução. Rio de Janeiro, 1934.
- BARTHES, R. "Introdução à análise estrutural da narrativa". In: BARTHES, R. et.al. Análise estrutural da narrativa. Petrópolis, Vozes, 1973.
- _____. El susurro del lenguaje - más allá de la palabra y la escritura. Barcelona, Ed. Paidós, 1987.

BASSANEZI, M^a Silvia Beozzo. "Absorção e mobilidade da força de trabalho numa propriedade rural paulista (1895/1930). In: O café: Anais do II Congresso de História de São Paulo. Revista de História LIX, Araraquara, 1975.

_____. "Família e imigração internacional no Brasil". In: "Série Cursos e Eventos - CEDHAL. S.Paulo, 7: 1996.

_____. "Família colona: italianos e seus descendentes numa fazenda de café paulista, 1895-1930, mimeo.

BASSETO, Sylvia. Política de mão-de-obra na economia cafeeira do Oeste Paulista (período de transição). Tese de doutoramento em História, USP, 1982.

BASTIDE, R. "Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias devida". In: Sociologia: 15 (I), março 1953, pp.8-24.

BATISTA F^o, Olavo. A fazenda de café em São Paulo. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Min. Agricultura, 1952.

BAUM, Willa K. Oral history for the local historical society. Nashville, American Association for State Local History, 1972.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique P.Carlos. O futuro da grande lavoura e da grande propriedade do Brazil. Rio de Janeiro, Nacional, 1878.

BEIGUELMAN, Paula. A crise do escravismo e a grande imigração. S.Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. "A grande imigração em São Paulo". In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 1969.

_____. "Alguns aspectos demográficos na evolução do desenvolvimento de São Paulo". In: MARCONDES, J.V. Freitas. São Paulo, espírito, povo, instituições. S. Paulo, 1968a, pp.43-53.

_____. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Pioneira, 1968b.

BENJAMIN, Walter. "Sobre alguns temas em Baudelaire". In: Obras

- escolhidas vol. 3, S.Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. "Sobre o conceito de História". In: Magia e Técnica. Arte e Política. Obras escolhidas. Vol.1, 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. "A imagem de Proust". In: Obras escolhidas. Vol.1, 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, s/d.
- _____. "O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: Obras escolhidas. Vol. 1, 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, s/d.
- _____. "Rua de mão única". In: Obras escolhidas. Vol. 2, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, s/d.
- BERNAL, Antonio M. "La emigración de Andalucía". In: SANCHEZ ALBORNOZ, N (comp.). Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930. Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp.143-165.
- BINZER, Inna Von. Os meus romanos - alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BLASCO IBAÑEZ, V. La bodega (novela). Valencia, Prometeo, 1919.
- BLOCH, Marc. Introdução à História (apologie pour l'Histoire ou métier d'Historien). Lisboa, Publ. Europa-América, 1965.
- BOM MEIHY, J.C.Sebe. (org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo, Xamã, 1996 (Série Eventos).
- BORELLI, Silvia Helena Simões. "Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson". In: Margem, nº 1, S.Paulo, Fac. de Ciências Sociais da PUC, EDUC, março 1992.
- BOSI, Alfredo. "Tempo e História". In: NOVAIS, Adauto (org.). Seminário Funarte, S.Paulo, Cia. das letras, s/d.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembanças de velhos. S.Paulo, T.A. Queiróz/ EDUSP, 1979.

- BOTELLA, D. Cristóbal. El problema de la emigración. Madrid, Tip. de los huérfanos, 1888.
- BOUCHER Fº, A. O problema economico paulista. S.Paulo, Typ. Nápoli, 1933.
- BRAGA, Célia M. Leal. Os espanhóis em Salvador. Análise sociológica das possibilidades de assimilação de um grupo de imigrantes. Salvador, FFCH- UFBA, 1972.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. Lisboa, Ed.Presença, s/d.
- _____. Escritos sobre a História. S.Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
- BRENAN, Gerald. El laberinto español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil. Madrid Ed. Ruedo Ibérico, 1962.
- BRENHA, M.Amorim. Jaboticabal. Notas históricas e estatísticas. Propaganda do ensino, comércio, industria e artes do município. Documentos, contos, literatura. S.Paulo, Ed. Graphico Edanee, 1925.
- CAGIAO, Pilar. "Cinco siglos de emigración gallega a América". In: VIVES, P., VEGA, P. & OYAMBURU, J. Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. 2, Madrid, CEDEAL, 1992, pp. 293-316.
- CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, FFCL-USP, Boletim nº 153, Ec.Política e Hist. Doutrinas Econômicas nº 1, 1952.
- CANABRAVA, Alice. "A grande lavoura". In: HGCB. Org. Sérgio B.Holanda. 6ª ed., 4º vol., tomo II, S.Paulo, Difel, 1971.
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 2ªed., 1979.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977.
- CARDOSO, Ciro F. e BRIGNOLI, Hector. Os métodos da História. Rio de Janeiro, 3ª ed., Ed. Graal, 1983.

- CARNEIRO, J.Fernando. Imigração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.
- _____. "História da imigração no Brasil: uma interpretação". In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 1948.
- CASTRO, Américo. Los españoles: como llegaron a serlo. Madrid, Taurus Ediciones, 1965.
- CATELLI, Nora. El espacio autobiográfico. Barcelona, Editorial Lumen, 1991.
- CECCHI, C. "O fluxo migratório e o problema do retorno". In: Sociologia. 22 (3): 262-277, 1960.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da História. R.Janeiro, Forense, 1982.
- _____. "A operação histórica". In: História: Novos problemas. Org. Jacques Le Goff. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- COBRA, Amador Nogueira. "Em um recanto do sertão paulista". São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1923.
- COHEN, Y. História Oral: uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as Ciências Sociais? In: Ciências Sociais Hoje. S.Paulo, Hucitec/Anpocs, pp. 266-74, 1993.
- CONSOLMAGNO, Marina. Fanfulla: Perfil de um jornal de colônia (1893-1915). S.Paulo, Dissertação de mestrado FFLCH-USP, 1993.
- CORREA, Ana Maria Martinez. História social de Araraquara.: 1817-1930. S.Paulo, Dissertação de mestrado FFLCH-USP, 1967.
- CORRÊA, Carlos Humberto. História Oral - teoria e técnica. Florianópolis, UFSC, 1977.
- _____. O documento de História oral como fonte histórica. Florianópolis, UFSC, 1977.
- CORTÁZAR, Fernando García de y VESGA, José M.G. Breve História de España. Madrid, Alianza Edit., 1994.

- CORTES, Geraldo de Menezes. Migração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- COSTA, Emilia Viotti da. "Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos" e "Colonias de Parceria na lavoura de café: primeiras experiências" In: Da monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo, Brasiliense, 1977, pp.139-193.
- COUTY, Louis. Pequena propriedade e imigração europeia. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil - mito, história, etnicidade. S.Paulo, Brasiliense, 1987.
- DAFERT, F. "A falta de trabalhadores agrícolas em São Paulo". In: Relatório. Instituto Agrônômico, 1892.
- DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil: 1850. S.Paulo, Martins, 1941.
- DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. S. Paulo, Difel, 1971.
- _____. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820/1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro, 1870-1920". In: Revista de História. S.Paulo, vol. LIII, nº 106, ano XXVII, 1976, pp. 487-494.
- DEBES, Célio. A caminho do Oeste. Subsídios para a História da Cia.Paulista de Estr.de Ferro e das ferrovias de São Paulo. S.Paulo, Bentivegna Ed., 1968.
- DECRESCENZO, Paschoal. Reminiscências de Tabapuã. mimeo, 1975.
- DE DECCA, Edgar S. O silêncio dos vencidos. S.Paulo, Brasiliense, 1984.
- DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. Rio de Janeiro, Livr. Ed. da Casa do Estudante, 1940.
- _____. "Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo: 1º esboço de divisão regional". In: Geografia. São Paulo, ano 1, nº 2,

1935.

DE LUCA, Tânia Maria. O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em São Paulo). São Paulo, Ed. Contexto, 1990.

DENIS, Pierre. O Brasil no século XX. Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos & Cia.Ed., s/d.

DEVOTO, Fernando. *En torno a la historiografia reciente sobre las migraciones españolas e italianas a Latinoamérica*. In: Rev. Estudios Migratorios. Buenos Aires: 8, nº 25, 1993, pp. 441-474. Universidade de B.Aires y Mar del Plata, s/d, version preliminar.

DIAS, Ana Maria da Silva. "Família e trabalho na cafeicultura". In: Cadernos de Pesquisa, 37 (26-38), 1981.

DIAS, Eduardo. Um imigrante e a Revolução. Memórias de um militante operário, 1934-51. S. Paulo, Brasiliense, 1983.

DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. S.Paulo, Ed. Alfa Ômega, 1977.

DIAS, Maria Odila Silva. "Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea". In: Projeto História: 17, PUC-SP, novembro 1998.

DIAS, R. Araújo. "Problemas atuais da economia cafeeira". In: Agricultura em São Paulo, vol. 16, nºs. 1/2, 1969, pp.35-37.

DICCIONARIO CASTELLANO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO. Org. por Manuel Gonzalez de La Rosa. Paris, Garnier, 1891.

DICCIONARIO DE HISTORIA DE ESPAÑA. Tomo II – I-Z y Apéndices. Madrid, Revista de Occidente, 1952.

DIEGUES JR., Manuel. Imigração, urbanização e industrialização. Estudos sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro, Centro Bras.Pesquisas Educacionais, 1964.

_____. Etnias e culturas no Brasil. Coleção Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro, Serv. Document. Min. Educação e Cultura, 1952.

- _____. Estudos de relações de cultura no Brasil. Rio de Janeiro, Serv.Document. Min. Ed. Cultura, 1953.
- _____. População e propriedade da terra no Brasil. Washington DC, União Panamericana, Secr. Geral OEA, 1959.
- DONATO, Hernâni. Filhos do Destino: história do café e do imigrante em São Paulo, 3ª ed., S.Paulo, Clube do Livro, 1980.
- DORO, Norma Marinovic. A imigração iugoslava no Brasil. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1987.
- DOSSE, François. A História em migalhas, dos Annales à Nova História. S.Paulo, Ensaio, 1992.
- DUBY, Georges. "A memória e o que ela esquece". In: Diálogos sobre a nova História. Lisboa, Publicações D.Quixote, 1989.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Assimilação e mobilidade - a história do imigrante italiano num município paulista. São Paulo, IEB/USP, 1966.
- EGAS, Eugênio. Os municípios paulistas. São Paulo. Publ. oficial de São Paulo. Seção de obras de "O Estado de São Paulo", 1925.
- _____. Brasil histórico - estudos e documentos e reimpressões. São Paulo, Typ. Brasil, Rothschild, 1916.
- EIRAS ROEL, A. & REY CASTELAO, Ofelia. Los gallegos y América. Madrid, Editorial Mapfre, 1992.
- EISENSTADT, S.N. The absorption of immigrants. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1954.
- ELLIS, Alfredo. Populações paulistas. São Paulo, Cia.Ed. Nacional, 1934.
- _____. O café e a paulistânia. São Paulo, Boletim da FFLCH nº 141, de 1951.
- _____. A evolução da economia paulista e suas causas. S.Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.
- EISENBERG, Peter. "A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878". In: J.R.Amaral Lapa (org.), Modos de produção e

- realidade brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980, pp.167-94.
- _____. Homens esquecidos - escravos e trabalhadores livres no Brasil século XIX e XX. Campinas, Ed. da Unicamp, 1989.
- ESCRIBANO, Antonio Izquierdo. Espanhóis em América Latina. Vol.I. Madrid, Centro Publicaciones Min.Trabajo y Seguridad Social, 1992.
- FAUSTO, Bóris. "Expansão do café e a política cafeeira". In: HGCB. Org. Bóris Fausto. São Paulo, Difel, 1975, tomo III, vol. 1, livro 8, pp.194-248.
- _____. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo, Série Imigração, Sumaré/FAPESP/Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de S.Paulo, 1991.
- _____. Trabalho urbano e conflito social, 1880-1920. S.Paulo, DIFEL, 1983.
- FEBVRE, Lucien. Combates pela História. Lisboa, Ed.Presença, 1952.
- FERNANDES, Antonio R. "Propriedade rural em São Paulo". In: O observador economico e financeiro. Rio de Janeiro, 54, 1940.
- FERNANDES, Elóy y PINILLA, Vicente. "La emigración aragonesa a Iberoamérica". In: VIVES, VEGA & OYAMBURU. Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. II, Madrid, CEDEAL, 1992, pp. 25-50.
- FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas metodológicos e de aplicação. S.Paulo, Nacional, 1973.
- FERNANDES, Maria Esther. "A história de vida como instrumento de captação da realidade social". In: Cadernos Ceru (Centro de Estudos rurais e urbanos), nº 6, série 2, 1995.
- FERREIRA, Marco Antonio da Costa. A imigração espanhola e suas relações com o movimento operário em São Paulo (1900-1920). Relatório Anual de Pesquisa. S.Paulo, Deptº História, USP, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

- História Oral. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
-
- _____. História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro, Diadorin Editora, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.) Usos e abusos da História Oral. R.Janeiro, Fund.Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA RAMOS, F. O café, contribuição para o estudo da crise. S.Paulo, 1902.
- FERREIRA, Vera R. "História Oral: origem e expansão de um movimento que se firma no Brasil". In: Arquivo & Administração. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 2, pp. 3-6.
- FONT, M. "Changing patterns in the social organization of the coffee sector in São Paulo, 1889-1930", relatório apresentado no Seminário Sociedade e Política nas Economias de Exportação, CEBRAP, São Paulo, 11-13.03.1982.
- _____. "Planters and State: the pursuit of hegemony in São Paulo, Brazil, 1889-1930", tese de doutoramento, Universidade de Michigan, 1983.
- _____. "Coffee planters and capitalist development en Brazil: an alternative scenario", agosto de 1984, mimeo.
- FONTANA, Josep. "Cambio económico y actitudes políticas en la España del siglo XIX". In: TUÑON DE LARA, M. (org.) Historia de España. Tomo VII. Barcelona, Ed. Labor, 1983.
- FONTOURA, Amaral. Aspectos da vida rural brasileira - seus problemas e soluções. Rio de Janeiro, s.c.p., 1945.
- FORACCHI, Marialice M. "A valorização do trabalho na ascensão social dos imigrantes". In: Revista do Museu Paulista. São Paulo, vol. XV, 310:319, 1963.
- FORJAZ, Djalma. Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios. S.Paulo, Imprensa Oficial, 1931.

- _____. Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento das comarcas. S.Paulo, Imprensa Oficial 1931.
- FRAGA, C.C. "Resenha Histórica do café no Brasil". In: Agricultura em São Paulo, ano 10, nº 01. S.Paulo, Empresa Gráfica Carioca, jan. 1963, pp. 1-21.
- FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. R. Janeiro. Guia da excursão nº 3, XVIII Congresso Int. Geografia, Cons. Nac. Geografia, 1960.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, I.E.B., 1969.

- FREITAS, Sonia Maria de. Falam os imigrantes: armênios, chineses, espanhóis, húngaros, italianos de Monte San Giacomo e Sanza, lituanos, okinawanos, poloneses, russos, ucranianos. Tese de doutoramento. S.Paulo, FFLCH-USP, 2001.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. A emigração portuguesa e sua influência no Brasil. O caso de Santos, 1850 a 1950. Dissertação mestrado, FFLCH-USP, 1989.
- FURET, François. A oficina da História. Lisboa, Gradiva, s/d.
- FURTADO, Celso. Formação Economica do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1959.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano?" In: Revista USP, nº 15, S.Paulo, set/out/nov 1992.
- _____. História e narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- GALLEGO, Avelina M. Espanhóis em São Paulo: presença e invisibilidade. Dissertação de mestrado. Fac. Ciências Sociais, PUC-SP, mimeo, 1993.
- _____. "Espanhóis". In: Cadernos de migração: 5. São Paulo, CEM- Centro Estudos Migratórios, 1995.
- GARCIA DE CORTÁZAR, F. e GONZÁLEZ VESGA, J. Breve Historia de España. Madrid, Alianza Editorial, 1994.
- GARCIA FERNANDEZ, Jesus. La emigración exterior de España. Barcelona, Ariel, 1965.
- GARCIA-GUILLÉN, Mário. Os espanhóis no Brasil. Mimeo, s/d.
- _____. Máquinas para o progresso. S.Paulo, Ed. do Escritor, 1975.
- GARCIA LÓPEZ, J. Ramón. Las remesas de los emigrantes españoles en América. Siglos XIX e XX. Astúrias, Ediciones Jucar, 1992.

- GARCIA-SANZ MARCOTEGUI, Angel. "La emigración asturiana a América através de la publicística (1877-1915).In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. Historia general de la emigración española a Iberoamérica. Vol II. Madrid, CEDEAL, 1992, p. 414.
- GATTAZ, André. Braços da resistência: uma história oral da imigração espanhola. S.Paulo, Xamã, 1996.
- GAY, Peter. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- _____. Freud para historiadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888). São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GERMANI, Gino. Sociologia de la modernización. Buenos Aires, Ed.Paidós, 1971.
- GERMER, Klaus Magno. Análise histórica das relações entre desenvolvimento econômico e estrutura fundiária. Piracicaba, dissertação mestrado ESA Luiz de Queiróz-USP, 1976.
- GIL, Bonifácio (recopilación). Cancionero del campo (Antología). Madrid, Taurus, 1966.
- GODOY, Oscar de. "Imigração e criminalidade". In: Rev. Arquivo Municipal. São Paulo, ano VI, vol. LXVII, 1940, pp.149-163.
- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda E. Café e inmigración: los españoles en São Paulo, 1880-1930. Madrid, CEDEAL, 1990a;
- _____. "Espanoles en Brasil: características generales de un fenómeno emigratorio". In: Ciência e Cultura. Rev. da SBPC, 42 (5/6), junho 1990b, pp. 341-346;
- _____. "La estructura ocupacional de los gallegos en la ciudad de San Pablo (Brasil), 1893-1903". In: Revista da Comissão Galega do Quinto Centenario, nº 05, 1992b;
- _____. "Los pequeños propietarios en los

- Núcleos Coloniales del Estado de São Paulo - un intento frustrado de participación española". In: Ciencia, pensamiento y cultura. Madrid, Arbor, nº 536-537, 1990c, pp. 127-142;*
- GONZÁLEZ, Elda & MARQUES, Rosario. "Andalucía y America: las alternativas de una comunidad migrante". In: VIVES, Pedro, VEGA, Pepa & OYAMBURU, Jesús. HISTORIA GENERAL DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A IBEROAMERICA. Vol. 2. Madrid, Cedeal, 1992a, pp. 3-24.
- GORENDER, Jacob. "O conceito do modo-de-produção e a pesquisa histórica". In: LAPA, J.R do Amaral (org.), Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____. "Correntes sociológicas no Brasil". In: Estudos Sociais. Rio de Janeiro, 1958, nº 3/4, pp.351.
- _____. "Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro". In: MORAIS FILHO, E. de et alii. Trabalhadores, sindicatos e política. S.Paulo, 1980.
- _____. A burguesia brasileira. S.Paulo, Brasiliense, 1981.
- GRAHAM, Douglas. "Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento economico brasileiro, 1880-1930". In: Estudos Economicos, 3 (1): 7-64, 1973.
- GRELE, R.J. "La História y sus lenguajes en la entrevista de Hist. Oral: ?quién contesta a las preguntas de quién y por que? In: Historia y Fuente Oral. nº 5, 1991, pp.111-29.
- GUIMARÃES, A.Passos. Quatro séculos de latifúndio. S.Paulo, 1964.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). Contribuição à historiografia da imigração. Rio de Janeiro, Tese de concurso à Livre Docência, IFCH-Unerj, 1988.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. S.Paulo, Ed. Vértice, 1990.
- HALL, Michel. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914. PHD

- Th., Columbia University, 1969.
- HANSEN, Marcus L. The immigrant in American History. Cambridge, Mass. Harvard Univ.Press, 1940.
- HENRY, Louis. Técnicas de análise em demografia histórica. Trad. de Altiva Balhana e J. Cardoso. Curitiba, Univ.Federal Paraná, 1977.
- HERNANDEZ GARCIA, Julio. "Panorámica de la emigración a Iberoamérica de las Islas Canarias, siglos XVI-XIX". In: VIVES, VEGA, OYAMBURU. Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. 2, Madrid, CEDEAL, 1992, p.133.
- HOBBSAWM, Eric. O ressurgimento da narrativa. In: Past and Present nº 86. Trad. Denise Bottmann, 1980.
- _____. A era do capital: 1848-75. R.Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HOBBSAWM E. & RANGER, T. (orgs.) A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio B. de. "As províncias do Sul". In: HGCB. Org. Sérgio Buarque de Holanda. 5ª ed., São Paulo, Difel, tomo II, vol. 2.
- _____. "Do Império à República". In: HGCB. Org. Sérgio B. de Holanda. São Paulo, DIFEL, 1972, tomo II, vol. 5.
- _____. Raízes do Brasil. R. de Janeiro, José Olympio, 1956.
- HOLLOWAY, Thomas H. "Condições do mercado de trabalho e organização de trabalho nas plantações na economia cafeeira de S.Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar". In: Estudos Economicos. São Paulo, 2 (6), 1972, pp. 145-180.
- _____. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo -1886/1934. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOYOS SAINZ, Luis de. La densidad de población y el acrecentamiento en España. Madrid, I. Juan S.Elcano, 1952.
- HUTCHINSON, Bertram. "Mobilidade de estrutura e de intercâmbio na

- assimilação de imigrantes no Brasil". In: Educação e Ciências Sociais. Ano 4, vol. 5, nº 11 (7-22), 1959.
- HUTTER, Lucy M. Imigração italiana em São Paulo, 1880-89: os primeiros contatos do imigrante com o Brasil. São Paulo, IEB, 1972.
- _____. Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914 - O processo migratório. S.Paulo, IEB/USP, 1986.
- IANNI, Constantino. "Capitalismo, escravidão e trabalho livre". In: Fernandes, Florestan (org.). Comunidade e sociedade no Brasil. 2ª ed., S.Paulo, Ed. Nacional, 1975.
- _____. Homens sem paz. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo, Civ. Brasileira, 1972.
- IANNI, Octávio. "Estudo de comunidade e conhecimento científico". In: Revista de Antropologia. São Paulo, 9 (1,2), 1961.
- JAGUARIBE Fº, Domingos. Algumas palavras sobre a emigração. S.Paulo, 1877.
- _____. Imigração e colonização. S.Paulo, Magalhães, 1911.
- JORDÃO NETO, A. "Barreiras no controle da mobilidade ocupacional do imigrante espanhól" In: Sociologia. S.Paulo, 24 (2), junho 1962, pp. 117-179.
- _____. "O imigrante espanhól em São Paulo: principais conclusões de uma pesquisa". In: Sociologia. S.Paulo, 26 (2), junho 1964, pp. 243-252.
- JORDÃO NETO, Antonio e BOSCO, S. Helena. O imigrante espanhól em São Paulo. Secr. Promoção Social, 1953.
- JOUTARD, Philippe. Esas voces que nos llegan del pasado. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1983.
- JUNIUS. Notas de viagem em São Paulo. São Paulo, Typ. de Jorge Sekler, 1882.

- KAGEYAMA, A.A. Crise e estrutura agrária, a agricultura paulista na década de 30", tese de mestrado, ESA Luiz de Queiróz, USP, 1979.
- KLEIN, Herbert .S. "A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil". In: Estudos Econômicos. S. Paulo, (19), nº 3, 1989.
- _____. A emigração espanhola no Brasil. S.Paulo, Ed. Sumaré:FAPESP, 1994 (Série Imigração).
- _____. Os homens livres de cor na sociedade escravista. In: Revista Dados, 17, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas, 1978.
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. "Brasil y lo español". In: Revista Cuenta y razón. Madrid, 8, 1982, pp. 69-81.
- LACAMBRA, Luis Legaz. "Las ideas politico-sociales de Ricardo Macias Picavea y su visión del problema nacional". In: Estudios de Historia Social de España, II. Madrid, CSIC, 1952.
- LACERDA, Cândido Franco de. Estudo da meação, parceria, etc..e das suas vantagens: propaganda para lavradores e colonos. 2ª ed., São Paulo, Typ. Brasil, 1903.
- LAMBERG, Maurício. O Brazil. Rio de Janeiro, Lombaertz, 1896.
- LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo, INEP, Min Ed.Cultura, 1959.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879. Dissertação de mestrado em História. UNICAMP, 1986 ou Da escravidão ao trabalho livre: a lei de, Campinas, Papirus, 1988.
- LANGENBUCH, Juergen R. "Os núcleos de colonização oficial implantados no Planalto Paulistano em fins do século XIX". In:

- Boletim Paulista de Geografia, 46:80-105, 1971.
- LAPA, José R. do Amaral. A economia cafeeira. S.Paulo, Brasiliense, 1986.
- LAZZARI, B.M. Imigração e Ideologia - Reação do Parlamento Brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875). Porto Alegre, Esc. Superior Teologia S.Lourenço Brindes, Caxias do Sul, Univ. de Caxias do Sul, 1980.
- LAZZARO, Agostino. Lembranças camponesas - a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. ES, UFES, 1992.
- LECLERC, Max. Cartas do Brasil. Trad., prefácio e notas de Sergio Milliet. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942.
- LEFEVRE, Eugênio. A administração do Estado de São Paulo na Rep. Velha. São Paulo, Ed. Cupolo, 1937.
- LE GOFF, J. História e Memória. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.

- LE GOFF, J. e NORA, Pierre. "As mentalidades". In: História: Novos Objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990, pp.68-83.
- LEMUS, Encarnación. "Extremeños hacia América: la emigración en la edad moderna". In: VIVES, VEGA, OYAMBURU. Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. 2, Madrid, CEDEAL, 1992, p.292.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira". In: Revista Saúde Pública. S.Paulo, 8 (supl.): 1974, pp. 49-90.
- LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil. Sesmarias e terras devolutas. S.Paulo, Secr.Estado Cultura, 1991.
- LIMA, Sandra Lúcia L. O Oeste Paulista e a República. S.Paulo, Vértice, 1986.
- LIRA, A. Tavares de. "Imigração e colonização". In: Dicionário Histórico, Geográfico e etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, 1922.
- LOBO, T. de Souza. S.Paulo na federação - problemas sociais e questões raciais - política imigrante. São Paulo, s.c.p., 1924.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Crise do Brasil arcaico. S.Paulo, Difel, 1967.
- LORCA, Federico Garcia. Obras completas. Tomo II, Madrid, Aguillar, 1954.
- LOUREIRO, M.R.G. Parceria e capitalismo. S.Paulo, Zahar, 1977.
- LOWRIE, Samuel Harman. Imigração e crescimento da população no Est. de São Paulo. São Paulo, Ed. da Escola Livre de Sociologia e Política, 1938.
- MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. S.Paulo, 1930.
- MACHADO, Antônio. Los complementarios. Madrid, Cátedra Letras Hispánicas, 1987.
- MAIA, Carlos da. Excursão pelo interior paulista, visitando algumas

- ciudades da Araraquara. São Paulo, Impr. Metodista, s.d.p.
- MAISTRELLO, Guido. "Fazendas de café - costumes (São Paulo) 1922".
In: O café, no Brasil e no estrangeiro. Org. Augusto Ramos. Rio de Janeiro, Papelaria Santa Helena, 1923.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. R.Janeiro, Zahar, 1962.
- MALUF, Marina. Ruídos da memória: a presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura paulista. São Paulo, FFLCH USP, Tese, 1994.
- MANCUSO, Maria Inês Rauter. O fenômeno da permanência no sistema social rural. Tese de mestrado, ESA Luis de Queiros, 1975, mimeo.
- MARGULIS, Mario. "Estudio de las migraciones en su lugar de origem". In: América Latina. Rio de Janeiro, 4:41-72, 1966.
- MARQUES, Manuel Eufrásio. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos estatísticos e noticiosos da Província de S.Paulo. S.Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. O cativo da terra. S.Paulo, Livr.Ed.C.Humanas, 1979.
- _____. "Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica". In: Cadernos CERU. S.Paulo, nº 05, 1ª série, junho/1972, pp. 103-112.
- _____. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.
- _____. "A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930". In: Revista de História. São Paulo, 121, 1989, pp.5-26.
- _____. "Del esclavo al asalariado en las haciendas de

- café, 1880-1914. *La génesis del trabajador volante*". In: SANCHEZ-ALBORNÓZ, N. (comp.) Población y mano de obra en América Latina. Madrid, Alianza Edit., 1985.
- MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente. São Paulo, Ed. Anhembi, 1955.
- MARTÍNEZ MARTÍN, J. & CASAUS, M. "Planteamiento general del contexto socioeconomico: España e Iberoamérica". In: Historia general de la emigración española a Iberoamérica. Vol.I, Madrid, CEDEAL, 1992.
- MARX, Karl. "Formas que preceden a la producción capitalista". In: Elementos fundamentales para la crítica de la economía política - 1857-58. B. Aires, Siglo Veintiuno, Argentina Ed., 1971, vol.1.
- MATOS, Odilon N. de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de S.Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo, Coleção Monografias, Ed.Arq. do Estado, 1981.
- MEIHY, José C.S.B. Manual de História Oral. S.Paulo, Ed. Loyola, 1996.
- _____. "Definindo História Oral e Memória". In: Cadernos CERU. S.Paulo, nº 5, série 2, 1994.
- MELLO, Astrogildo. "Imigração e colonização". In: Rev. de Geografia. São Paulo, 4:25-49, 1935.
- MELLO, Zélia Cardoso de. Metamorfoses da riqueza: São Paulo - 1845/1895. S.Paulo, HUCITEC/Secr. Municipal Cultura, 1985.
- MEMÓRIA, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA. In: Revista Brasileira de História. S.Paulo, (25/26), ANPUH, 1991/3.
- MENDES, J.E. Teixeira. "A pequena propriedade cafeeira". In: Bol. Superintendencia do Serviço do Café. São Paulo, 196, 1943.
- MENDOZA, Eduardo. A cidade dos prodígios. S.Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. "A história, cativa da memória?". In: Revista do Instituto de estudos brasileiros. S.Paulo, 34: 9-24, 1992.

- MERTZIG, L. R. As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo: repatriação e reemigração, 1889-1920. FFLCH-USP, 1977, mimeo.*
- MESGRAVIS, Laima. "A elite cafeicultora e a estrutura social paulista". In: Revista de História nº LIX. Anais do II Congresso de História de S.Paulo (Araraquara, 1975).*
- MEYER, Eugenia & BONFIL, Alicia O. de. La História oral: origem, metodologia, desenvolvimento y perspectivas. México, Inah, 1971.*

- MIGUEZ, Eduardo José. "La movilidad social de los nativos e inmigrantes en la frontera bonaerense en el siglo XIX: datos, problemas, perspectivas". In: Estudios migratorios latinoamericanos. Ano 8, nº 24. Buenos Aires, CEMLA – Centro de Estudos migratórios latinoamericanos, agosto/93, p. 142.
- MILLIET, Sérgio. "A queda do latifúndio". In: O observador economico e o financeiro. XLI, Rio de Janeiro, 1939, pp. 15-24.
- _____. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da História economica e social do Brasil. S. Paulo, BIPA Ed., 1946.
- MILLS, Theodore M. Sociologia dos pequenos grupos. S.Paulo, Bibl. Pioneira de Ciências Humanas, , Trad.Dante M.Leite, 1970.
- MIÑAMBRES, Moises Llorden. "Posicionamentos del Estado y de la opinión pública ante la emigración española ultramarina a lo largo, del siglo XIX". In: Rev. Estudios Migratorios latinoamericanos. Buenos Aires: 7, nº 21, CEMLA, 1992, pp. 275-289.
- MOLINA NAVARRO, Manuel González de. "Siete problemas en la interpretación tradicional sobre el movimiento campesino andaluz". In: Historia y fuente oral. Barcelona, Universitat de Barcelona, Nº 08, 1992.
- MONBEIG, Pierre . Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. S.Paulo, Geografia e Realidade, HUCITEC/Pólis, 1998.
- _____. "A alta Paulista e a Alta Araraquarense, duas regiões novas". In: Boletim Geografia. Rio de Janeiro, C.N.B., nº 40, 1946.
- _____. "As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista". In: Boletim Geográfico. R. Janeiro. Cons. Nac. Geografia, 116: 455-465, 1950.
- _____. "As zonas pioneiras do Estado de São Paulo". In: Ensaio de Geografia Humana brasileira. S.Paulo, Livr.Martins, 1940,

pp. 21-86.

_____. Novos estudos de geografia humana brasileira. S.Paulo, Difel, 1957.

MONTEIRO, Norma de Góes. Imigração e colonização em Minas, 1889-1930. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e Memória: A cultura popular revisitada. S.Paulo, Contexto, 1992.

_____. "Memória e História: desafios da contemporaneidade". In: Anais do Encontro de História e Doc.Oral. Brasília, UnB/FA/CID, 1994, pp.12-7.

_____. "A construção da memória e as reflexões da física e da psicologia". In: Cadernos CERU nº 6, série 2, 1995, pp. 137-155.

MORALES SARO, Maria Cruz. "Las fundaciones de los indianos en Asturias". In: SÁNCHEZ ALBORNOZ, N. (org). Espanoles hacia America. La emigración en masa, 1880-1930. Madrid, Alianza América, 1988.

_____. "La emigración asturiana a América". In: VIVES, VEGA, OYAMBURU. Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. 2, Madrid, CEDEAL, 1992.

MOREIRA, Nicolau. Indicações agrícolas para os imigrantes que se dirigem ao Brasil. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico, 1875.

MÖRNER, Magnus. Aventureros y proletarios. Los emigrantes en Hispanoamérica. Madrid, Ed. Mapfre, 1992.

MOSS, William . Oral history program manual. New York, Praeger Publishers, 1974.

MOURA, Esmeralda B.B. de. "O processo de imigração em São Paulo nas primeiras décadas republicanas: questões em aberto". Série Cursos e Eventos CEDHAL - USP. São Paulo (8) , 1996.

- MOYA, José C. "Aspectos macroestructurales y microsociales de la emigración española a la Argentina, 1850-1930. In: Galícia y América: el papel de la emigración. Madrid, Orense, 1990.
- MÜLLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população. Petrópolis/R.Janeiro, Ed. Vozes/CEBRAP, 1980.
- NADAL, Jorge. "Historia de la población española" (apéndice). In: REINHARD, M. & ARMENGAUD, A. Historia de la población mundial. Barcelona, Ediciones Ariel, 1961.
- _____. "La población española (siglos XVI-XX)". In: Historia de la población mundial. Barcelona, Ed. Ariel, 1973.
- NANCY, Michel. "De las historias e relatos de vida a las prácticas antropológicas: individuos, minorías y migrantes". In: Rev. Estudos migratórios latinoamericanos. Buenos Aires: 8, nº 24, 1993.
- NARANJO OROVIO, Consuelo. "Hacer la America: un sueño continuado". In: Ciencia, pensamiento y Cultura, 536-537. Madrid, CSIC, agosto/setembro/1990a.
- _____. "Análisis cuantitativo". In: Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. I, Madrid, CEDEAL, 1992, pp. 177-201.
- _____. "El proceso inmigratorio gallego en Cuba en el siglo XX". In: V Jornadas de Historia de Galícia. Orense, 1990b.
- NASCIMENTO, José Leonardo. Trabalho e prestígio social: os espanhóis em São Paulo (mimeo, 1993).
- NEIVA, Artur Hehl. "O problema imigratório brasileiro. In: Rev. de imigração e colonização. Rio de Janeiro, 53:468-491, 1944.
- _____. "Aspectos geográficos da imigração e colonização do Brasil". In: Rev. Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 2: 249-270, 1947.

_____. "A imigração na política brasileira de povoamento". In:
Revista Brasileira de Municípios. R. Janeiro, ano II, nº 6, abril-junho
1949.

NISBET, Robert. La formación del pensamiento sociológico. Enrique
Molina de Vedia, trad. (título original The Sociological Tradition).
Buenos Aires, Amorrortu, 1977, sobretudo pp. 112.

NOGUEIRA, Arlinda R. A imigração japonesa para a lavoura paulista,
1908-1922. S.Paulo, IEB/USP, 1973.

- NOGUEIRA, Oracy. Desenvolvimento de S.Paulo: imigração estrangeira e nacional e índices demográficos, demógrafo-sanitários e educacionais. S.Paulo, CIBPU, 1964.
- _____. Pesquisa social. Introdução às suas técnicas. S.Paulo, Ed. Nacional, 1951.
- _____. Família e comunidade. R.Janeiro, Cebrap, 1962.
- NORA, Pierre. "Entre memória e História. A problemática dos lugares". In: Les lieux de mémoire. La République. Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII. Apud: Revista Projeto História. S.Paulo: 10, dezembro 1993.
- OLIVEIRA, M.Coleta. Produção de vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura. Tese doutoramento, FFLCH-USP, 1981.
- _____. e MADEIRA, Felícia. "Población y fuerza de trabajo: el caso de la cafeicultura en el oeste paulista". In: SANCHEZ-ALBOR-NÓZ, N.(comp.) Población y mano de obra en América Latina. Alianza Edit., 1985.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. S.Paulo, Pioneira, 1976.
- OLIVEIRA, Xavier de. O problema imigratório na constituição brasileira. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1937.
- ORTEGA Y GASSET, José. España invertebrada: bosquejo de algunos pensamientos históricos. Madrid, Calpe, 2ª ed., 1922.
- OTERO, Hernán. "Asociacionismo, trabajo e identidad étnica (a propósito de un libro reciente)". In: Rev. Estudios Migratorios latinoamericanos. Buenos Aires: 8, 1993.
- PALAZÓN FERRANDO, Salvador. Los españoles en America Latina, 1850-1990. Madrid, CEDEAL, 1995.
- PELAYO, Marcelino Menendez. Textos sobre España. Madrid, Ed. Rialp,

- 1962.
- PEREDA, José M. de. Don Gonzalo González de la Gonzalera. Madrid, Espasa-Calpe S/A, 5ª ed., 1965.
- _____. Pedro Sánchez. Madrid, Espasa-Calpe, 1958.
- _____. El sabor de la tirruca. B.Aires, Espasa-Calpe, 1951.
- _____. Peñas arriba. Madrid, Espasa-Calpe, 5ª ed., 1969.
- PERRELLA, Nicola. Entre as tórbas de São Caetano. S.Paulo, Ed.Alarico, 1961.
- PESTANA, Paulo. O café em São Paulo (notas históricas). S.Paulo, Secr. Agricultura, Typ. Levi, 1927.
- PETRONE, Pasquale. "O homem paulista". In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, 23:39-77, 1956.
- PETRONE, Maria Theresa S. "A imigração assalariada". In: HGCB tomo II - O Brasil monárquico, 3º vol., org. por Sérgio B.Holanda. São Paulo, Difel, 1960.
- _____. "Imigração". In: H.G.C.B - O Brasil Republicano, 2º vol., Tomo III, org. Sérgio Buarque Holanda. S. Paulo, Difel, 1978, p. 95.
- _____. "O imigrante e a pequena propriedade, 1824-1930". In: Tudo é História. S.Paulo (38), Brasiliense, 1982.
- _____. A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851). S.Paulo, Difel, 1968.
- PINOTTI, José Luis. "Valencianos en iberoamerica. Identidad y integración". In: VIVES, VEGA, OYAMBURU. Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. 2, Madrid, CEDEAL, 1992, pp.443-453.
- PINTO, Adolfo A. História da Viação Pública de São Paulo. São Paulo, 2ª edição, Governo do Estado, 1977.
- PINTO, Júlio Pimentel. "Os muitos tempos da História". In: Revista Projeto

- História. S.Paulo: 17, Col. Paulística vol. II, novembro 1998, pp. 203-212.
- PINTO, Maria Ines Machado Borges. Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de S.Paulo (1890-1914). S.Paulo, Edusp, 1994.
- POLLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio". In: Estudos Históricos. vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, Vértice, 1989.
- _____. "Memória e Identidade" In: Estudos Históricos. R.Janeiro, (5-10): 200-212, 1992.
- PONS, Marcial. España Contemporanea, 1808-1986 – aproximación bibliográfica. Madrid, M.P.Librero, 1985.
- _____. América. Una reseña bibliográfica. Madrid, M.P.Librero, 1992.
- PRADO JR.,Caio. História economica do Brasil. S.Paulo, Brasiliense, 4ª ed.,1956.
- _____. "Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural". In: Evolução política do Brasil. 6ª ed., S.Paulo, Brasiliense, 1969.
- _____. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Silveira Martins Ed., 1956.
- _____. "Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo". In: Geografia. São Paulo, 3 (1), 1935.
- _____. A questão agrária. S. Paulo, Brasiliense, 1979.
- _____. A revolução brasileira. S.Paulo, 1966.
- QUEIRÓZ, Mª Isaura P. de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. S.Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- _____. "Relatos Orais: do "indizível" ao "dizível". In: Enciclopédia aberta de Ciências Sociais. Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). 1988.

- _____. "Os estudos de comunidade no Brasil".
Primeira reunião brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, 8 a 14.11.1953. In: Memórias do I Painel nipo-brasileiro. São Paulo, Escola de Sociologia e Política, 1956.
- _____. "História de vida e depoimentos pessoais" e "Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida". In: *Sociologia*, 15 (I) março 1953, pp. 8-24.
- RAFFARD, Henrique. "Alguns dias na paulicéia". In: *Rev. trimestral do I. Histórico Geográfico Brasileiro. R.Janeiro, tomo IV, parte II, 1892.*
- RAMIREZ, Bruno. "Migraciones, etnicidad e Historia Mundial: perspectivas desde la America del Norte". In: *Estudios migratorios latino-americanos. B.Aires, CEMLA, ano 8, nº 25, 1993, pp. 399-413.*
- RAMOS, Artur. *Introdução à antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1947.*
- _____. *O café. Rio de Janeiro, s.c.p., 1923.*
- RAMOS, Augusto. *O café no Brasil e no estrangeiro. Rio de Janeiro, Papellaria Santa Helena, 1923.*
- _____. "Questões agrícolas". In: *Revista Agrícola. S.Paulo, 1902.*
- RANGEL, Welman G. de França. "Algumas contribuições espanhólas ao folclore paulista". In: *RAMSP*, vol. CXLIV, ano XVIII, nov-dez 1951, pp. 395-446.
- REINHARD, M. & ARMENGAUD, A. *Historia de la población mundial. Barcelona, Ediciones Ariel, 1961.*
- REIS, P. Pereira dos. "Algumas considerações sobre a imigração no Brasil". In: *Revista Sociologia. São Paulo, 23 (1): 72-89, 1961.*
- RENAULT, Delso. *A vida brasileira no final do século XIX (visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901). Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.*

- RICARDO, Cassiano. Poesias completas. Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1957.
- RIZZO, Paulo Licia. Pedro Maneta. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.
- REVOREDO, Julio de. Imigração. S.Paulo, Emp.Gráfica Rev.Tribunais, 1934.
- ROCHA, Frances. "Conflito social e dominação: um estudo sobre as leis de regulação das relações de trabalho na empresa agrícola - 1897 a 1930". Dissertação de mestrado, PUC/SP, 1982.
- RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. 3ª ed. S.Paulo, Cia.Ed.Nacional, 1978.
- _____. Teoria da História do Brasil (introd. metodológica). 2ª ed. S.Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1957.
- ROMERO, S. "A imigração e o futuro do povo brasileiro" In: Ensaio de Sociologia e Literatura. Rio de Janeiro, Garnier, 1901.
- ROY, Teresa M.Malatian. "História Oral". In: Estudos Históricos. Marília, 15:123-130, 1976.
- SACKS, Oliver. "O marinheiro perdido". In: O homem que confundiu sua mulher com um chapéu. S.Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- SAEZ, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo - 1870/1940. S.Paulo, Hucitec/INL/MEC, 1981.
- SAHAGÚN, C. Siete poetas españoles. Madrid, Taurus, 3ª ed., 1966.
- SALGADO, P. O estrangeiro. Rio de Janeiro, 8ª ed., J.Olympio, 1972.
- SALLUM, Jr. B. Capitalismo e cafeicultura (Oeste Paulista, 1888-1930). São Paulo, Duas Cidades, 1982.
- SANCHEZ ALONSO, Blanca. "La emigración española, 1882-1930". In: Revista de Historia Económica: 7 nº 1. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1990, pp. 133-170.
- _____. "La emigración española a la Argentina". In:

- Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930.
Madrid, Alianza Editorial, 1988.
- SANCHEZ-ALBORNÓZ, Nicolás. "Las etapas de la migración española a America Latina". In: Ciência, pensamento y cultura. Madrid, nº 536/7, 1990, pp.15-24.
- _____. España hace un siglo. Madrid, Alianza Editorial, 1977.
- _____. Población y mano de obra en América Latina. Madrid, Alianza Ed., 1985.
- _____. (org). "Medio siglo de emigración masiva de España hacia América". In: Espanoles hacia América - La emigración en masa, 1880-1930. Madrid, Alianza Edit., 1988.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. "O trabalho nas frentes pioneiras". In: Anais do VI Simpósio Nacional dos Prof. Universitários de História. S.Paulo, 1973.
- SANTOS, Ricardo Evaristo dos. "La evolución cuantitativa del proceso migratorio español a Iberoamérica (1890-1950), con especial referencia a Brasil". In: Revista de Economía y Sociología del Trabajo. Madrid: 19-20, 1993.
- SAPIENZA, Vitor. Café amargo: resistência e luta dos italianos na formação de S.Paulo. S.Paulo, Meta, 1991.
- SARTRE, Jean-Paul. As palavras. 6ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. S.Paulo, Edusp, 1998.
- SCANTIMBURGO, João de. Os paulistas: evolução social, política e economica do povo paulista. S.Paulo, Governo do Estado, 1983.
- SCARANO, Júlia Maria e CASTRO, Jeanne. "A mão de obra escrava e estrangeira numa região de economia cafeeira". In: Anais do VI

- Simpósio Nacional dos Professores univ. de História. S.Paulo, 1973.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. Lisboa, Ed. Estampa, 1974.
- SCHATTAN, Salomão. "Aprimoramento das estatísticas agrícolas no Brasil". In: Agricultura em São Paulo. São Paulo, 18 (9/10), 64-84, 1971.
- SCHMIDT, Carlos Borges. O meio rural: investigações e estudos de suas condições econômicas. São Paulo, Diret. Publ. Agrícola, 1946.
- _____. A vida rural no Brasil. São Paulo, Diretoria publ.agrícola, 1951.
- SEGALA, Amos. "Memória textual e identidade cultural". In: Revista do Instituto Estudos Brasileiros. S.Paulo, nº 31, 1990, pp. 5-14.
- SIEWERT, Wulf. El Atlântico. Geopolítica de un oceano. Barcelona, Editorial Labor, Sección VII – Geografía nº 407, 1942.
- SILVA, A.M. da. "Família e trabalho na cafeicultura". In: Cadernos de Pesquisa, 37, S.Paulo, 1981.
- SILVA, J.F.Graziano da. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. S.Paulo, Hucitec, 1978.
- SILVA, Lúcia Osório. Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da Lei de 1850. Campinas, Ed. da Unicamp, 1996.
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da industrialização. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- _____. "Agricultura e capitalismo no Brasil". In: Contexto nº 1, 1976, pp.31.

- SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional - 1889-1930". In: HGCB. Org. Bóris Fausto. S.Paulo, Difel, 1989, tomo III, 1º vol., pp. 345-390. -
- SPINDEL, Cheywa R. Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- SIMONSEN, Roberto. "Aspectos da História Económica do Café". In: Revista do Arquivo Municipal. S. Paulo, 6 (65): 149-229, 1940.
- SOBOUL, Albert. "Descrição e medida em História Social". In: GODINHO, V.M.(org.). A História social, problemas, fontes e métodos. Lisboa, Cosmos, 1973, pp. 25-44.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Ofício de escrito - dialética da literatura. Rio de Janeiro, Civil. Brasileira, 1965.
- SOLDEVILLA, Consuelo. "Cantabria: cien años de emigración a América, 1860-1960". In: VIVES, P., VEGA, P. & OYAMBURU, J. Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol.II, Madrid, CEDEAL, 1992, pp.147-172.
- SOUZA, A. Estudos demográficos: a população de S.Paulo no último decênio, 1907-1916. S.Paulo, Tip. Piratininga, 1917.
- SOUZA, T.Oscar Marcondes. O Estado de São Paulo físico, político, econômico e administrativo. São Paulo, Estabelecimento Gráfico Universal, 1915.
- STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850/1980). S.Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____ et alli. Colcha de retalhos - estudos sobre a família no Brasil.. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- STOLCKE, V. e HALL, M. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo". In: Revista de História, 6, trad. Célia M.de Azevedo, S.Paulo, Marco Zero, 1984, pp.80-120.
- STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma

- velha História. Mimeo, s/d.
- SYLOS, Honório de. "A lavoura e o imigrante". In: Revista do Inst. do Café do Estado de São Paulo. São Paulo, 95, 1934, pp. 1525-1529.
- _____. "Meio século de imigração e o predomínio dos latinos". In: Rev. Inst. café do Est. São Paulo. S.Paulo (109), 1935.
- TABANERA, Nuria. "Aportaciones castellano-manchegas a la emigración española a Iberoamérica". In: VIVES, VEGA & OYAMBURU. Historia general de la emigración española a Iberoamérica. Madrid, CEDEAL, 1992, pp. 173-204.
- TAUNAY, Affonso de. História do café no Brasil: no Brasil República. Rio de Janeiro, Dep. Nacional Café, 1941.
- _____. Pequena história do café no Brasil. S.Paulo, Instituto Brasileiro do Café, s/d.
- TELES, A. de Queiróz. "Lavoura e Imigração". In: Rev.da Sociedade Rural Brasileira. (102): 331-334, 1928.
- THOMPSON, Alistair. "Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias". In: Revista Projeto História. S.Paulo:15, abril 1997.
- THOMPSON, Paul. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. A voz do passado.: História Oral. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. "Tiempo, disciplina del trabajo y capitalismo industrial". In: Tradición y consciencia de clase. Barcelona, Ed. Critica, 1979, pp. 257-8.
- TÖNNIES, F. Community and society. Charles Loomis, trad. e comp. New York, Harper Torchbook, 1963.
- TOPIK, Steven. A presença do Estado na economia política do Brasil, de 1889 a 1930. Rio de Janeiro, Record, 1987.

- TORRES, João Batista de V. Movimentos migratórios das populações rurais brasileiras. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1957.
- TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo, Nobel/Inst. Italiano di Cultura, 1989.
- TRIGO, Maria Helena Bueno. "Ser e parecer: estudos sobre as práticas de reprodução social do grupo cafeicultor paulista". Tese de mestrado. FFLCH/USP, 1989, mimeo.
- TRUZZI, Oswaldo. De mascates a doutores: sírios e libaneses em S.Paulo. S.Paulo, Ed.Sumaré, 1991.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel (org.). Historia de España. Tomo VII. Barcelona, Ed. Labor, 1983.
- VALERA, Juan. Juanita La Larga. Madrid, Clasicos Castalia, 1992.
- VANGELISTA, Chiara. Braços da Lavoura: Imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista(1850-1930). S.Paulo, HUCITEC, 1991.
- VASCONCELOS, Henrique D. "Alguns aspectos da imigração no Brasil". In: Boletim da Dir. de terras, colonização e imigração. São Paulo, 1:13, 1937.
- _____. "O problema da imigração". In: Boletim da Diretoria de Terras, Col. e Imigração. São Paulo, Ano I, nº 01, 1937.
- _____. "Imigração para a lavoura". In: Boletim Deptº Imigr. e Colonização. São Paulo, 5, 1950.
- VÁZQUEZ, A. & ESTRADA, B. "Causas de la emigración y tipología de los emigrantes". In: Historia General de la emigración española a Iberoamérica. Vol. I, Madrid, CEDEAL, 1992.
- VERGUEIRO, J. Memorial acerca de colonização e cultivo de café. Campinas, 1874.
- VEYNE, Paul. Como se escreve a História. Lisboa, Edições 70, 1983.
- VIEIRA, Francisca Isabel. O japonês na frente de expansão paulista: o

- processo de absorção dos japoneses em Marília. S.Paulo, Pioneira, Edusp, 1973.
- VILAR, Juan Bautista. "Las emigraciones murcianas a Iberoamérica". In: VIVES, VEJA & OYAMBURU. Historia general de la emigración española a Iberoamérica. Vol. II, Madrid, CEDEAL, pp. 371-408.
- VILAR, Pierre. Historia de España. Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- VINHAS, M. Problemas agrário-camponeses do Brasil. S.Paulo, Civ.Bras., 1972.
- VIVES, J. Vicens (org.) Historia de España y America. Vol. V: Los siglos XIX e XX. América Independiente. Barcelona, Ed. V.Vives, 2ª ed., 1971.
- VIVES, Pedro A. , VEGA, Pepa y OYAMBURU, Jesus (coord.) Historia general de la emigración española a iberoamérica. Madrid, Min. Trabajo y Seguridad Social. Dirección General de Migraciones. Quinto Centenario, CEDEAL, 1992, VOL. I e II.
- WAIBEL, Léo. "As zonas pioneiras do Brasil". In: Rev.Bras. de Geografia. Rio de Janeiro, 4:389, 1955.
- _____. "Principios de colonização européia no sul do Brasil". In: Rev. Bras. de Geografia. Rio de Janeiro, 9 (2), 1950.
- WILLEMS, Emílio. Assimilação e populações marginais no Brasil. S.Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1949.
- _____. Vila brasileira - tradição e transição. S.Paulo, Difel, 1961.
- WITTER, José Sebastião. "Imigração maciça e as estatísticas". In: Inmigración y estadísticas en el Cono Sur de América . Montevideo, 1990.
- _____. e PETRONE, M.Thereza. "Estudo bibliográfico do impacto do processo imigratório maciço no cone sul (Brasil 1830-1930)". In: Bibliografía sobre el impacto del proceso inmigratorio

masivo en el Cono Sur de América. Mexico. Inst. Panamericano de Geografia e História, 1984.